



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental Projeto REDD+ AFUÁ



Sumário

1. Apresentação.....	3
2. Espacialização do Território	4
3. Dimensão Econômica	5
3.1. Produto Interno Bruto	5
3.2. Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3. Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4. Dimensão Social	10
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2. Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3. Taxa de Homicídios.....	12
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5. Dimensão Ambiental.....	15
5.1. Desflorestamento Acumulado	15
5.2. Número de Focos de Calor	16
5.3. População total atendida no município com coleta lixo regular	17
5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	18
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	19
6. Referências	20
ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Afuá, onde se encontra a área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

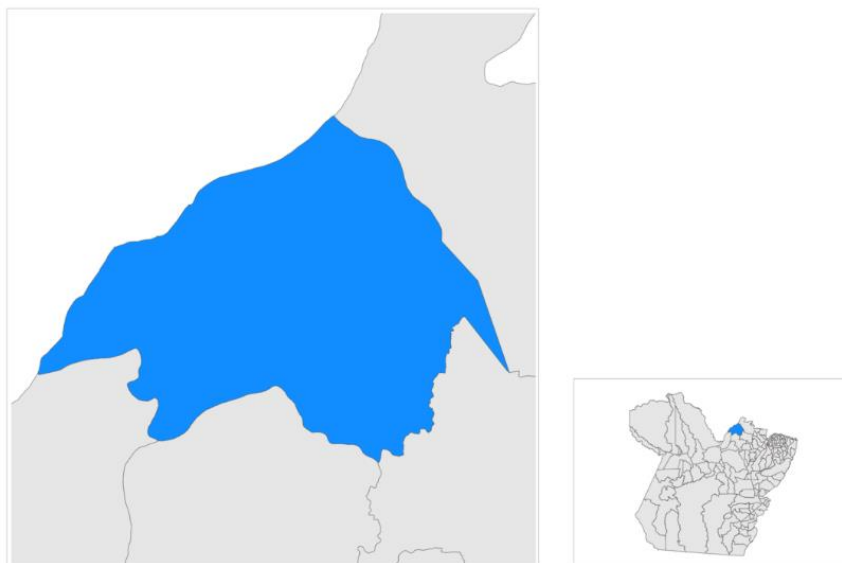
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Afuá, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



No município de Afuá tem-se a Floresta Pública Estadual - Parque Estadual Charapucu (PEC), que é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de 65.181,94 hectares. As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e pela grande beleza natural, por meio dos seus rios e vegetação.

O município de Afuá possui uma área territorial total de 8.338,438 km², o que corresponde a 0,67% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está inserido na região geográfica intermediária de Breves e na região imediata de Breves, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração do Marajó. Afuá apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 00° 09' 24" sul e longitude de 50° 23' 23" oeste, tendo seus limites ao norte com o município de Chaves e o Estado do Amapá, a leste com Chaves e Anajás, ao sul com Anajás, Breves e Gurupá e a oeste com o Estado do Amapá.

Os solos identificados no município de Afuá são o gleissolo, o plintossolo distróficos e areias quartzosas distróficas de relevo plano, em associações. No patrimônio natural a alteração de cobertura vegetal, de acordo com as imagens LANDSAT - TM, resultou apenas 1,40%, possuindo o município uma significativa riqueza vegetal em plantas oleaginosas e madeiras.

A topografia de Afuá apresenta uma altitude média de 15 metros, sua sede municipal está situada a 4 metros de altitude e conta com áreas de planícies. E em termos geológicos o município

encontra-se situado entre duas bacias sedimentares, sendo elas, a bacia sedimentar do Amazonas (porção oeste do município) e a bacia sedimentar de Marajó (encontrada nas demais localidades do município), e é composta por sedimentos relativos a aluviões atuais e terraços mais antigos do holoceno e seguindo a escala de tempo geológico essa estrutura é datada da era Cenozóico.

O município tem como principal aspecto hidrográfico a Baía de Vieira Grande, no centro do município, ao redor da qual se circunscrevem várias ilhas e furos, sendo as maiores a Ilha Queimada ou da Serraria a noroeste, e a Ilha Charapucu a sudeste; e os Furos Baturité, Pracuúba e do Moura, com os dois últimos limitando a oeste com Gurupá.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Afuá, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

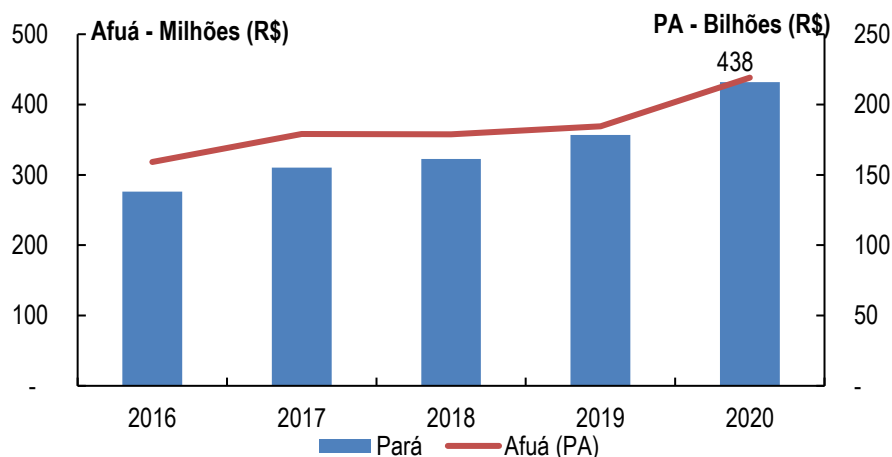
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Afuá obteve um PIB de R\$ 438 milhões, contribuindo com 0,2% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 38%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Afuá, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

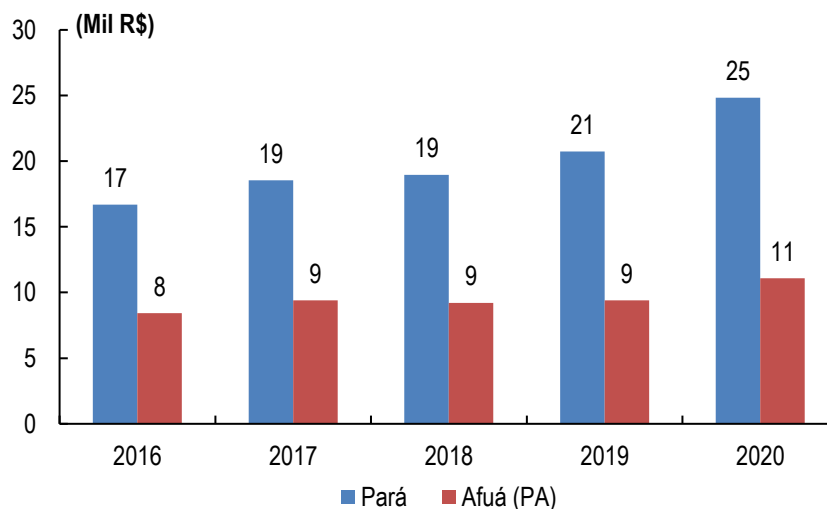
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Afuá em 2020 obteve um PIB *per capita* de R\$ 11 mil, que corresponde aproximadamente 45% do PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente cerca de 31%, enquanto o crescimento do Estado do Pará foi de 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Afuá, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda *Per Capita* da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Afuá apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 152 milhões, o que representou 36% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita* (que correspondeu a 68% do valor gerado pela agropecuária); tendo como destaque a lavoura permanente, onde as maiores contribuições decorreram da produção de açaí e palmito.

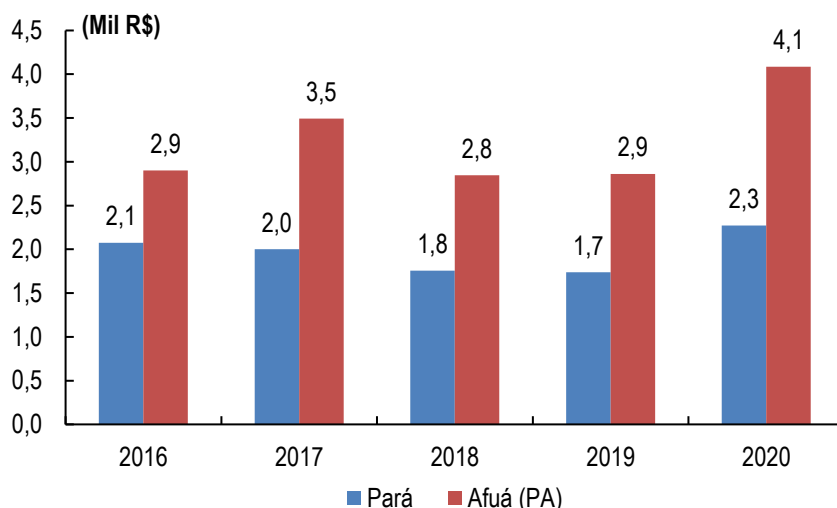
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda *per capita* de 4,1 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Afuá foi gerado um valor estimado de 4,1 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 41%, acima do valor estadual onde apresentou crescimento de 9% apenas, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Afuá, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

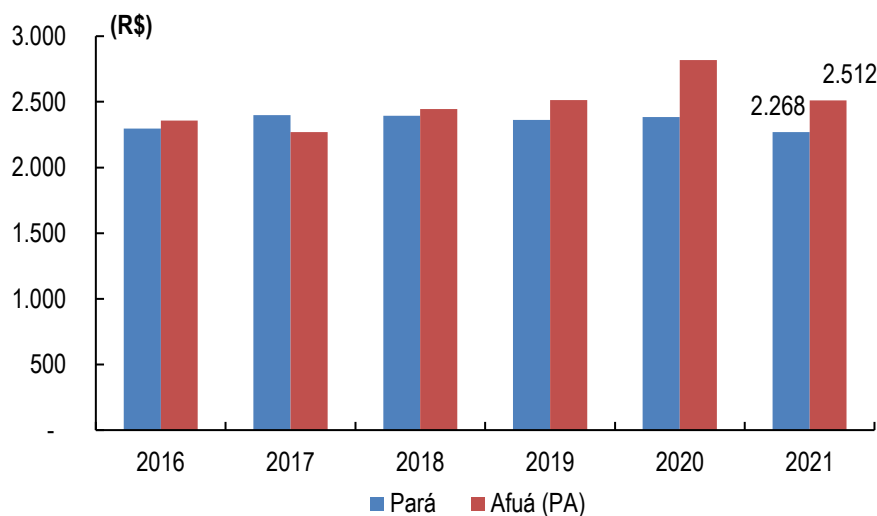
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Afuá apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.512 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de 7%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Afuá, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

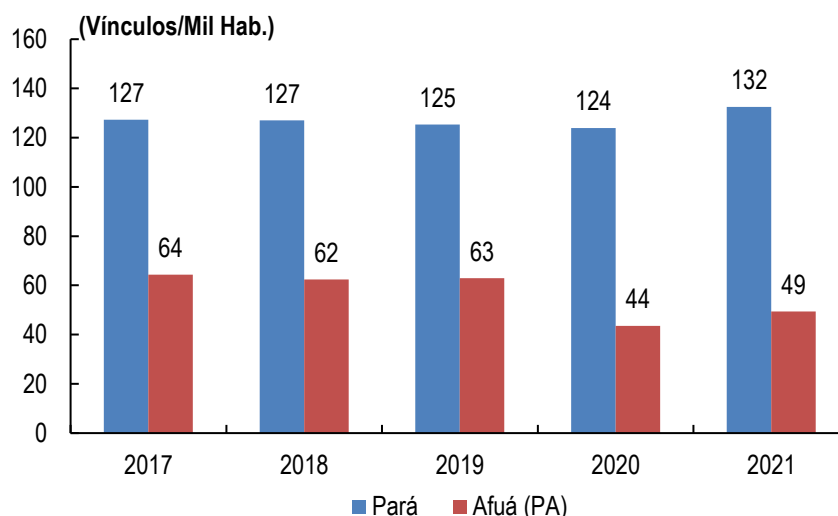
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Afuá no decorrer da série 2017 a 2021 apresentou retração de -23%, passando de 64 em 2017 para 49 empregos formais por mil habitantes, em 2021.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Afuá, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

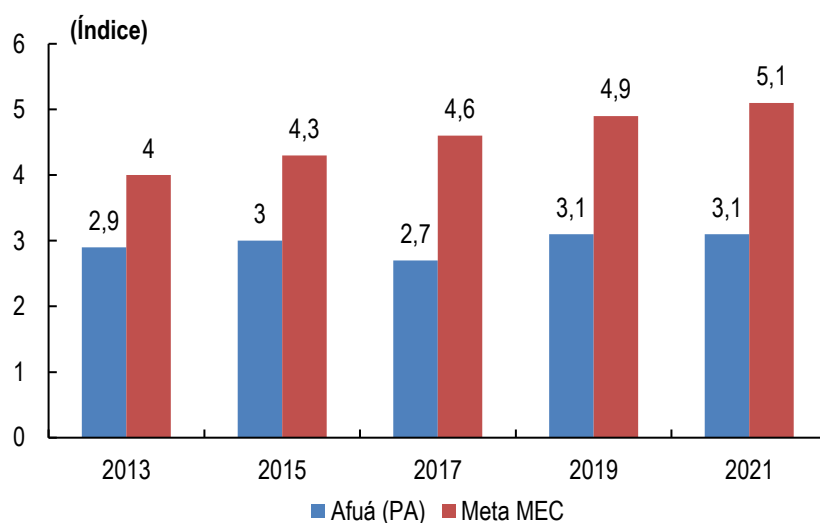
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Afuá, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 3,1, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,1), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Afuá, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

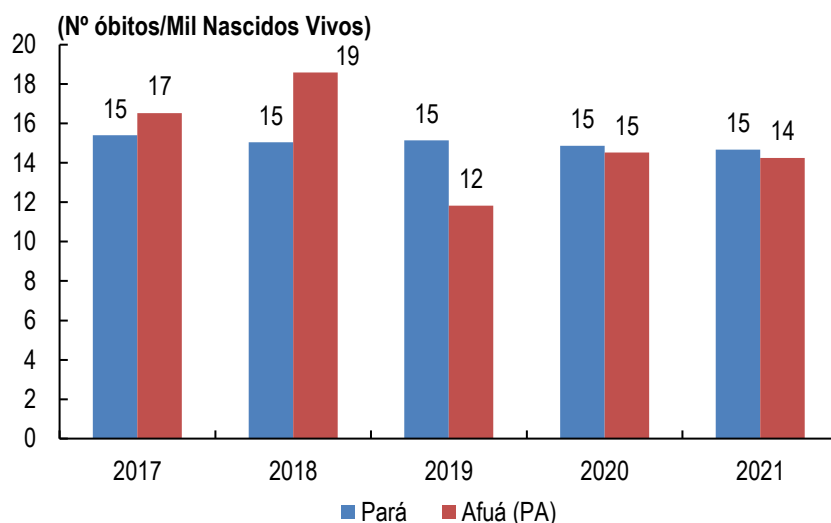
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Afuá apresentou redução de sua taxa de mortalidade infantil em -14%, chegando em 2021 com taxa de 14 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

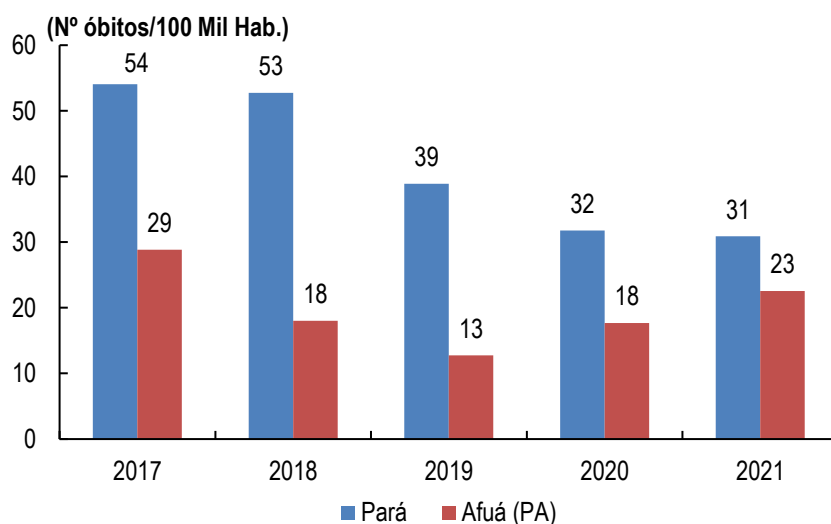
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Afuá obteve 23 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -22%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

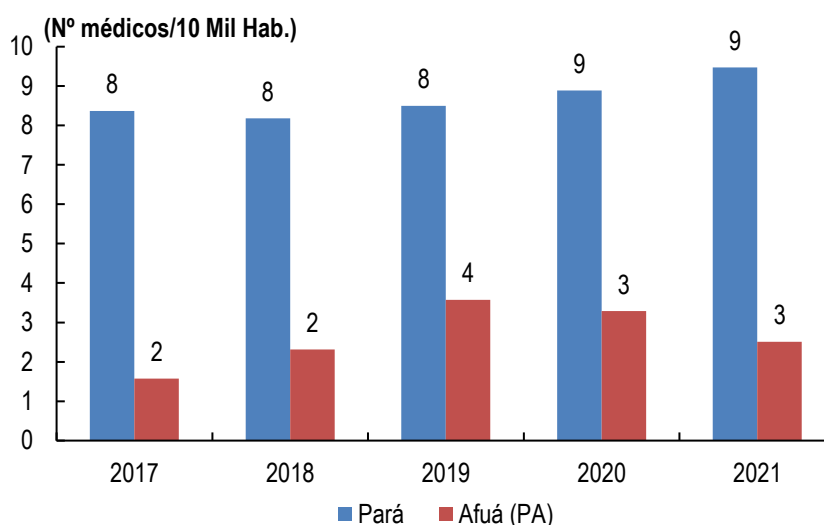
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município aumentou o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em 59%. Isso significa que em 2017 o município contava com dois médicos e passa a contar com três em 2021, para cada 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

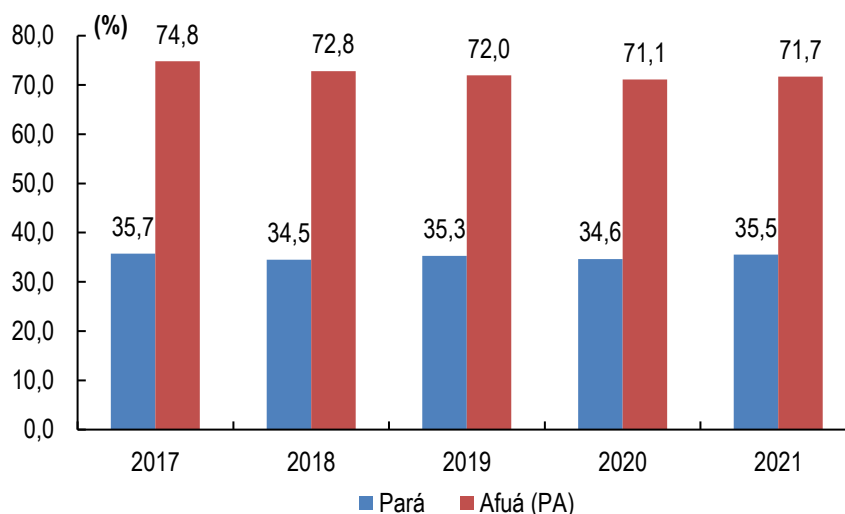
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Afuá se encontra em um quadro de extrema pobreza bem acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 71,7% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Afuá, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

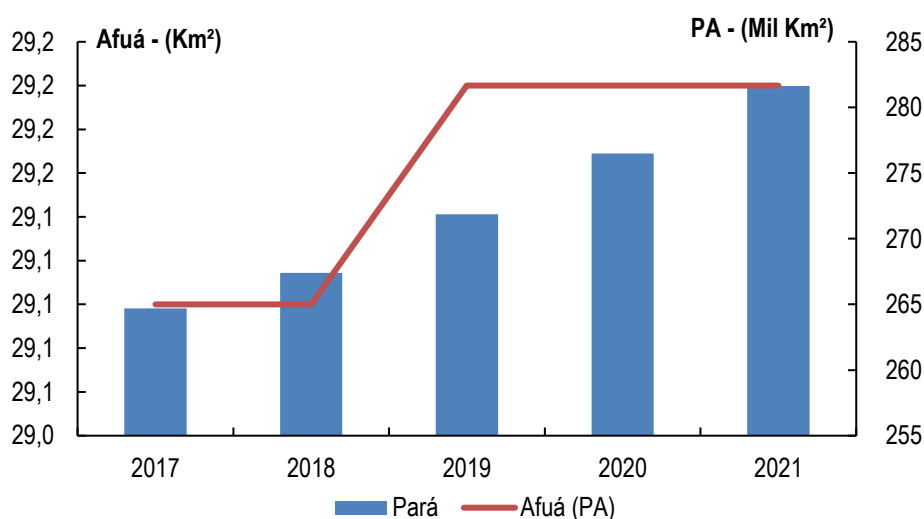
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Afuá alcançou 29,2 km², mantendo o mesmo patamar desde 2019. Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 0,3%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

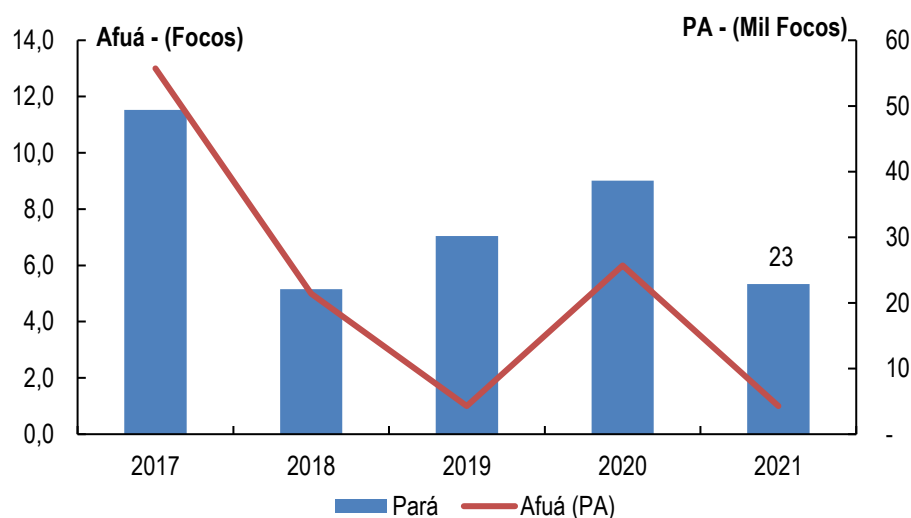
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Afuá apresentou apenas 1 foco em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -92,3%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

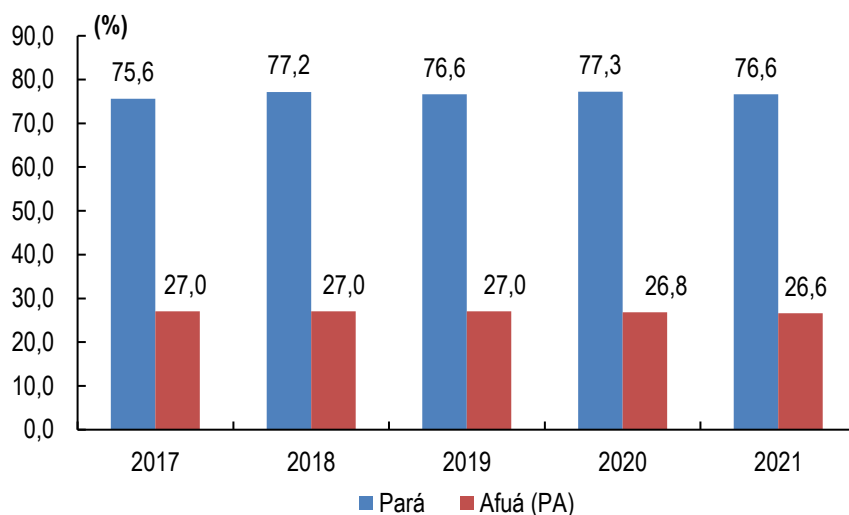
5.3. População total atendida no município com coleta lixo regular

O indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo foi calculado, por meio do Percentual da população residente na zona urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) de resíduos sólidos.

Em 2021 o município de Afuá apresentou percentual da população urbana com coleta de lixo de 26,6%, taxa inferior ao valor alcançado pelo Estado do Pará que foi de 76,6%. Entre o período de 2017 a 2021 o município vem mantendo um patamar de cobertura de coleta regular de lixo bem abaixo da média do estado.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 13: Percentual da População total atendida no município com coleta lixo regular – Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em termos das Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Afuá as principais formas são fossa rudimentar (33,2%) e de vala a céu aberto (8,6%). Apenas 0,05% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, em 2022, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Afuá, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	18	0,05
Fossa séptica	390	1,1
Fossa rudimentar	12.105	33,2
Vala a céu aberto	3.122	8,6
Direto para um rio, lago ou mar	8	0,02
Outra forma	399	1,1
Sem Resposta	20.423	56,0
Total	36.465	100

Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal

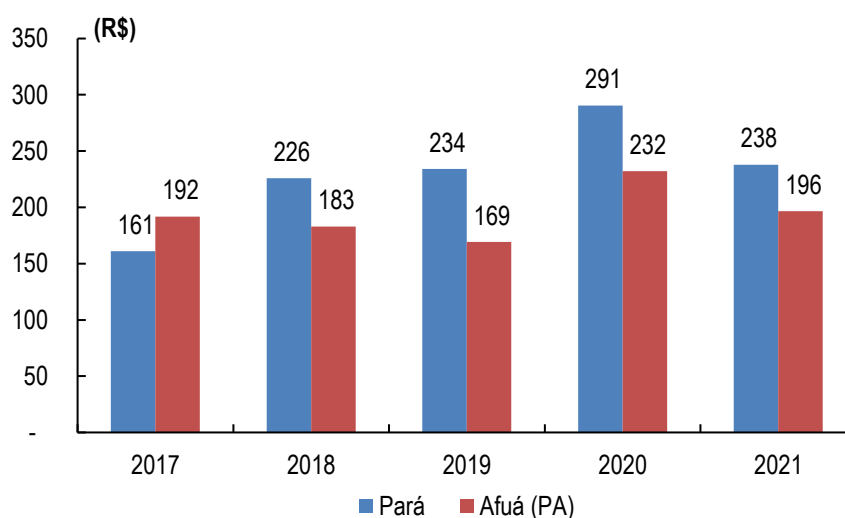
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Afuá para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal per capita relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 196 reais por habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto expandiu em 2,4%.

O gráfico 14 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Afuá.

Gráfico 14: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Afuá, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (IDEFLOR-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de

banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Altamira

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Altamira e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Altamira ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Oriximiná (75,89%), Alenquer (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Afuá

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Afuá, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Afuá. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+ ALENQUER



Sumário

1.	Apresentação.....	3
2.	Espacialização do Território	4
3.	Dimensão Econômica	5
3.1.	Produto Interno Bruto	6
3.2.	Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3.	Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4.	Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5.	Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4.	Dimensão Social	10
4.1.	Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2.	Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3.	Taxa de Homicídios.....	12
4.4.	Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5.	Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5.	Dimensão Ambiental.....	15
5.1.	Desflorestamento Acumulado	15
5.2.	Número de Focos de Calor	16
5.3.	Condições de coleta de lixo da população de baixa	17
5.4.	Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	18
5.5.	Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	18
6.	Referências	20
	ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Alenquer, onde se encontra parte da área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

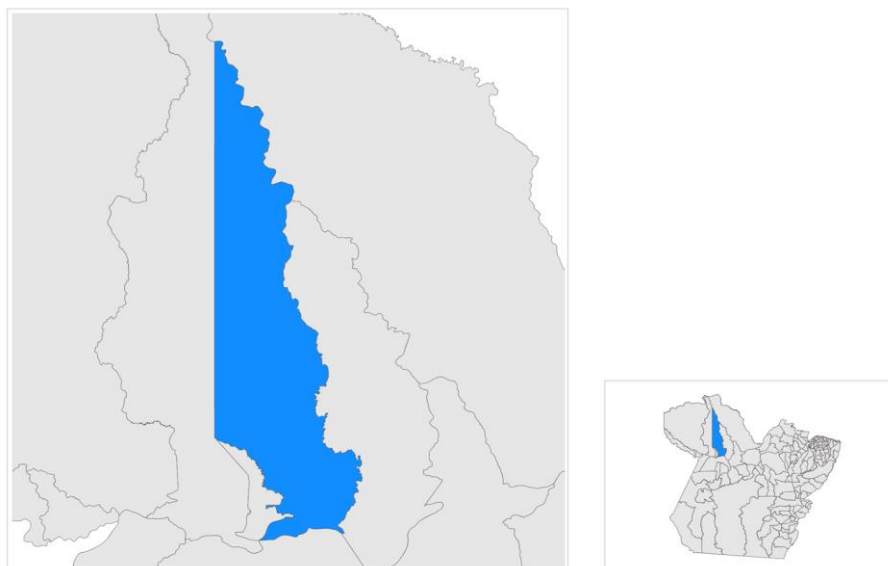
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Alenquer, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



O município de Alenquer possui em seu território parte da Floresta Pública Estadual do Paru, que ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo, além de Alenquer, os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Prainha e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. A Floresta Pública Estadual do Paru foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006.

Outra parte área de Floresta Pública Estadual que o município possui é a Estação Ecológica Grão-Pará, que está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre, Oriximiná, Alenquer e Óbidos, em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

O município de Alenquer possui uma área territorial total de 23.645,452 km², o que corresponde a 1,90% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Alenquer está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Santarém, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração Baixo Amazonas. Alenquer apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 56' 33" Sul e longitude de 54°

44' 15" Oeste, tendo seus limites ao norte com o município de Almeirim, a leste Monte Alegre, e ao sul Santarém e a oeste Óbidos e Curuá.

Os solos identificados no município de Alenquer são latossolo Amarelo distrófico textura média e areia quartzosa distrófica; Podzólico Vermelho-Amarelo textura argilosa e Podzólico Vermelho-Amarelo equivalente eutrófico textura argilosa, gley pouco húmico, eutrófico textura indiscriminada e solos Aluviais eutróficos textura indiscriminada.

A topografia de Alenquer apresenta uma altitude média de 212 m, ao norte apresenta as maiores elevações com cerca de 400 m e conta com áreas de depressões, planícies, planaltos e patamares. A alteração da cobertura vegetal natural, trabalhando com imagens LANDSAT-TM do ano de 1986, era de 6,71.

Os acidentes geográficos mais importantes são os rios Amazonas e o Curuá, este com o seu principal afluente, o Cuminapanema. O rio Curuá contém várias cachoeiras, entre elas: Cachoeirinha (uma das menores existentes no rio Curuá), Cajuti, Benfica, Japi, Brigadeiro, Cumaru, Tracajá, Três Botas, Birimbau, Ariramba, Frieira e do Pilão. Quanto aos lagos, os mais conhecidos são: o Curumu (com 4.500m x 1.500m), Uruxi, Capintuba, Botos, Lago Grande de Juaru etc., que oferecem belas paisagens com vitórias-régias, praias, garças e as conchas de itã. Destacam-se as ilhas Araripi, Juruparipacu, entre outras.

Os principais rios do Município são: o Amazonas, ao sul, que faz limite com o município de Santarém, com lagos, ilhas, furos e paranás, entre os quais o paraná de Alenquer, que banha a sede municipal ; o Curuá, que nasce no Município e corta o seu território no sentido norte-sul, apresenta dificuldade para navegação no seu médio e alto curso, devido à grande intensidade de cachoeiras e corredeiras, tais como: Cajuti, Benfica, Brigadeiro, etc. O rio Curuá desemboca no lago dos Botos e se interliga ao Amazonas pelo paraná de Alenquer. Os seus principais afluentes são: pela margem esquerda, o igarapé do Inferno e, pela margem direita, os rios Mamiá e Cuminapanema.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Alenquer, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir

trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

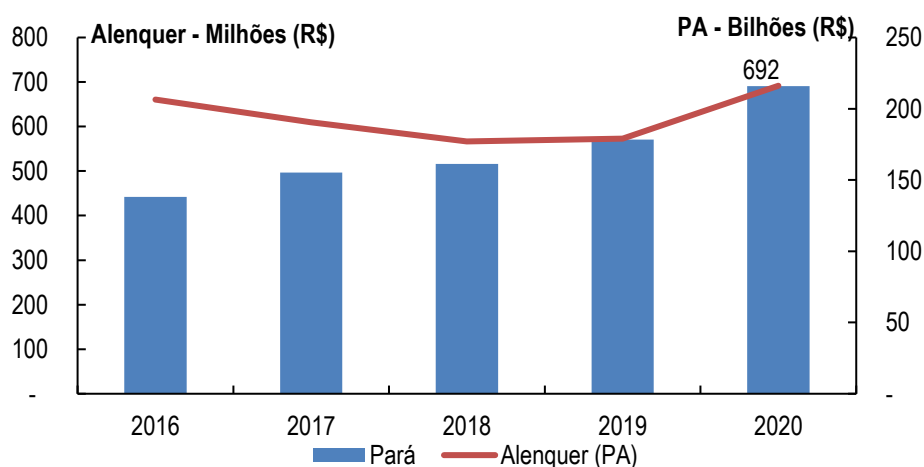
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Alenquer obteve um PIB de R\$ 692 milhões, contribuindo com 0,3% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 4,7%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Alenquer, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

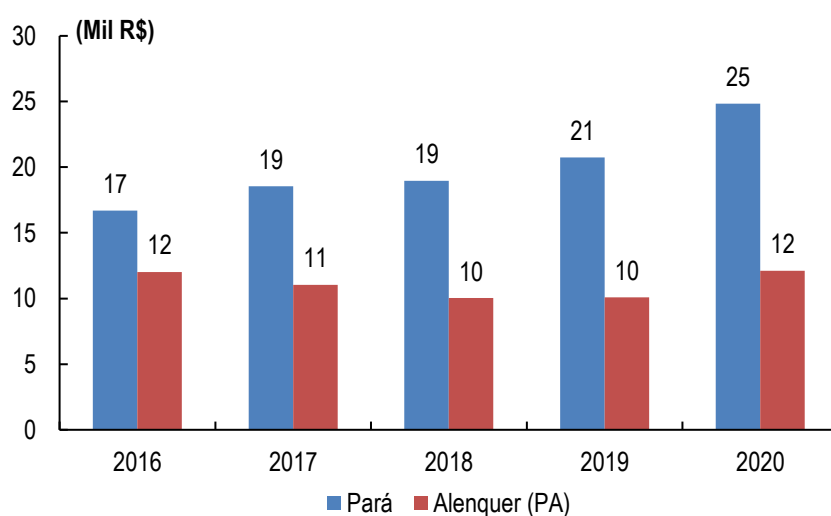
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Alenquer em 2020 obteve um PIB per capita de R\$ 12 mil, que corresponde aproximadamente 49% do PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente cerca de 0,8%, enquanto o crescimento do Estado do Pará foi de 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Alenquer, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda Per Capita da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Alenquer apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 265 milhões, o que representou 40% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita* (que correspondeu a 70% do valor gerado pela agropecuária); tendo como destaque a lavoura temporária, onde as maiores contribuições decorreram da produção de mandioca, açaí, limão e banana.

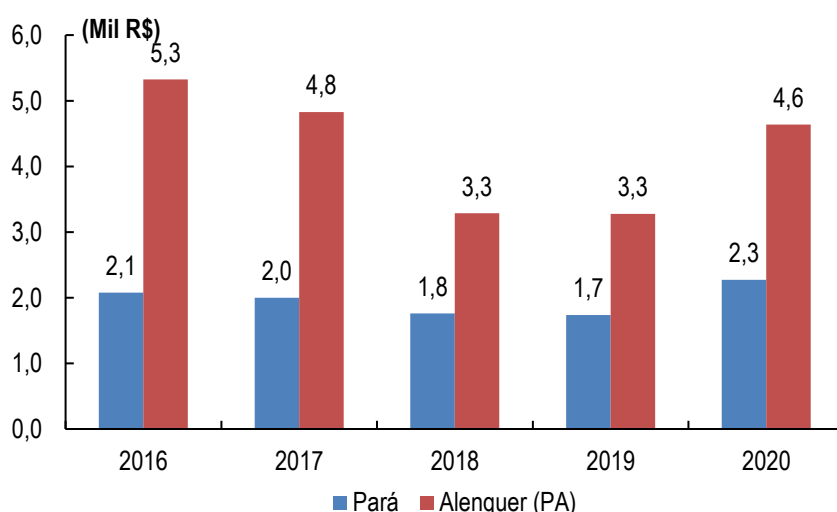
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda per capita de 4,6 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Alenquer foi gerado um valor estimado de 4,6 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município decresceu nominalmente cerca de -13%, comportamento distinto ao do estadual onde apresentou crescimento de 9,4%, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Alenquer, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

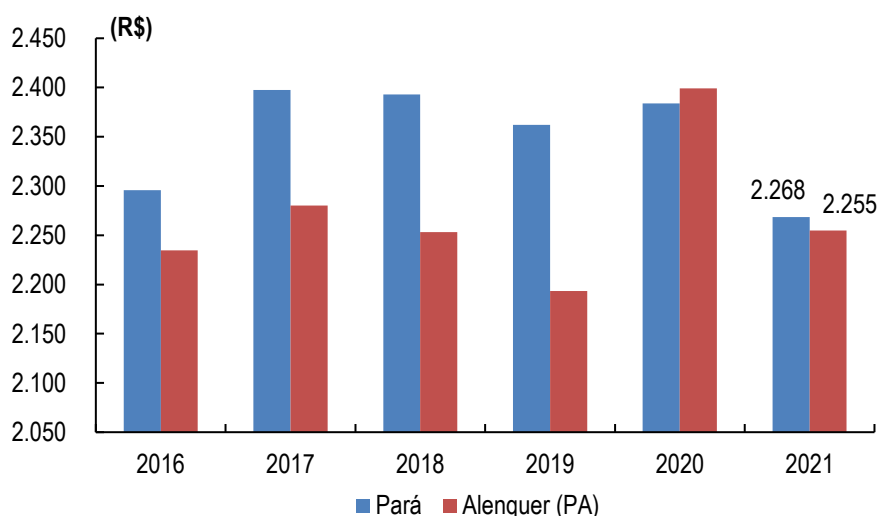
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Alenquer apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.255 reais, abaixo do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de 0,9%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Alenquer, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

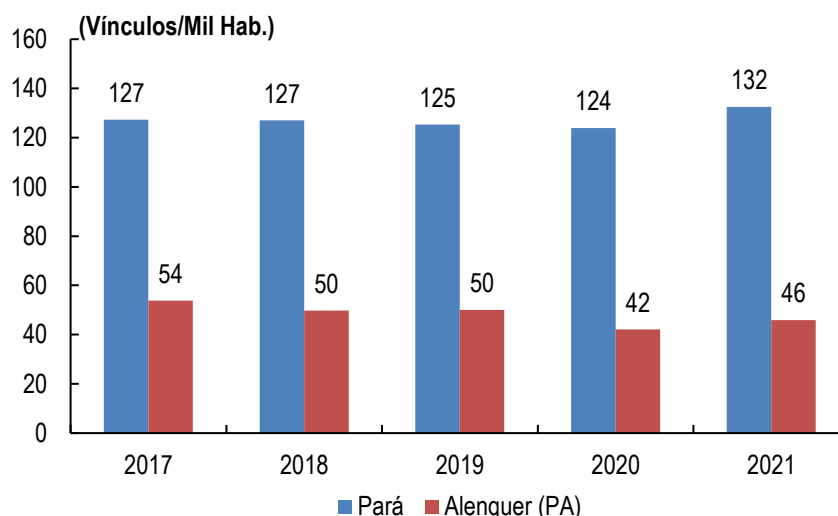
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Alenquer no decorrer da série 2017 a 2021 apresentou retração de -14,6%, passando de 54 em 2017 para 46 empregos formais por mil habitantes, em 2021.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Alenquer, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Alenquer, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

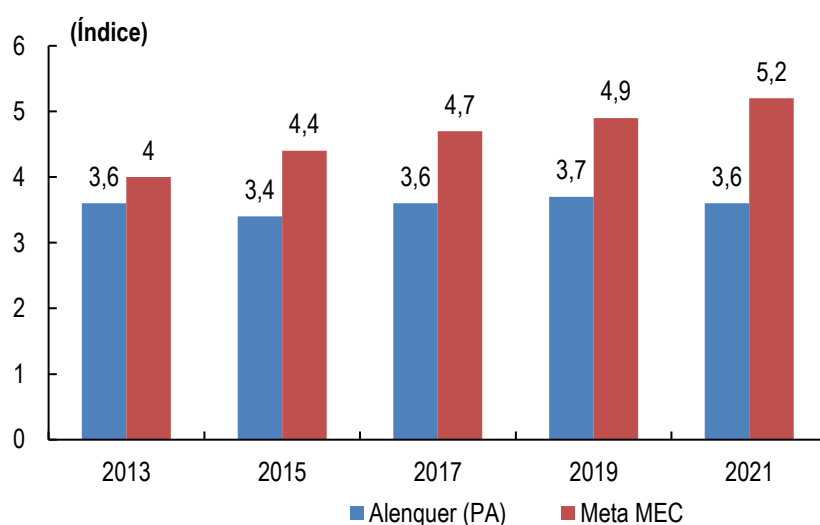
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Alenquer, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 3,6, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,2), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Alenquer, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

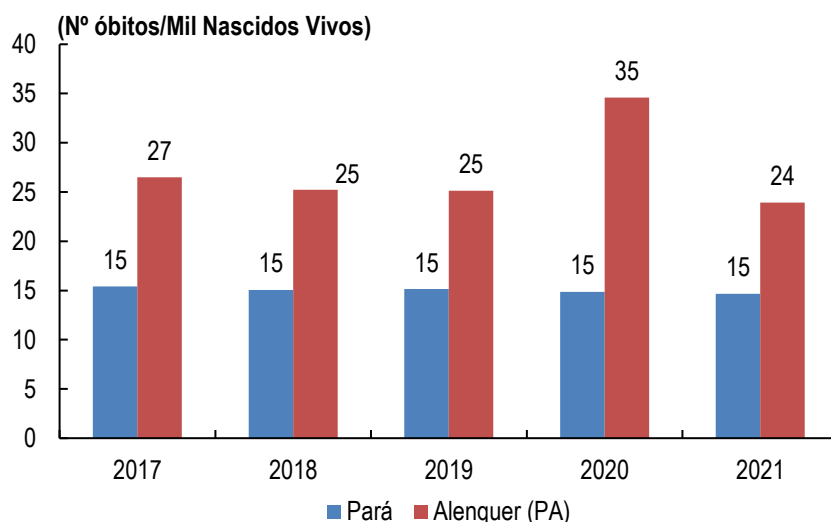
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Alenquer apresentou redução de sua taxa de mortalidade infantil em -9,7%, chegando em 2021 com taxa de 24 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Alenquer, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

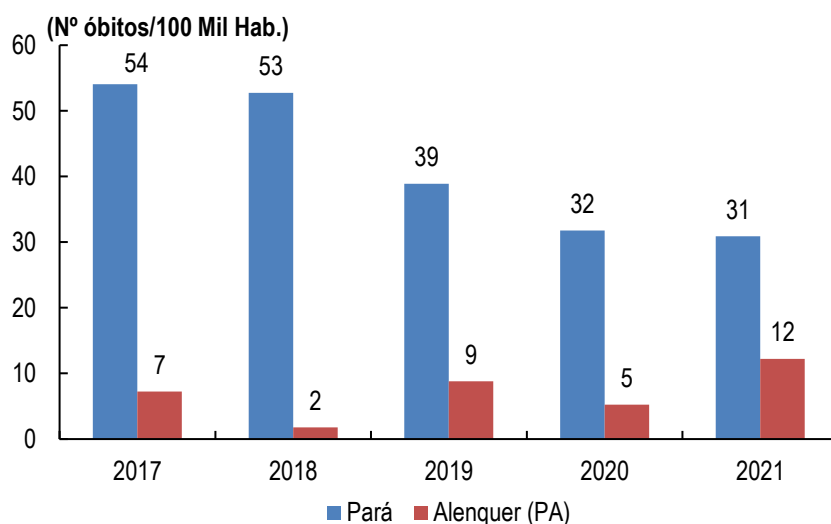
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Alenquer obteve 12 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. No entanto, entre o período de 2017 a 2021 o município aumentou sua taxa de homicídios em 68,5%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Alenquer, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

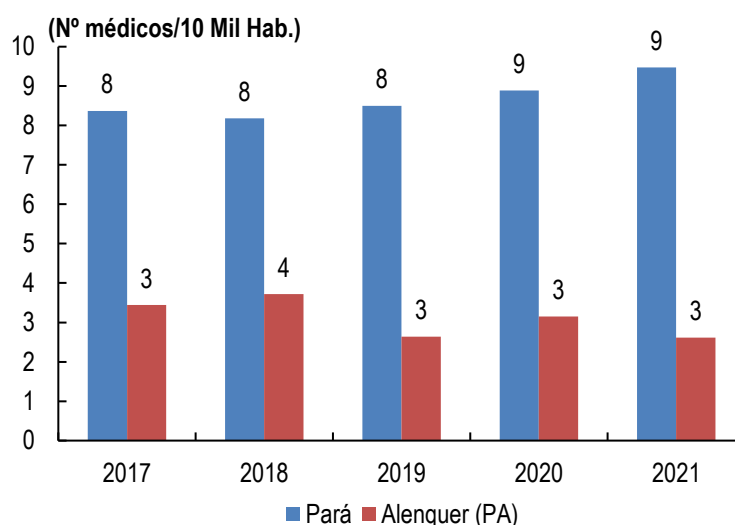
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município apresentou certa estagnação no número de médicos atuantes em seu sistema de saúde, pois em 2017 o município contava com três médicos e em 2021 continua a contar com três médicos por 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Alenquer, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

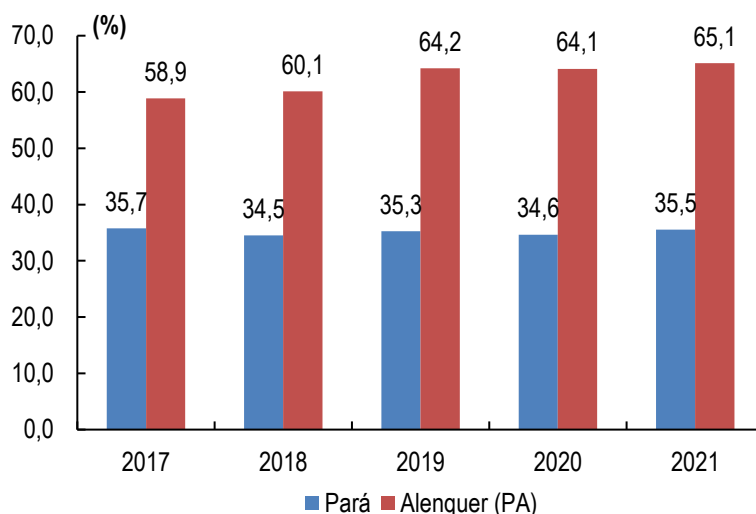
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Alenquer se encontra em um quadro de extrema pobreza bem acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 65,1% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Alenquer, 2017-2021



Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Alenquer, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

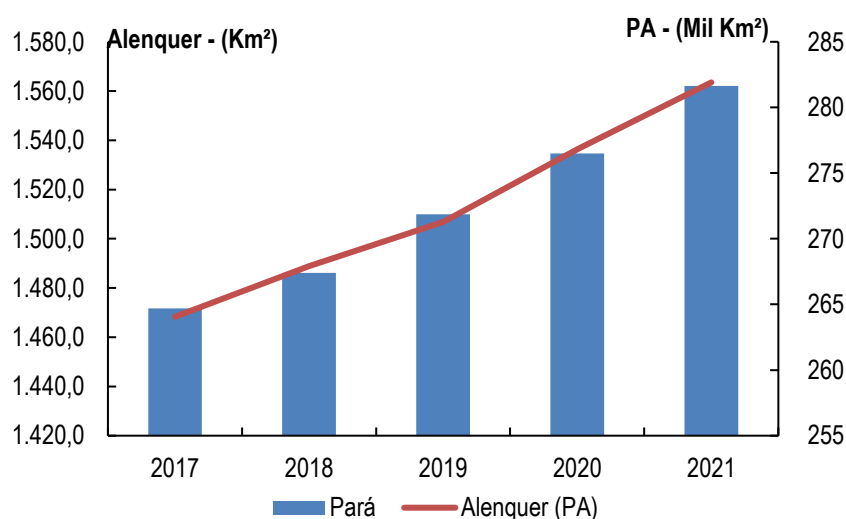
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Alenquer alcançou 1.563,5 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 6,5%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Alenquer, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

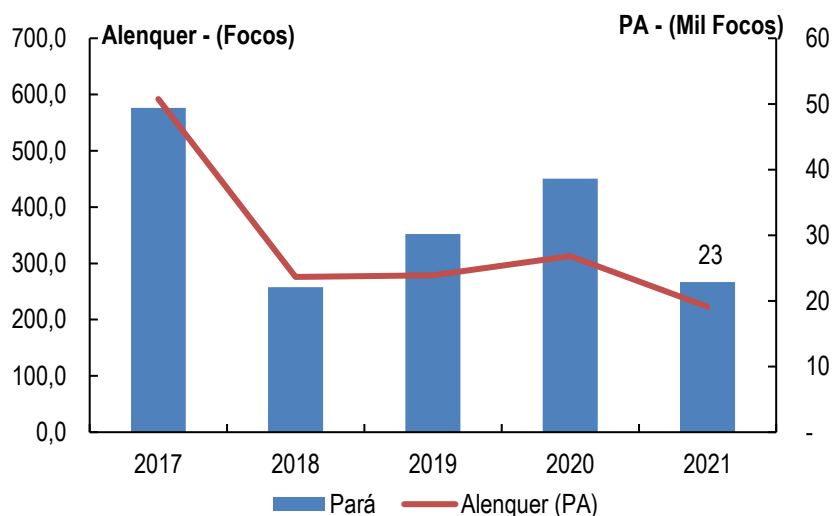
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Alenquer apresentou 223 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -62,3%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Alenquer, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

5.3. Condições de coleta de lixo da população de baixa

Em 2022, em termos das Condições de coleta de lixo da população de baixa renda do município de Alenquer as principais formas foram a queima ou enterramento do lixo produzido na propriedade (48,3%) e a coleta direta (35,5%), conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de coleta de lixo da população de baixa renda – Pará e Alenquer, 2022

Forma de Coleta de Lixo	População	Part. (%)
É coletado diretamente	16.905	35,5
É coletado indiretamente	1.255	2,6
É queimado ou enterrado na propriedade	22.974	48,3
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	310	0,7
É jogado em rio ou mar	6	0,0
Tem outro destino	18	0,0
Sem Resposta	6.096	12,8
Total	47.564	100

Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal.

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em termos das Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Alenquer as principais formas são fossa rudimentar (46,4%) e de fossa séptica (34,9%). Apenas 0,12% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, em 2022, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 02: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Alenquer, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	58	0,12
Fossa séptica	16.606	34,9
Fossa rudimentar	22.058	46,4
Vala a céu aberto	1.775	3,7
Direto para um rio, lago ou mar	17	0,04
Outra forma	751	1,6
Sem Resposta	6.299	13,2
Total	47.564	100

Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal

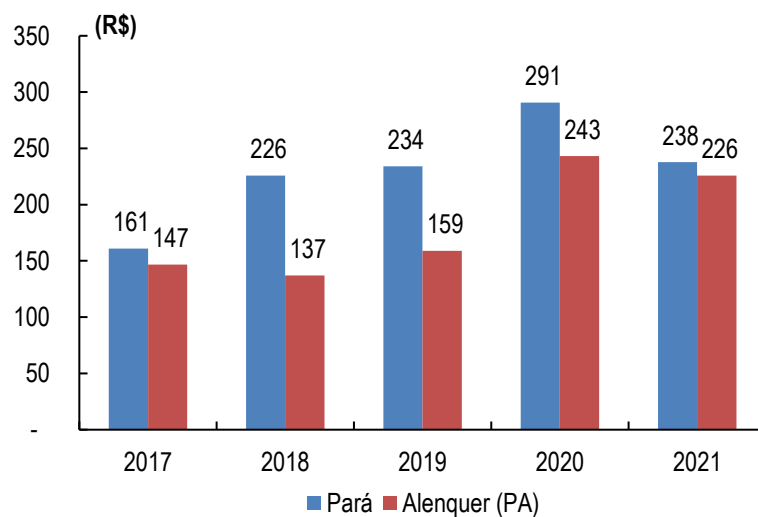
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Alenquer para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 226 reais por habitantes, Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto expandiu em 53,7%.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Alenquer.

Gráfico 13: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Alenquer, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Altamira

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Altamira e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Altamira ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Oriximiná (75,89%), Alenquer (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Alenquer

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Alenquer, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Alenquer. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+

ALMEIRIM



Sumário

1.	Apresentação.....	3
2.	Espacialização do Território	4
3.	Dimensão Econômica	6
3.1.	Produto Interno Bruto	6
3.2.	Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	7
3.3.	Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4.	Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5.	Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4.	Dimensão Social	10
4.1.	Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2.	Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3.	Taxa de Homicídios.....	12
4.4.	Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5.	Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5.	Dimensão Ambiental.....	15
5.1.	Desflorestamento Acumulado	15
5.2.	Número de Focos de Calor	16
5.3.	Condições de coleta de lixo da população de baixa	17
5.4.	Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	17
5.5.	Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	18
6.	Referências	20
	ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Almeirim, onde se encontra parte da área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

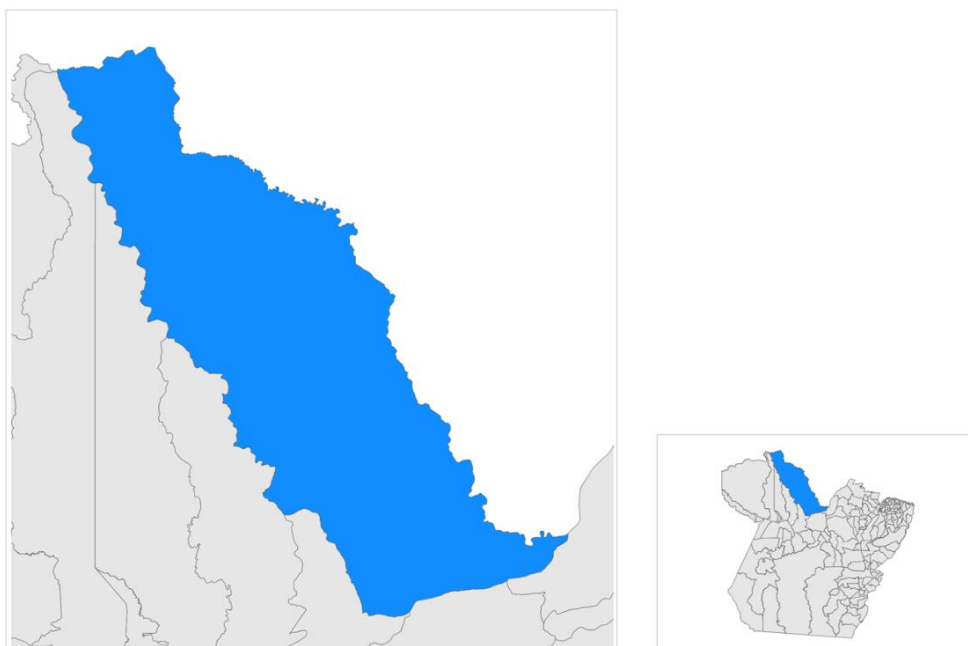
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Almeirim, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



O município de Almeirim possui em seu território parte da Floresta Pública Estadual do Paru, que ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo, além de Almeirim, os municípios de Alenquer, Monte Alegre, Prainha e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. A Floresta Pública Estadual do Paru foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006.

Outra parte de Floresta Pública Estadual que o município de Almeirim possui é o da Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) que se estende por mais de 1 milhão de hectares, e foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental. Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

O município de Almeirim possui uma área territorial total de 72.954,798 km², o que corresponde a 5,86% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Almeirim está inserido na região geográfica intermediária de Altamira e na região imediata de Almeirim, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração Baixo Amazonas. Almeirim apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 31' 14" Sul e longitude de 52° 34' 53" Oeste, tendo seus limites ao norte com o Estado do Amapá e com o país Suriname, a leste - Estado do Amapá, ao sul Porto de Moz e Prainha e a oeste Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

As ordens de solos identificadas no município em maior ocorrência são o latossolo amarelo textura média e argilosa, concrecionários lateríticos indiscriminados distróficos, podzólico vermelho amarelo textura argilosa média e solos aluviais eutróficos e distróficos texturas indiscriminadas.

A topografia do Município apresenta uma altitude média de 193 m, atinge áreas expressivas ao norte de seu território, até alcançar o Planalto Cristalino das Guianas, com cotas que podem atingir 600 metros e conta com áreas de depressões, planaltos, patamares, serras, planícies e chapadas ao sul.

A estrutura geológica de Almeirim é composta por Terrenos arenosos e folhelhos metamorizados e retrabalhados no paleoproterozóico, Associações de rochas de origem vulcânica e plutônica e composição félsica até máfica (posicionadas no final ou após o tectonismo), Gnaisses de origem magmática e/ou sedimentar de médio a alto grau metamórfico e rochas graníticas desenvolvidas durante o tectonismo, Rochas magmáticas de composição félsica e máfica, Sedimentos argilosos, arenosos e cascalhos, Sedimentos relativos a aluviões atuais e terraços mais antigos do Holoceno, Sedimentos arenosos e argilosos, podendo incluir níveis carbonosos do Terciário e na porção sul do município está localizada a bacia sedimentar do Amazonas. A drenagem do município de Almeirim é representada, principalmente, por dois afluentes da margem esquerda do Amazonas, os rios Paru de Este e Jari.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Almeirim, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

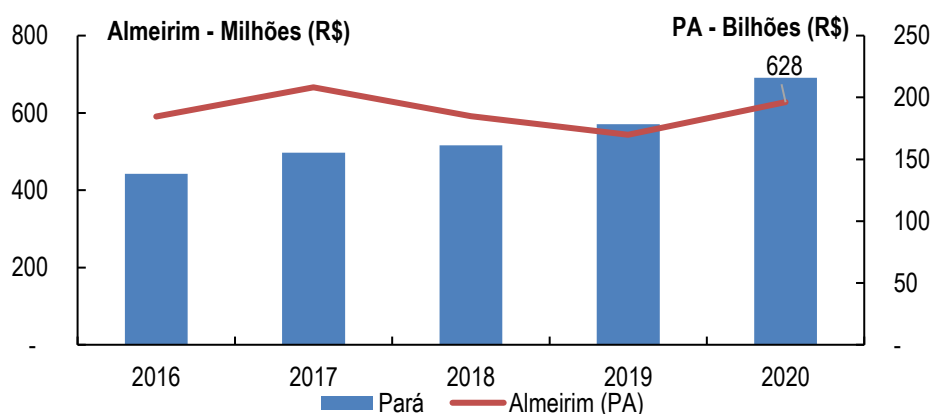
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Almeirim obteve um PIB de R\$ 628 milhões, contribuindo com 0,3% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 6,3%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Almeirim, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

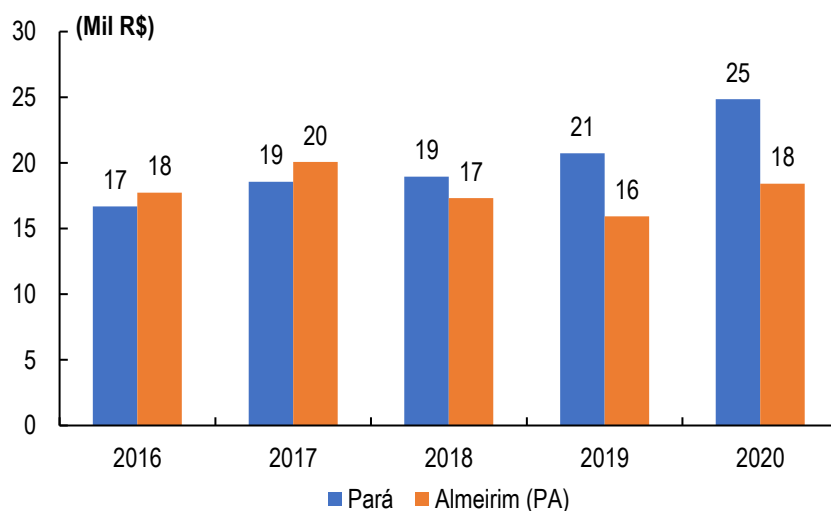
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Almeirim em 2020 obteve um PIB per capita de R\$ 18 mil, que corresponde aproximadamente 74% do PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente cerca de 3,8%, enquanto o crescimento do Estado do Pará foi de 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Almeirim, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda *Per Capita* da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Almeirim apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 71 milhões, o que representou 13% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Silvicultura e extração vegetal* (que correspondeu a 41% do valor gerado pela agropecuária); onde as maiores contribuições decorreram da extração de madeira em tora, lenha e açaí.

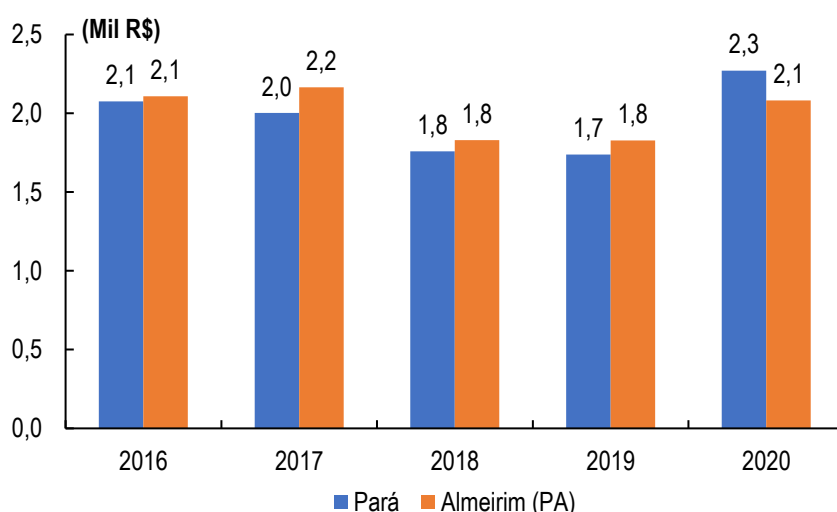
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda per capita de 2,1 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Almeirim foi gerado um valor estimado de 2,1 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município decresceu nominalmente cerca de -1,3%, comportamento distinto ao do estadual onde apresentou crescimento 9%, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Almeirim, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

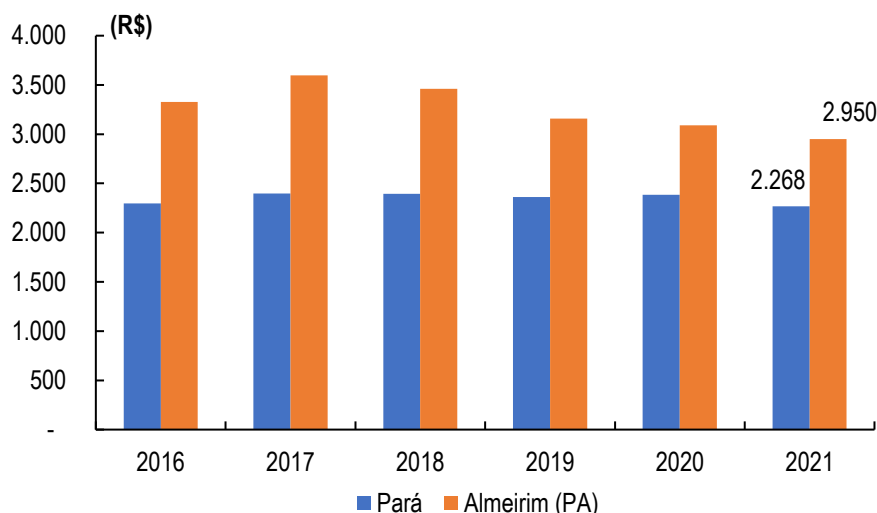
Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Almeirim apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.950 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do

trabalhador formal no município decresceu em termos reais cerca de -11,3%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Almeirim, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

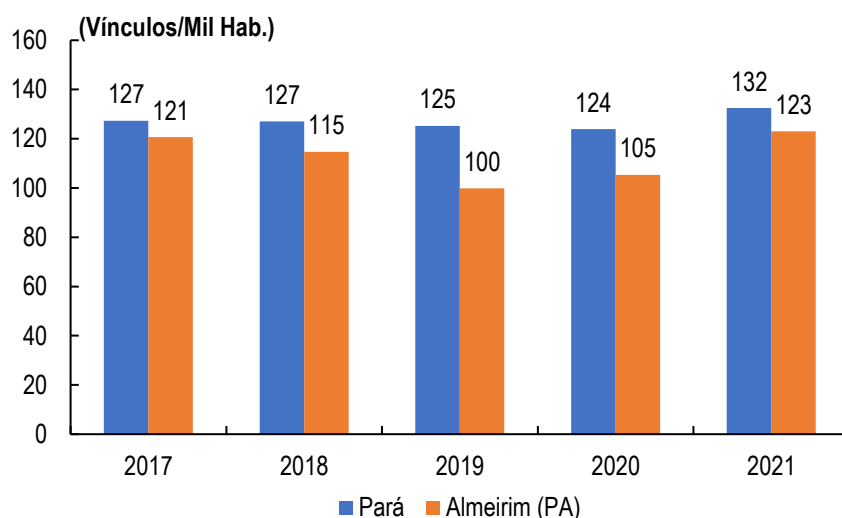
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Almeirim no decorrer da série 2017 a 2021 apresentou aumento de 2%, passando de 121 em 2017 para 123 empregos formais por mil habitantes, em 2021.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Almeirim, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Almeirim, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

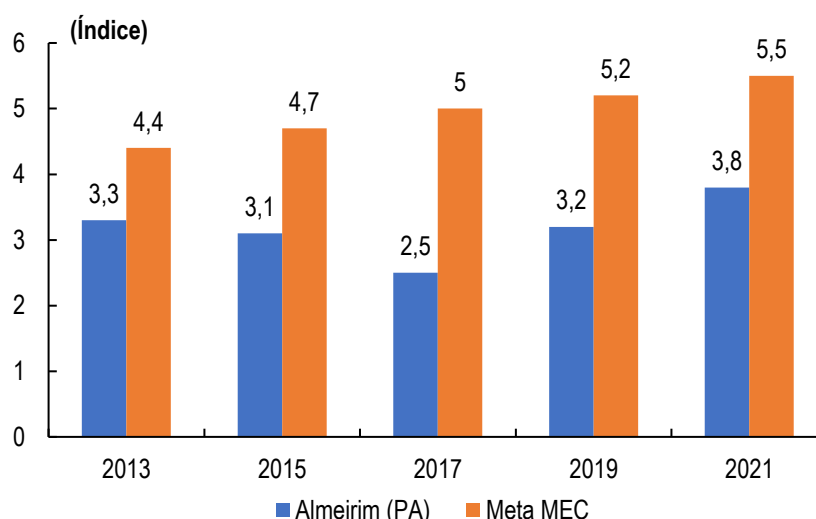
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em

avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Almeirim, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 3,8, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,5), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Almeirim, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

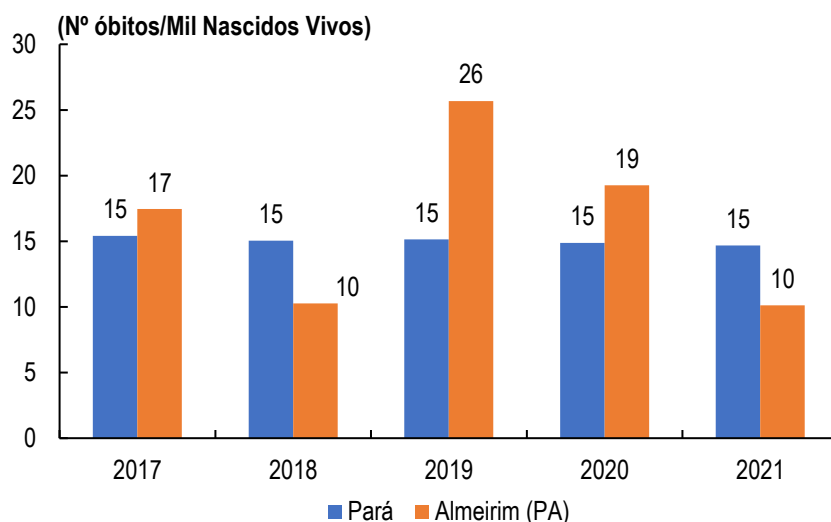
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Almeirim apresentou redução de sua taxa de mortalidade infantil em -42%, chegando em 2021 com taxa de 10 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Almeirim, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

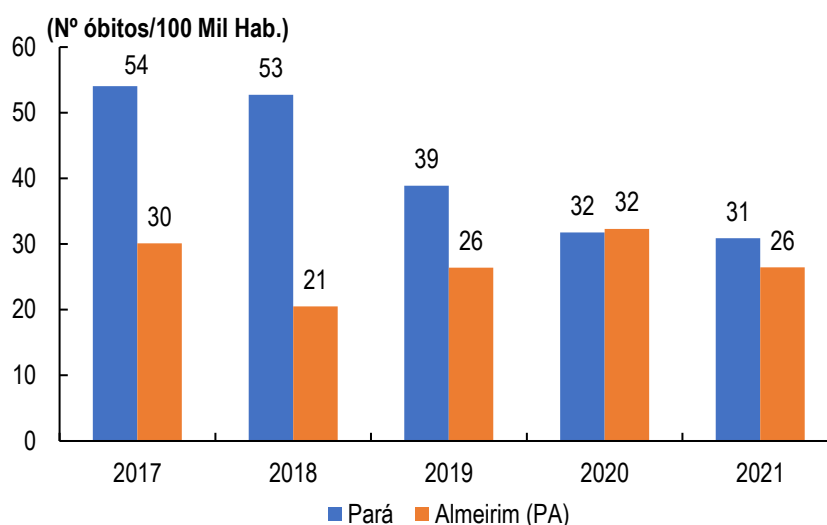
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Almeirim obteve 26 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -12,2%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Almeirim, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

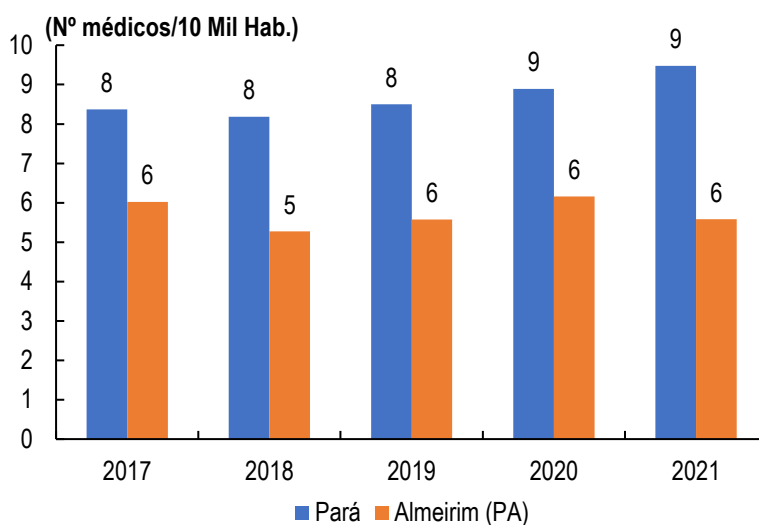
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município apresentou certa estagnação no número de médicos atuantes em seu sistema de saúde, pois em 2017 o município contava com seis médicos e chega em 2021 com o quantitativo de seis médicos por 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Almeirim, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

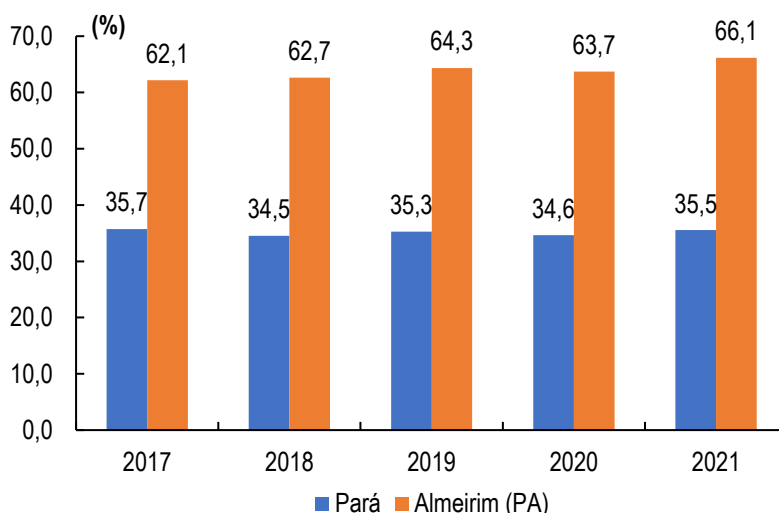
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Almeirim se encontra em um quadro de extrema pobreza bem acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 66,1% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Almeirim, 2017-2021



Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Almeirim, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

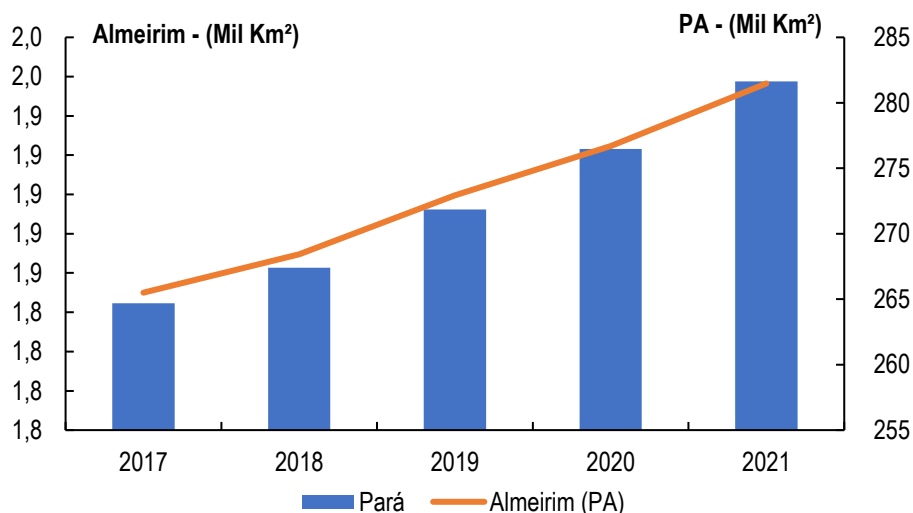
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Almeirim alcançou 1.957 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 5,8%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Almeirim, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

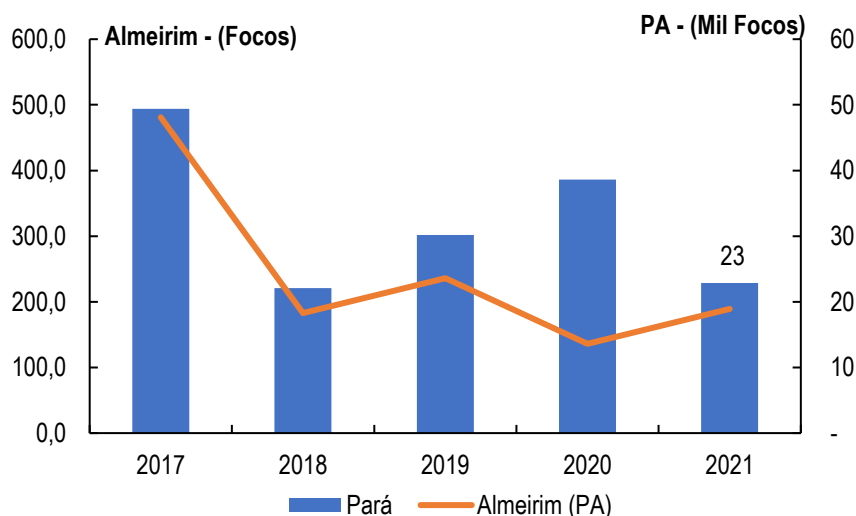
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Almeirim apresentou 189 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -60,7%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Almeirim, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

5.3. Condições de coleta de lixo da população de baixa

Em 2022, em termos das Condições de coleta de lixo da população de baixa renda do município de Almeirim as principais formas foram a coleta direta (39,4%) e a queima ou enterramento do lixo produzido na propriedade (38,0%), conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de coleta de lixo da população de baixa renda – Pará e Almeirim, 2022

Forma de Coleta de Lixo	População	Part. (%)
É coletado diretamente	10.442	39,4
É coletado indiretamente	5.060	19,1
É queimado ou enterrado na propriedade	10.089	38,0
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	111	0,4
É jogado em rio ou mar	23	0,1
Tem outro destino	62	0,2
Sem Resposta	746	2,8
Total	26.533	100

Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal.

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em termos das Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Almeirim as principais formas são fossa rudimentar (63,2%) e de fossa séptica (13,5%). Apenas

7,9% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, em 2022, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 02: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Almeirim, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	2.102	7,9
Fossa séptica	3.582	13,5
Fossa rudimentar	16.756	63,2
Vala a céu aberto	1.576	5,9
Direto para um rio, lago ou mar	313	1,18
Outra forma	416	1,6
Sem Resposta	1.788	6,7
Total	26.533	100

Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal

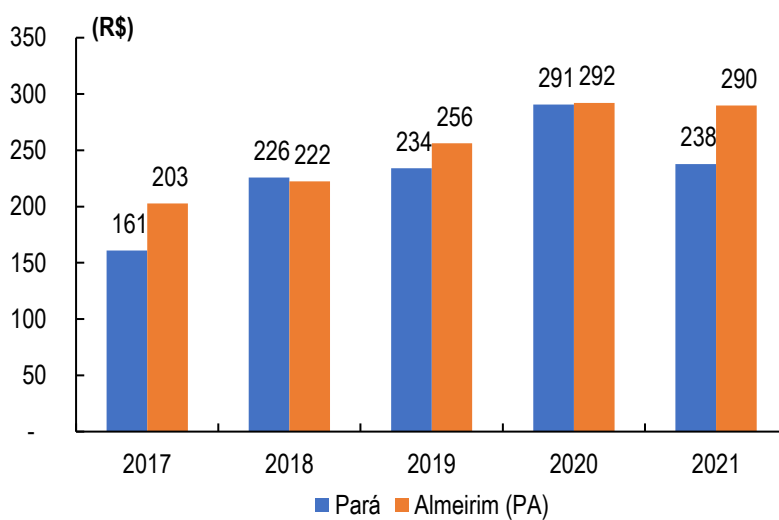
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Almeirim para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 290 reais por habitantes, Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto expandiu em 43%.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Almeirim.

Gráfico 13: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Almeirim, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Almeirim e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Almeirim e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 (ANEXOS II e III) e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Almeirim e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Altamira

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Altamira e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Altamira ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Oriximiná, Óbidos, Almeirim e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Oriximiná (75,89%), Almeirim (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Almeirim

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Almeirim, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Almeirim. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+ ALTAMIRA



Sumário

1. Apresentação.....	3
2. Espacialização do Território	4
3. Dimensão Econômica	5
3.1. Produto Interno Bruto	5
3.2. Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3. Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4. Dimensão Social	10
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2. Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3. Taxa de Homicídios.....	12
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5. Dimensão Ambiental.....	15
5.1. Desflorestamento Acumulado	15
5.2. Número de Focos de Calor	16
5.3. População total atendida no município com coleta lixo regular	17
5.4. Percentual da População total atendida com esgotamento sanitário.....	18
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	19
6. Referências	21
ANEXOS	22

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Altamira, onde se encontra a área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

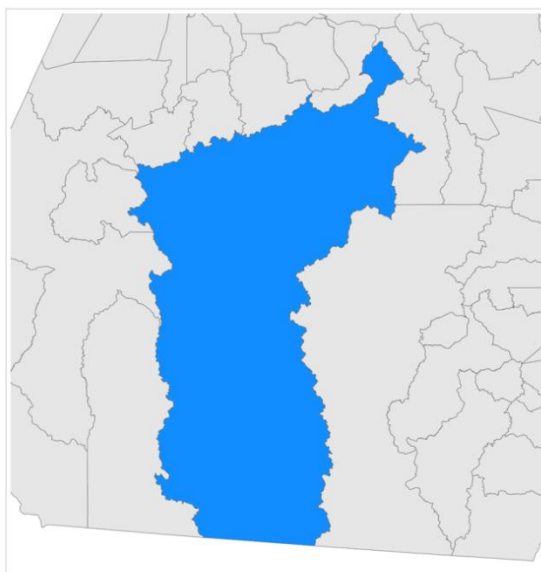
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Altamira, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



No município de Altamira tem-se a Floresta Pública Estadual - Floresta Estadual do Iriri, que foi criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Altamira e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Altamira ao Oeste.

O município de Altamira possui uma área territorial total de 159.533,306 km², o que corresponde a 12,80% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está inserido na região geográfica intermediária de Altamira e na região imediata de Altamira, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração do Xingu. Altamira apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 03° 12' 00" sul e longitude de 52° 13' 45" oeste, tendo seus limites são ao norte com os municípios de Rurópolis, Placas, Uruará, Brasil Novo e Vitória do Xingu.

Os solos encontrados no município são o argissolo, o neossolo, o gleissolo, o nitossolo no extremo norte, o cambissolo na porção sul e o latossolo em menor ocorrência.

A topografia do município apresenta uma altitude entre 0 e 816 metros e possui uma altitude média de 203 metros e conta com áreas de planaltos, depressões, planícies, de serras na porção leste e áreas de patamares no extremo norte.

O principal rio é o Xingu que, na porção nordeste do município, o atravessa no sentido sul-norte. Recebe inúmeros rios e igarapés, sendo o mais importante o rio Iriri afluente da margem esquerda que deságua no Xingu, antes da “volta grande”, cerca de 80 Km da sede.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Altamira, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

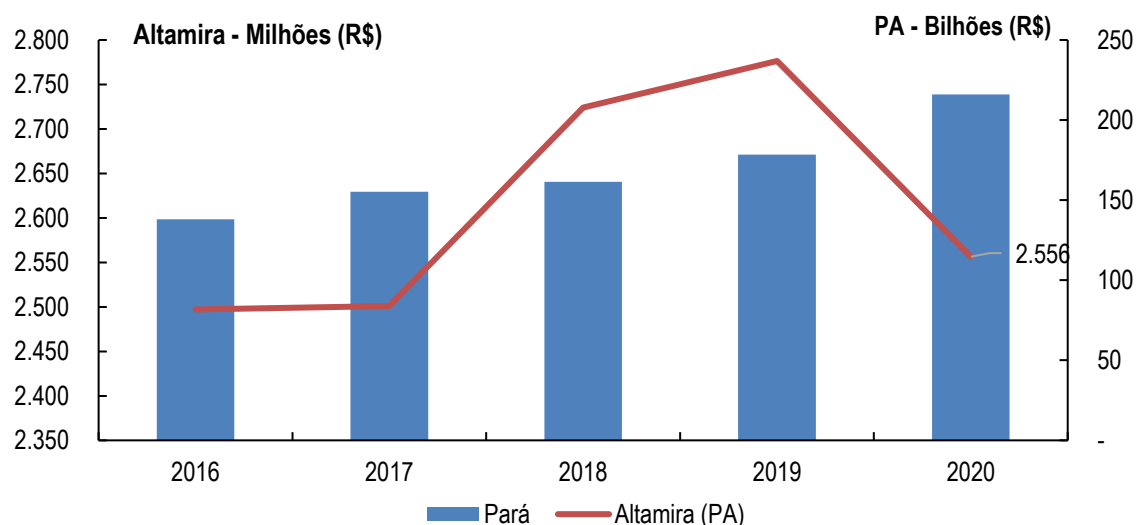
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Altamira obteve um PIB de R\$ 2.556 milhões, contribuindo com 1,2% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 2,4%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Altamira, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

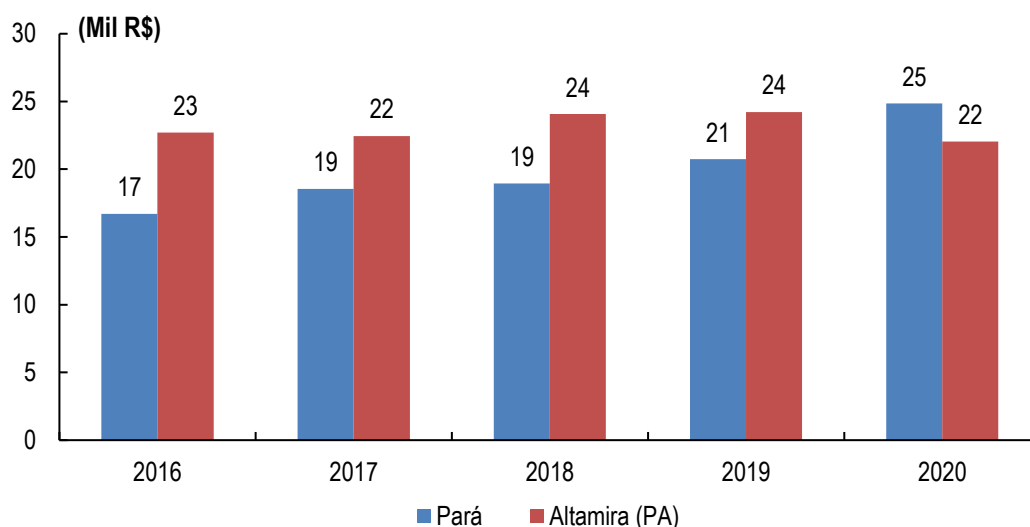
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Altamira em 2020 obteve um PIB *per capita* de R\$ 22 mil, que corresponde aproximadamente 89% do PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município decresceu nominalmente cerca de -2,9%, enquanto o Estado do Pará crescimento 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Altamira, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda *Per Capita* da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Altamira apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 324 milhões, o que representou 14% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Pecuária*, tendo como destaque a criação de bovinos.

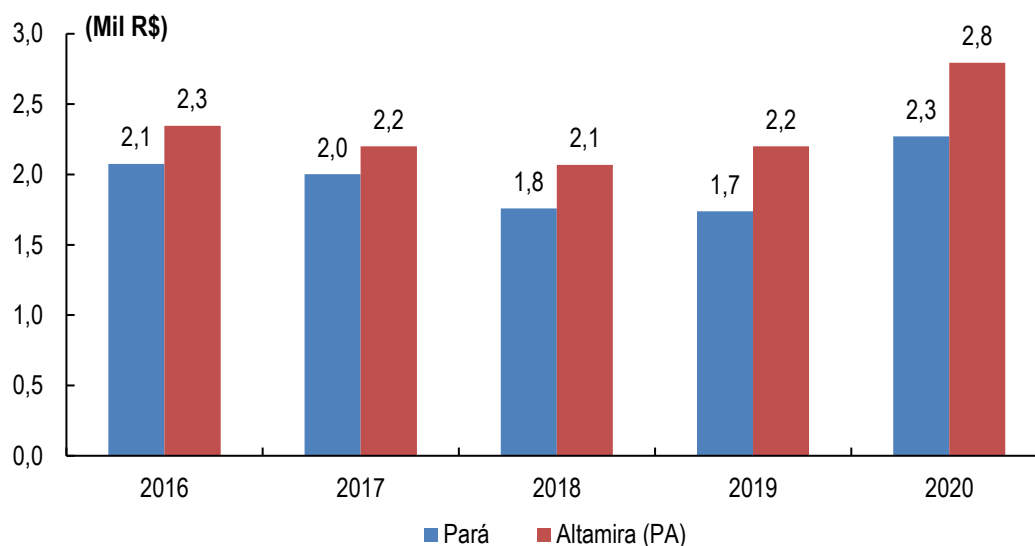
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda *per capita* de 2,8 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Altamira foi gerado um valor estimado de 2,8 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 19,1%, acima do valor estadual onde apresentou crescimento de 9% apenas, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Altamira, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

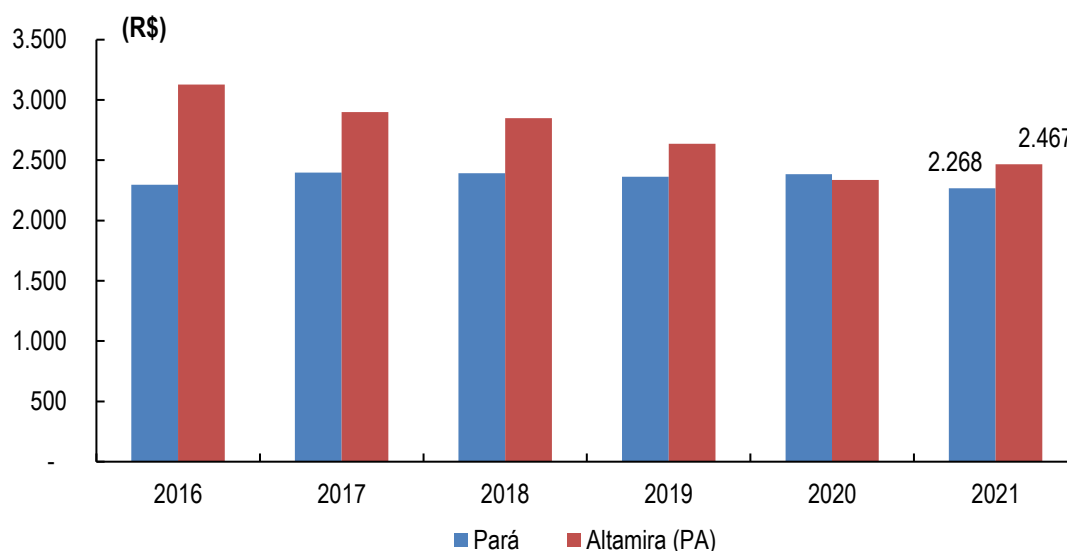
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Altamira apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.467 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município decresceu em termos reais cerca de -21,1%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Altamira, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

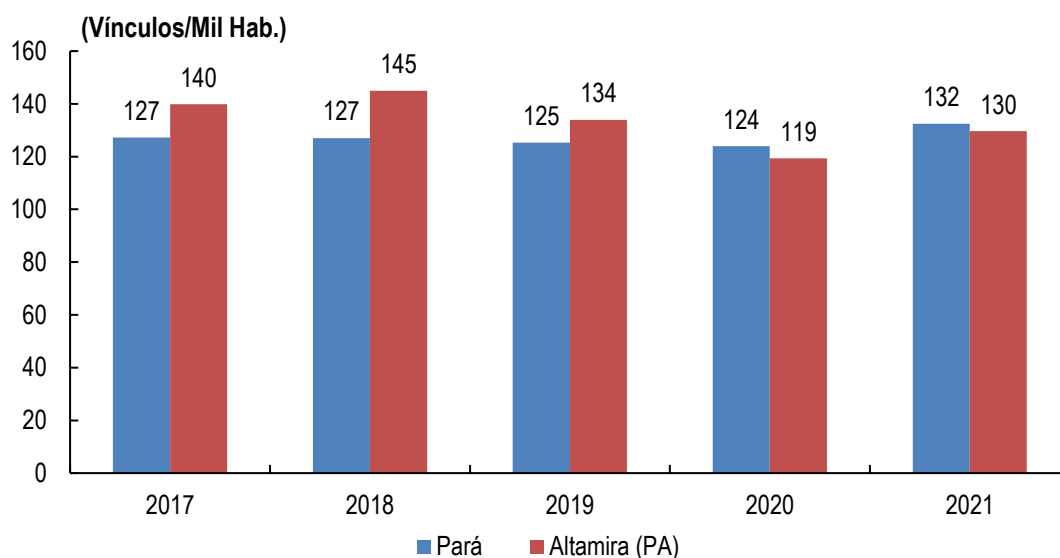
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Altamira no decorrer da série 2017 a 2021 apresentou retração de -7,3%, passando de 140 em 2017 para 130 empregos formais por mil habitantes, em 2021.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Altamira, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

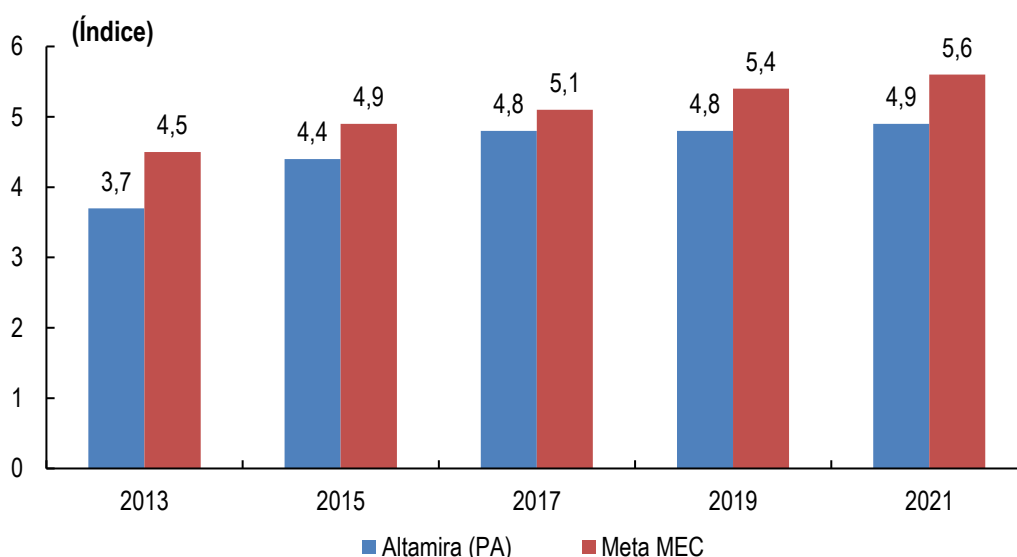
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em

avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Altamira, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 4,9, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,6), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Altamira, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

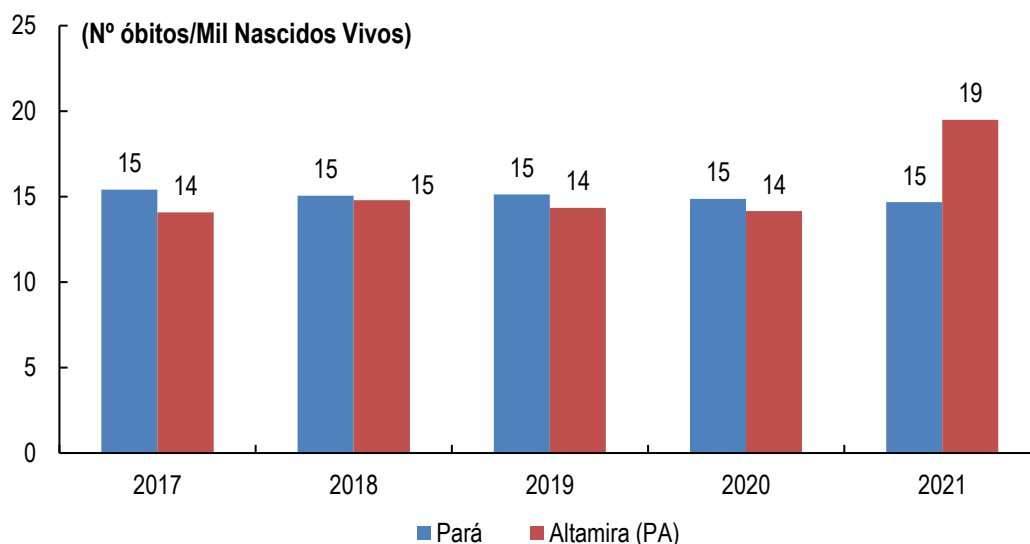
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Altamira apresentou aumento de sua taxa de mortalidade infantil em 38,6%, chegando em 2021 com taxa de 19 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

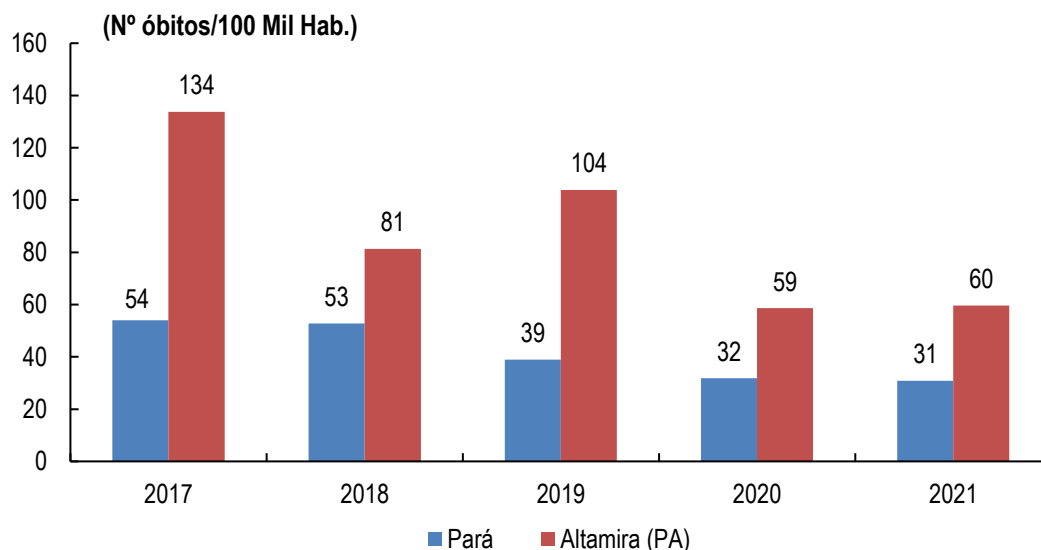
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Altamira obteve 60 óbitos por 100 mil habitantes, acima da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -55,4%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

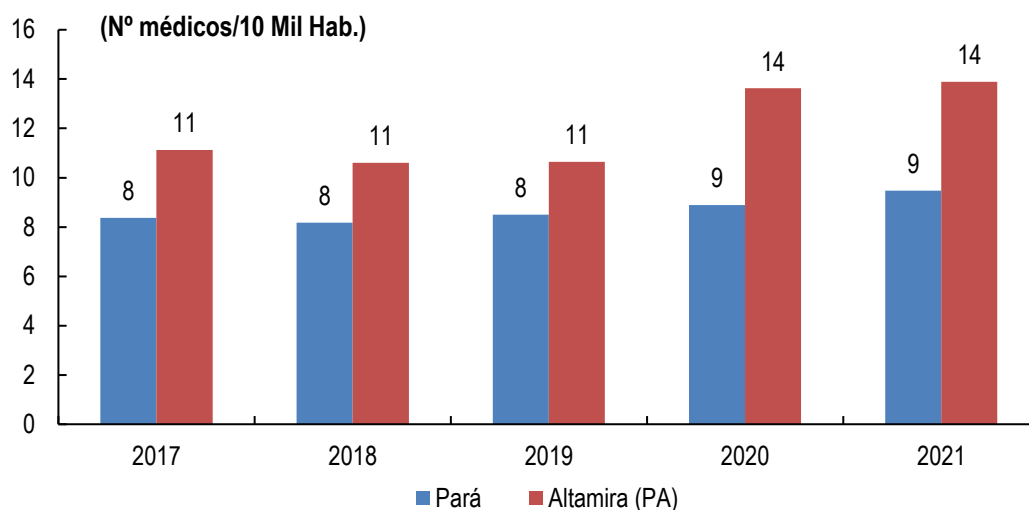
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município aumentou o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em 25%. Isso significa que em 2017 o município contava com onze médicos e passa a contar com quatorze médicos por 10 mil habitantes em 2021.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

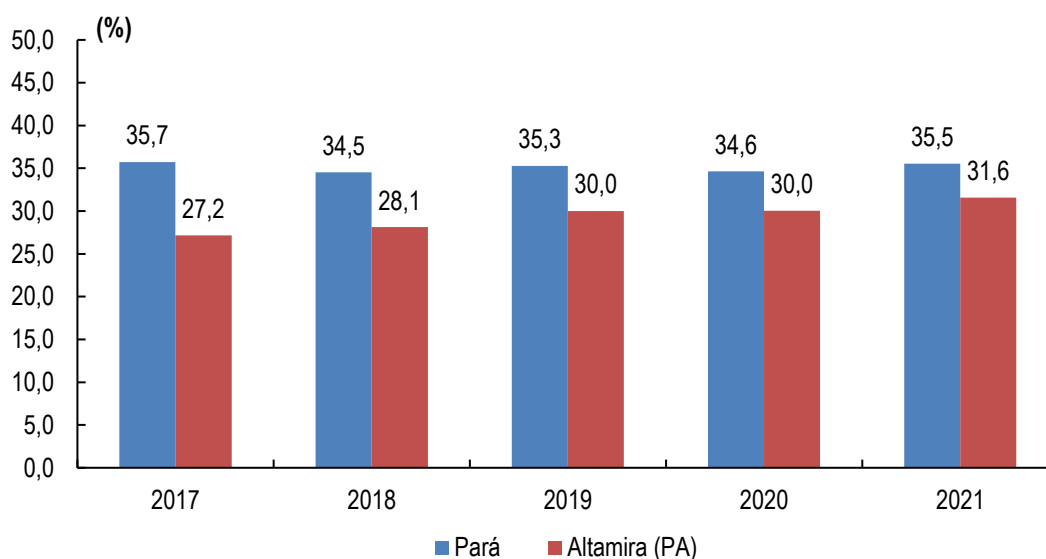
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Altamira se encontra em um quadro de extrema pobreza bem abaixo da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 31,6% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Altamira, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

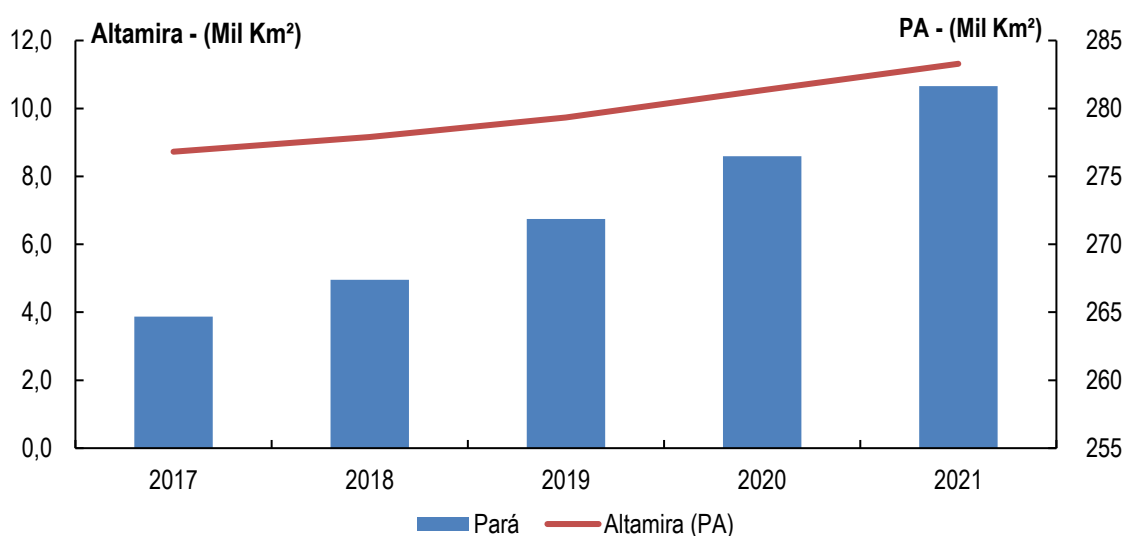
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Altamira alcançou 11.314 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 29,6%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

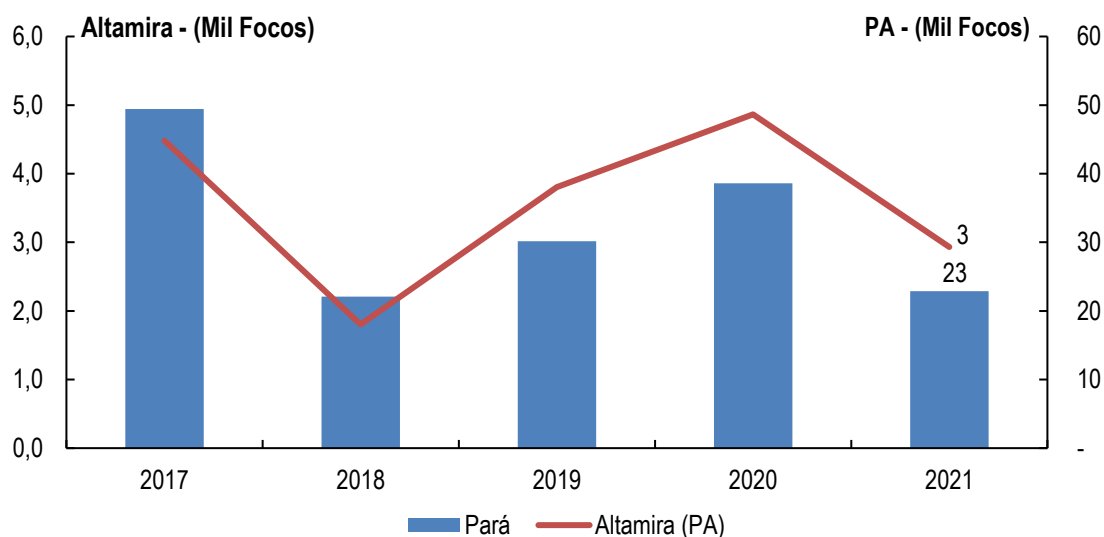
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Altamira apresentou 2.934 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -34,5%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

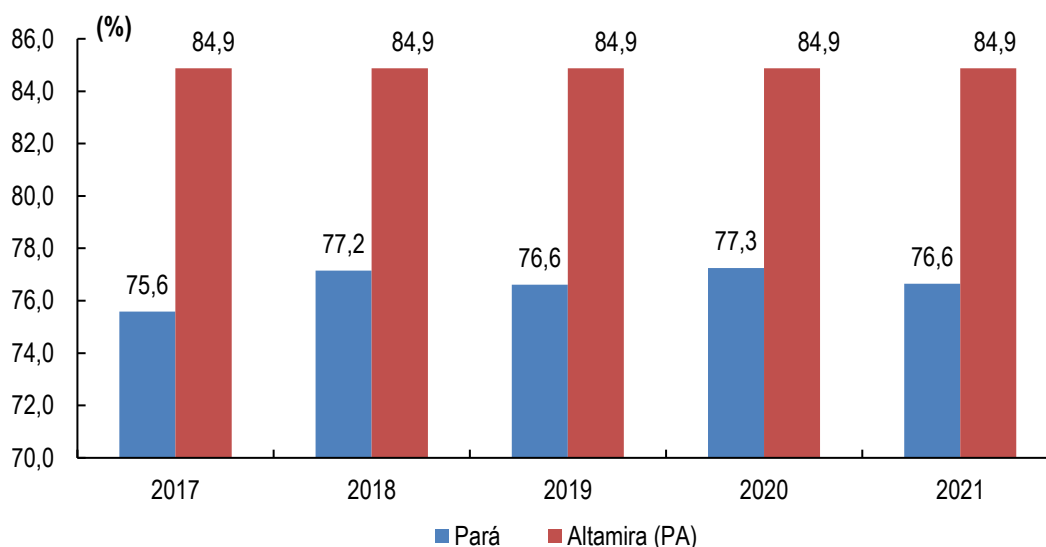
5.3. População total atendida no município com coleta lixo regular

O indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo foi calculado, por meio do Percentual da população residente na zona urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) de resíduos sólidos.

Em 2021 o município de Altamira apresentou percentual da população urbana com coleta de lixo de 84,9%, taxa superior ao valor alcançado pelo Estado do Pará que foi de 76,6%. Entre o período de 2017 a 2021 o município manteve seu nível de cobertura de coleta regular de lixo acima da média do estado.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 13: Percentual da População total atendida no município com coleta lixo regular – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

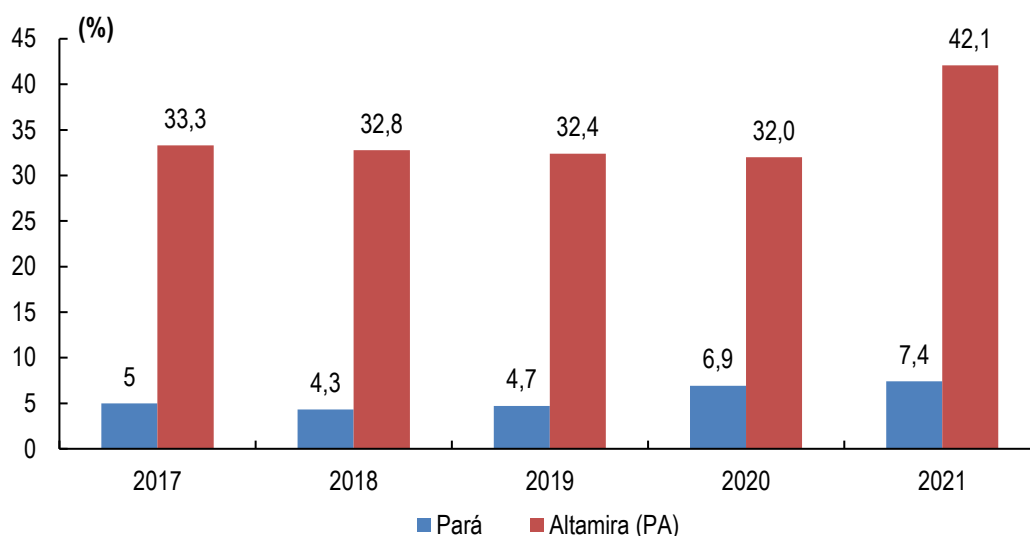
5.4. Percentual da População total atendida com esgotamento sanitário

O indicador Percentual da população total atendida com esgotamento sanitário foi calculado, por meio do Percentual da população residente na zona urbana atendida pelo serviço esgotamento sanitário.

Em 2021 o município de Altamira apresentou percentual da população atendida com esgotamento sanitário de 42,1%, taxa superior ao valor alcançado pelo Estado do Pará que foi de 7,4%. Entre o período de 2017 a 2021 o município manteve seu nível de cobertura de esgotamento sanitário muito acima da média do estado.

O gráfico 14 apresenta os resultados mais recentes do indicador Cobertura de esgotamento sanitário para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 14: Percentual da Cobertura de esgotamento sanitário – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

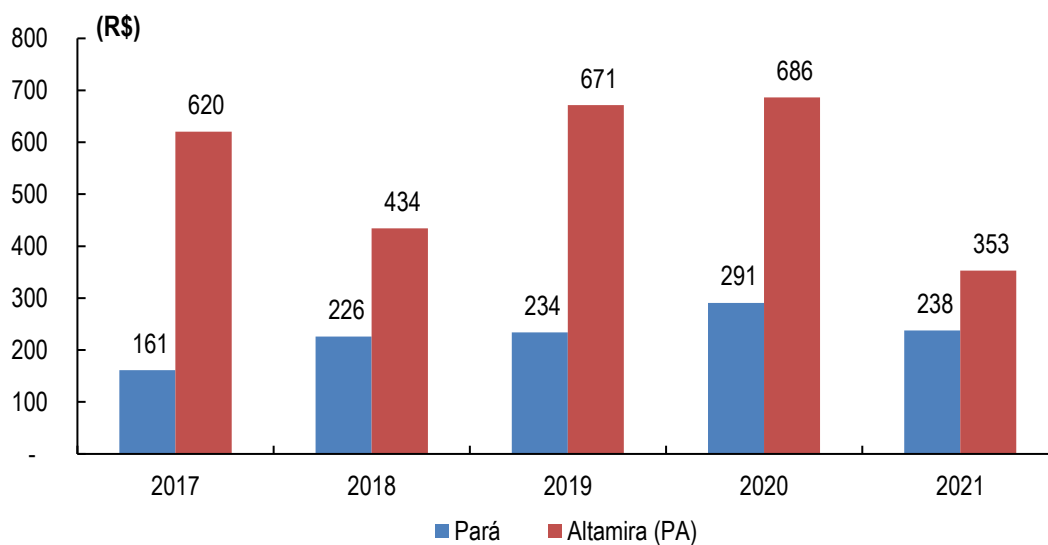
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Altamira para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 353 reais por habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto reduziu em -43,1%.

O gráfico 15 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Altamira.

Gráfico 15: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Altamira, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Altamira

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Altamira e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Altamira ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Oriximiná (75,89%), Alenquer (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Altamira

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Altamira, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Altamira. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+ AVEIRO



Sumário

1. Apresentação.....	3
2. Espacialização do Território	4
3. Dimensão Econômica	5
3.1. Produto Interno Bruto	5
3.2. Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3. Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4. Dimensão Social	10
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2. Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3. Taxa de Homicídios.....	12
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5. Dimensão Ambiental.....	15
5.1. Desflorestamento Acumulado	15
5.2. Número de Focos de Calor	16
5.3. Condições de coleta de lixo da população de baixa	17
5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	18
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	18
6. Referências	20
ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Aveiro, onde se encontra parte da área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

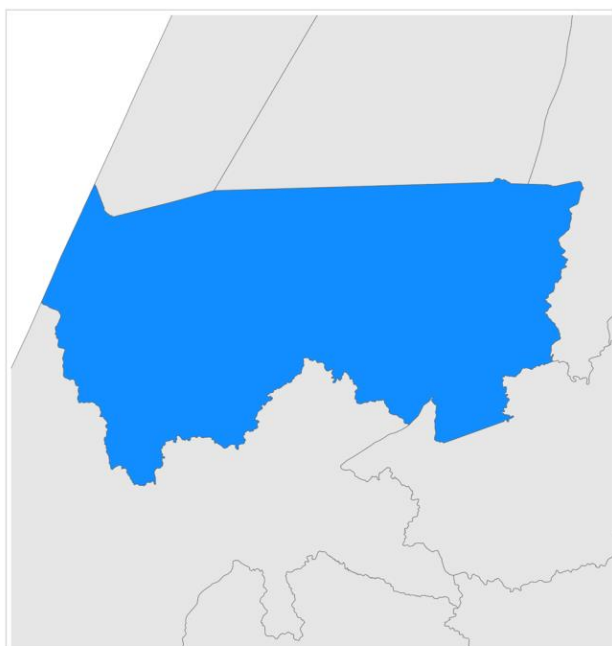
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Aveiro, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



No município de Aveiro tem-se Floresta Pública Estadual Arrecadada por meio dos Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012, onde abrange três municípios: Juruti, Santarém e Aveiro.

O município de Aveiro possui uma área total de 17.074,053 km², o que corresponde a 1,37% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Itaituba, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração do Tapajós. Aveiro apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 03° 36'15" sul e longitude de 55° 19' 15" oeste, tendo seus limites são ao norte com os municípios de Juruti, Santarém e Belterra, a leste com Belterra e Rurópolis, ao sul com Rurópolis e Itaituba e a oeste com o Estado do Amazonas.

Os tipos de solos encontrados no município são o latossolo amarelo distrófico textura argilosa, pequenos pontos de latossolo vermelho-amarelo distrófico textura argilosa, argissolo, neossolo, plintossolo e gleissolo.

A topografia do município apresenta uma altitude média de 105 metros, sua sede municipal situa-se a 40 metros de altitude e conta com áreas de patamares e tabuleiros ao norte, áreas de planícies em pequenas proporções e áreas de depressões distribuídas ao longo do município.

A hidrografia no município de Aveiro é representada, prioritariamente, pelo rio Tapajós, que faz limite parcial ao sul com Rurópolis, em parte de seu médio e baixo curso. O Tapajós recebe, em ambas as margens, uma série de afluentes inexpressivos; na margem direita está localizado o mais importante, o rio Capuri, no seu baixo curso que serve de limite parcial a Sudoeste com Rurópolis. É na margem direita que está situada a sede do Município. Pela margem esquerda, o Tapajós recebe alguns igarapés como: Parone, Açú, Arara e igarapé Furo do Custódio, limite com Itaituba. No centro e a oeste, destacam-se as nascentes dos rios Andirá, Mamurú e Arapiuns.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Aveiro, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

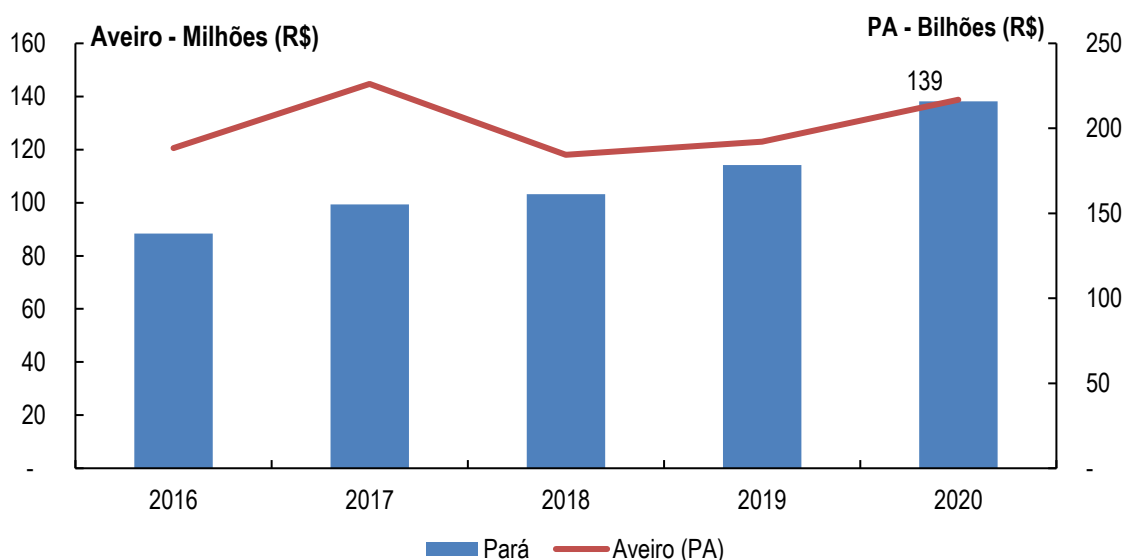
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Aveiro obteve um PIB de R\$ 139 milhões, contribuindo com 0,1% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 15%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Aveiro, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

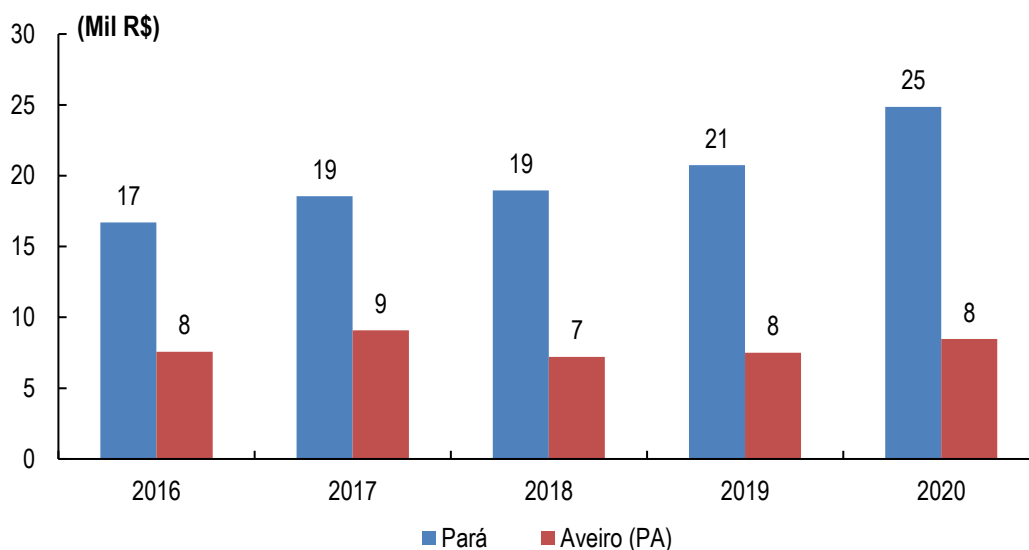
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Aveiro em 2020 obteve um PIB *per capita* de R\$ 8 mil, inferior ao PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente 11,9%, enquanto o Estado do Pará crescimento 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Aveiro, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda Per Capita da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Aveiro apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 44 milhões, o que representou 32% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita* (que correspondeu a 43% do valor gerado pela agropecuária); tendo como destaque a lavoura temporária, onde as maiores contribuições decorreram da produção de mandioca, banana, cacau e açaí.

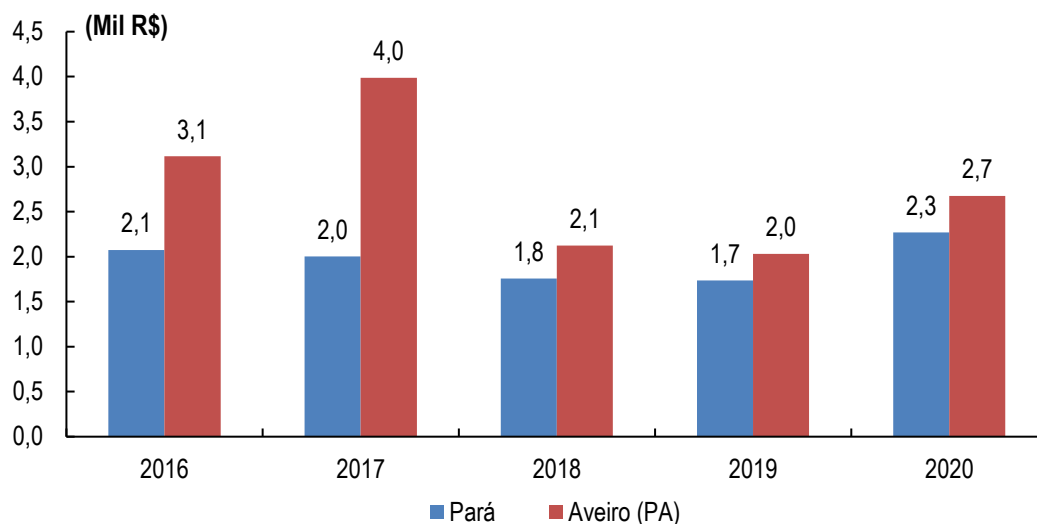
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda *per capita* de 2,7 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Aveiro foi gerado um valor estimado de 2,7 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda per capita do setor agropecuário do município decresceu nominalmente cerca de -14,2%, comportamento distinto do estadual, que apresentou crescimento de 9%, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Aveiro, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

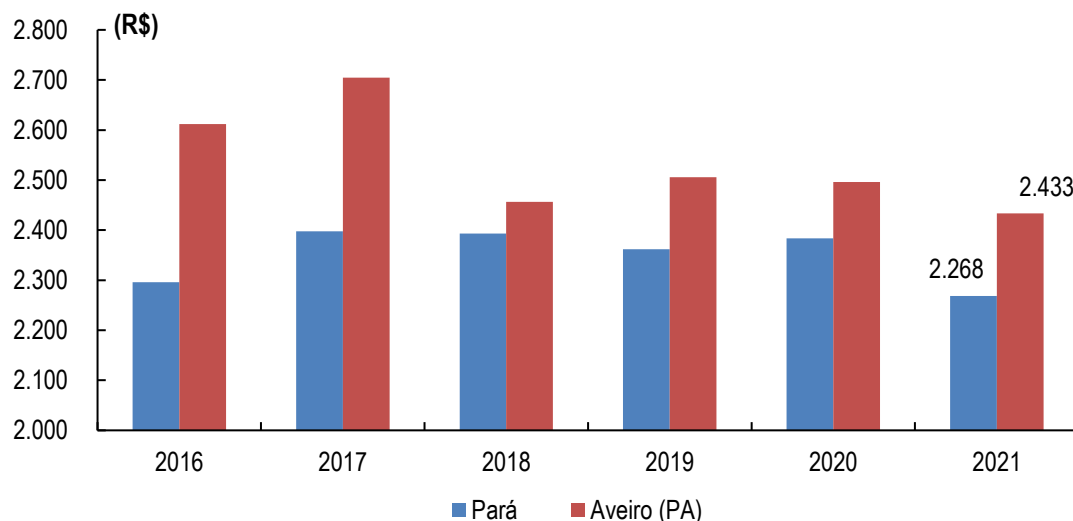
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Aveiro apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.433 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município decresceu em termos reais cerca de -6,8%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Aveiro, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

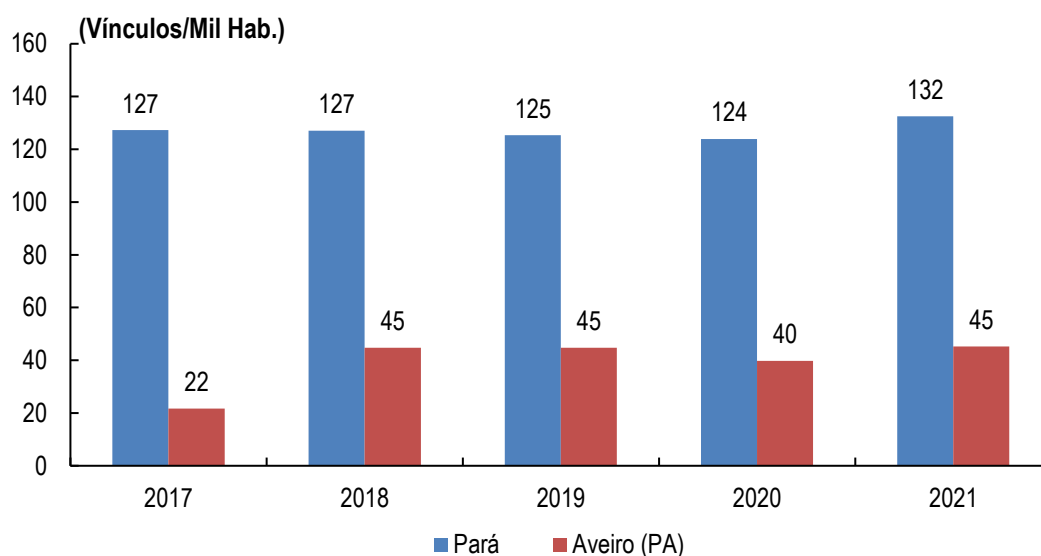
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Aveiro no decorrer da série 2017 a 2021 o número de empregos formais no município apresentou crescimento de 109,1%. Em 2021 foram 45 empregos formais no município.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Aveiro, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Aveiro, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

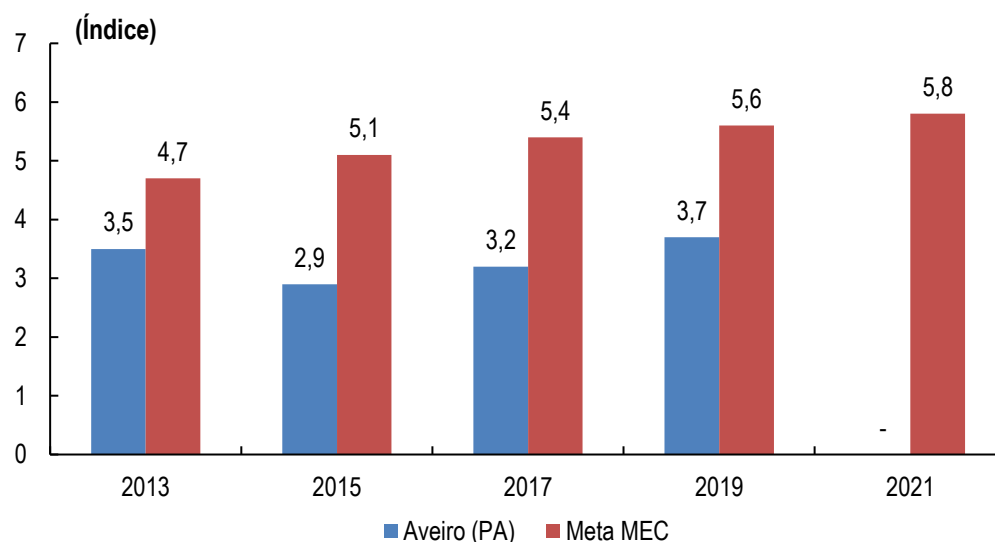
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em

avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2019, o município de Aveiro, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 3,7, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,6), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2019. Sobre o ano de 2021, até a elaboração deste estudo, o MEC ainda não havia divulgado oficialmente a nota de Aveiro para esta etapa do ensino fundamental.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Aveiro, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

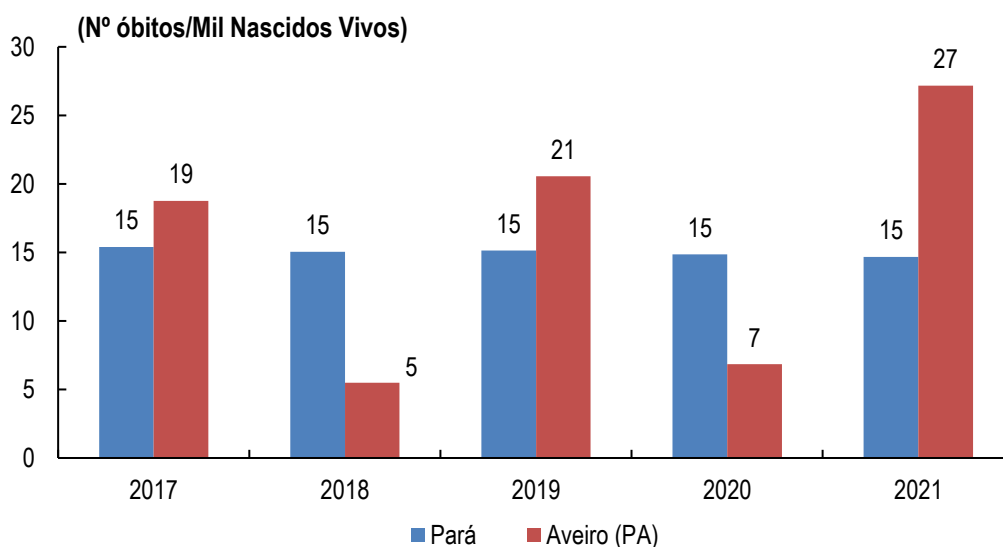
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Aveiro apresentou aumento de sua taxa de mortalidade infantil em 45%, chegando em 2021 com taxa de 27 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Aveiro, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

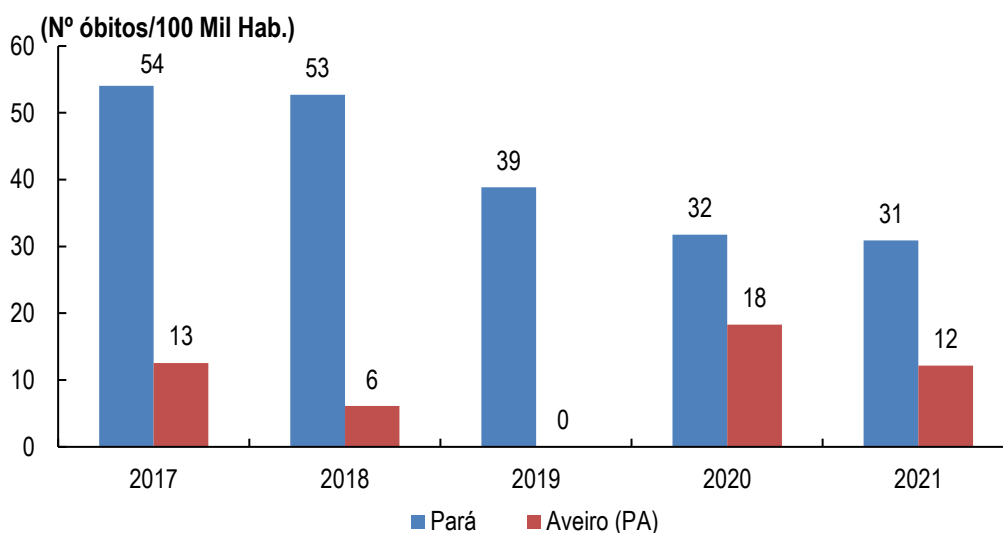
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Aveiro obteve 12 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -2,9%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Aveiro, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

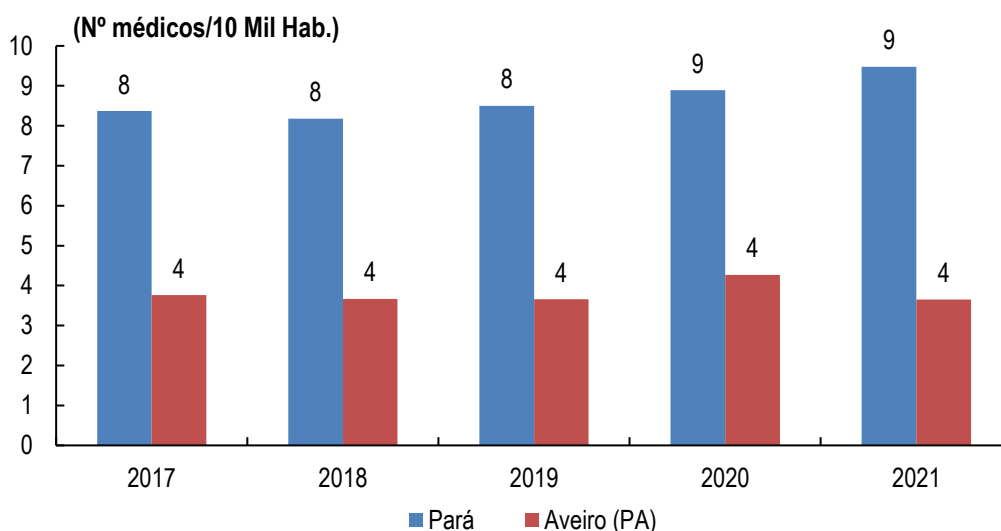
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município manteve estagnado o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde. Em 2021 foram quatro médicos para cada 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Aveiro, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

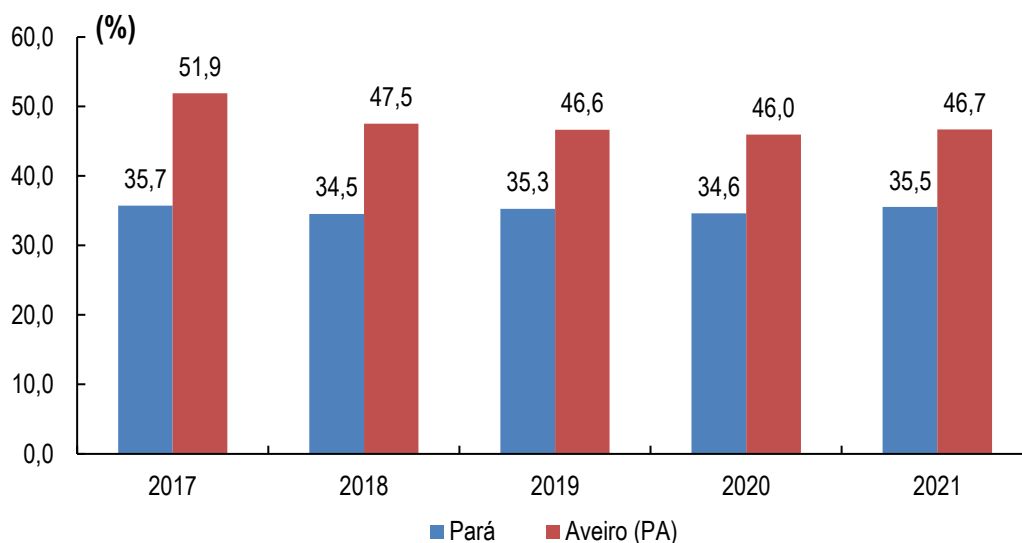
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Aveiro se encontra em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 46,7% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Aveiro, 2017-2021



Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Aveiro, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

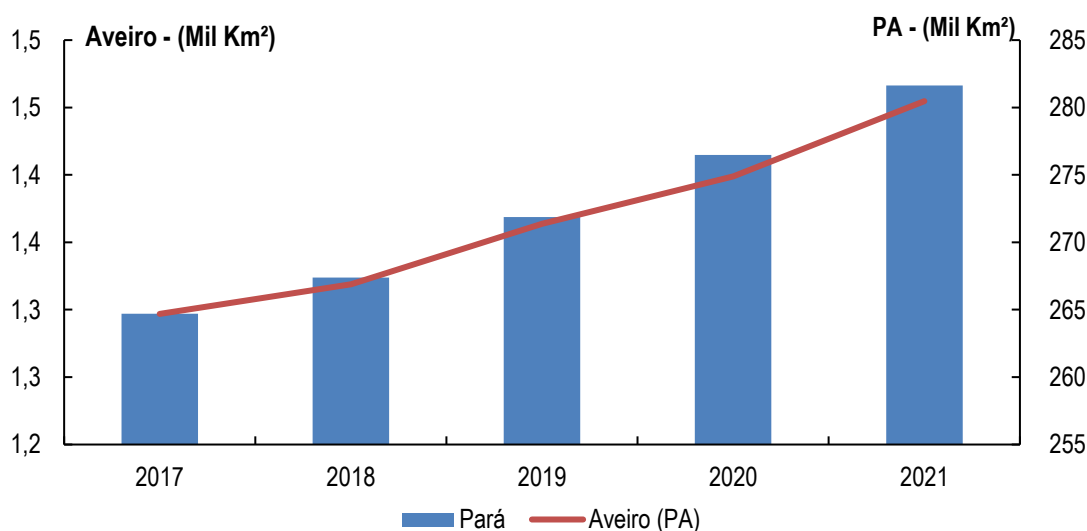
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Aveiro alcançou 1.455 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 12,2%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Aveiro, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

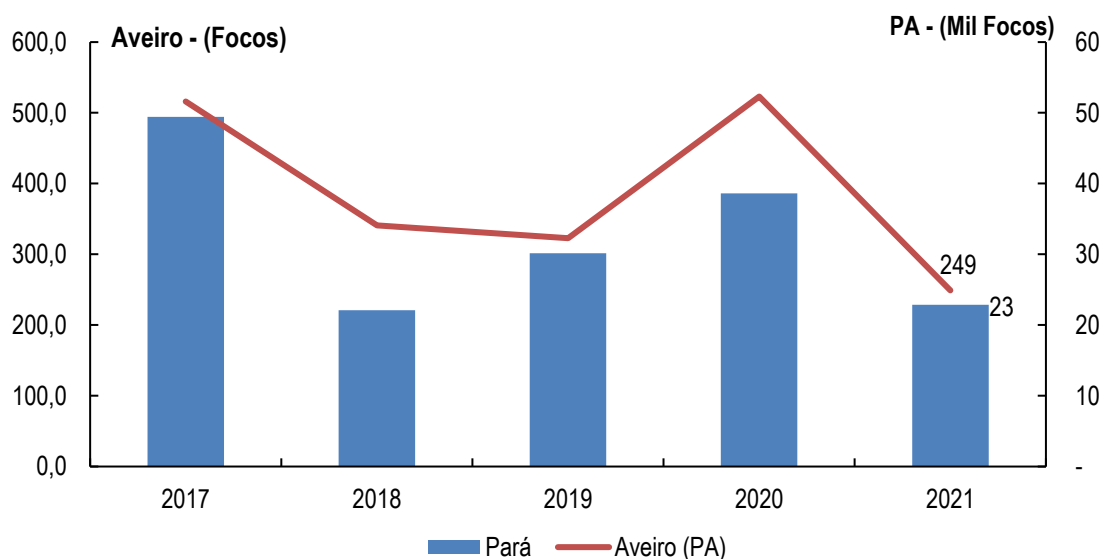
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Aveiro apresentou 249 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -51,7%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Aveiro, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

5.3. Condições de coleta de lixo da população de baixa

Em 2022, em termos das Condições de coleta de lixo da população de baixa renda do município de Aveiro as principais formas foram a queima ou enterramento do lixo produzido na propriedade (77,0%) e a coleta direta (12,3%), conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de coleta de lixo da população de baixa renda – Pará e Aveiro, 2022

Forma de Coleta de Lixo	População	Part. (%)
É coletado diretamente	1.406	12,3
É coletado indiretamente	1.066	9,3
É queimado ou enterrado na propriedade	8.799	77,0
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	105	0,9
É jogado em rio ou mar	1	0,01
Tem outro destino	26	0,2
Sem Resposta	18	0,2
Total	11.421	100

Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal.

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em termos das Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Aveiro as principais formas são outras formas de fossa rudimentar (66,6%) e de fossa séptica (19,6%). Apenas 0,41% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, em 2022, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 02: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Aveiro, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	47	0,41
Fossa séptica	2.244	19,6
Fossa rudimentar	7.612	66,6
Vala a céu aberto	150	1,3
Direto para um rio, lago ou mar	1	0,01
Outra forma	19	0,2
Sem Resposta	1.348	11,8
Total	11.421	100

Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

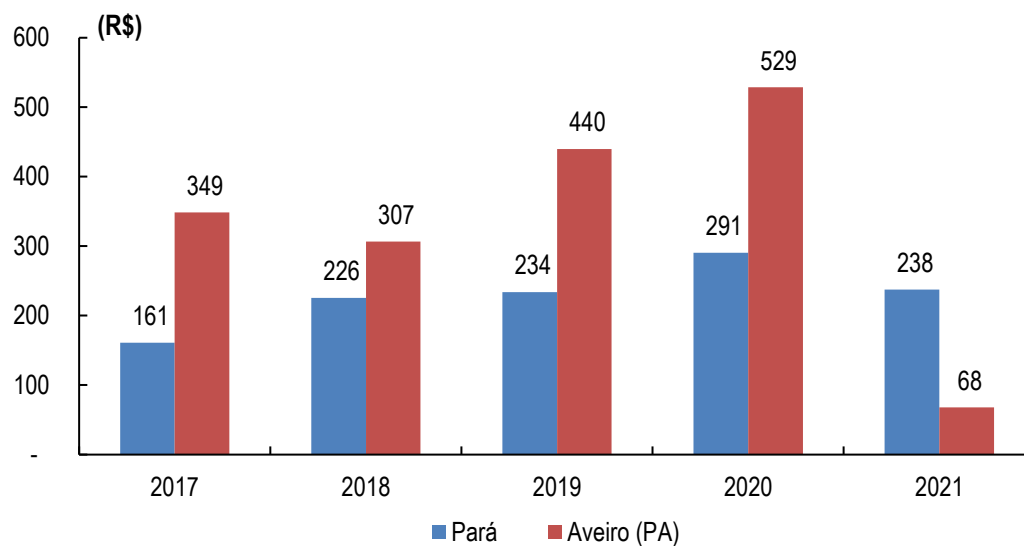
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Aveiro para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado à prevenção de desastres na ordem de R\$ 68 reais por habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto apresentou redução de -80,5%.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Aveiro.

Gráfico 13: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Aveiro, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de

banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Aveiro

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Aveiro e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Aveiro ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Aveiro, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Aveiro (75,89%), Alenquer (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Aveiro

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Aveiro, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Aveiro. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Aveiro, Aveiro e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+

JURUTI



Sumário

1. Apresentação.....	3
2. Espacialização do Território	4
3. Dimensão Econômica	5
3.1. Produto Interno Bruto	5
3.2. Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3. Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4. Dimensão Social	10
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2. Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3. Taxa de Homicídios.....	12
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5. Dimensão Ambiental.....	15
5.1. Desflorestamento Acumulado	15
5.2. Número de Focos de Calor	16
5.3. Condições de coleta de lixo da população de baixa	17
5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	18
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	18
6. Referências	20
ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Juruti, onde se encontra parte da área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

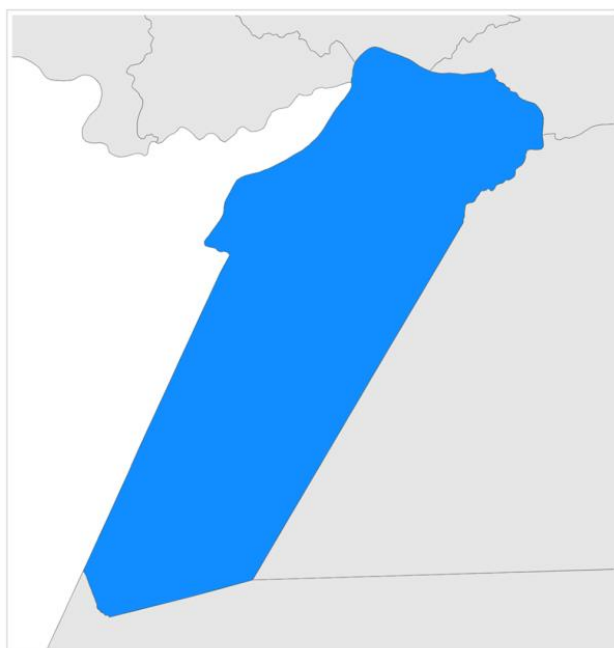
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Juruti, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



No município de Juruti tem-se Floresta Pública Estadual Arrecadada por meio dos Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012, onde abrange três municípios: Juruti, Santarém e Aveiro.

O município de Juruti possui uma área total de 8.305,454 km², o que corresponde a 0,67% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Oriximiná, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração do Baixo Amazonas. Juruti apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 2° 9' 12" Sul e longitude de 56° 5' 14" Oeste, tendo seus limites são ao norte com os municípios de Oriximiná e Óbidos, a leste com Santarém, ao sul com Aveiro e a oeste com o Estado do Amazonas e o município de Terra Santa.

As ordens de solos identificadas no município são pelo latossolo amarelo distrófico textura média, latossolo amarelo distrófico textura argilosa, areia quartzosa distrófica e podzólico vermelho amarelo textura média.

A topografia do Município apresenta uma altitude média de 18 m, com sua sede municipal cotada em 40 metros. Entretanto, há maiores altitudes nas escarpas tabulares, em sua porção norte, que alcançam de 130 a 150 metros. E apresenta áreas com planícies ao norte do município, patamares, tabuleiro, e depressões na porção sul sudoeste.

O principal acidente hidrográfico é o rio Amazonas, que recebe o rio Juruti e vários igarapés da região. Destaca-se também, ao sul do Município, um extenso trecho do rio Mamuru, que nasce no município de Aveiro, e desemboca no rio Amazonas, no município de Parintins.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Juruti, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

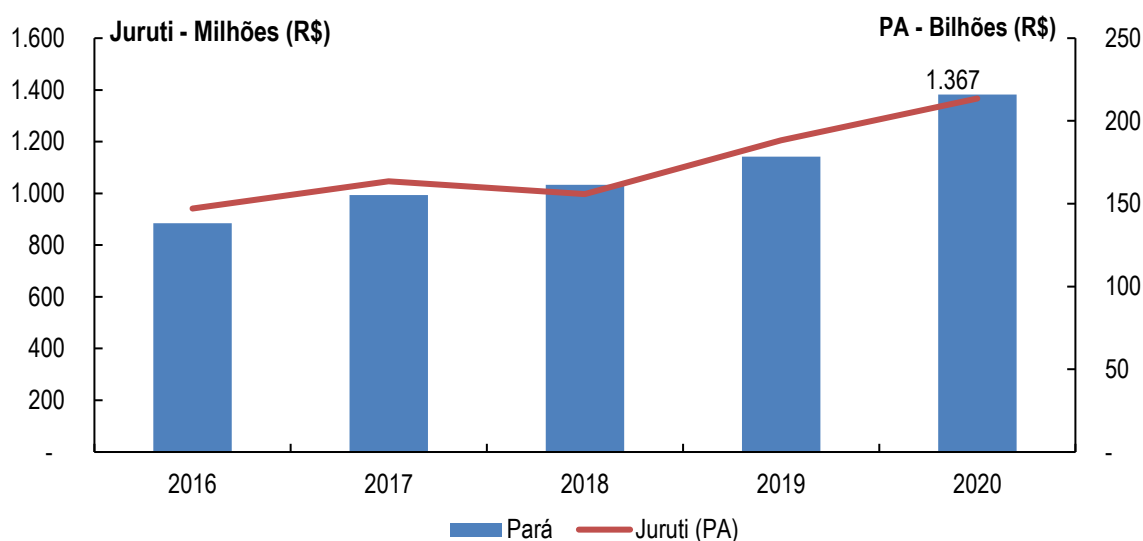
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Juruti obteve um PIB de R\$ 1.367 milhões, contribuindo com 0,6% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 45,2%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Juruti, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

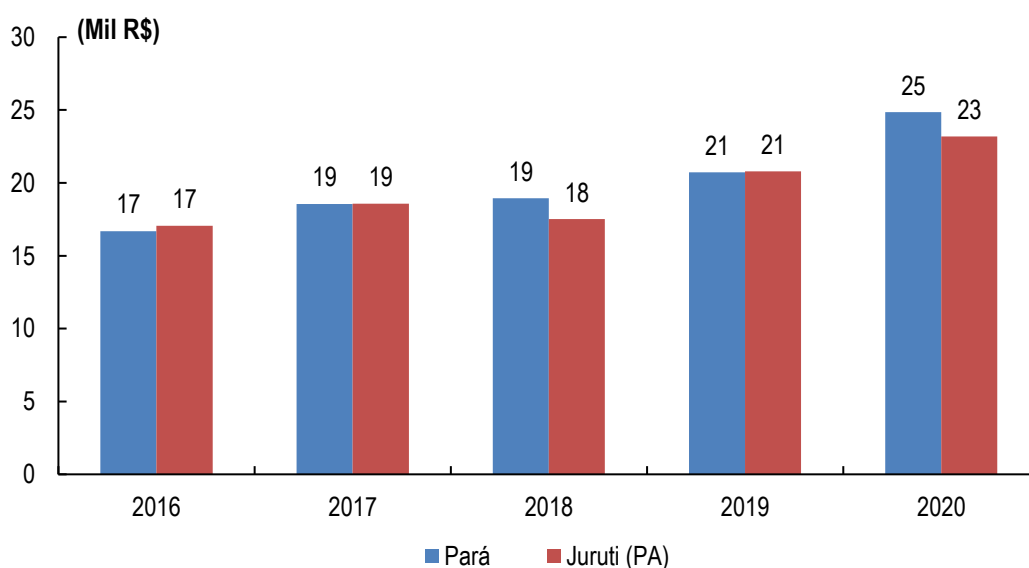
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Juruti em 2020 obteve um PIB *per capita* de R\$ 23 mil, inferior ao PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente cerca de 35,9%, enquanto o Estado do Pará crescimento 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Juruti, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda Per Capita da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Juruti apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 171 milhões, o que representou 13% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita* (que correspondeu a 78% do valor gerado pela agropecuária); tendo como destaque a lavoura temporária, onde as maiores contribuições decorreram da produção de mandioca, melancia, malva e açaí.

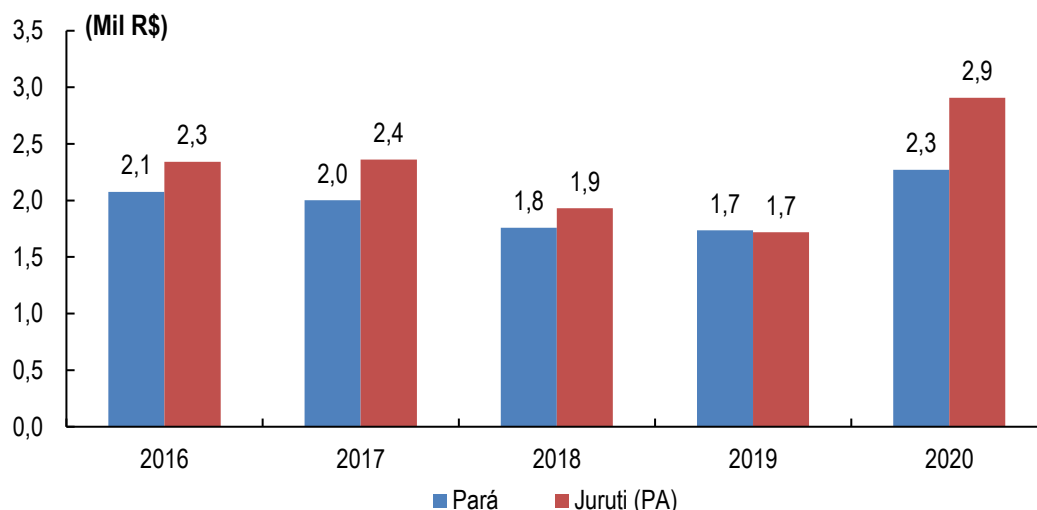
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda *per capita* de 2,9 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Juruti foi gerado um valor estimado de 2,9 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 24,2%, superior ao do valor estadual onde apresentou crescimento de 9%, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Juruti, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

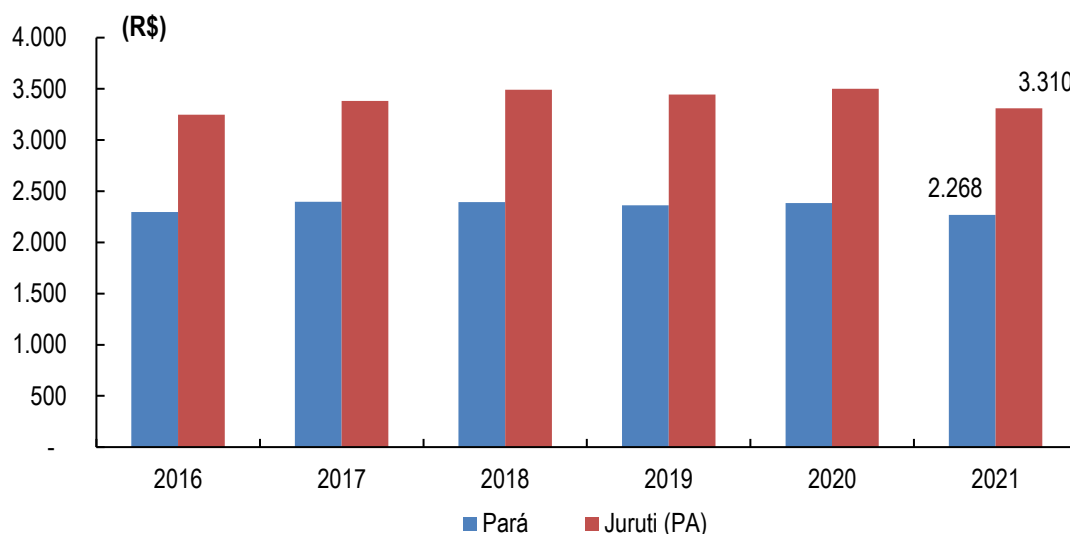
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Juruti apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 3.310 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de 1,9%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Juruti, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

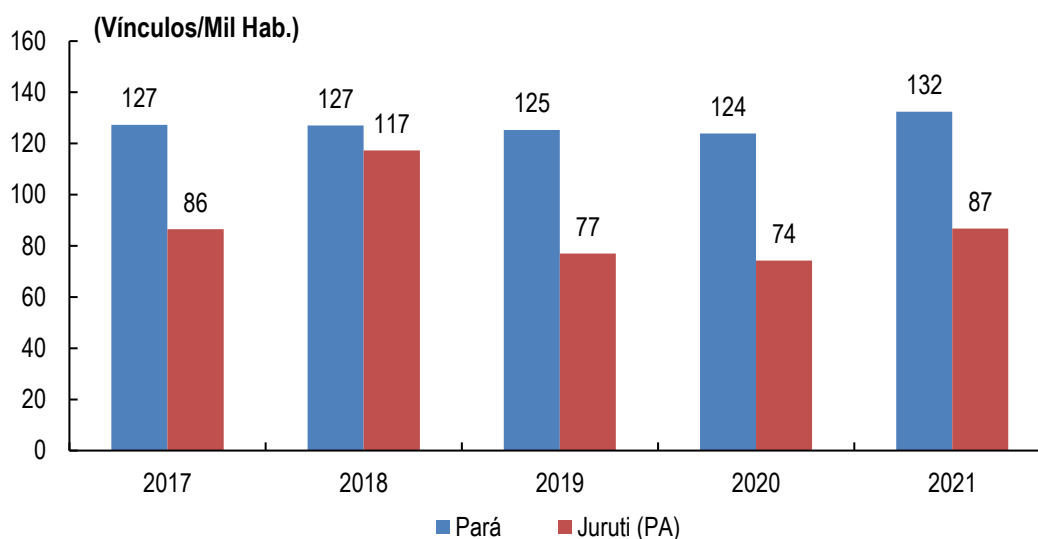
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Juruti no decorrer da série 2017 a 2021 o número de empregos formais no município manteve-se praticamente estagnado, apenas com crescimento de 0,3%. Em 2021 foram gerados 87 empregos formais.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Juruti, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Juruti, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

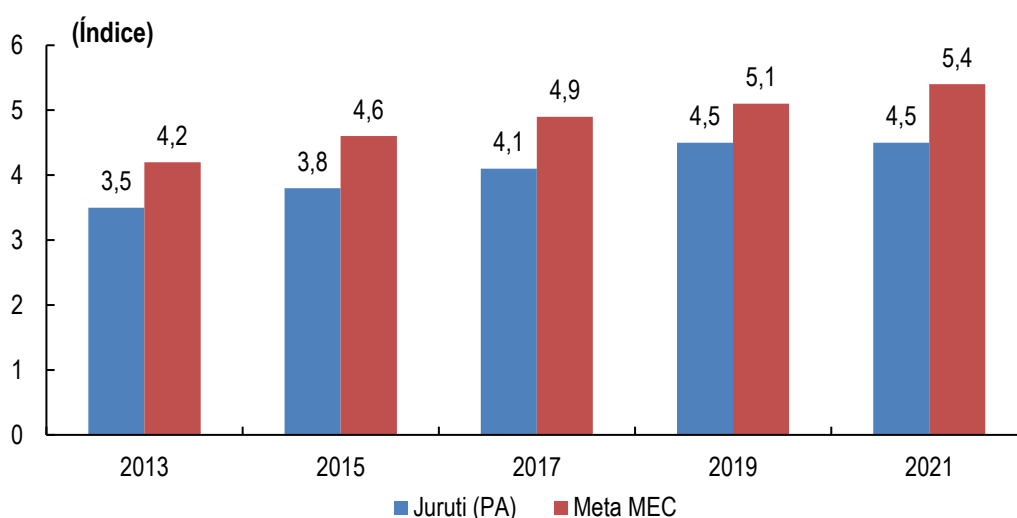
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Juruti, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 4,5, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,4), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Juruti, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

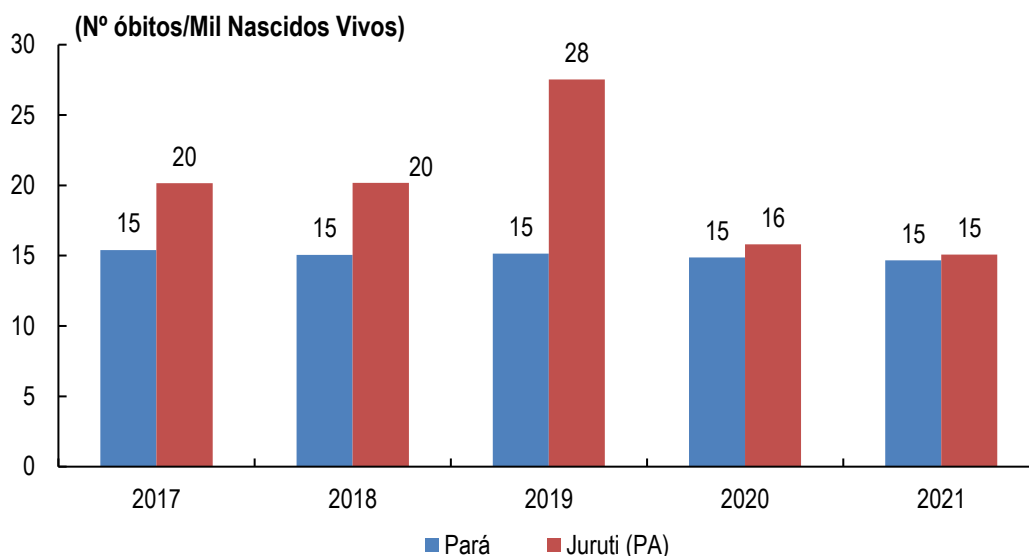
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Juruti apresentou redução de sua taxa de mortalidade infantil em -25,2%, chegando em 2021 com taxa de 15 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Juruti, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

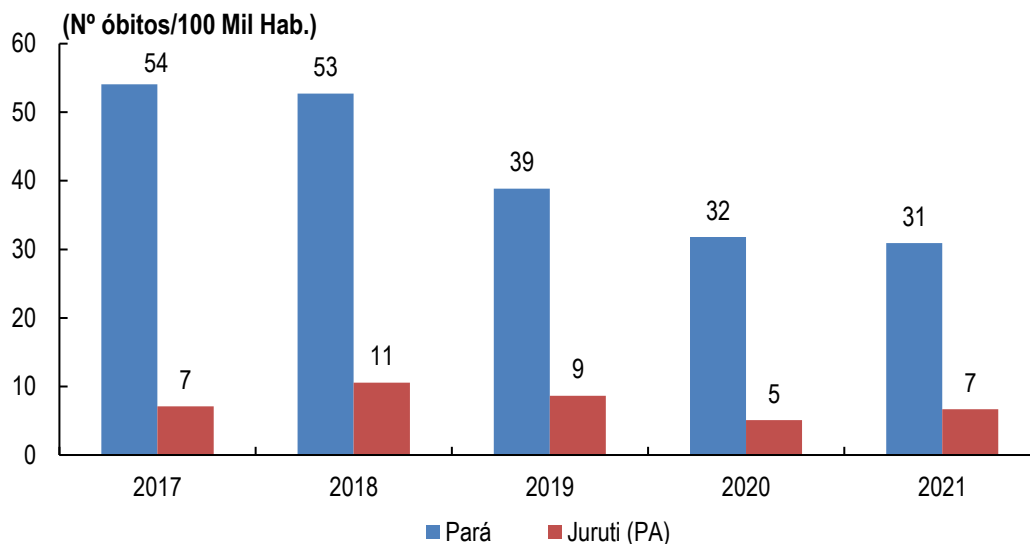
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Juruti obteve 7 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -6,1%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Juruti, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

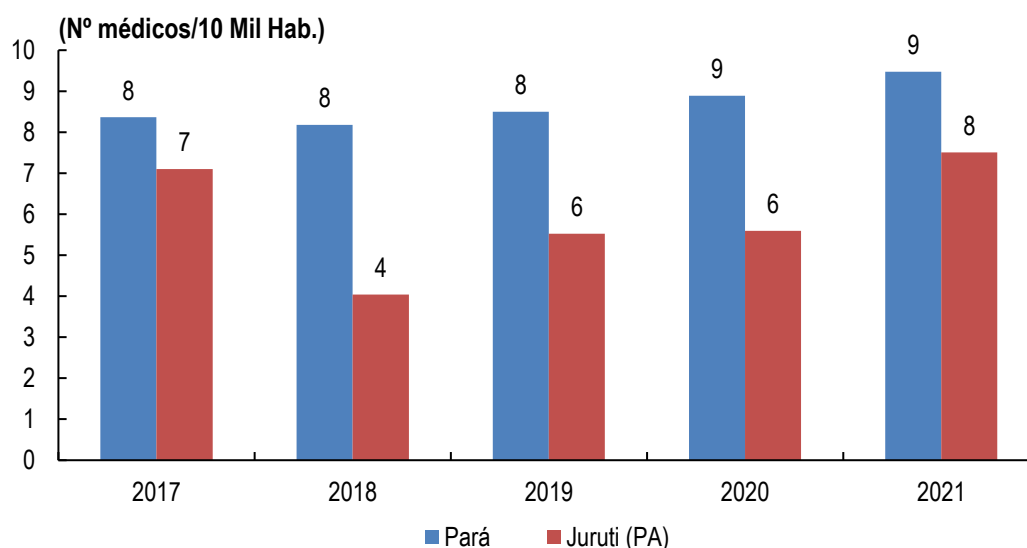
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município aumentou o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em 5,7%. Em 2021 foram 8 médicos para cada 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Juruti, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

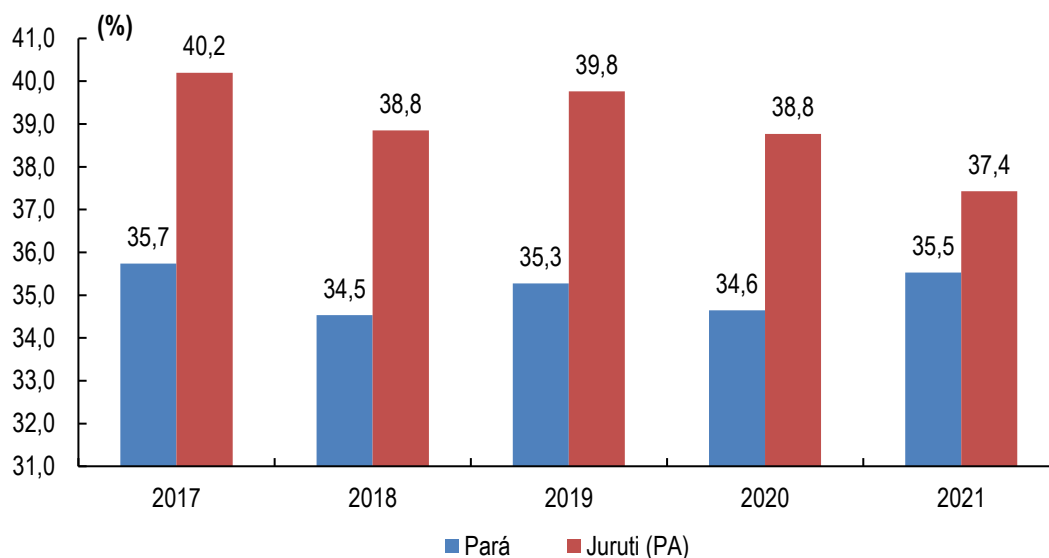
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Juruti se encontra em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 37,4% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Juruti, 2017-2021



Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Juruti, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

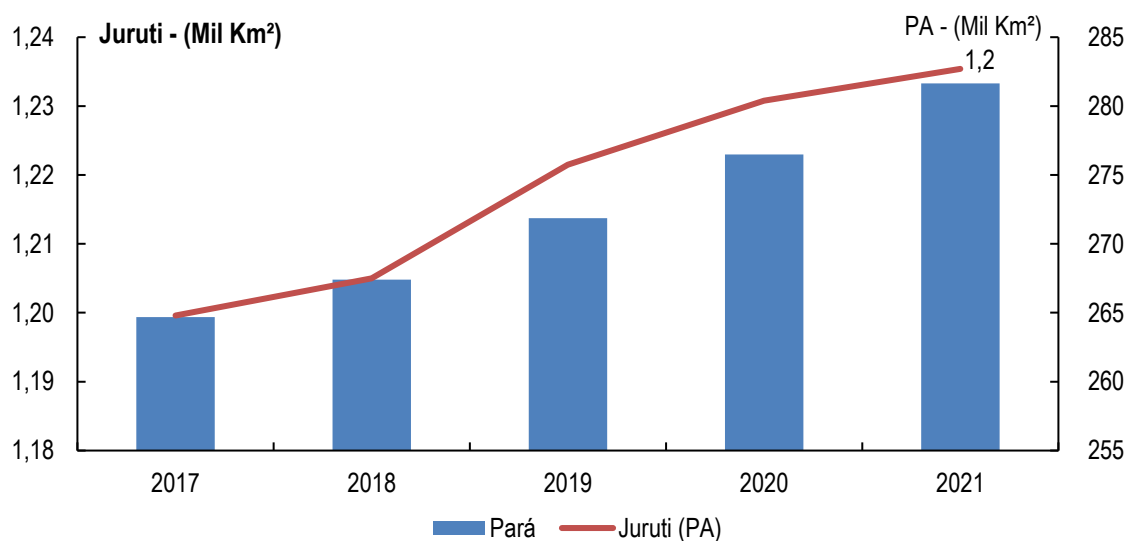
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Juruti alcançou 1.235 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 3%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Juruti, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

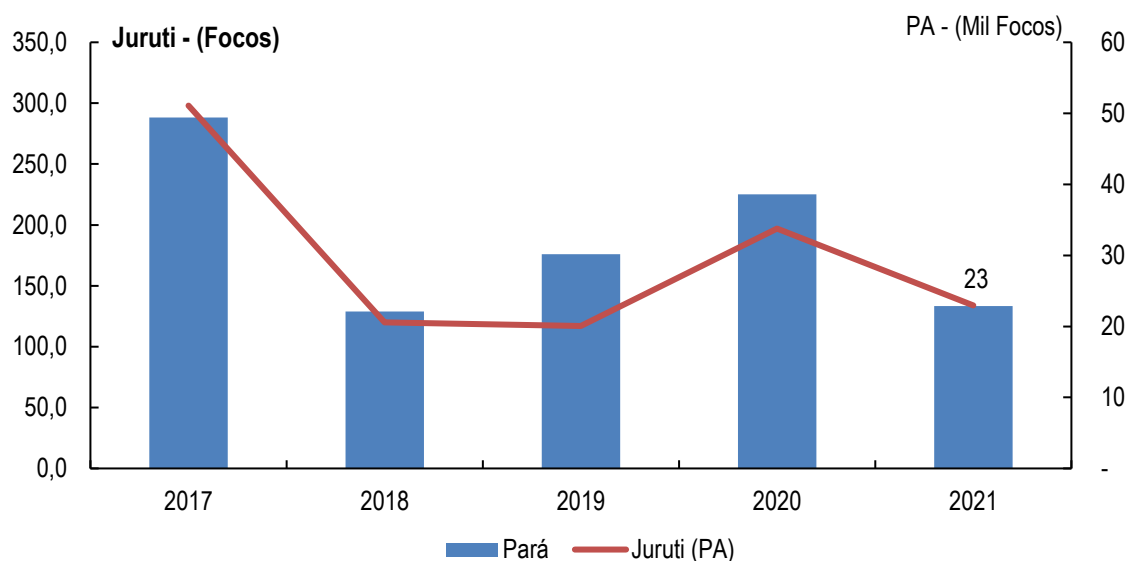
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Juruti apresentou 134 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -55%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Juruti, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

5.3. Condições de coleta de lixo da população de baixa

Em 2022, em termos das Condições de coleta de lixo da população de baixa renda do município de Juruti as principais formas foram a queima ou enterramento do lixo produzido na propriedade (50,1%) e a coleta direta (46,9%), conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de coleta de lixo da população de baixa renda – Pará e Juruti, 2022

Forma de Coleta de Lixo	População	Part. (%)
É coletado diretamente	16.709	46,9
É coletado indiretamente	981	2,8
É queimado ou enterrado na propriedade	17.872	50,1
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	77	0,2
É jogado em rio ou mar	0	0,00
Tem outro destino	6	0,0
Sem Resposta	11	0,0
Total	35.656	100

Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal.

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em termos das Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Juruti as principais formas são outras formas de escoamento sanitário (50,2%) e de fossa rudimentar (46,6%). Apenas 0,45% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, em 2022, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 02: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Juruti, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	161	0,45
Fossa séptica	508	1,4
Fossa rudimentar	16.599	46,6
Vala a céu aberto	337	0,9
Direto para um rio, lago ou mar	27	0,08
Outra forma	17.884	50,2
Sem Resposta	140	0,4
Total	35.656	100

Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal

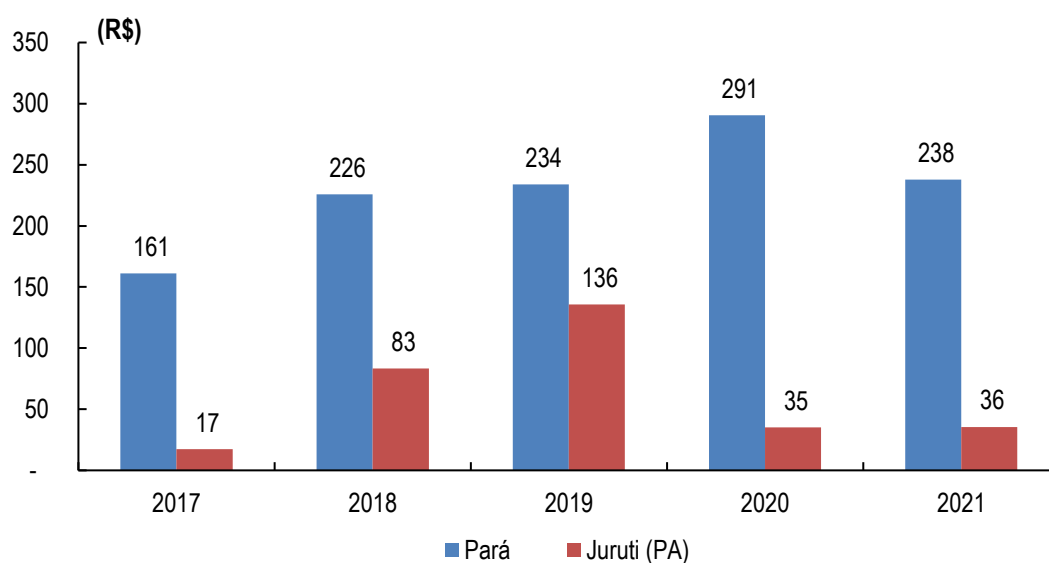
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Juruti para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 36 reais por habitantes, Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto aumentou em 104,4%.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Juruti.

Gráfico 13: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Juruti, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de

banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Juruti

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Juruti e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Juruti ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Juruti, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Juruti (75,89%), Alenquer (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Juruti

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Juruti, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Juruti. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Juruti, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+

MONTE ALEGRE



Sumário

1.	Apresentação.....	3
2.	Espacialização do Território	4
3.	Dimensão Econômica	5
3.1.	Produto Interno Bruto	6
3.2.	Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3.	Renda Per Capita da Agropecuária	7
3.4.	Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5.	Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4.	Dimensão Social	10
4.1.	Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	11
4.2.	Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3.	Taxa de Homicídios.....	12
4.4.	Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5.	Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5.	Dimensão Ambiental.....	15
5.1.	Desflorestamento Acumulado	15
5.2.	Número de Focos de Calor	16
5.3.	População total atendida no município com coleta lixo regular	17
5.4.	Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	18
5.5.	Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	19
6.	Referências	20
	ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Monte Alegre, onde se encontra parte da área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

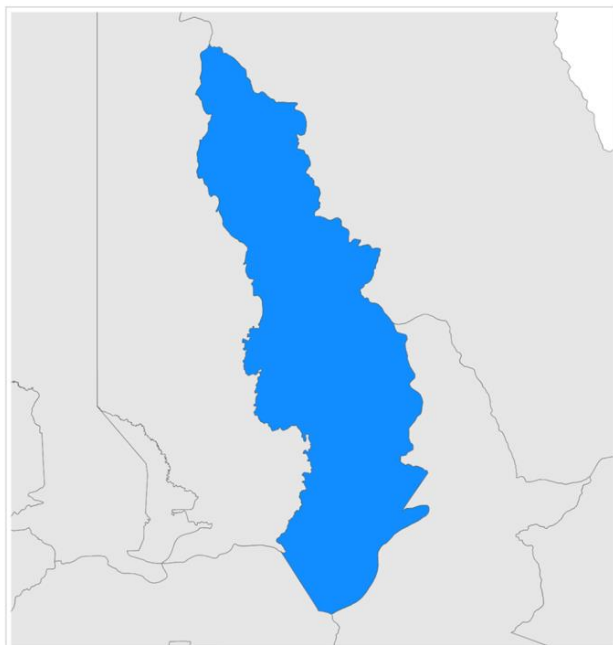
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Monte Alegre, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



O município de Monte Alegre possui em seu território parte da Floresta Pública Estadual do Paru, que ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo, além de Monte Alegre, os municípios de Alenquer, Almeirim, Prainha e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. A Floresta Pública Estadual do Paru foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006.

Outra área de Floresta Pública Estadual que o município possui é a Estação Ecológica Grão-Pará, que está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre, Oriximiná, Alenquer e Óbidos, em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

Além dessas Florestas Públicas o município ainda possui parte da Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) que possui mais de 1 milhão de hectares, e foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

O município de Monte Alegre possui uma área territorial total de 18.152,559 km², o que corresponde a 1,46% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Monte Alegre está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Santarém, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração Baixo Amazonas. Monte Alegre apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 59' 56" Sul e longitude de 54° 4' 58" Oeste, tendo seus limites ao norte com os municípios de Alenquer e Almeirim, a leste Almeirim e Prainha, ao sul com Prainha e Santarém e a oeste com Alenquer.

Os solos do município de Monte Alegre são constituídos, predominantemente pelo Latossolo Bruno Avermelhado (terra roxa estruturada); O Podzólico Vermelho-Amarelo equivalente Eutrófico.

A topografia do Município apresenta uma altitude média de 210 m, com grande variação na sua topografia, crescente a partir da calha do rio Amazonas, com suas áreas inundáveis, até atingir cotas de 400 a 450 m em sua posição mais setentrional.

A estrutura geológica de Monte Alegre é composta por Associações de rochas de origem vulcânica e plutônica e composição félsica até máfica (posicionadas no final ou após o tectonismo), Terrenos arenosos e folhelhos metamorizados e retrabalhados no paleoproterozóico, Rochas gnáissicas de origem magmática e/ou sedimentar de médio grau metamórfico e rochas graníticas desenvolvidas durante o tectonismo, Sedimentos argilosos, arenosos e cascalhos, Sedimentos relativos a aluviões atuais e terraços mais antigos do Holoceno e na porção sul está localizada a bacia sedimentar do Amazonas.. Os rios mais importantes são o Amazonas, que serve de limite com o município de Prainha, ao Sul; e o Maicuru, afluente da margem esquerda do Amazonas que atravessa o Município de Norte para Sul com seu afluente rio Cauçu e os igarapés: Fatura, Ipixuna Grande, Jangada e outros.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Monte Alegre, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas

formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

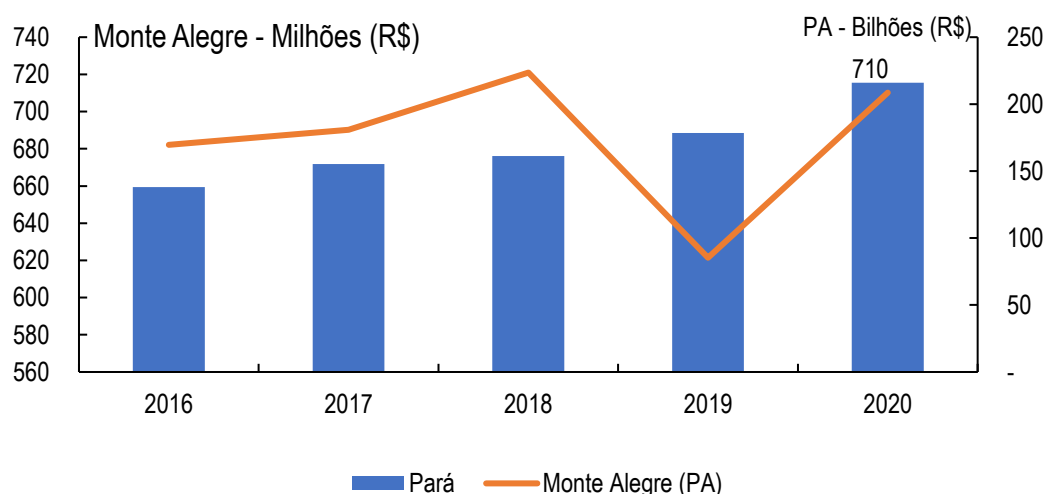
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Monte Alegre obteve um PIB de R\$ 710 milhões, contribuindo com 0,3% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 4,1%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Monte Alegre, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

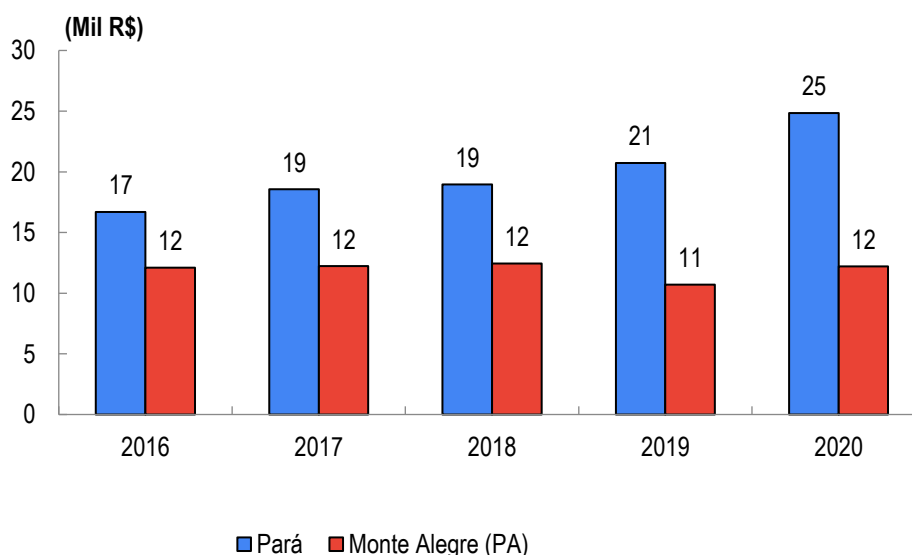
O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido

pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Monte Alegre em 2020 obteve um PIB per capita de R\$ 12 mil, que corresponde aproximadamente 49% do PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município se manteve estável no decorrer da série, enquanto o crescimento nominal do Estado do Pará foi de 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Monte Alegre, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda Per Capita da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Monte Alegre apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 236 milhões, o que representou 35% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura* (que correspondeu a 58% do valor gerado pela agropecuária); onde as maiores contribuições decorreram da produção de mandioca, banana, limão, milho e feijão.

Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A

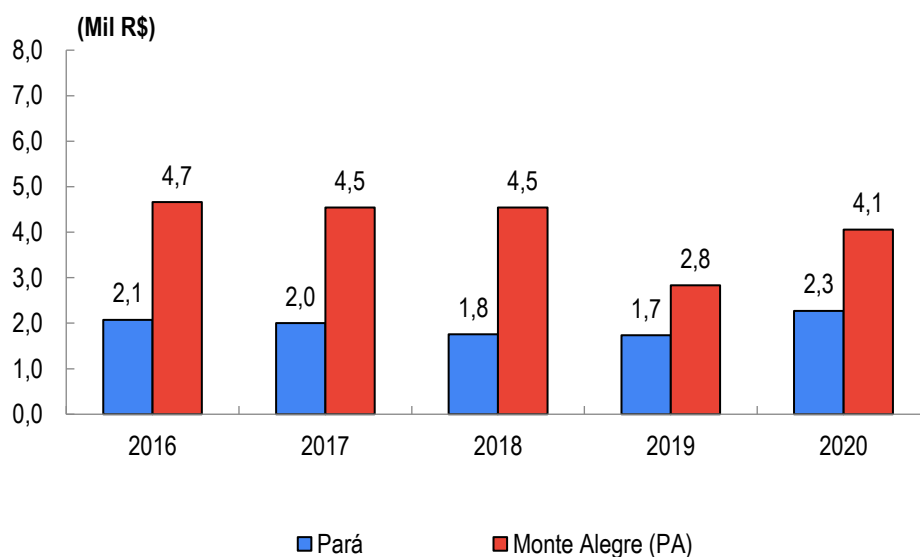
população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda per capita de 4,1, ou seja, para cada pessoa residente no município de Monte Alegre foi gerado um valor estimado de 4,1 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município decresceu nominalmente cerca de -12,9%, comportamento distinto ao do estadual onde apresentou crescimento 9%, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Monte Alegre, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

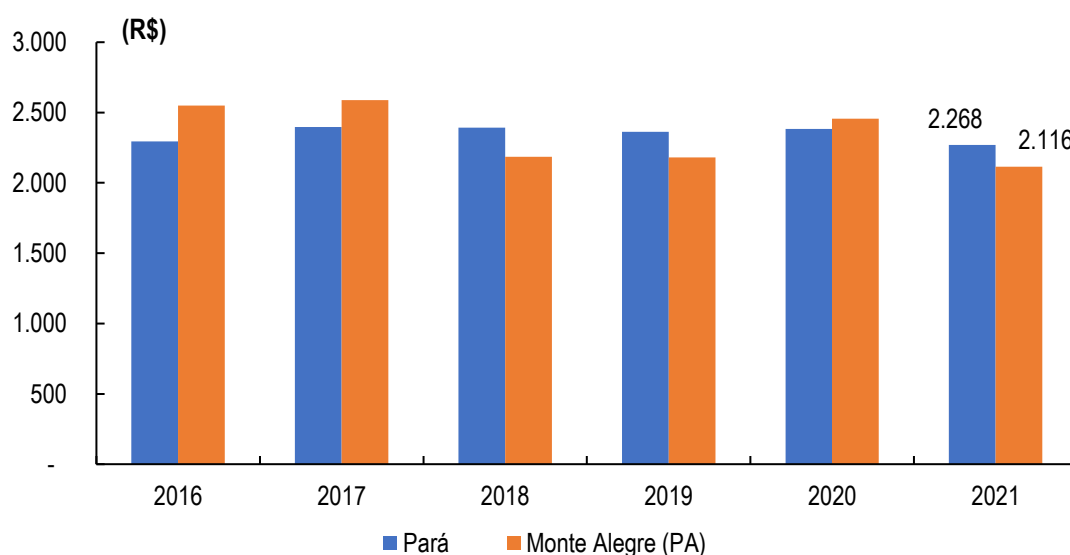
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Monte Alegre apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.116 reais, abaixo do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município decresceu em termos reais cerca de -17%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Monte Alegre, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

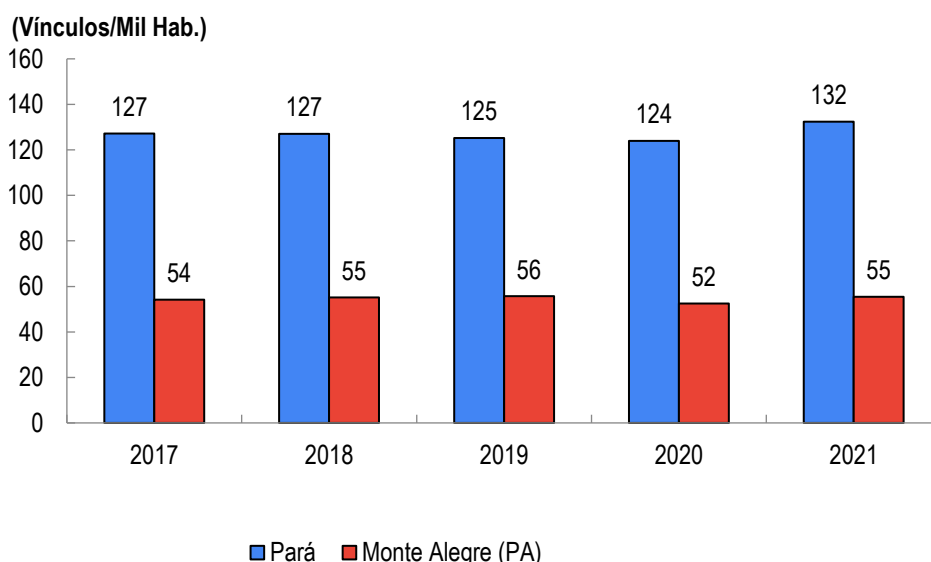
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Monte Alegre no decorrer da série 2017 a 2021 apresentou aumento de 2,4%, passando de 54 em 2017 para 55 empregos formais por mil habitantes, em 2021.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Monte Alegre, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

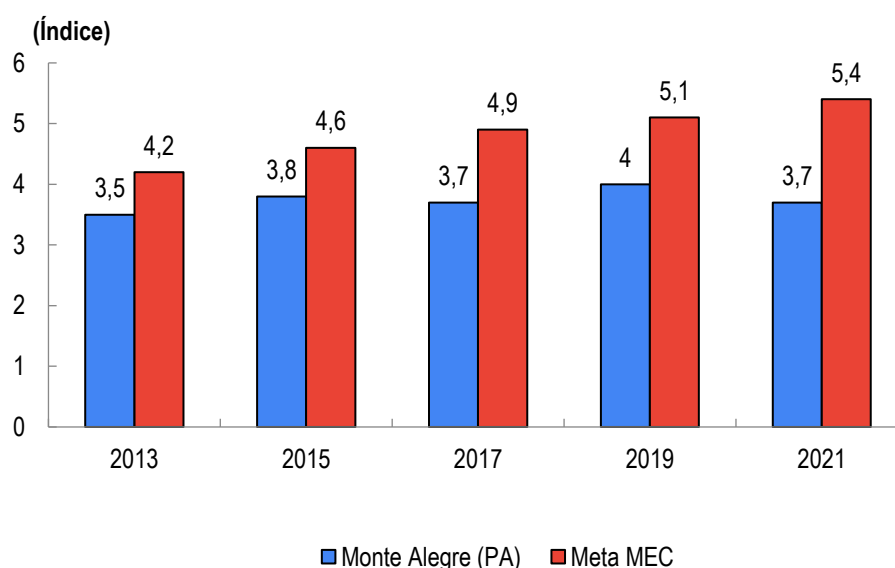
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Monte Alegre, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 3,7, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,4), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Monte Alegre, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

4.2. Taxa de mortalidade infantil

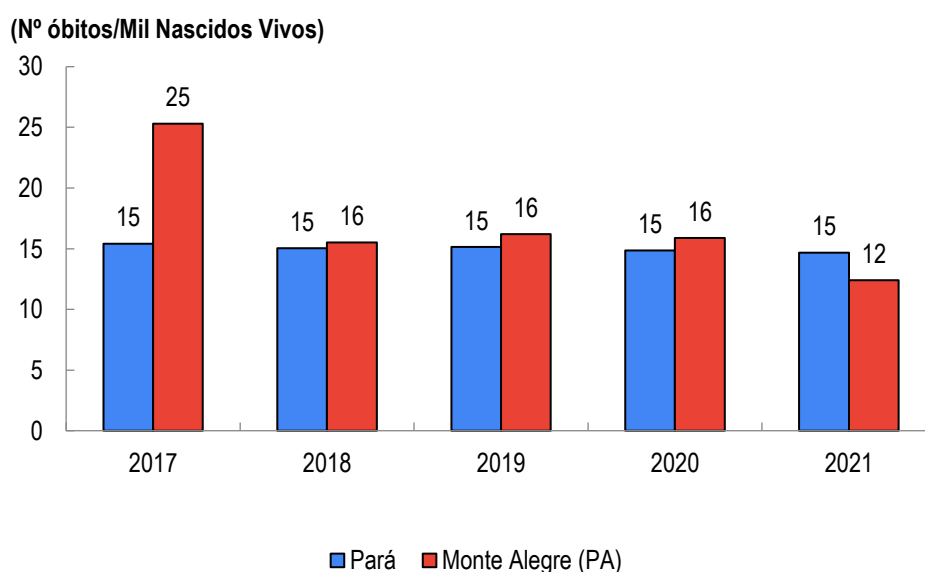
A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as

infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Monte Alegre apresentou redução de sua taxa de mortalidade infantil em -51%, chegando em 2021 com taxa de 12 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

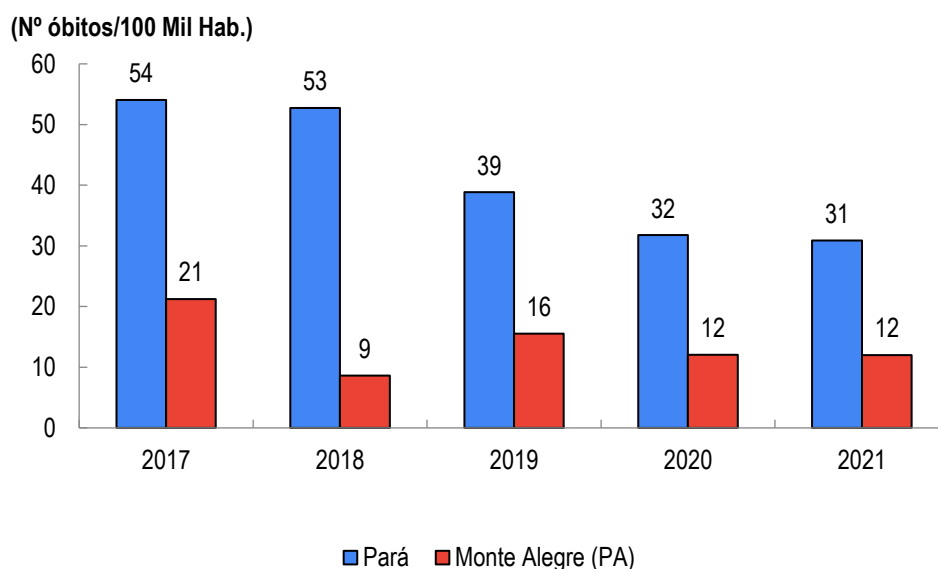
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Monte Alegre obteve 12 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -43,5%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

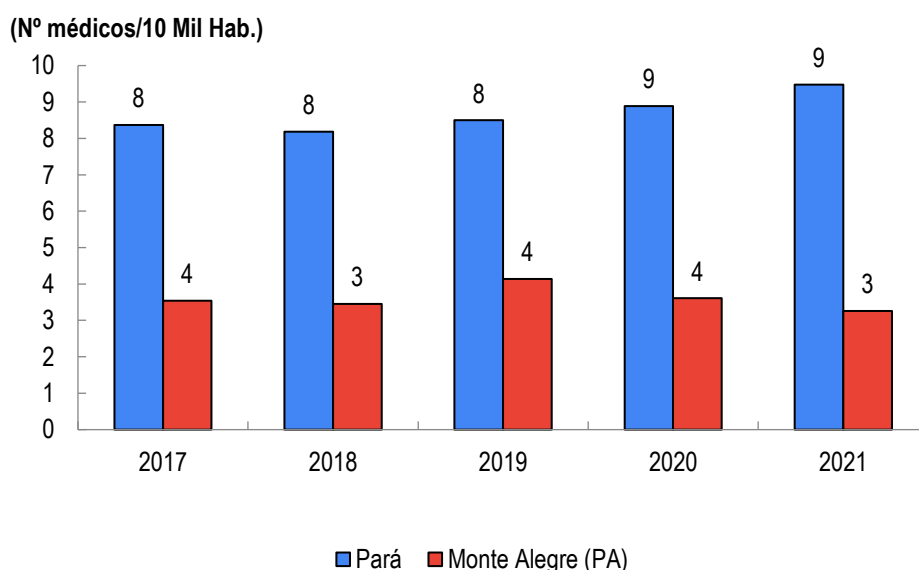
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município apresentou redução no número de médicos atuantes em seu sistema de saúde, pois em 2017 o município contava com quatro médicos e chega em 2021 com o quantitativo de três médicos por 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

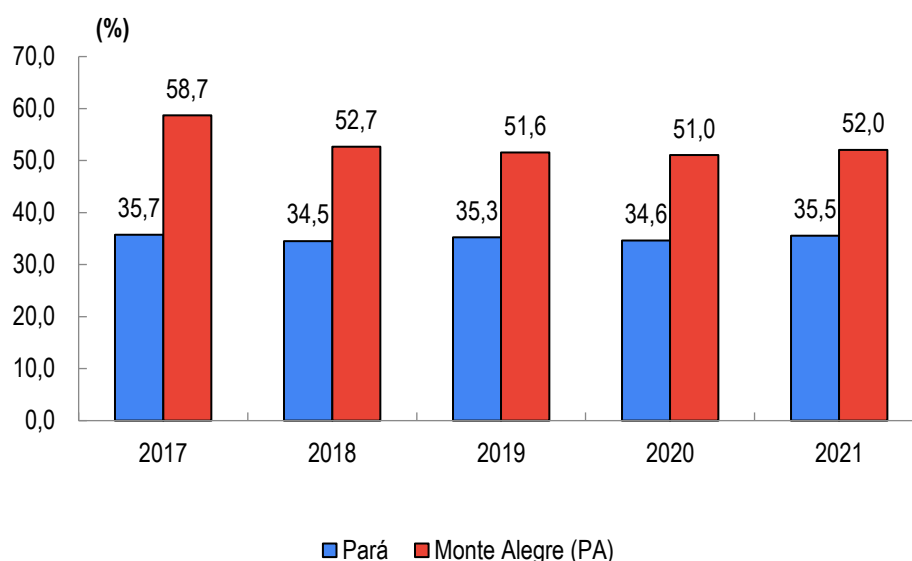
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Monte Alegre se encontra em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 52% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Monte Alegre, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

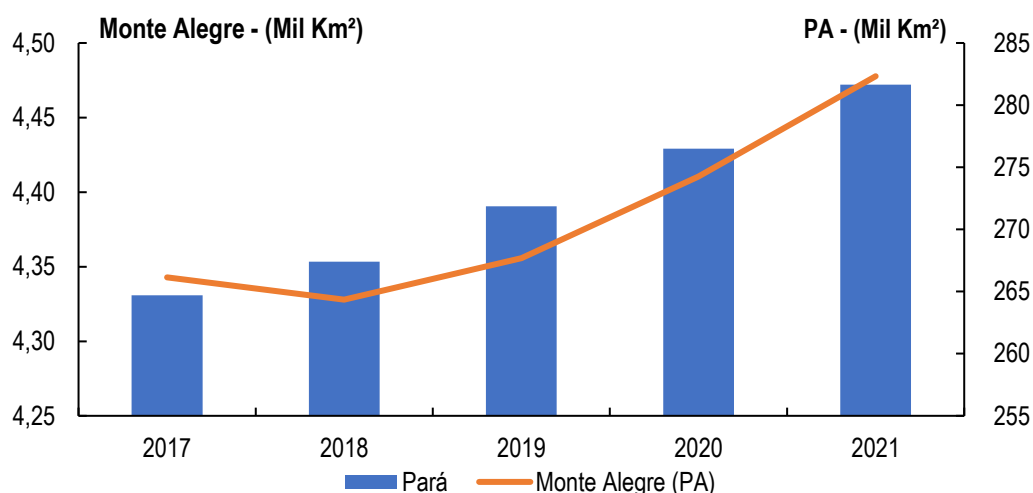
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Monte Alegre alcançou 4.478 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 3,1%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

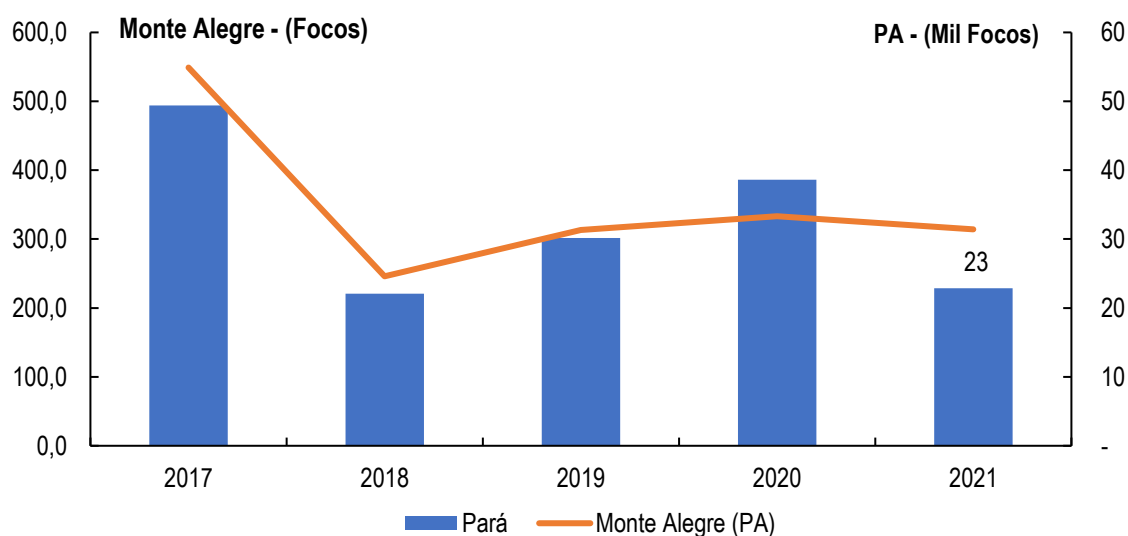
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Monte Alegre apresentou 314 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -42,8%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

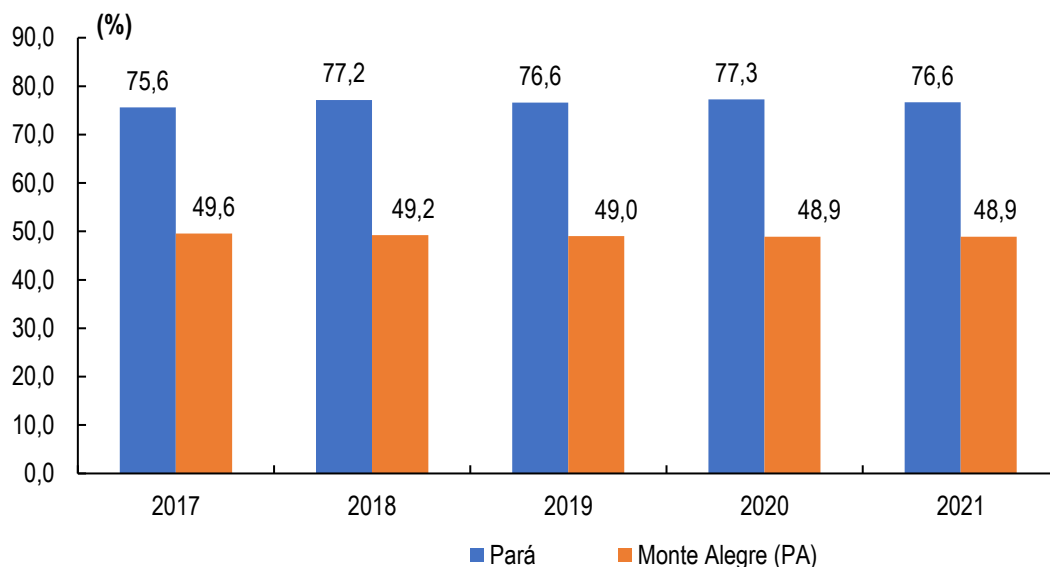
5.3. População total atendida no município com coleta lixo regular

O indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo foi calculado, por meio do Percentual da população residente na zona urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) de resíduos sólidos.

Em 2021 o município de Monte Alegre apresentou percentual da população urbana com coleta de lixo de 48,9%, taxa inferior ao valor alcançado pelo Estado do Pará que foi de 76,6%. Entre o período de 2017 a 2021 o município vem mantendo um patamar de cobertura de coleta regular de lixo bem abaixo da média do estado.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 13: Percentual da População total atendida no município com coleta lixo regular – Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em termos das Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Monte Alegre as principais formas são fossa rudimentar (57,0%) e de Vala a céu aberto (25,6%). Apenas 0,15% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, em 2022, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Monte Alegre, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	73	0,15
Fossa séptica	3.806	7,9
Fossa rudimentar	27.480	57,0
Vala a céu aberto	12.338	25,6
Direto para um rio, lago ou mar	18	0,04
Outra forma	119	0,2
Sem Resposta	4.342	9,0
Total	48.176	100

Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

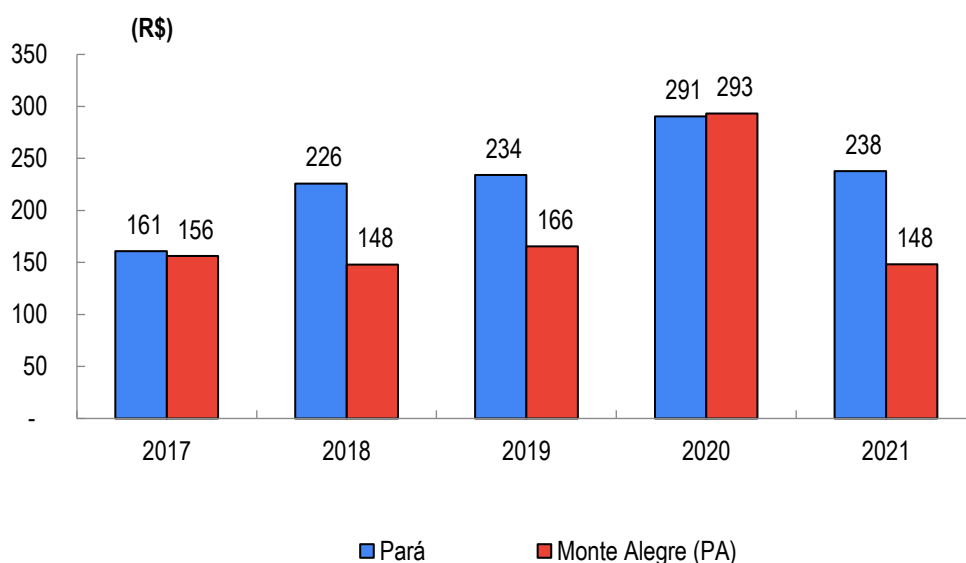
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Monte Alegre para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 148 reais por habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto reduziu em -5%.

O gráfico 14 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Monte Alegre.

Gráfico 14: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Monte Alegre, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bqcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Monte Alegre, Prainha, Monte Alegre, Monte Alegre e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Monte Alegre, Monte Alegre, Monte Alegre e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Monte Alegre, Monte Alegre, Monte Alegre e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de

banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Altamira

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Altamira e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Altamira ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Oriximiná (75,89%), Monte Alegre (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Monte Alegre

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceph*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Monte Alegre

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de 65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Monte Alegre, no Arquipélago do Marajó, conhecido

por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Monte Alegre. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental Projeto REDD+ ÓBIDOS



Sumário

1.	Apresentação.....	3
2.	Espacialização do Território	4
3.	Dimensão Econômica	5
3.1.	Produto Interno Bruto	5
3.2.	Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3.	Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4.	Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5.	Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4.	Dimensão Social	10
4.1.	Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2.	Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3.	Taxa de Homicídios.....	12
4.4.	Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5.	Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5.	Dimensão Ambiental.....	15
5.1.	Desflorestamento Acumulado	15
5.2.	Número de Focos de Calor	16
5.3.	População total atendida no município com coleta lixo regular	17
5.4.	Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	18
5.5.	Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	19
6.	Referências	20
	ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Óbidos, onde se encontra a área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

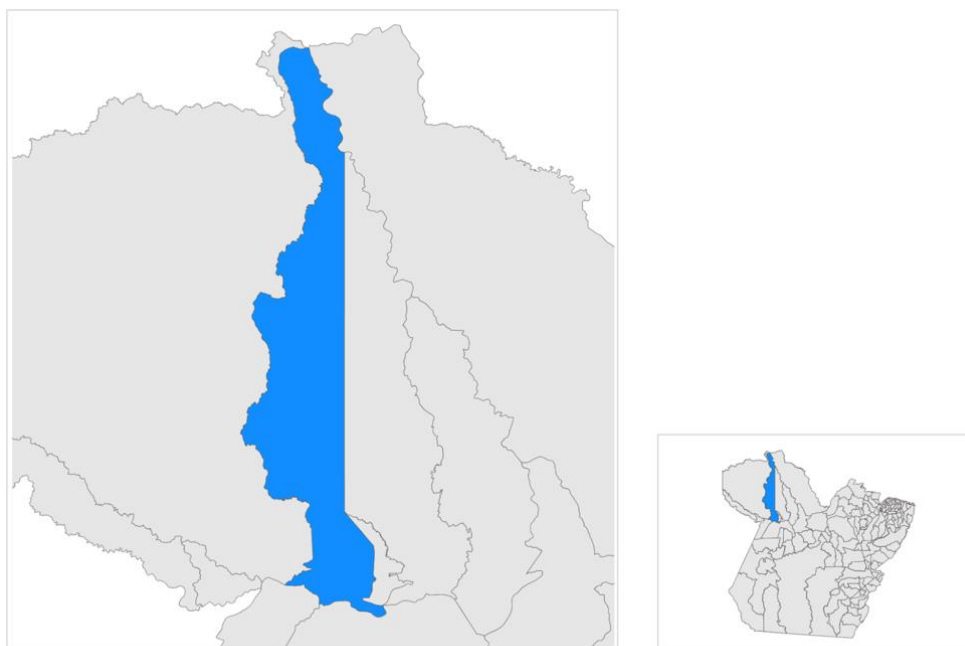
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Óbidos, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



O município de Óbidos possui em seu território parte da Floresta Pública Estadual do Paru, que ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo, além de Óbidos, os municípios de Alenquer, Almeirim, Prainha e Monte Alegre, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. A Floresta Pública Estadual do Paru foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006.

O município também possui parte da Floresta Pública Estadual - Estação Ecológica Grão-Pará, que está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

O município de Óbidos possui uma área territorial total de 28.011,041 km², o que corresponde a 2,25% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Oriximiná, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração do Marajó. Óbidos apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 54' 7" Sul e longitude de 55° 31' 11" Oeste, tendo seus limites ao norte com o município de Oriximiná, a leste com Almeirim, Alenquer e Curuá, ao sul com Santarém e Juruti e a oeste com Oriximiná.

Os solos do município apresentam grandes faixas de podzólico vermelho-amarelo textura argilosa, podzólico vermelho-amarelo equivalente eutrófico textura argilosa, latossolo amarelo distrófico textura média e areia quartzosa distrófica.

A topografia do Município apresenta uma altitude média de 222 m, a sede municipal situa-se a 37 metros de altitude, localizada em terrenos sedimentares da bacia Amazônica. Porém, ao norte do Município, essa altitude ascende para mais de 200 m, visto que esta parte se encontra em área serrana do Cristalino.

A hidrografia do Município é representada, sobretudo, por dois rios importantes: o primeiro, é o Peru de Oeste, também conhecido como Erepecuru ou Cuminá, que nasce no Planalto das Guianas e serve de limite natural com Oriximiná, em toda proporção oeste de Óbidos, mas apenas os afluentes da margem esquerda encontram-se dentro do seu território destacando-se, entre esses, o Urucuriana, no médio curso e o Cuminá-Mirim, no baixo curso; o segundo é o Cuminapanema, que tem todo seu médio curso no centro-leste do Município.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Óbidos, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

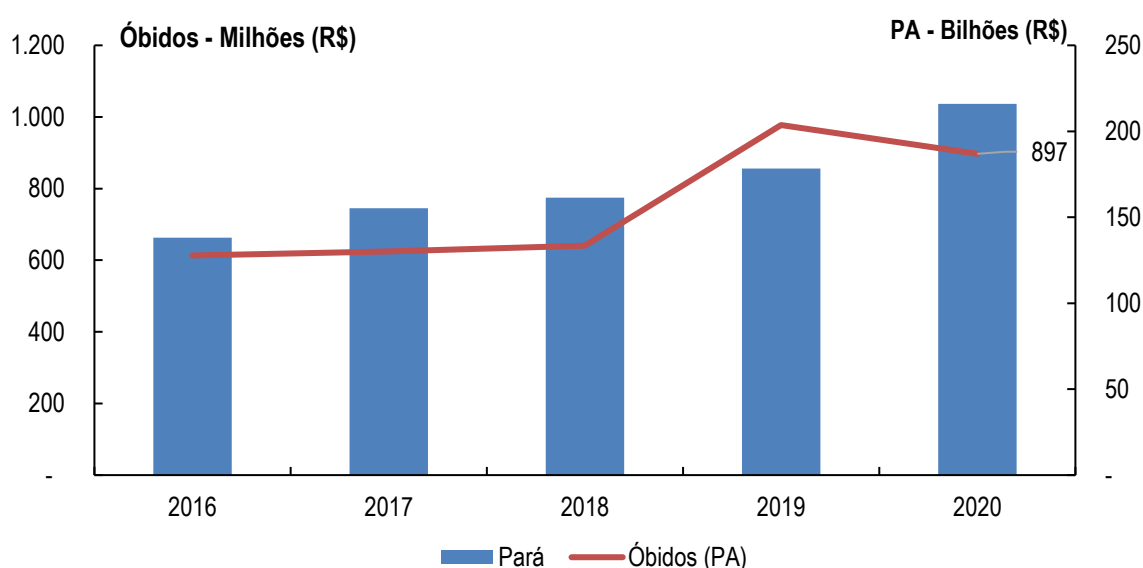
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Óbidos obteve um PIB de R\$ 897 milhões, contribuindo com 0,4% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 46,3%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Óbidos, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

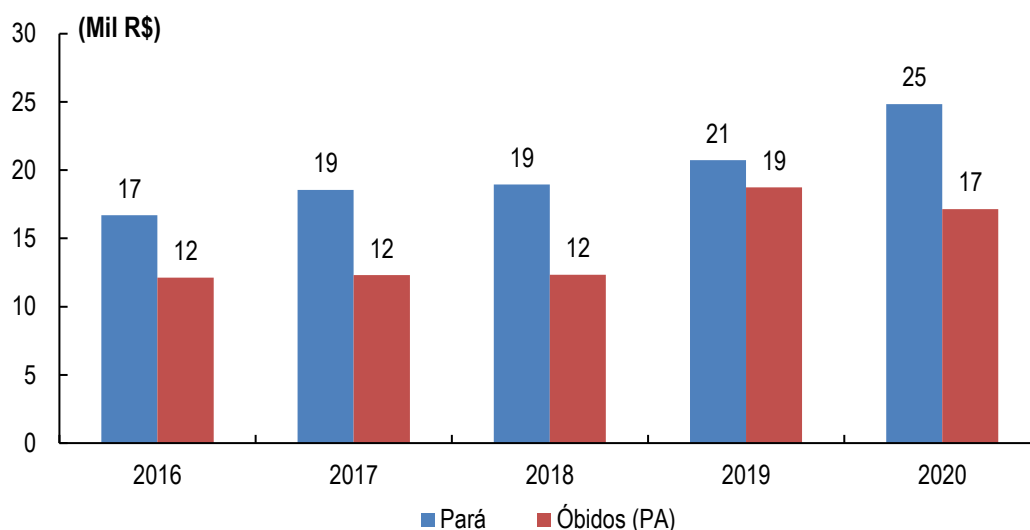
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Óbidos em 2020 obteve um PIB *per capita* de R\$ 17 mil, que corresponde aproximadamente 69% do PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente cerca de 41,5%, enquanto o crescimento do Estado do Pará foi de 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Óbidos, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda Per Capita da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Óbidos apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 152 milhões, o que representou 36% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita* (que correspondeu a 75% do valor gerado pela agropecuária); tendo como destaque a lavoura temporária com a produção de mandioca e a melancia.

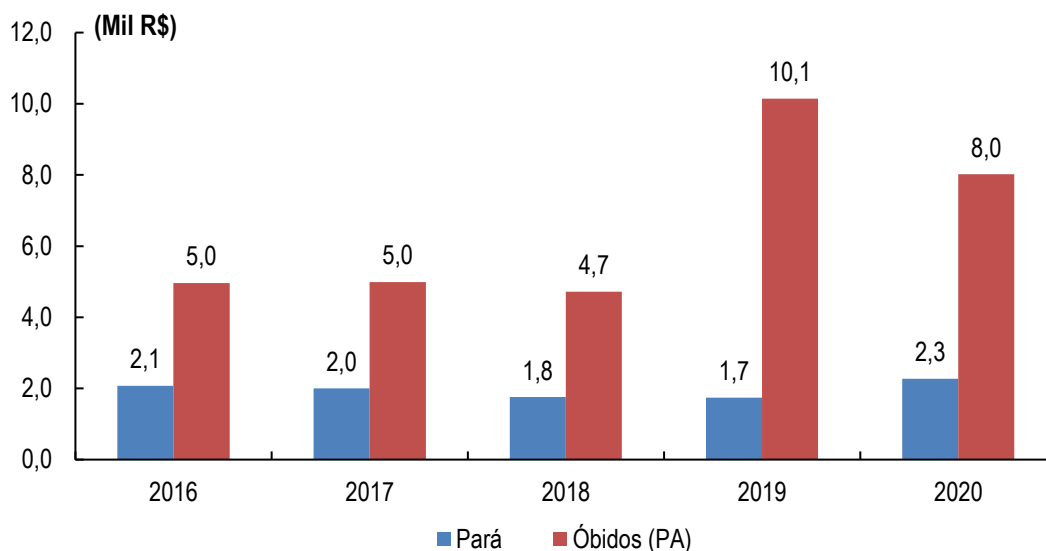
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda *per capita* de 8,0 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Óbidos foi gerado um valor estimado de 8,0 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 61,5%, acima do valor estadual onde apresentou crescimento de 9% apenas, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Óbidos, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

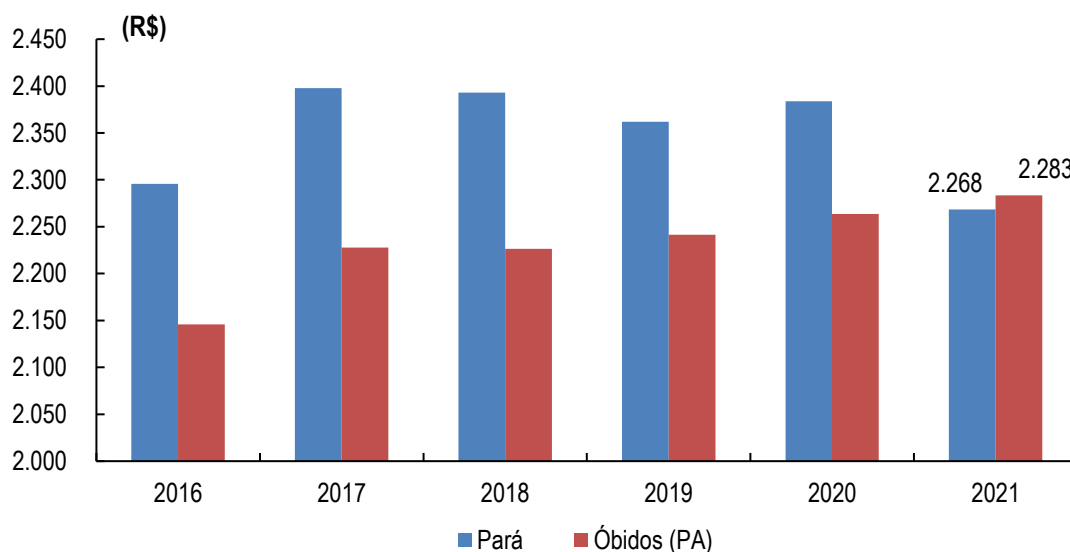
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Óbidos apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.283 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de 6,4%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Óbidos, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

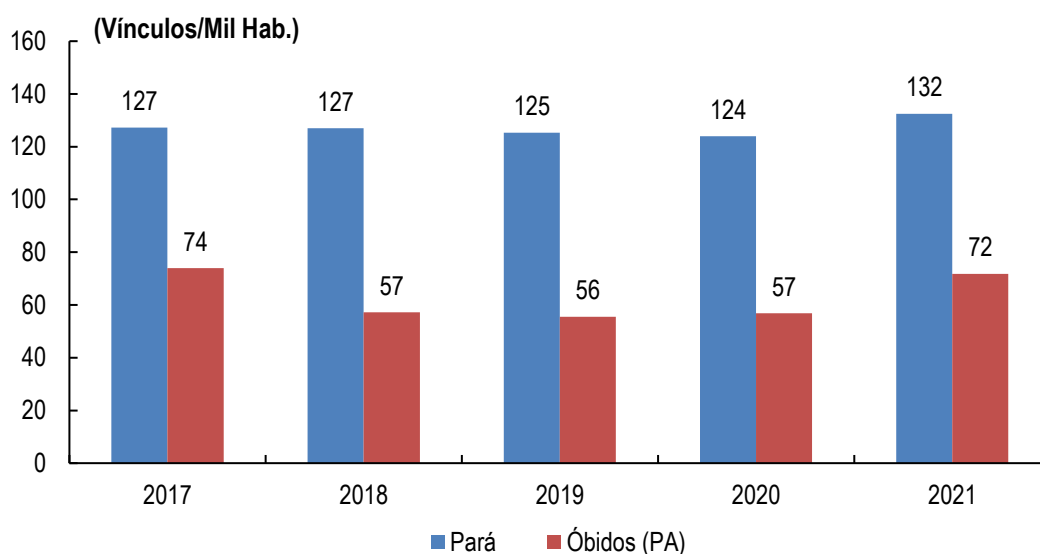
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Óbidos no decorrer da série 2017 a 2021 apresentou retração de -3%, passando de 74 em 2017 para 72 empregos formais por mil habitantes, em 2021.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Óbidos, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

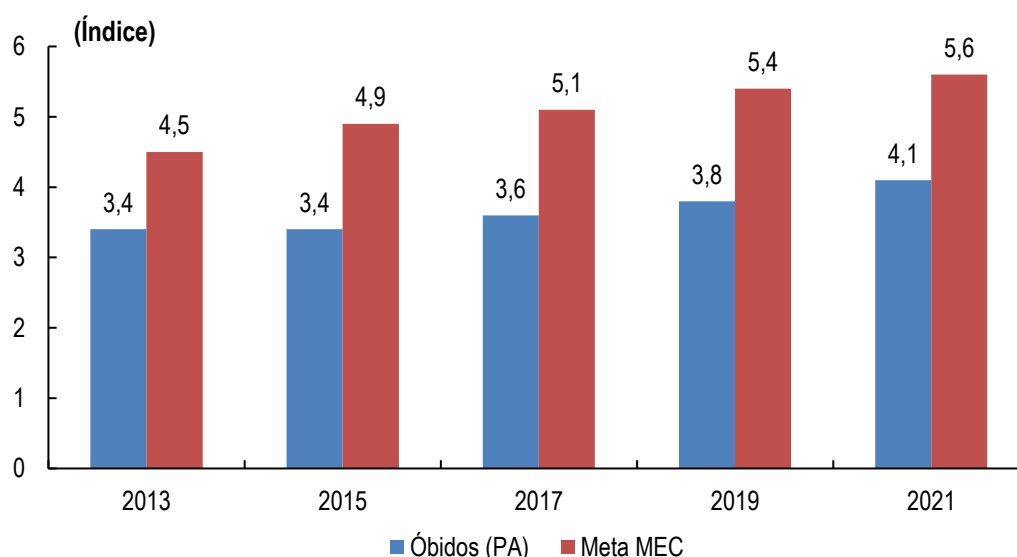
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em

avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Óbidos, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 4,1, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,6), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Óbidos, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

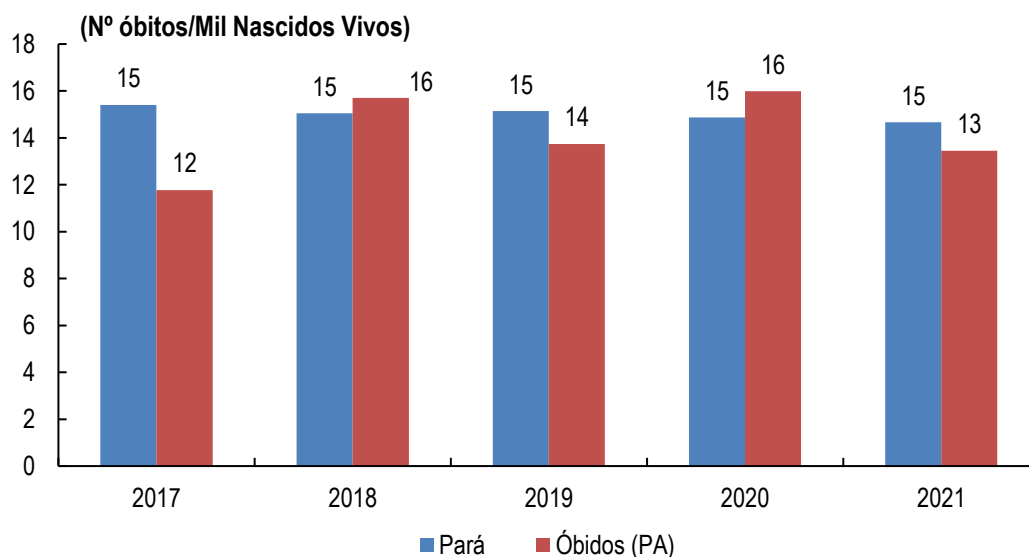
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Óbidos apresentou aumento de sua taxa de mortalidade infantil em 14,2%, chegando em 2021 com taxa de 13 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

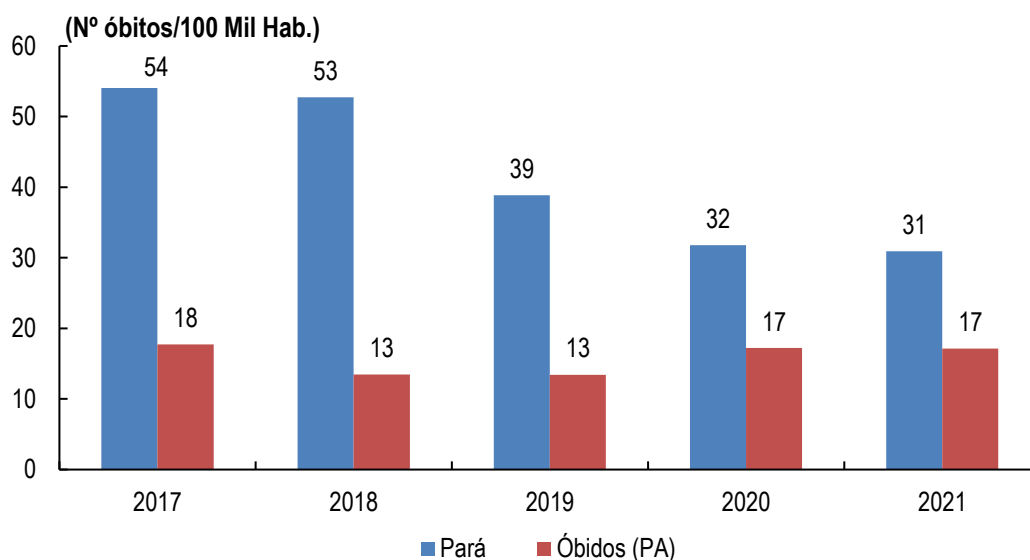
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Óbidos obteve 17 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em –3,3%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

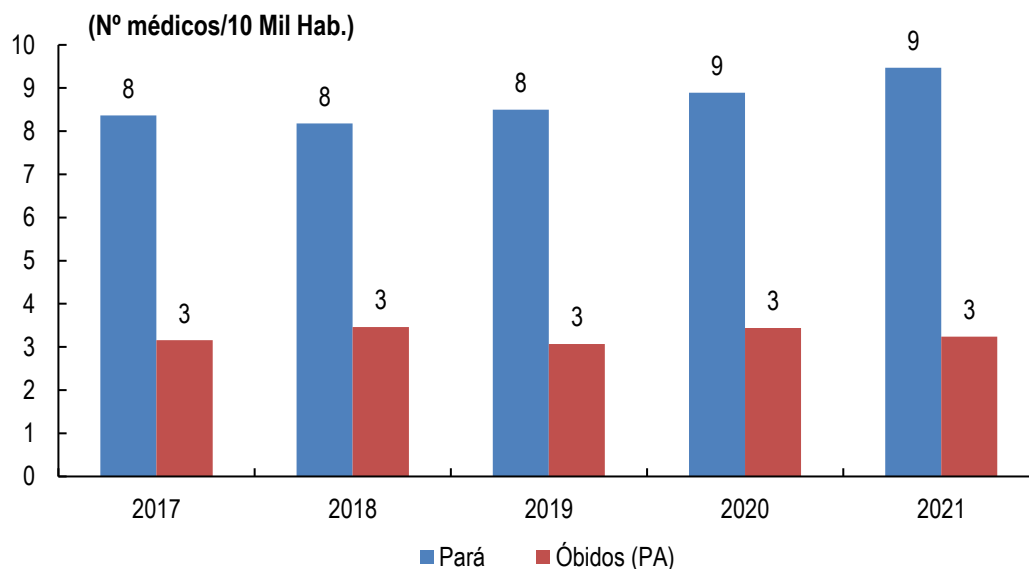
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município manteve em três o número de médicos por 10 mil habitantes atuantes em seu sistema de saúde.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

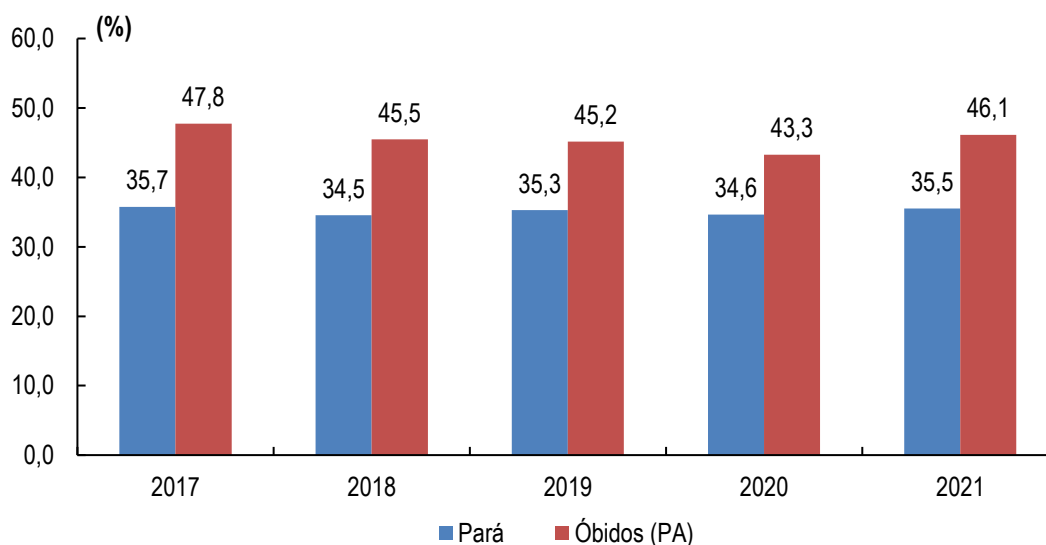
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Óbidos se encontra em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 46,1% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Óbidos, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

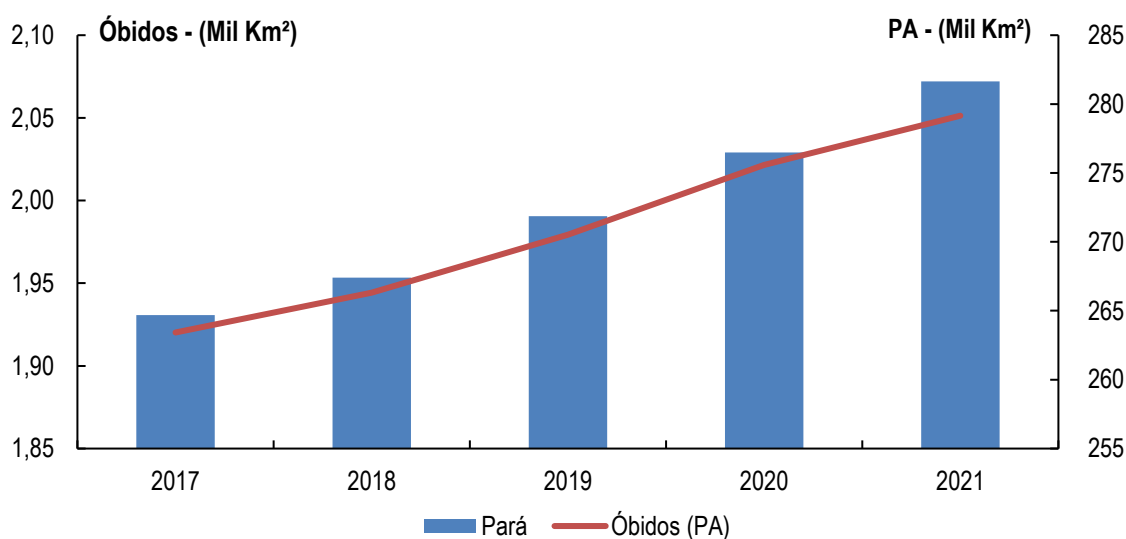
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Óbidos alcançou 2.051 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 6,8%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

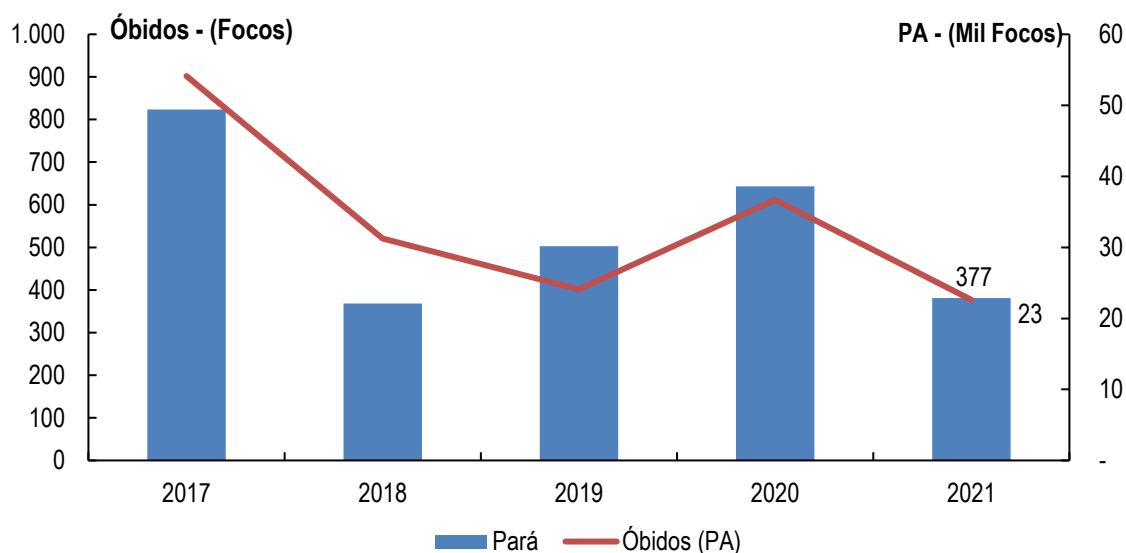
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Óbidos apresentou 377 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -58,2%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

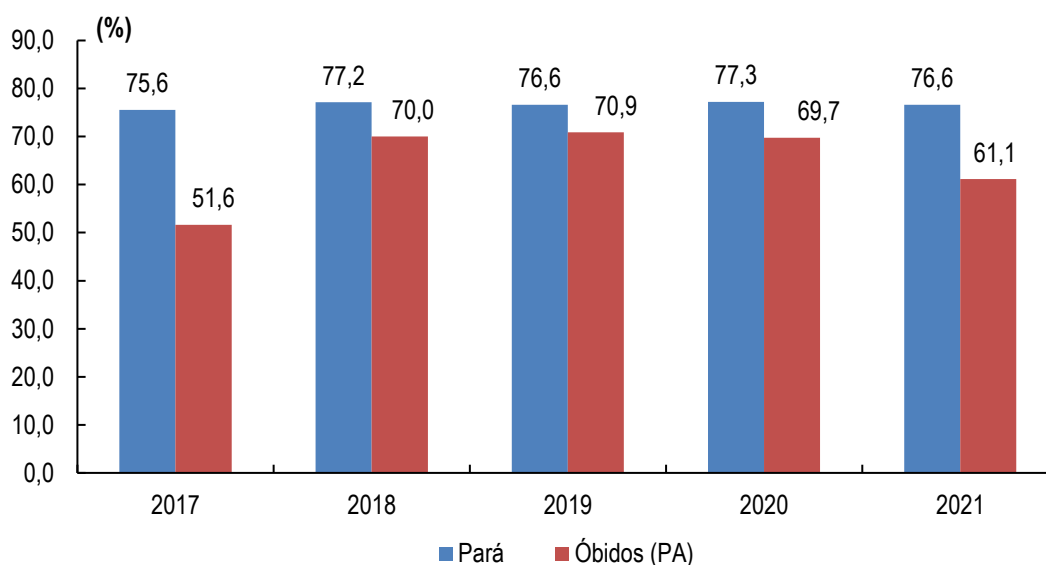
5.3. População total atendida no município com coleta lixo regular

O indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo foi calculado, por meio do Percentual da população residente na zona urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) de resíduos sólidos.

Em 2021 o município de Óbidos apresentou percentual da população urbana com coleta de lixo de 61,1%, taxa inferior ao valor alcançado pelo Estado do Pará que foi de 76,6%. Entre o período de 2017 e 2021 mais da metade da população do município é atendida com coleta regular de lixo, porém esse patamar ainda é abaixo da média do Estado.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 13: Percentual da População total atendida no município com coleta lixo regular – Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em termos das Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Óbidos as principais formas são fossa rudimentar (51,4%) e de vala a céu aberto (35,4%). Apenas 0,27% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, em 2022, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Óbidos, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	116	0,27
Fossa séptica	4.548	10,7
Fossa rudimentar	21.887	51,4
Vala a céu aberto	15.075	35,4
Direto para um rio, lago ou mar	62	0,15
Outra forma	245	0,6
Sem Resposta	626	1,5
Total	42.559	100

Fonte: CADUNICO - Cadastro Único - Governo Federal

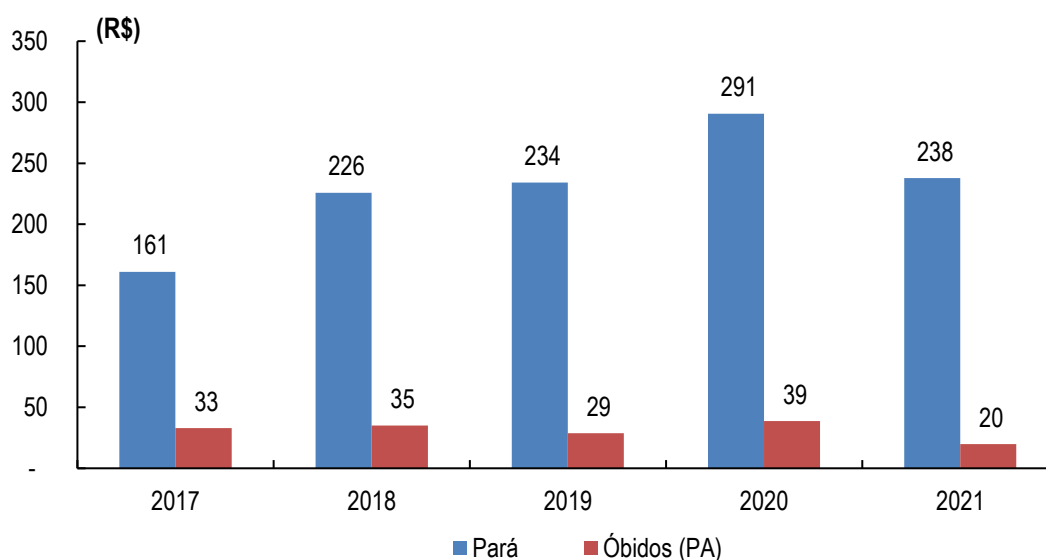
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Óbidos para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal per capita relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 20 reais por habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto retraiu em -40,1%.

O gráfico 14 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Óbidos.

Gráfico 14: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Óbidos, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Óbidos

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Óbidos e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Óbidos ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Oriximiná (75,89%), Alenquer (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Óbidos

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Óbidos, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Óbidos. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+ ORIXININÁ



Sumário

1.	Apresentação.....	3
2.	Espacialização do Território	4
3.	Dimensão Econômica	5
3.1.	Produto Interno Bruto	5
3.2.	Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3.	Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4.	Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5.	Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4.	Dimensão Social	10
4.1.	Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2.	Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3.	Taxa de Homicídios.....	12
4.4.	Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5.	Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5.	Dimensão Ambiental.....	15
5.1.	Desflorestamento Acumulado	15
5.2.	Número de Focos de Calor	16
5.3.	População total atendida no município com coleta lixo regular	17
5.4.	Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	18
5.5.	Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	19
6.	Referências	20
	ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Oriximiná, onde se encontra parte da área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

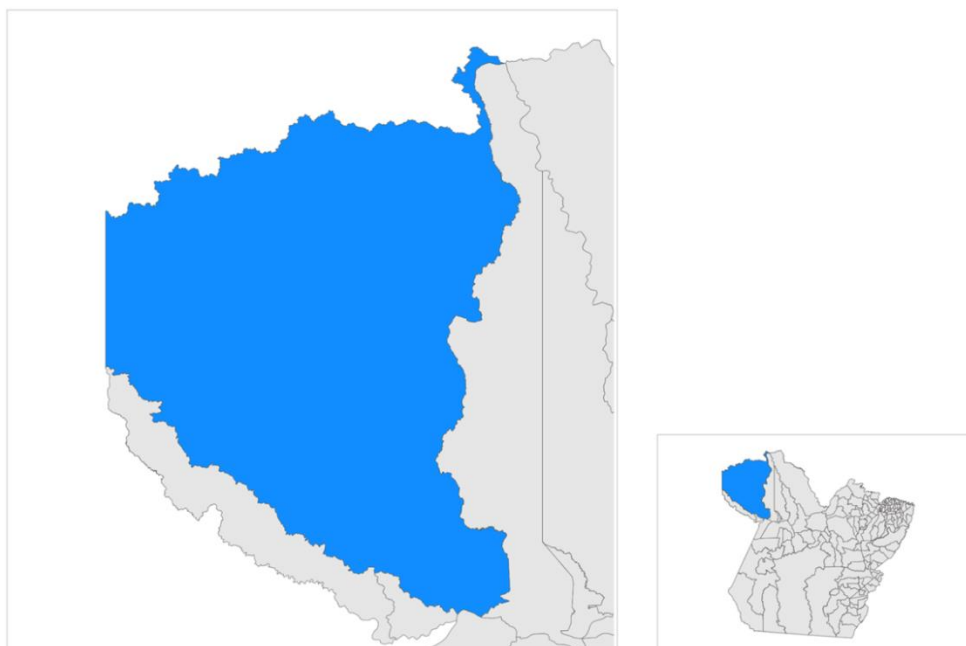
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Oriximiná, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



No município de Oriximiná tem-se parte da Floresta Pública Estadual - Estação Ecológica Grão-Pará, que está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

Outra área de Floresta Pública Estadual que o município possui é a Estação Ecológica Grão-Pará, que está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre, Oriximiná, Alenquer e Óbidos, em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

O município de Oriximiná possui uma área territorial total de 107.613,838 km², o que corresponde a 8,64% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Oriximiná, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração do Baixo Amazonas. Oriximiná apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 45' 36" Sul e longitude de 55° 51' 45" Oeste, tendo seus limites são ao norte com os países Guiana e Suriname, a leste com Óbidos, ao sul com Terra Santa e Juruti e a oeste com Faro e o Estado de Roraima.

Os solos encontrados nesse município são podzólico vermelho-amarelo textura argilosa e o podzólico vermelho-amarelo equivalente eutrófico textura argilosa, latossolo amarelo distrófico textura média e argilosa, podzólico vermelho-amarelo textura média e areia quartzosa.

A topografia do Município apresenta uma altitude média de 217 metros, a sede municipal conta com uma altitude de 37 metros, pois situasse em uma área baixa no município, a topografia atinge grandes valores altímetros no centro e muito mais na porção setentrional, onde, muitas vezes, atinge mais de 800 metros. E conta com áreas de planaltos, planícies, depressões e patamares.

O principal rio do Município é o rio Trombetas, que nasce ao Norte do Município, cujos formadores são os rios Poana e Anamu. Este, por sua vez, sendo formado pelos rios Curiau e Maná. O rio Poana tem como seu mais importante afluente o Cafuini. O rio Trombetas percorre todo o Município de Norte para o Sul e inflete-se para o Sudeste. Após passar pela sede do Município, deságua no rio Amazonas, já próximo à sede de Óbidos e em terras desse município.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Oriximiná, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

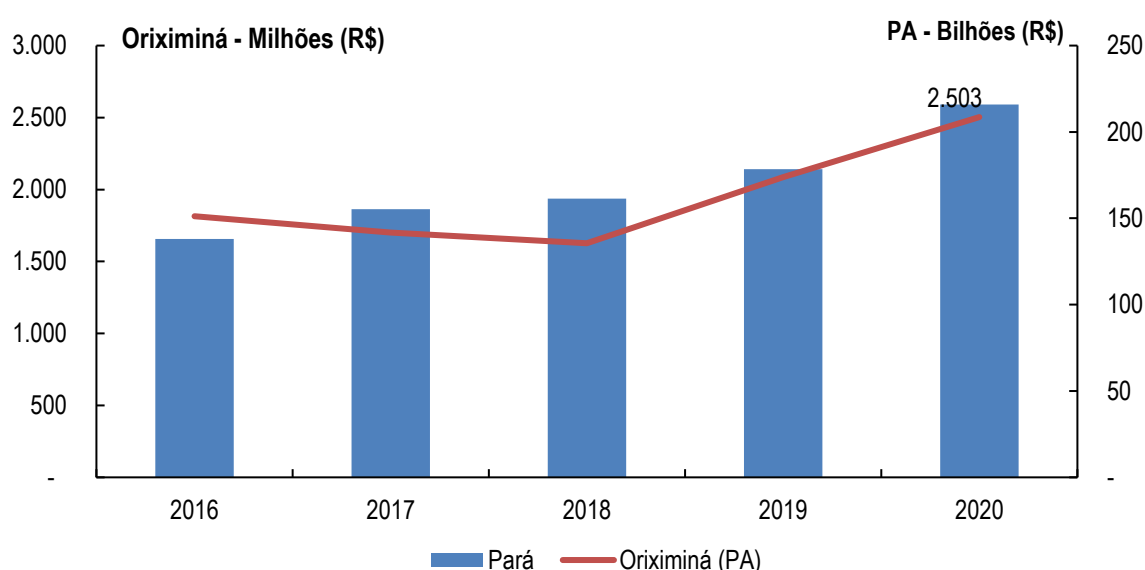
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Oriximiná obteve um PIB de R\$ 2.503 milhões, contribuindo com 1,2% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 38%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Oriximiná, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

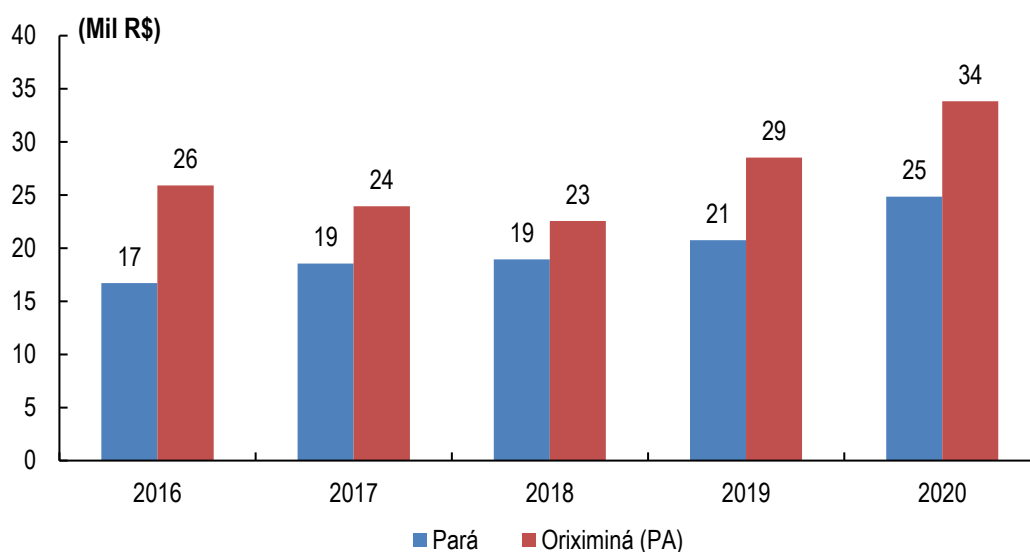
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Oriximiná em 2020 obteve um PIB per capita de R\$ 34 mil, superior ao PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente cerca de 30,6%, enquanto o Estado do Pará crescimento 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Oriximiná, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda Per Capita da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Oriximiná apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 152 milhões, o que representou 36% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita* (que correspondeu a 75% do valor gerado pela agropecuária); tendo como destaque a lavoura temporária, onde as maiores contribuições decorreram da produção de mandioca, melancia e banana.

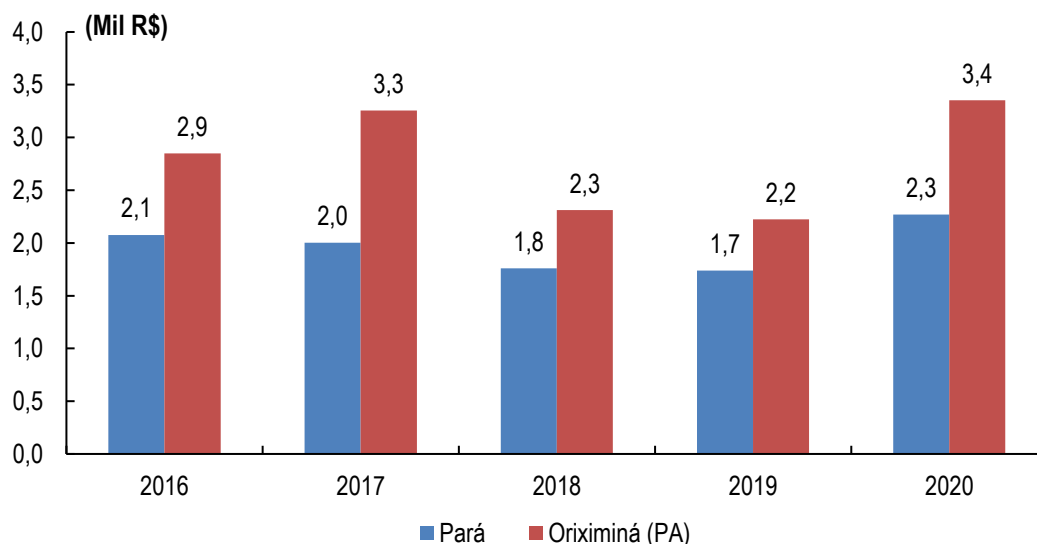
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda *per capita* de 3,4 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Oriximiná foi gerado um valor estimado de 3,4 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 17,7%, acima do valor estadual onde apresentou crescimento de 9% apenas, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Oriximiná, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

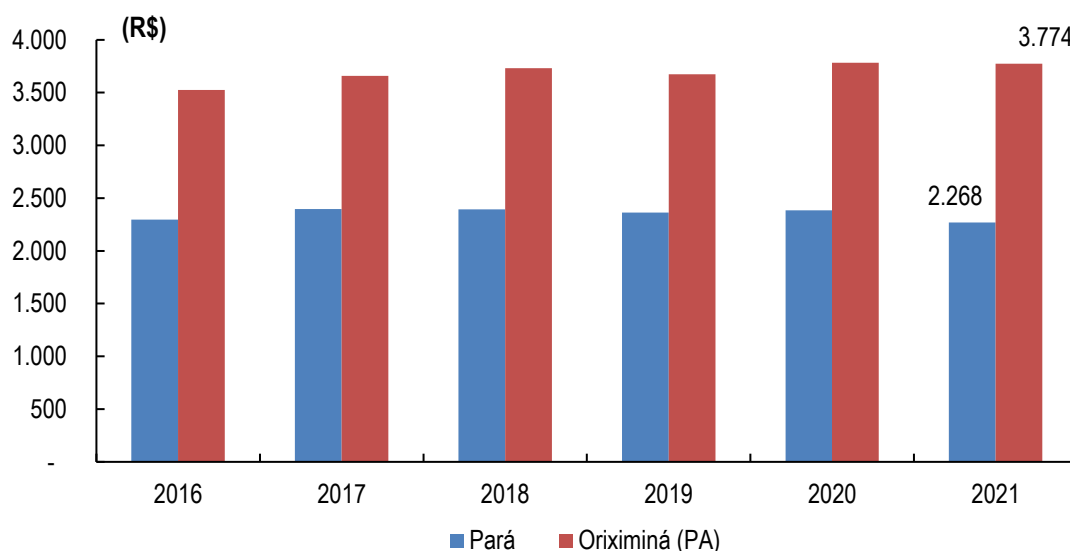
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Oriximiná apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 3.774 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de -3,1%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Oriximiná, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

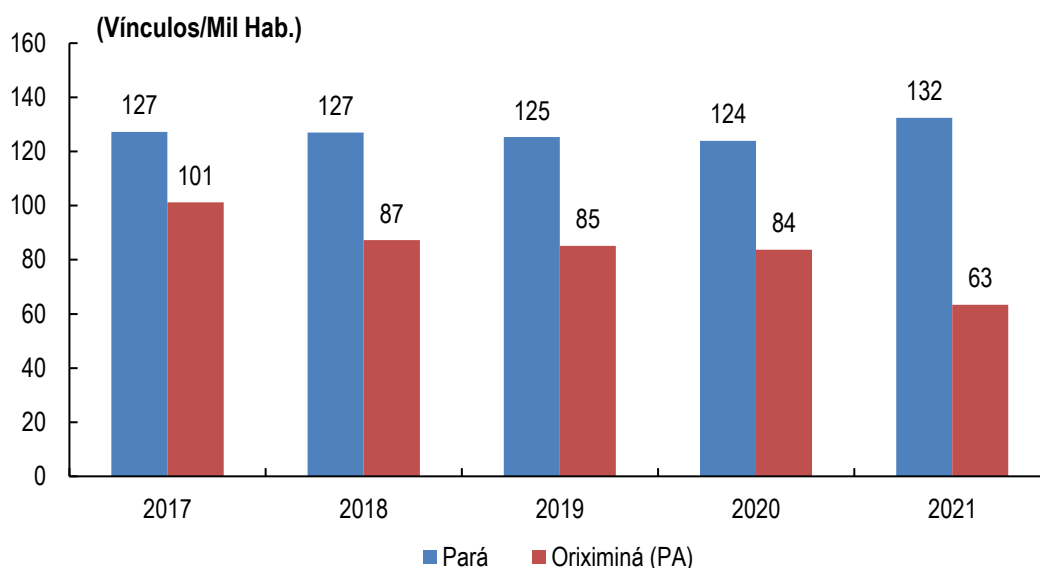
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Oriximiná no decorrer da série 2017 a 2021 apresentou retração de -37,3%, passando de 101 em 2017 para 63 empregos formais por mil habitantes, em 2021.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Oriximiná, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

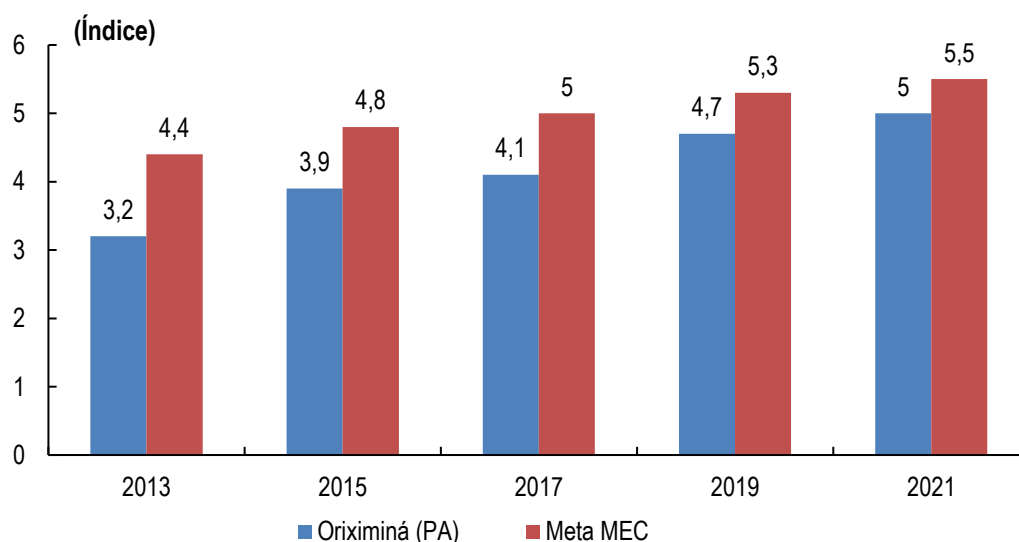
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em

avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Oriximiná, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 5,0, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,5), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Oriximiná, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

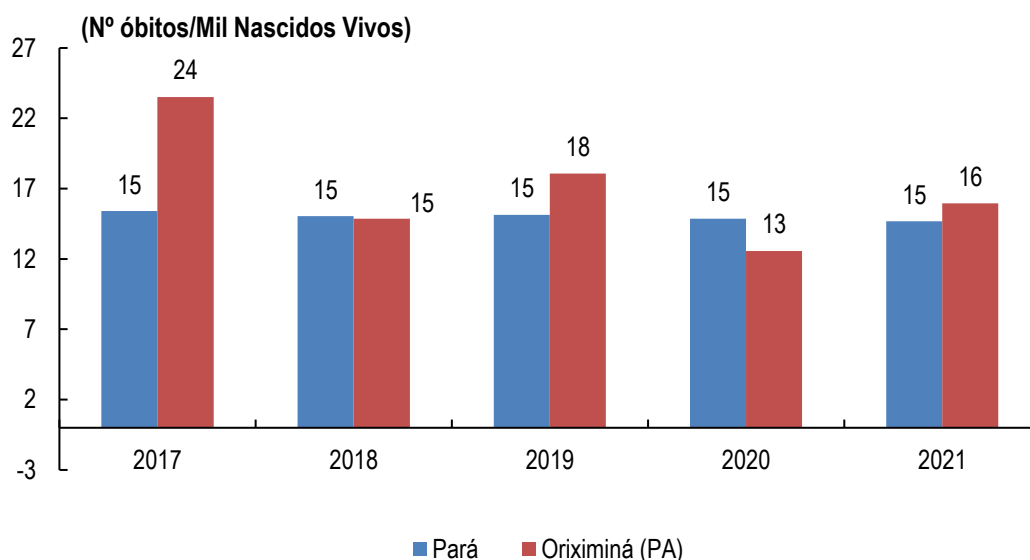
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Oriximiná apresentou redução de sua taxa de mortalidade infantil em -32,2%, chegando em 2021 com taxa de 16 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

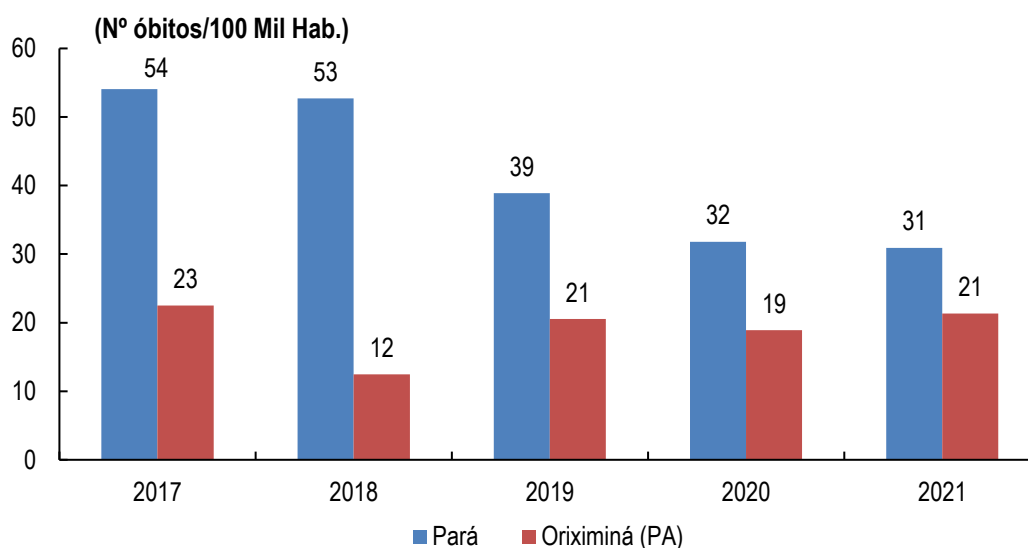
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Oriximiná obteve 21 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -5,1%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

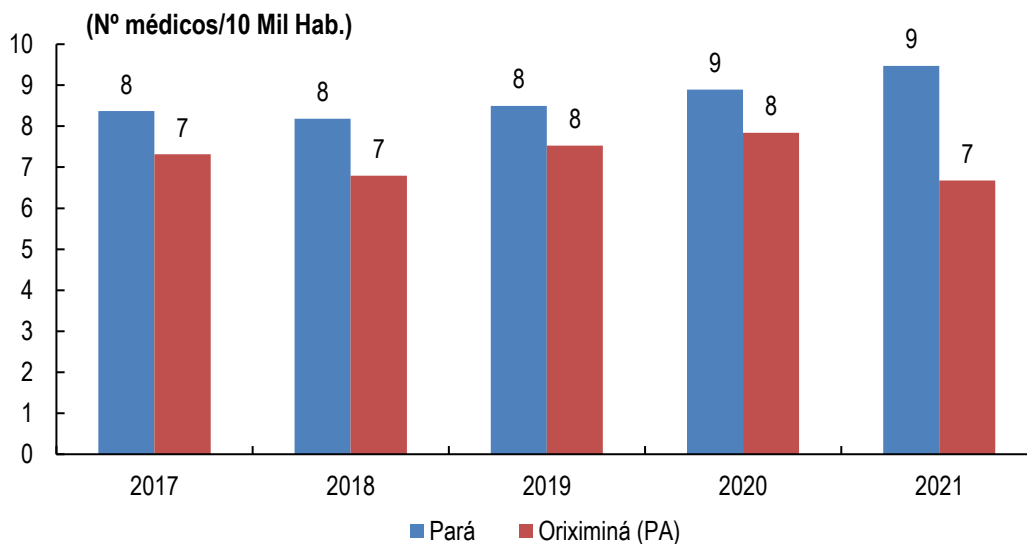
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município manteve praticamente estagnado o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde, com 7 médicos para cada 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

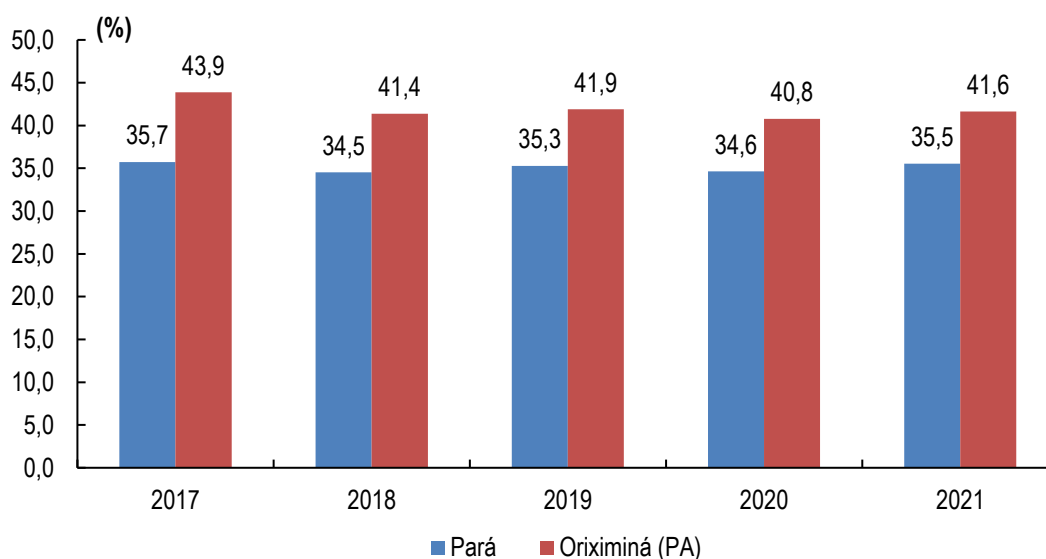
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Oriximiná se encontra em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 41,6% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Oriximiná, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

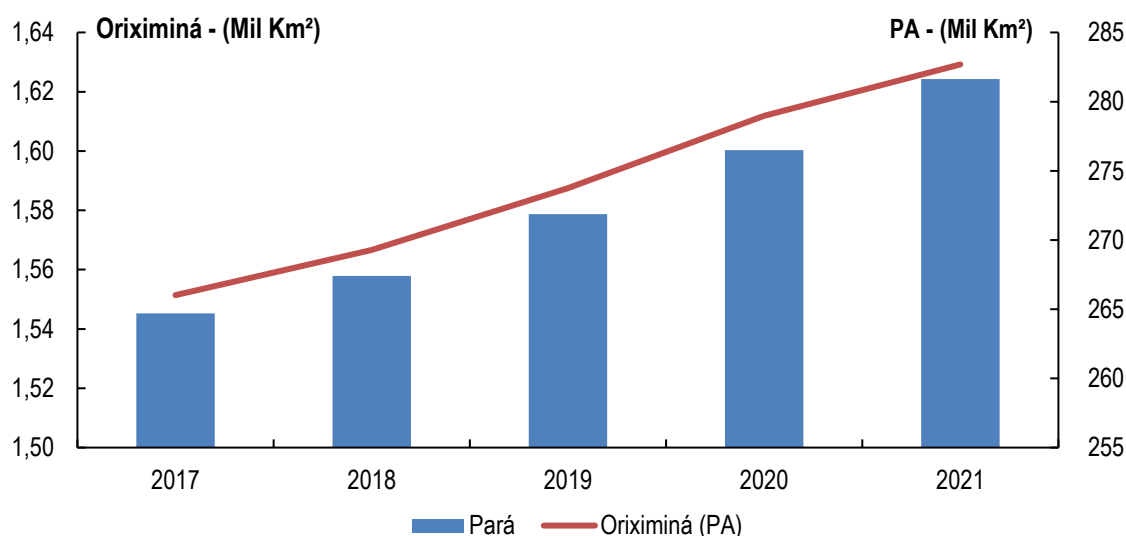
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Oriximiná alcançou 1.629 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 5%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

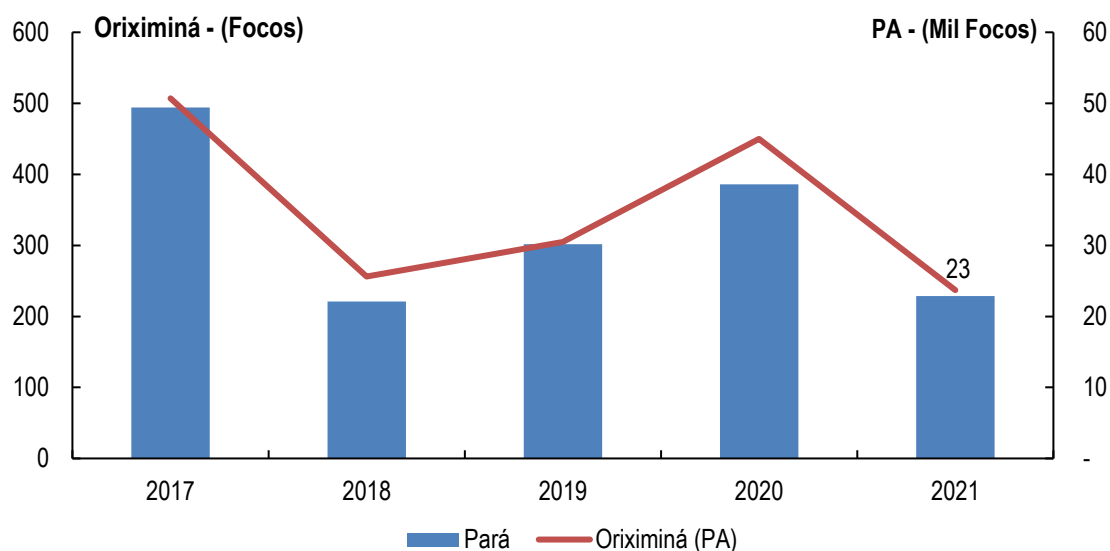
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Oriximiná apresentou 237 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -53,3%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

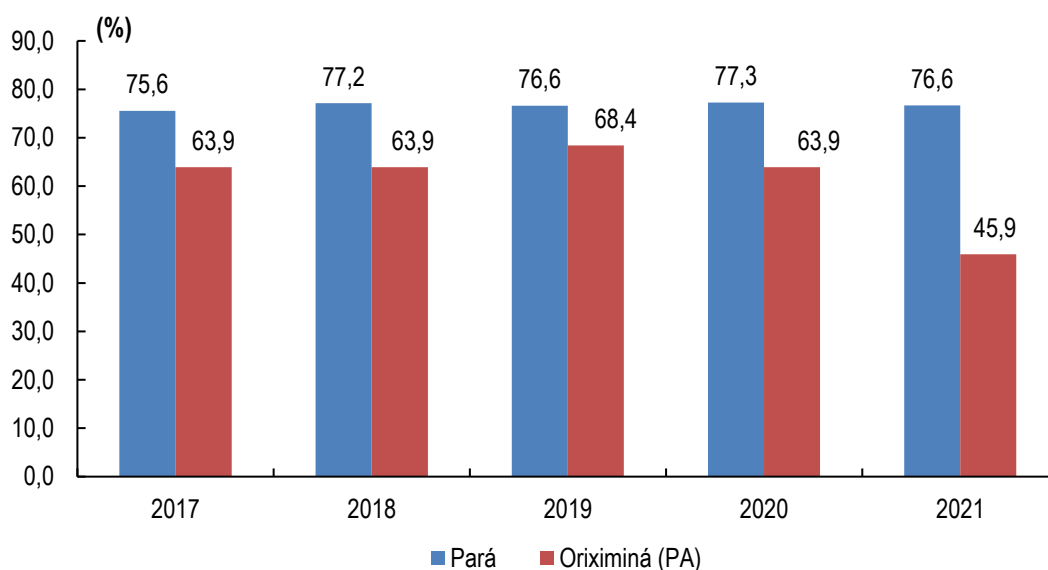
5.3. População total atendida no município com coleta lixo regular

O indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo foi calculado, por meio do Percentual da população residente na zona urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) de resíduos sólidos.

Em 2021 o município de Oriximiná apresentou percentual da população urbana com coleta de lixo de 45,9%, taxa inferior ao valor alcançado pelo Estado do Pará que foi de 76,6%. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu significativamente a parcela da população atendida com coleta regular de lixo.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 13: Percentual da População total atendida no município com coleta lixo regular – Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em 2022, em termos das condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Oriximiná as principais formas foram fossa rudimentar (57,5%) e a fossa séptica (27,8%). Apenas 0,27% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Pará e Oriximiná, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	132	0,27
Fossa séptica	13.453	27,8
Fossa rudimentar	27.814	57,5
Vala a céu aberto	3.334	6,9
Direto para um rio, lago ou mar	7	0,01
Outra forma	3.357	6,9
Sem Resposta	239	0,5
Total	48.336	100

Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

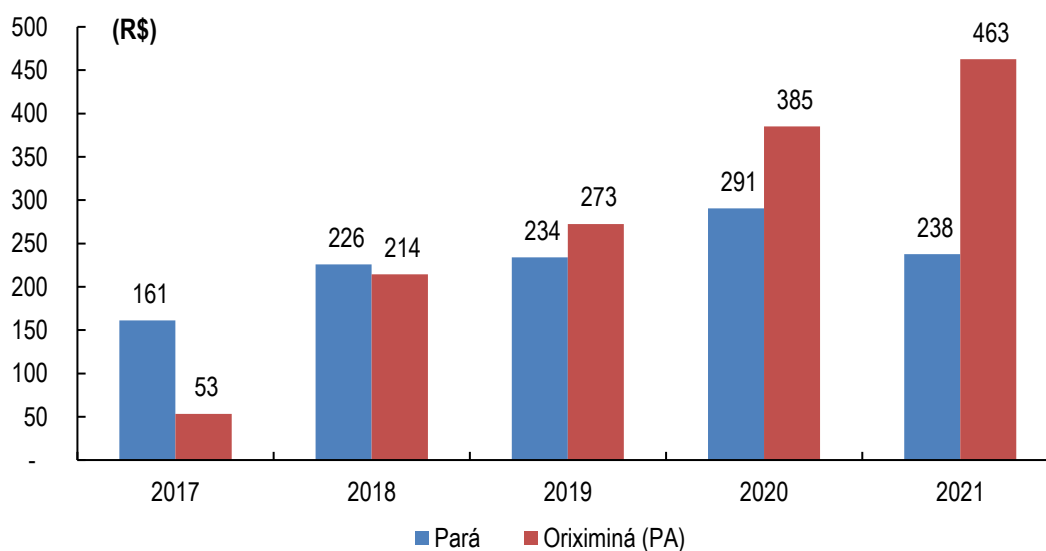
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Oriximiná para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 463 reais por habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto aumentou significativamente em 767%.

O gráfico 14 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Oriximiná.

Gráfico 14: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Oriximiná, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Oriximiná

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Oriximiná e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Oriximiná ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Oriximiná (75,89%), Alenquer (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Oriximiná

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Oriximiná, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Oriximiná. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+ PRAINHA



Sumário

1. Apresentação.....	3
2. Espacialização do Território	4
3. Dimensão Econômica	6
3.1. Produto Interno Bruto	6
3.2. Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	7
3.3. Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4. Dimensão Social	10
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2. Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3. Taxa de Homicídios.....	12
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5. Dimensão Ambiental.....	15
5.1. Desflorestamento Acumulado	15
5.2. Número de Focos de Calor	16
5.3. Condições de coleta de lixo da população de baixa	17
5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda.....	18
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	18
6. Referências	20
ANEXOS	21

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Prainha, onde se encontra parte da área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

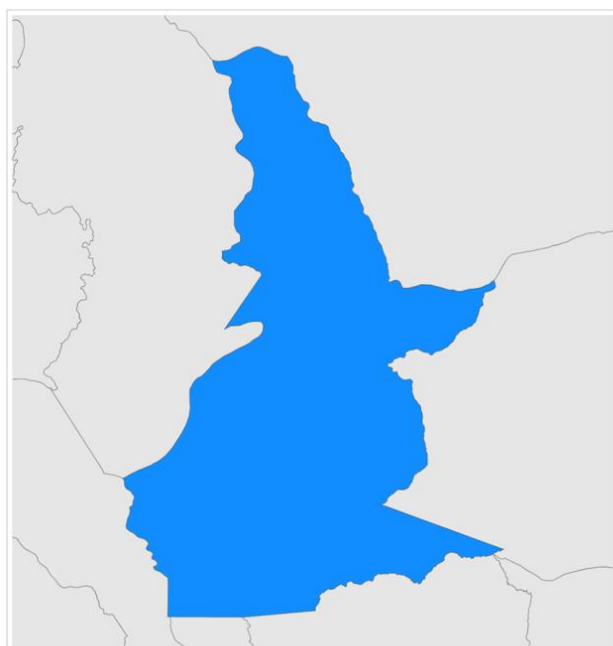
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Prainha, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



O município de Prainha possui em seu território parte da Floresta Pública Estadual do Paru, que ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo, além de Prainha, os municípios de Alenquer, Monte Alegre, Almeirim e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. A Floresta Pública Estadual do Paru foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006.

O município de Prainha possui uma área territorial total de 14.786,953 km², o que corresponde a 1,19% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Prainha está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Santarém, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração Baixo Amazonas. Prainha apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 47' 39" Sul e longitude de 53° 28' 32" Oeste, tendo seus limites ao norte com o município de Almeirim, a leste com Almeirim e Porto de Moz, ao sul com Medicilândia e Uruará e a oeste com Santarém e Monte Alegre.

As ordens de solos encontradas nesse município são latossolo amarelo distrófico textura média e argilosa e concrecionário lateríticos indiscriminados distróficos textura indiscriminada, solos litólicos distróficos textura indiscriminada, latossolo amarelo distrófico textura argilosa.

A topografia do Município apresenta uma altitude média de 142 metros, no geral conta com níveis altímetros relativamente baixos, principalmente nas proximidades do rio Amazonas, onde chega a alcançar aproximadamente 3 metros de altitude. Já na parte sul do município observa-se altitudes maiores nas áreas de tabuleiros, o município conta com áreas de planaltos no extremo norte, com áreas de planícies na região central, e conta com áreas de patamares e tabuleiros.

A estrutura geológica do município encontra-se situada na bacia sedimentar Amazonas e é composta por Sedimentos argilosos, arenosos e cascalhos, Sedimentos relativos a aluviões atuais e terraços mais antigos do Holoceno, pequenas proporções de Terrenos arenosos e folhelhos metamorizados e retrabalhados no paleoproterozóico e Sedimentos arenosos e argilosos, podendo incluir níveis carbonosos do Terciário. A hidrografia do Município é representada por vários rios afluentes e subafluentes do Amazonas. Destaca-se o rio Curuá do sul, que desemboca no Curuá-Una, e tem como formadores os rios Tutuá e Uruará. Ao dirigir-se para o Amazonas, no sentido sudoeste-nordeste, o rio Curuá-Una entra no território de Prainha, onde recebe o rio Curuá do Sul e, depois de percorrer, aproximadamente, 60 km, desemboca no rio Amazonas.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Prainha, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

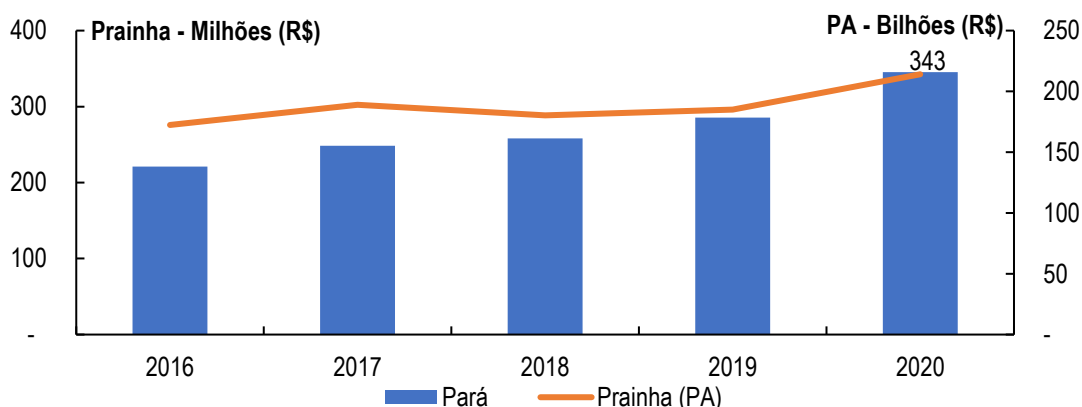
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Prainha obteve um PIB de R\$ 343 milhões, contribuindo com 0,2% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 24,2%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Prainha, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

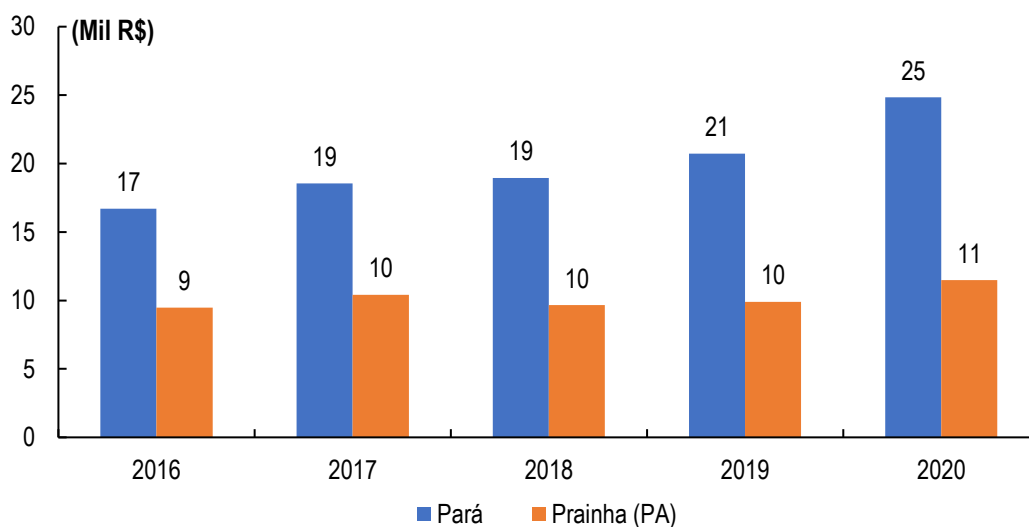
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Prainha em 2020 obteve um PIB per capita de R\$ 11 mil, que corresponde aproximadamente 46% do PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente cerca de 21,2%, enquanto o crescimento do Estado do Pará foi de 49%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Prainha, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda Per Capita da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Prainha apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 71 milhões, o que representou 13% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura* e a *Pecuária* (que correspondeu com cerca de 35% e 31%, respectivamente, do valor gerado pela agropecuária); onde as maiores contribuições decorreram da produção de mandioca e açaí e do rebanho de bovino.

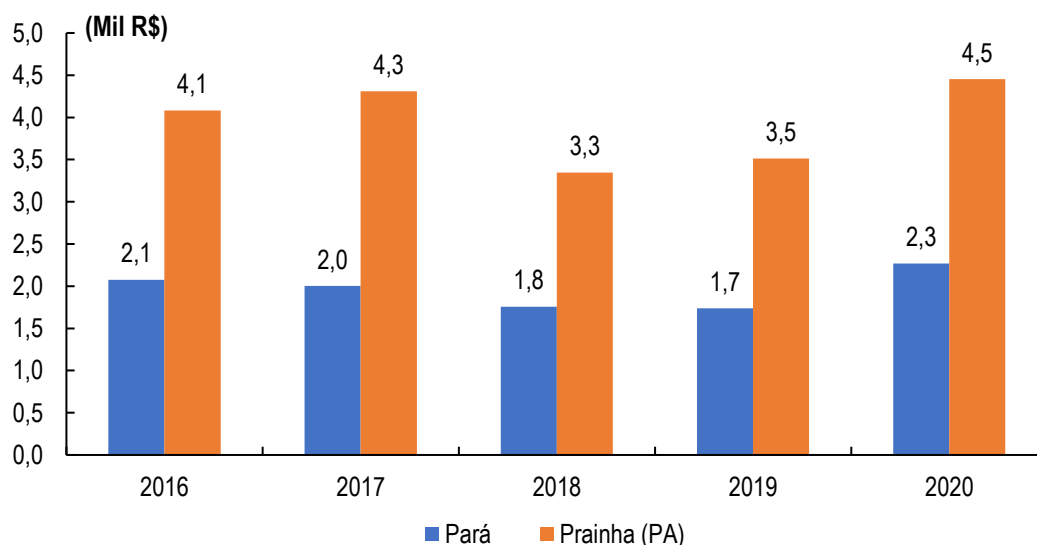
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda per capita de 4,5 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Prainha foi gerado um valor estimado de 4,5 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 9,1%, comportamento distinto ao do estadual onde apresentou crescimento 9%, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Prainha, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

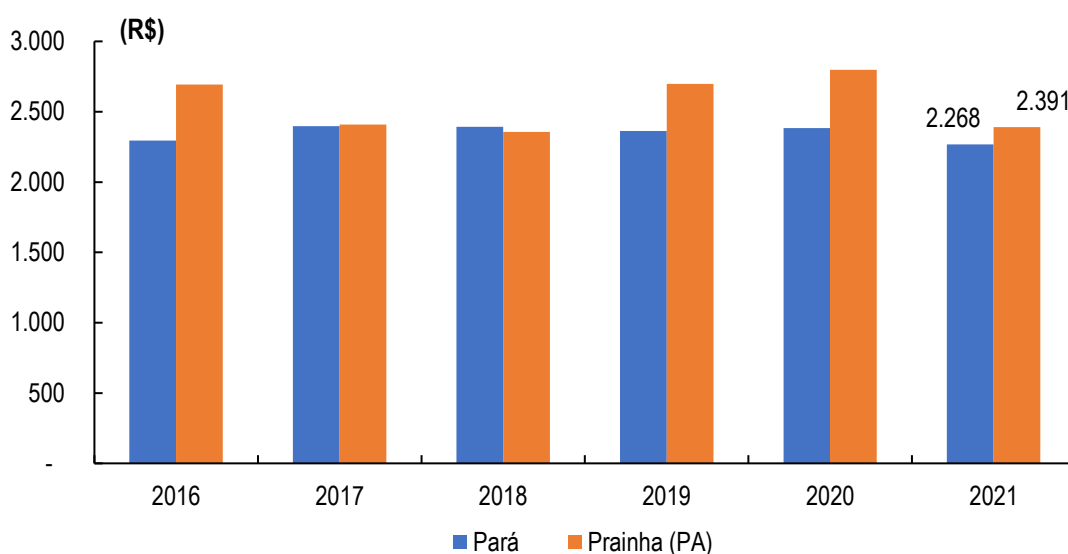
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Prainha apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.391 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município decresceu em termos reais cerca de -11,2%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Prainha, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

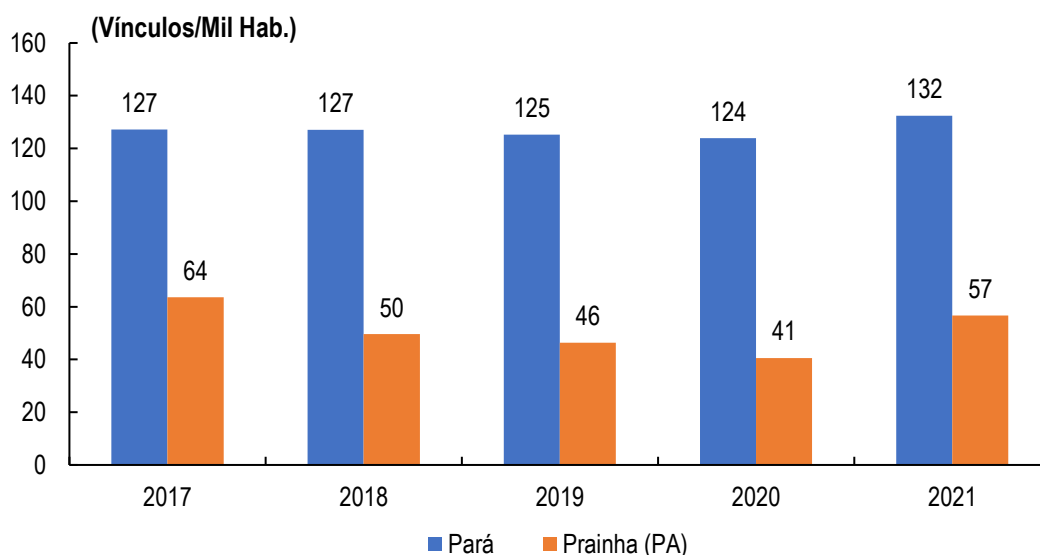
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Prainha no decorrer da série 2017 a 2021 apresentou redução de -11%, passando de 64 em 2017 para 57 empregos formais por mil habitantes, em 2021.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Prainha, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Prainha, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

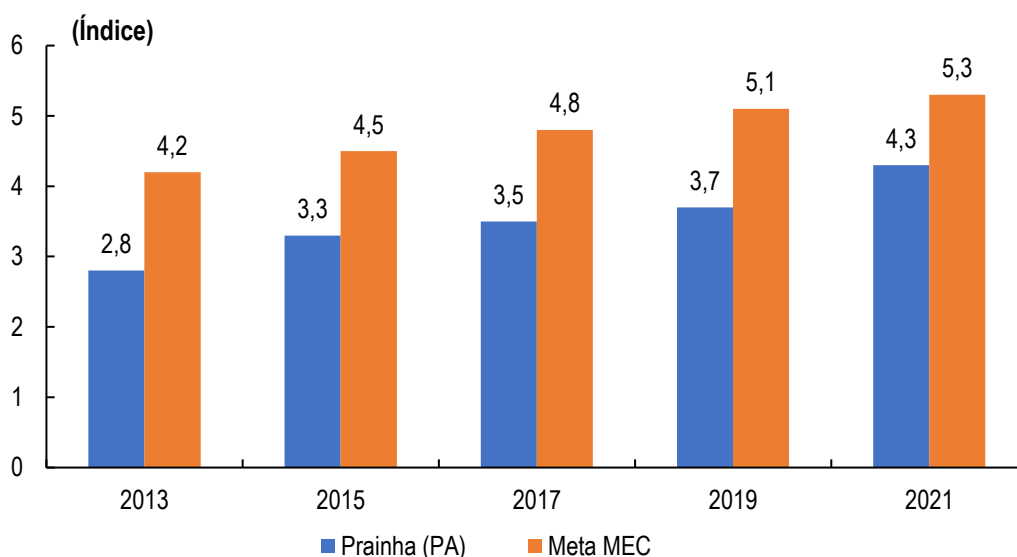
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho

do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Prainha, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 4,3, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,3), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Prainha, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

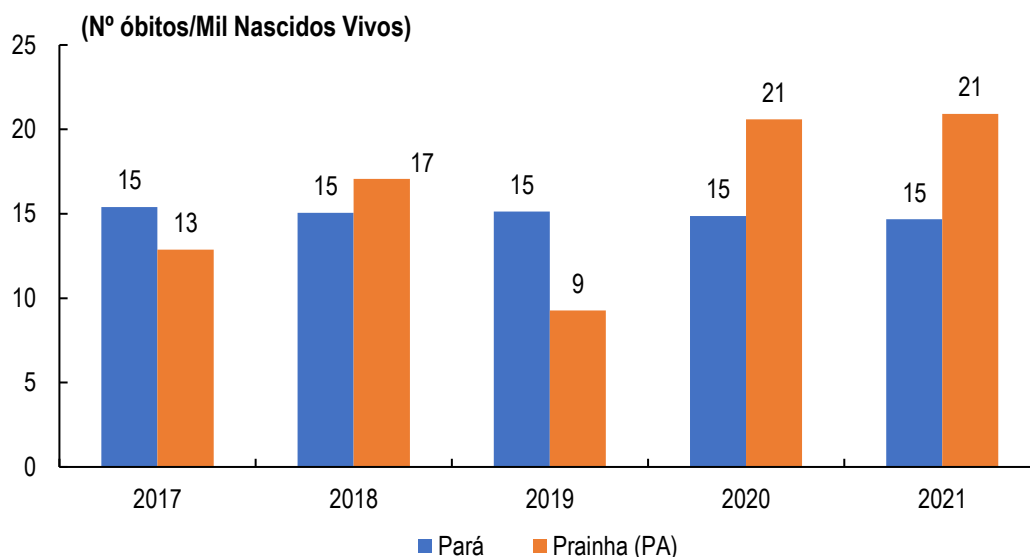
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Prainha apresentou expansão de sua taxa de mortalidade infantil em 62,5%, chegando em 2021 com taxa de 21 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Prainha, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

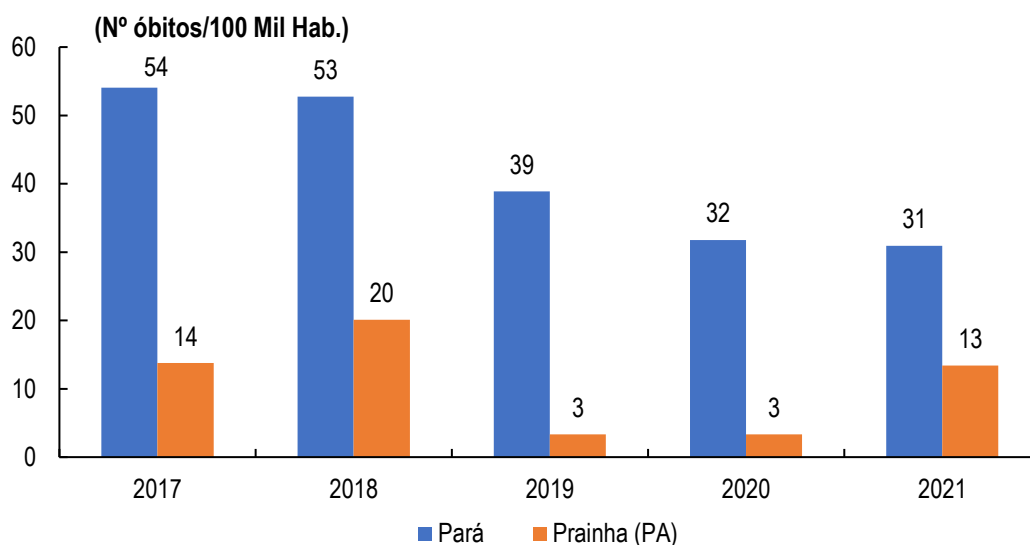
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Prainha obteve 13 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -2,5%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Prainha, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

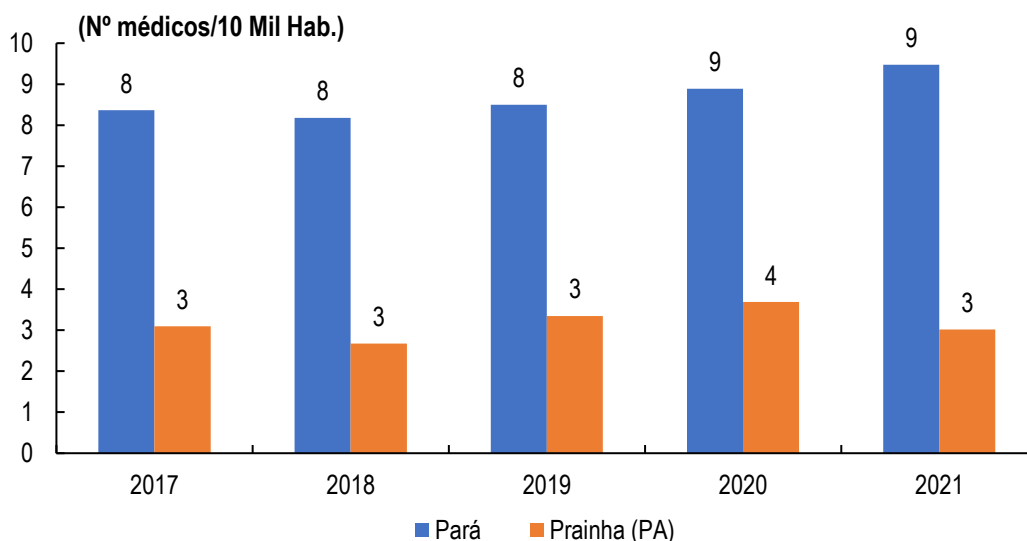
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município apresentou certa estagnação no número de médicos atuantes em seu sistema de saúde, pois em 2017 o município contava com três médicos e chega em 2021 com o mesmo quantitativo de três médicos por 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Prainha, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

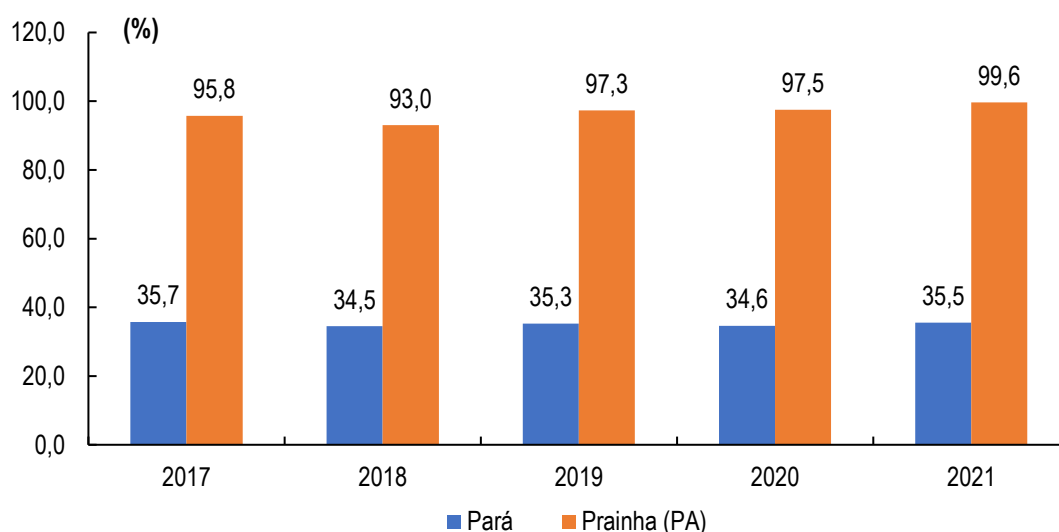
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Prainha se encontra em um quadro de extrema pobreza bem acima da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 99,6% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Prainha, 2017-2021



Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Prainha, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

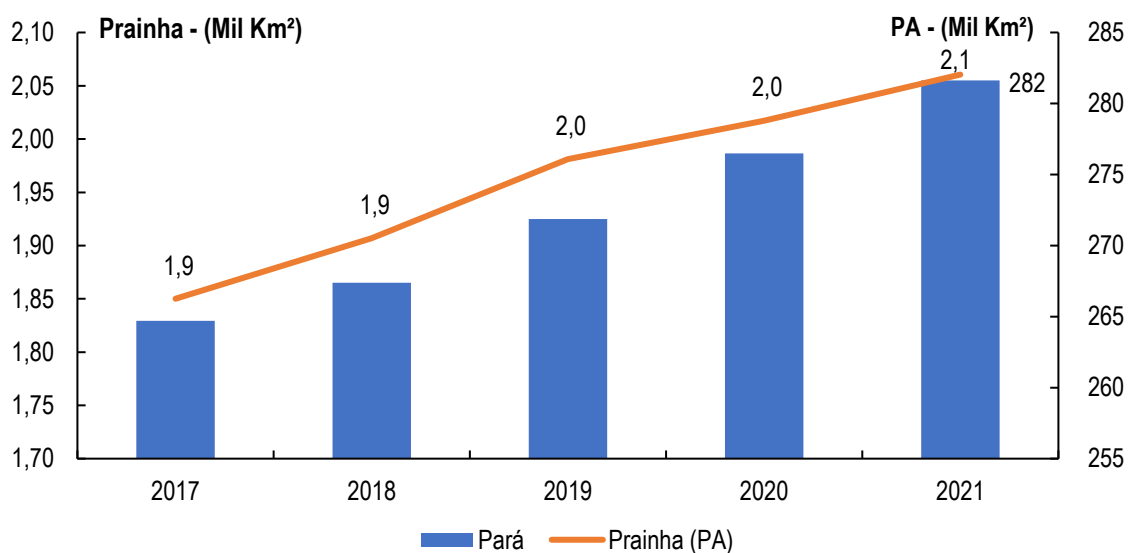
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Prainha alcançou 2.061 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 11,4%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Prainha, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

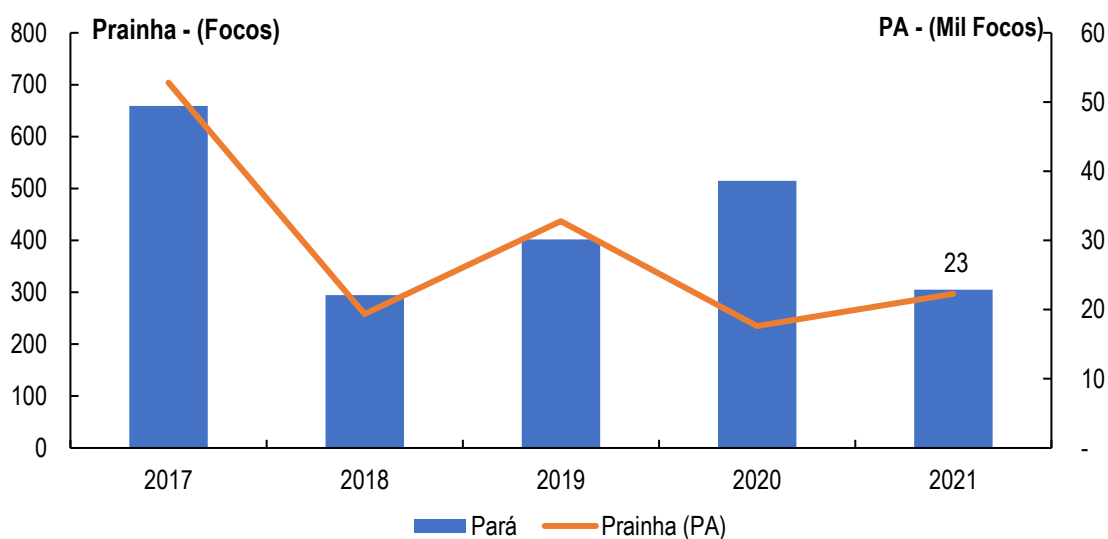
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Prainha apresentou 297 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -57,8%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Prainha, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

5.3. Condições de coleta de lixo da população de baixa

Em 2022, em termos das Condições de coleta de lixo da população de baixa renda do município de Prainha as principais formas foram a queima ou enterramento do lixo produzido na propriedade (67,8%) e a coleta direta (31,16%), conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 01: Condições de coleta de lixo da população de baixa renda – Pará e Prainha, 2022

Forma de Coleta de Lixo	População	Part. (%)
É coletado diretamente	10.851	31,16
É coletado indiretamente	148	0,4
É queimado ou enterrado na propriedade	23.613	67,8
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	129	0,4
É jogado em rio ou mar	14	0,04
Tem outro destino	17	0,0
Sem Resposta	54	0,2
Total	34.826	100

Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal.

5.4. Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda

Em termos das Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda do município de Prainha as principais formas são fossa rudimentar (67,5%) e de fossa séptica (30,2%). Apenas 0,19% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município, em 2022, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 02: Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda – Prainha, 2022

Forma de escoamento sanitário	População	Part. (%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	67	0,19
Fossa séptica	10.509	30,2
Fossa rudimentar	23.520	67,5
Vala a céu aberto	85	0,2
Direto para um rio, lago ou mar	6	0,02
Outra forma	43	0,1
Sem Resposta	596	1,7
Total	34.826	100

Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

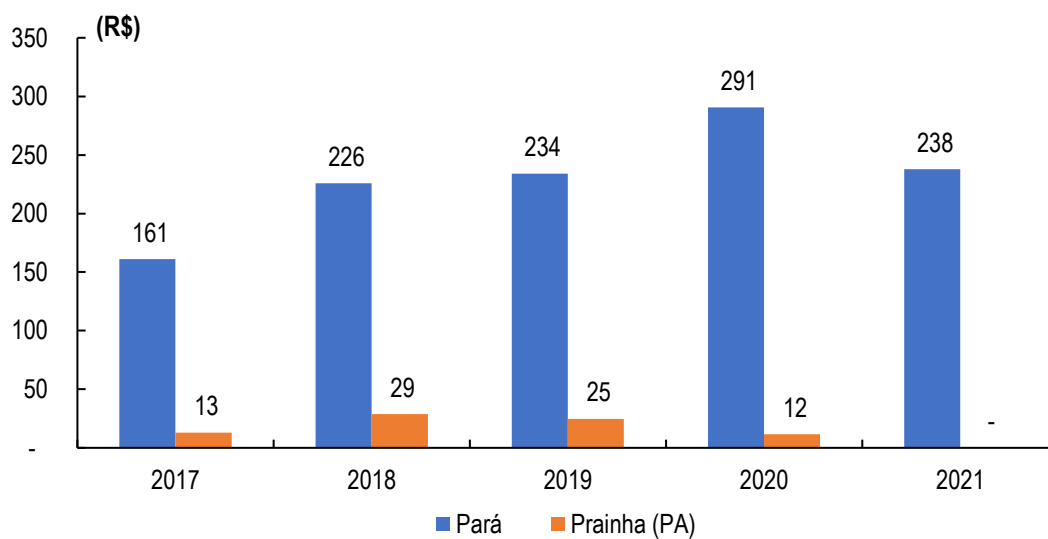
5.5. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Prainha para o ano de 2020 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 12 reais por habitantes. Entre o período de 2017 a 2020 esse tipo de gasto reduziu em -11,8%. Ressalta-se que até a data de elaboração deste estudo, o município ainda não havia informado seu balanço contábil de 2021 para Secretaria do Tesouro Nacional.

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Prainha.

Gráfico 13: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Prainha, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Prainha, Prainha, Monte Alegre, Prainha e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Prainha, Monte Alegre, Prainha e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Prainha, Monte Alegre, Prainha e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Altamira

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Altamira e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Altamira ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Oriximiná, Óbidos, Prainha e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Oriximiná (75,89%), Prainha (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Prainha

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Prainha

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Prainha, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Prainha. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Projeto REDD+ SANTARÉM



Sumário

1.	Apresentação.....	3
2.	Espacialização do Território	4
3.	Dimensão Econômica	5
3.1.	Produto Interno Bruto	5
3.2.	Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	6
3.3.	Renda Per Capita da Agropecuária.....	7
3.4.	Renda Média do Trabalhador Formal	8
3.5.	Números de Vínculos Formais por mil habitantes	9
4.	Dimensão Social	10
4.1.	Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública).....	10
4.2.	Taxa de mortalidade infantil.....	11
4.3.	Taxa de Homicídios.....	12
4.4.	Número de médicos por 10 mil habitantes	13
4.5.	Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza	14
5.	Dimensão Ambiental.....	15
5.1.	Desflorestamento Acumulado	15
5.2.	Número de Focos de Calor	16
5.3.	População total atendida no município com coleta lixo regular	17
1.1.	Percentual da População total atendida com esgotamento sanitário.....	18
1.2.	Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres	19
6.	Referências	21
	ANEXOS	22

1. Apresentação

O presente Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, desenvolvido por meio de recursos próprios do orçamento da FAPESPA, tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre realidade Socioeconômico e Ambiental do município de Santarém, onde se encontra parte da área da floresta que é objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fapespa, como colaboração ao Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em Florestas Públicas e Unidades de Conservação Estaduais por meio de incentivos a serviços ambientais, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio).

O Projeto REDD+ objetiva a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) em florestas públicas e unidades de conservação estaduais, para tanto, o governo do estado do Pará, através do Ideflor-Bio, pretende implementar uma política de concessão de florestas públicas, tendo como modelo de exploração econômico-florestal o pagamento por serviços ambientais.

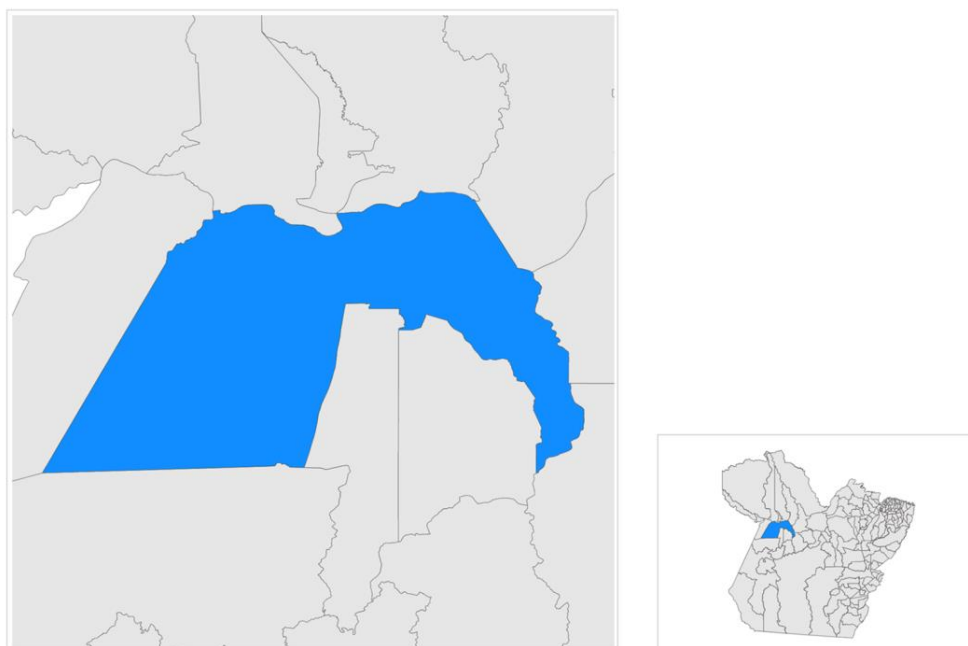
Nesse sentido, os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, ao disponibilizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Santarém, a Fapespa mais uma vez contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará com a produção e a disseminação de dados e informações que fomentem a tomada de decisão por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, agentes econômicos e demais entidades responsáveis por estudos e análises setoriais, fundamentais para o planejamento e avaliação de políticas.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

2. Espacialização do Território



No município de Santarém tem-se Floresta Pública Estadual Arrecadada por meio dos Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012, onde abrange três municípios: Santarém, Juruti e Aveiro.

O município de Santarém possui uma área total de 17.898,389 km², o que corresponde a 1,44% da área total do território paraense. Em termos de divisão geográfica regional, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Santarém está inserido na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Santarém, e pela divisão administrativa do Estado o município pertence à Região de Integração do Baixo Amazonas. Santarém apresenta as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 2° 26' 22" Sul e longitude de 54° 41' 55" Oeste, tendo seus limites são ao norte com o município de Óbidos, Alenquer e Curuá, a leste com Monte Alegre e Prainha, ao sul com Aveiro, Belterra, Mojuí dos Campos e Uruará e a oeste Juruti.

As ordens de solos encontradas nesse município são latossolo amarelo texturas médias, areia quartzosa distrófica, podzólico vermelho amarelo textura argilosa em associação com o latossolo amarelo distrófico textura argilosa e concrecionários lateríticos indiscriminados distróficos.

A topografia do Município é imensamente variada e apresenta uma altitude média de 99 metros, ao sul de seu território conta com uma cota máxima de 470 metros e a sede municipal cota de 29 metros acima do nível do mar. Conta com áreas de patamares, tabuleiros e planícies.

Na hidrografia do Município, o principal rio é o Tapajós, que o atravessa no sentido Sul-Norte, em seu baixo curso e aloca, na sua foz, pela margem direita, a sede municipal.

Recebe, como principal afluente, pela margem esquerda, o rio Arapiuns, com os seus afluentes, o rio Aruã e seu afluente, o Rio Branco, e os igarapés Braço Grande do Arapiuns, Curí, Caranã entre outros, todos pela margem esquerda. O Arapiuns recebe, pela margem direita, apenas um afluente importante: rio Mentaí. Destaca-se, também, na margem esquerda do Tapajós o igarapé do Amarim.

3. Dimensão Econômica

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica econômica do município de Santarém, sobre os quais se consideraram variáveis como: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda Per Capita da Agropecuária, Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais por mil habitantes.

Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; e aos ODS 8 e 12, que têm como perspectiva garantir trabalho decente com crescimento econômico sustentável, além de oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis.

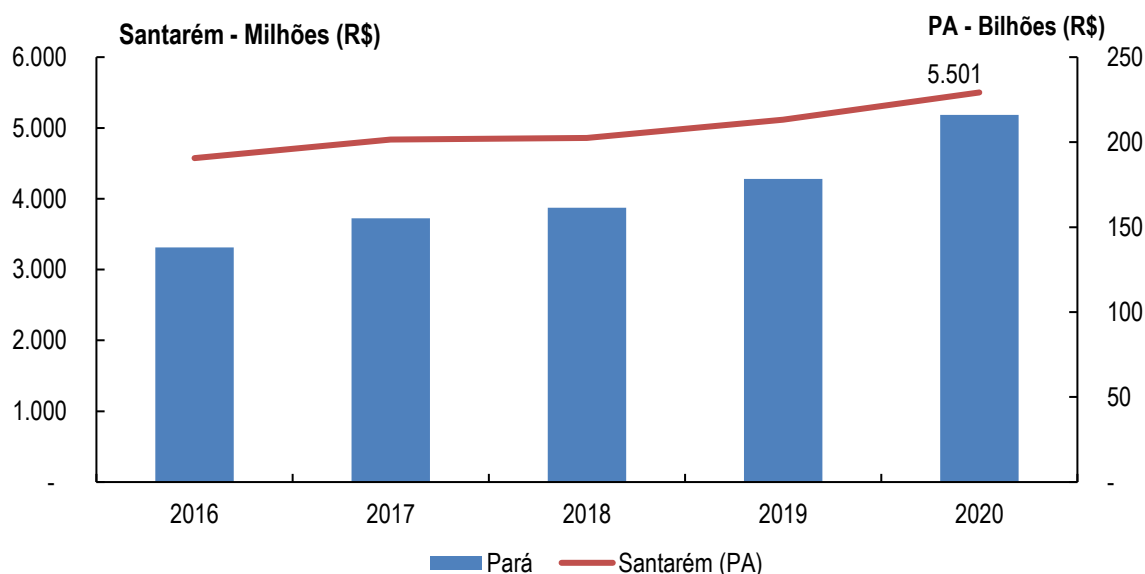
3.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), definido como a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada localidade, é o indicador de desempenho econômico mais usado, compõe inúmeros indicadores de desenvolvimento e fornece informações sobre os setores produtivos e a da administração pública na economia, entre outros, dados estes fundamentais à tomada de decisão.

Em 2020 o município de Santarém obteve um PIB de R\$ 5.501 milhões, contribuindo com 2,5% do PIB paraense (R\$ 215.935 milhões). Entre 2016 e 2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 20,3%, valor inferior ao crescimento do Estado que foi na ordem de 56%, para o referido período.

O gráfico 01 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 01: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Santarém, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

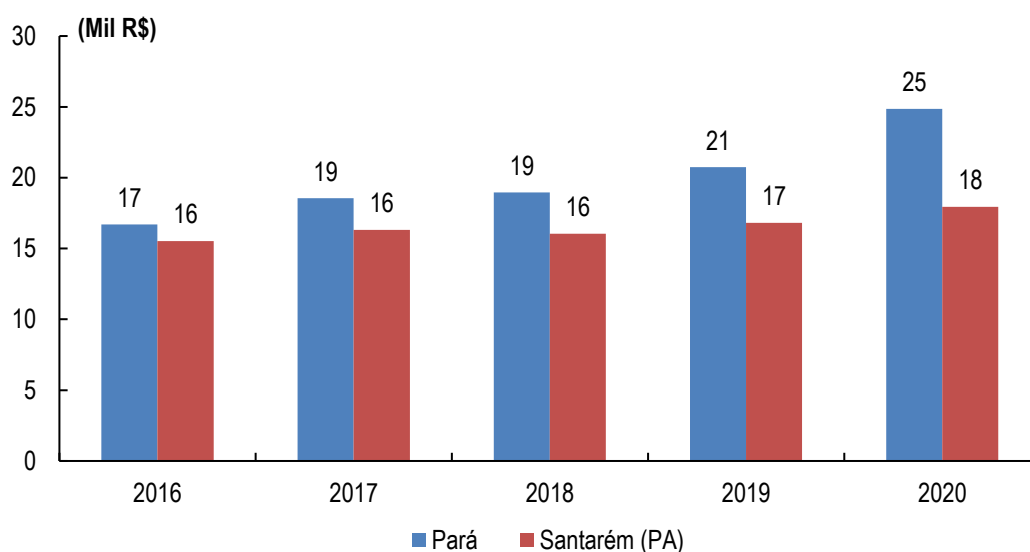
3.2. Produto Interno Bruto *Per Capita*

O PIB *per capita* é um indicador sintético sobre a evolução da economia no decorrer do tempo. Para a obtenção do PIB *per capita* utiliza-se o valor do PIB em uma determinada localidade dividido pela população da mesma localidade. Os valores dos PIB municipais foram obtidos dos dados do PIB Municipal, enquanto a população, em habitantes, foi obtida das estimativas do IBGE.

O município de Santarém em 2020 obteve um PIB *per capita* de R\$ 18 mil, inferior ao PIB *per capita* do Estado (R\$ 25 mil). Entre 2016 e 2020 o PIB *per capita* do município cresceu nominalmente cerca de 15,6%, enquanto o Estado do Pará crescimento 48,8%.

O gráfico 02 apresenta os resultados mais recentes do indicador PIB *per capita* para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 02: PIB *Per Capita* a preços correntes (Mil Reais) – Pará e Santarém, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3. Renda Per Capita da Agropecuária

Em 2020, a Agropecuária do município de Santarém apresentou um valor adicionado bruto de R\$ 152 milhões, o que representou 36% do valor total da economia do município. Entre as principais atividades do setor primário está a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita* (que correspondeu a 57% do valor gerado pela agropecuária); tendo como destaque a lavoura temporária, onde as maiores contribuições decorreram da produção de soja, milho e mandioca.

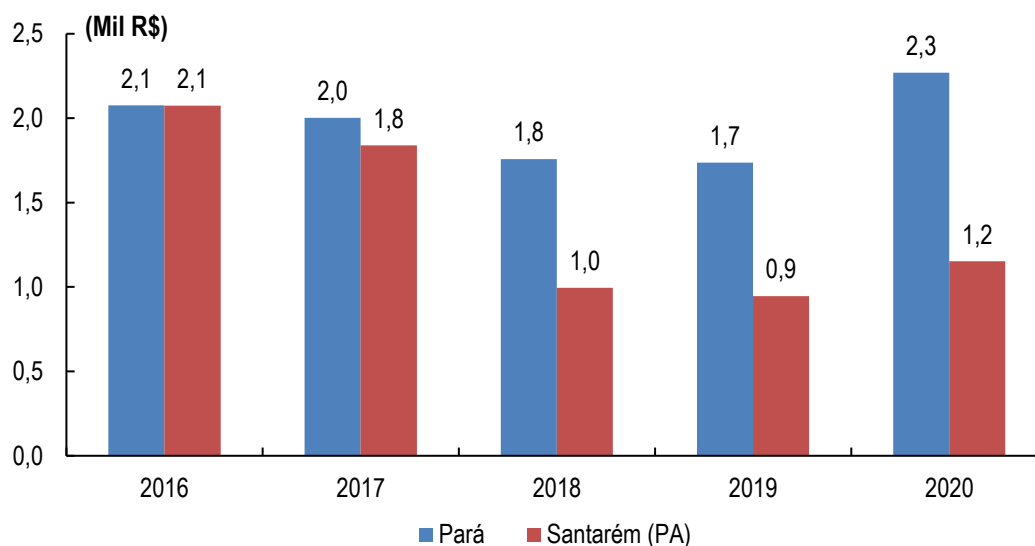
Para a presente análise o indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária considerou a razão entre o valor adicionado bruto do setor agropecuário dividido e a população residente do município. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes.

Em 2020, esse indicador apresentou renda *per capita* de 1,2 mil, ou seja, para cada pessoa residente no município de Santarém foi gerado um valor estimado de 1,2 mil, a partir das atividades da agropecuária.

Ao se observar o comportamento desse indicador entre os anos de 2016 a 2020 a renda *per capita* do setor agropecuário do município decresceu nominalmente cerca de -44,5%, comportamento distinto do valor estadual onde apresentou crescimento de 9%, no referido período.

O gráfico 03 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda *Per Capita* da Agropecuária para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 03: Renda *Per Capita* da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária – Pará e Santarém, 2016-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

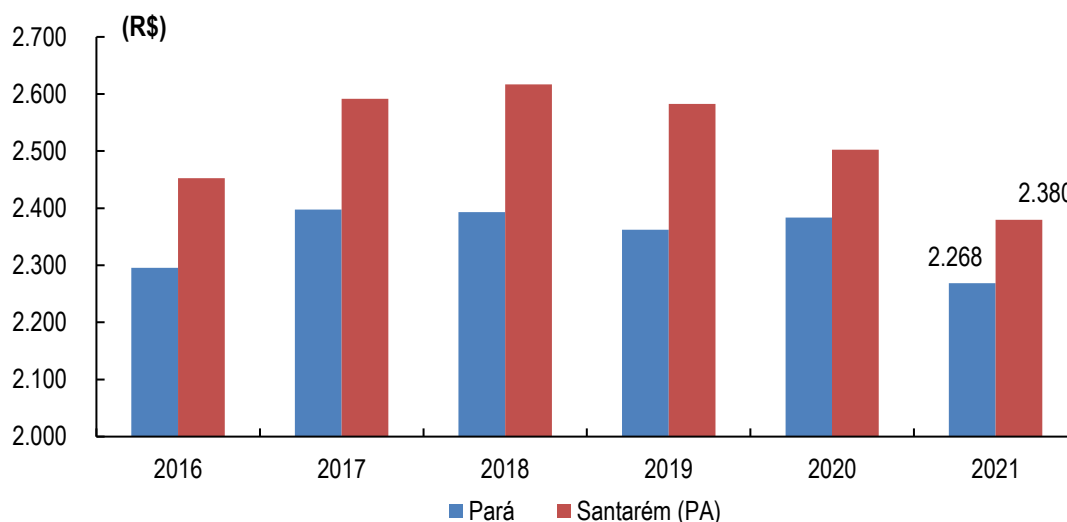
3.4. Renda Média do Trabalhador Formal

Os indicadores Renda Média do Trabalhador Formal e Números de Vínculos Formais foram obtidos por meio da base de dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2021 o município de Santarém apresentou uma renda média do trabalhador formal de R\$ 2.380 reais, acima do valor do Estado do Pará, que foi de R\$ 2.268 reais. Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de -3,0%. Ressalta-se que os valores de renda foram corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

O gráfico 04 apresenta os resultados mais recentes do indicador Renda Média do Trabalhador Formal para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 04: Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média – Pará e Santarém, 2016-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC a preços de dez/2021.

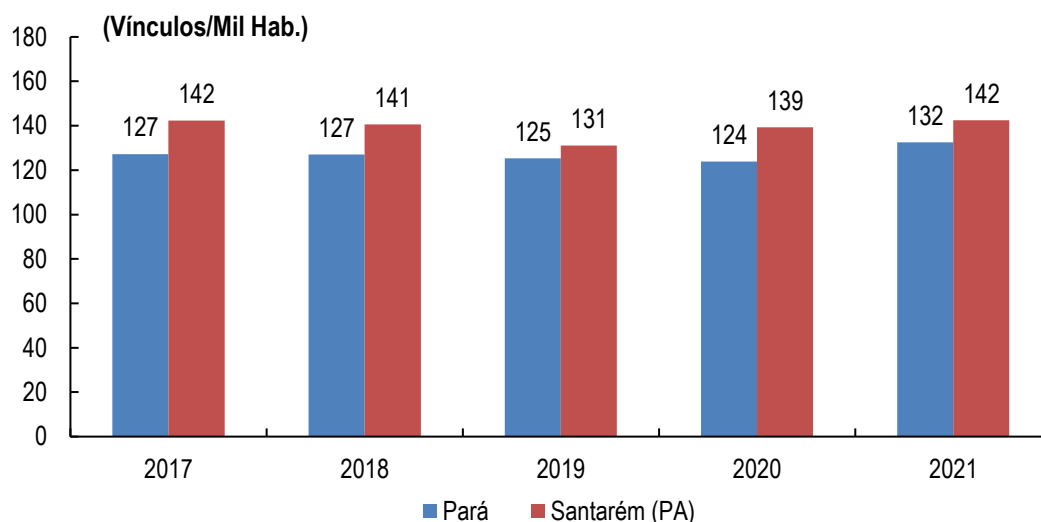
3.5. Números de Vínculos Formais por mil habitantes

Para análise foi considerado o total de vínculos de trabalho formal ativos em relação a população de cada localidade, medida em mil habitantes. Para este indicador, foram consideradas apenas vínculos ativos em 31/12 de cada ano e com salário médio no ano maior do que zero. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em mil habitantes. Este indicador informa sobre o mercado de trabalho formal de cada localidade em relação a sua população.

Em termos de Números de Vínculos Formais por mil habitantes, o município de Santarém no decorrer da série 2017 a 2021 o número de empregos formais no município manteve-se praticamente estagnado. Em 2021 foram gerados 142 empregos formais.

O gráfico 05 apresenta os resultados mais recentes do indicador Números de Vínculos Formais por mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 05: Números de Vínculos Formais por mil habitantes – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE.

4. Dimensão Social

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica social do município de Santarém, onde foram consideradas as variáveis como: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública); Taxa de mortalidade infantil; Taxa de Homicídios; Número de médicos por 10 mil habitantes; e Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 1 e 2, que têm como perspectiva pôr fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e estimular uma agricultura sustentável; aos ODS 3 e 4, que têm como perspectiva garantir Boa Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade; e ao ODS 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

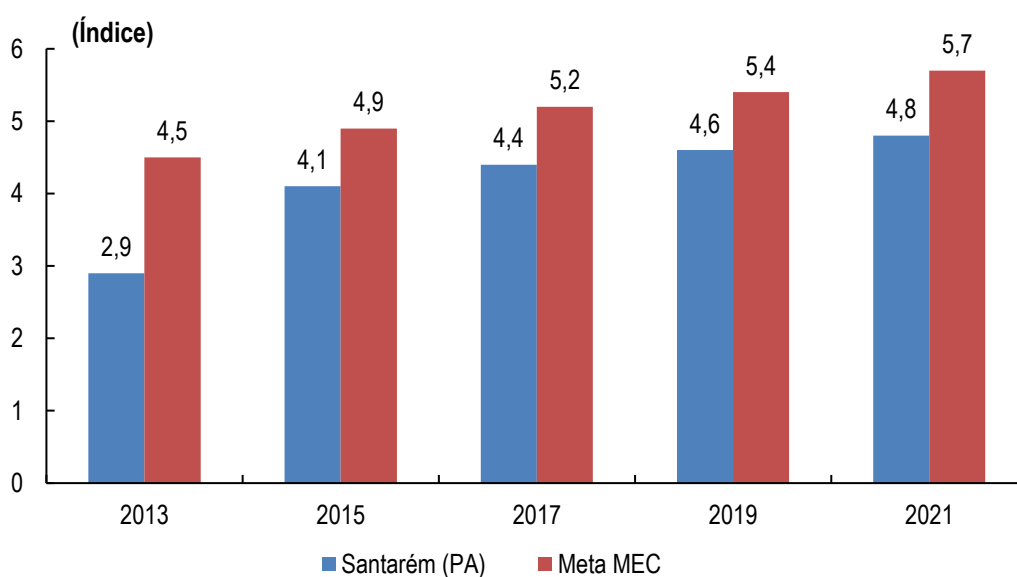
4.1. Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade dos ensinos fundamental e médio, abrangendo as redes pública e privada, onde mensura o desempenho do sistema educacional a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação. Desse modo, mostra em que medida os estudantes estão aprendendo e passando de ano. Faz isso numa escala simples, de 0 a 10.

Em 2021, o município de Santarém, considerando as escolas públicas, apresentou o Índice da Educação Básica (séries finais - 6º ao 9º ano) de 4,8, índice abaixo da meta estipulada pelo MEC (5,7), sendo esse mesmo comportamento observado no decorrer da série 2013 a 2021.

O gráfico 06 apresenta os resultados mais recentes do indicador Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 06: Índice da Educação Básica (séries finais) (IDEB - Pública) – Pará e Santarém, 2013-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC.

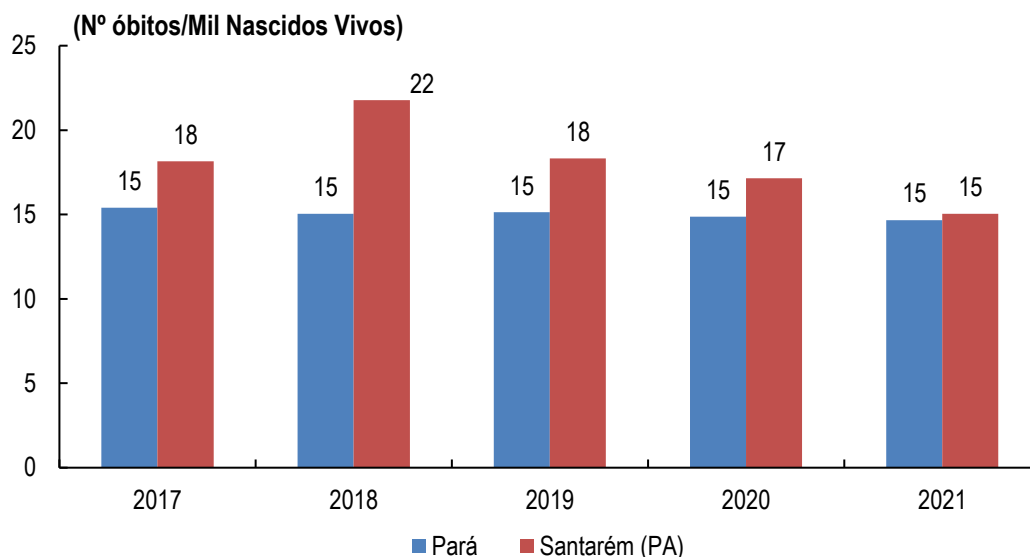
4.2. Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário.

Entre o período de 2017 a 2021 o município de Santarém apresentou redução de sua taxa de mortalidade infantil em -17,2%, chegando em 2021 com taxa de 15 óbitos por mil nascidos vivos.

O gráfico 07 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 07: Taxa de Mortalidade Infantil– Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

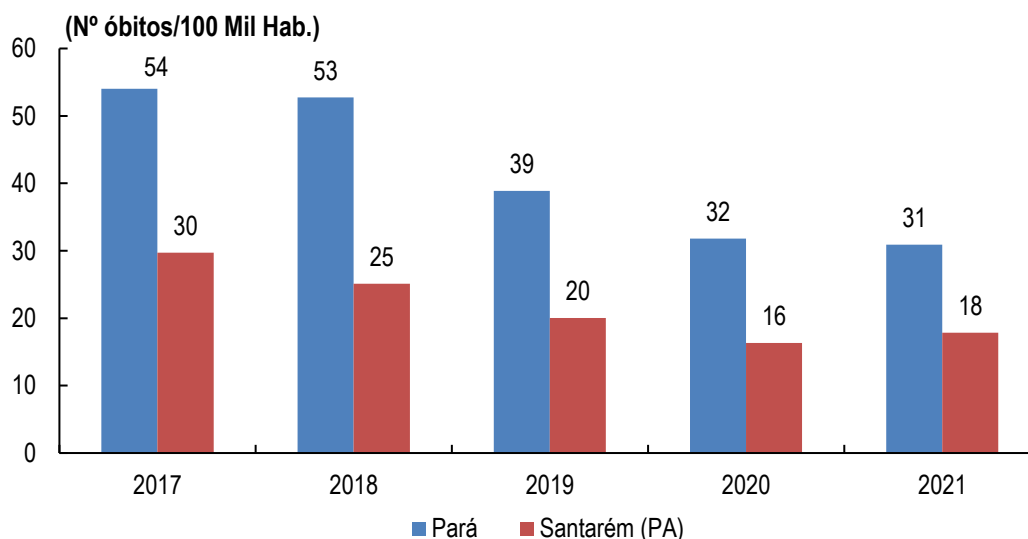
4.3. Taxa de Homicídios

Em relação a Taxa de Homicídios é mensurado pela razão entre o número de óbitos por homicídios (óbitos por agressões – Grupo CID10: X85-Y09) e a população residente em determinado espaço geográfico, medida em 100 mil habitantes, no ano considerado.

No ano de 2021 o município de Santarém obteve 18 óbitos por 100 mil habitantes, abaixo da taxa do Estado do Pará que foi de 31 óbitos por 100 mil habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -39,9%.

O gráfico 08 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de Homicídios para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 08: Taxa de Homicídios – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

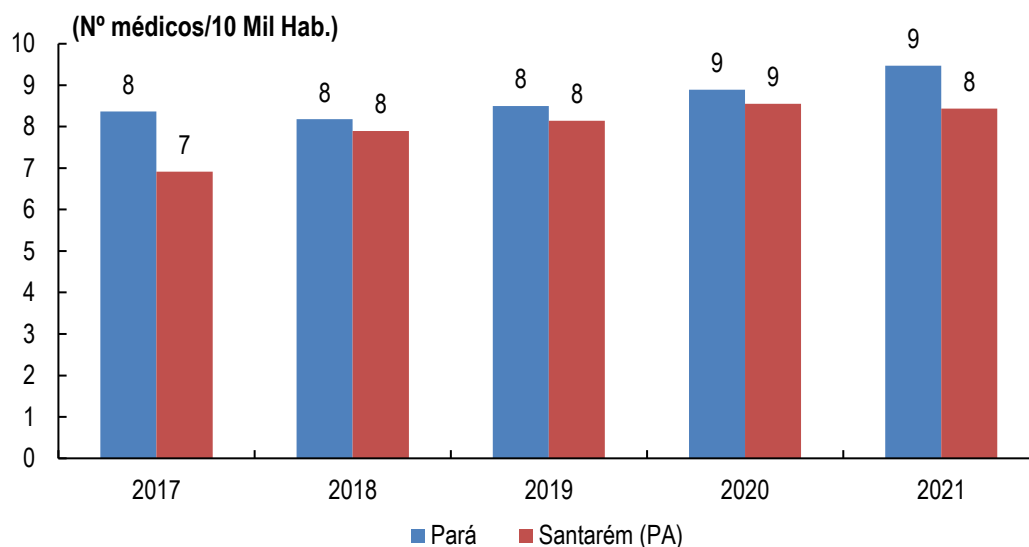
4.4. Número de médicos por 10 mil habitantes

O indicador é obtido por meio da razão entre o número de médicos e o total de habitantes, medido em 10.000 pessoas. O número de médicos foi obtido do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) do Ministério da Saúde. Foram considerados médicos de todas as especialidades, independentemente do estabelecimento onde trabalhavam. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE e transformada em 10 mil habitantes.

Entre 2017-2021 o município aumentou o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em 22%. Em 2021 foram 8 médicos para cada 10 mil habitantes.

O gráfico 09 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de médicos por 10 mil habitantes para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 09: Número de médicos por 10 mil habitantes – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS).

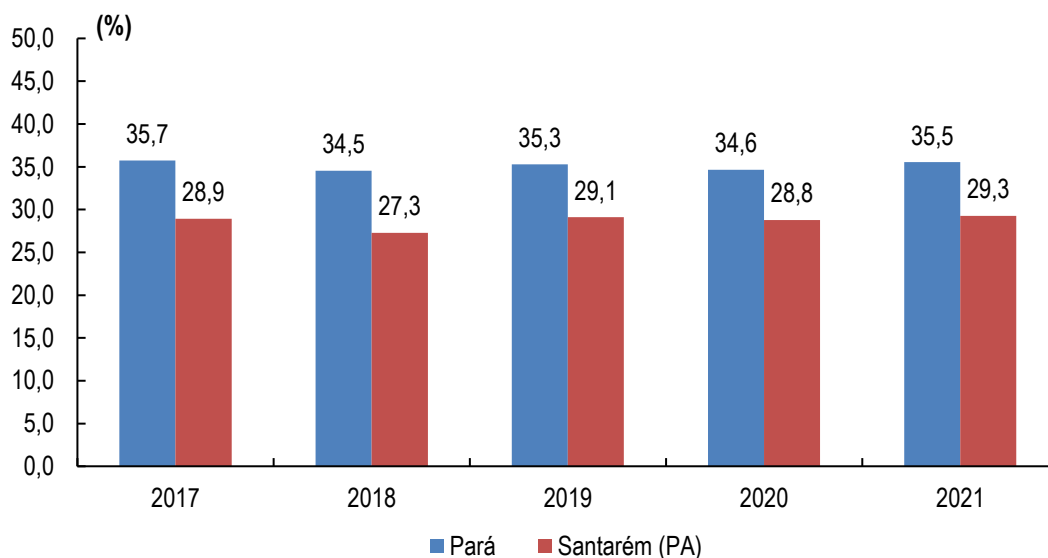
4.5. Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

A definição atual de extrema pobreza se refere a razão entre o número de pessoas, em situação de pobreza extrema, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a população da localidade. A definição atual de extrema pobreza se refere ao percentual da população que sobrevive com até R\$ 109,00 per capita por mês, conforme definiu o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Entre o período de 2017-2021 o município de Santarém se encontra em um quadro de extrema pobreza abaixo da média do estado. Em 2021 essa taxa do município alcançou 29,3% enquanto a do Estado do Pará foi de 35,5%.

O gráfico 10 apresenta os resultados mais recentes do indicador Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 10: Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: CADUNÍCO - Cadastro Único - Governo Federal

5. Dimensão Ambiental

Nesta seção as informações e análises apresentadas trazem uma caracterização dos principais indicadores relativos à dinâmica ambiental do município de Santarém, sobre os quais se consideraram variáveis como: Desflorestamento Acumulado; Número de Focos de Calor; População total atendida no município com coleta lixo regular; Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda; e Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres. Esses indicadores estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos ODS 6, 11, 12 e 15, que têm como perspectiva garantir Água Potável e Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

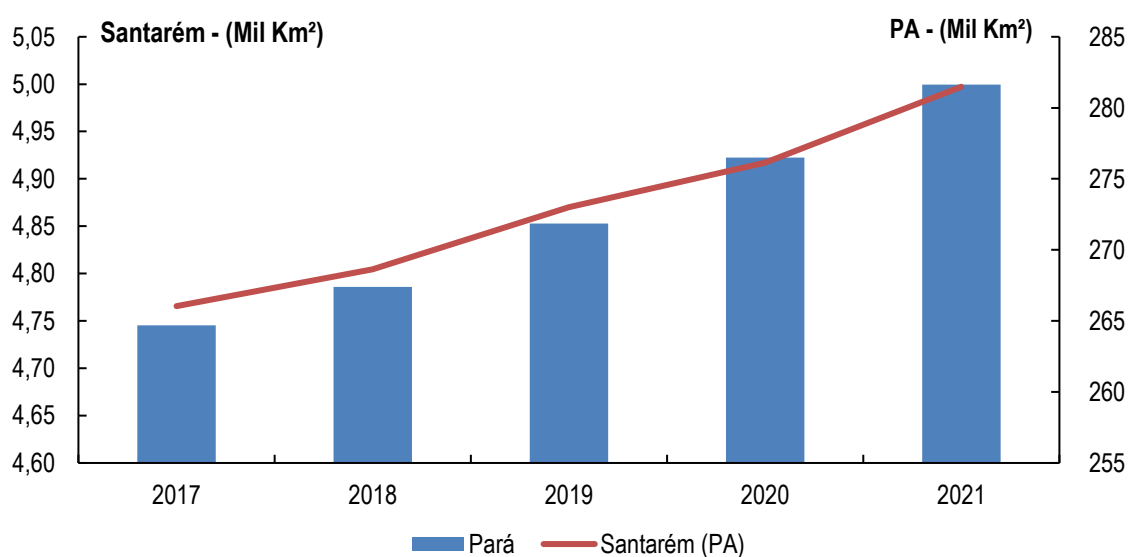
5.1. Desflorestamento Acumulado

A Área desflorestada acumulada na localidade no ano é dada em quilômetros quadrados, obtida por meio do Projeto PRODES/INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em 2021 o desflorestamento acumulado no município de Santarém alcançou 4.997 km². Ao se considerar todo o período em análise (2017-2021) o município aumentou sua área desflorestada em 4,9%.

O gráfico 11 apresenta os resultados mais recentes do indicador Desflorestamento Acumulado para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 11: Desflorestamento Acumulado – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

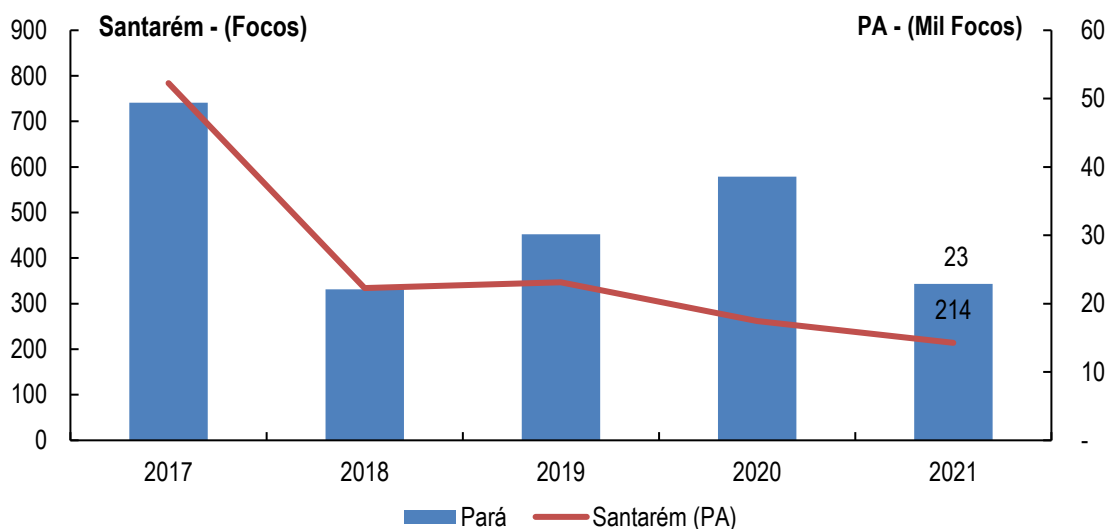
5.2. Número de Focos de Calor

O Número de focos de calor na localidade é obtido do INPE. Este indicador dá a dimensão dos níveis de degradação ambiental na localidade.

Em relação ao número de focos de calor, o município de Santarém apresentou 214 focos em 2021. Entre o período de 2017 a 2021 o município reduziu o número de focos de calor em -72,7%.

O gráfico 12 apresenta os resultados mais recentes do indicador Número de Focos de Calor para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 12: Número de Focos de Calor – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

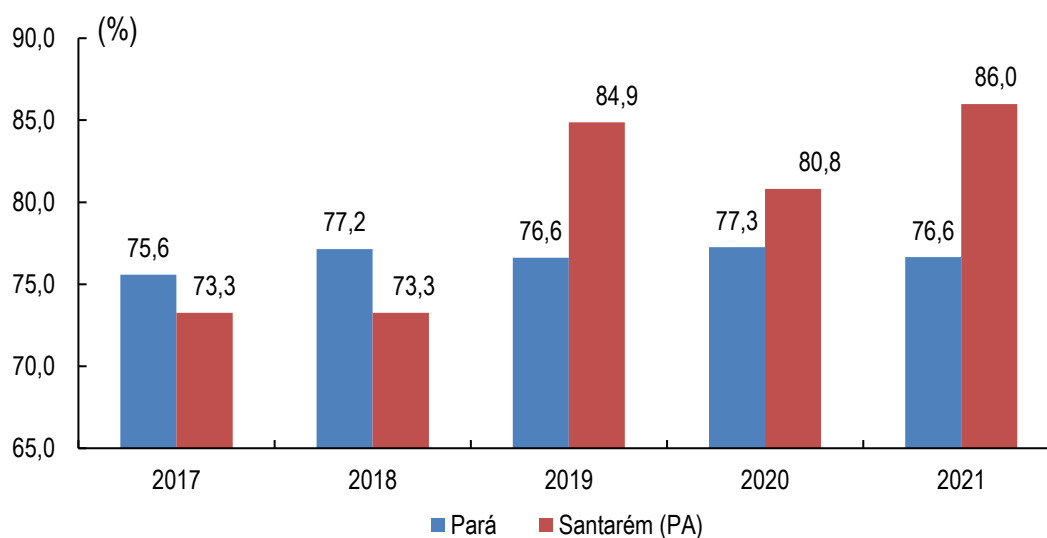
5.3. População total atendida no município com coleta lixo regular

O indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo foi calculado, por meio do Percentual da população residente na zona urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) de resíduos sólidos.

Em 2021 o município de Santarém apresentou percentual da população urbana com coleta de lixo de 86,0%, taxa superior ao valor alcançado pelo Estado do Pará que foi de 76,6%. Entre o período de 2017 a 2021 o município manteve seu nível de cobertura de coleta regular de lixo acima da média do estado nos últimos 3 anos

O gráfico 13 apresenta os resultados mais recentes do indicador Percentual da população urbana com coleta de lixo para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 13: Percentual da População total atendida no município com coleta lixo regular – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

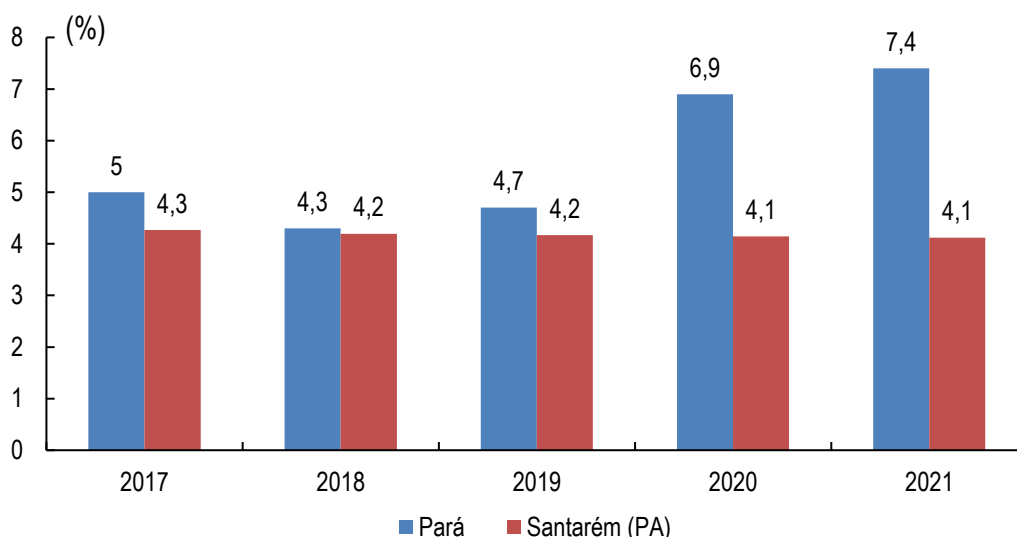
1.1. Percentual da População total atendida com esgotamento sanitário

O indicador Percentual da população total atendida com esgotamento sanitário foi calculado, por meio do Percentual da população residente na zona urbana atendida pelo serviço esgotamento sanitário.

. Em 2021 o município de Santarém apresentou percentual da população atendida com esgotamento sanitário de 4,1%, taxa inferior ao valor alcançado pelo Estado do Pará que foi de 7,4%. Entre o período de 2017 a 2021 o município manteve seu nível de cobertura de esgotamento sanitário muito abaixo da média do estado nos últimos 2 anos.

O gráfico 14 apresenta os resultados mais recentes do indicador Cobertura de esgotamento sanitário para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 14: Percentual da Cobertura de esgotamento sanitário – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

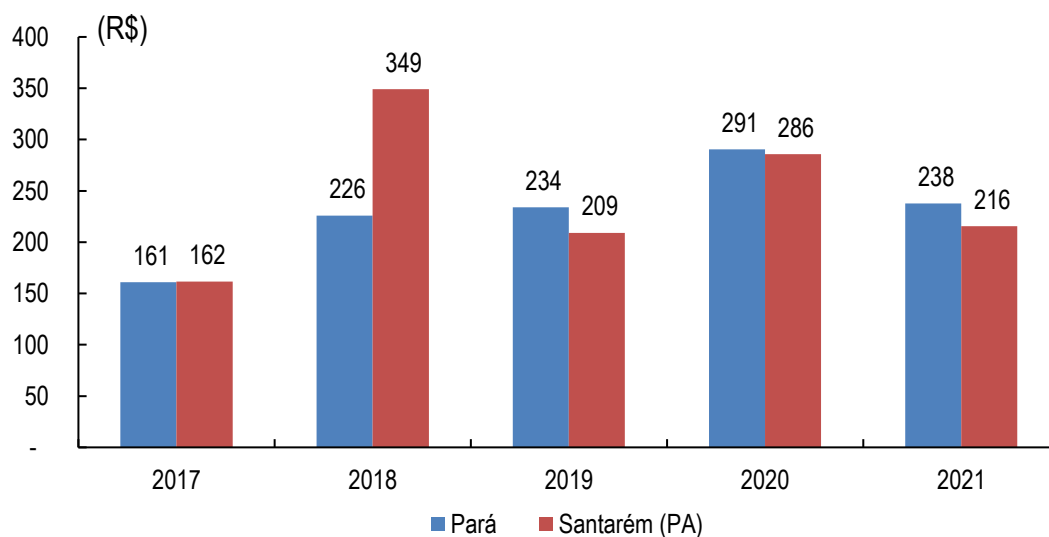
1.2. Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres

O indicador é obtido por meio da razão entre a despesa pública municipal total (R\$) com gestão ambiental, habitação e urbanismo e o total de habitantes. Para este indicador foram consideradas apenas as despesas pagas, não se considerando, portanto, despesas empenhadas e previstas. A população, em habitantes, foi obtida das projeções de população do IBGE. Foi adotado o IPCA como o indexador de correção monetária da série financeira.

O município de Santarém para o ano de 2021 apresentou um gasto municipal *per capita* relacionado a prevenção de desastres na ordem de R\$ 216 reais por habitantes. Entre o período de 2017 a 2021 esse tipo de gasto aumentou em 33,4%.

O gráfico 15 apresenta os resultados mais recentes do indicador Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres para o Estado do Pará e para o município de Santarém.

Gráfico 15: Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres (R\$) – Pará e Santarém, 2017-2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.

MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.

MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

ANEXOS

ANEXO I - DESCRITIVO DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTADUAIS (FLOTAS) OBJETO DE CONCESSÃO DO PROJETO REDD+

1) Floresta Estadual do Paru

Município de Abrangência: Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Floresta Estadual do Paru (FLOTA do Paru) ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma amazônico. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. É na FLOTA do Paru que podemos contemplar a beleza exuberante das árvores gigantes da Amazônia, com mais de 80 metros de altura, recentemente mapeadas por pesquisadores, assim como seus fascinantes castanhais, que garantem a subsistência das populações tradicionais extrativistas da região. A FLOTA do Paru, também pode ser visitada durante o ano todo, mediante autorização de visita do órgão gestor (Ideflor-Bio). A FLOTA do Paru abriga as famosas “árvores gigantes”, descobertas recentemente no Estado do Pará.

De acordo com o Ideflor-bio, a FLOTA Paru está localizada no oeste do Estado do Pará, na Calha Norte do rio Amazonas, região que abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. Foi criada pelo Decreto nº 2.608 de 04/12/2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.819 de 07/12/2006 e ocupa uma área de 36.129,14 Km² (3.612,914 hectares), compreendendo os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, onde abriga rica diversidade de fauna e flora além de uma paisagem exuberante do bioma Amazônia. Cerca de 96% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.

Segundo o Ideflor-bio, o objetivo da FLOTA do Paru é garantir a conservação da biodiversidade, ecossistemas e ambientes naturais únicos existentes na área, aliada ao uso sustentável de seus recursos naturais, a fim de gerar renda e melhorar a qualidade de vida para a população local. Assim como, ser modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da Calha Norte, aliando a conservação e uso sustentável dos recursos naturais de modo a garantir a auto sustentabilidade financeira da Floresta Estadual do Paru e de sua população local. As atividades de banho nas cachoeiras e passeios nas corredeiras, são as atividades de turismo ecológico mais comuns na Unidade atualmente.

2) Floresta Estadual do Iriri

Município de Abrangência: Santarém

Criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, a Floresta Estadual do Iriri (FLOTA Iriri) está localizada integralmente no município de Santarém e abrange uma área de 440.493 ha. De acordo com o Ideflor-bio, é uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas ao Norte e ao Sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao Leste e FLONA de Santarém ao Oeste.

É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento.

A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da UC pelo órgão responsável por sua administração.

A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

3) Estação Ecológica Grão-Pará

Município de Abrangência: Santarém, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre.

De acordo com o Ideflor-bio, a Estação Ecológica Grão-Pará está localizada à margem esquerda do rio Amazonas no Oeste do Estado do Pará, região conhecida como Calha Norte paraense (Região de Integração do Baixo Amazonas), ou ainda “Norte do Pará”, abrange quatro municípios: Monte Alegre (3,44%), Santarém (75,89%), Alenquer (13,31%) e Óbidos (7,36%), em uma área de 4.245.819,11ha, e incorpora porções das bacias hidrográficas dos rios Maicuru, Curuá, Cuminapanema, Erepecuru, Trombetas e Mapuera.

A Unidade de Conservação apresenta elevado nível de preservação de seus recursos naturais, formando com outras Unidades de Conservação e Terras Indígenas da região, proporcionando assim, o fluxo de biodiversidade do Corredor Central da Amazônia ao Corredor do Amapá. De difícil acesso, realizado apenas por meio de pequenos aviões e helicópteros.

4) Reserva Biológica Maicuru

Município de Abrangência: Monte Alegre e Almeirim

Segundo o Ideflor-bio, a Reserva Biológica Maicuru (REBIO Maicuru) possui mais de 1 milhão de hectares, foi criada com objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes e contribuir para a manutenção dos Serviços Ambientais e recargas de aquíferos, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A UC possui Plano de Manejo, publicado e em vigor desde o ano de 2011. Nos estudos que antecederam o plano, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru.

Em 2012, a REBIO Maicuru passou a ser uma das Unidades de Conservação do Estado do Pará financiadas pelo Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente.

Nos estudos que antecederam o Plano de Manejo, foram registradas 88 espécies de peixes, 31 de anfíbios e 34 de répteis na REBIO Maicuru. Na herpetofauna, uma espécie de perereca foi registrada pela primeira vez no Brasil (*Phrynohyas hadroceps*) e outra pela primeira vez no Pará (*Scinax garbei*). Entre as aves, 302 espécies foram registradas para a REBIO. Entre elas, o uoiaraçu-falso (*Morphnus guianensis*) integra a lista da IUCN como espécie vulnerável. Trinta e três espécies de mamíferos foram registradas na REBIO Maicuru, sendo que 3 delas estão em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção – onça pintada (*Panthera onca*), suçuarana (*Puma concolor*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).

Quanto a flora, foram registradas 88 espécies de pteridófitas e 306 de fanerógamas. Neste último grupo, das angiospermas conhecidas como existentes na REBIO, 6 estão na lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará – por exemplo, o acapu (*Vouacapoua americana*), e 4 são consideradas ameaçadas pela IUCN.

5) Parque Estadual Charapucu

Município de Abrangência: Santarém

O Parque Estadual do Charapucu (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de

65.181,94 hectares. Localiza-se no município de Santarém, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza Marajoara”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura.

O Acesso à Ilha Charapucu ocorre via fluvial. Por esse meio de transporte, a partir de Belém, são aproximadamente dois dias de viagem, por meio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas até a cidade de Santarém. Outra opção é via Macapá, com aproximadamente seis horas de viagem pela Baía do Vieira.

A Região do Marajó possui grande riqueza biológica. Sua vegetação, em grande parte, está sujeita a ciclos de inundações, devido a flutuações do nível das águas dos rios e das marés, resultando em constantes mudanças ecológicas do ambiente. Ocorre a predominância de florestas ombrófilas densas, conhecidas como florestas de várzeas e igapós.

As características biológicas do Parque Estadual Charapucu destacam-se pela sua diversidade e singularidade. Apresenta grande beleza natural, com rios de água branca e rios de água preta. A vegetação é constituída por três principais fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Campos. As florestas ombrófilas densas aluviais, são formadas por várzea baixa e várzea alta. Destaca-se a presença de espécies como a andiroba (*Carapa guianensis*), açaí (*Euterpe oleracea*), pracauba (*Mora paraensis*), pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira (*Hevea brasiliensis*). Chamando a atenção para a ocorrência de espécie ameaçada de extinção, a ucuúba vermelha (*Virola surinamensis*).

A diversidade da fauna inclui espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e também novas espécies. Destaca-se a presença de onça pintada, peixe-boi, urubu rei e o macaco caiarara.

Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

6) Florestas Públicas Estaduais arrecadadas

Município de Abrangência: Santarém, Juruti e Aveiro.

Decretos Estaduais nº 2.658/2010, nº 105/2011 e nº 354/2012.

ANEXO II - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal.
Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e 8.633, de 18 de junho de 2018).
Decreto Estadual nº 1.242, de 16 de março de 2015	Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.
Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.
Decreto Federal nº 10.144, de 28 de novembro de 2019	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
Decreto Estadual nº 1.943, de 21 de outubro de 2021	Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, reconhece o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia GTEEB e dá outras providências.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Afuá



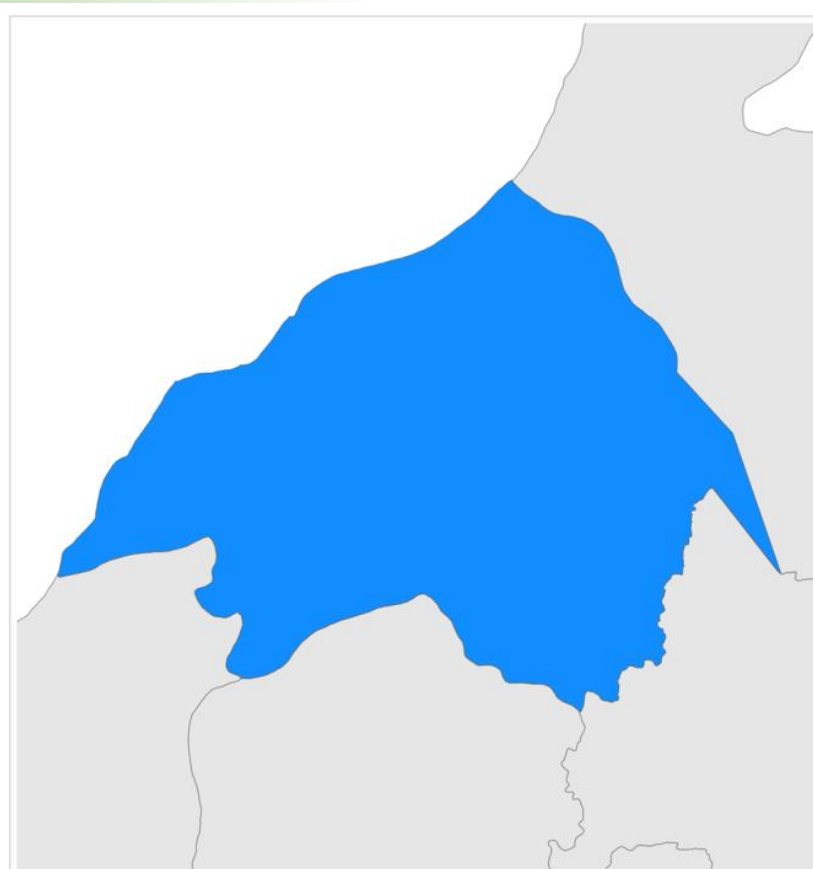
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Afuá**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

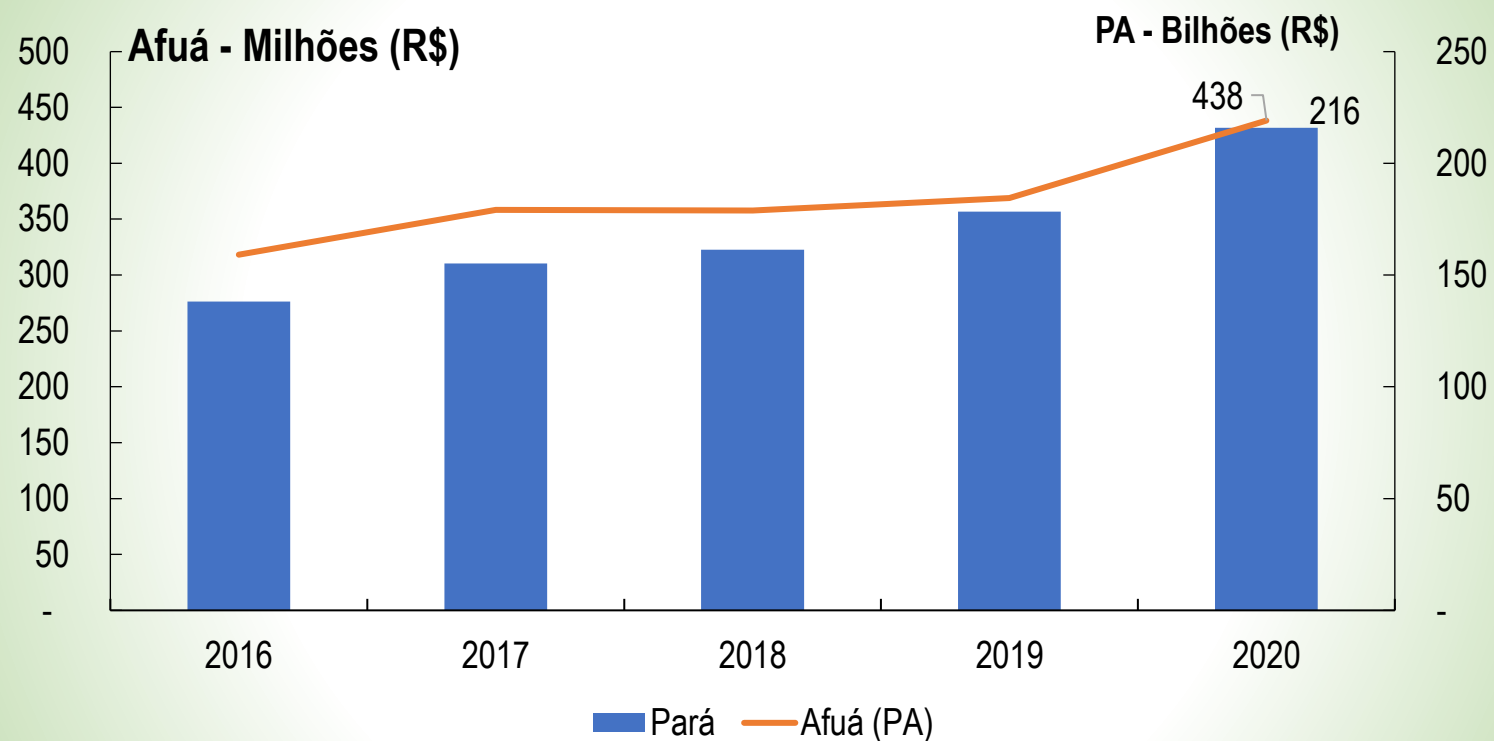
Espacialização do Território

AFUÁ- PA



Dimensão Econômica

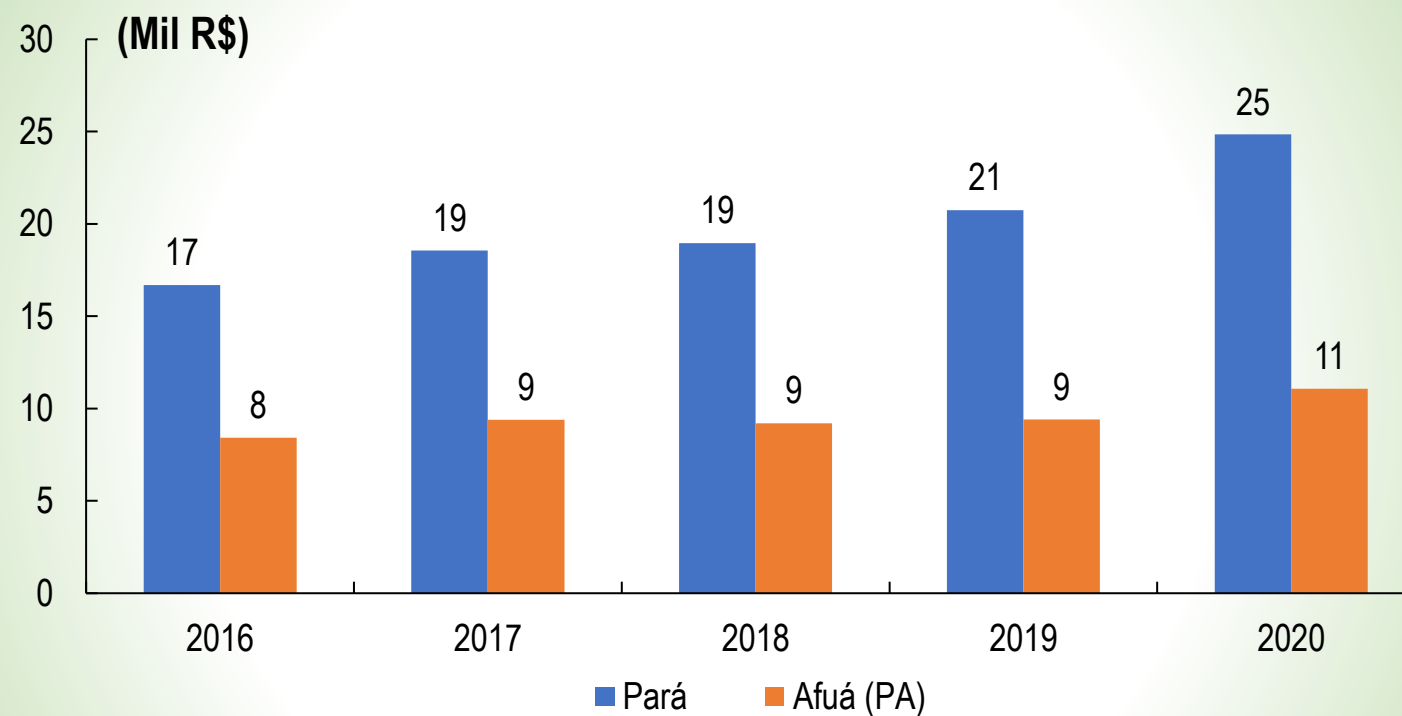
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 38%.

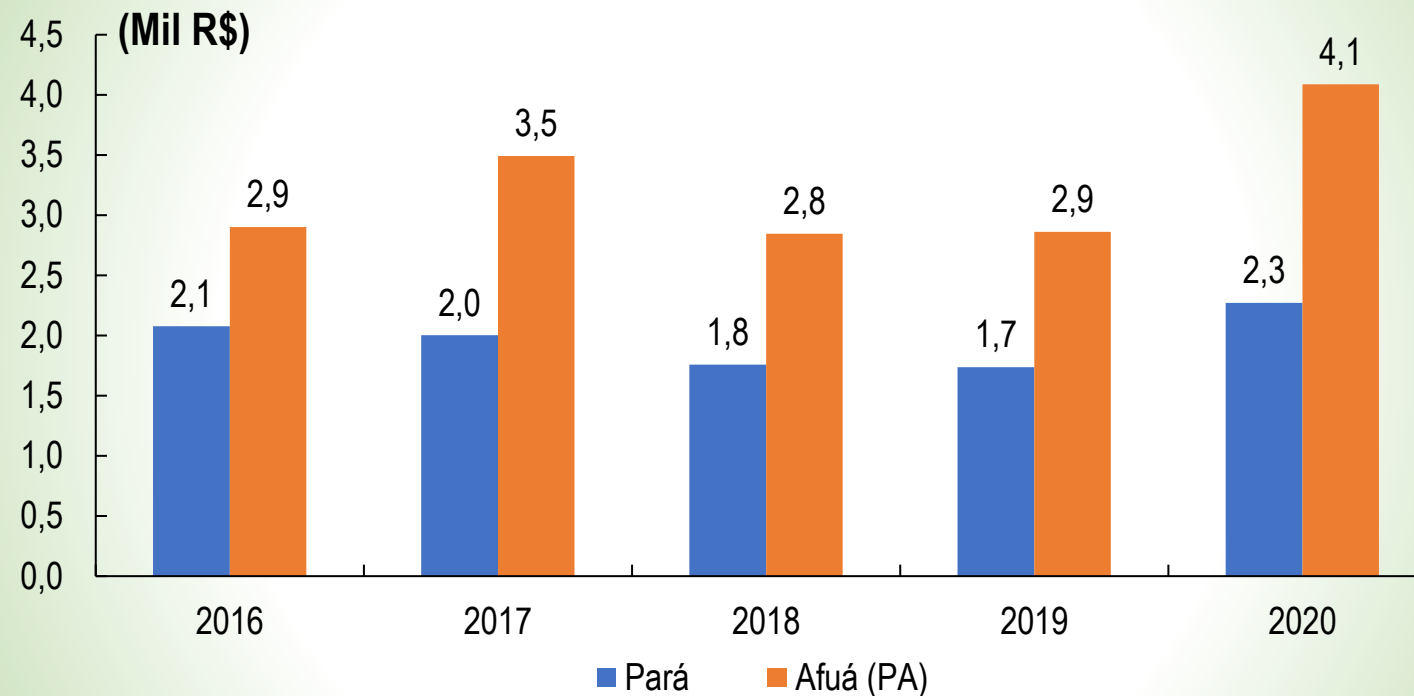
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município cresceu nominalmente cerca de 31%.

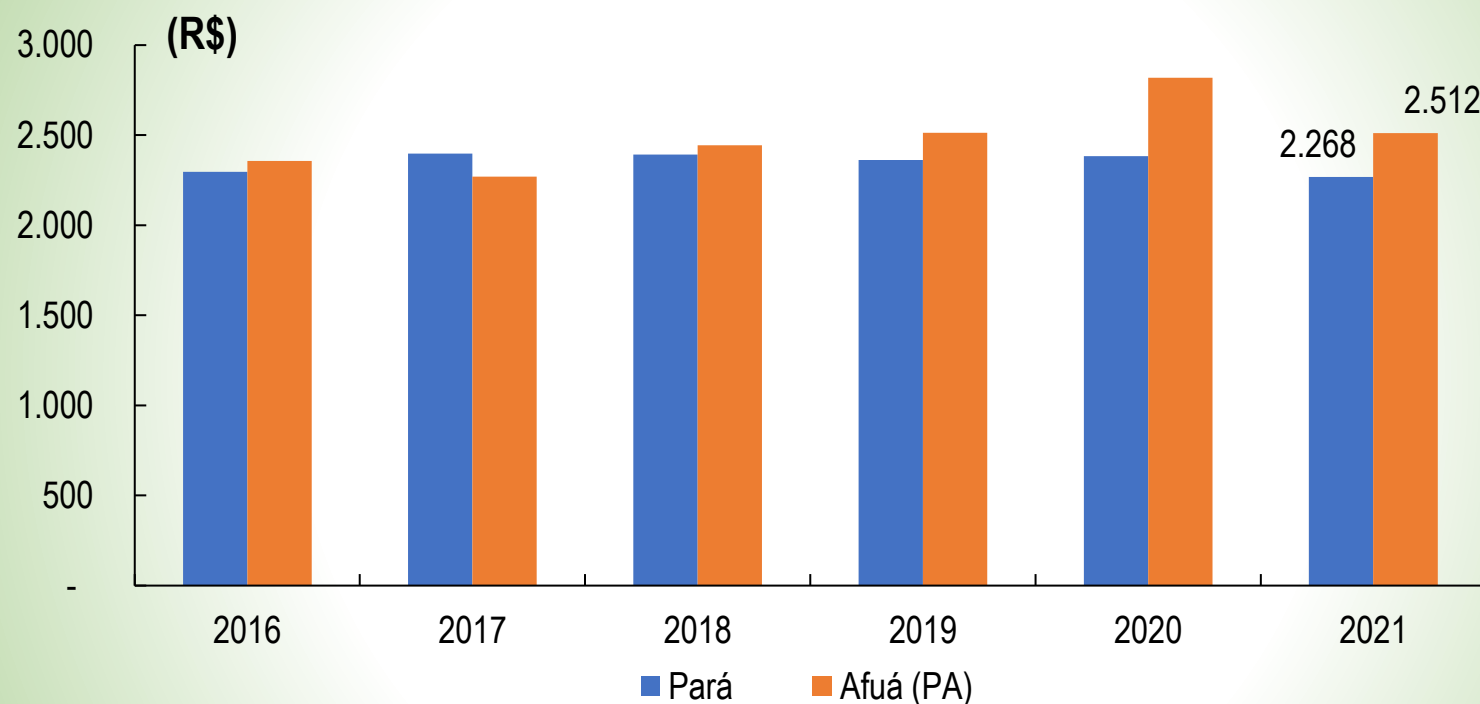
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 41%.

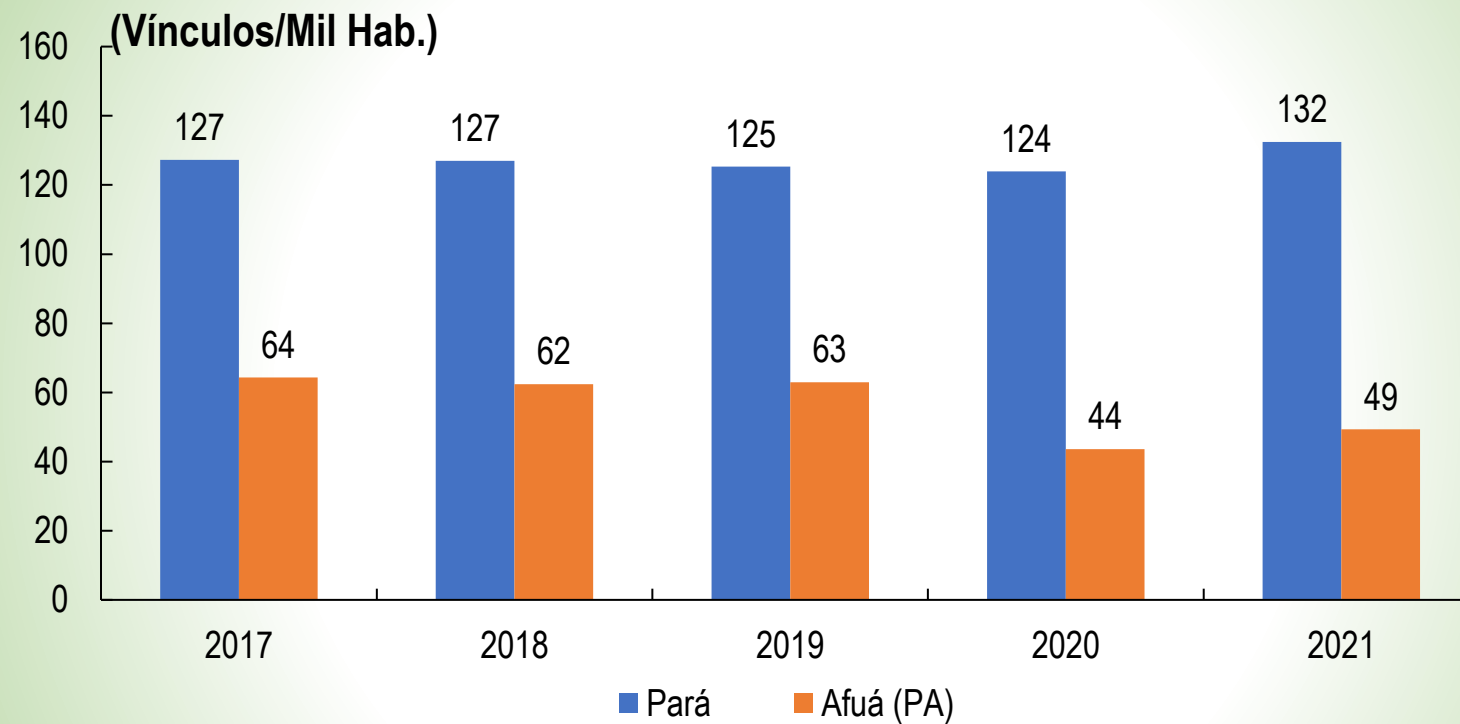
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de 7%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

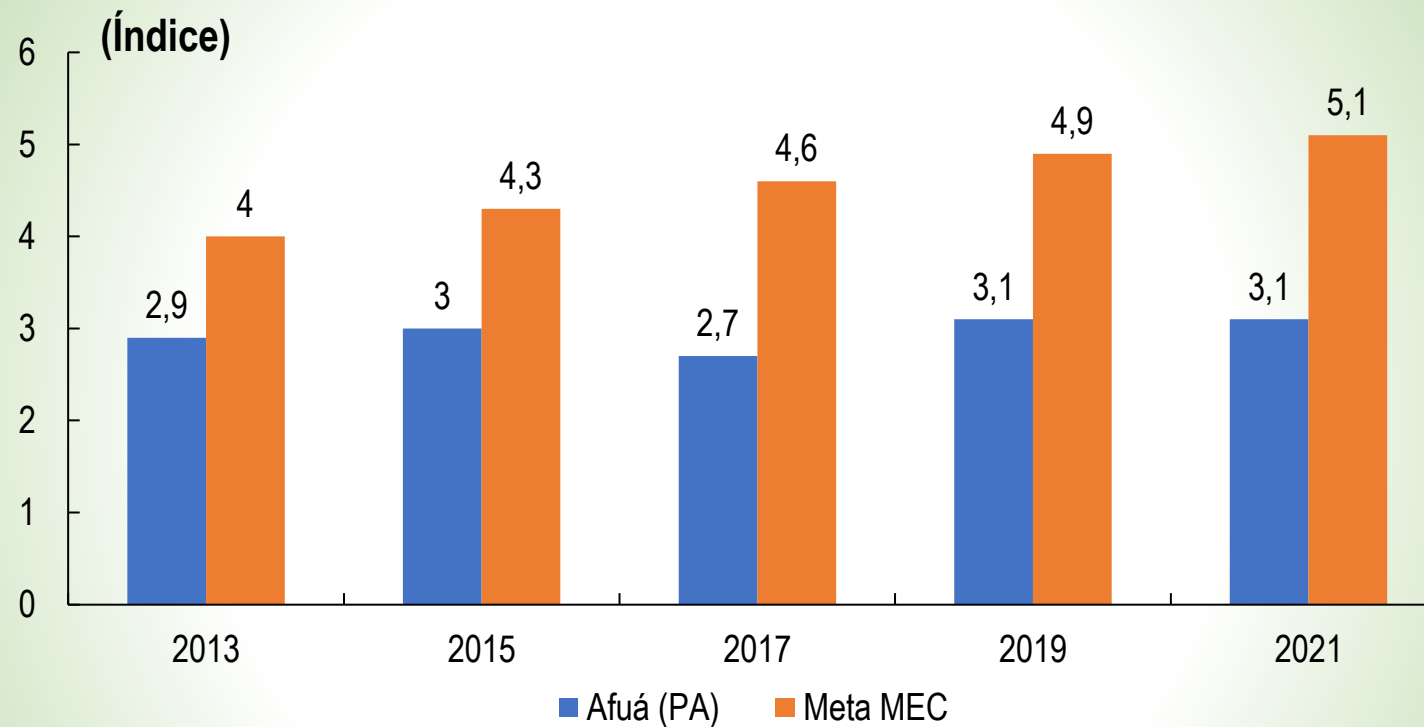


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município caiu em -23%.

Dimensão Social

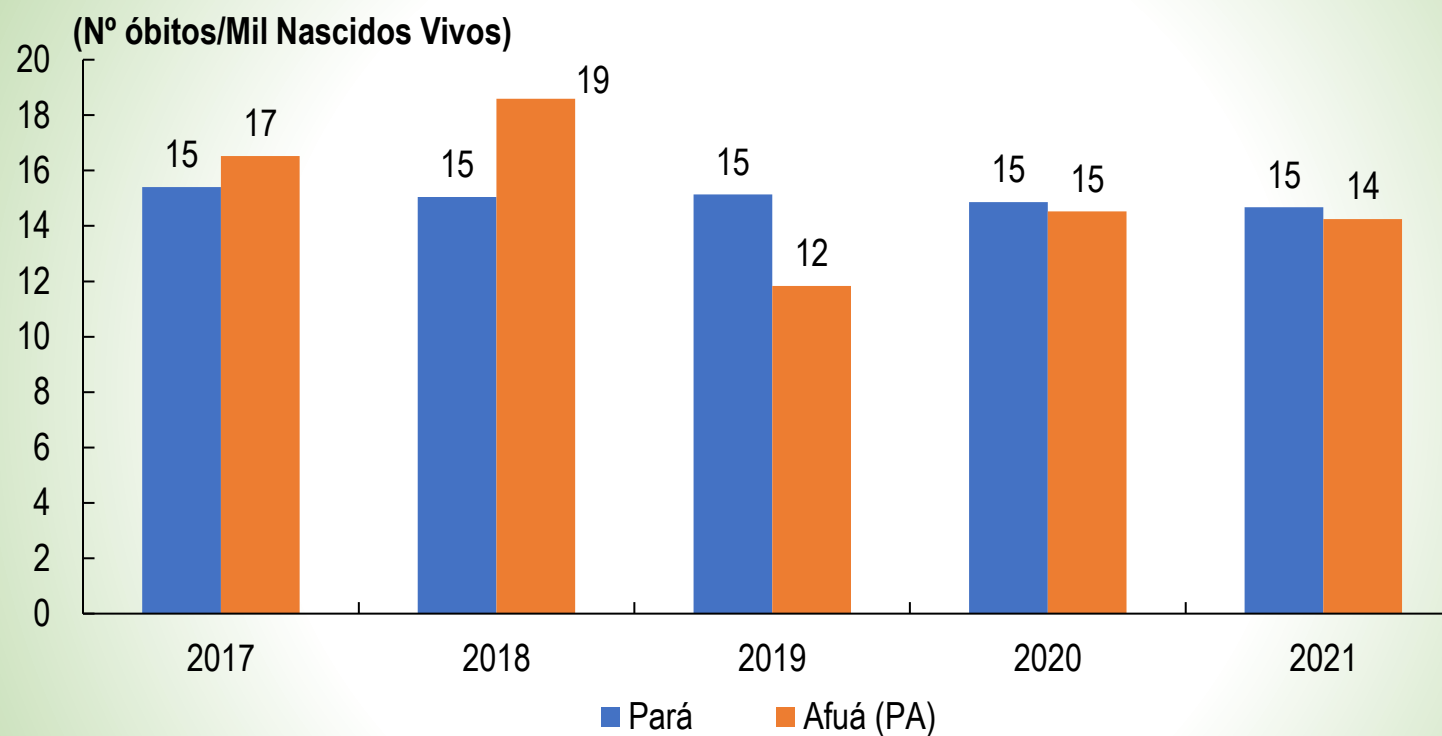
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

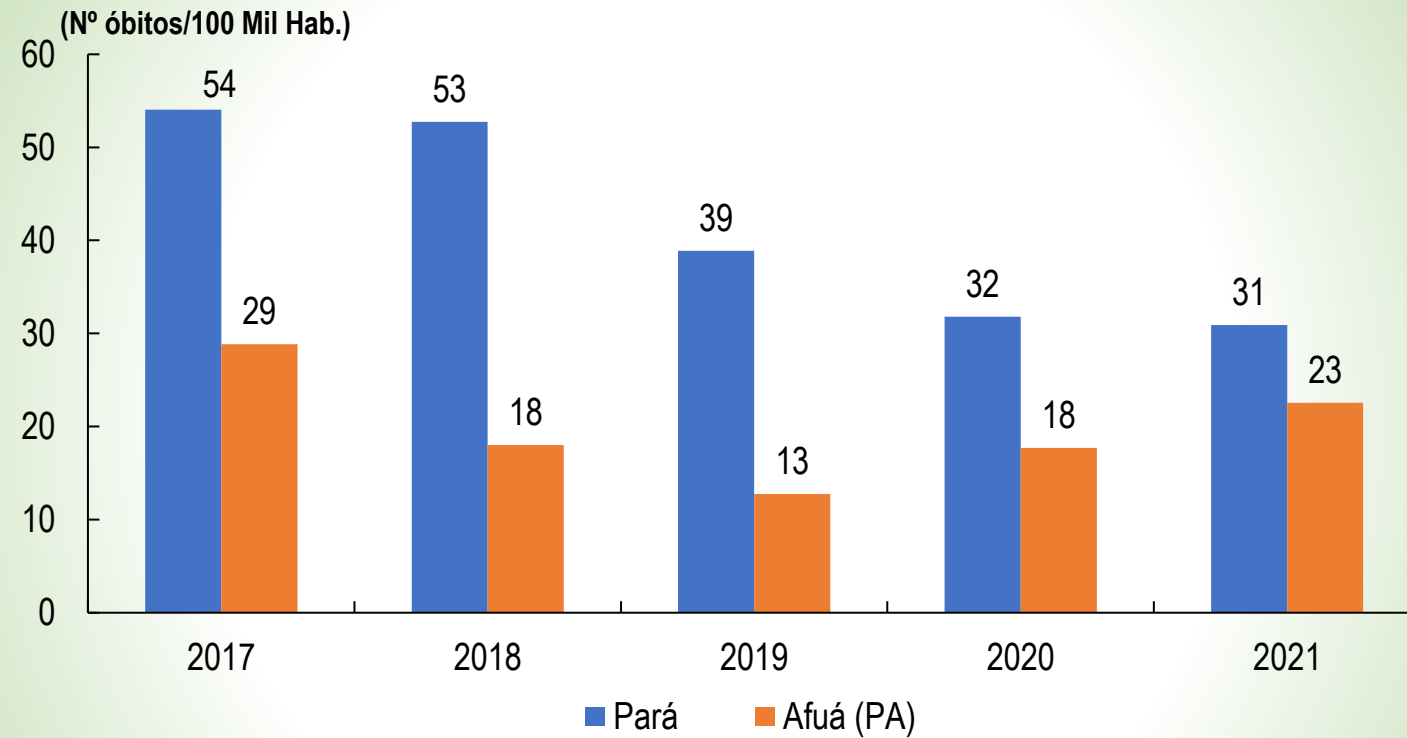
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de mortalidade infantil em -14%.

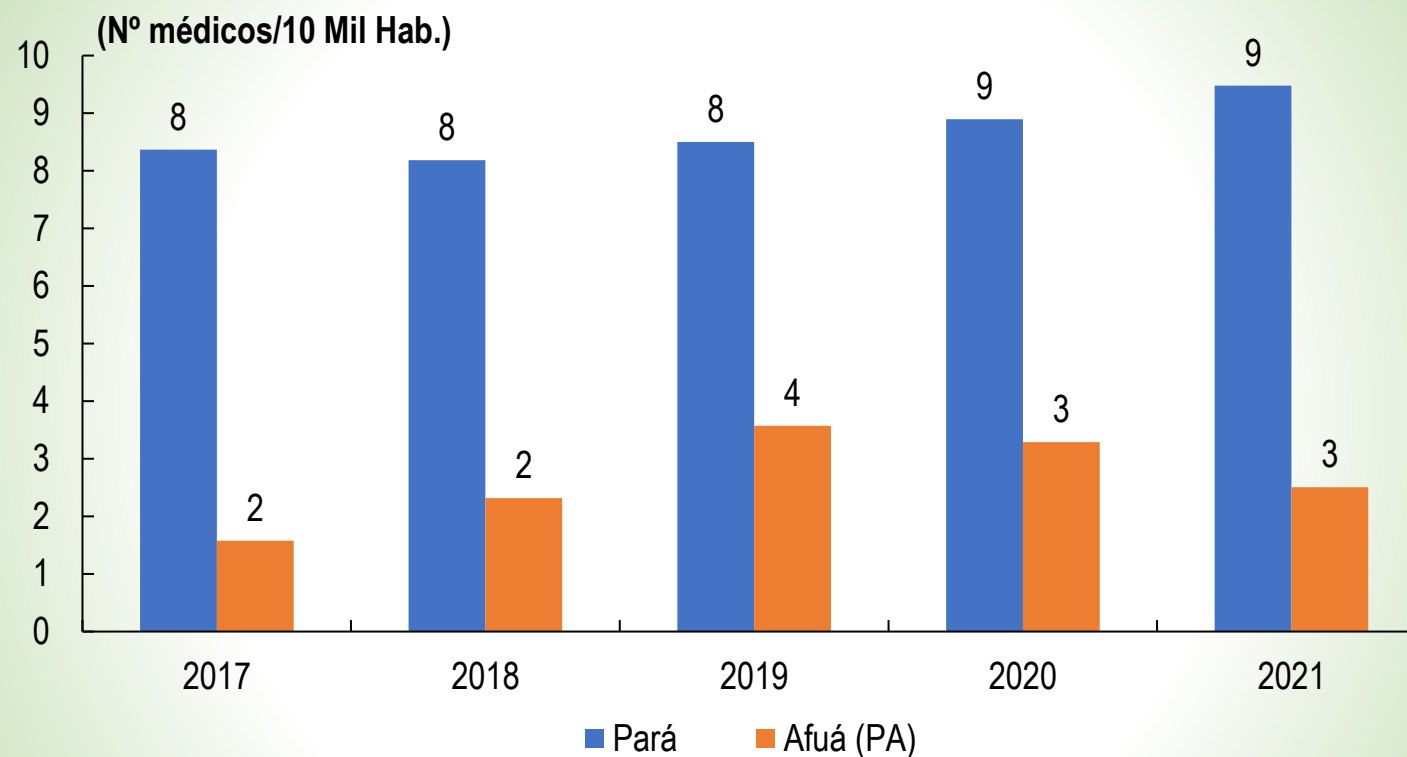
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -22%.

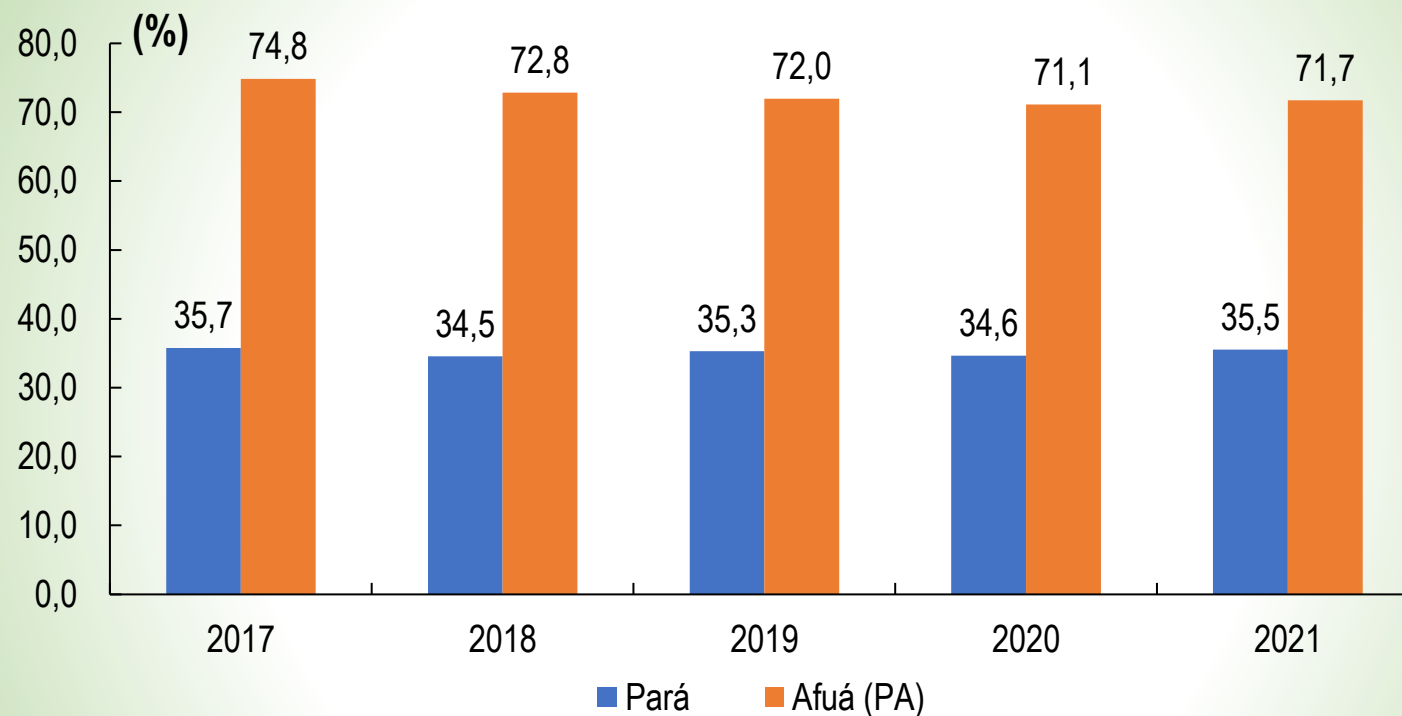
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em 59%.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

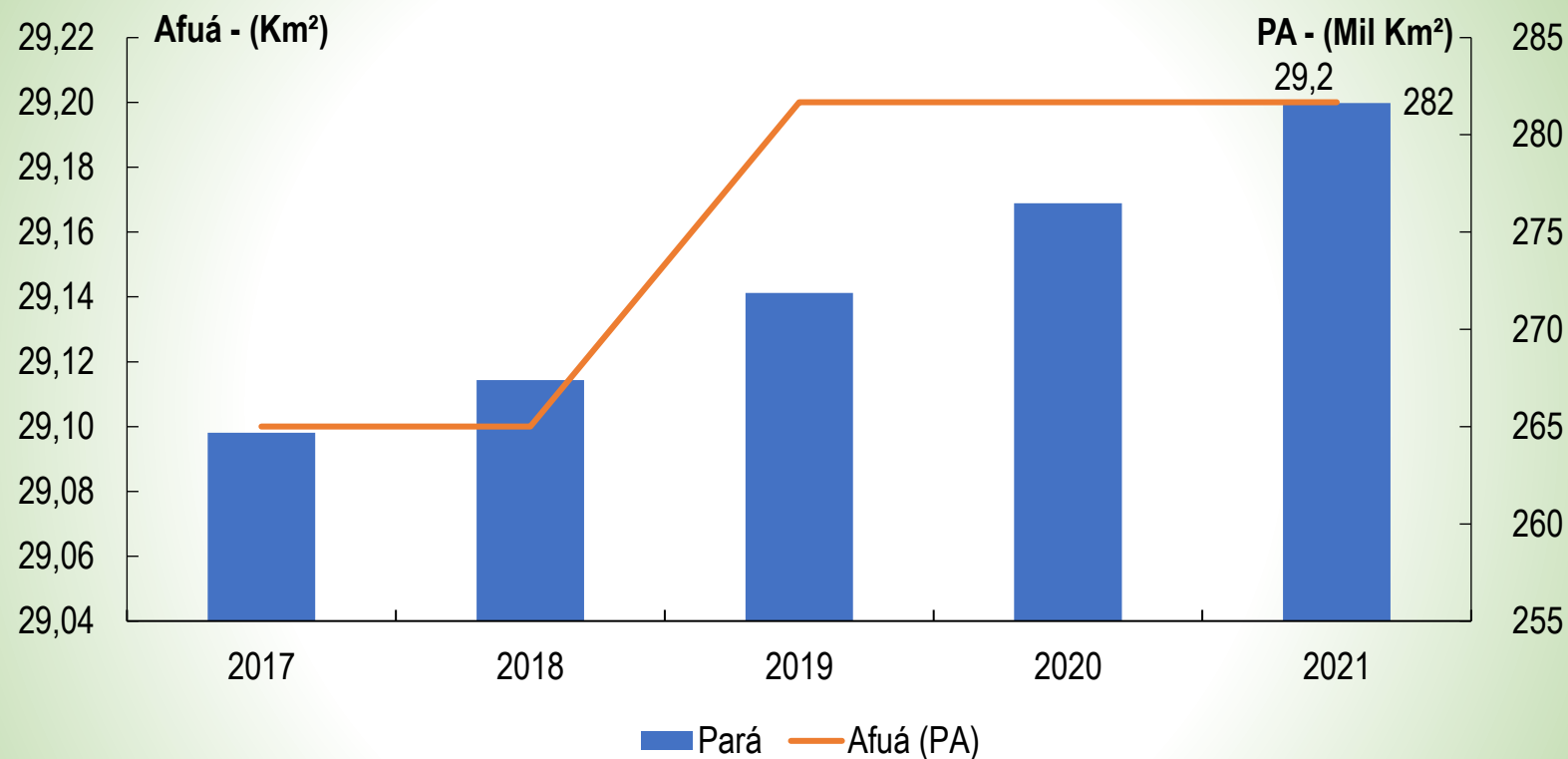


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza bem acima da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

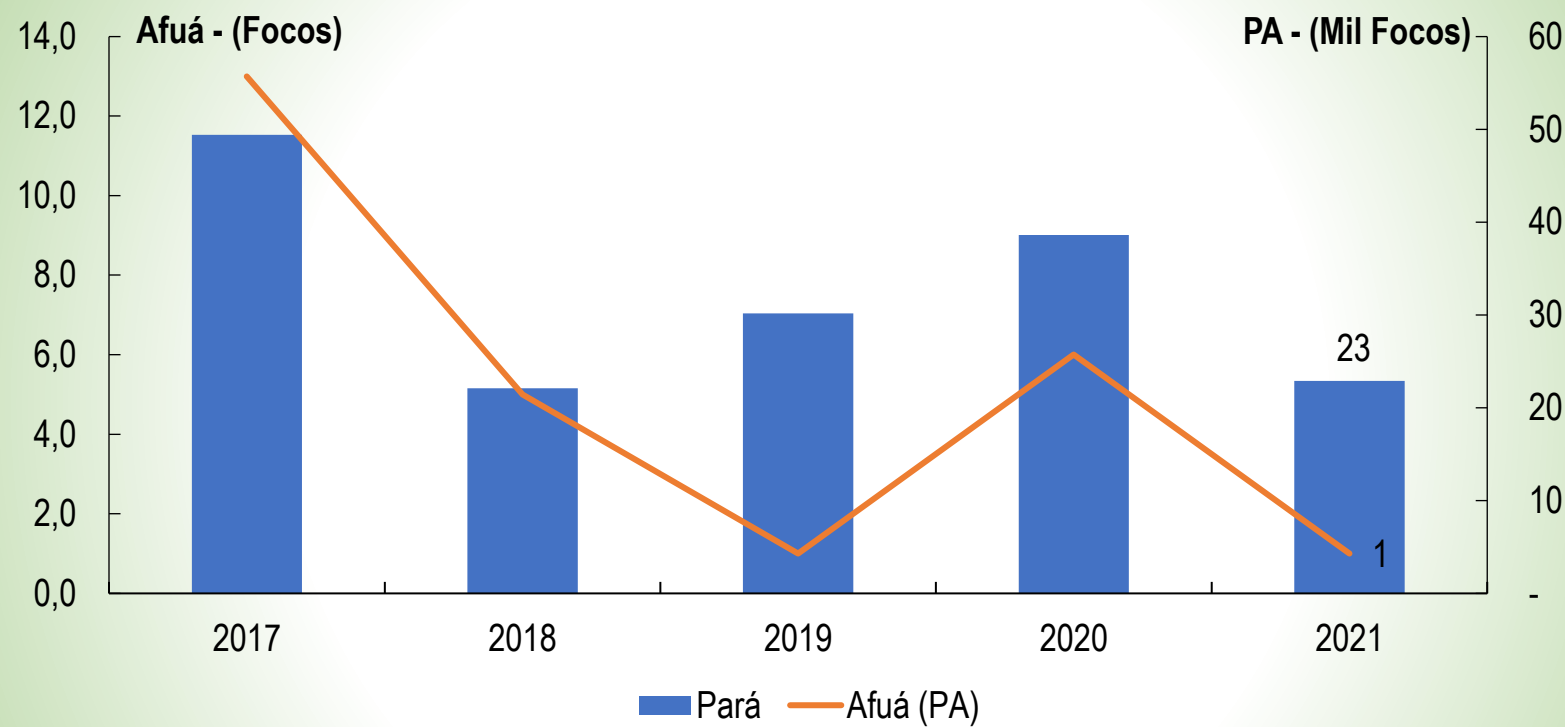
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 0,3%.

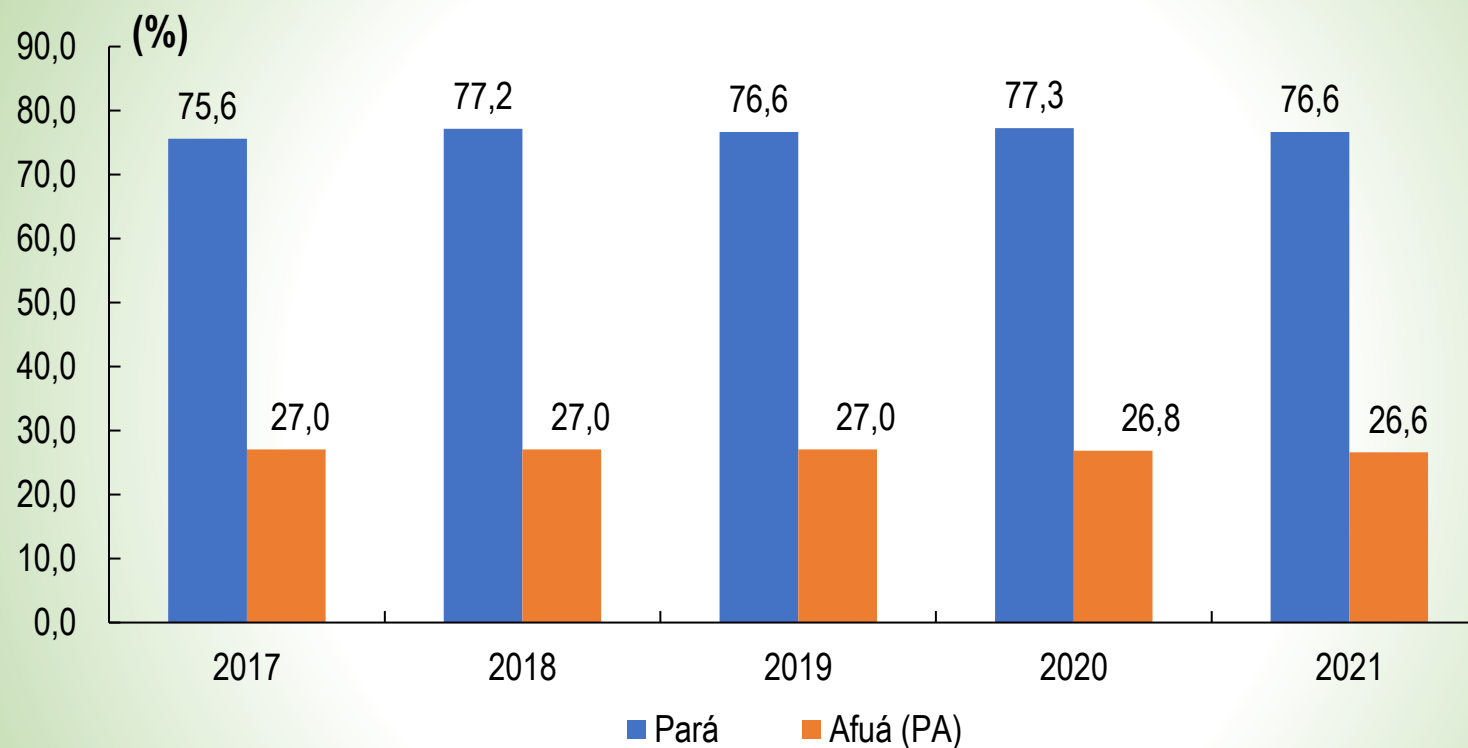
Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -92,3%.

Percentual da população total atendida com coleta lixo regular



Fonte: SNIS.

Entre 2017-2021 o município vem mantendo um patamar de cobertura de coleta regular de lixo bem abaixo da média do estado.

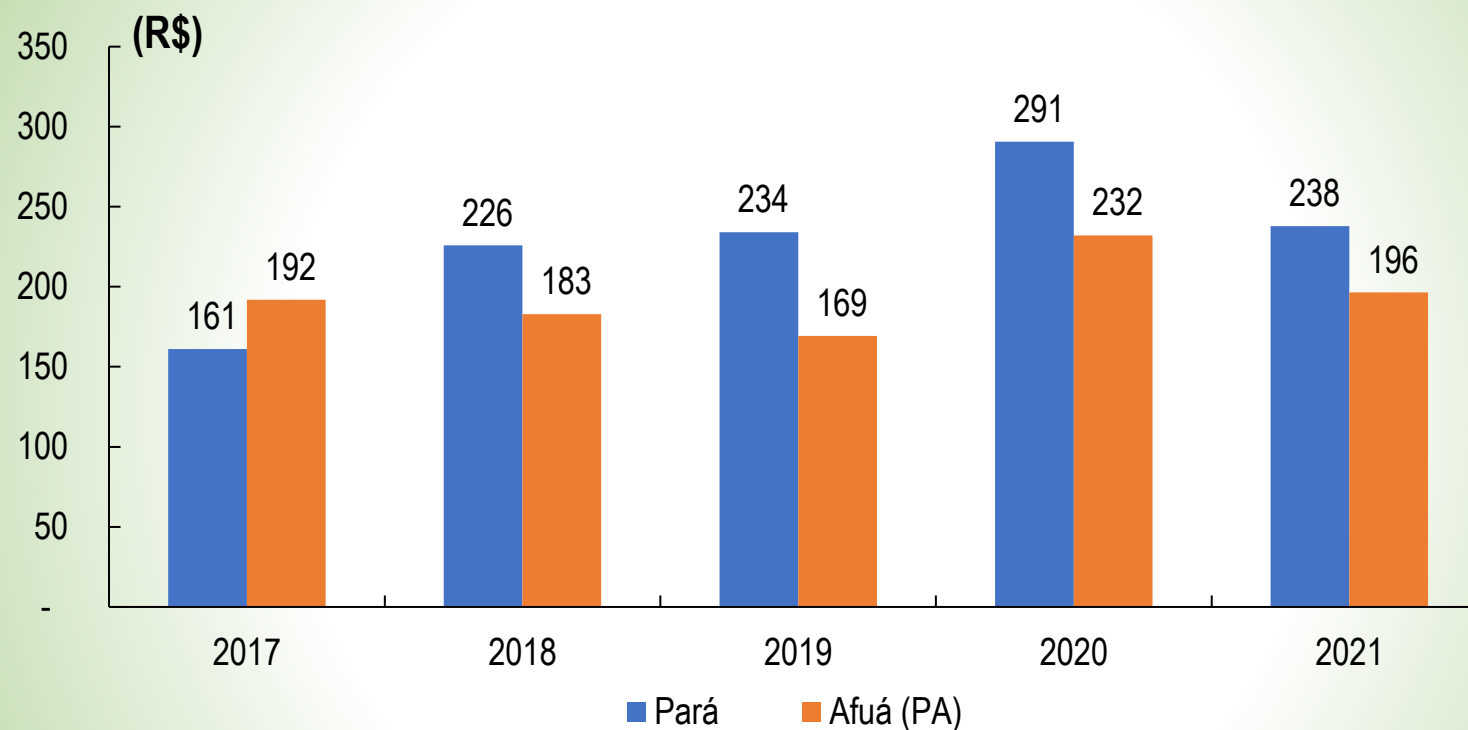
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	18	0,05
Fossa séptica	390	1,1
Fossa rudimentar	12.105	33,2
Vala a céu aberto	3.122	8,6
Direto para um rio, lago ou mar	8	0,02
Outra forma	399	1,1
Sem Resposta	20.423	56,0
Total	36.465	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 cerca de 0,05% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município aumentou esse tipo de gasto em 2,4%, em termos reais.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Afuá**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Alenquer



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE
AMPARO A ESTUDOS E
PESQUISAS



GOVERNO DO
PARA



Centro Educacional de
Tecnologia Social da Amazônia

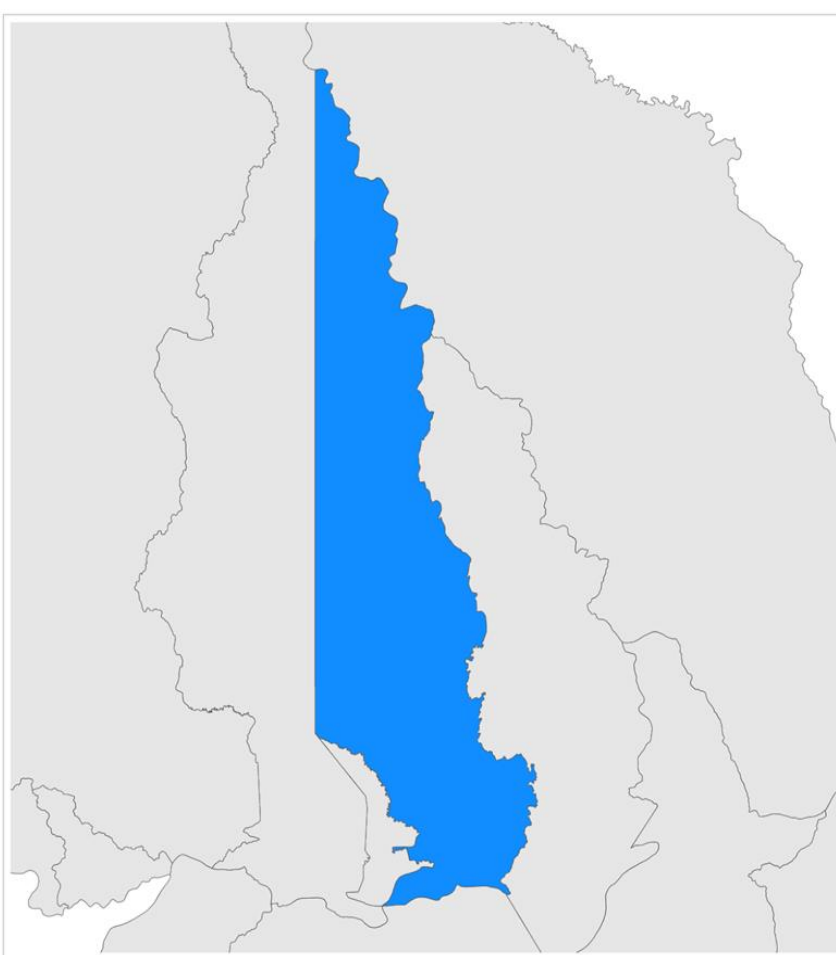
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Alenquer**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

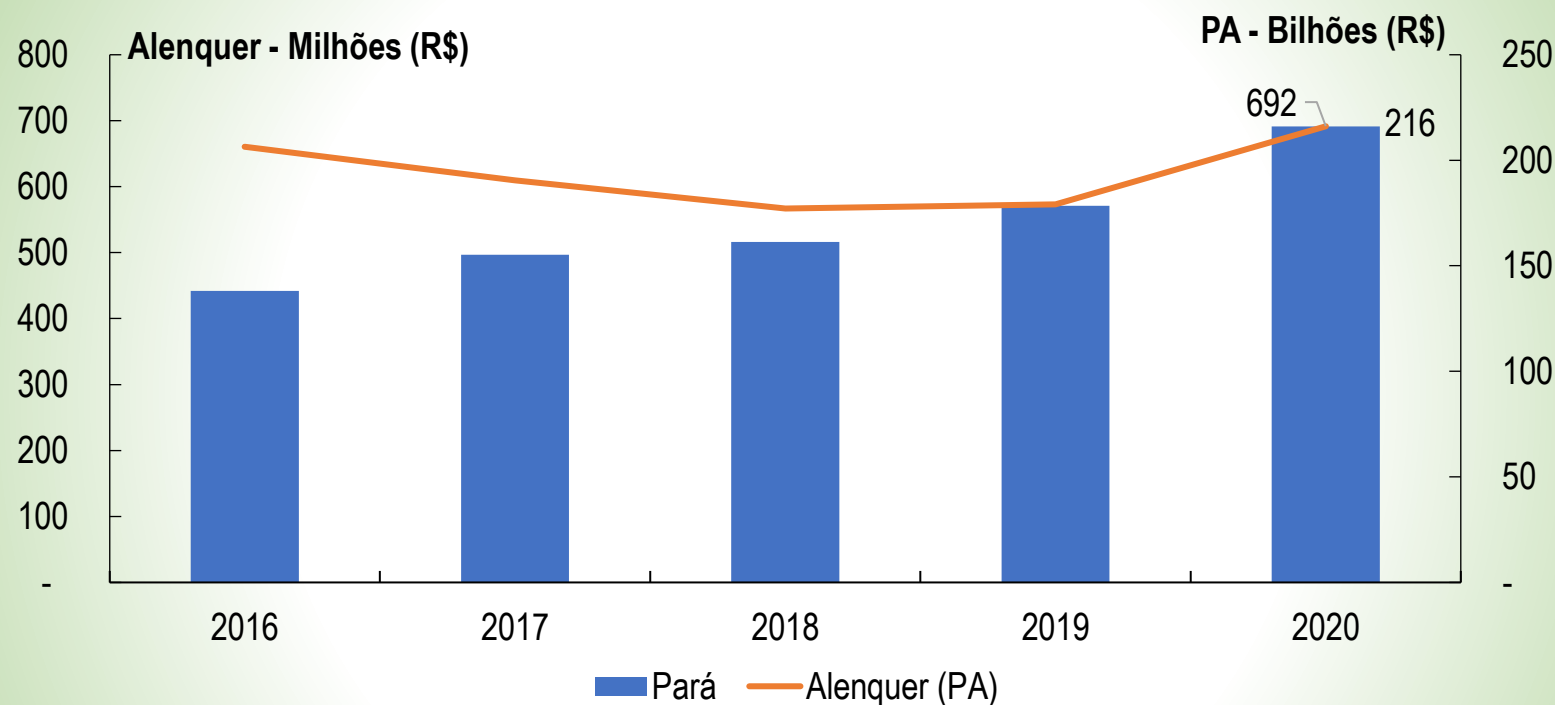
Espacialização do Território

ALENQUER - PA



Dimensão Econômica

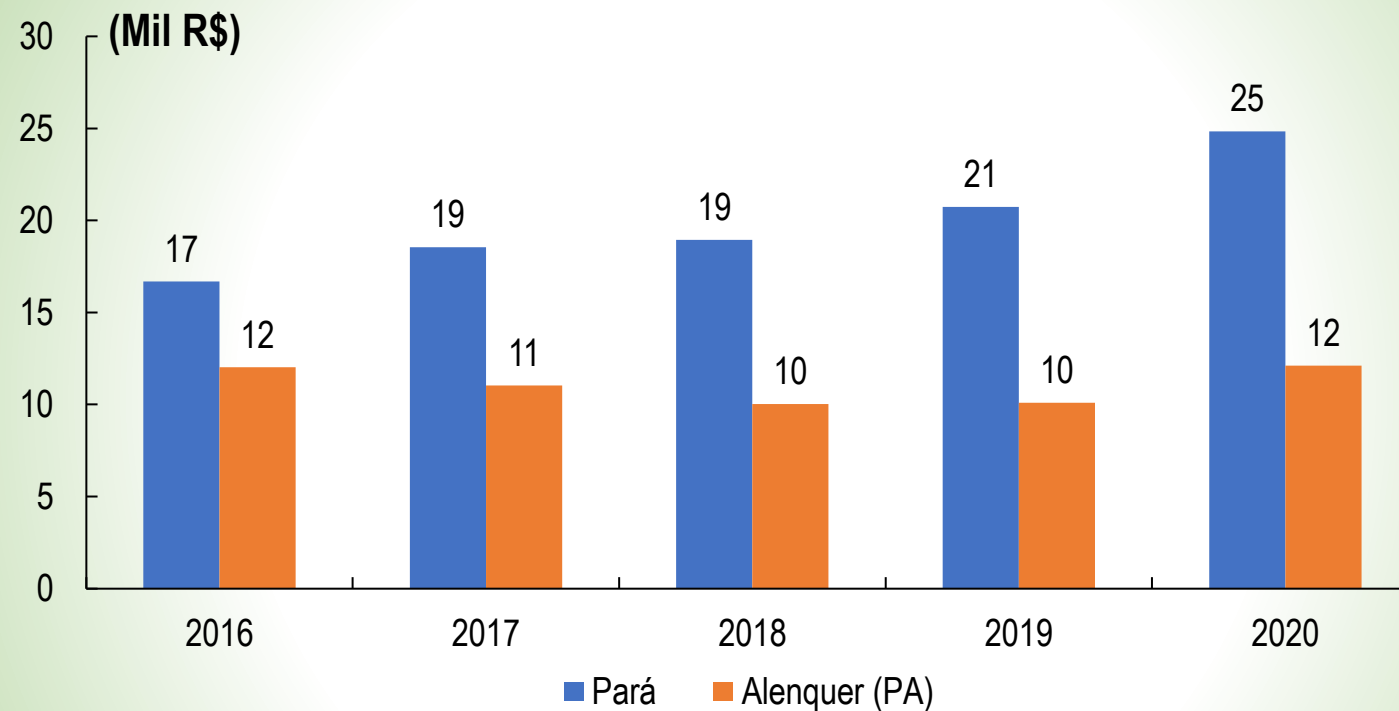
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 4,7%.

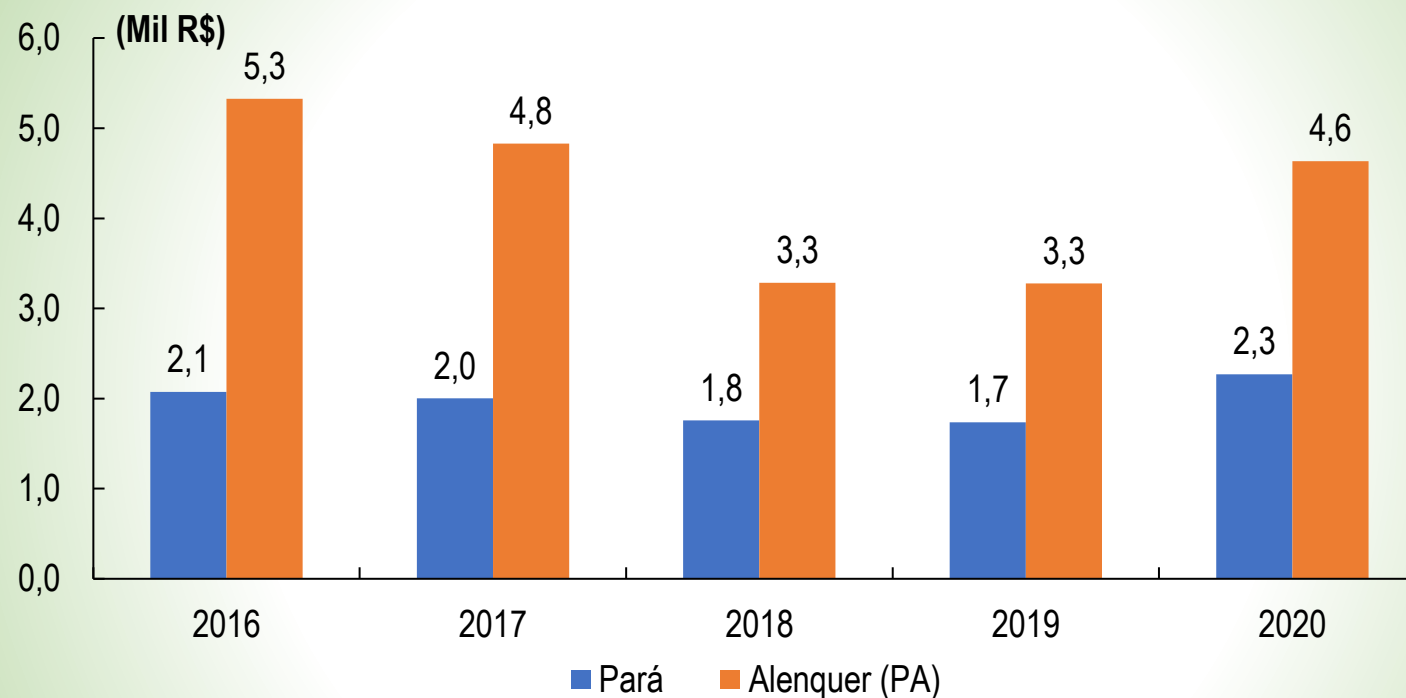
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município cresceu nominalmente cerca de 0,8%.

Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município retraiu nominalmente cerca de -13%.

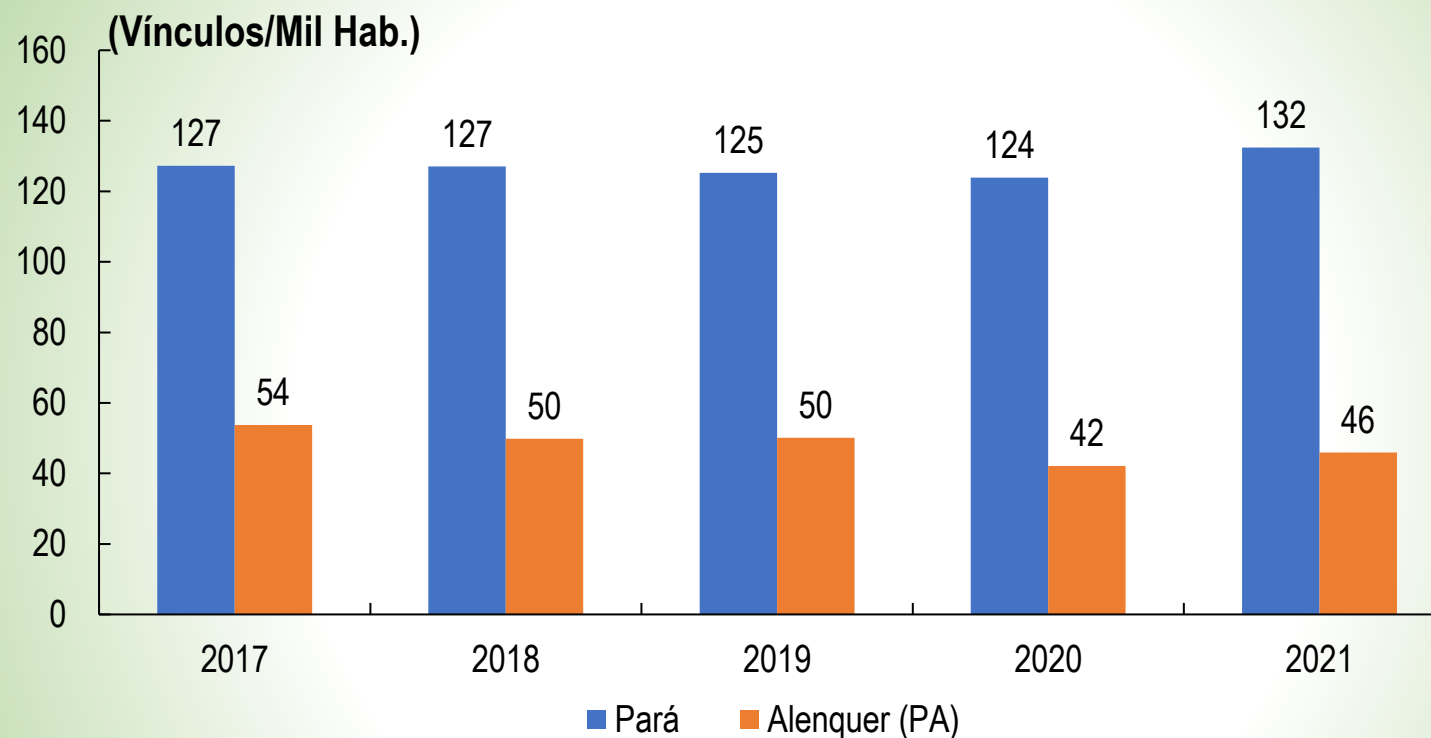
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de 0,9%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

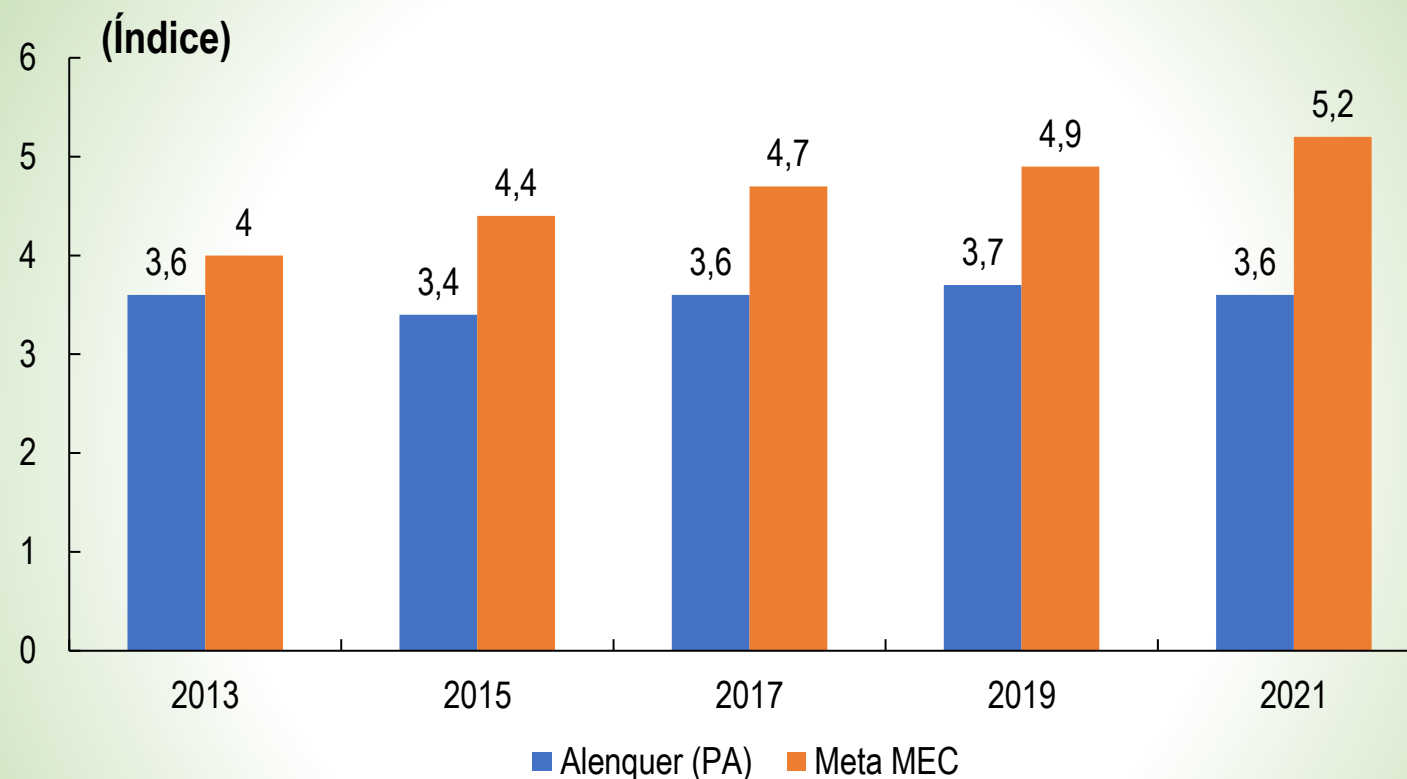


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município caiu em -14,6%.

Dimensão Social

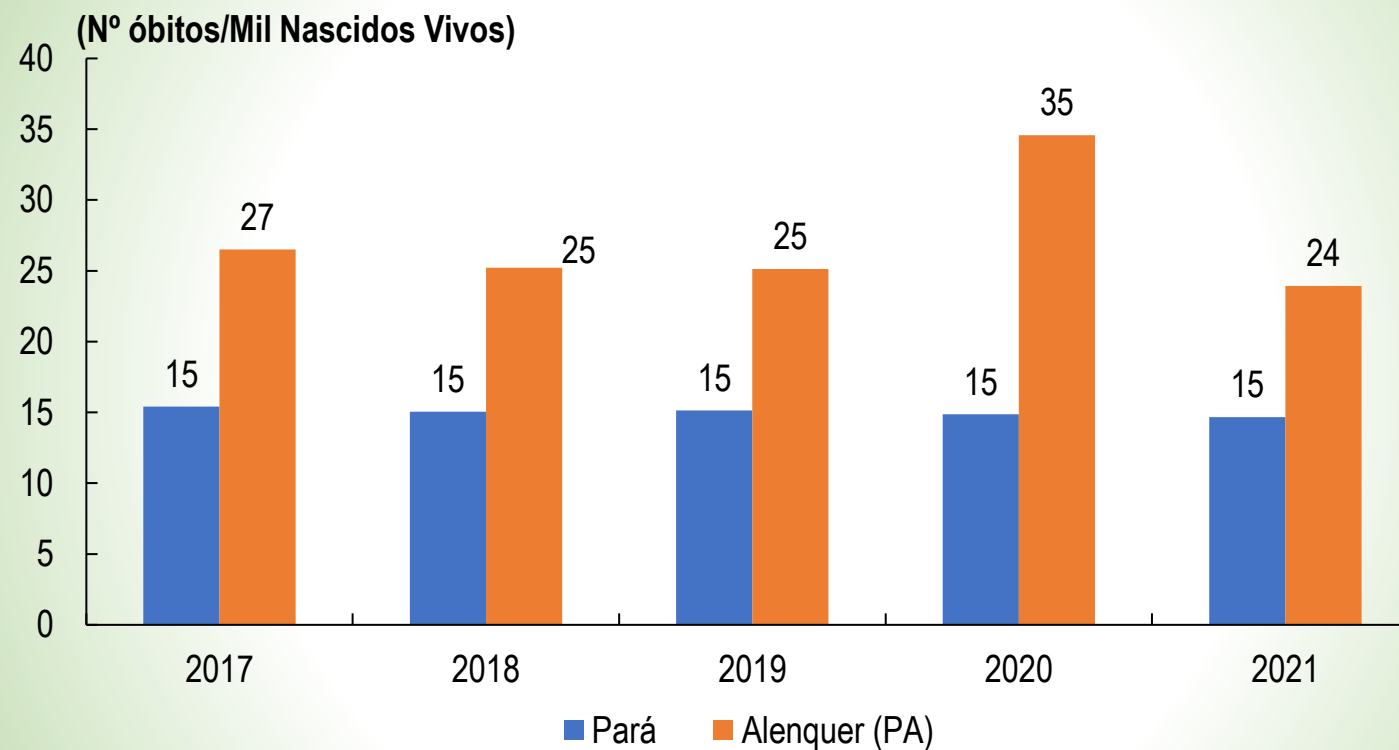
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

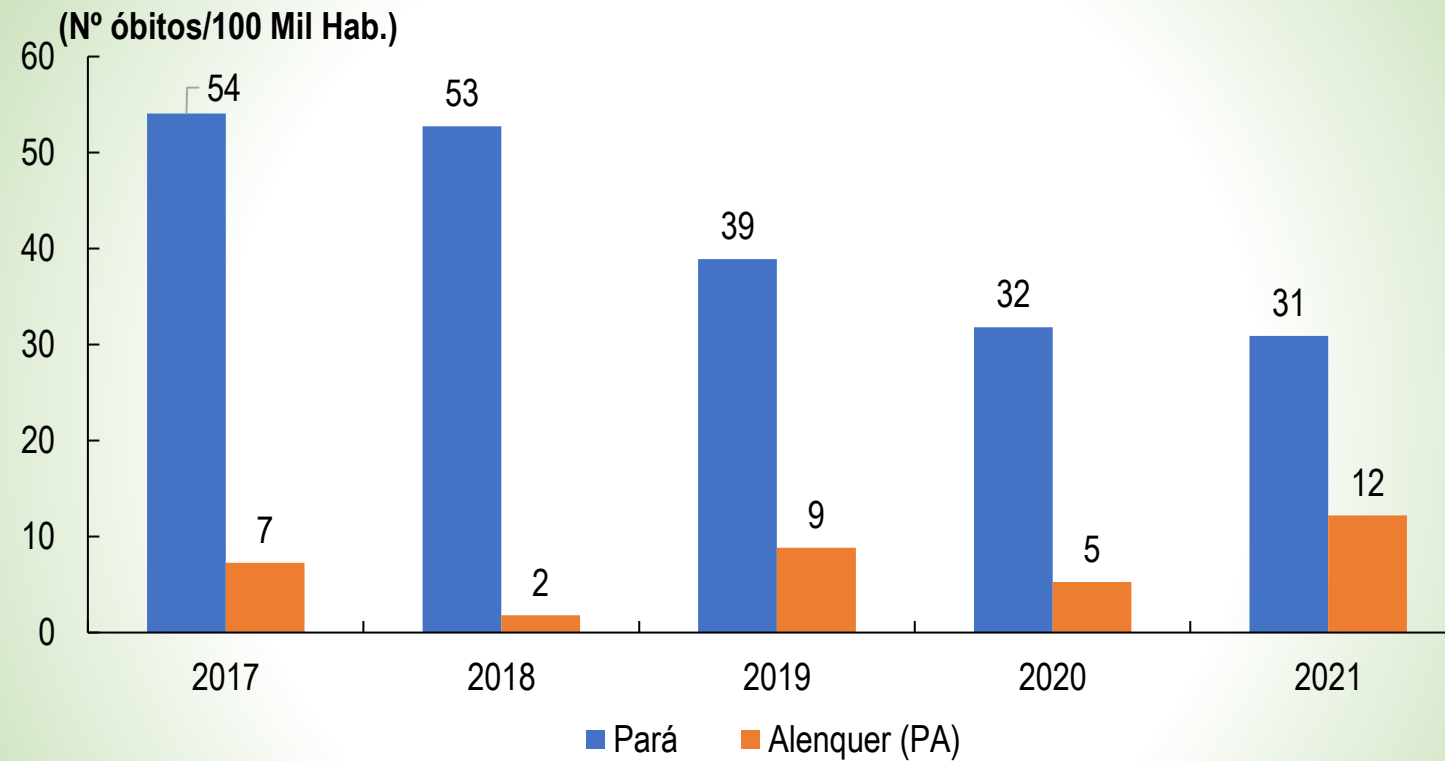
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de mortalidade infantil em -9,7%.

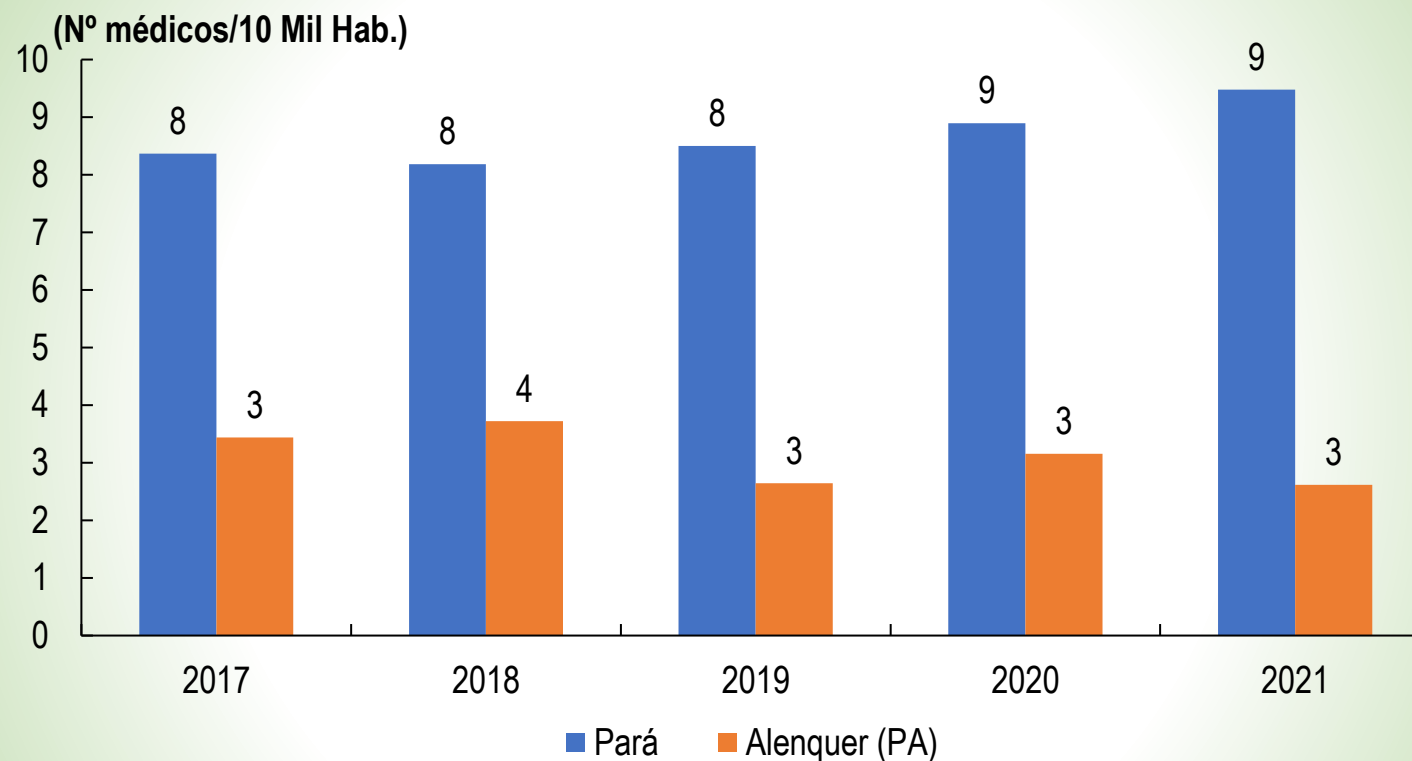
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua taxa de homicídios em 68,5%.

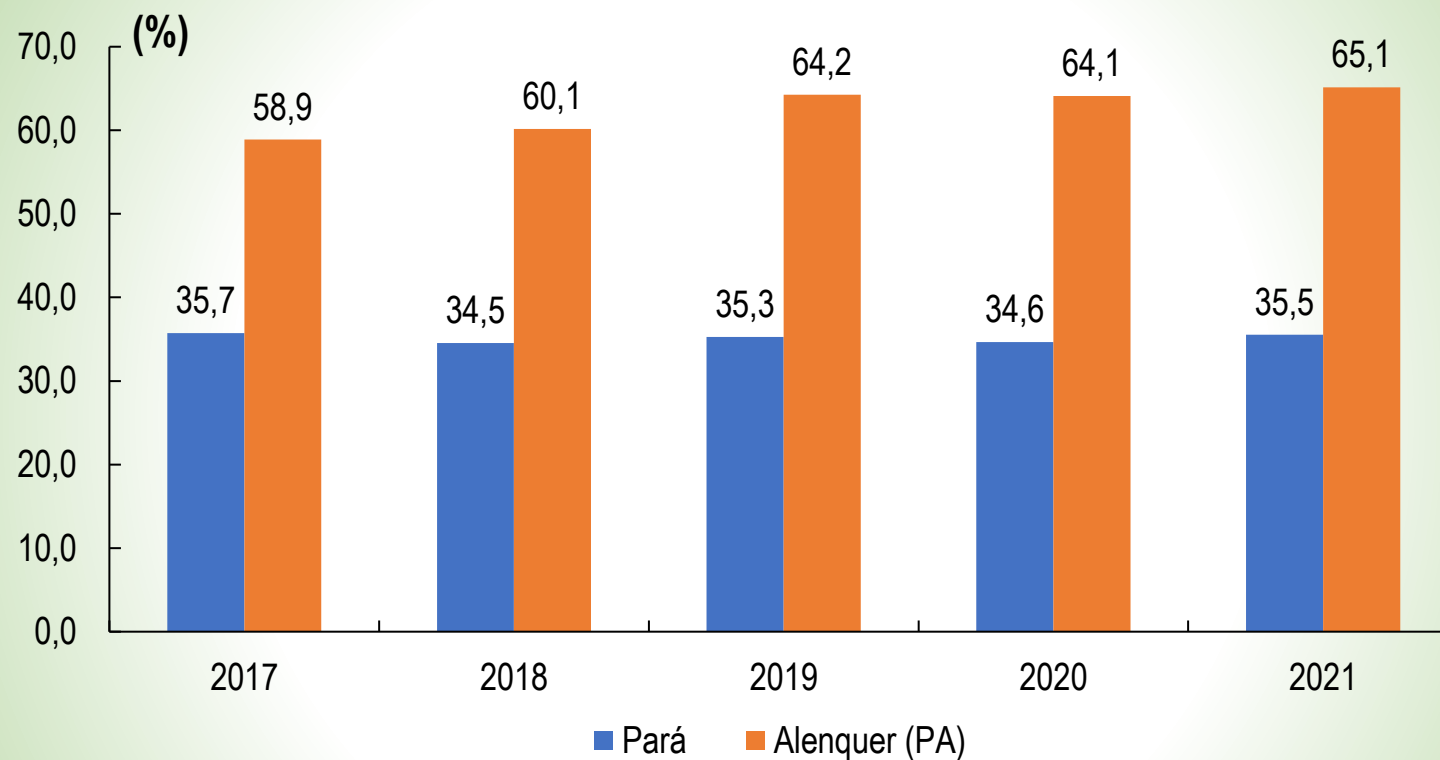
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município praticamente estagnou no número de médicos atuantes em seu sistema de saúde.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

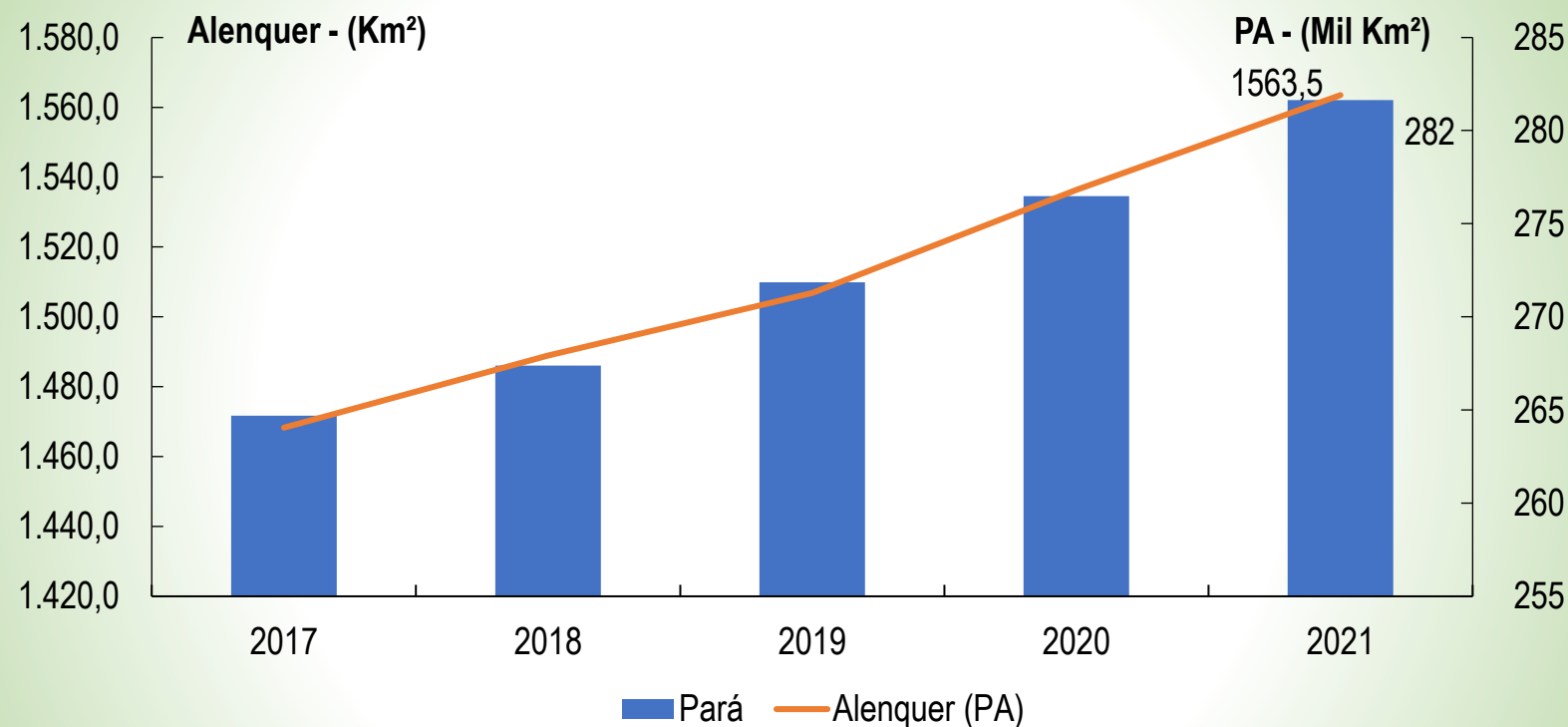


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza bem acima da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

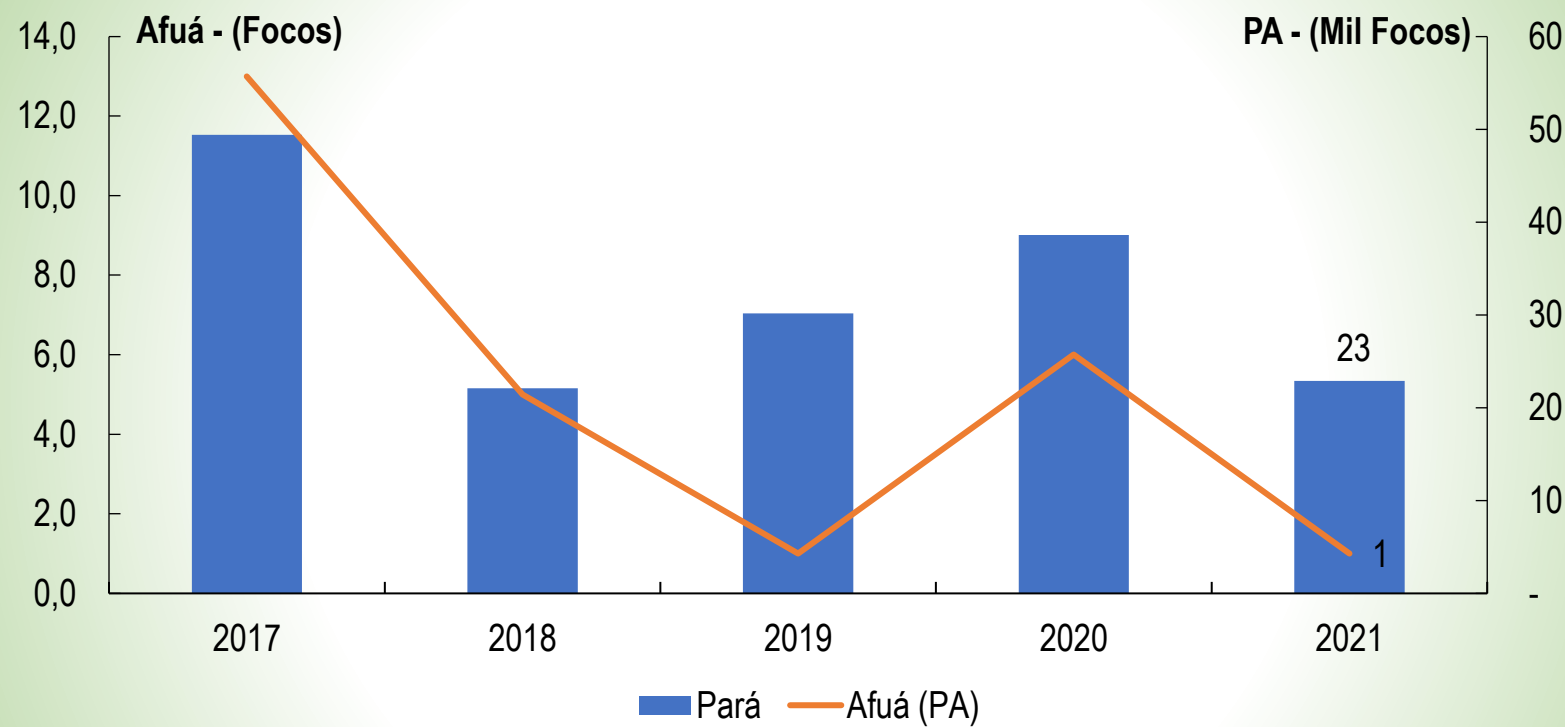
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 6,5%.

Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -62,3%.

Condições de coleta de lixo da população de baixa renda (2022)

Forma de Coleta de Lixo	População	Part.(%)
É coletado diretamente	16.905	35,5
É coletado indiretamente	1.255	2,6
É queimado ou enterrado na propriedade	22.974	48,3
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	310	0,7
É jogado em rio ou mar	6	0,0
Tem outro destino	18	0,0
Sem Resposta	6.096	12,8
Total	47.564	100

Fonte: CADUNICO.

Em 2022 cerca de 48,3% da população de baixa renda queima ou enterra na propriedade o lixo produzido, no município.

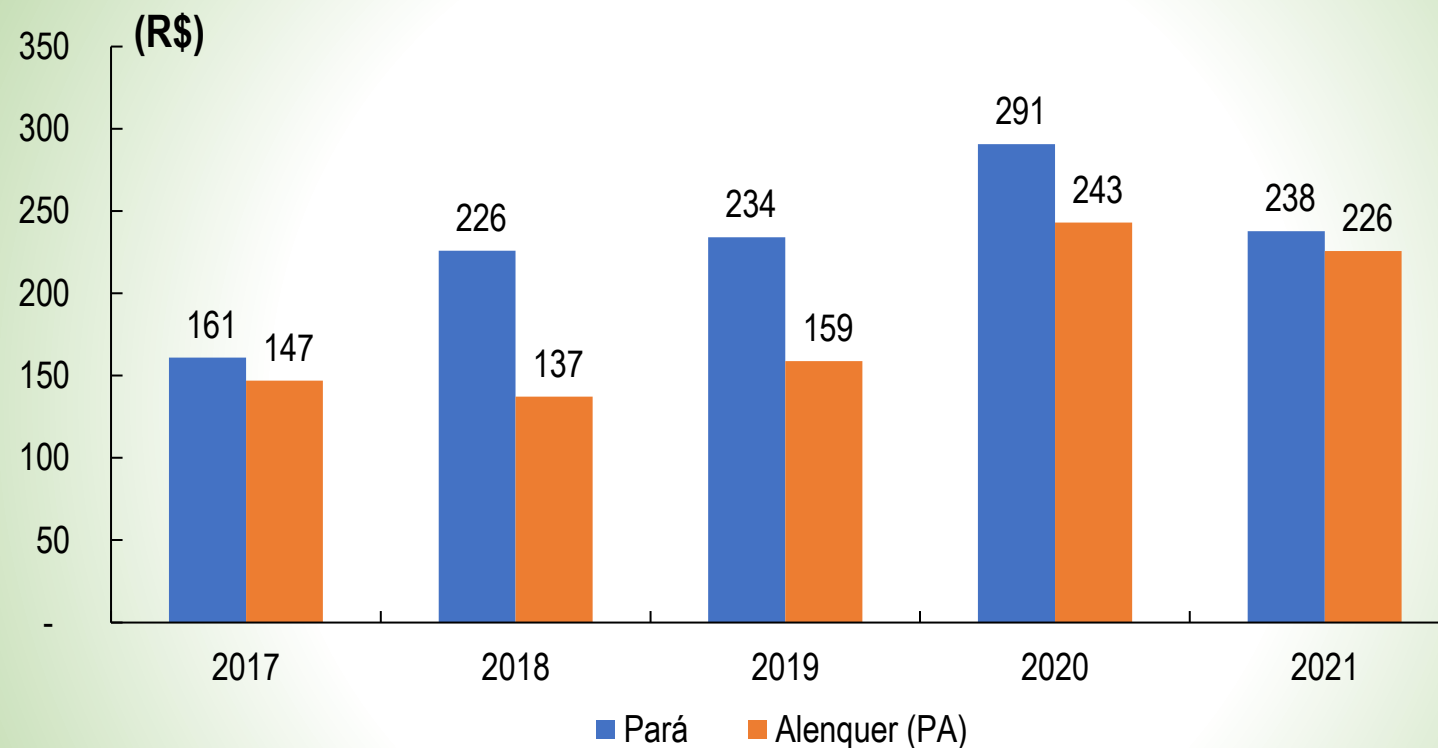
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	58	0,12
Fossa séptica	16.606	34,9
Fossa rudimentar	22.058	46,4
Vala a céu aberto	1.775	3,7
Direto para um rio, lago ou mar	17	0,04
Outra forma	751	1,6
Sem Resposta	6.299	13,2
Total	47.564	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 apenas 0,12% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município aumentou, em termos reais, esse tipo de gasto em 53,7%.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Alenquer**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Almeirim



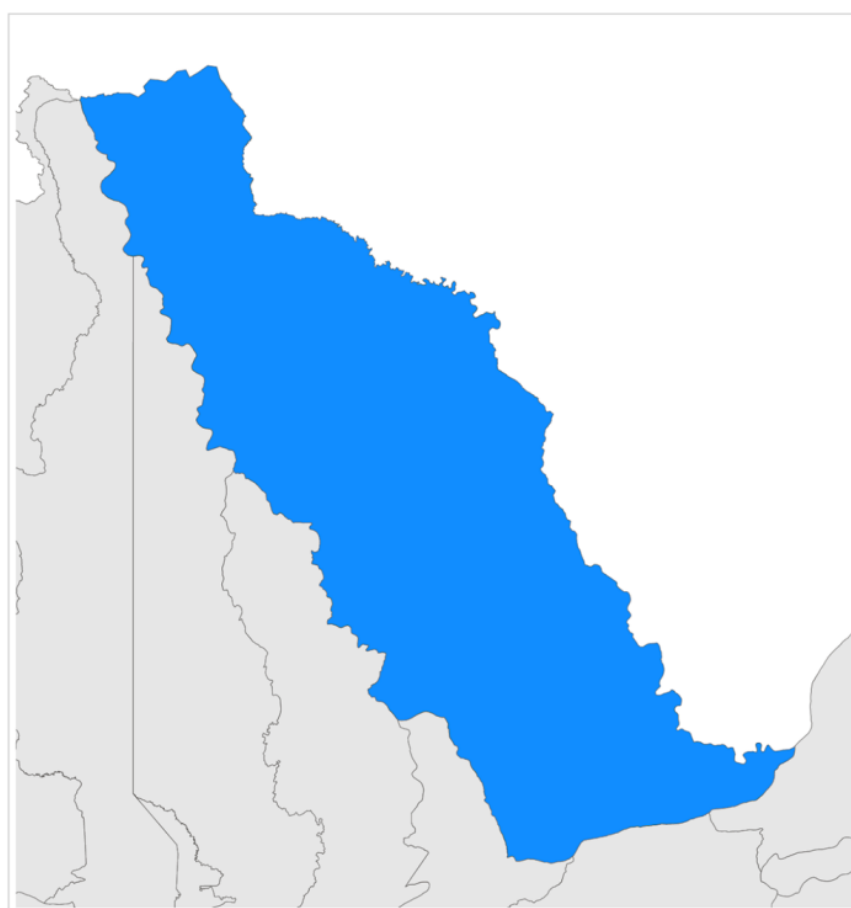
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Almeirim**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

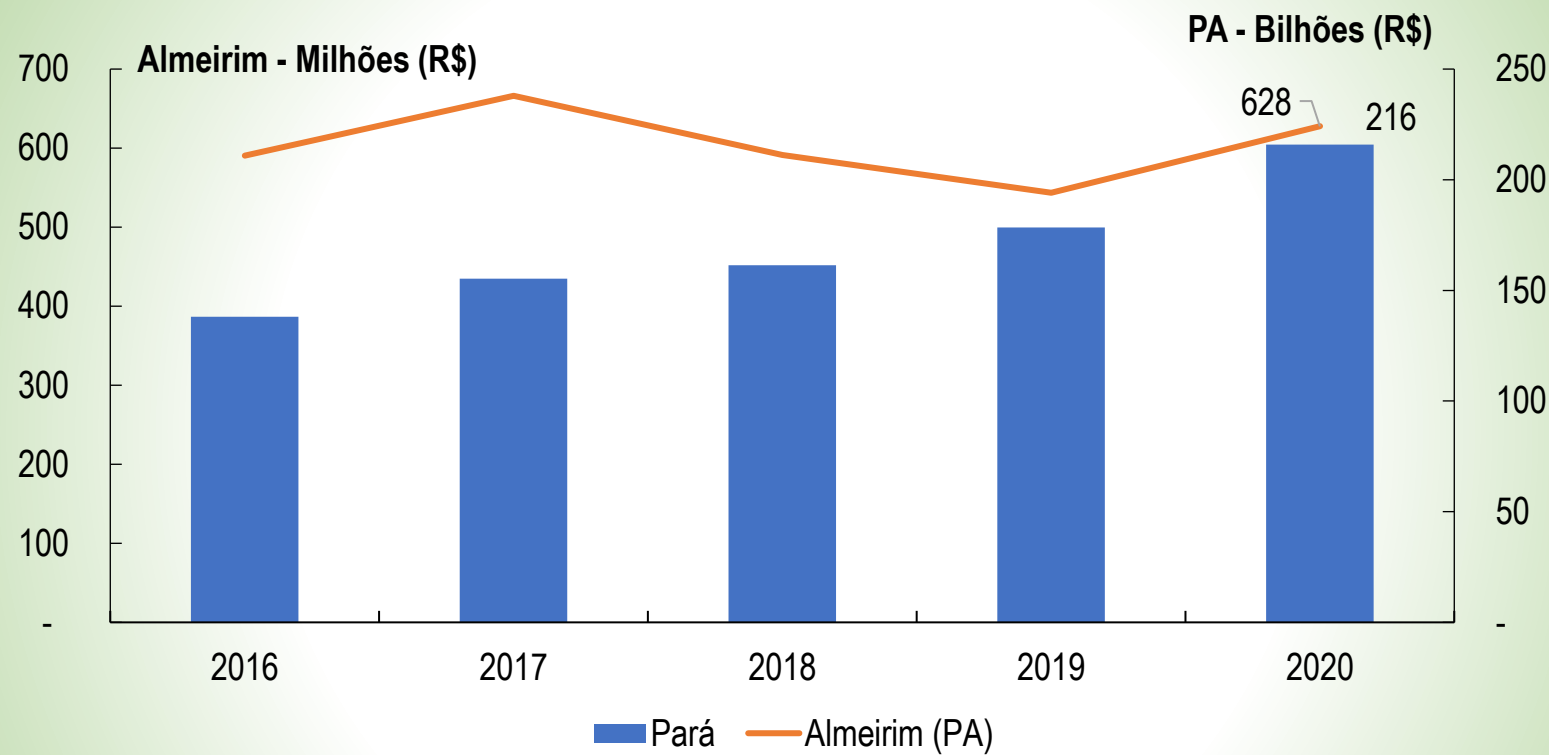
Espacialização do Território

ALMEIRIM - PA



Dimensão Econômica

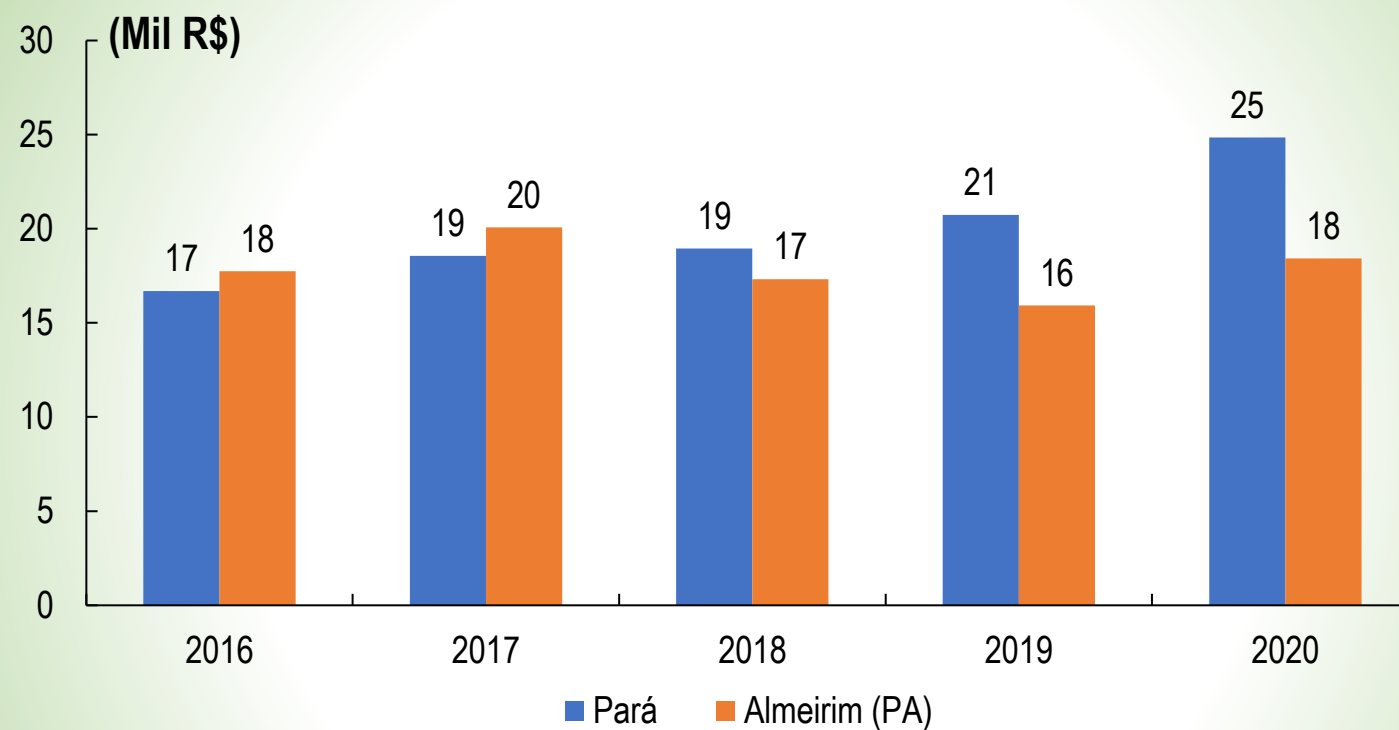
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 6,3%.

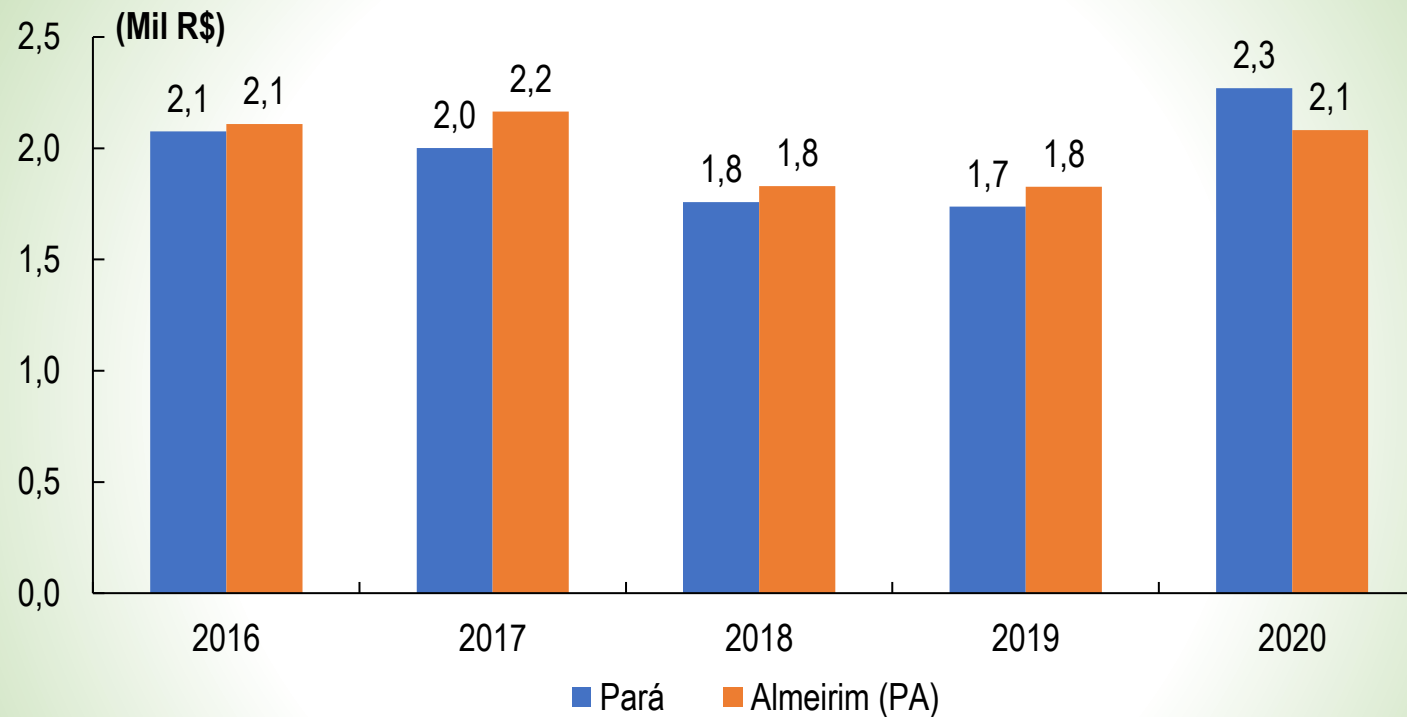
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município cresceu nominalmente cerca de 3,8%.

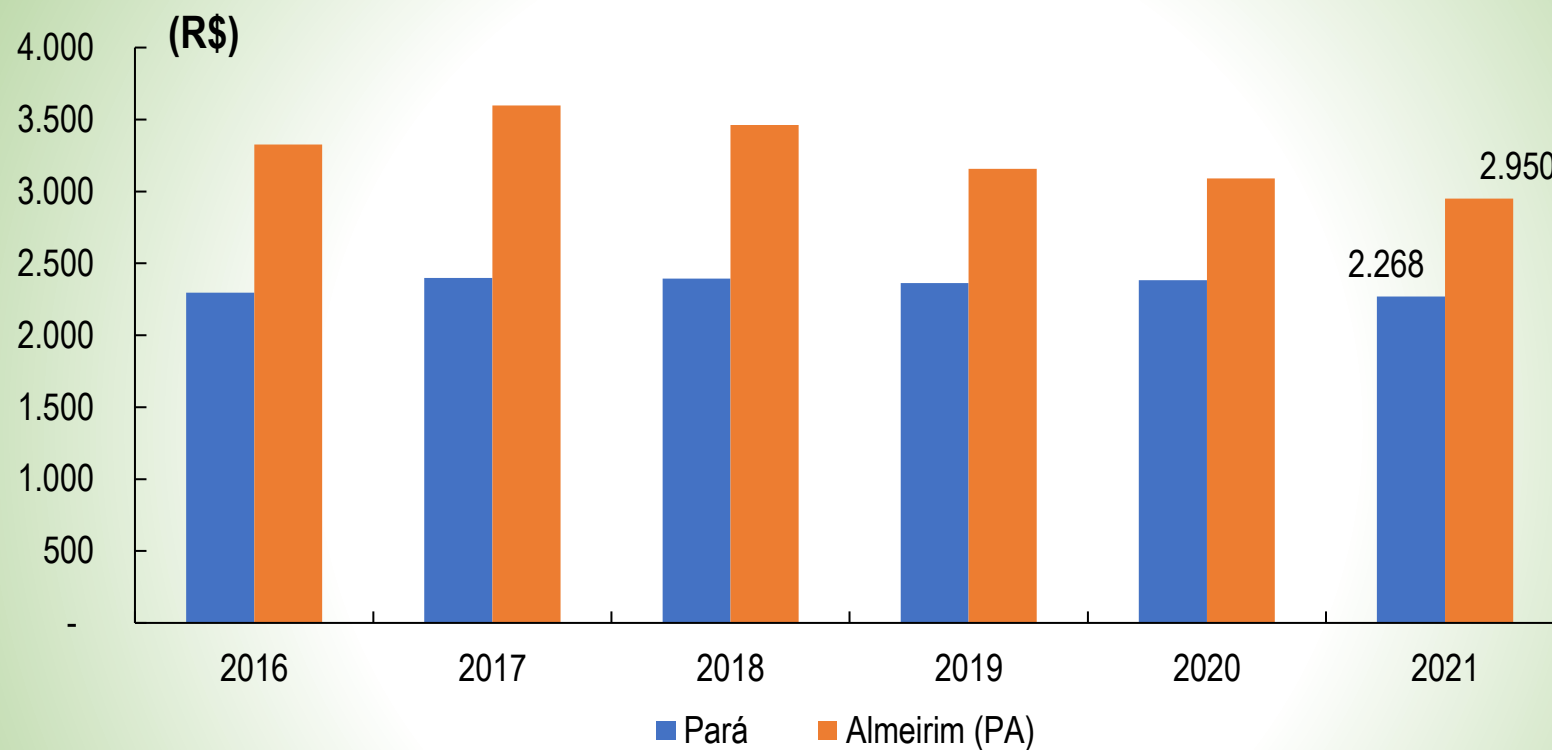
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município retraiu nominalmente cerca de -1,3%.

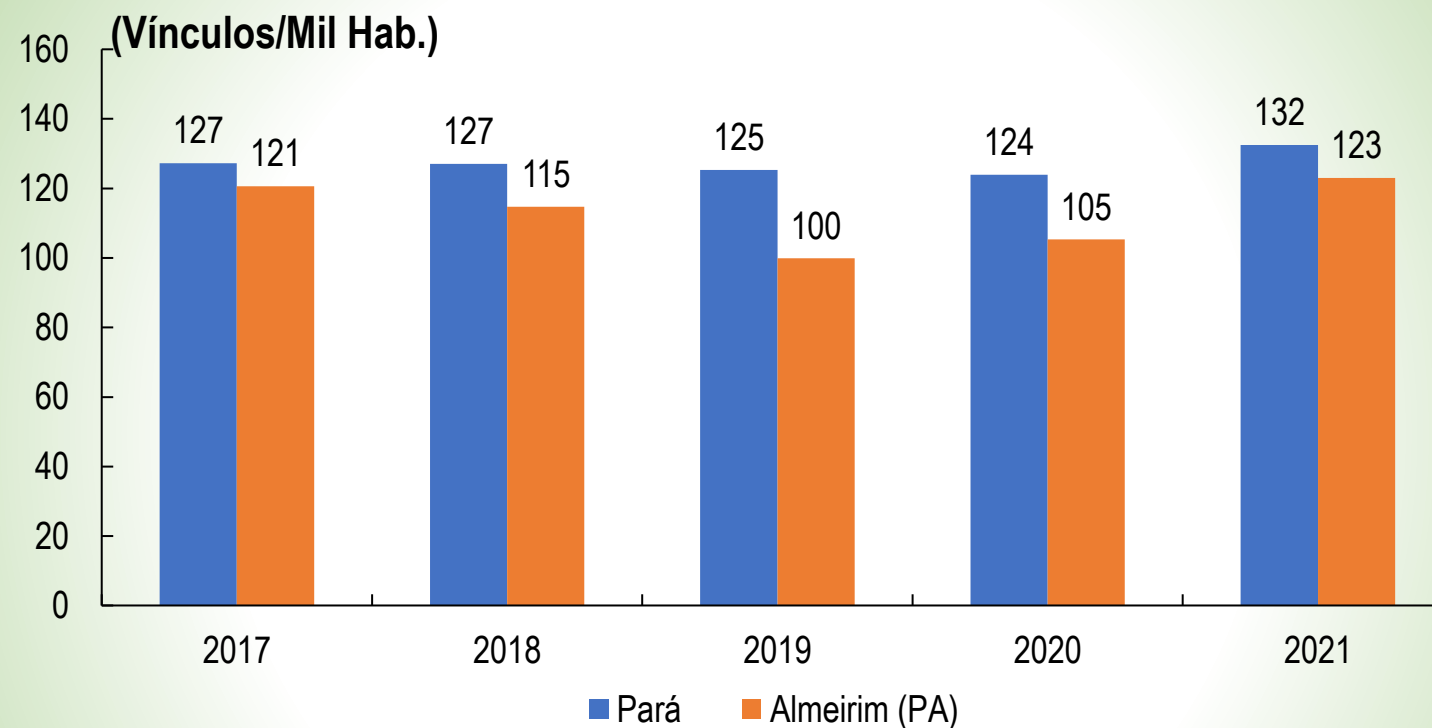
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município retraiu em termos reais cerca de -11,3%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

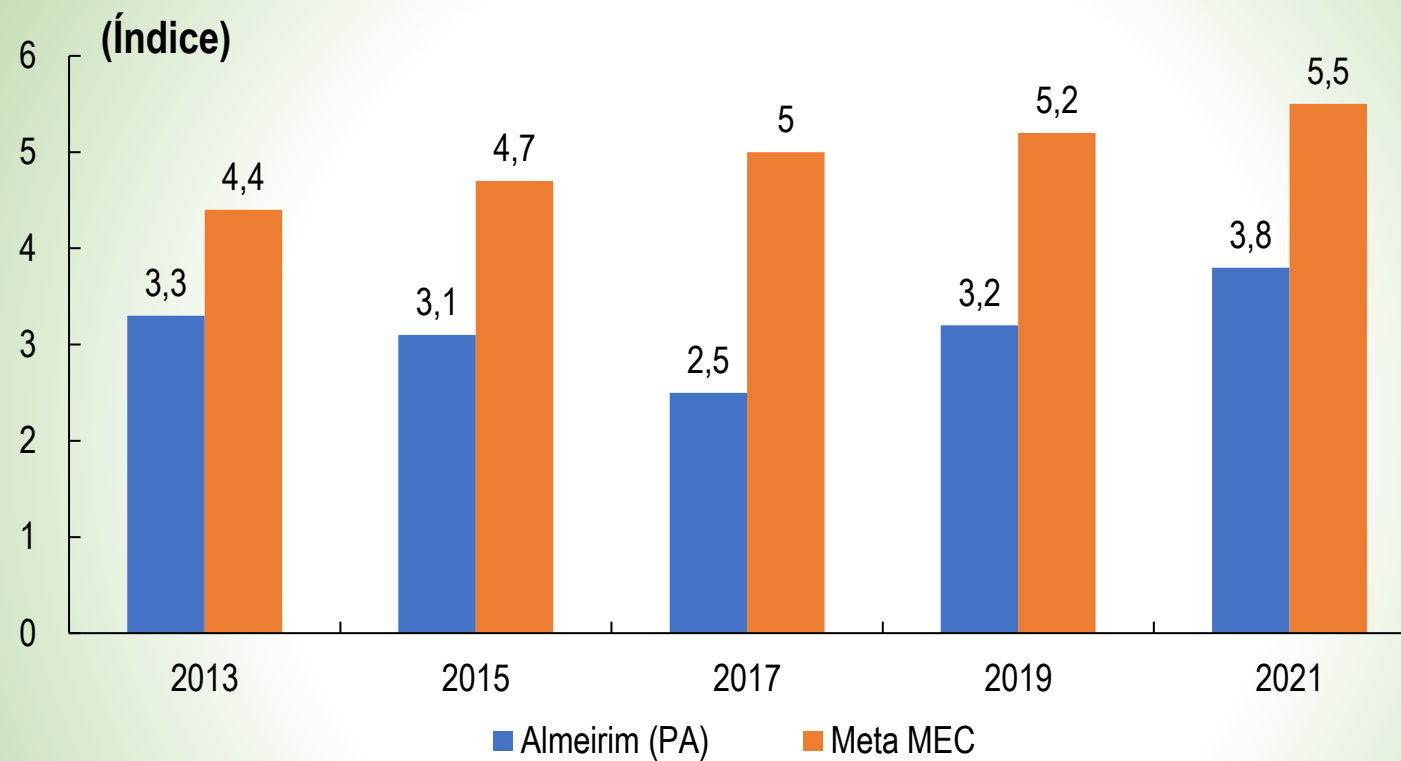


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município cresceu em 2%.

Dimensão Social

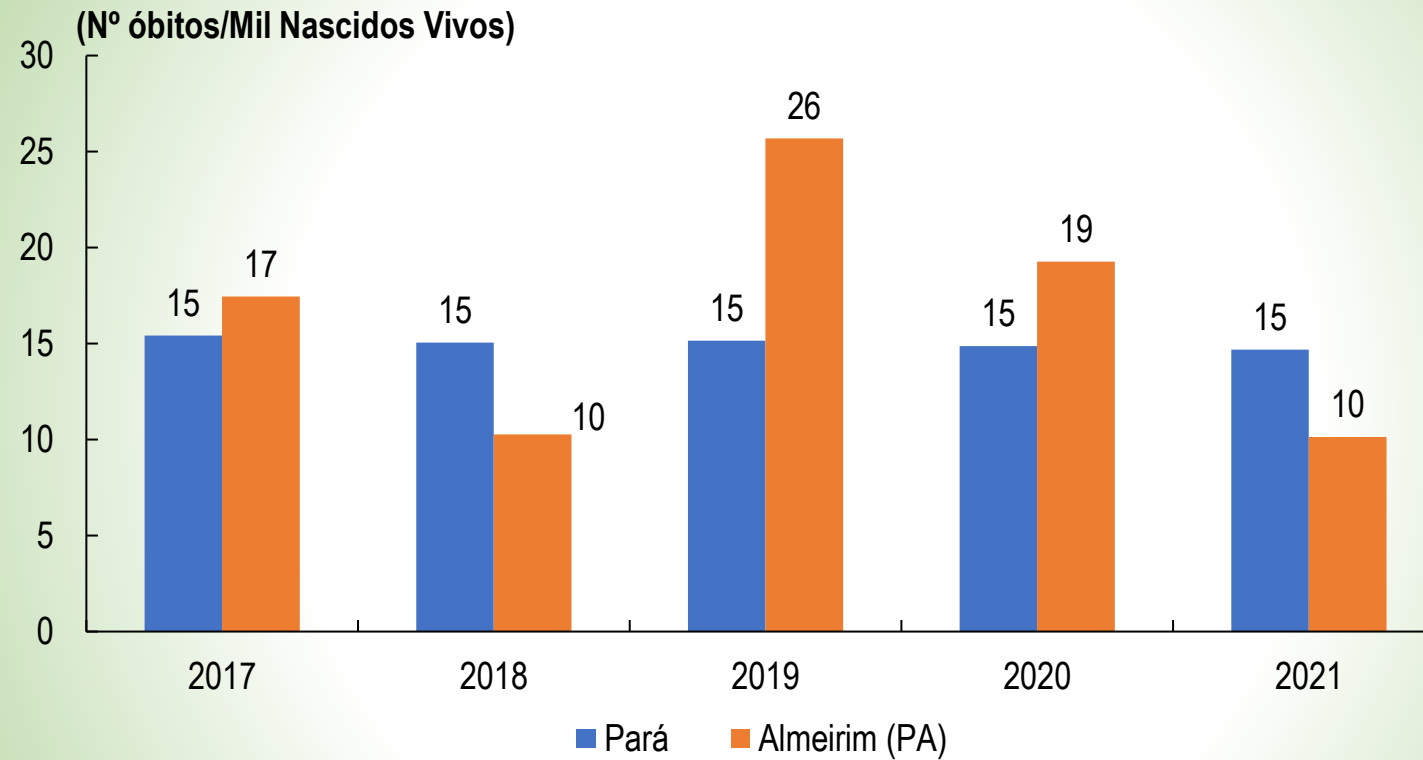
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

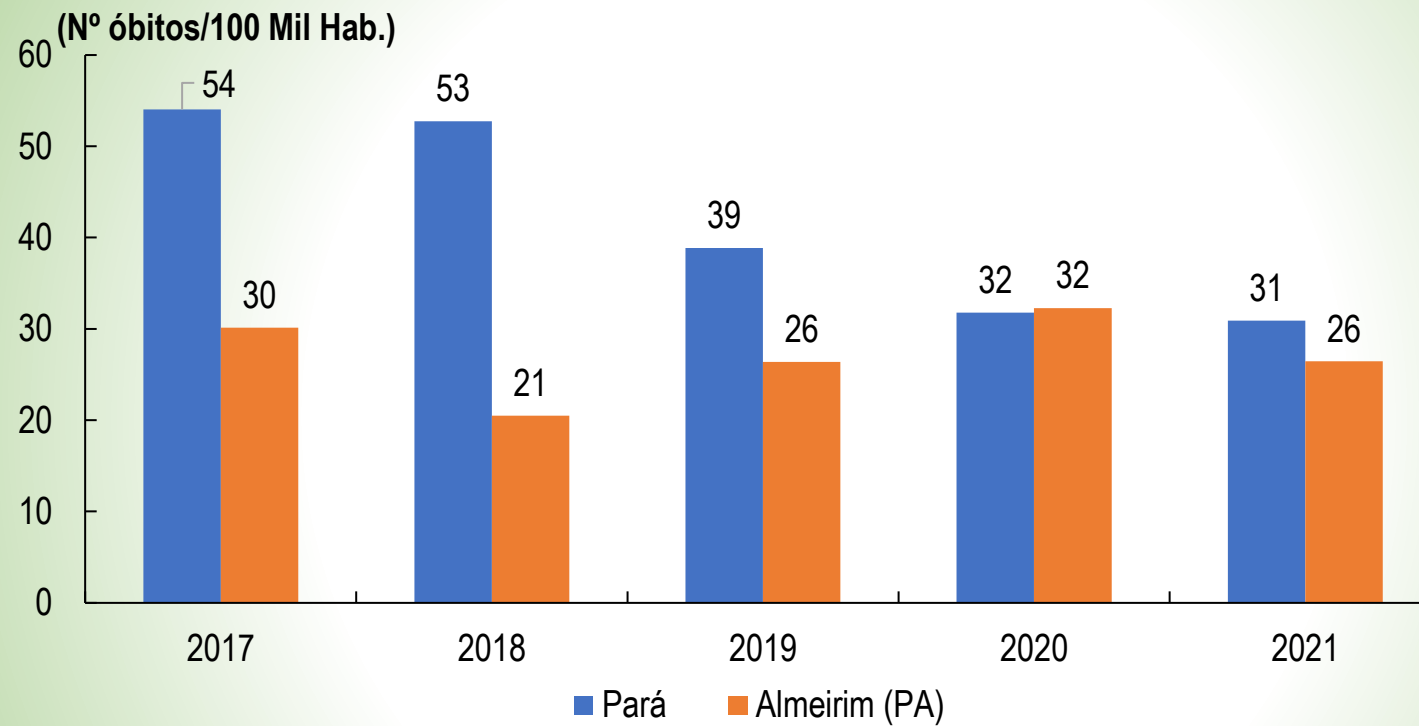
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de mortalidade infantil em -42%.

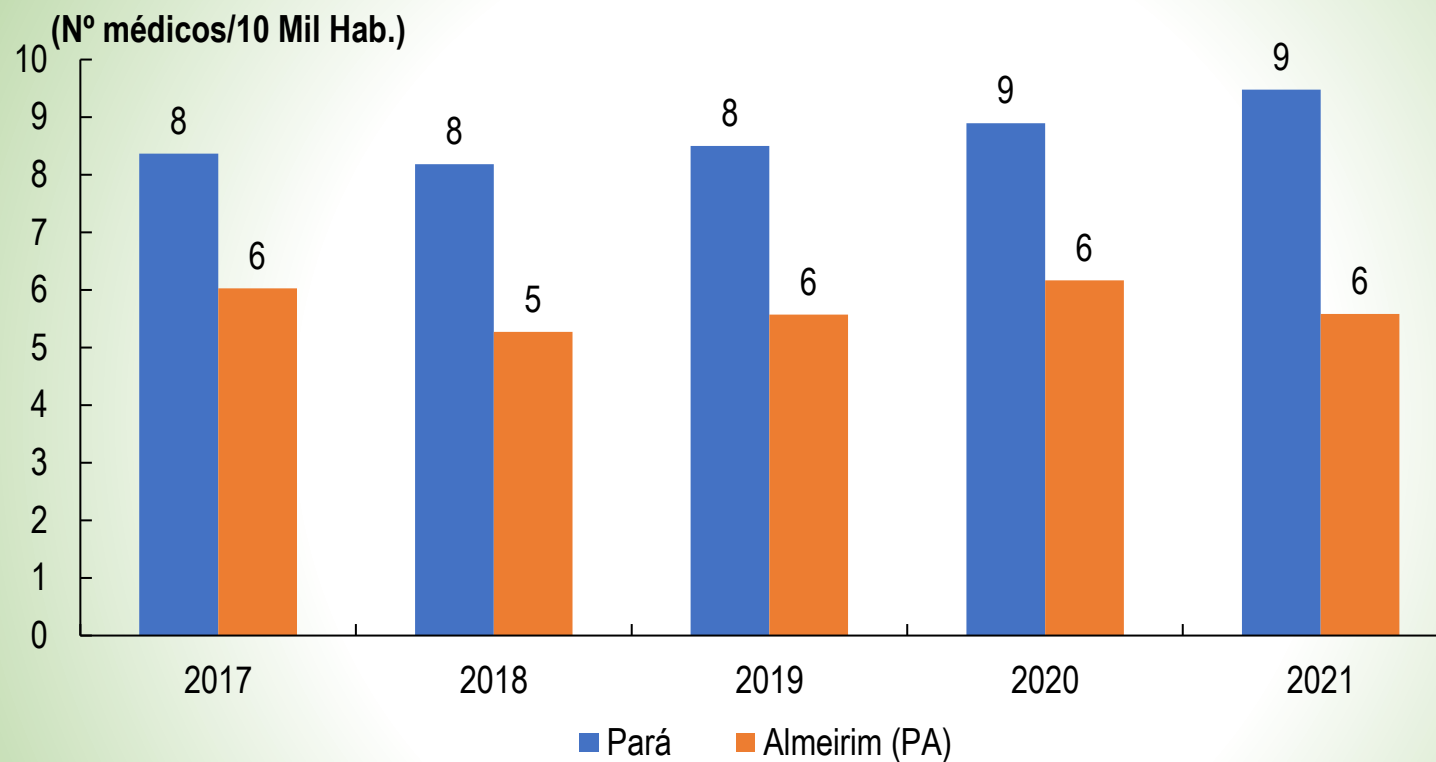
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -12,2%.

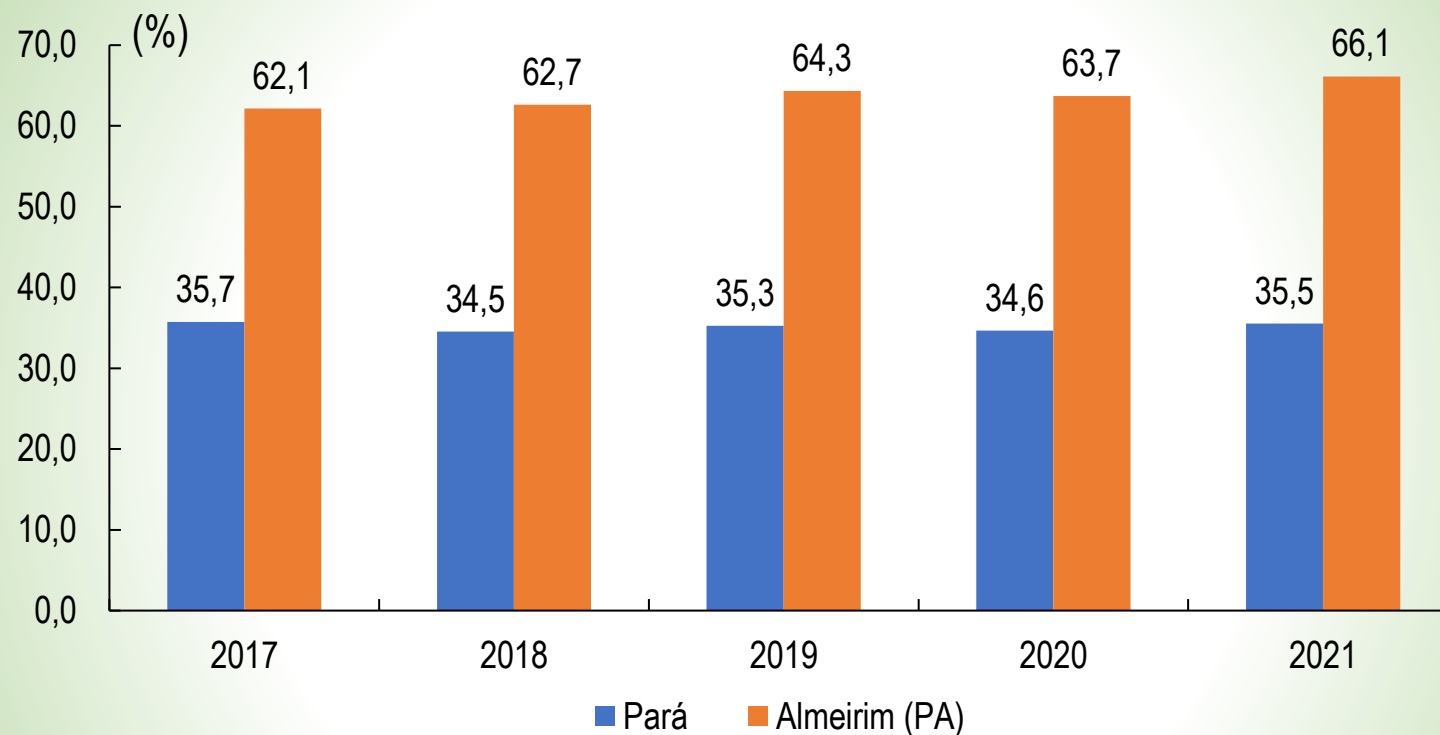
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município praticamente estagnou no número de médicos atuantes em seu sistema de saúde.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

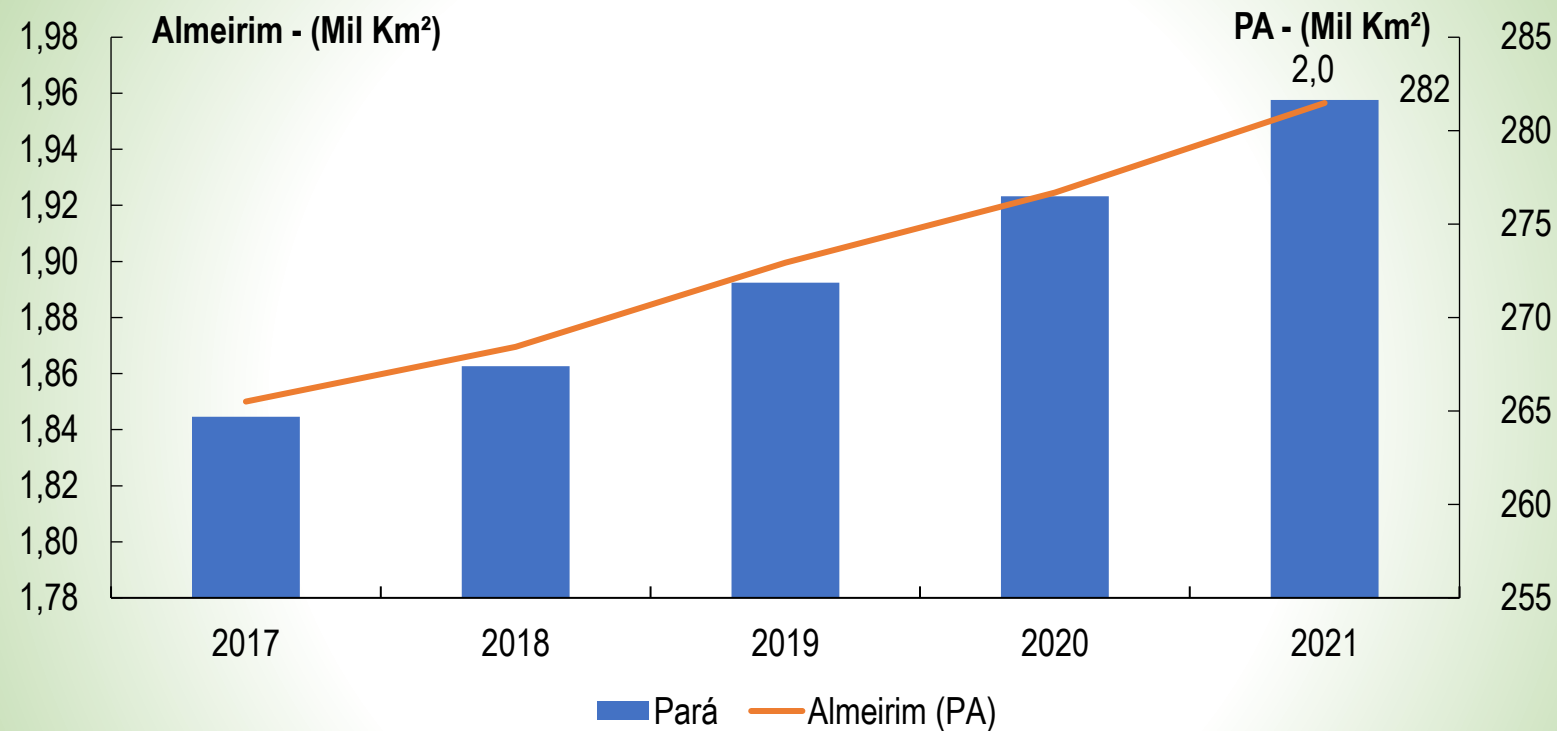


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza bem acima da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

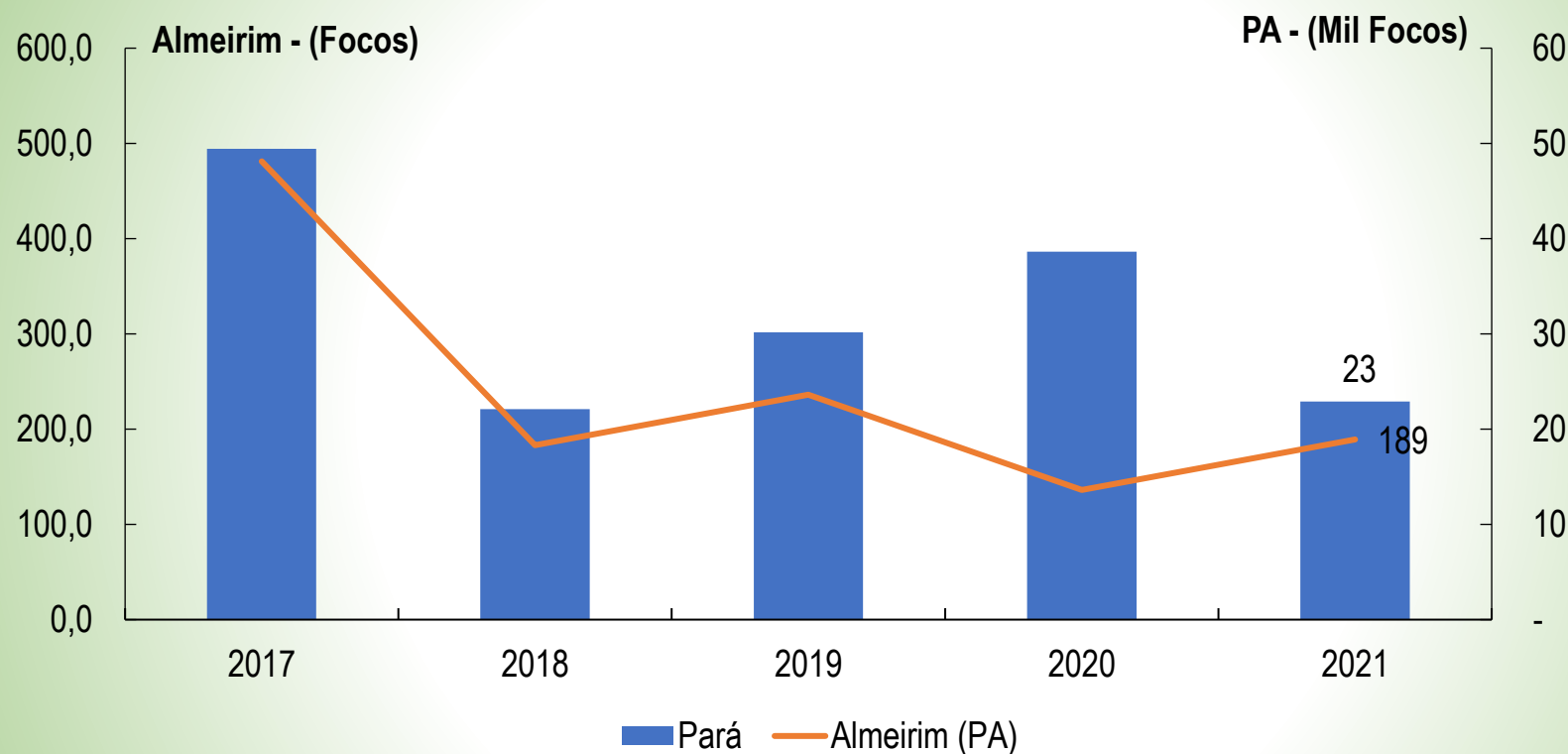
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 5,8%.

Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -60,7%.

Condições de coleta de lixo da população de baixa renda (2022)

Forma de Coleta de Lixo	População	Part.(%)
É coletado diretamente	10.442	39,4
É coletado indiretamente	5.060	19,1
É queimado ou enterrado na propriedade	10.089	38,0
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	111	0,4
É jogado em rio ou mar	23	0,1
Tem outro destino	62	0,2
Sem Resposta	746	2,8
Total	26.533	100

Fonte: CADUNICO.

Em 2022 cerca de 38% da população de baixa renda queima ou enterra na propriedade o lixo produzido, no município.

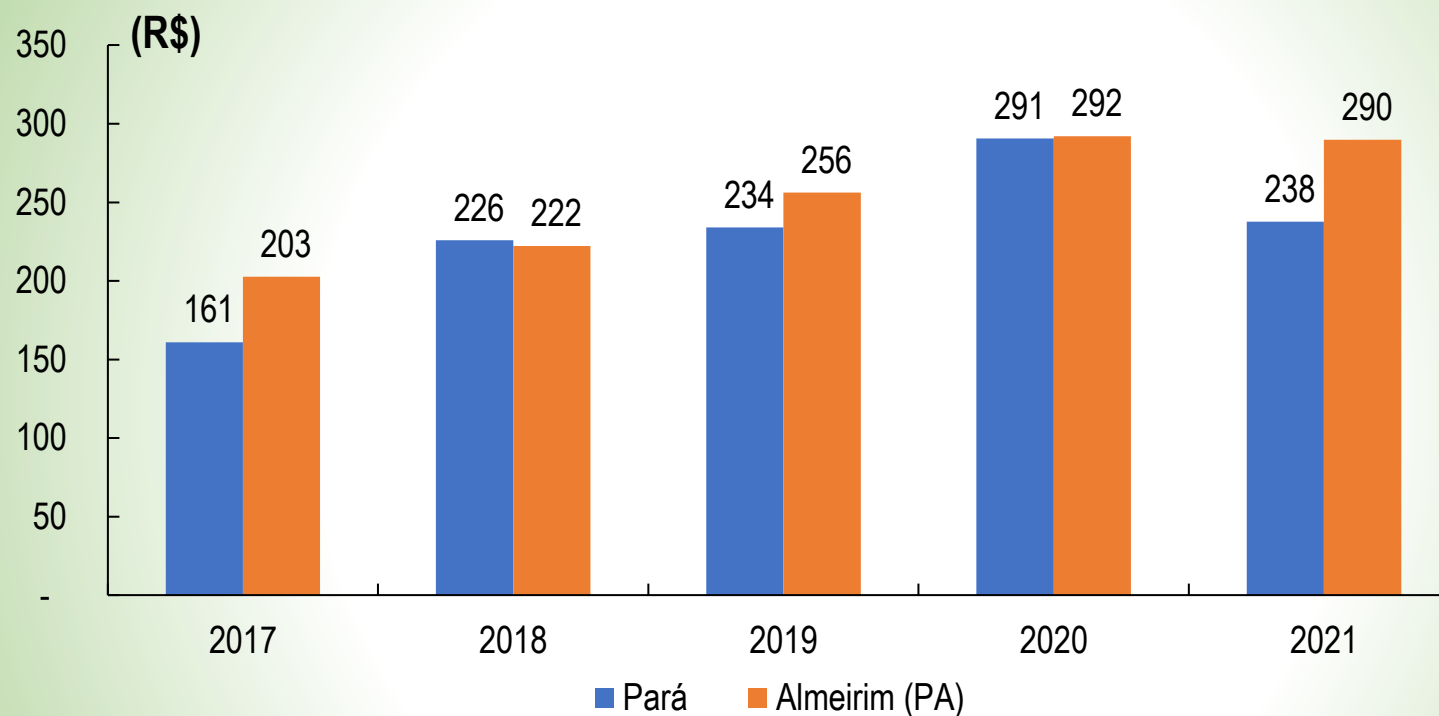
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	2.102	7,92
Fossa séptica	3.582	13,5
Fossa rudimentar	16.756	63,2
Vala a céu aberto	1.576	5,9
Direto para um rio, lago ou mar	313	1,18
Outra forma	416	1,6
Sem Resposta	1.788	6,7
Total	26.533	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 apenas 7,9% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município aumentou, em termos reais, esse tipo de gasto em 43%.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Almeirim**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Altamira



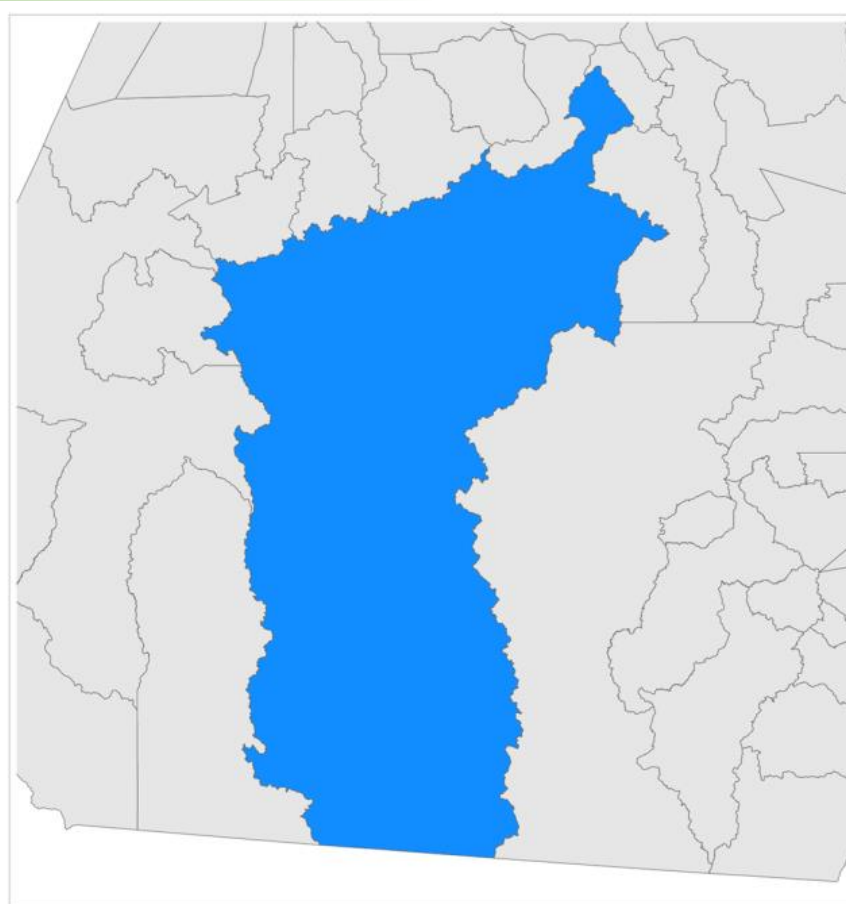
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Altamira**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

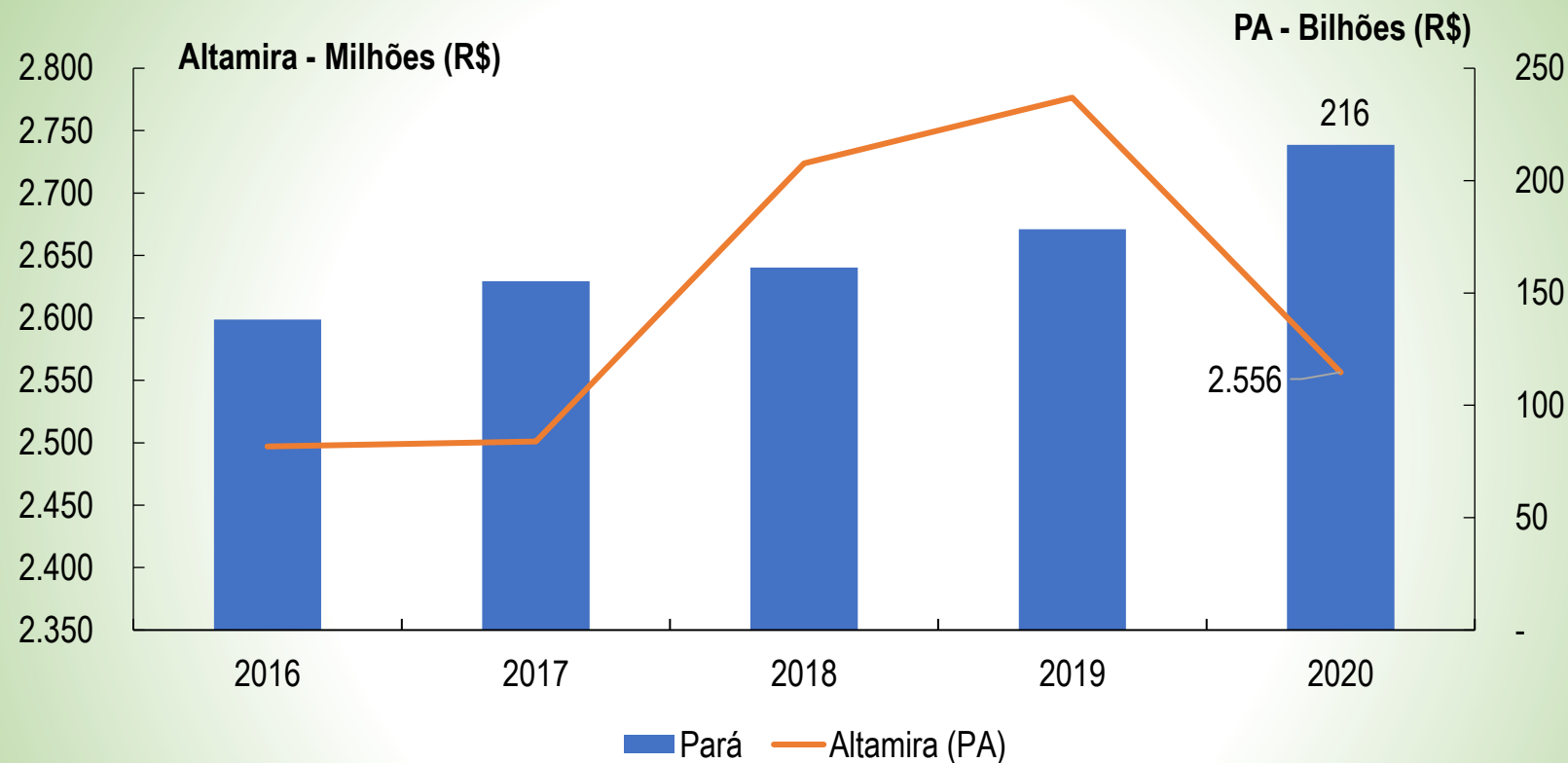
Espacialização do Território

ALTAMIRA - PA



Dimensão Econômica

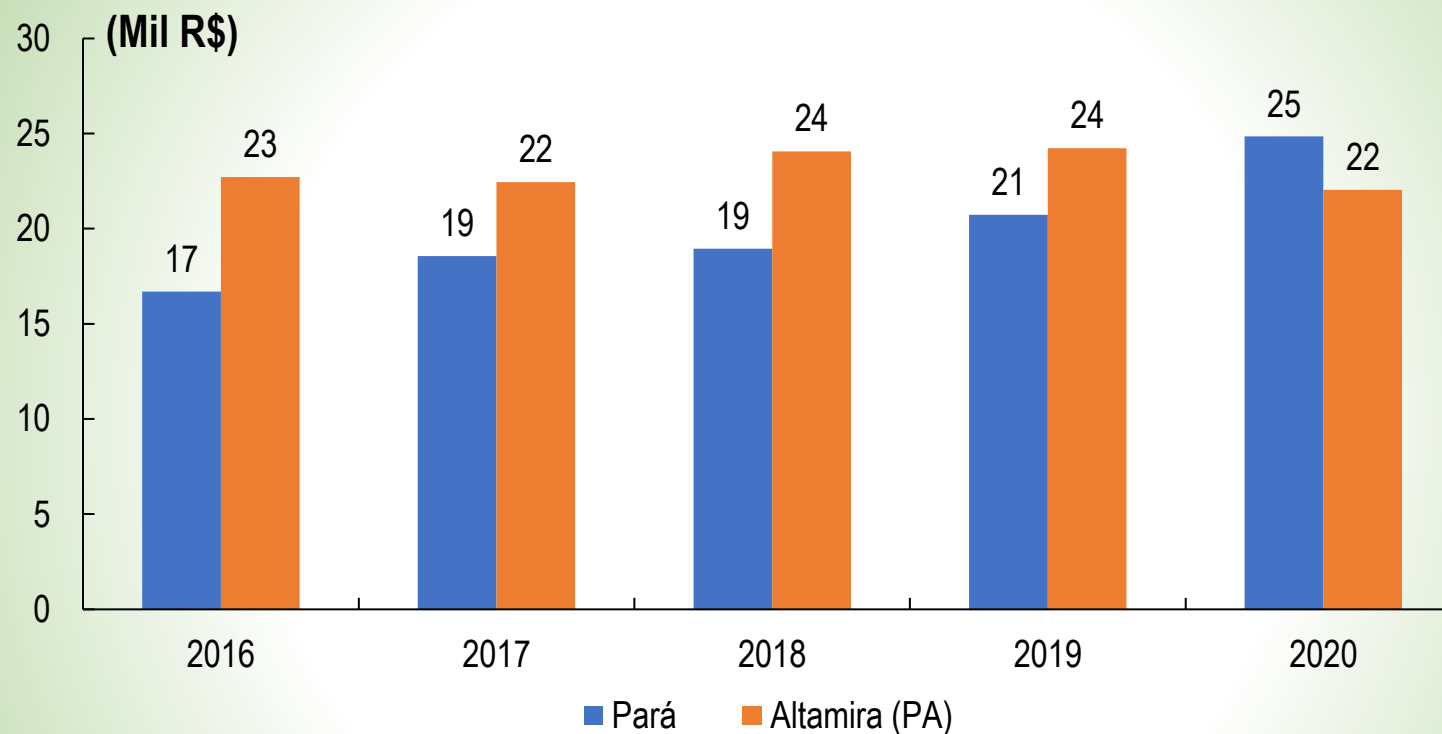
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 2,4%.

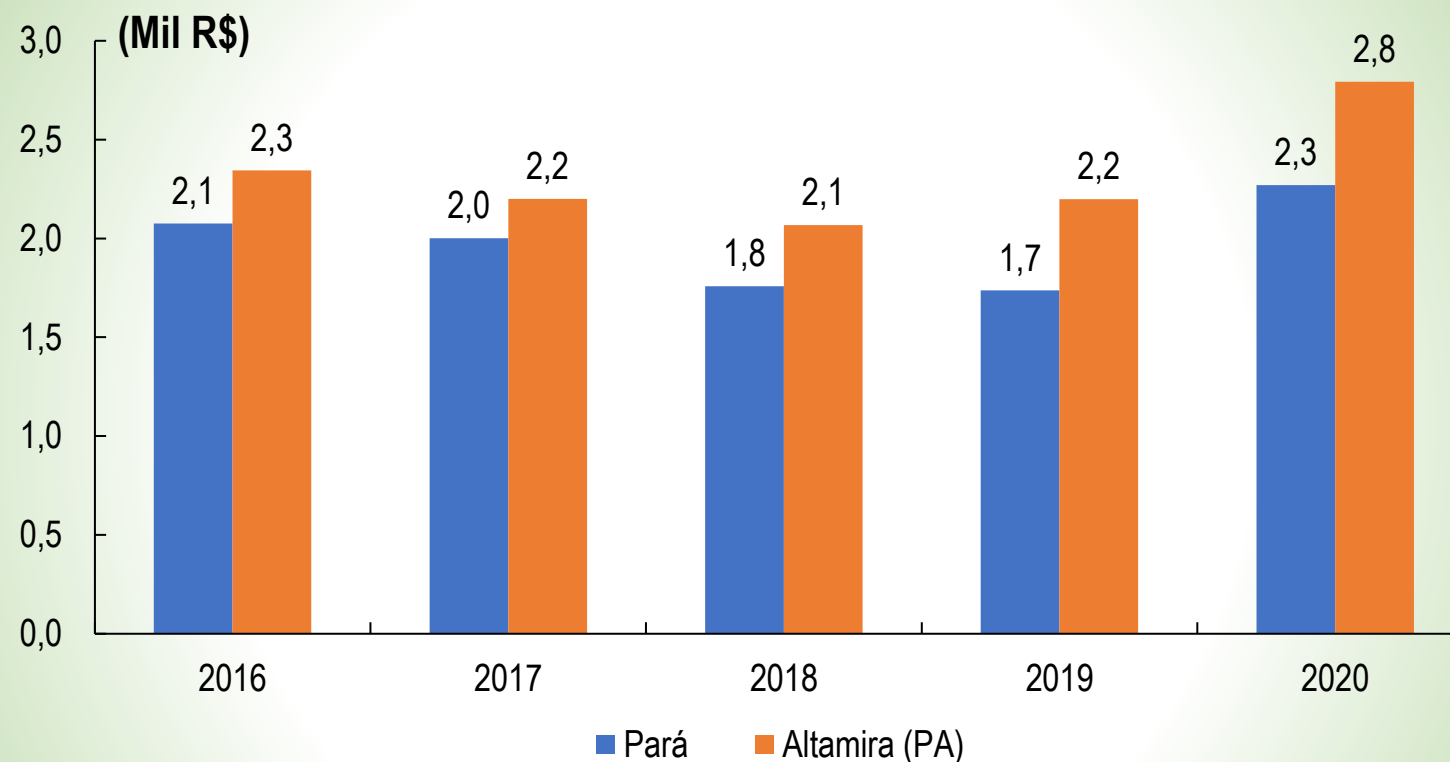
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município reduziu nominalmente cerca de -2,9%.

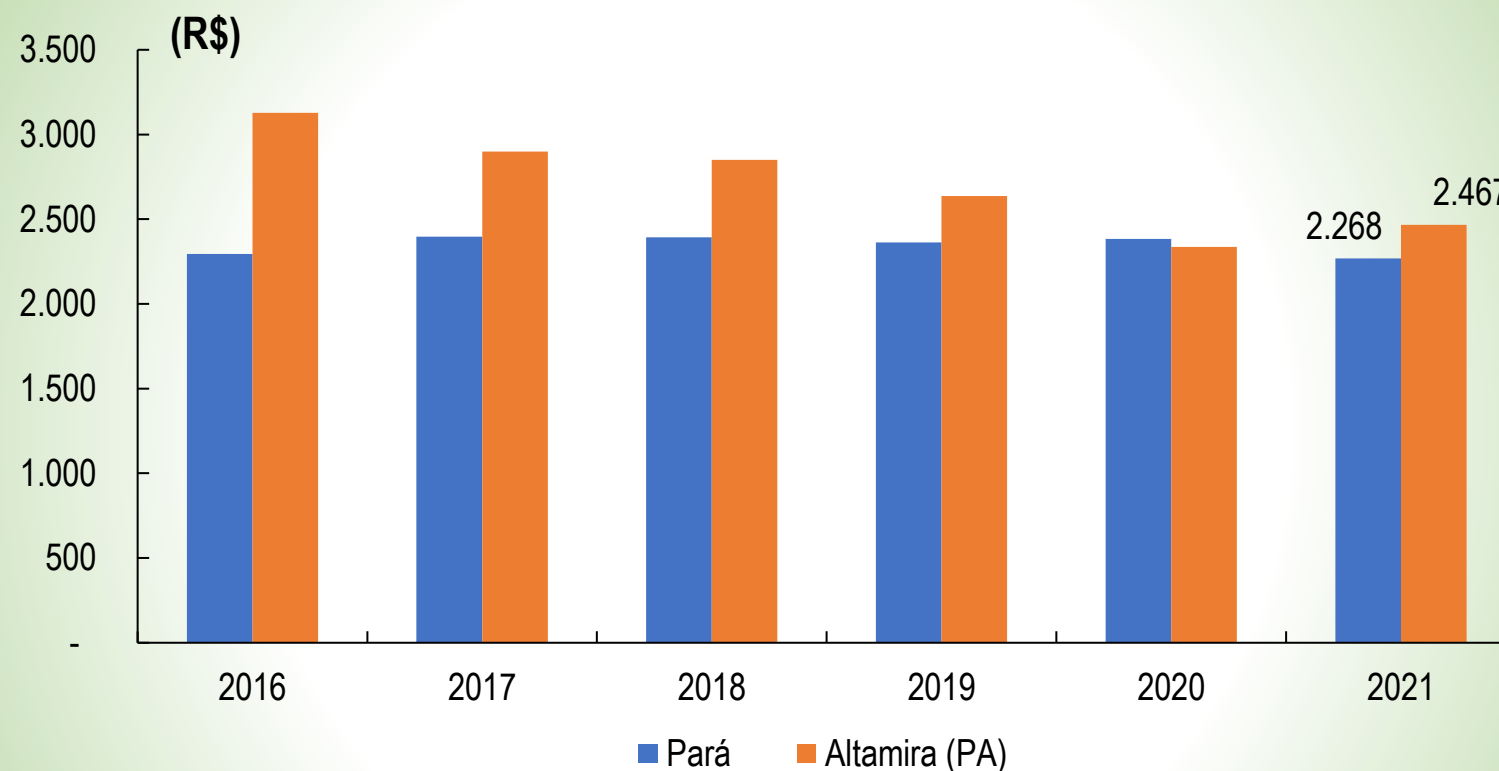
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 19,1%.

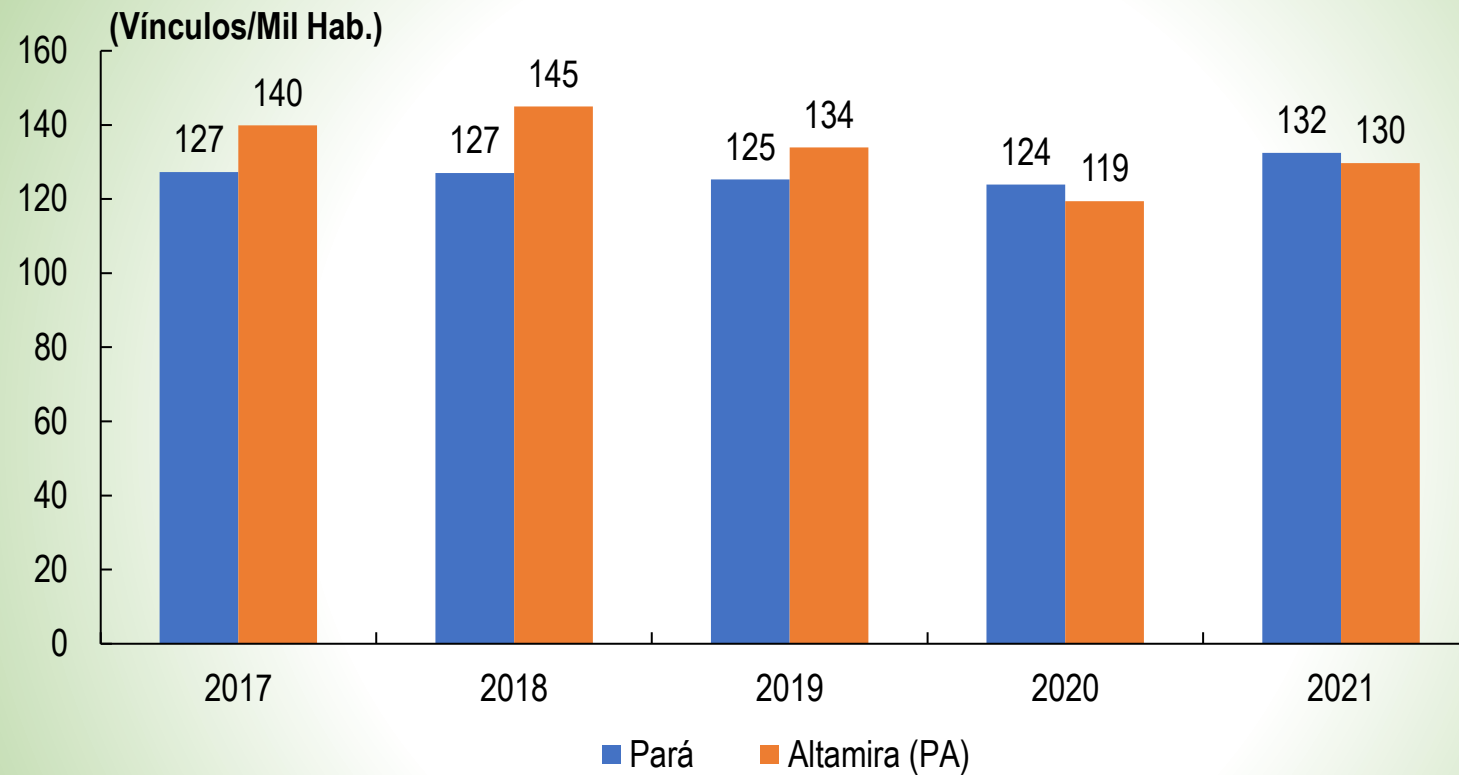
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município retraiu em termos reais cerca de -21,1%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

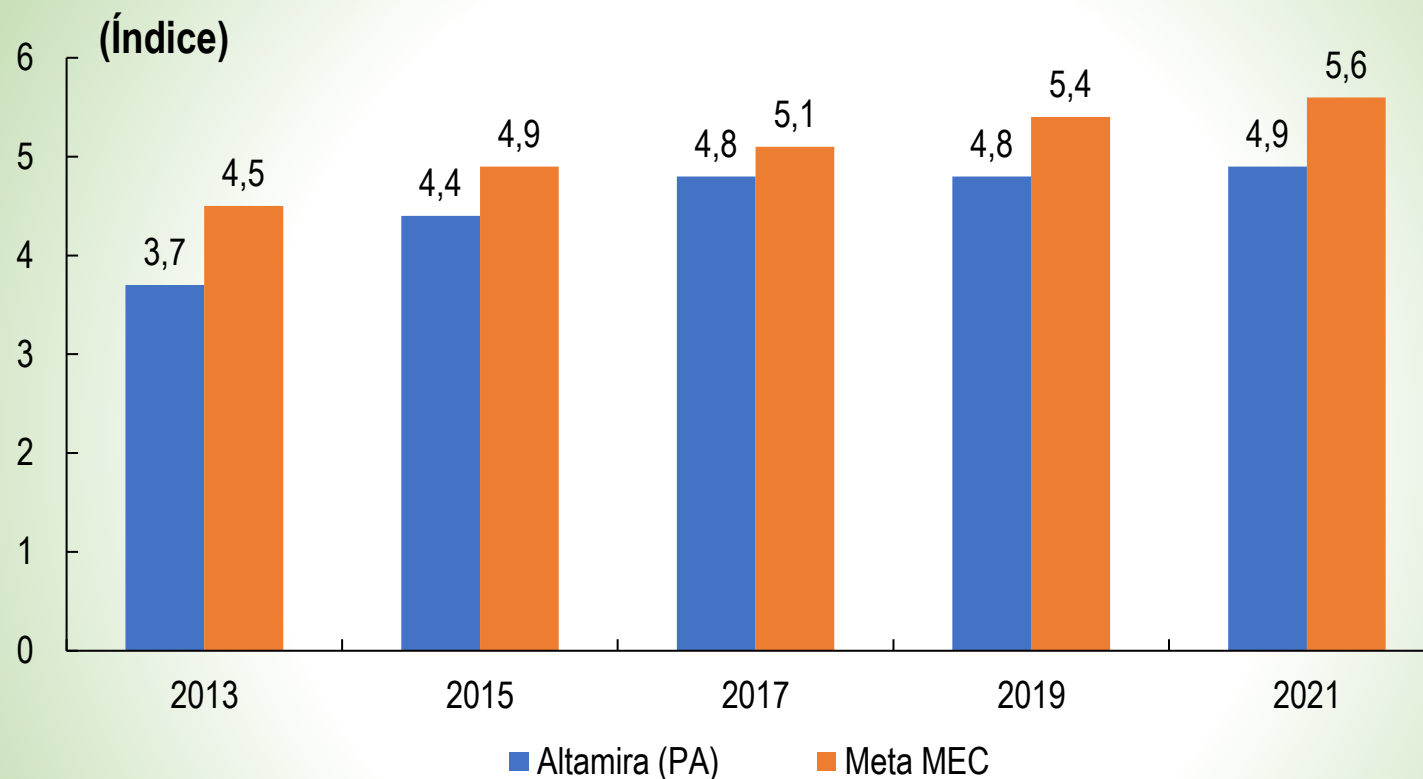


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município retraiu em -7,3%.

Dimensão Social

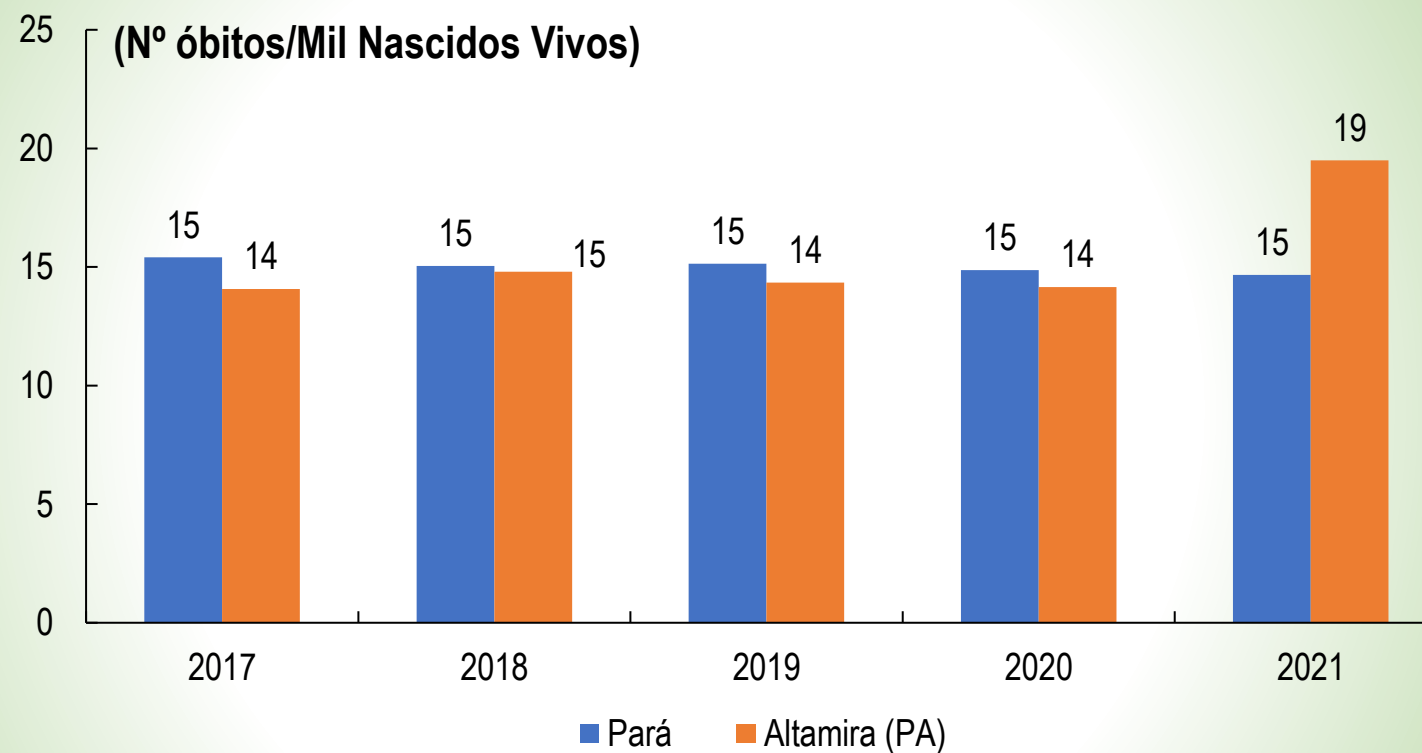
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

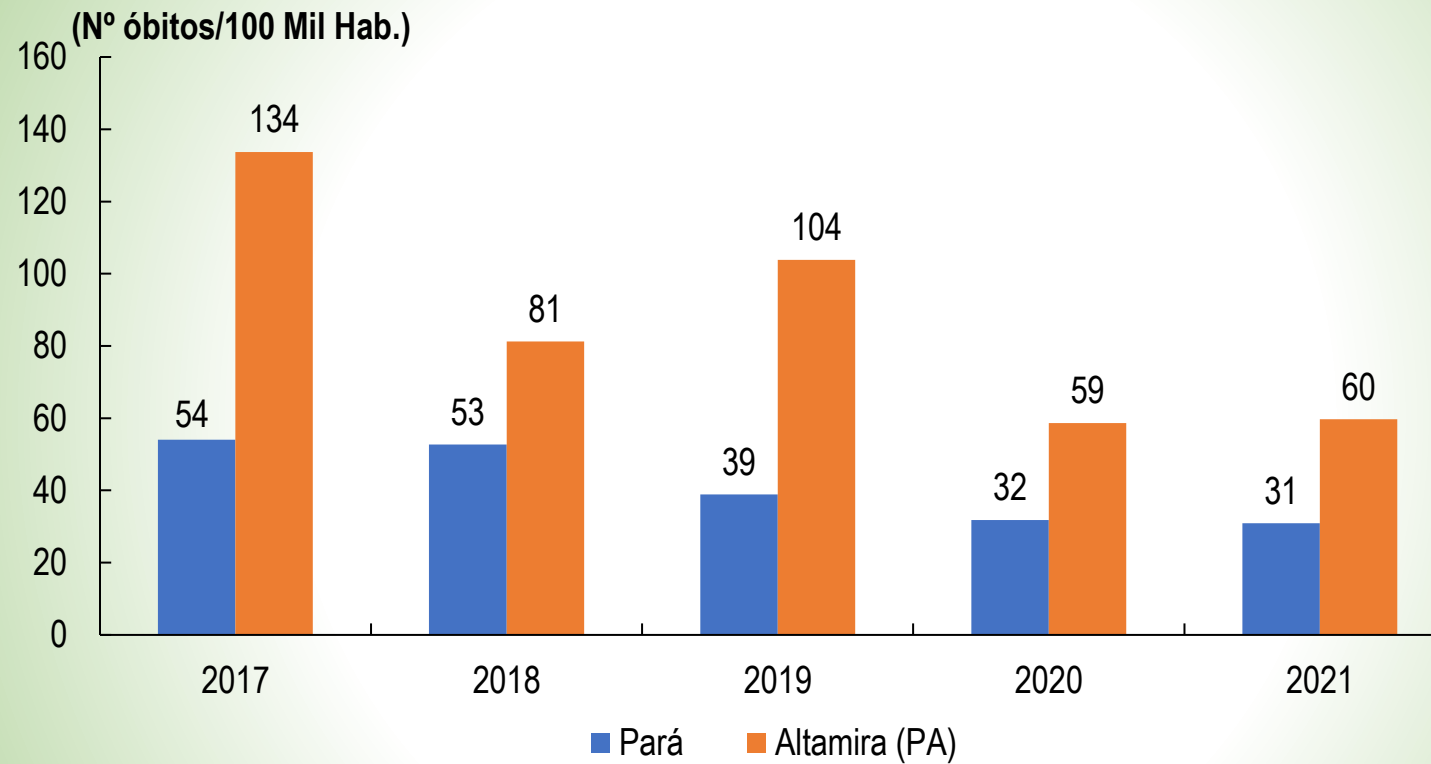
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua taxa de mortalidade infantil em 38,5%.

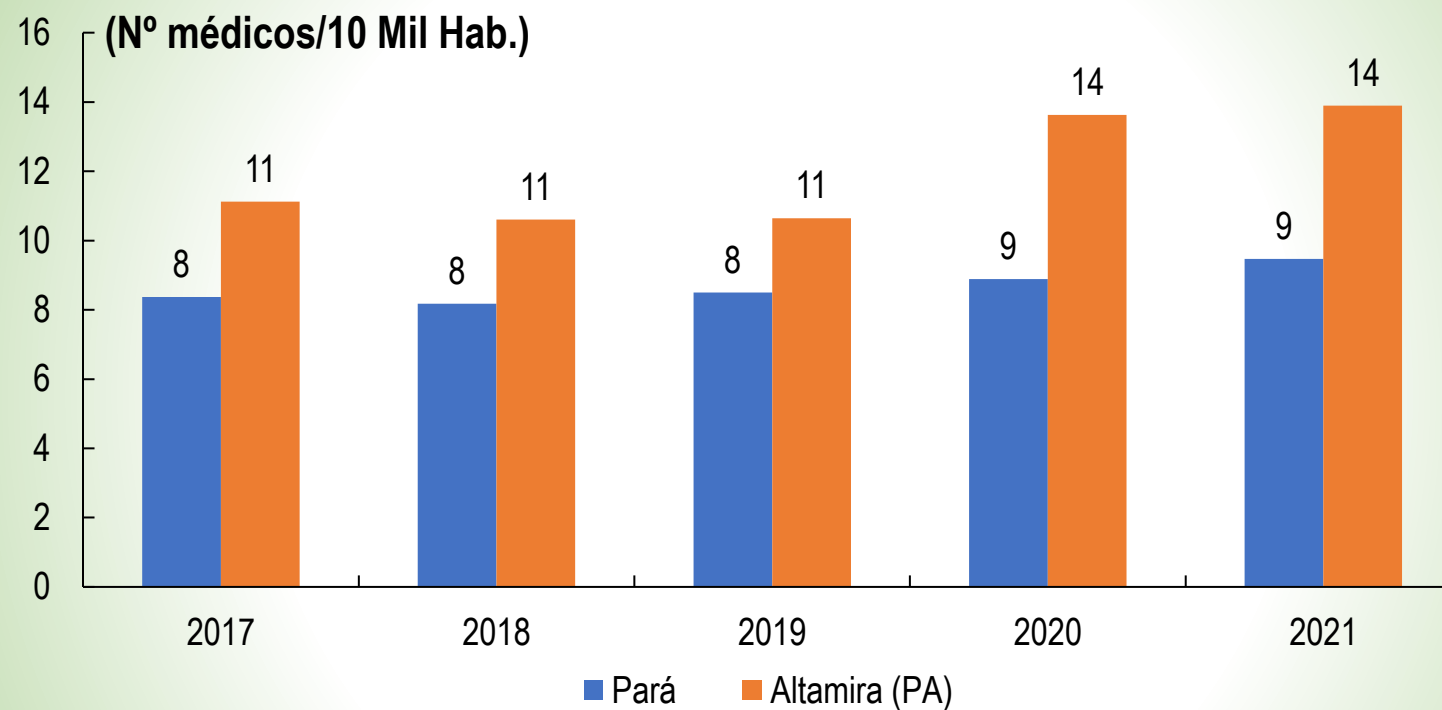
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -55,4%.

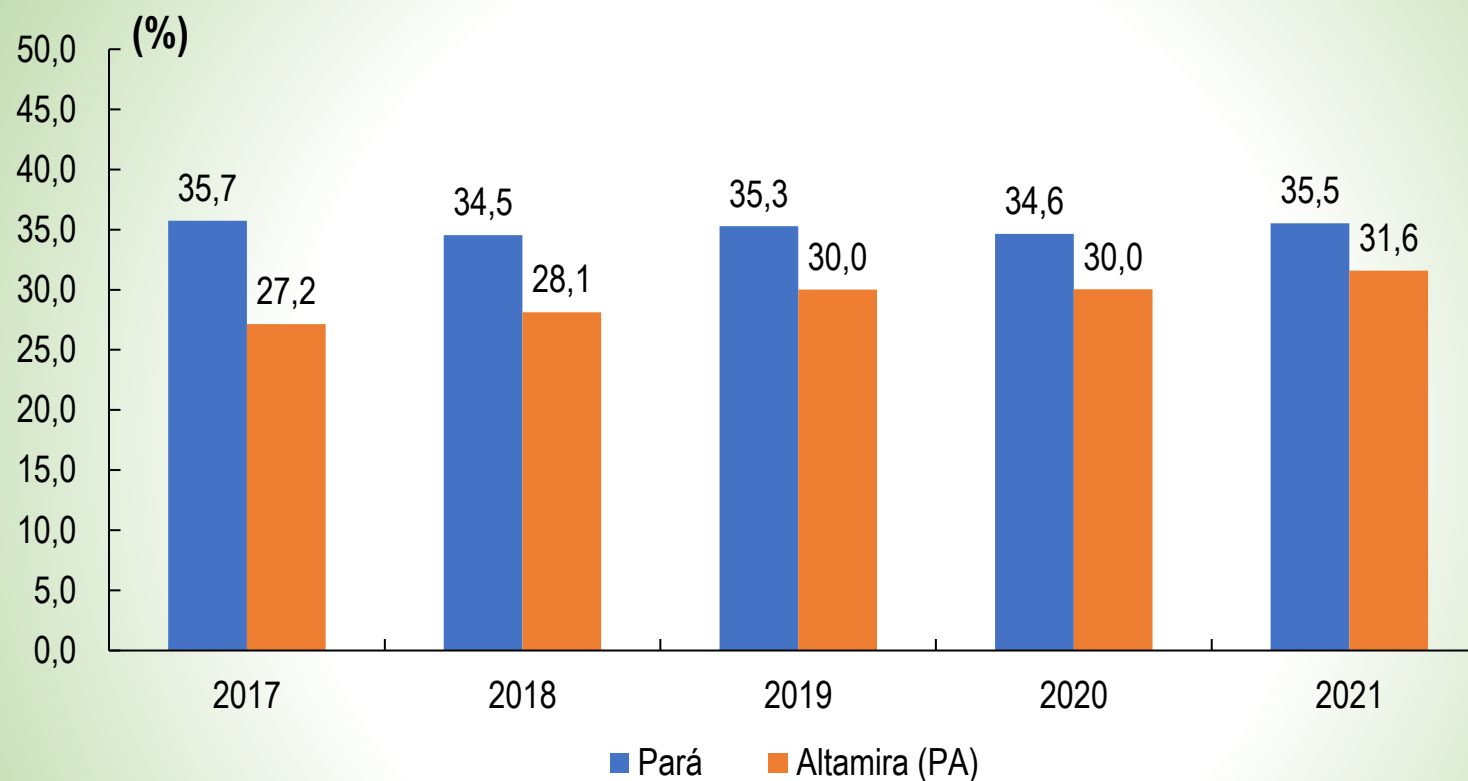
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em 25%.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

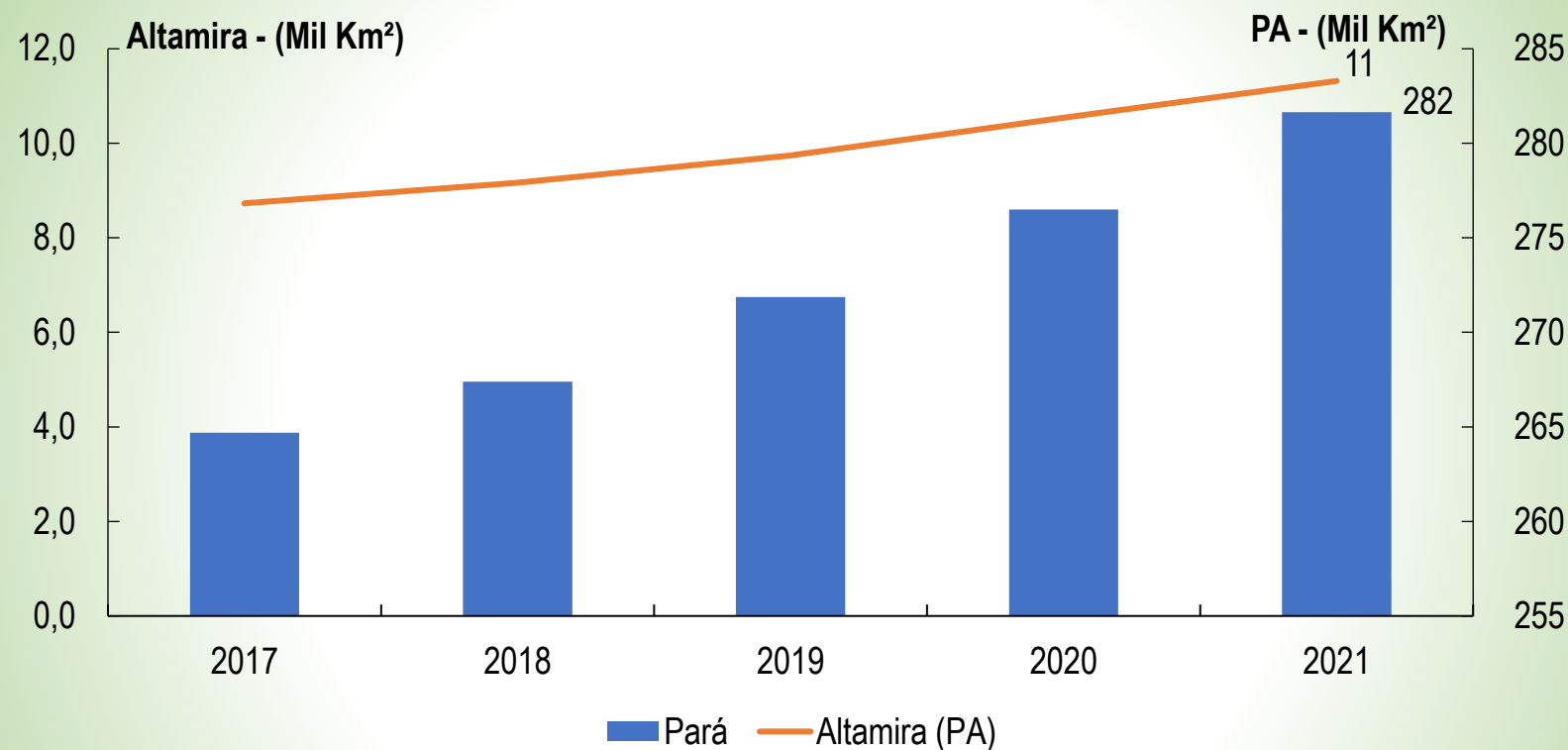


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza abaixo da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

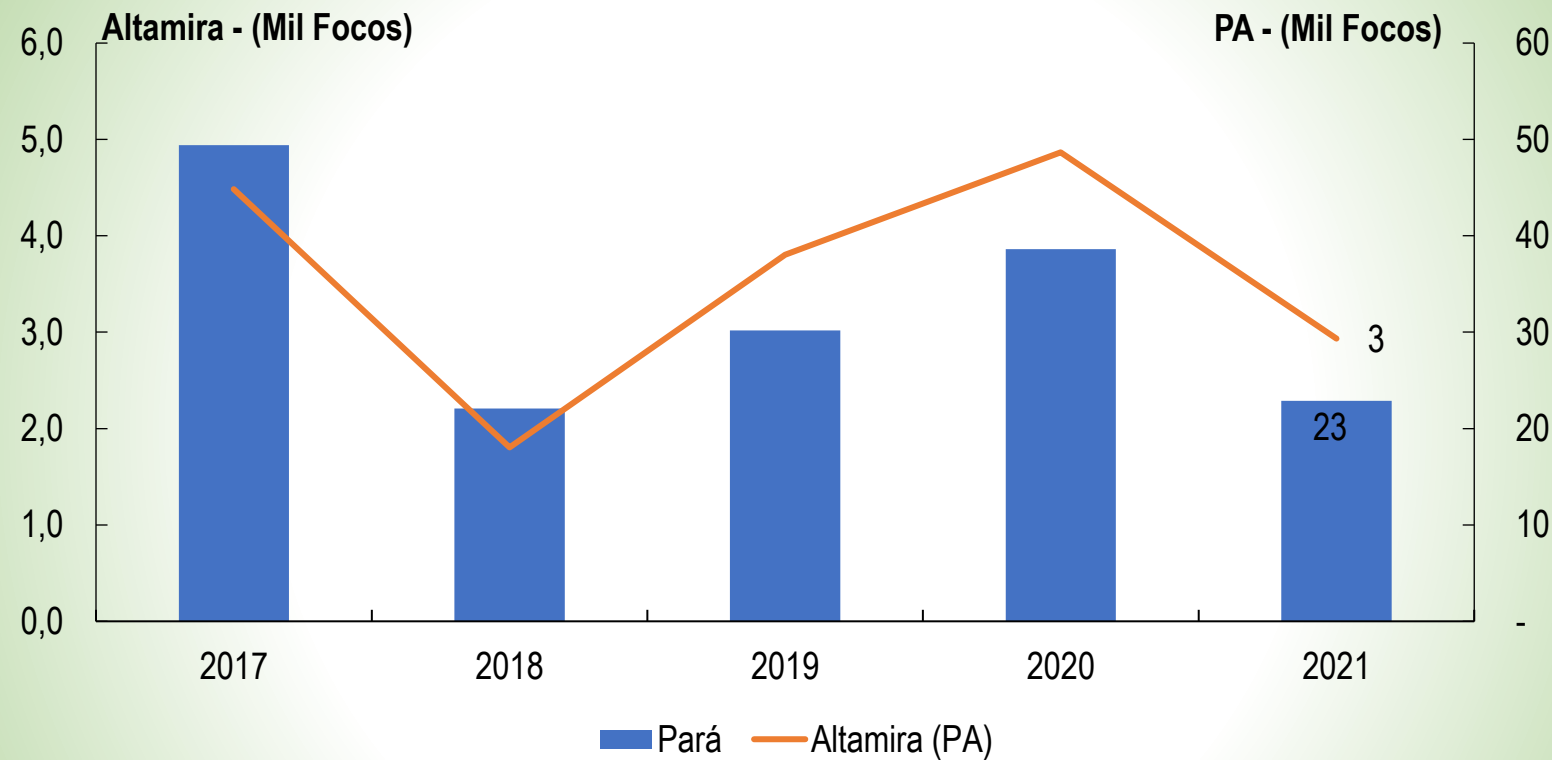
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 29,6%.

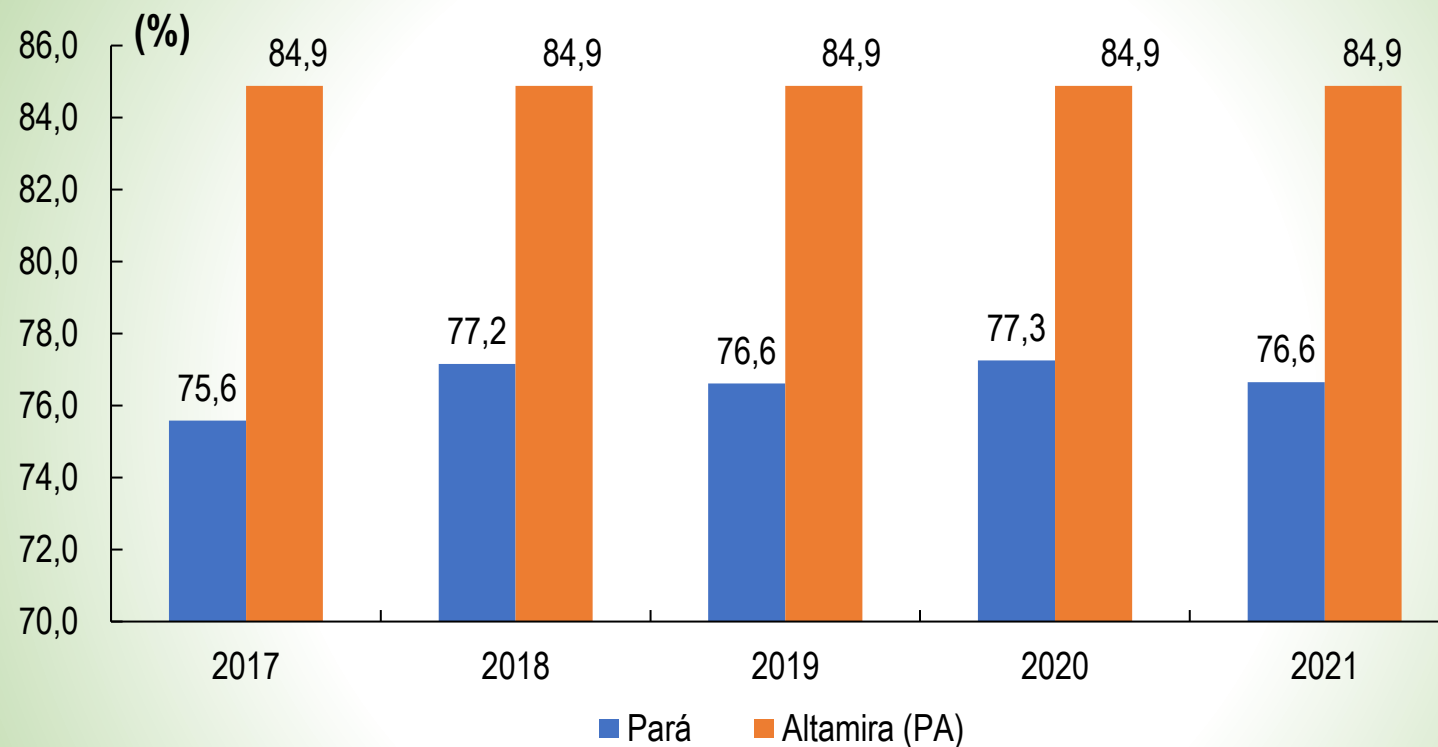
Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -34,5%.

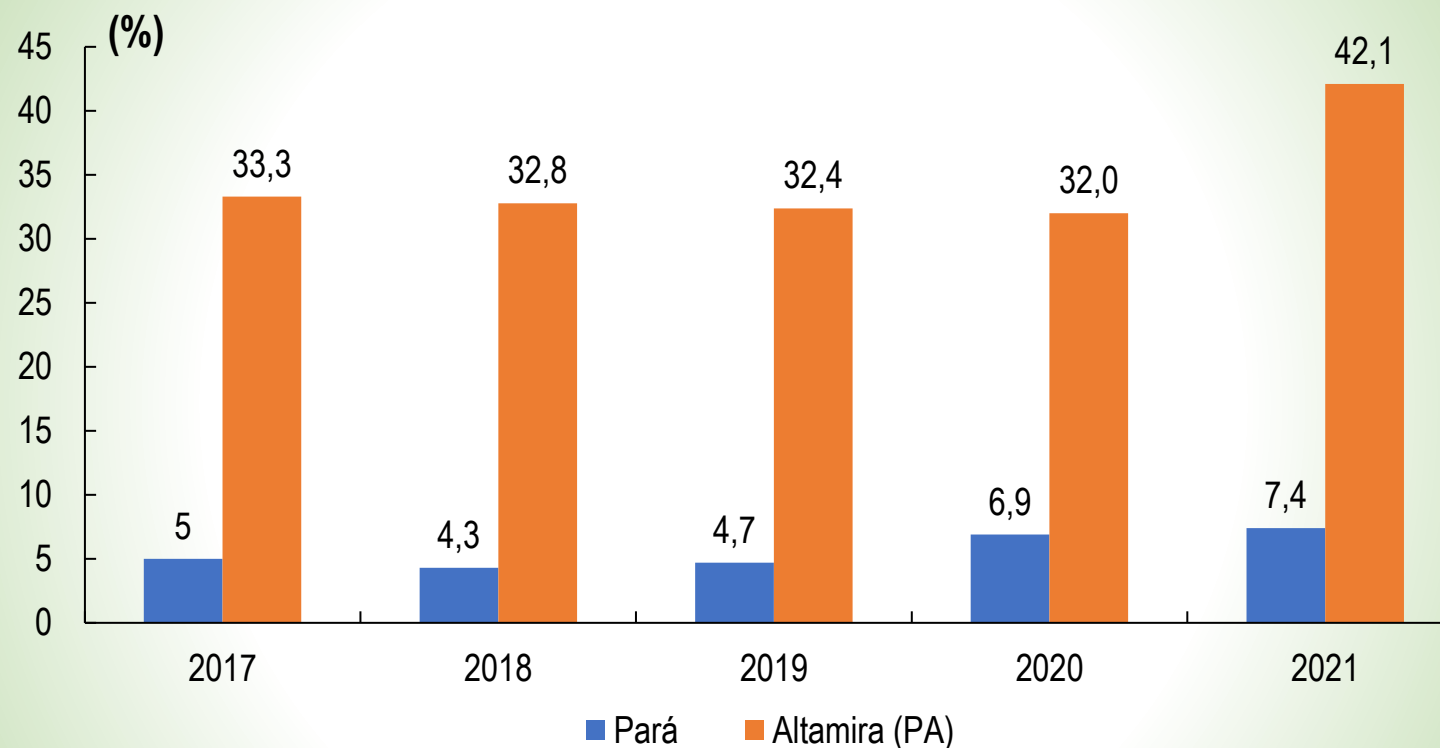
Percentual da população total atendida com coleta lixo regular



Fonte: SNIS.

Entre 2017-2021 o município manteve seu nível de cobertura de coleta regular de lixo acima da média do estado.

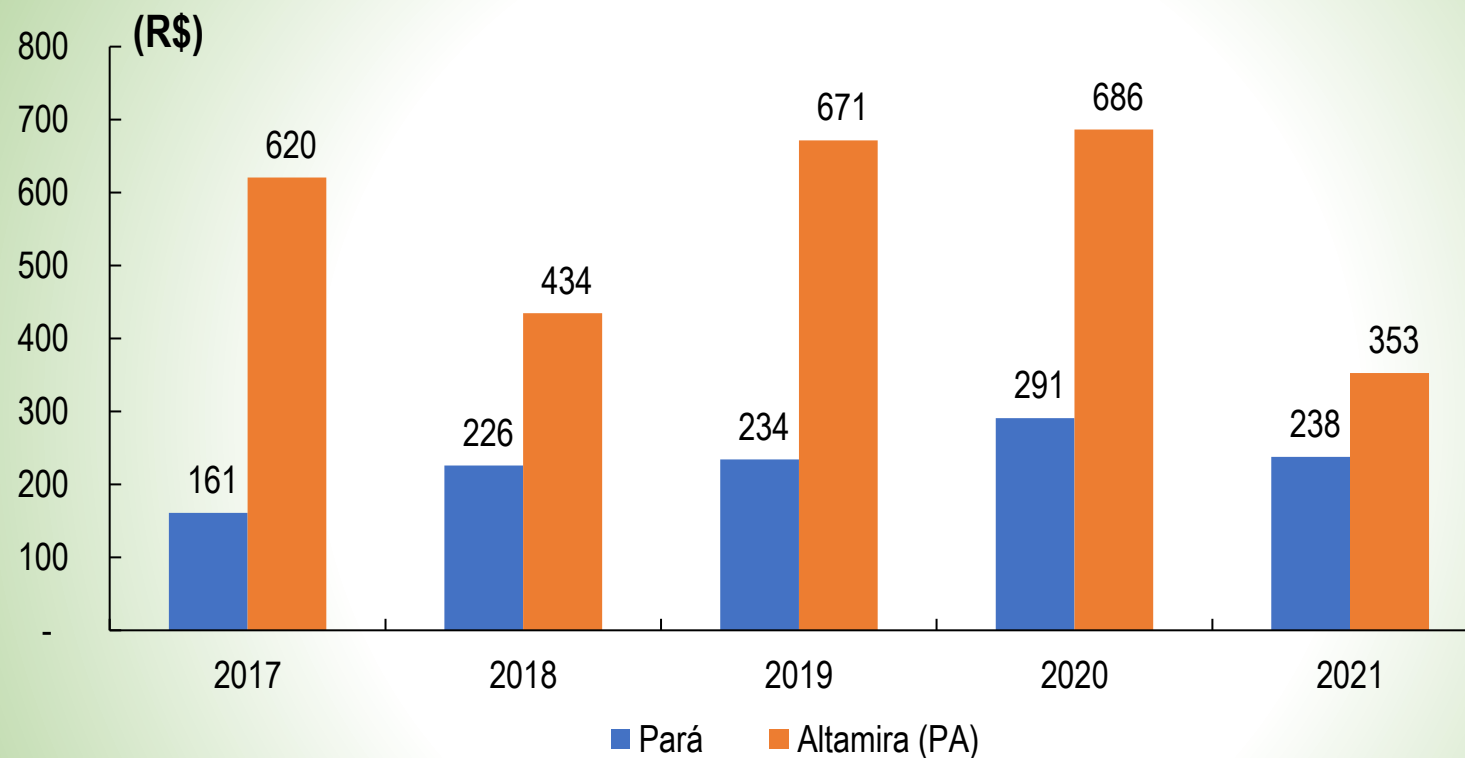
Percentual da População total atendida com esgotamento sanitário



Fonte: SNIS.

Entre 2017-2021 o município manteve seu nível de cobertura de esgotamento sanitário muito acima da média do estado.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município reduziu , em termos reais, esse tipo de gasto em -43,1%.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Altamira**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Aveiro



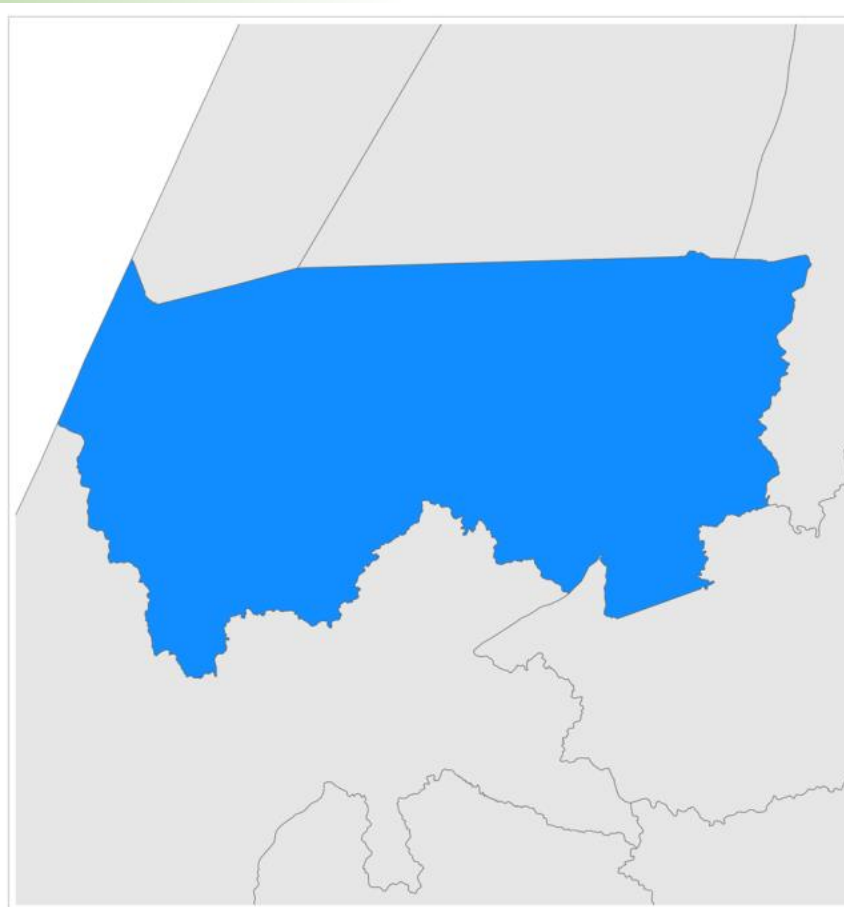
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Aveiro**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

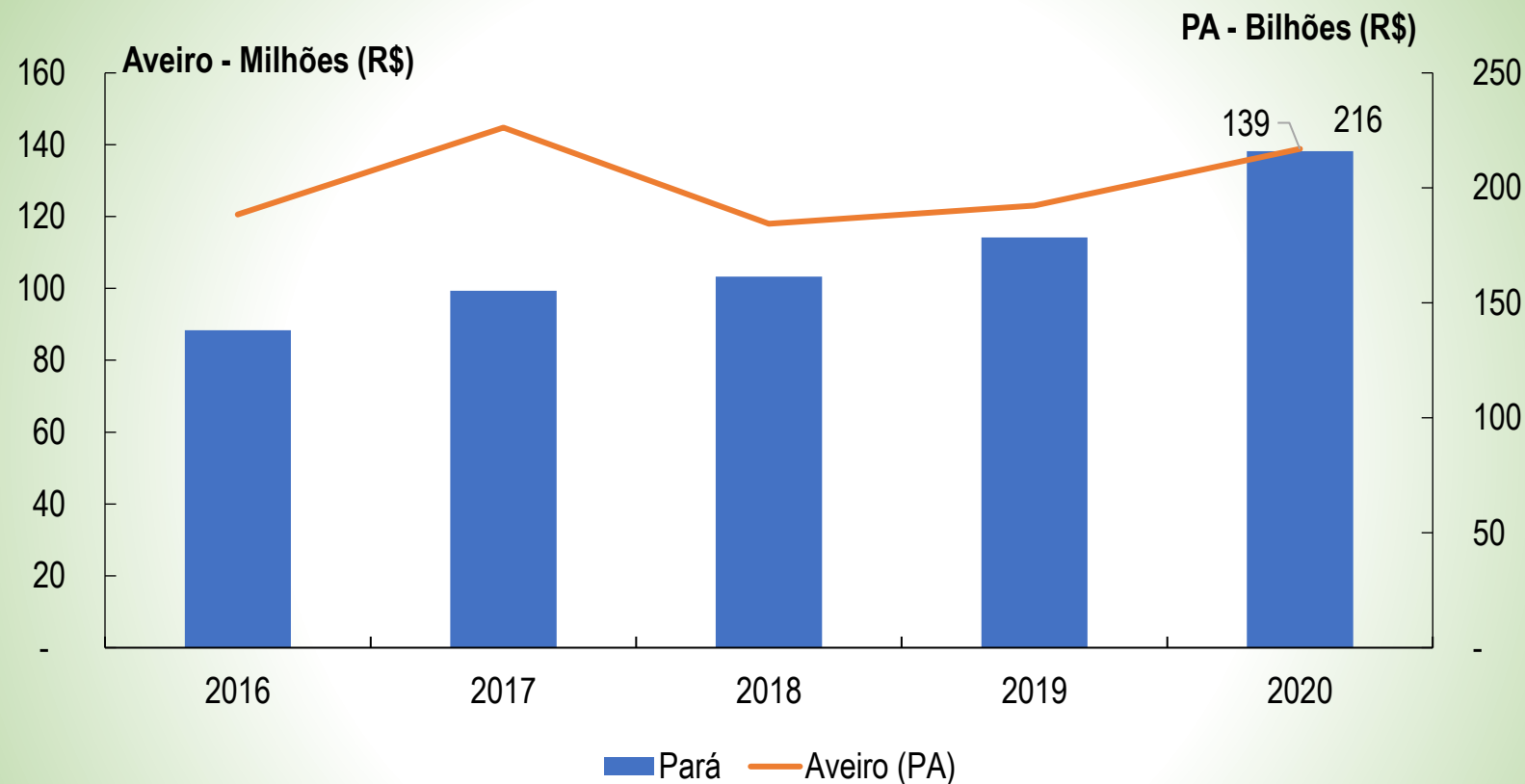
Espacialização do Território

AVEIRO - PA



Dimensão Econômica

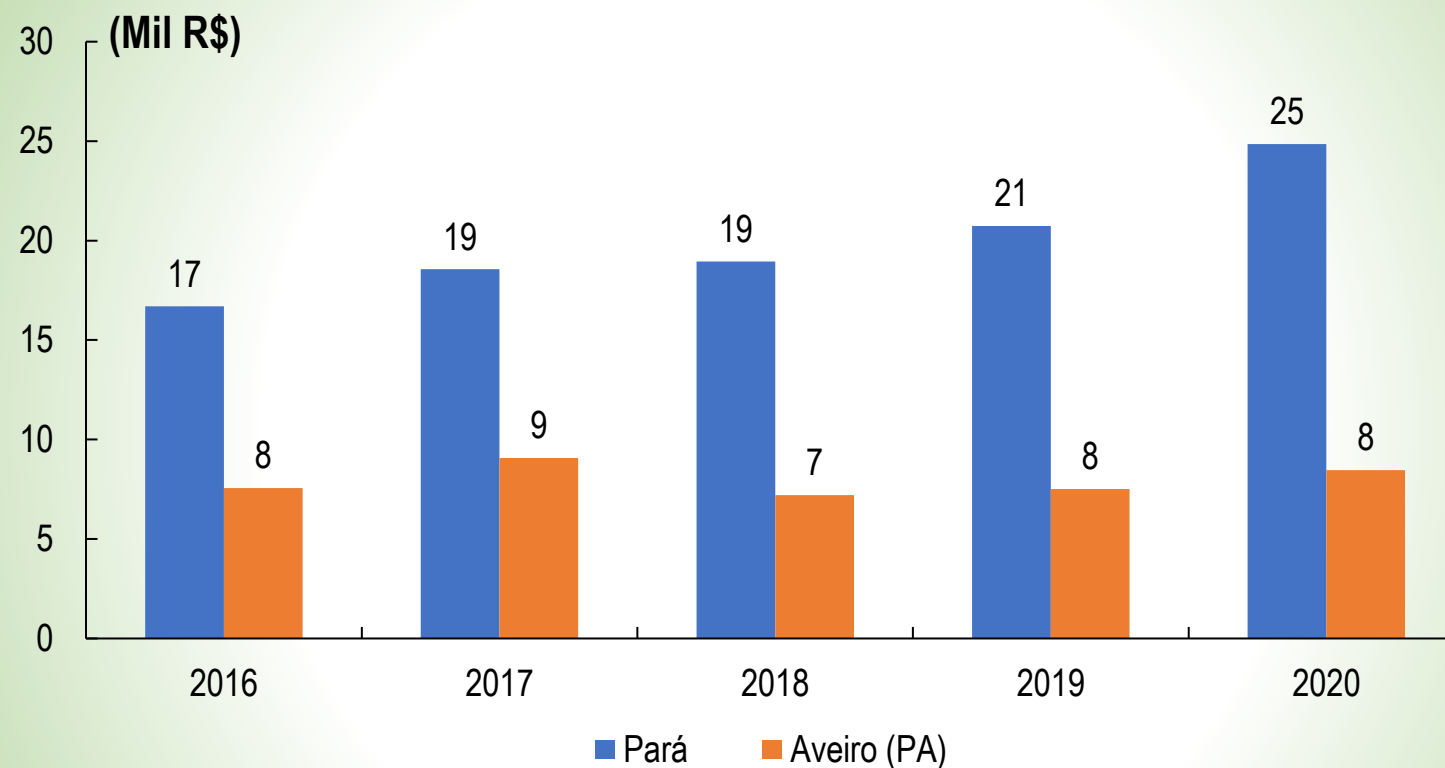
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 15,1%.

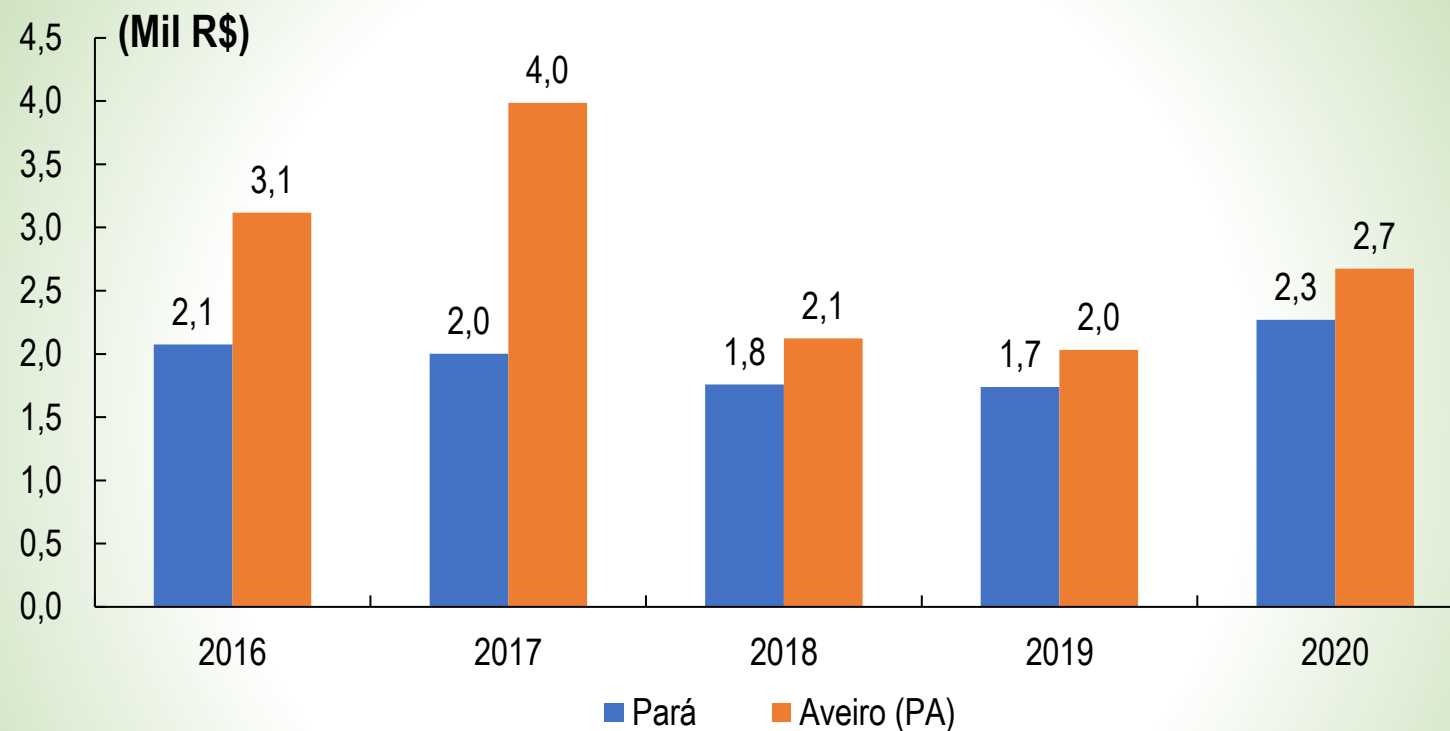
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município cresceu nominalmente cerca de 11,9%.

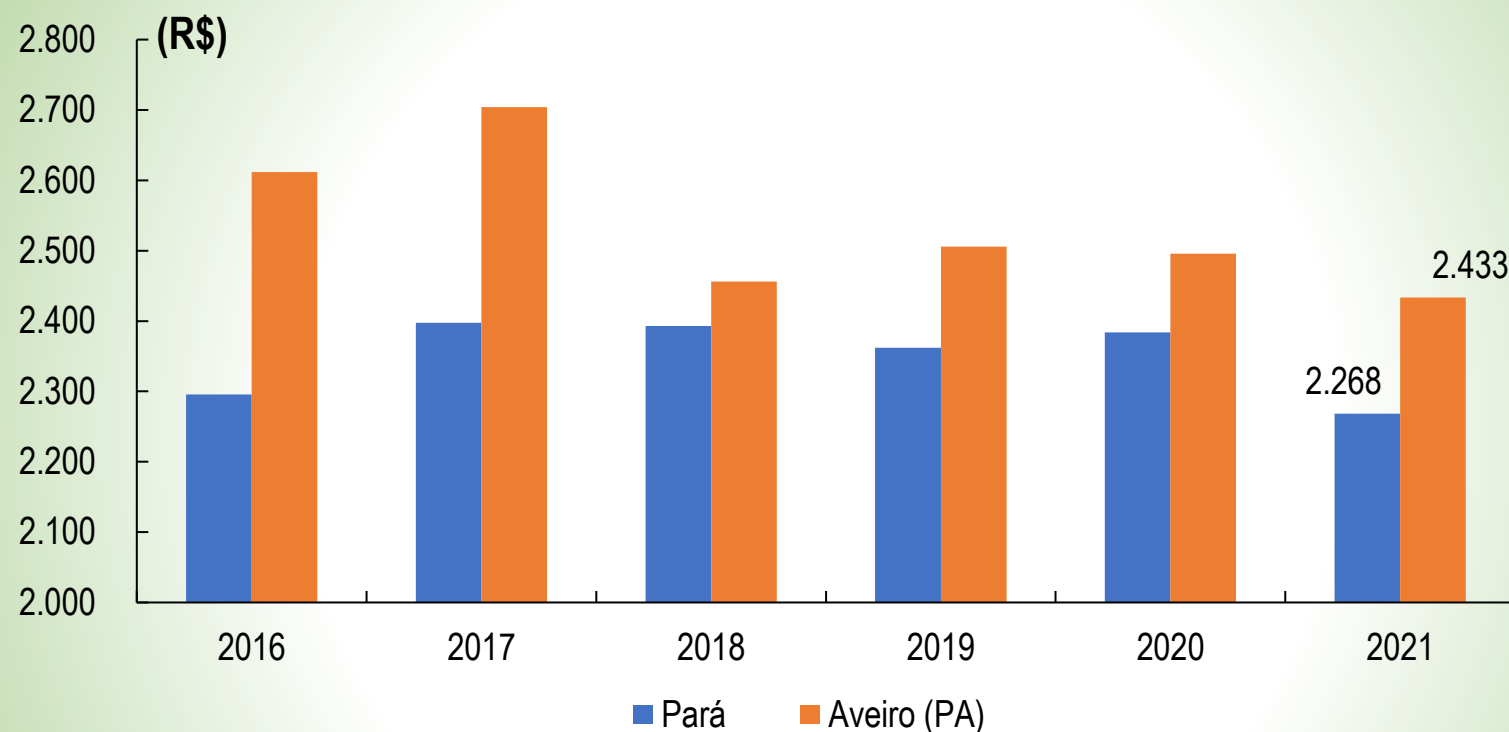
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município reduziu nominalmente cerca de -14,2%.

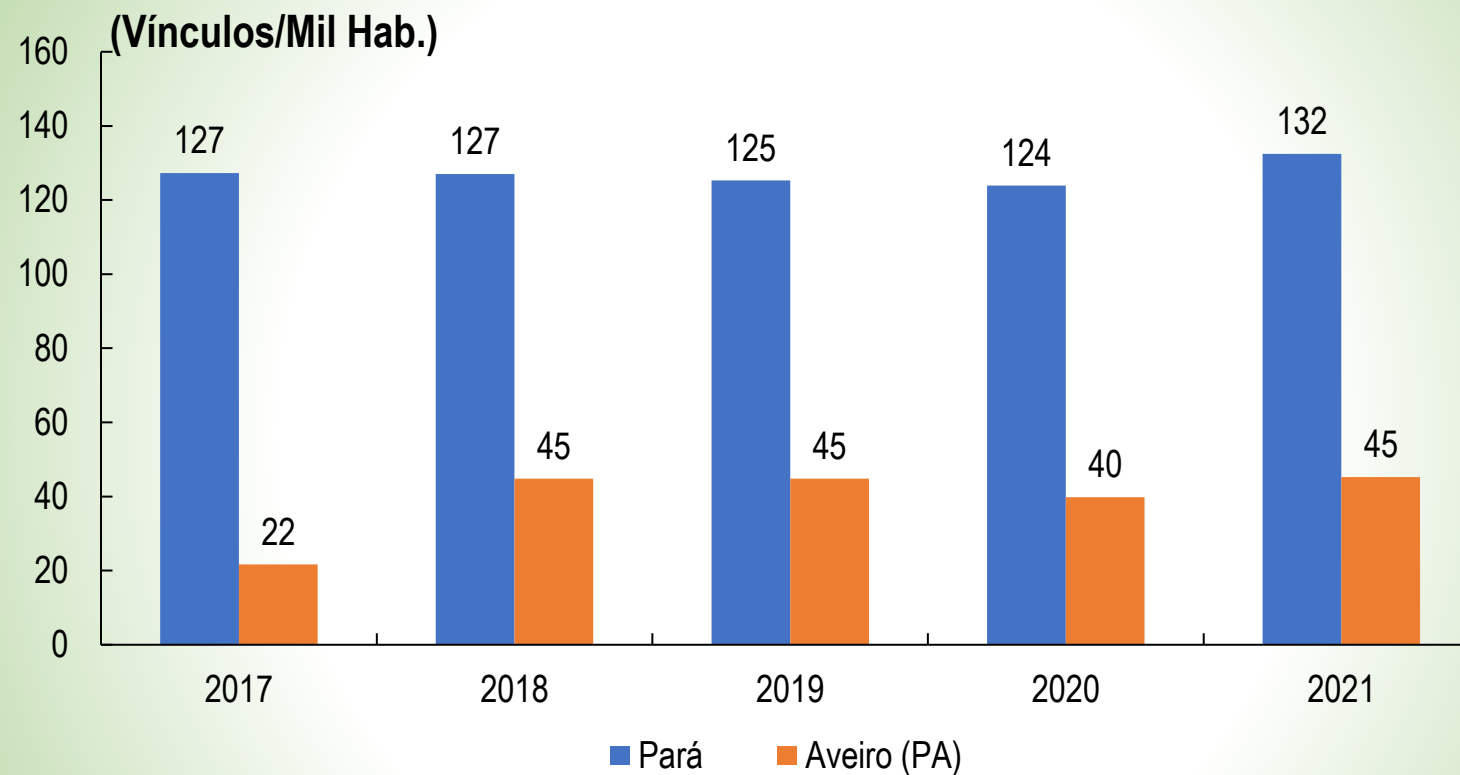
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município reduziu em termos reais cerca de -6,8%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

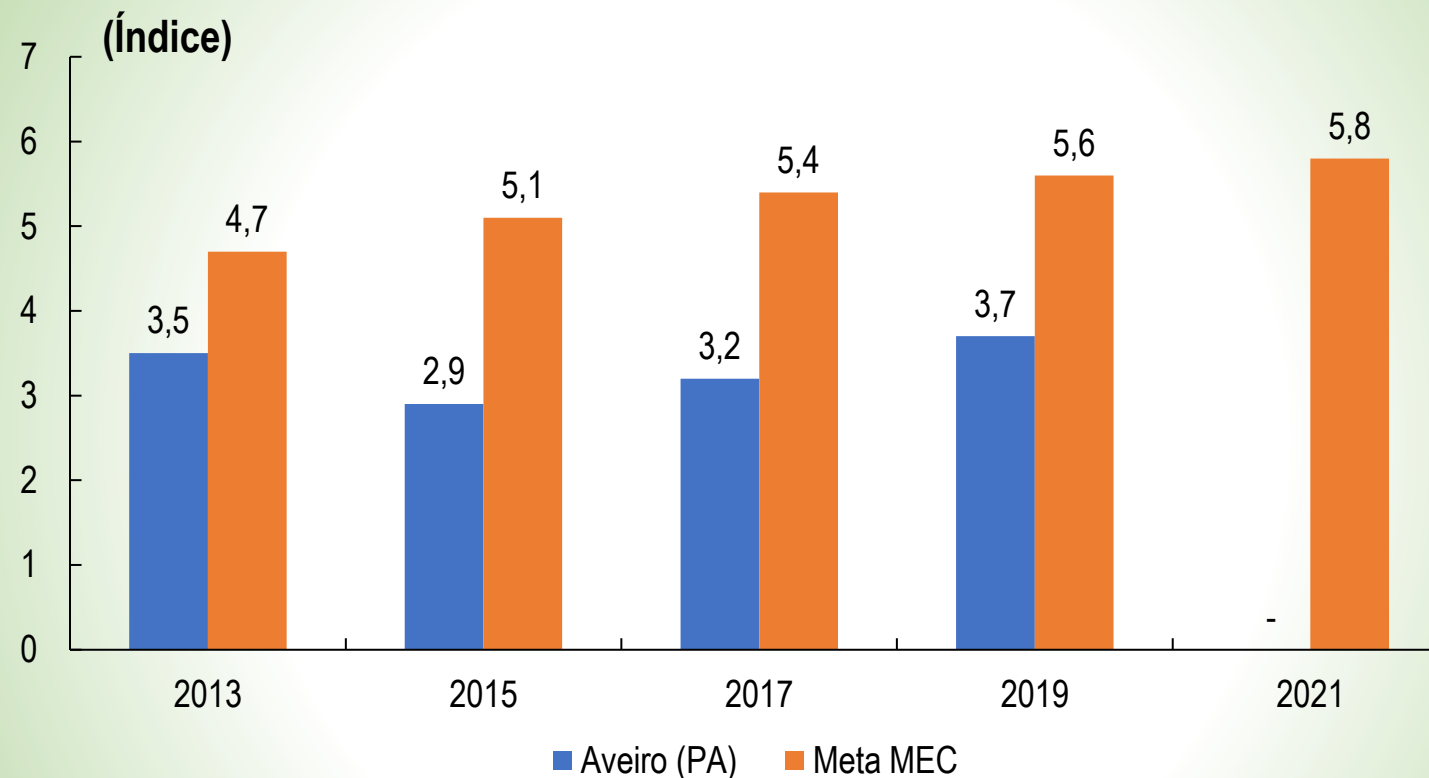


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município aumentou em 109,1%.

Dimensão Social

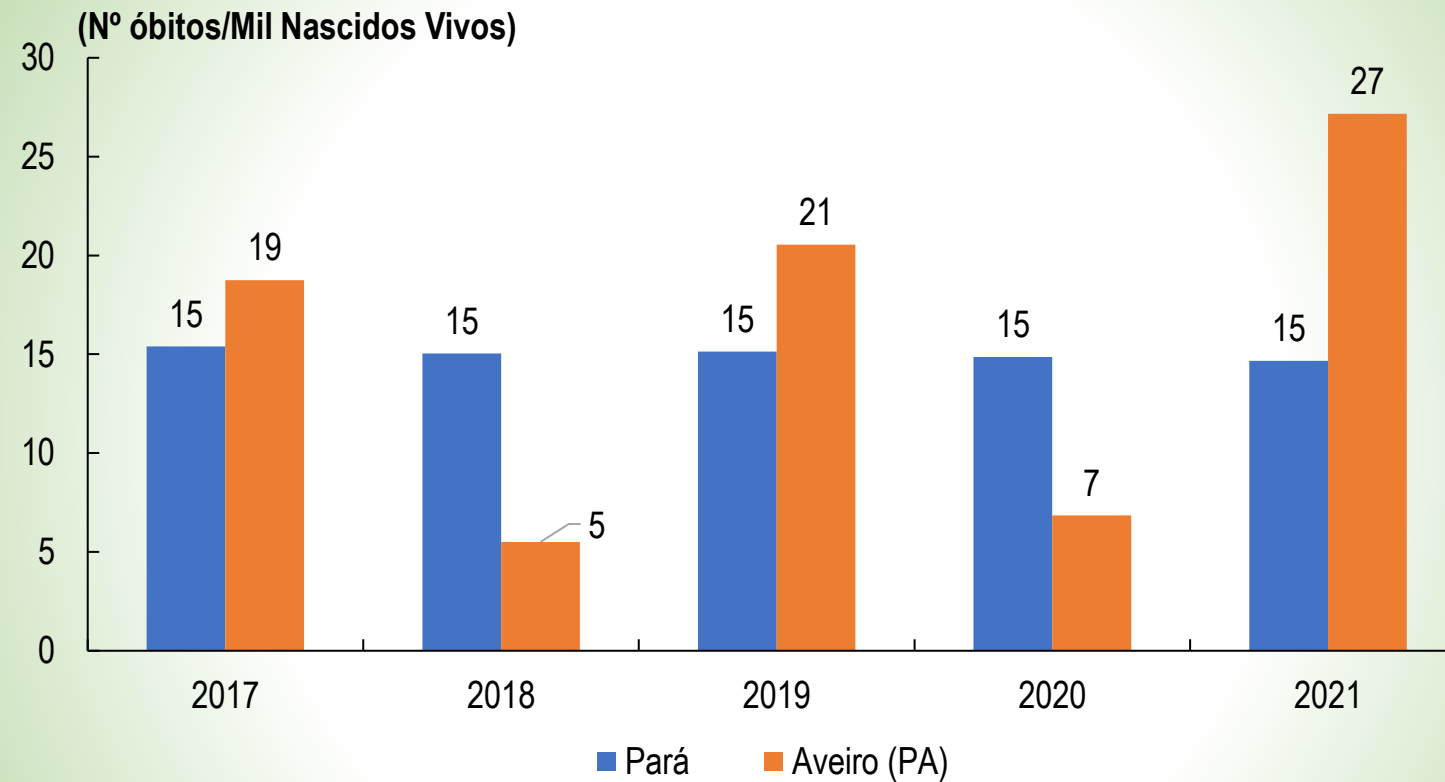
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2019 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC. Sobre o ano de 2021, até a elaboração deste estudo, o MEC ainda não havia divulgado oficialmente a nota de Aveiro para esta etapa do ensino fundamental.

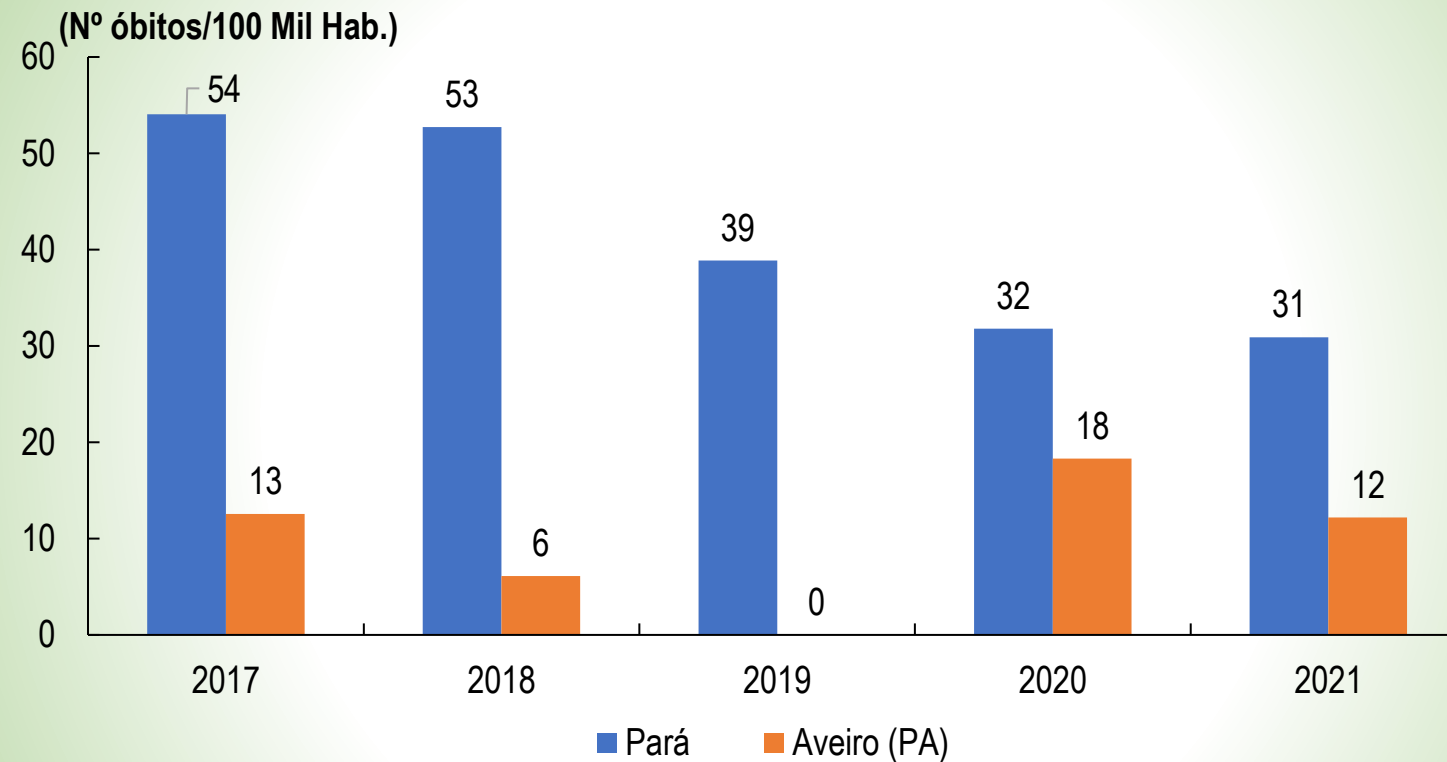
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua taxa de mortalidade infantil em 45%.

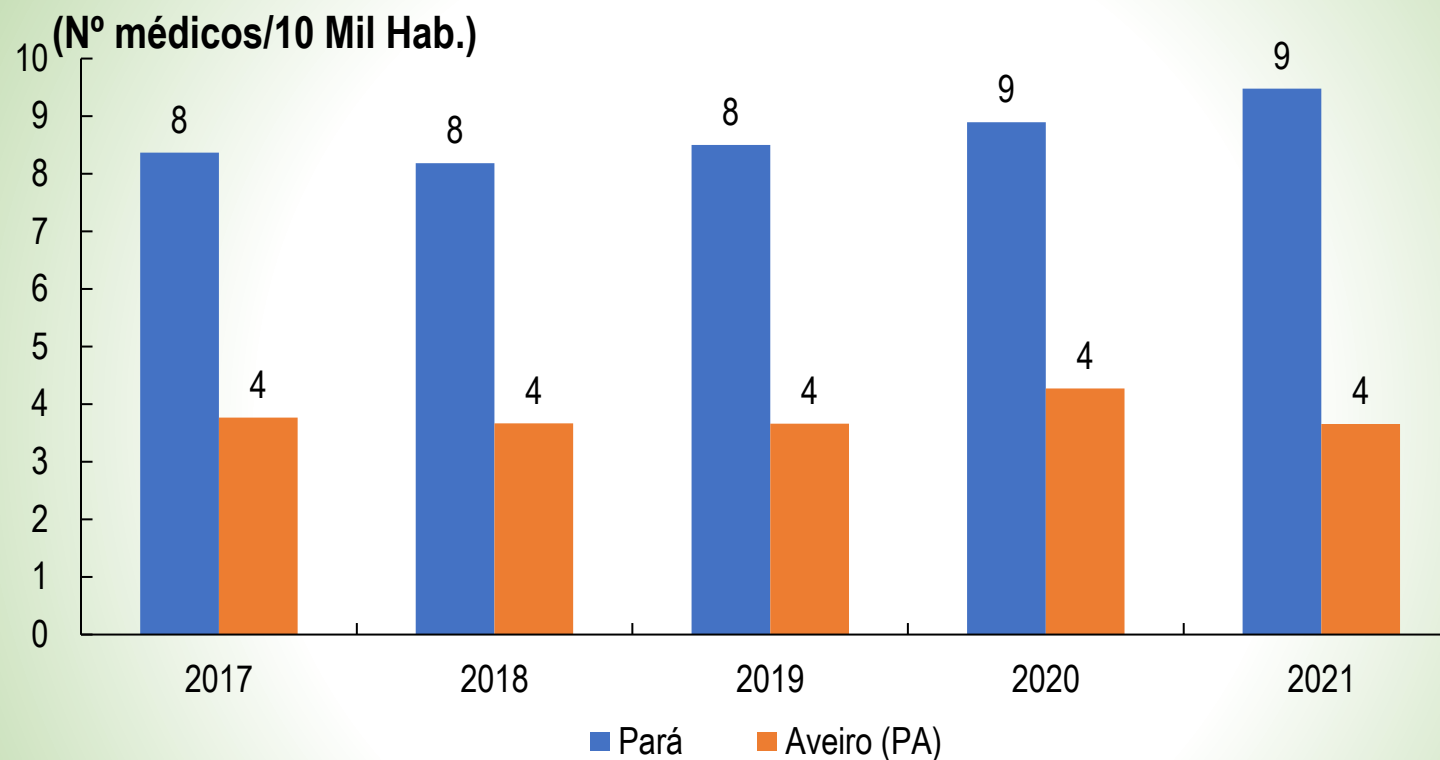
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -2,9%.

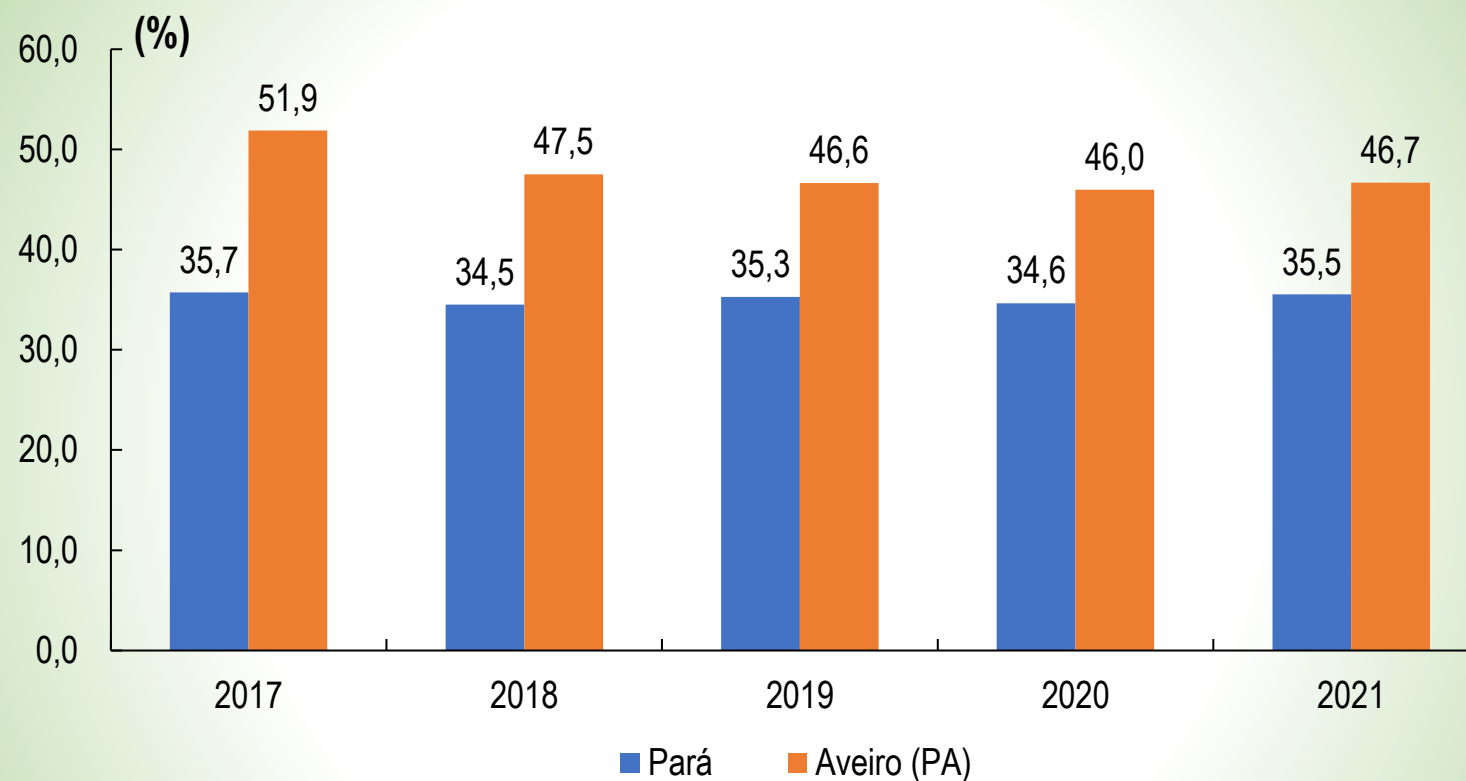
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município manteve praticamente estagnado o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

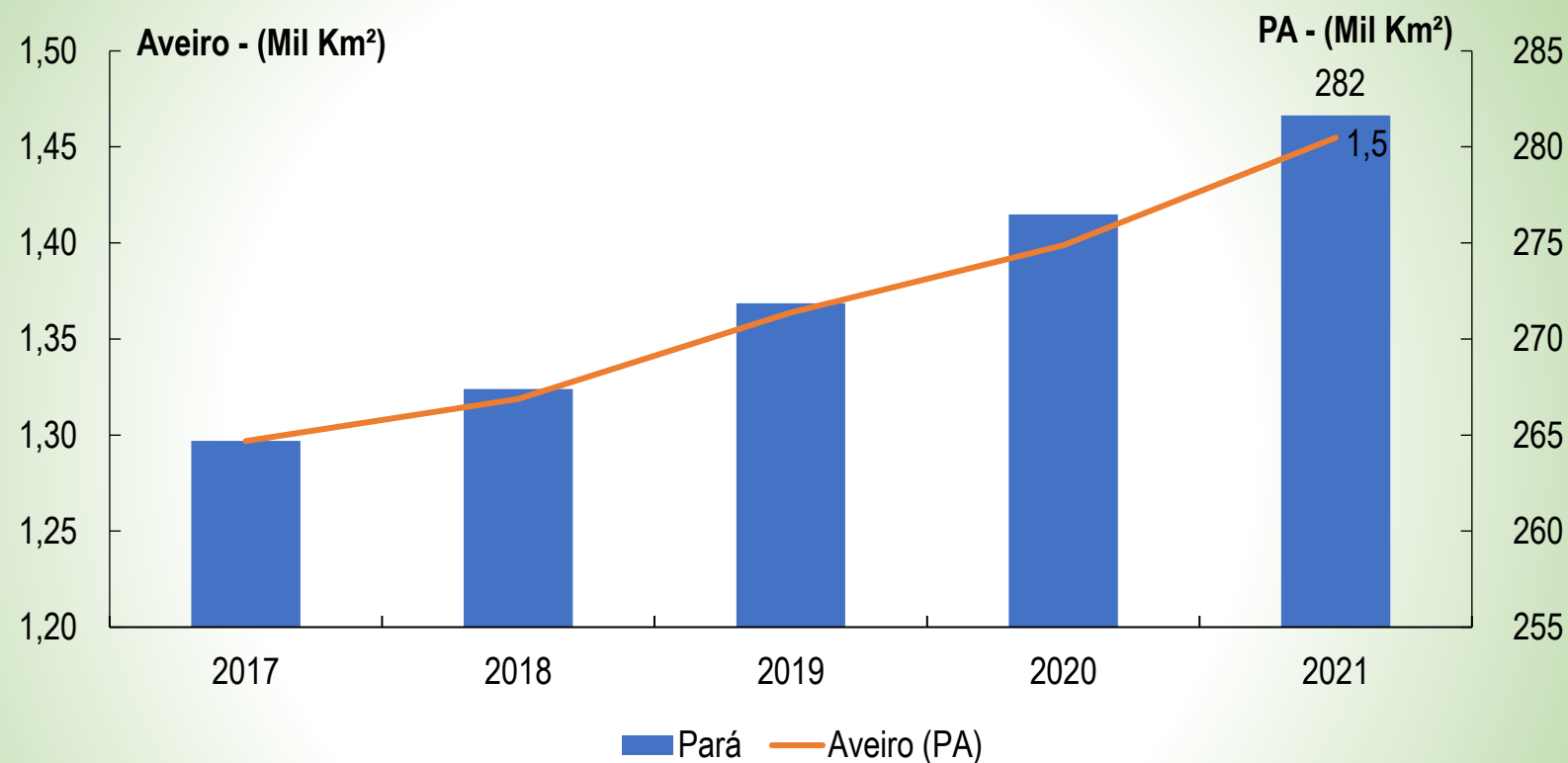


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

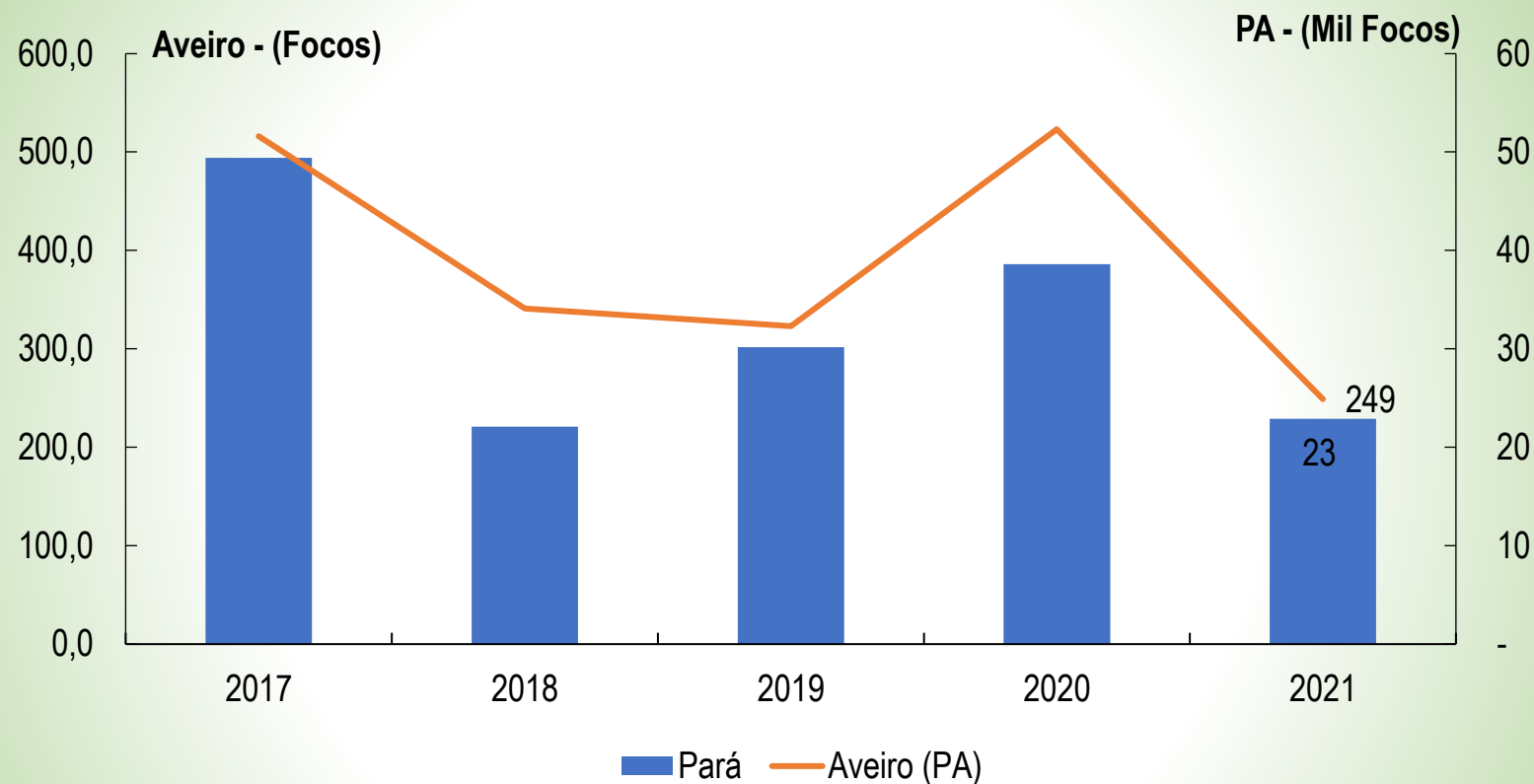
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 12,2%.

Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -51,7%.

Condições de coleta de lixo da população de baixa renda (2022)

Forma de Coleta de Lixo	População	Part.(%)
É coletado diretamente	1.406	12,3
É coletado indiretamente	1.066	9,3
É queimado ou enterrado na propriedade	8.799	77,0
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	105	0,9
É jogado em rio ou mar	1	0,01
Tem outro destino	26	0,2
Sem Resposta	18	0,2
Total	11.421	100

Fonte: CADUNICO.

Em 2022 cerca de 77% da população de baixa renda enterra ou queima o lixo produzido no município.

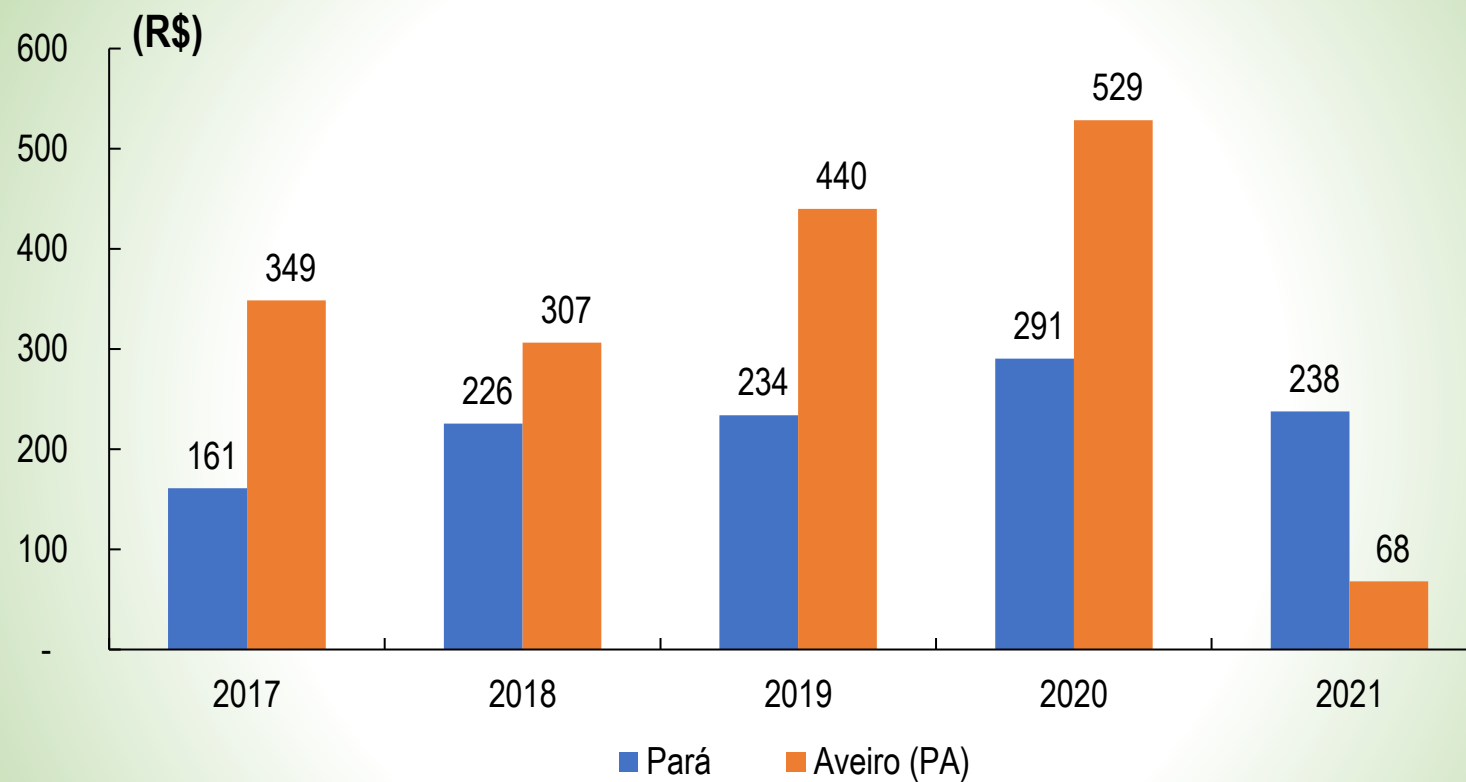
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	47	0,41
Fossa séptica	2.244	19,6
Fossa rudimentar	7.612	66,6
Vala a céu aberto	150	1,3
Direto para um rio, lago ou mar	1	0,01
Outra forma	19	0,2
Sem Resposta	1.348	11,8
Total	11.421	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 apenas 0,41% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município reduziu esse tipo de gasto em -80,5%, em termos reais.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Aveiro**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Juruti



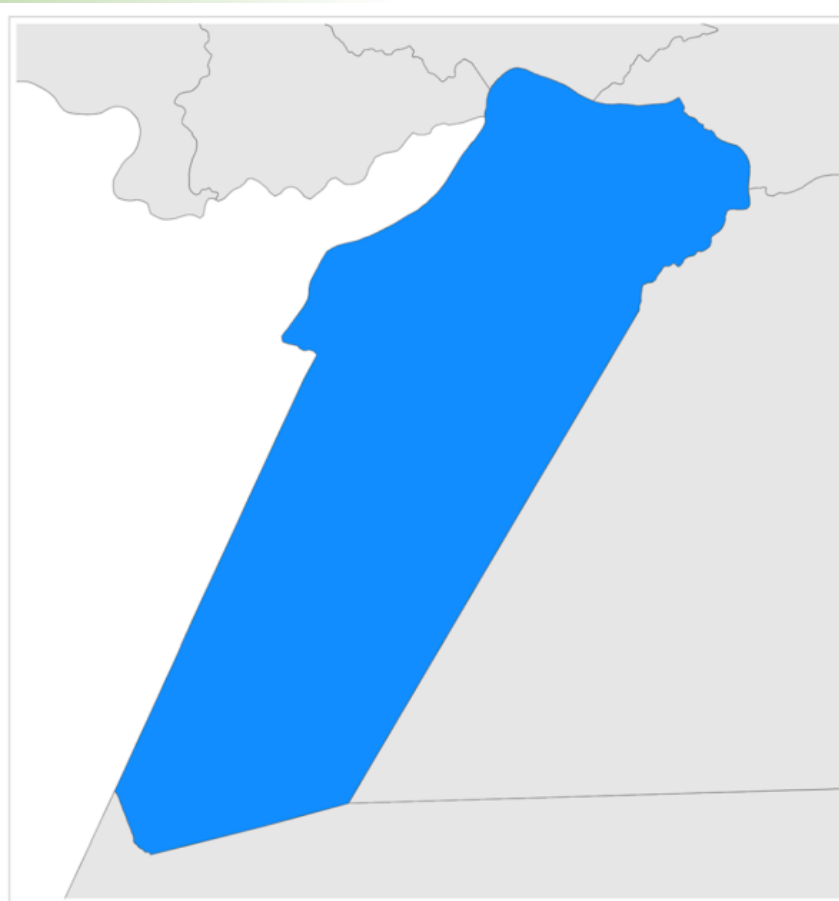
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Juruti**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

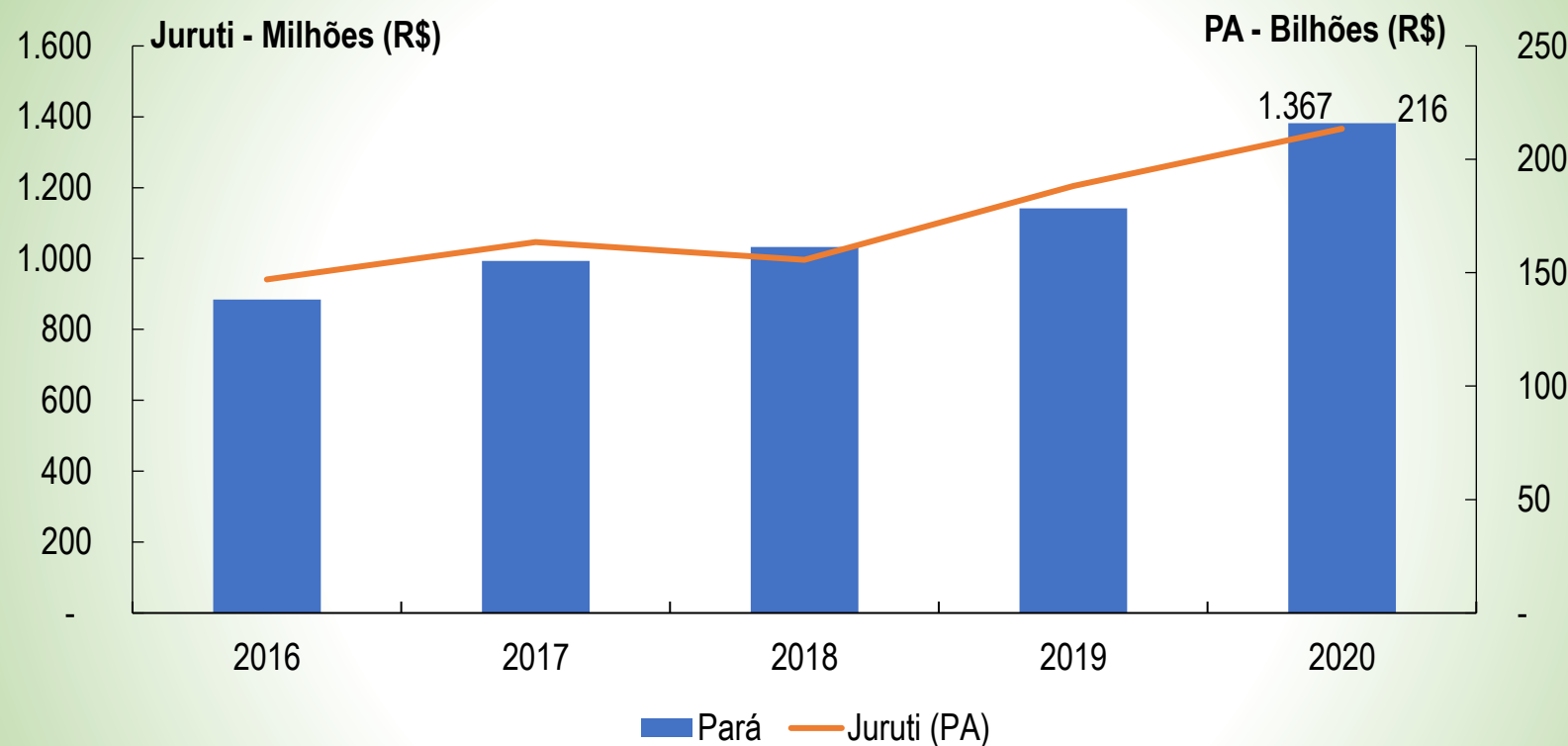
Espacialização do Território

JURUTI - PA



Dimensão Econômica

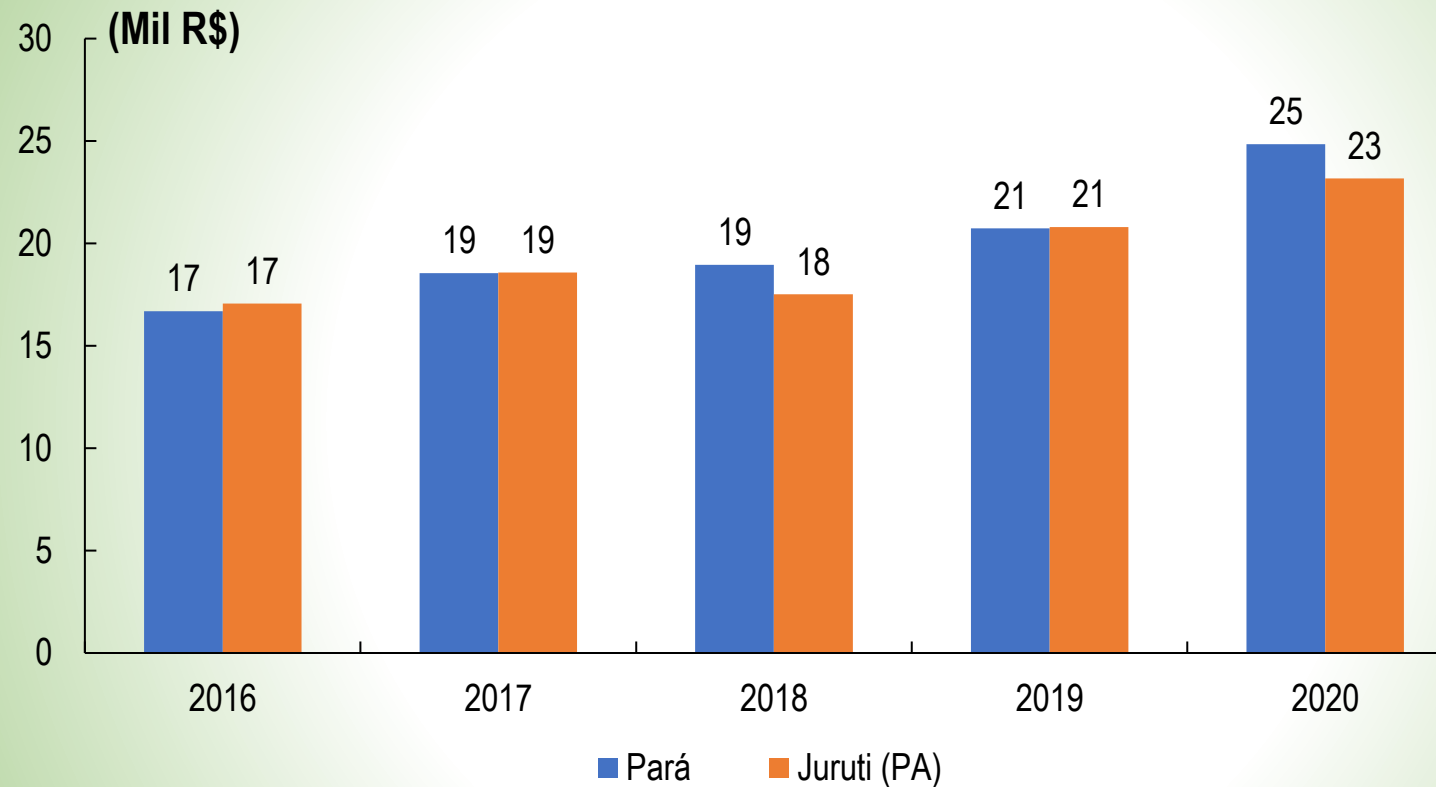
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 45,2%.

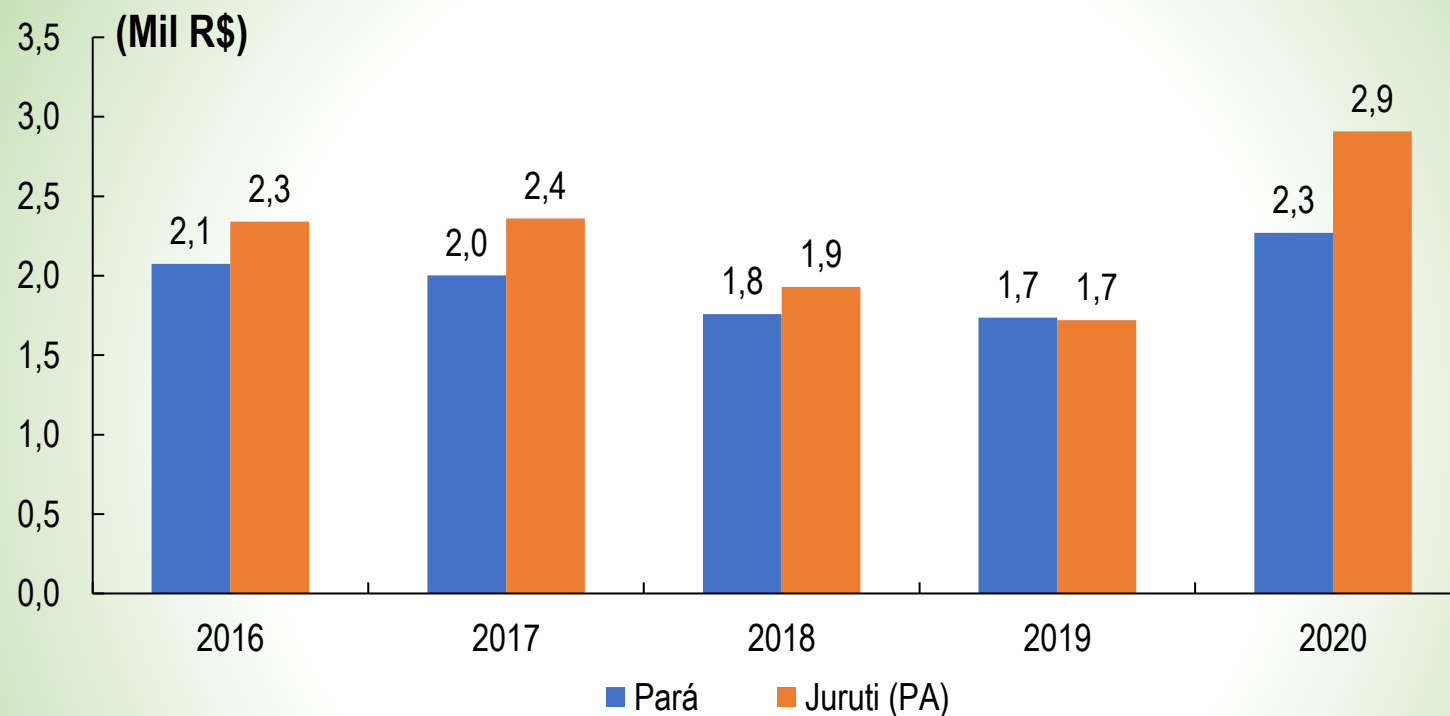
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município cresceu nominalmente cerca de 35,9%.

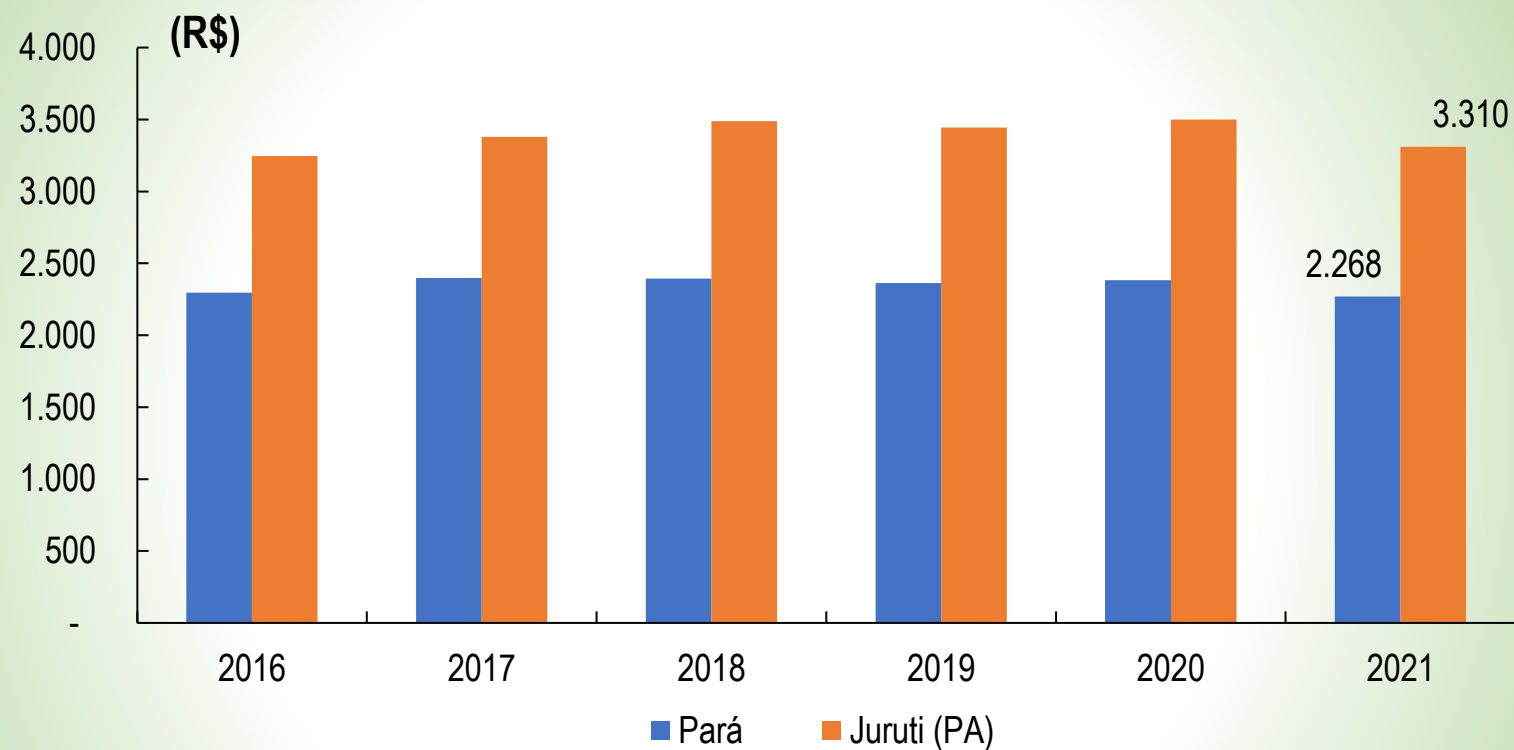
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 24,2%.

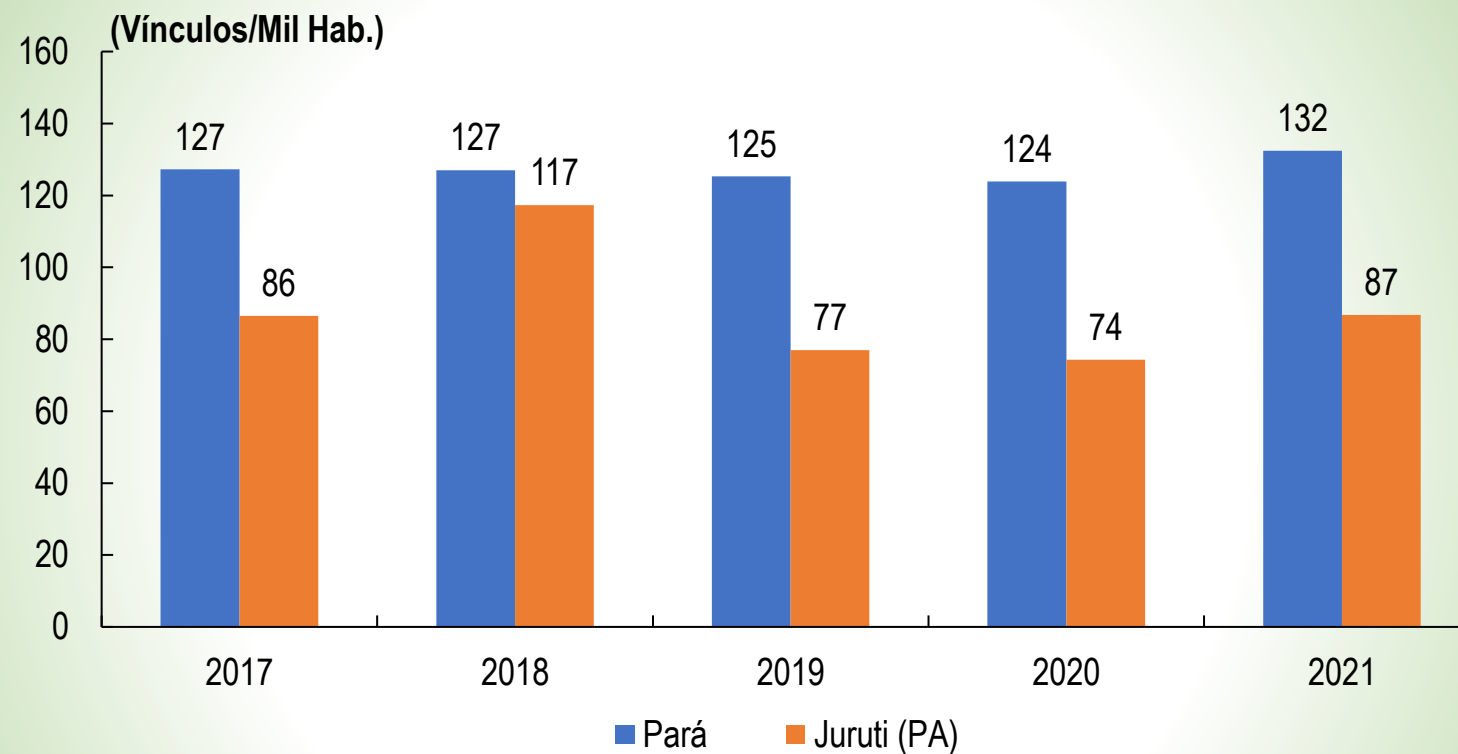
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município reduziu em termos reais cerca de -2,1%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

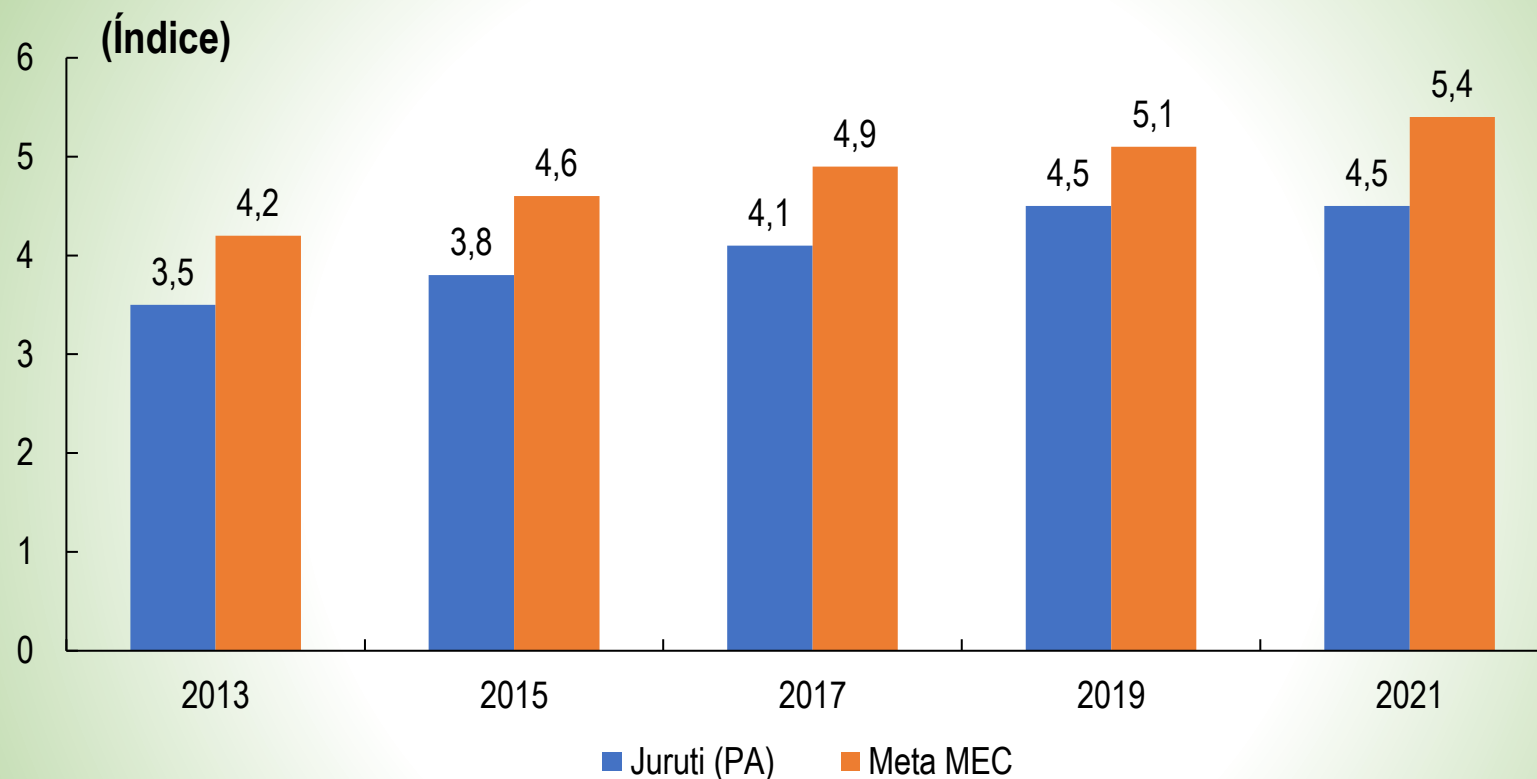


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município aumentou em apenas 0,3%.

Dimensão Social

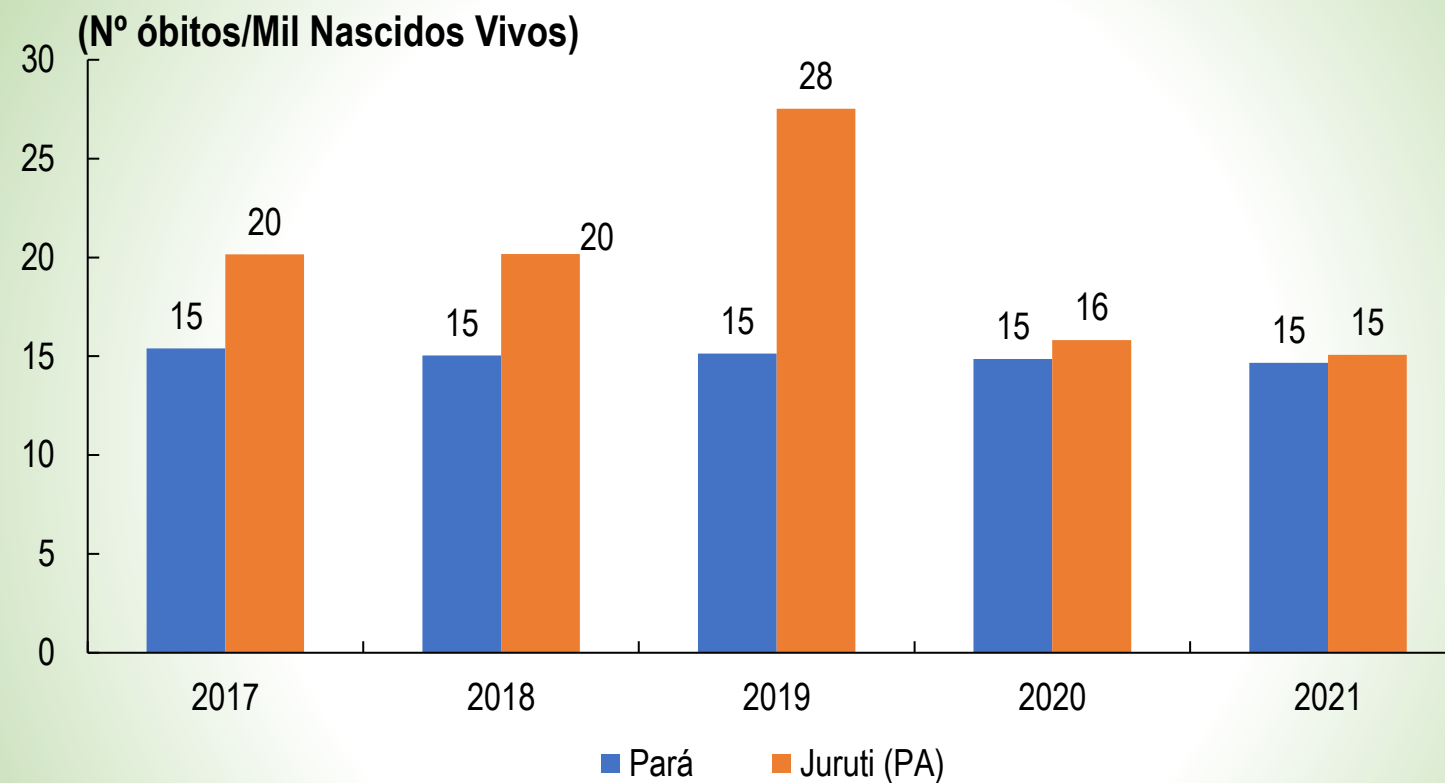
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

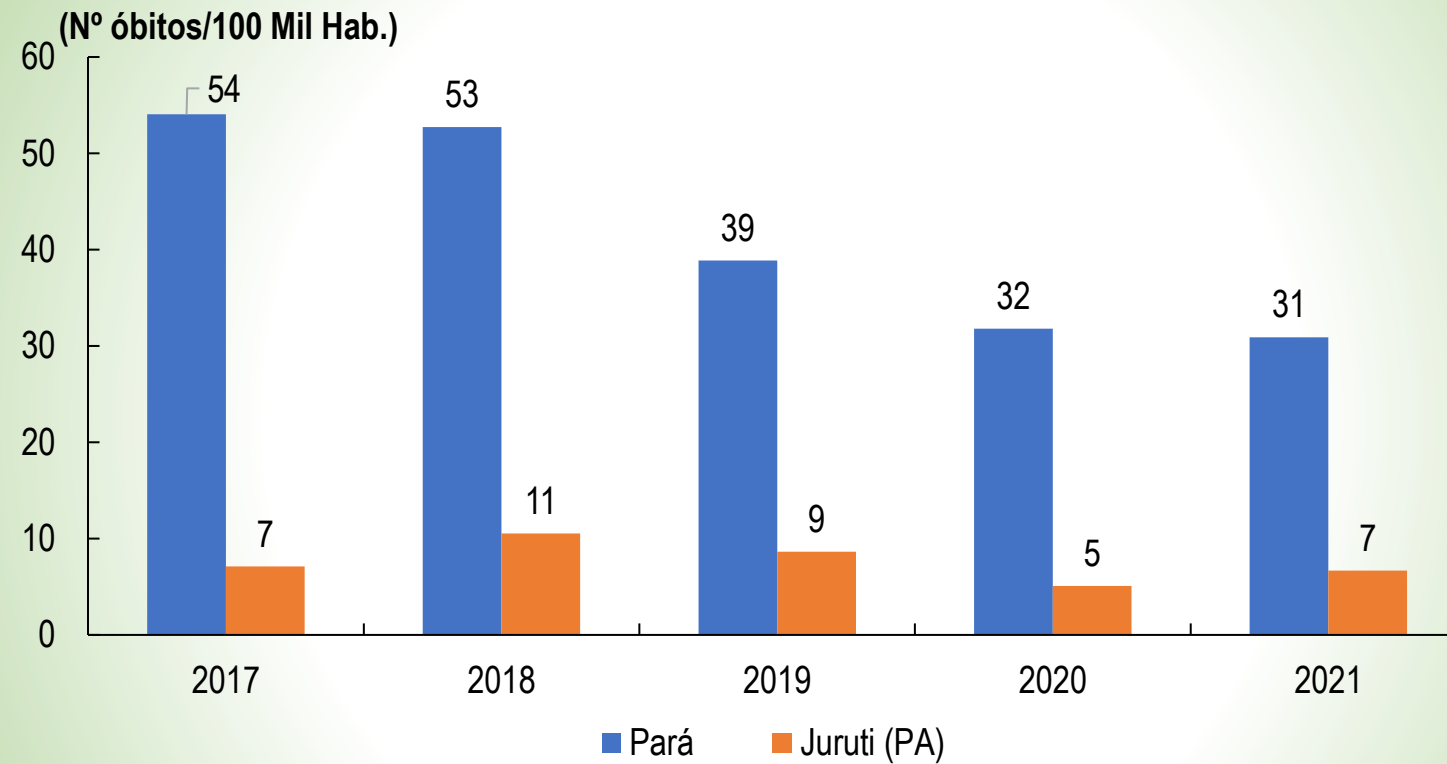
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de mortalidade infantil em -25,2%.

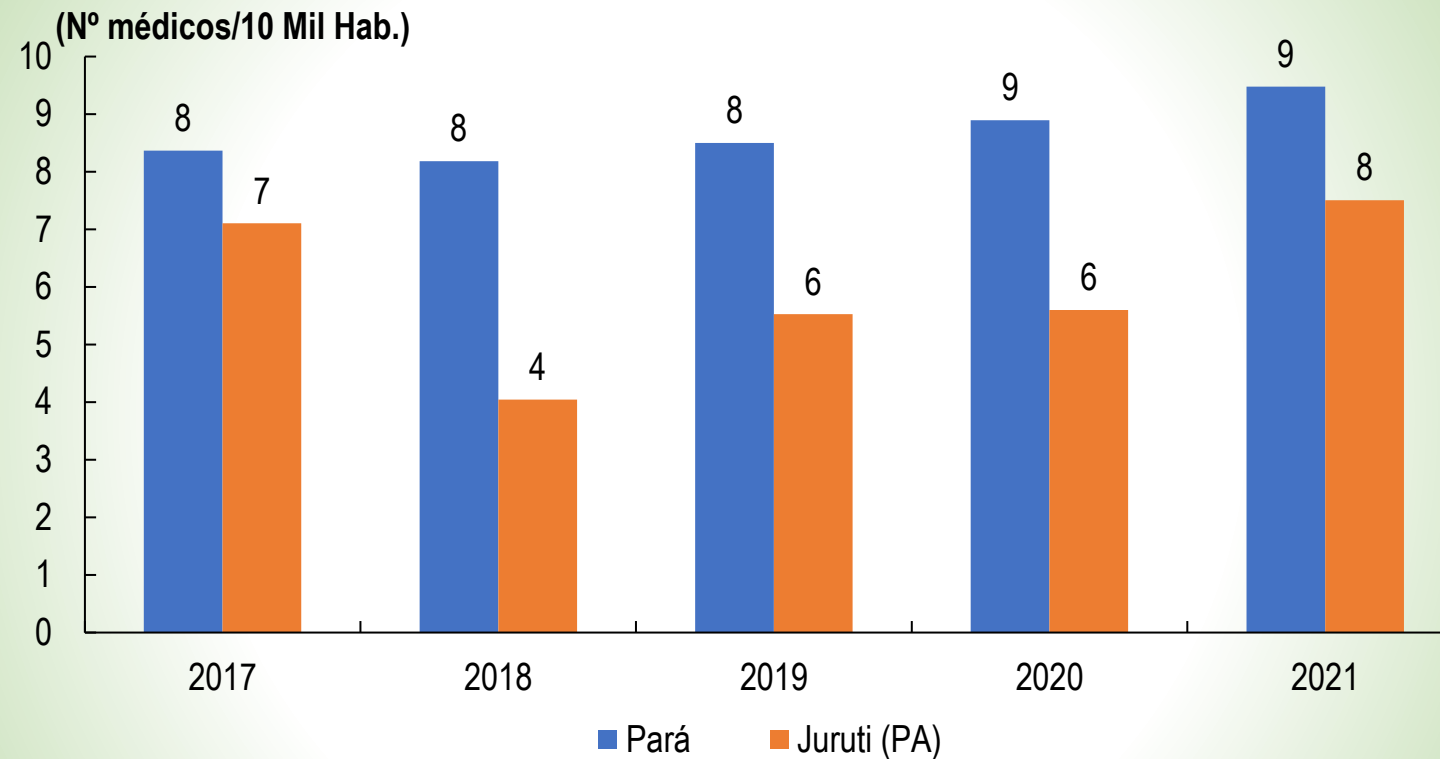
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -6,1%.

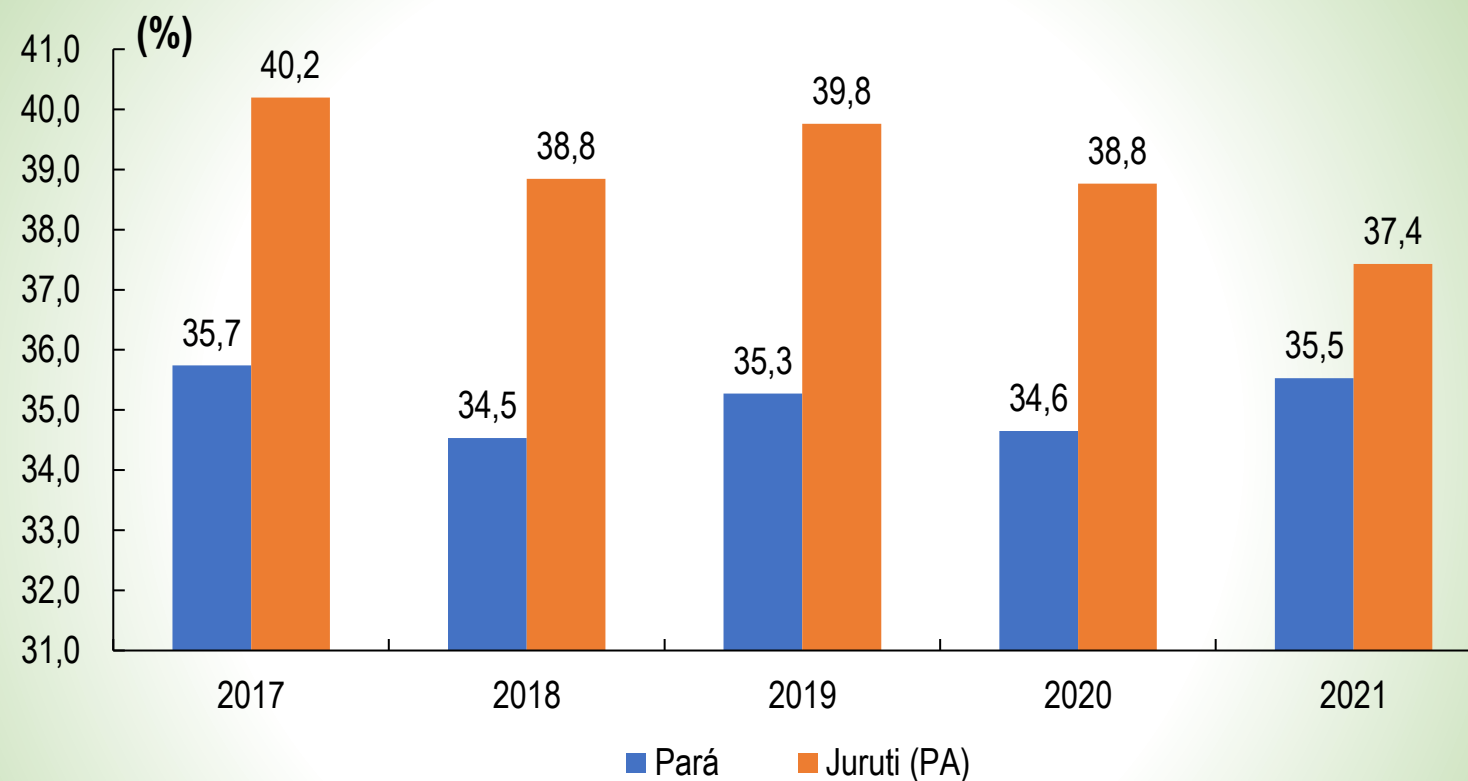
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em 5,7%.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

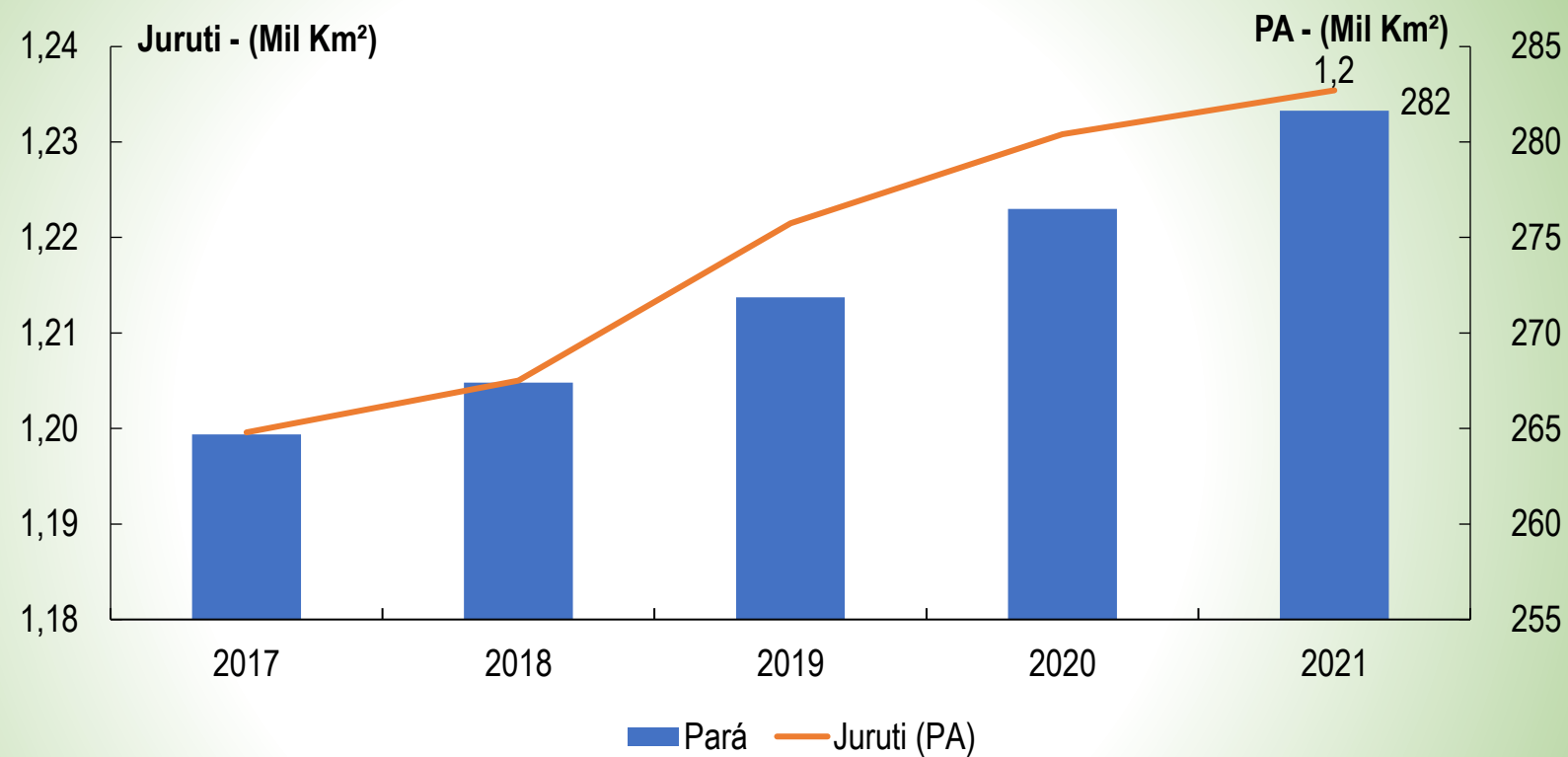


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado, porém com tendência de queda.

Dimensão Meio Ambiente

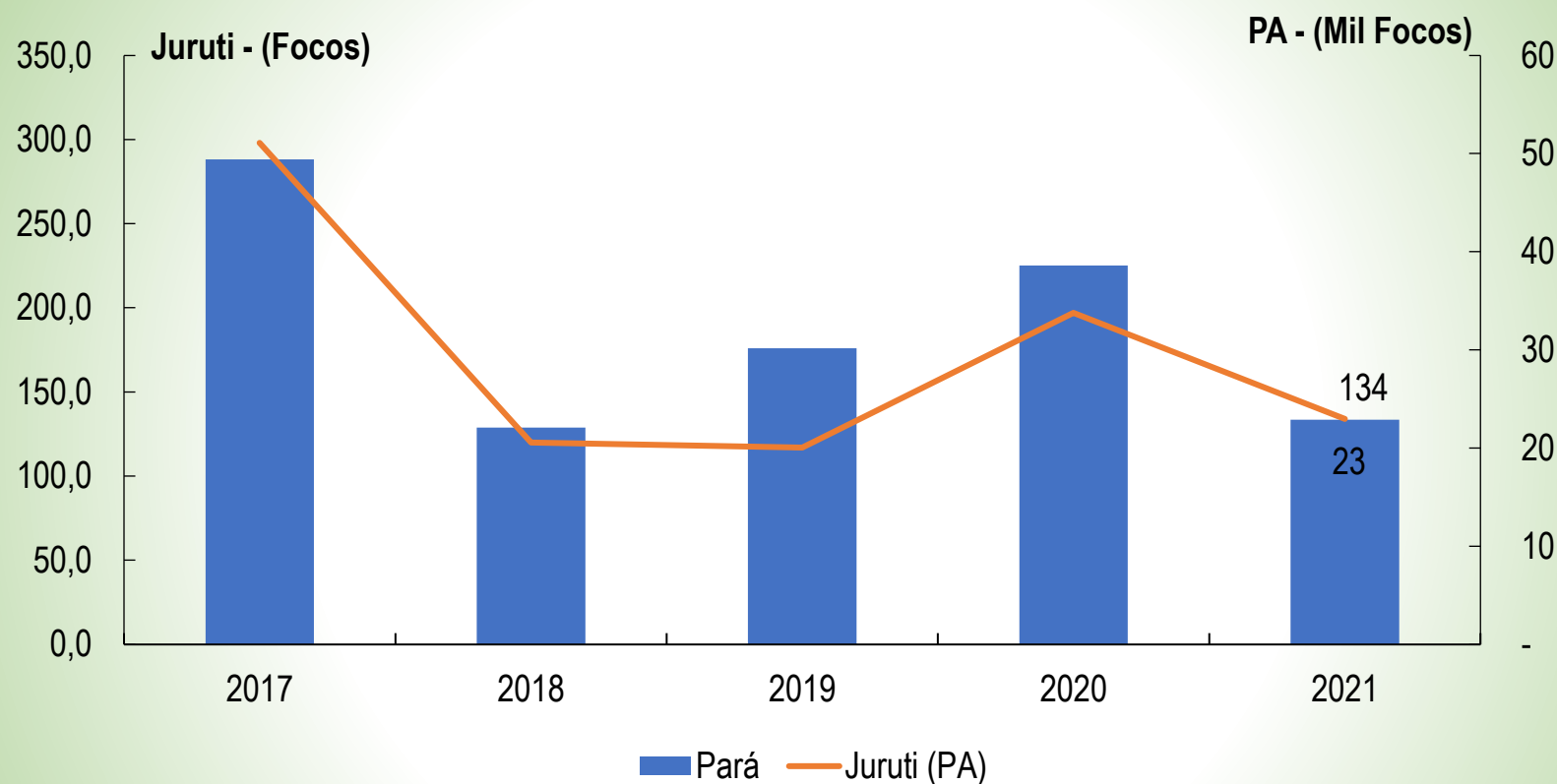
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 3%.

Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -55%.

Condições de coleta de lixo da população de baixa renda (2022)

Forma de Coleta de Lixo	População	Part.(%)
É coletado diretamente	16.709	46,86
É coletado indiretamente	981	2,8
É queimado ou enterrado na propriedade	17.872	50,1
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	77	0,2
É jogado em rio ou mar	0	0,00
Tem outro destino	6	0,0
Sem Resposta	11	0,0
Total	35.656	100

Fonte: CADUNICO.

Em 2022 cerca de 50% da população de baixa renda enterra ou queima o lixo produzido no município.

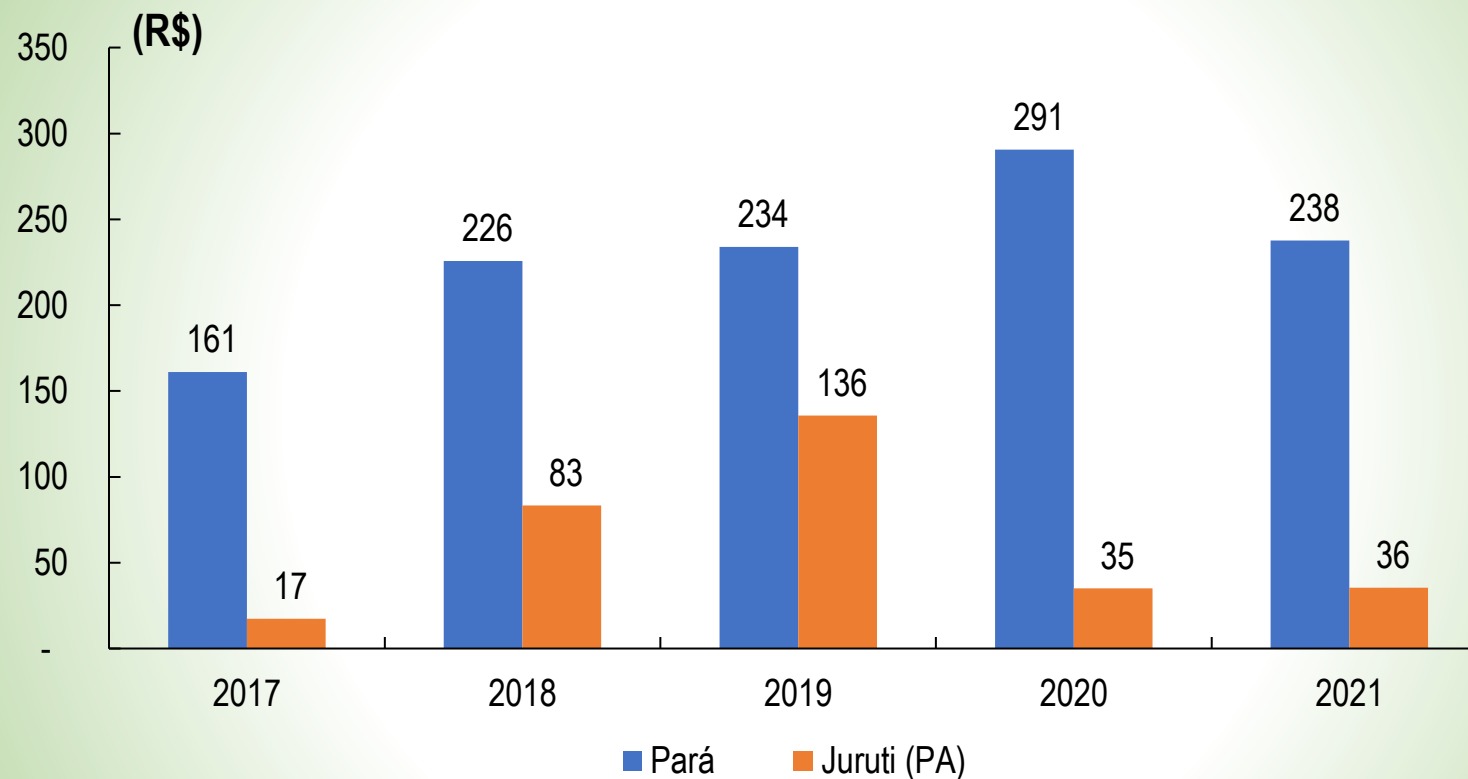
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	161	0,45
Fossa séptica	508	1,4
Fossa rudimentar	16.599	46,6
Vala a céu aberto	337	0,9
Direto para um rio, lago ou mar	27	0,08
Outra forma	17.884	50,2
Sem Resposta	140	0,4
Total	35.656	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 apenas 0,45% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município aumentou esse tipo de gasto em 104,4%, em termos reais.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Juruti**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Monte Alegre



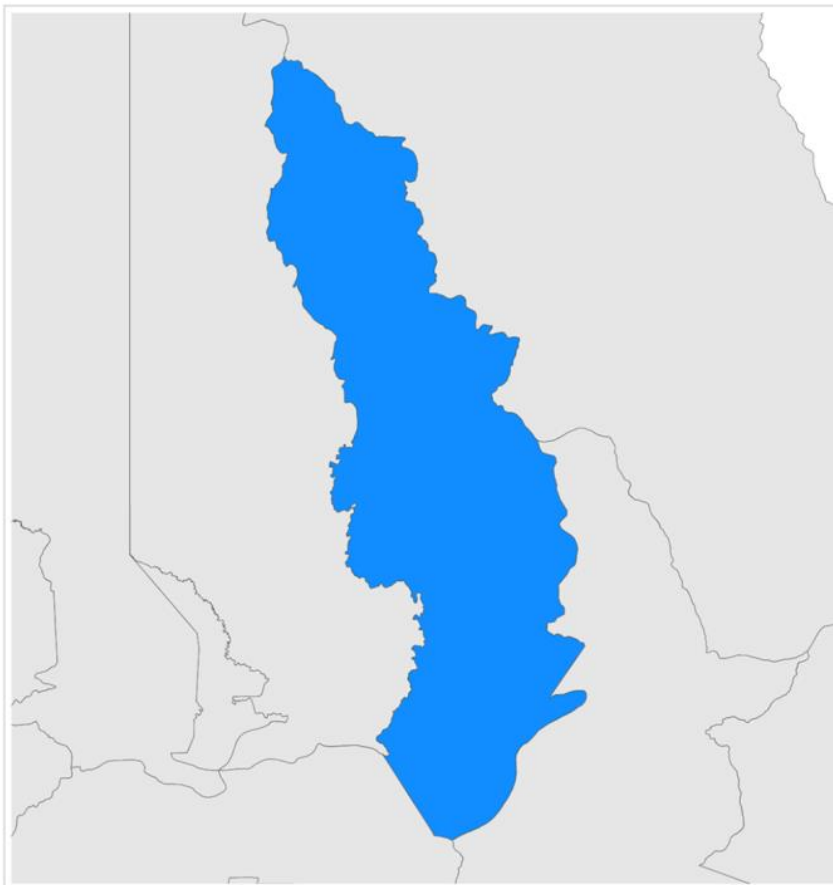
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Monte Alegre**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

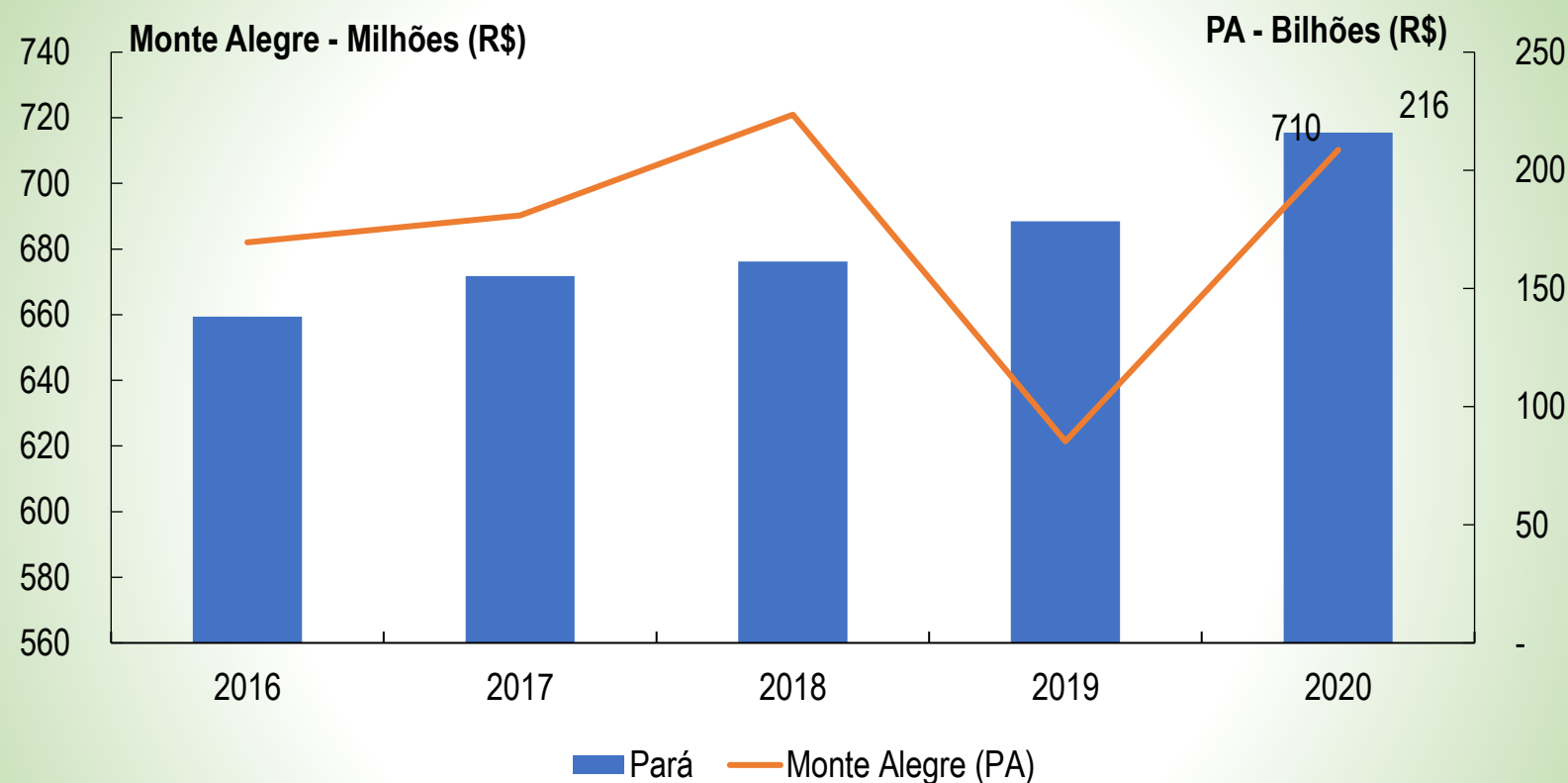
Espacialização do Território

MONTE ALEGRE - PA



Dimensão Econômica

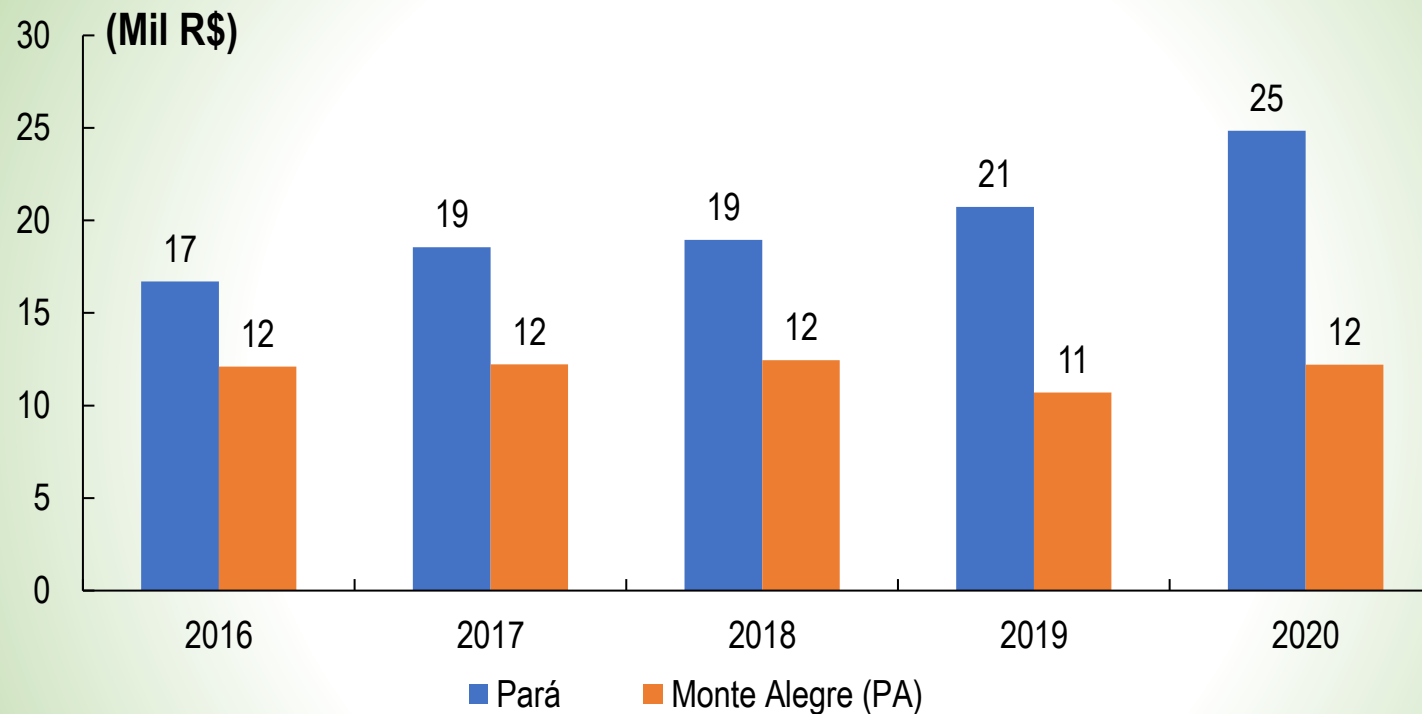
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 4,1%.

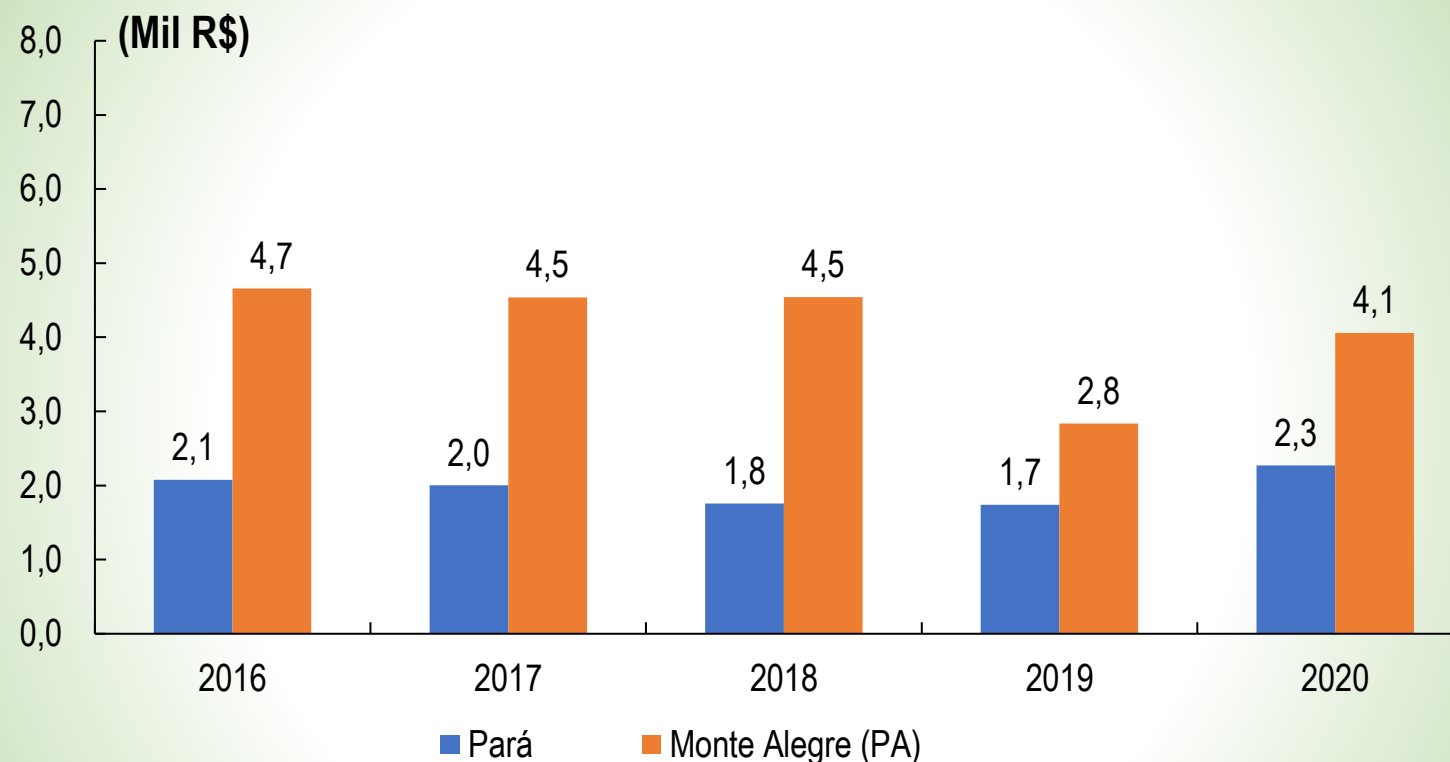
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município ficou praticamente estagnado no período.

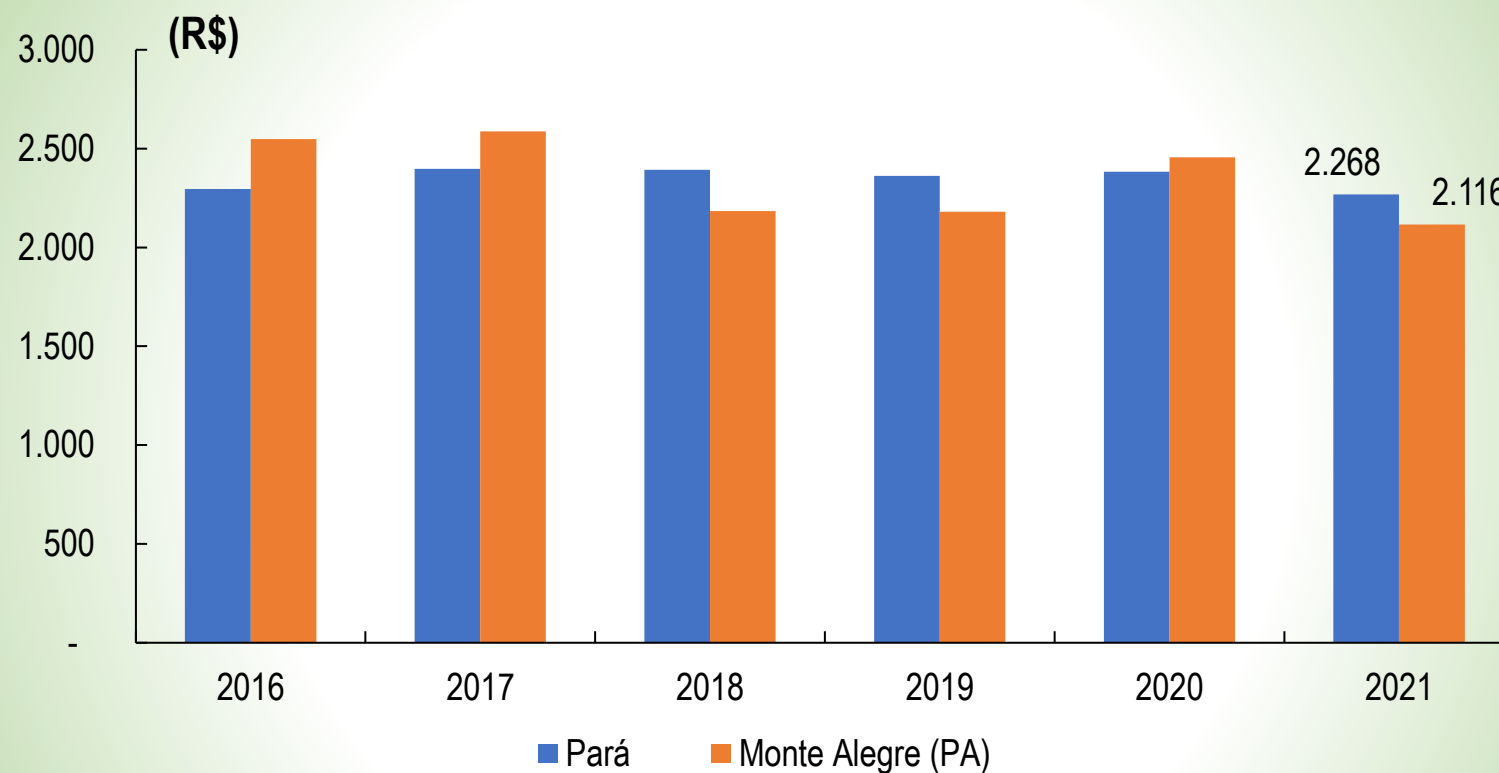
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município reduziu nominalmente cerca de -12,9%.

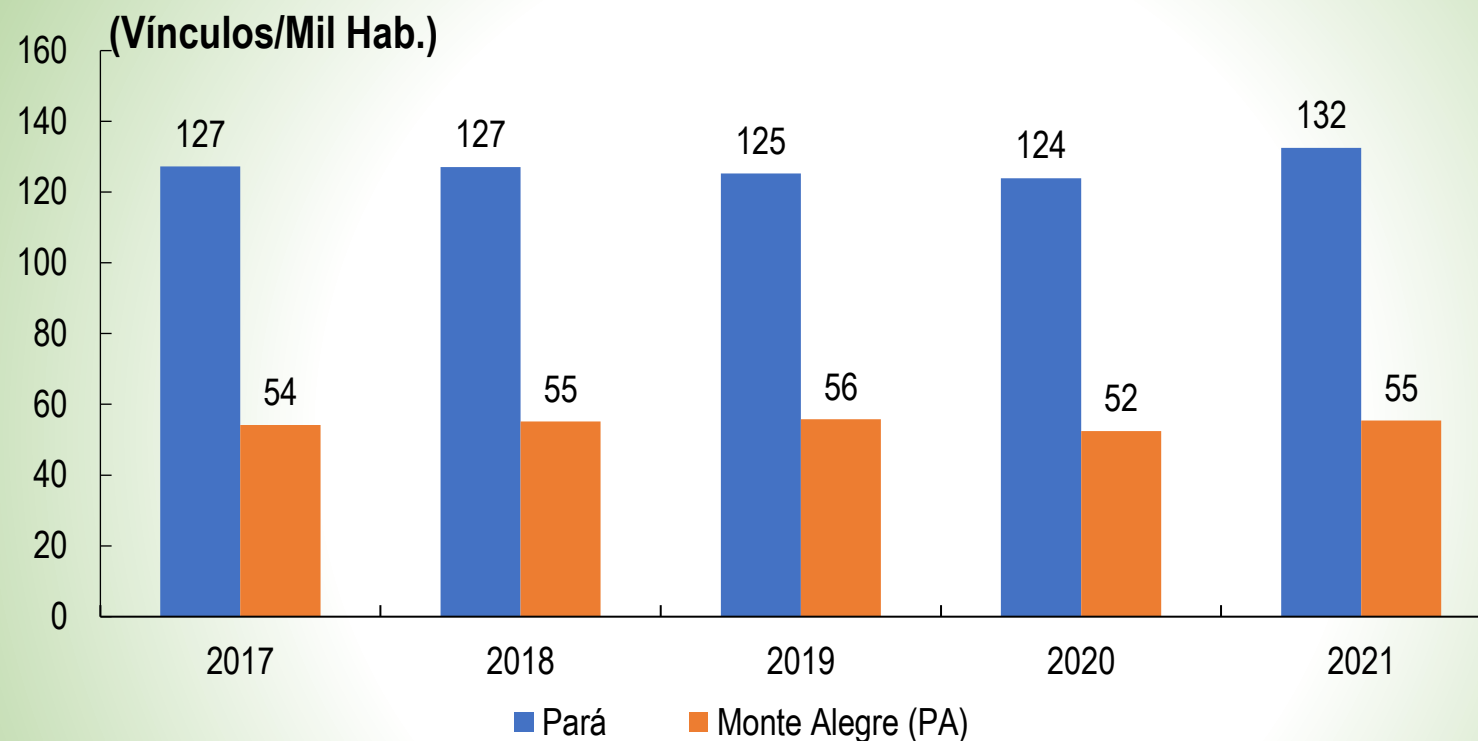
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município reduziu em termos reais cerca de -17%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

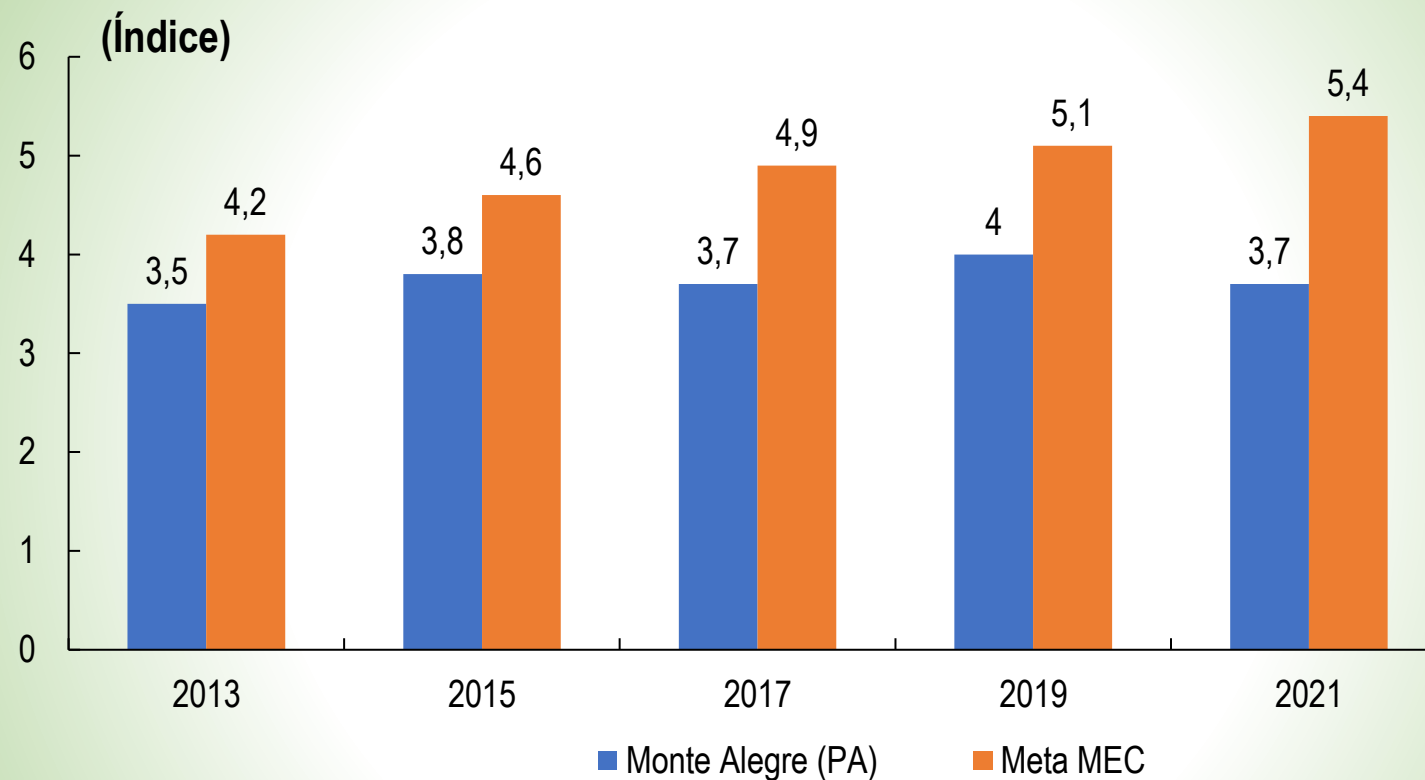


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município aumentou em 2,4%.

Dimensão Social

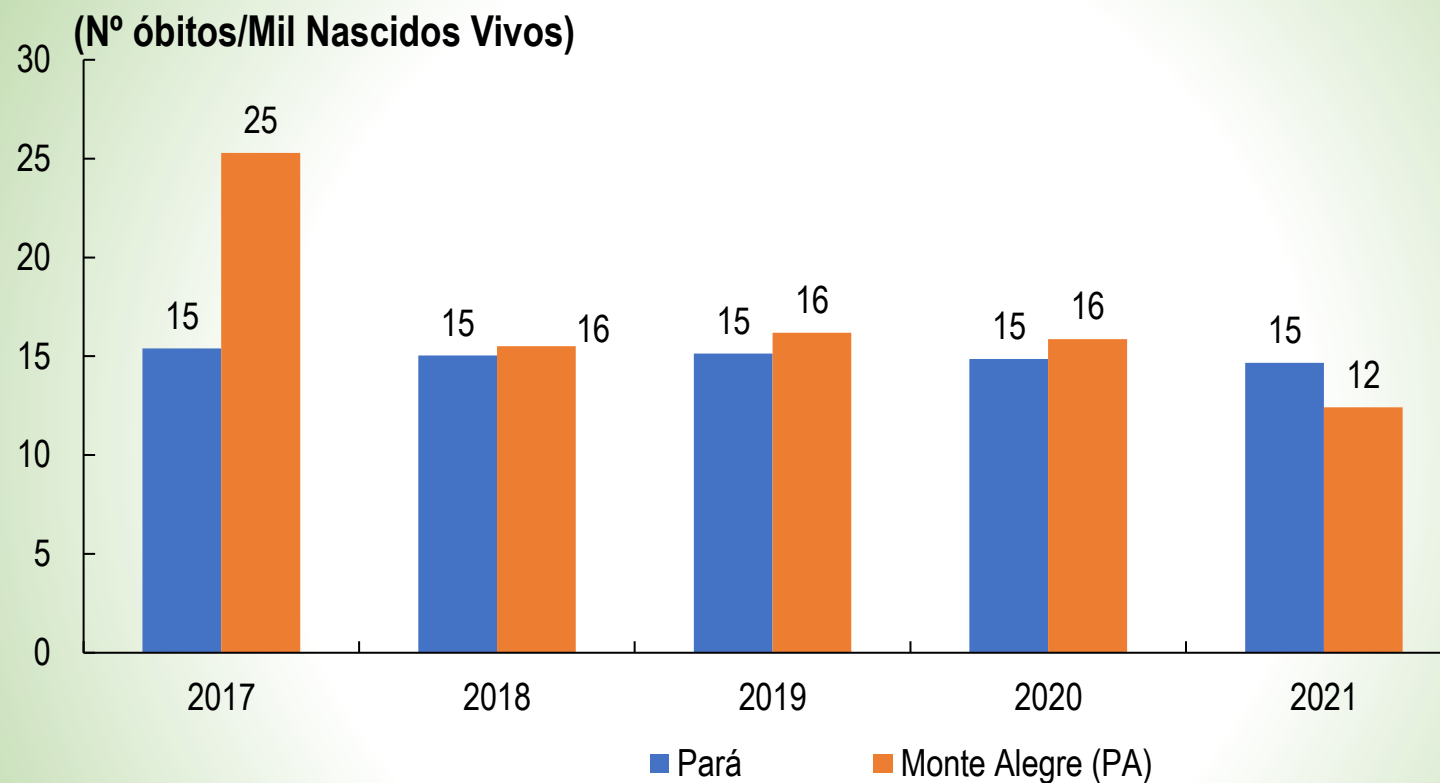
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

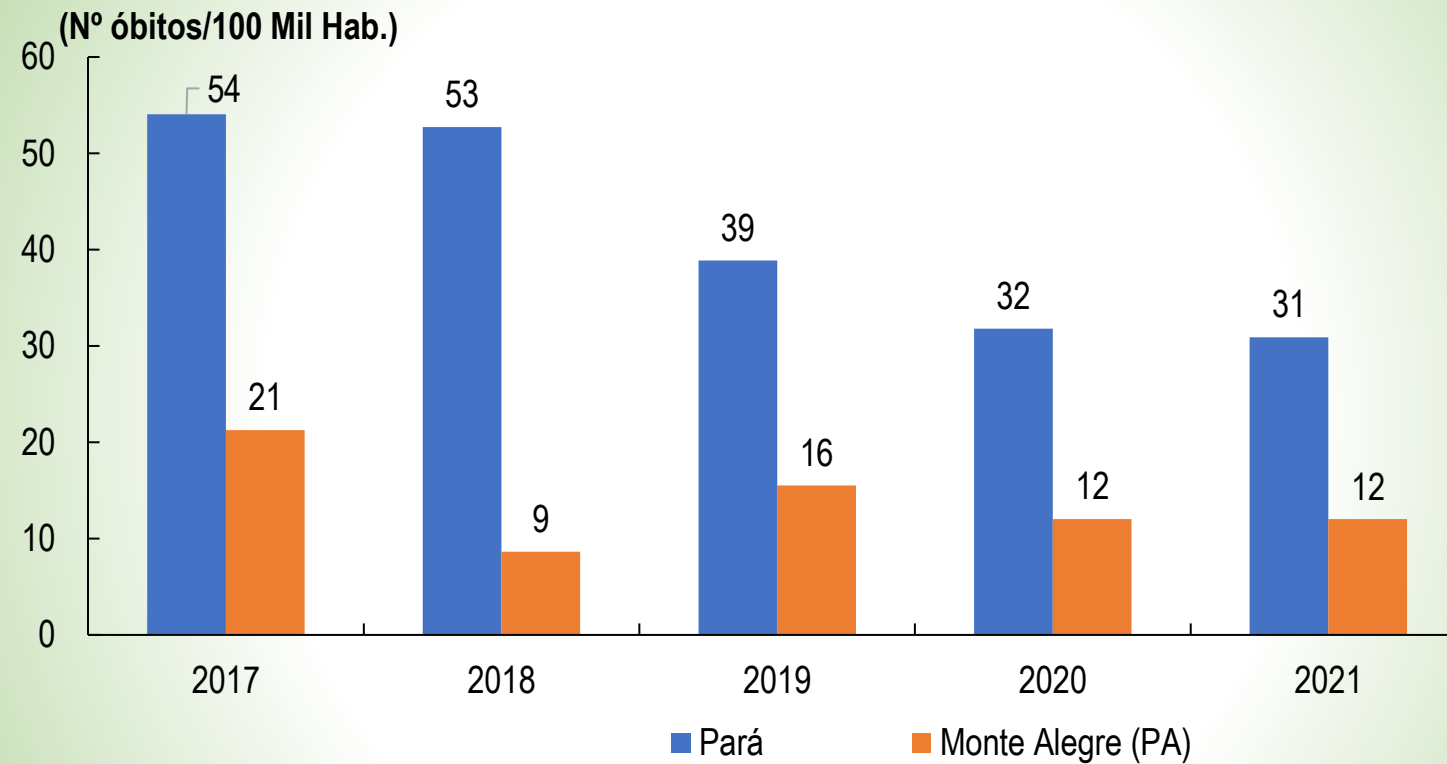
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de mortalidade infantil em -51%.

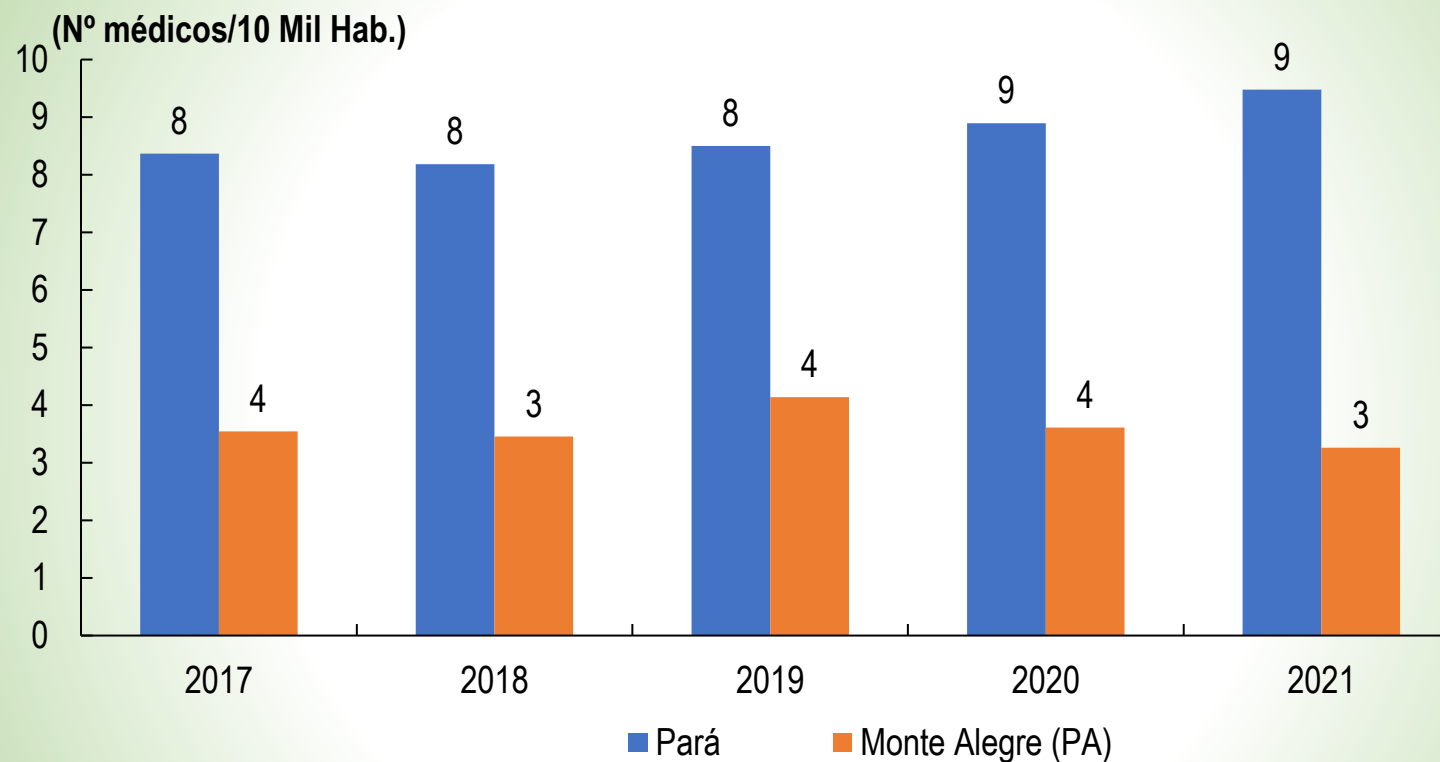
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -43,5%.

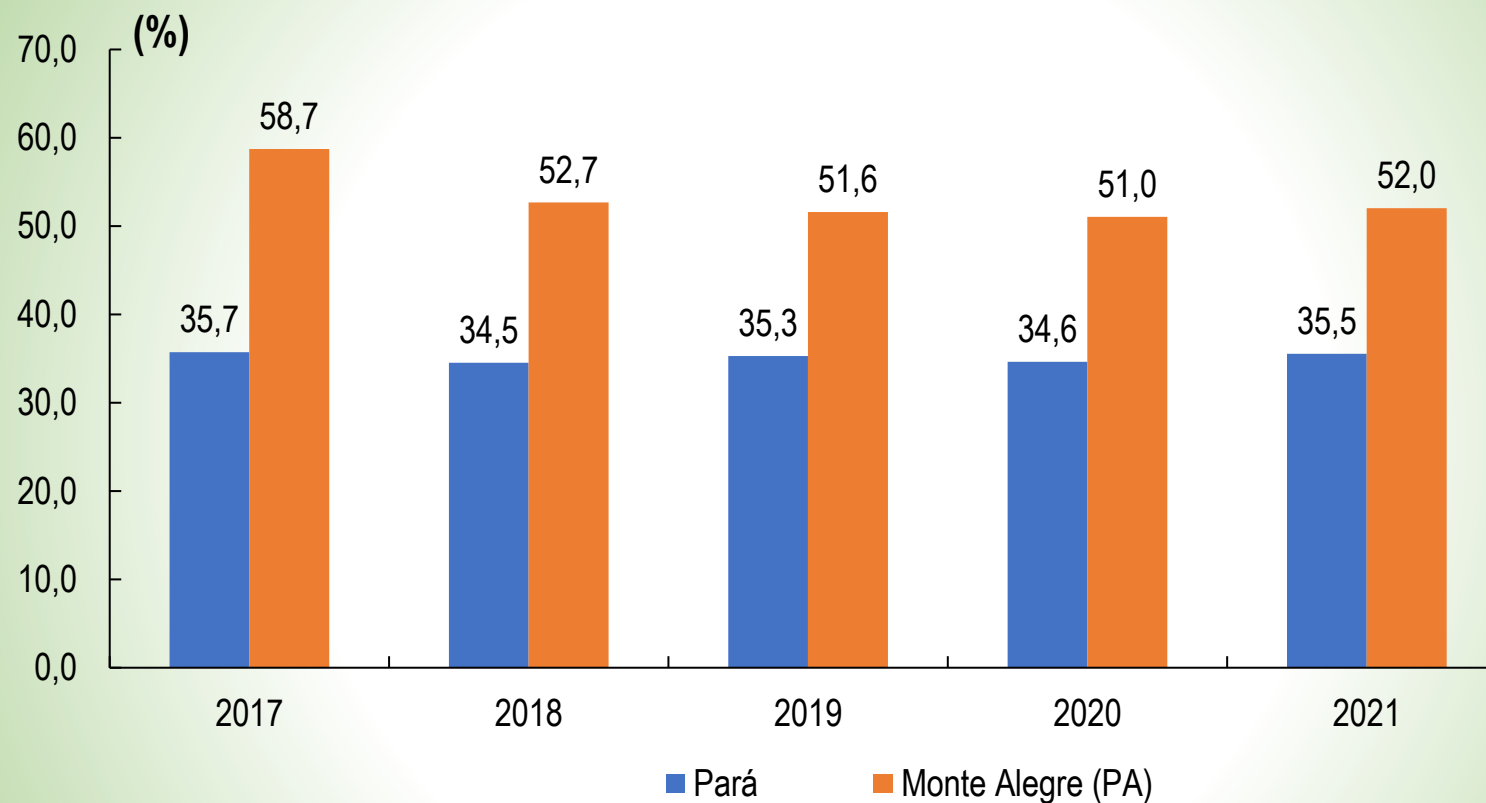
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em -8%.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

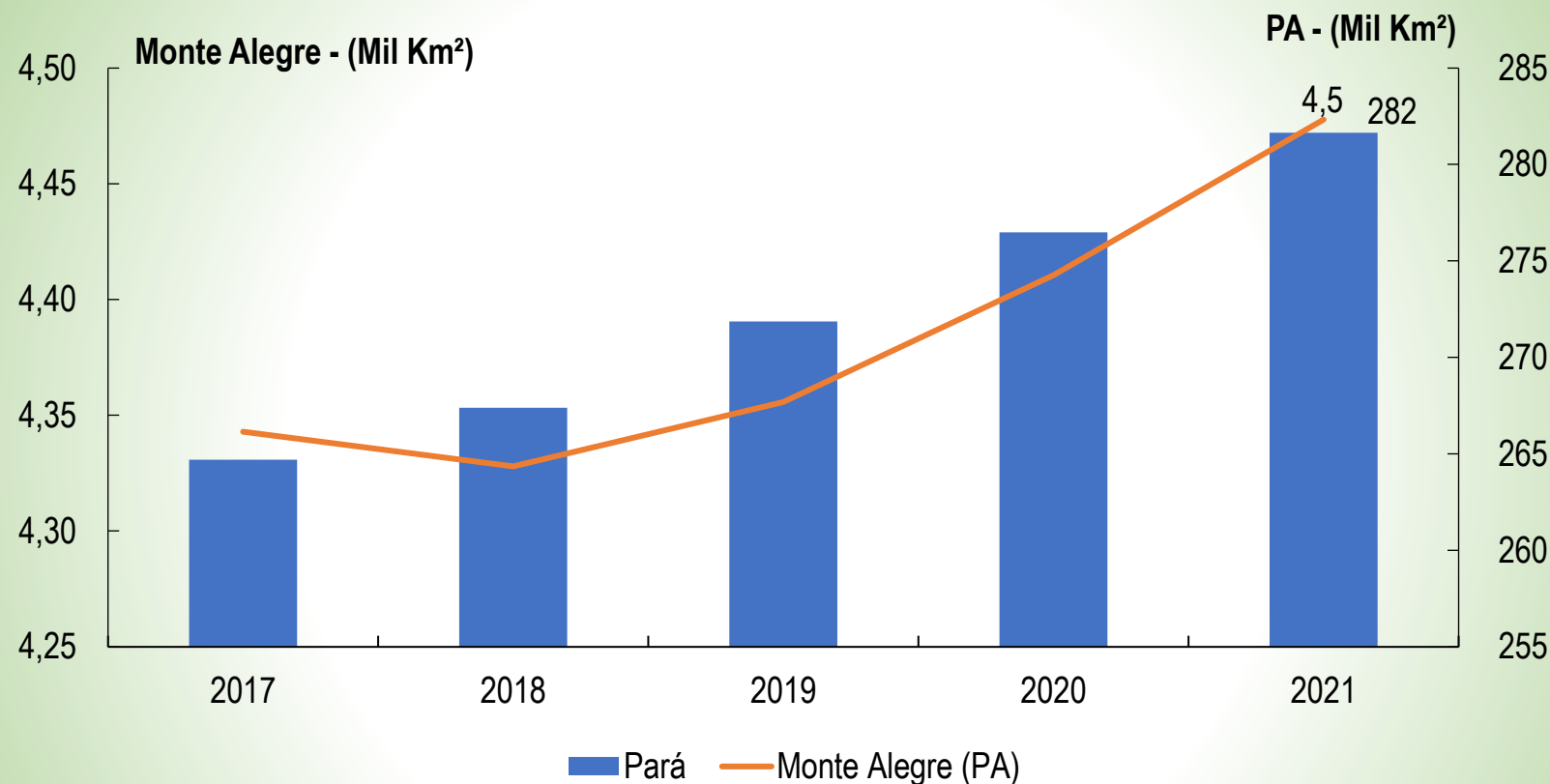


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

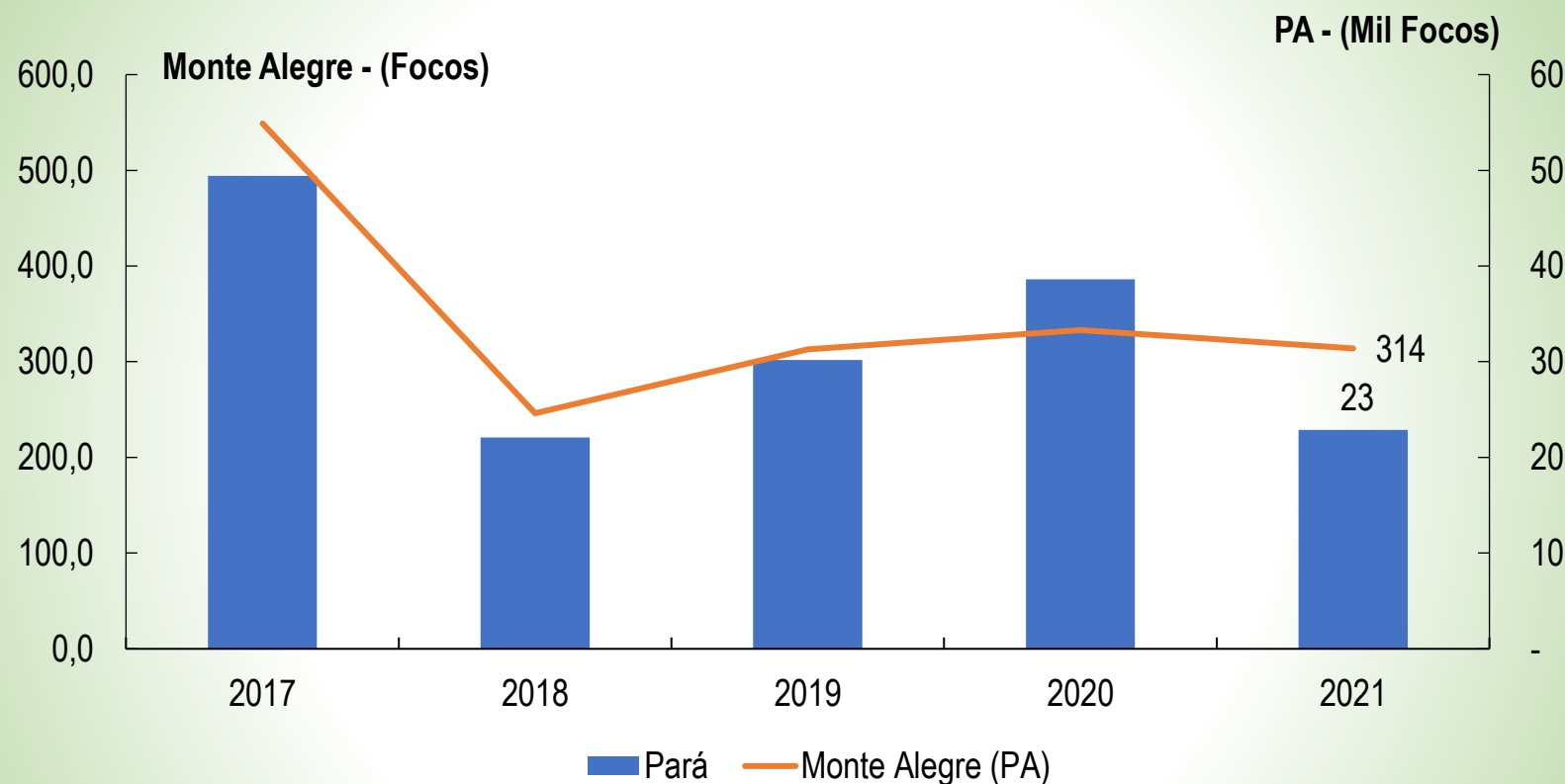
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 3,1%.

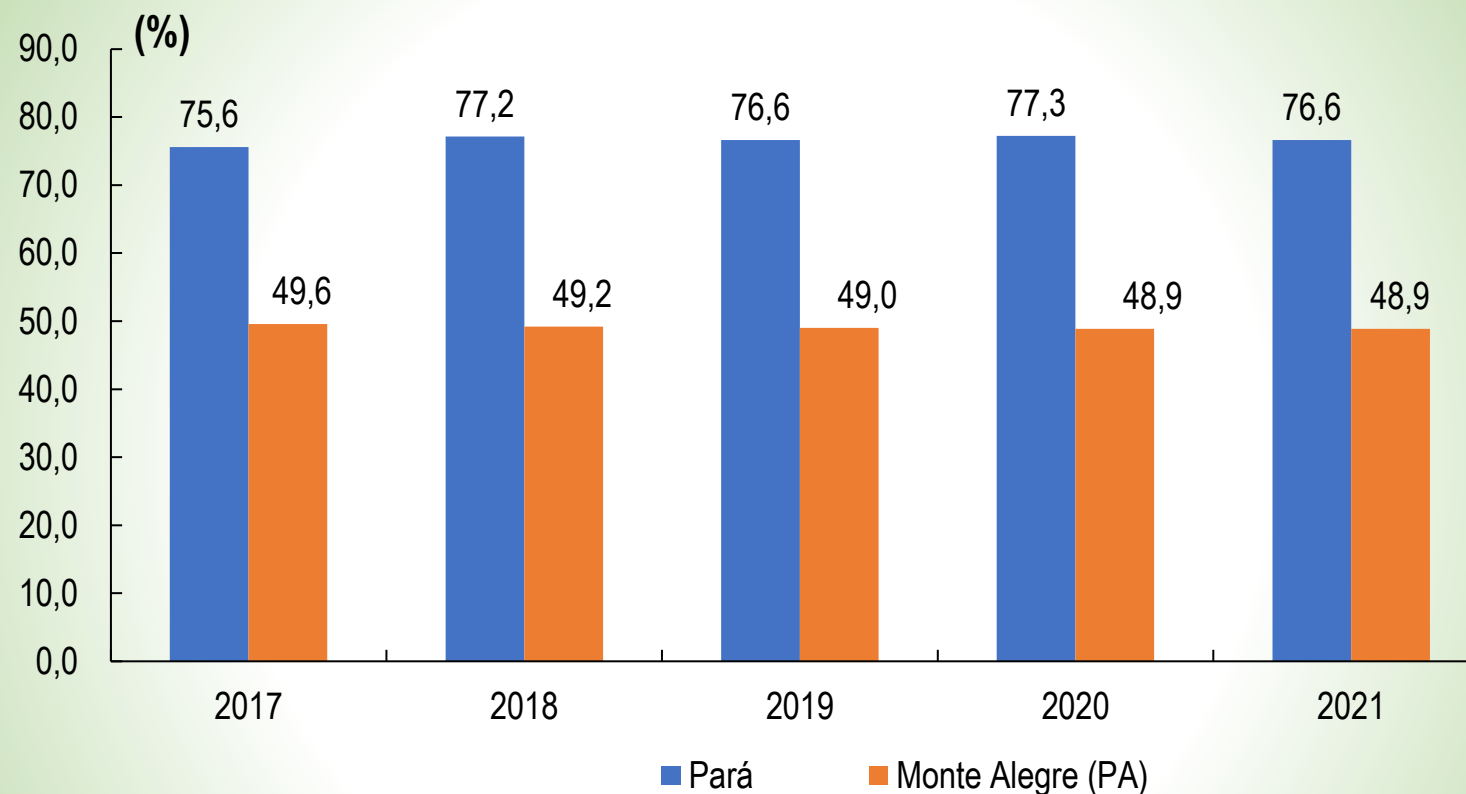
Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -42,8%.

Percentual da população total atendida com coleta lixo regular



Fonte: SNIS.

Entre 2017 e 2021 quase metade da população do município é atendida com coleta regular de lixo, porém esse patamar é abaixo da média do estado.

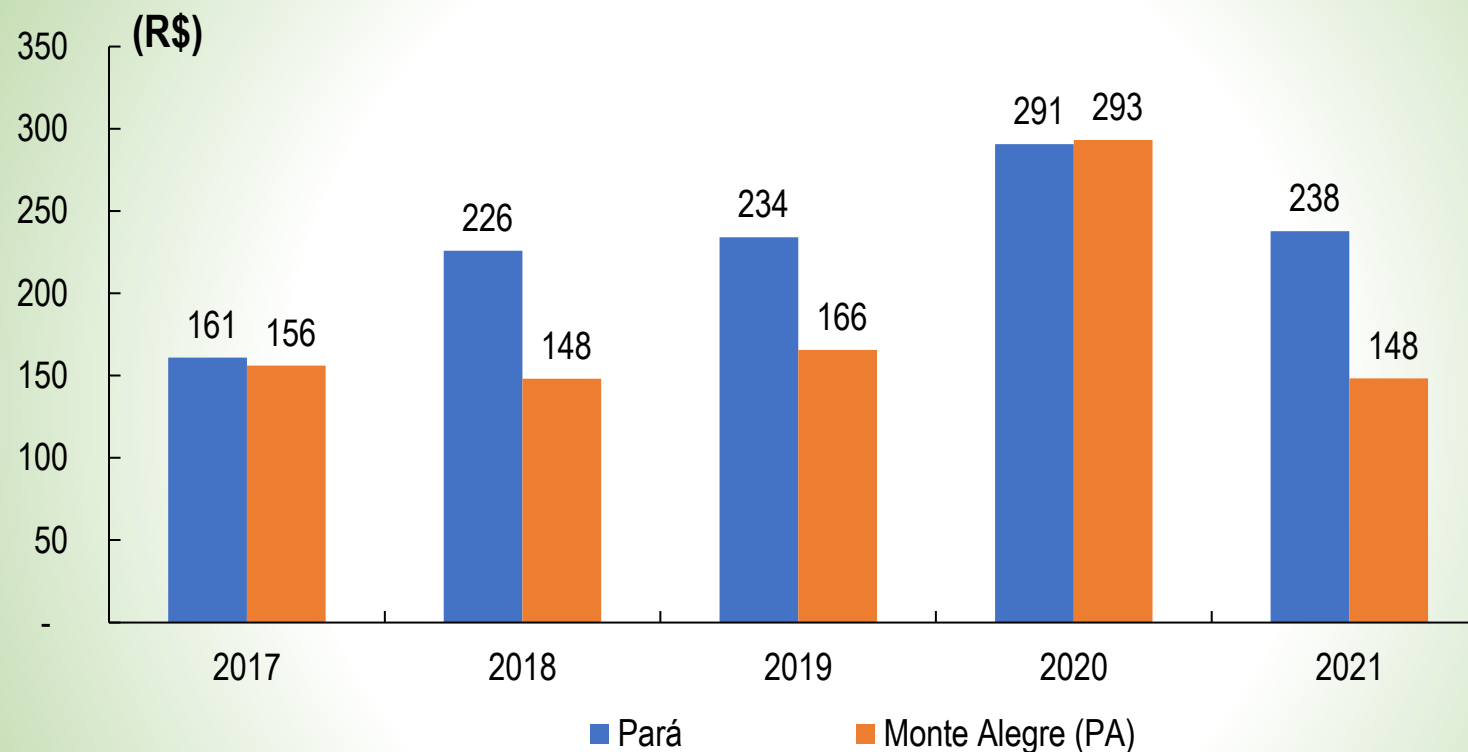
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	73	0,15
Fossa séptica	3.806	7,9
Fossa rudimentar	27.480	57,0
Vala a céu aberto	12.338	25,6
Direto para um rio, lago ou mar	18	0,04
Outra forma	119	0,2
Sem Resposta	4.342	9,0
Total	48.176	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 apenas 0,15% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município reduziu esse tipo de gasto em -5%, em termos reais.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Monte Alegre**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Óbidos



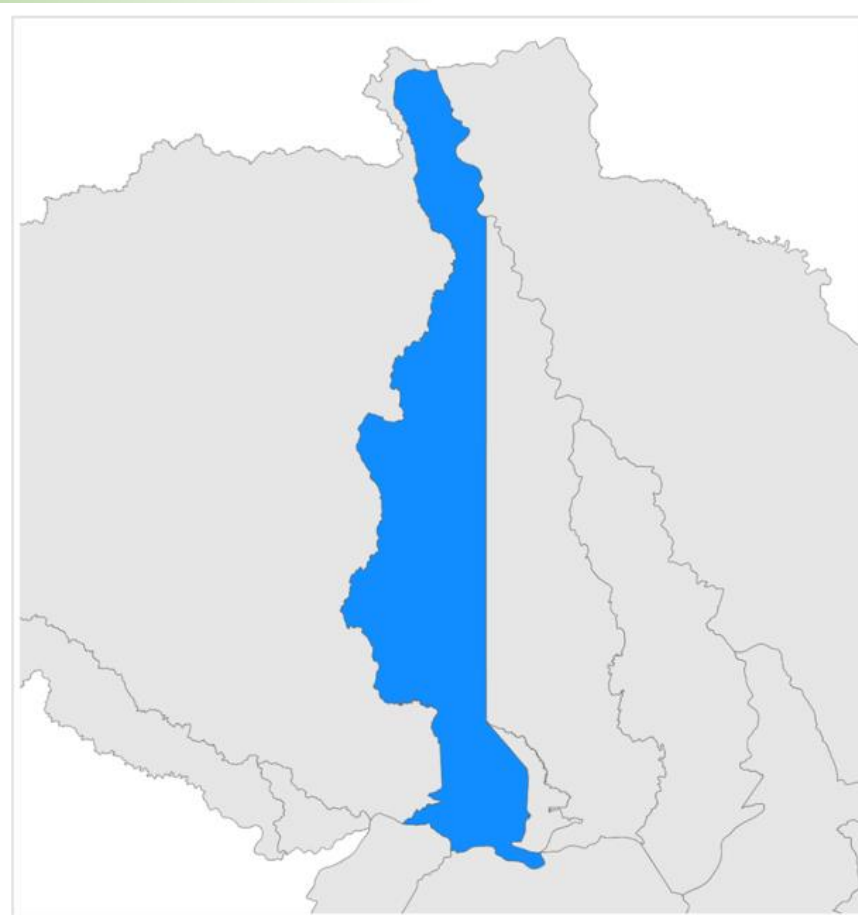
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Óbidos**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

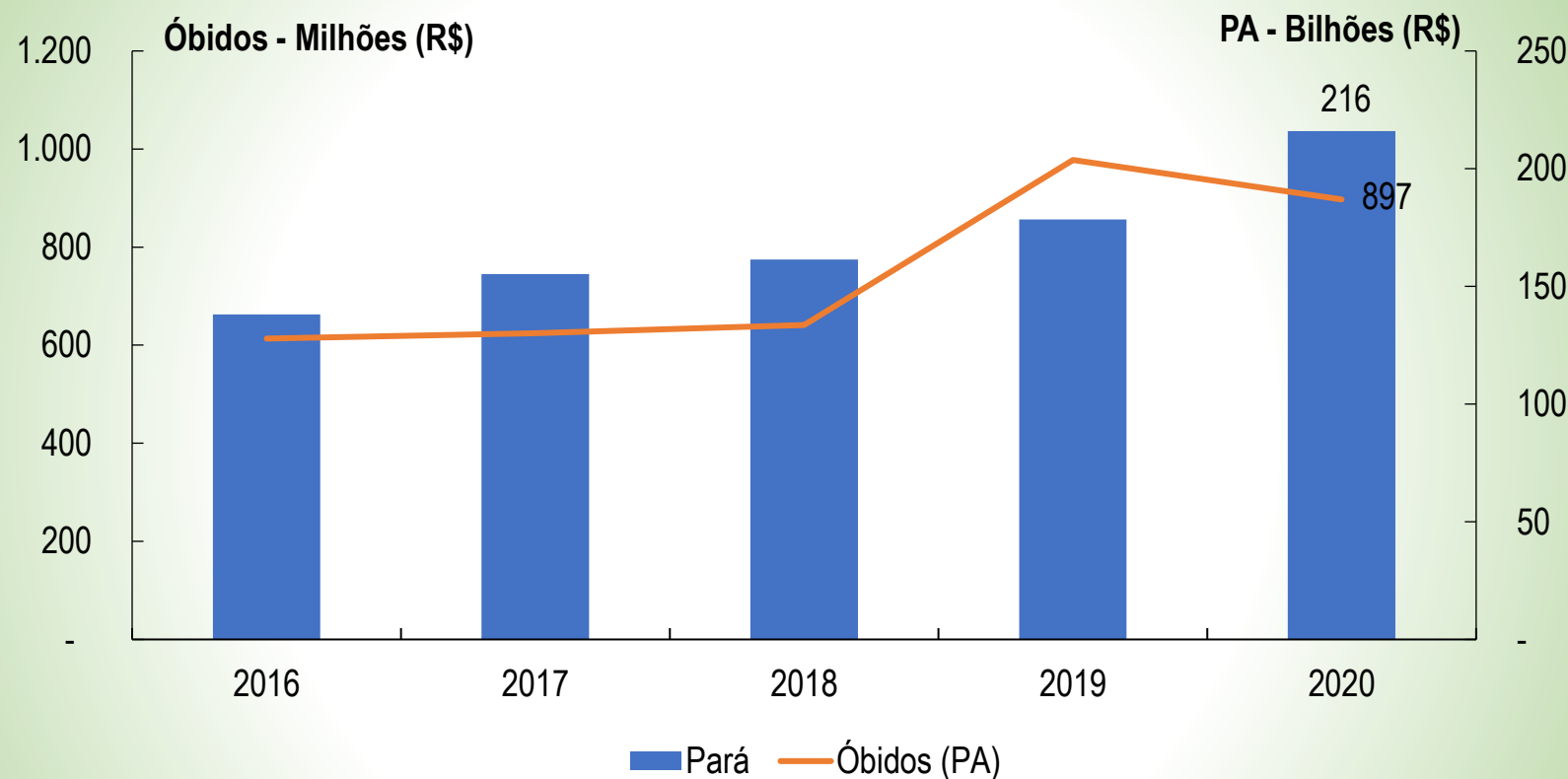
Espacialização do Território

ÓBIDOS - PA



Dimensão Econômica

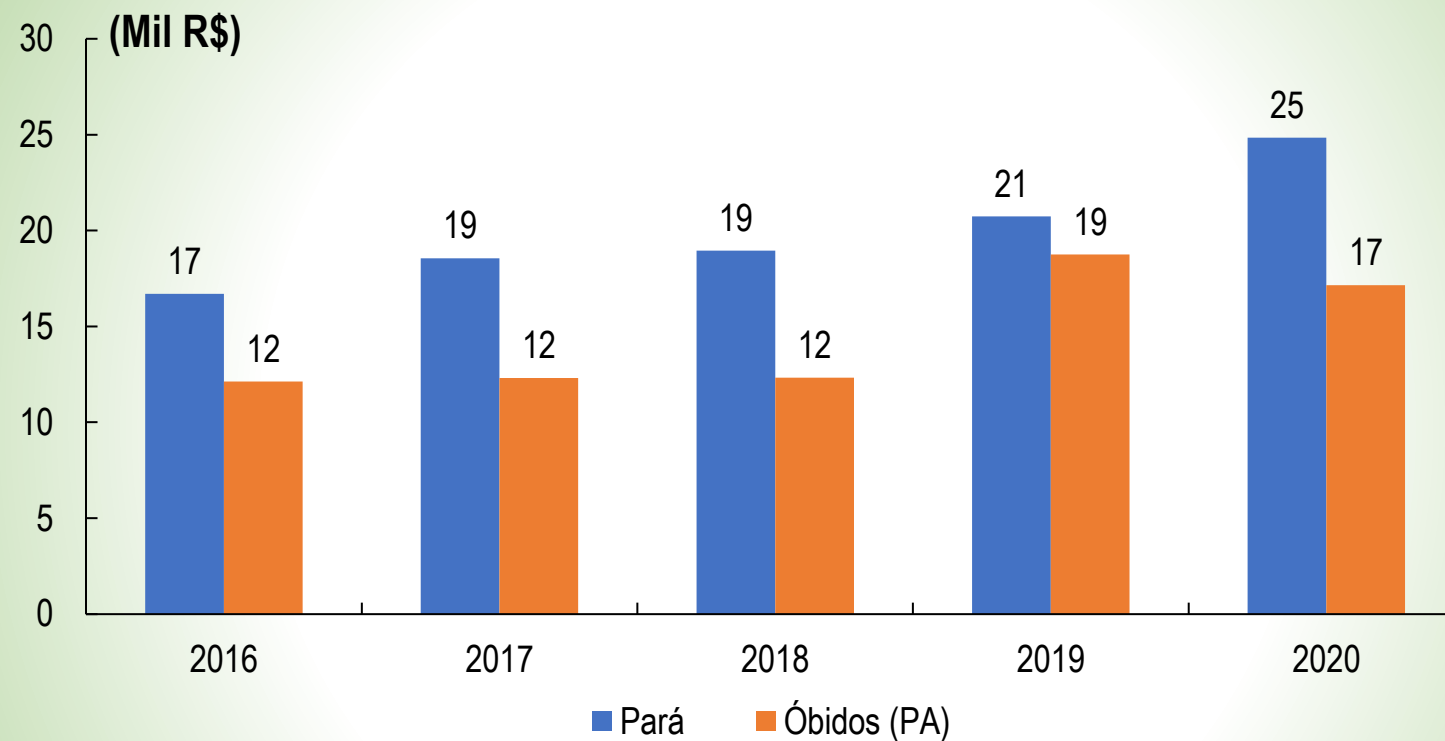
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 46,3%.

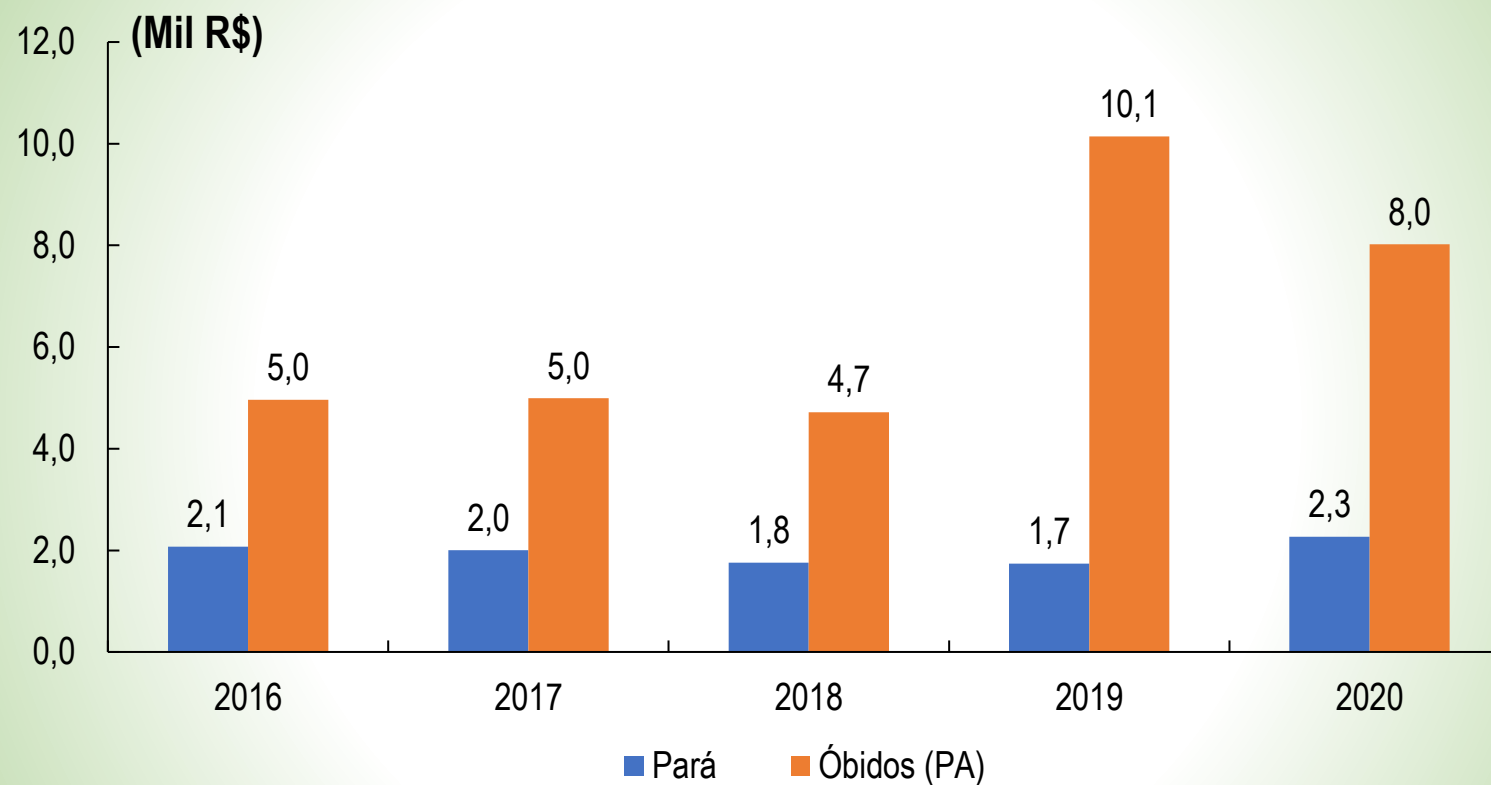
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município cresceu nominalmente cerca de 41,5%.

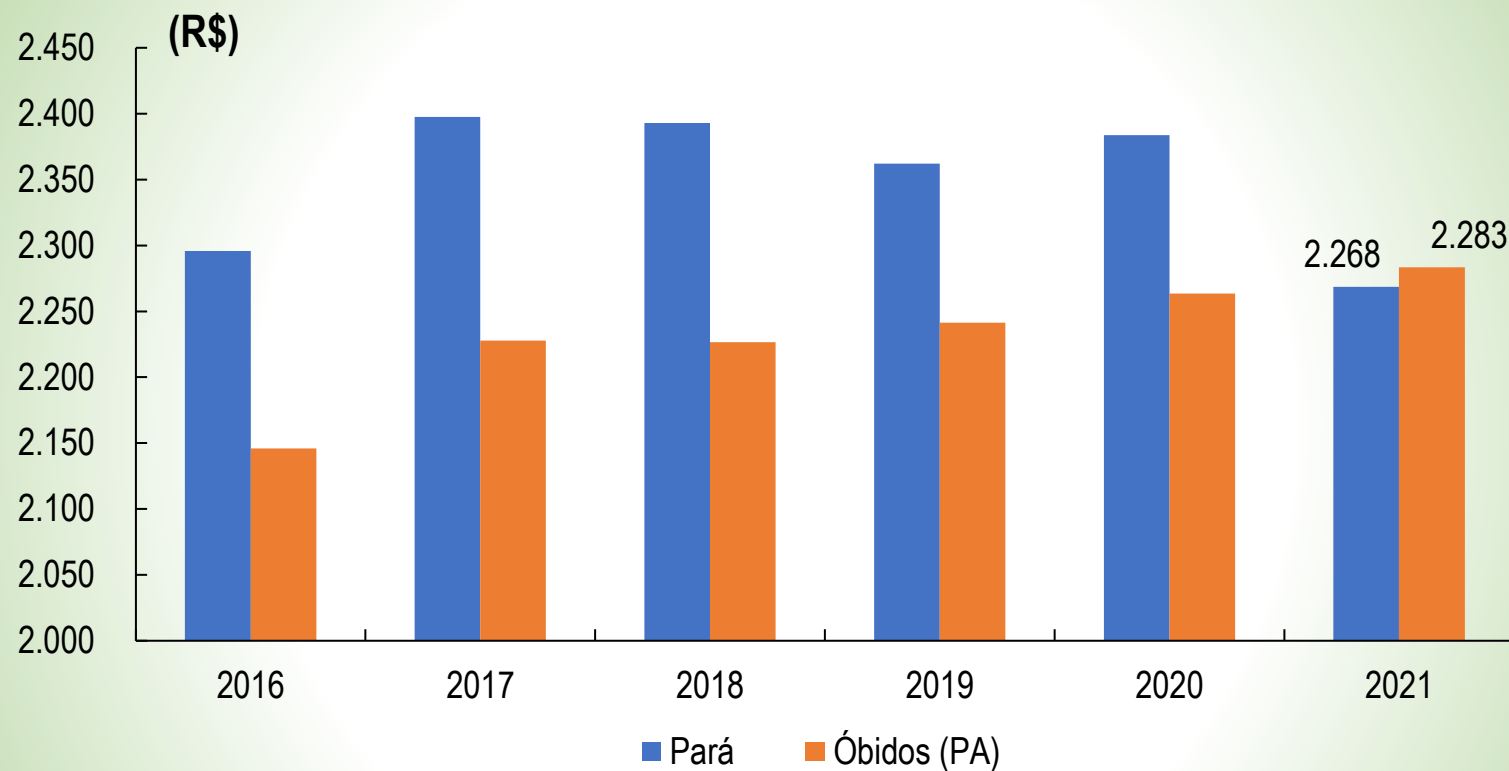
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 61,5%.

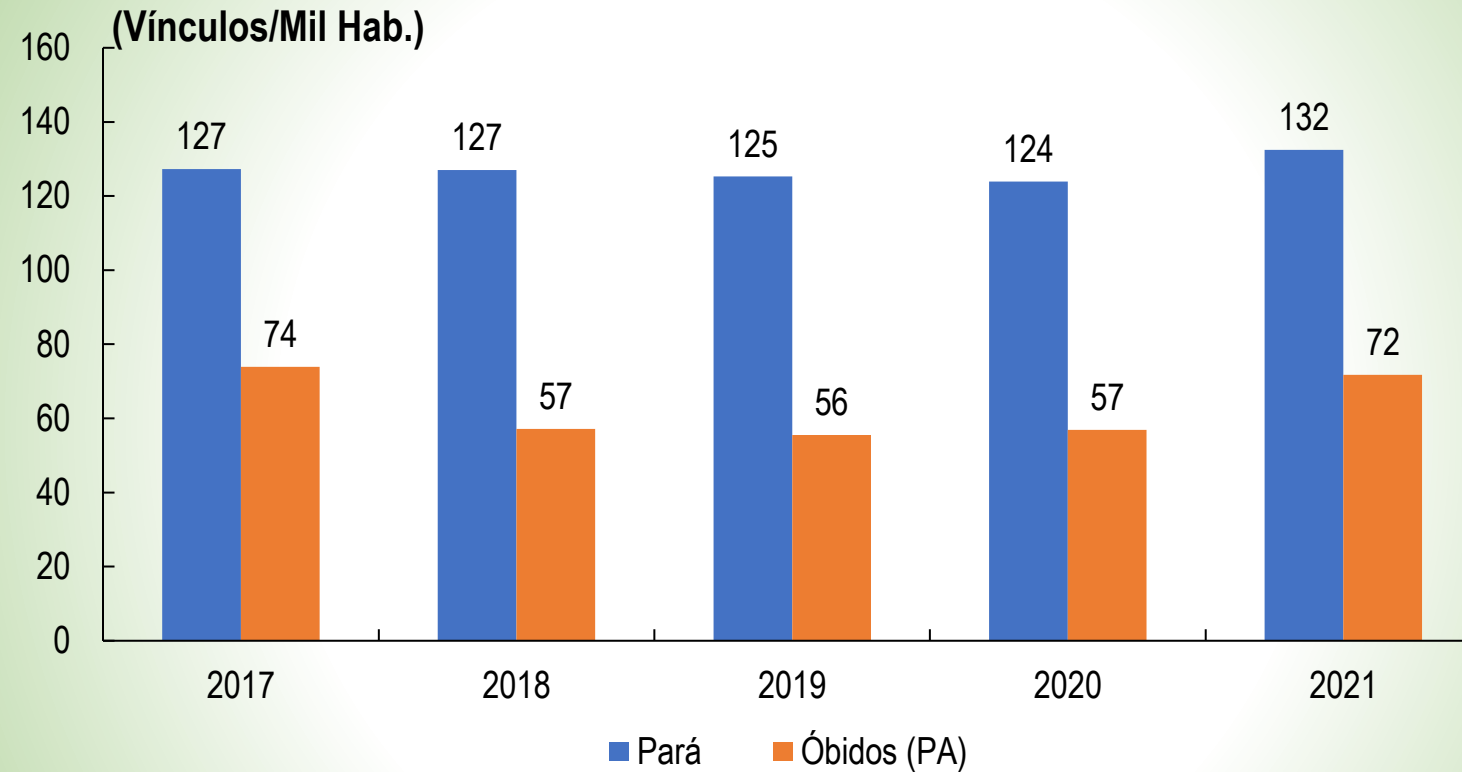
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de 6,4%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

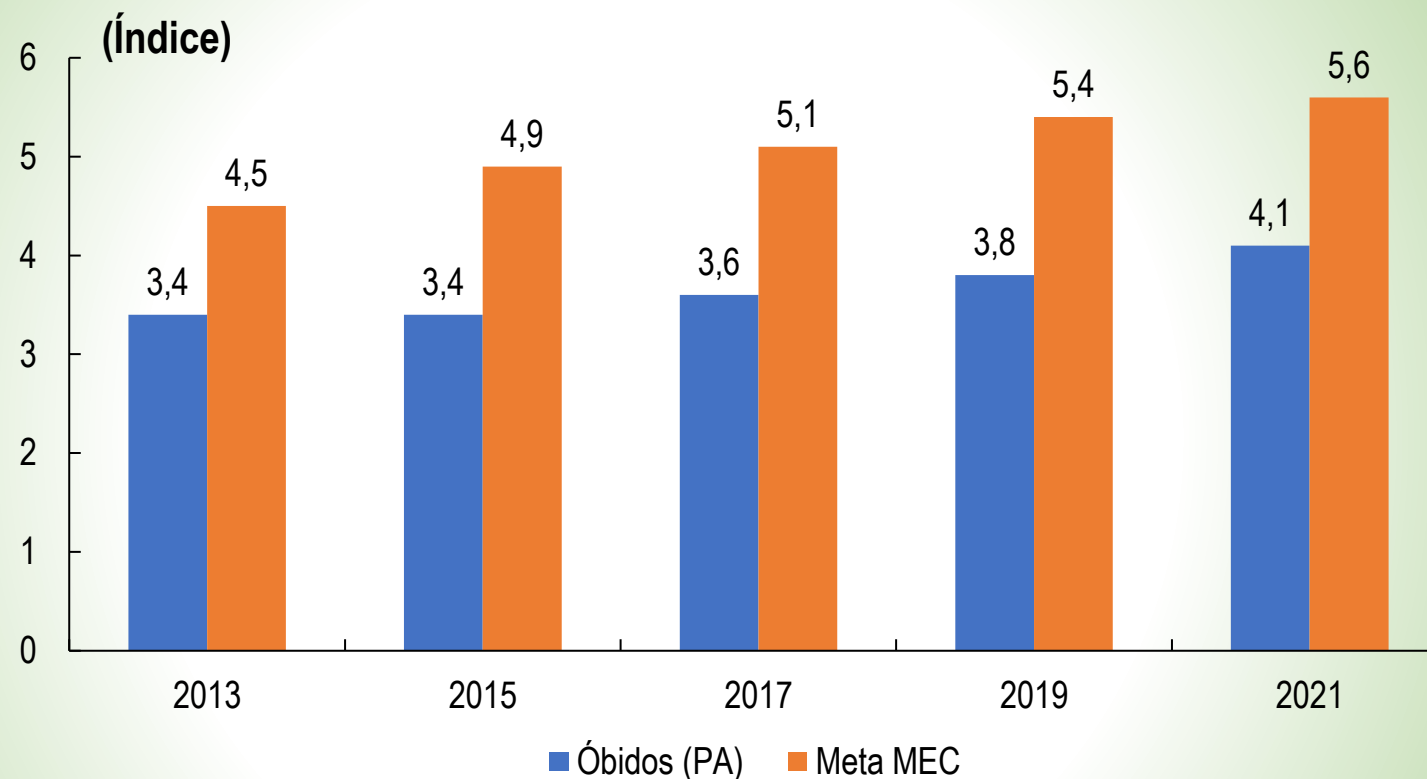


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município reduziu em -3%.

Dimensão Social

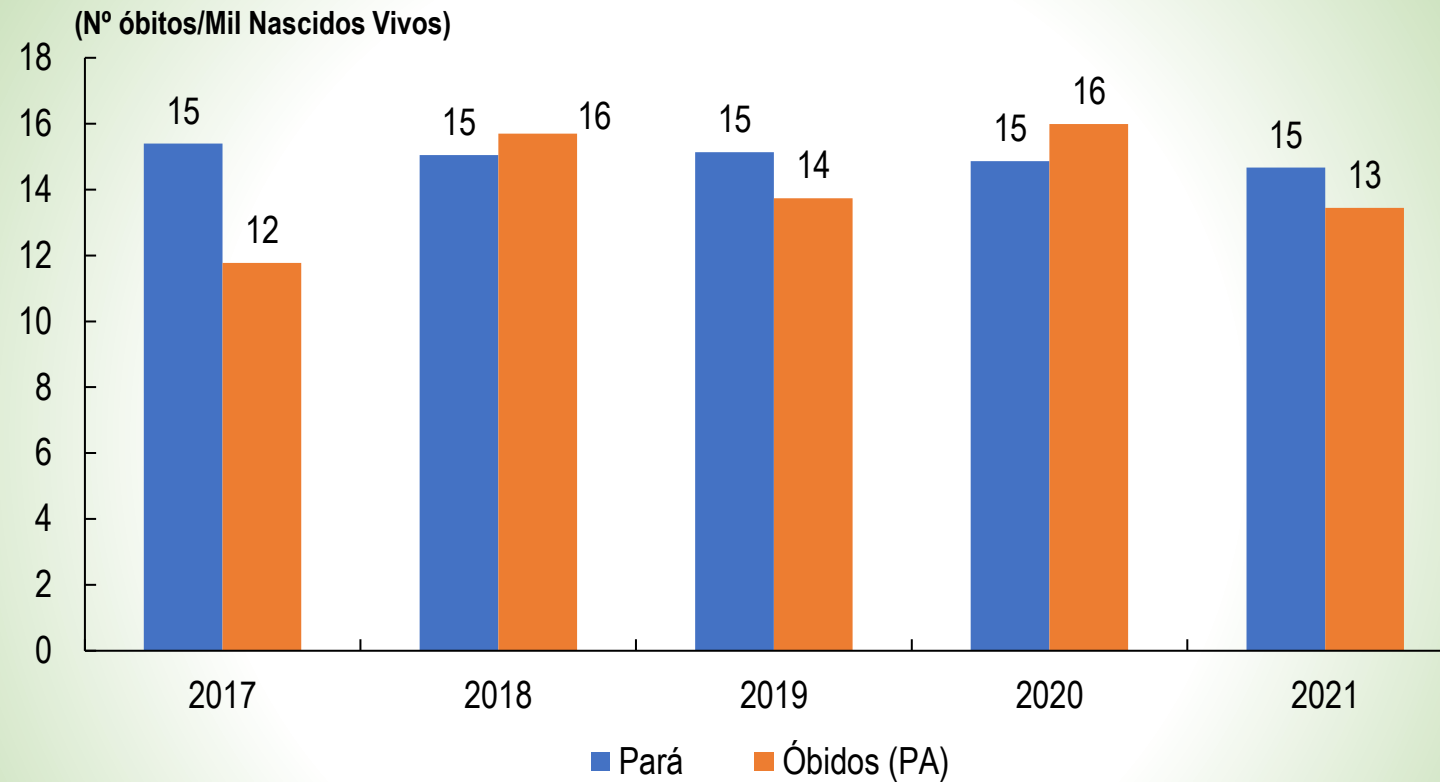
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

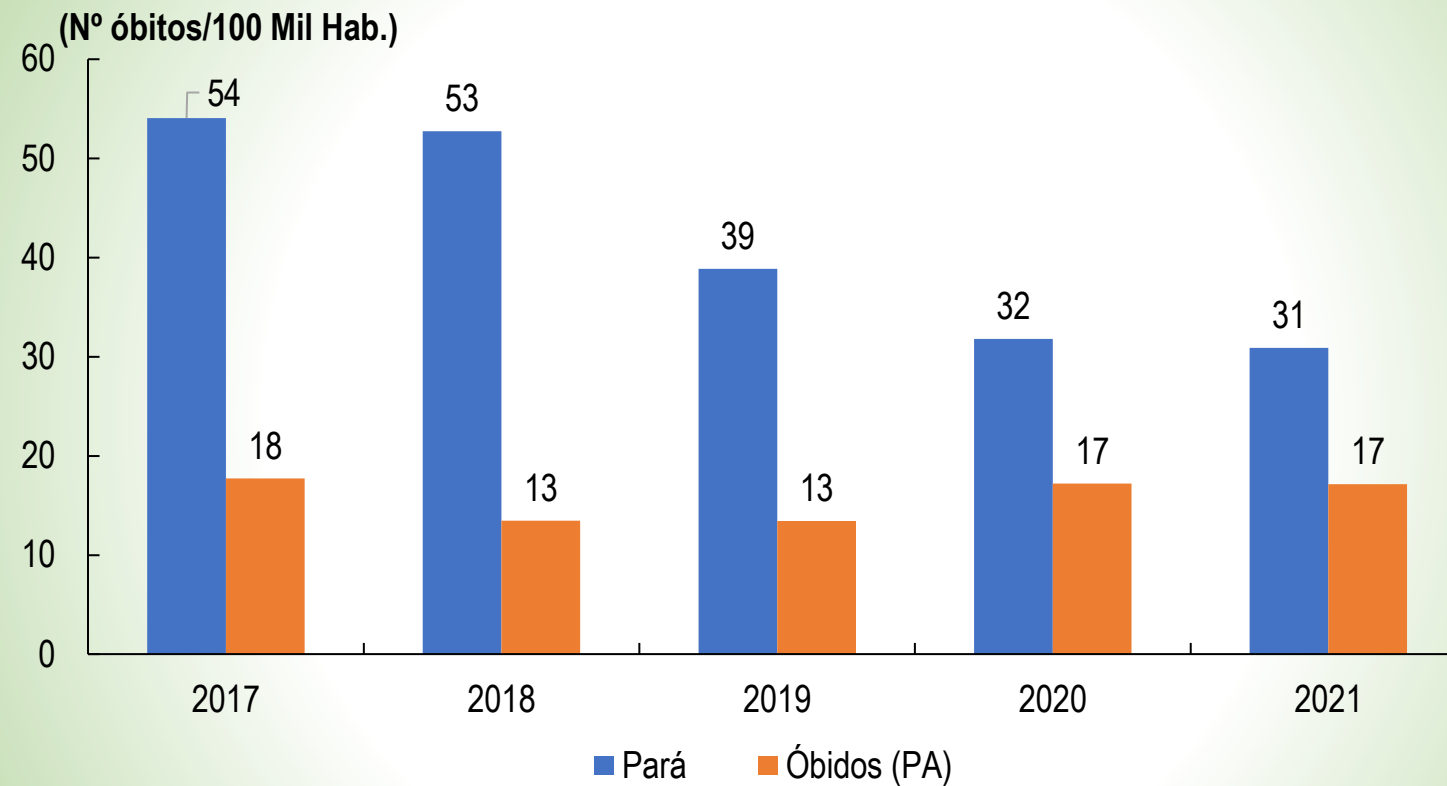
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua taxa de mortalidade infantil em 14,2%.

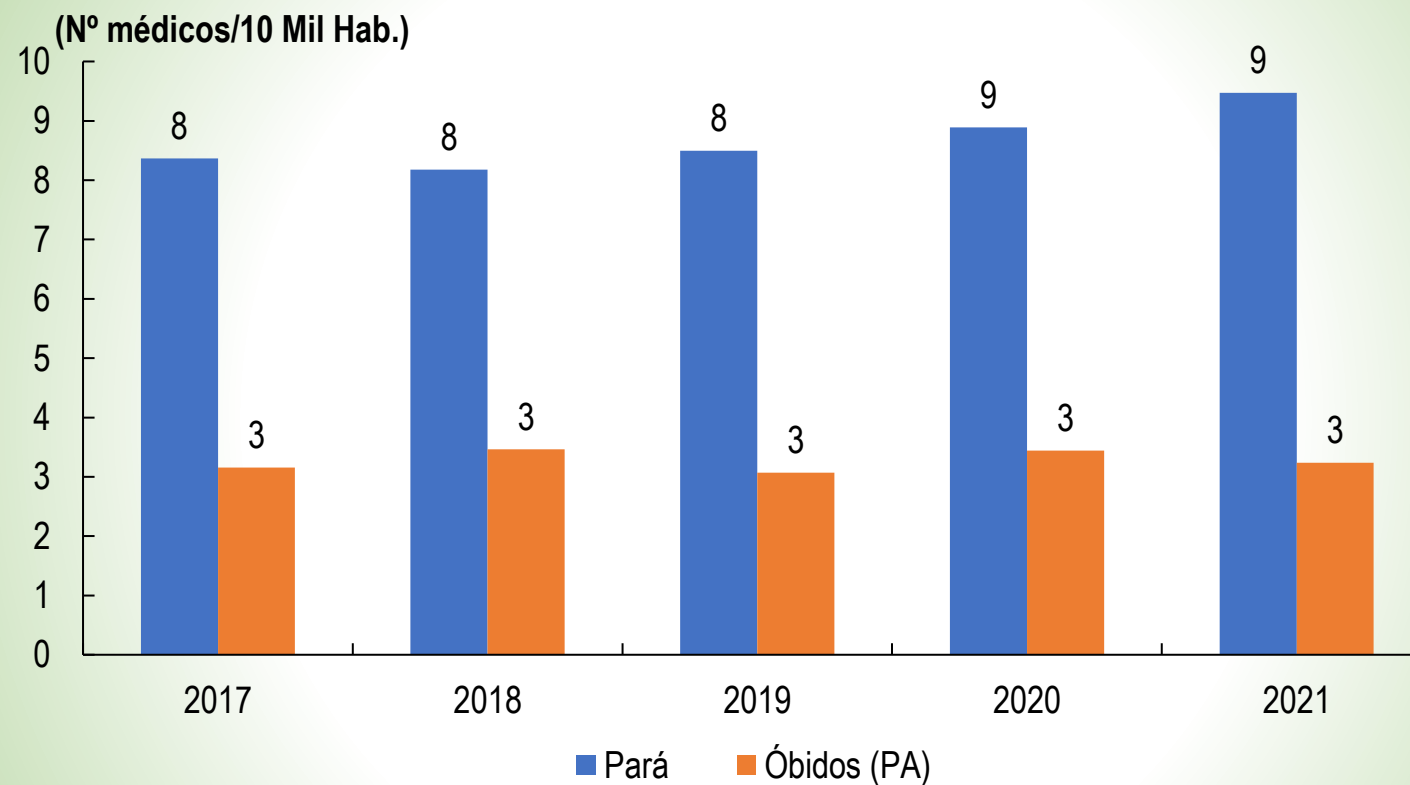
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -3,3%.

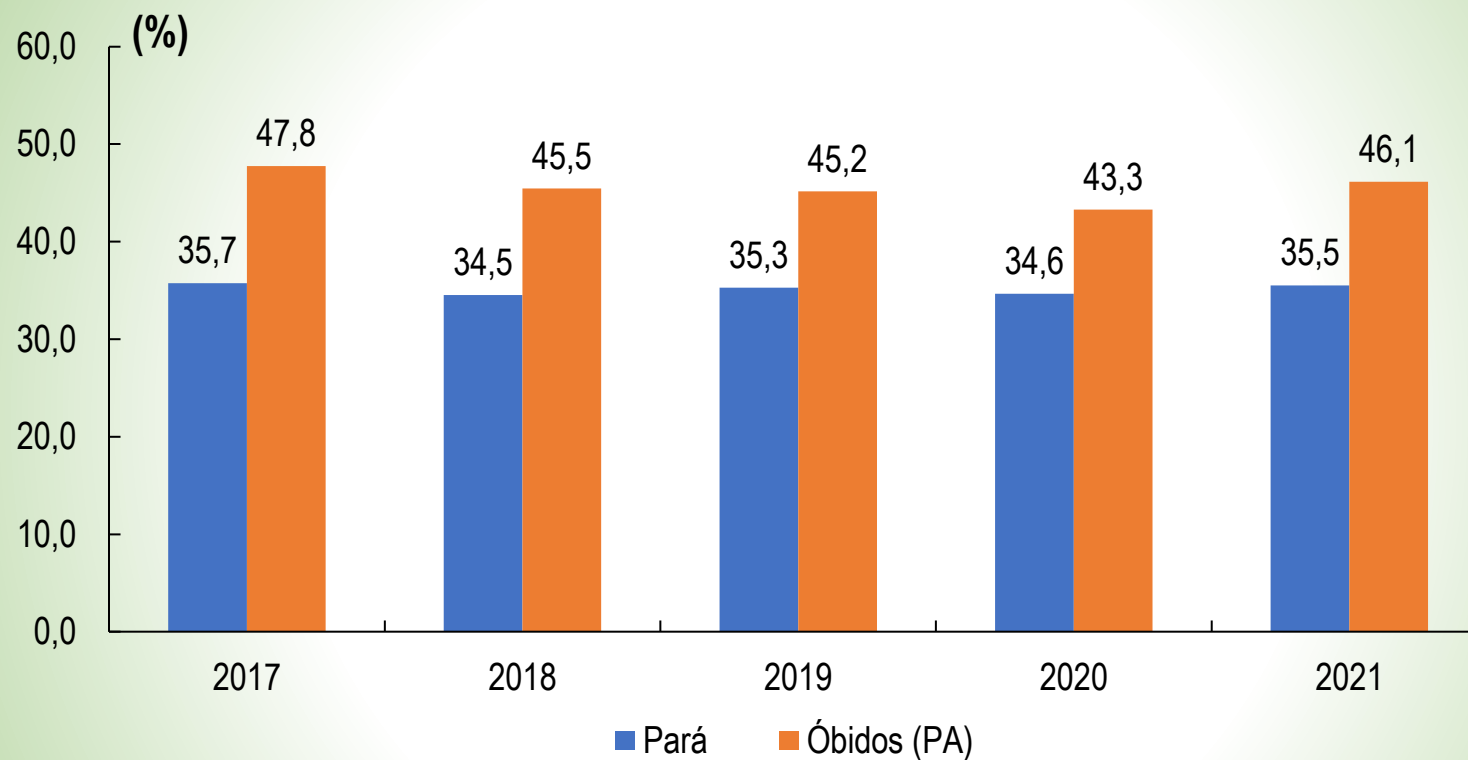
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município manteve praticamente estagnado o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

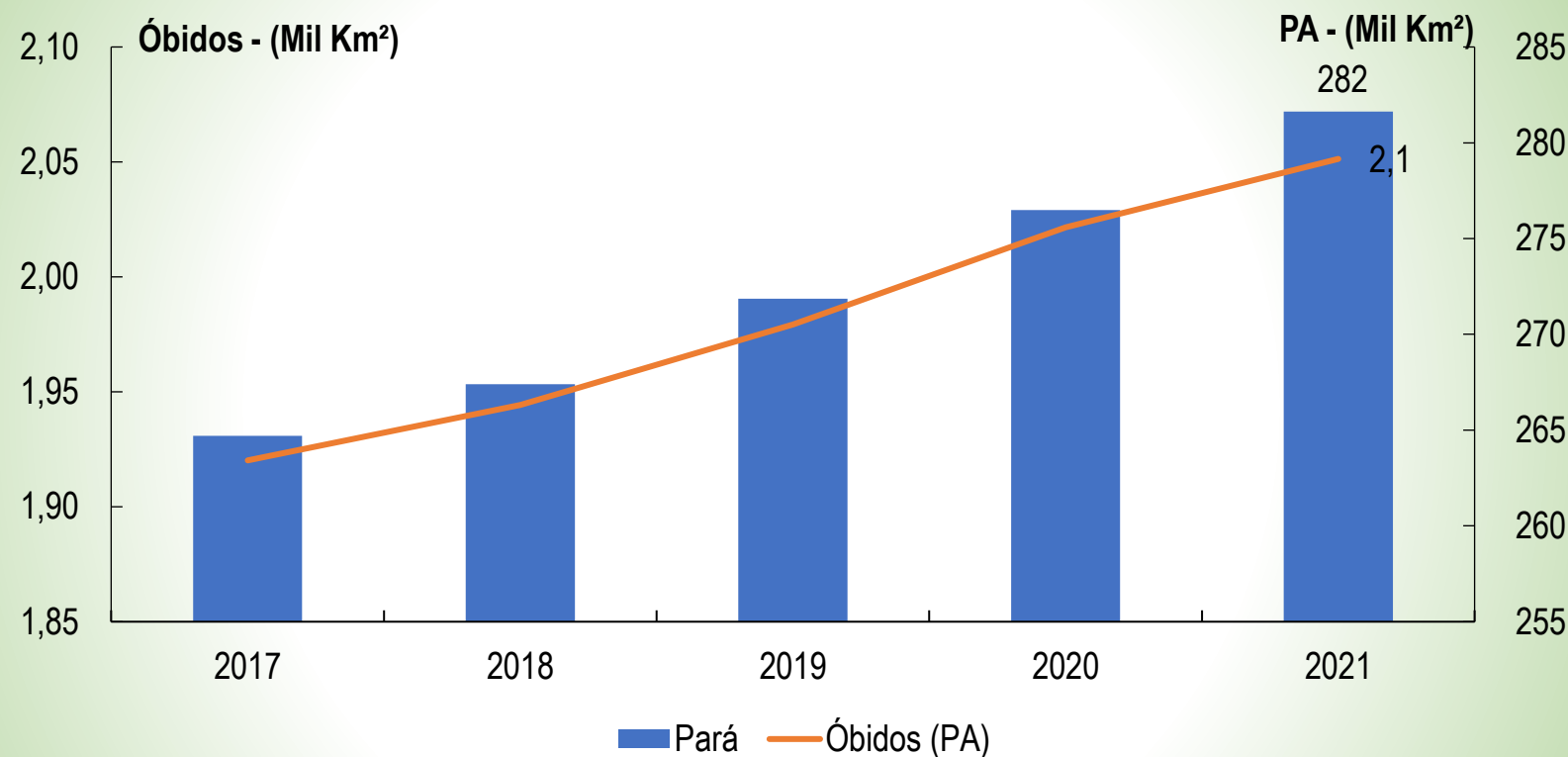


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

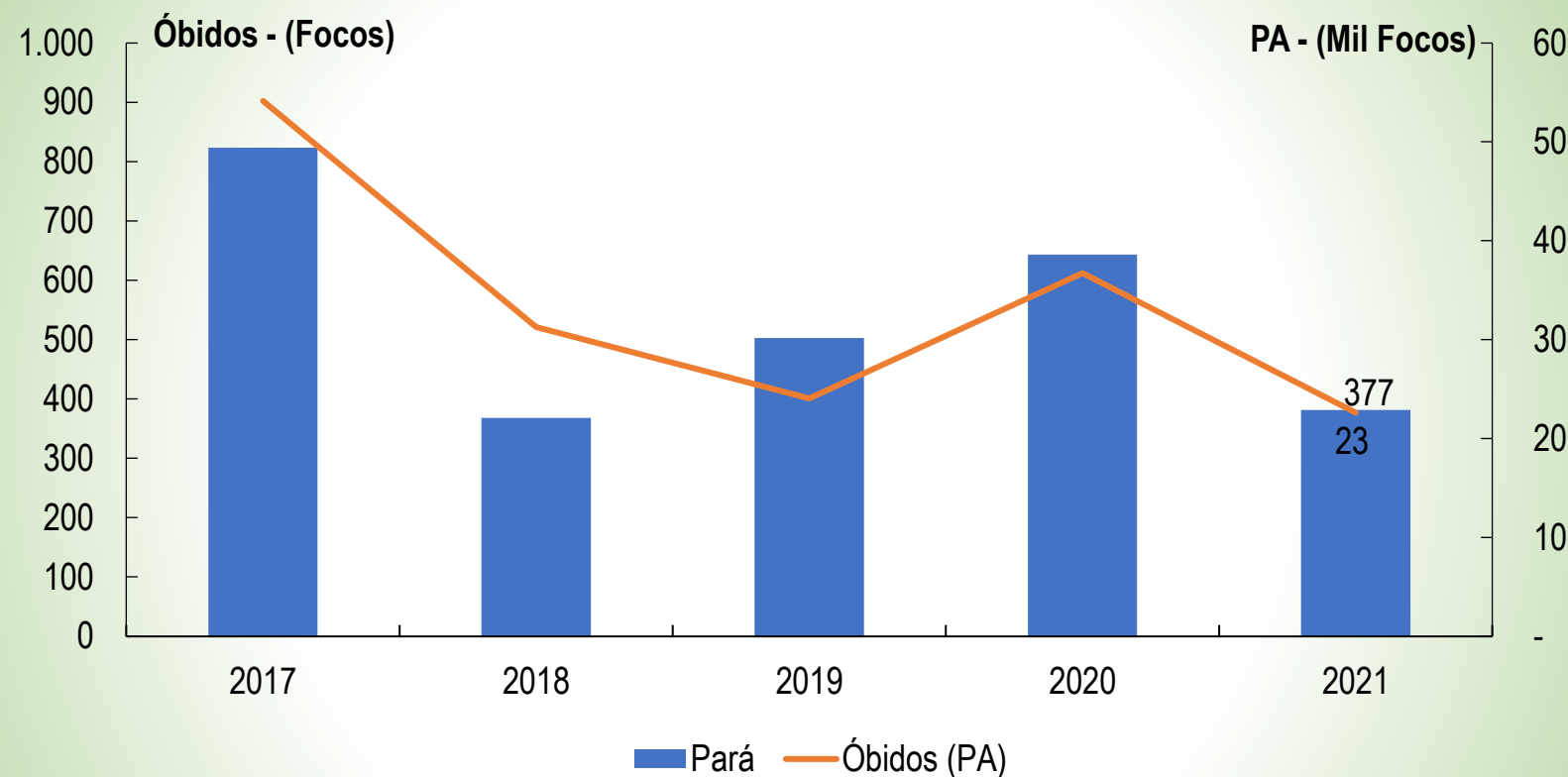
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 6,8%.

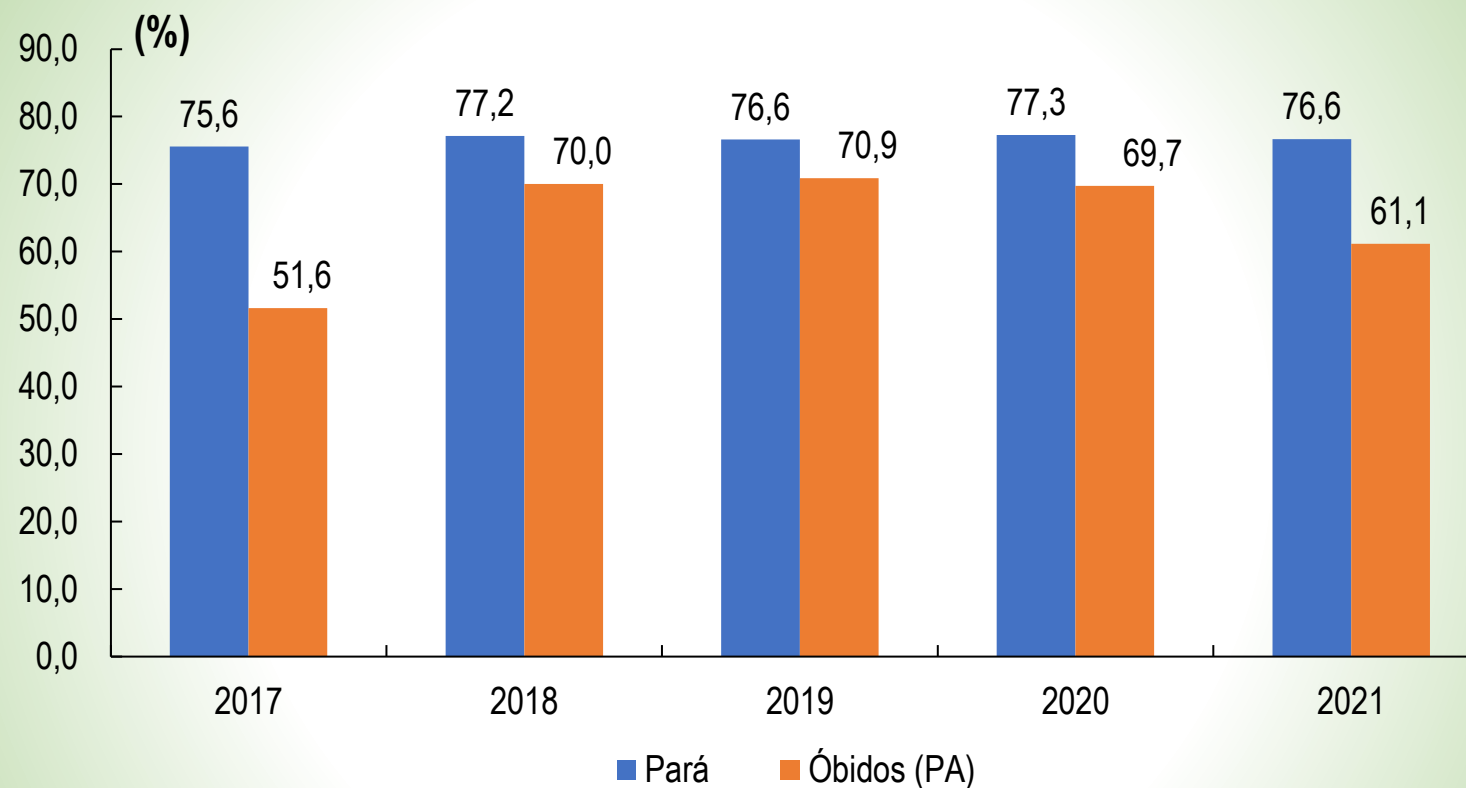
Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -58,2%.

Percentual da população total atendida com coleta lixo regular



Fonte: SNIS.

Entre 2017 e 2021 mais da metade da população do município é atendida com coleta regular de lixo, porém esse patamar ainda é abaixo da média do estado.

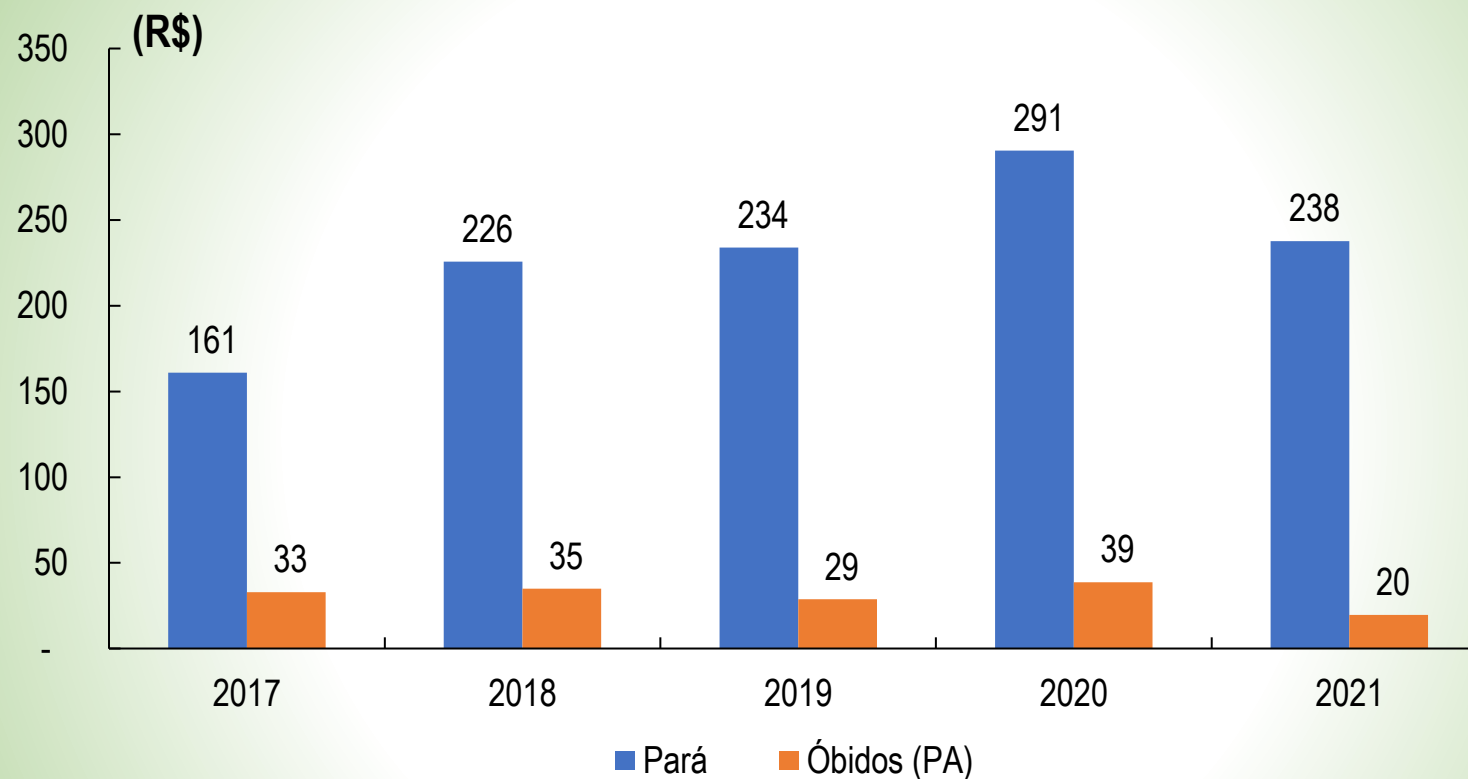
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	116	0,27
Fossa séptica	4.548	10,7
Fossa rudimentar	21.887	51,4
Vala a céu aberto	15.075	35,4
Direto para um rio, lago ou mar	62	0,15
Outra forma	245	0,6
Sem Resposta	626	1,5
Total	42.559	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 apenas 0,27% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município reduziu esse tipo de gasto em -40,1%, em termos reais.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Óbidos**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Oriximiná



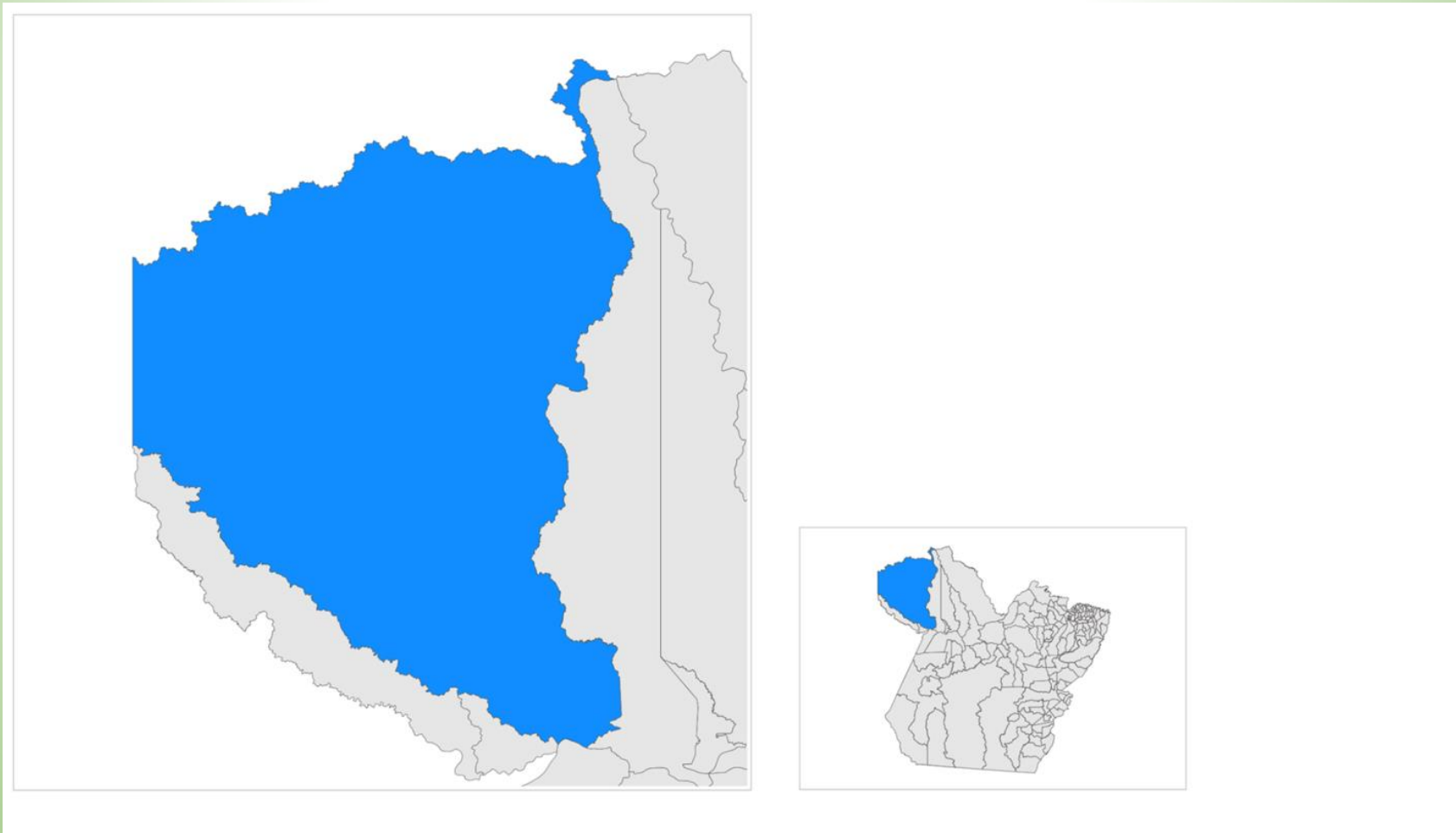
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Oriximiná**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

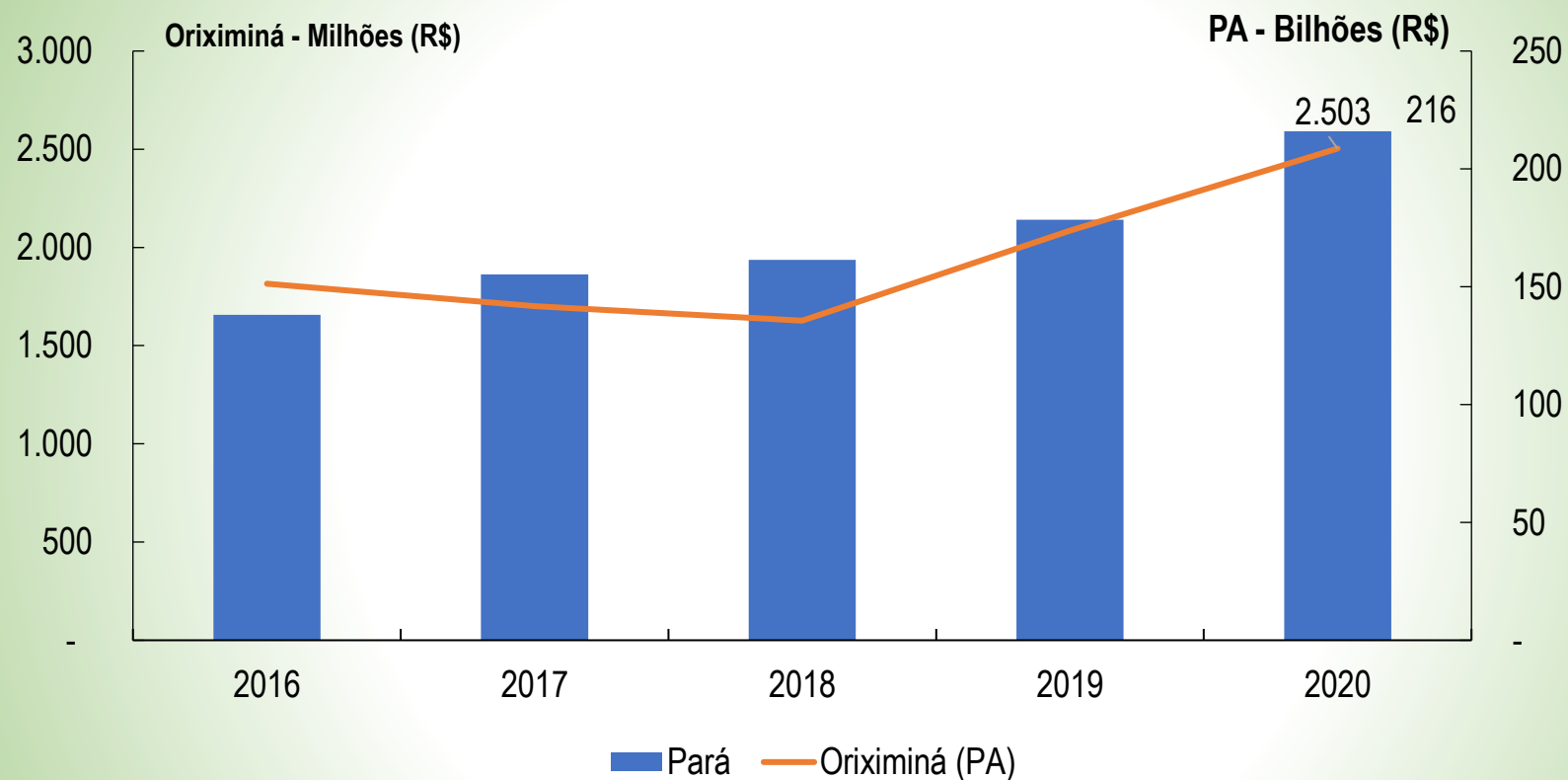
Espacialização do Território

ORIXIMINÁ - PA



Dimensão Econômica

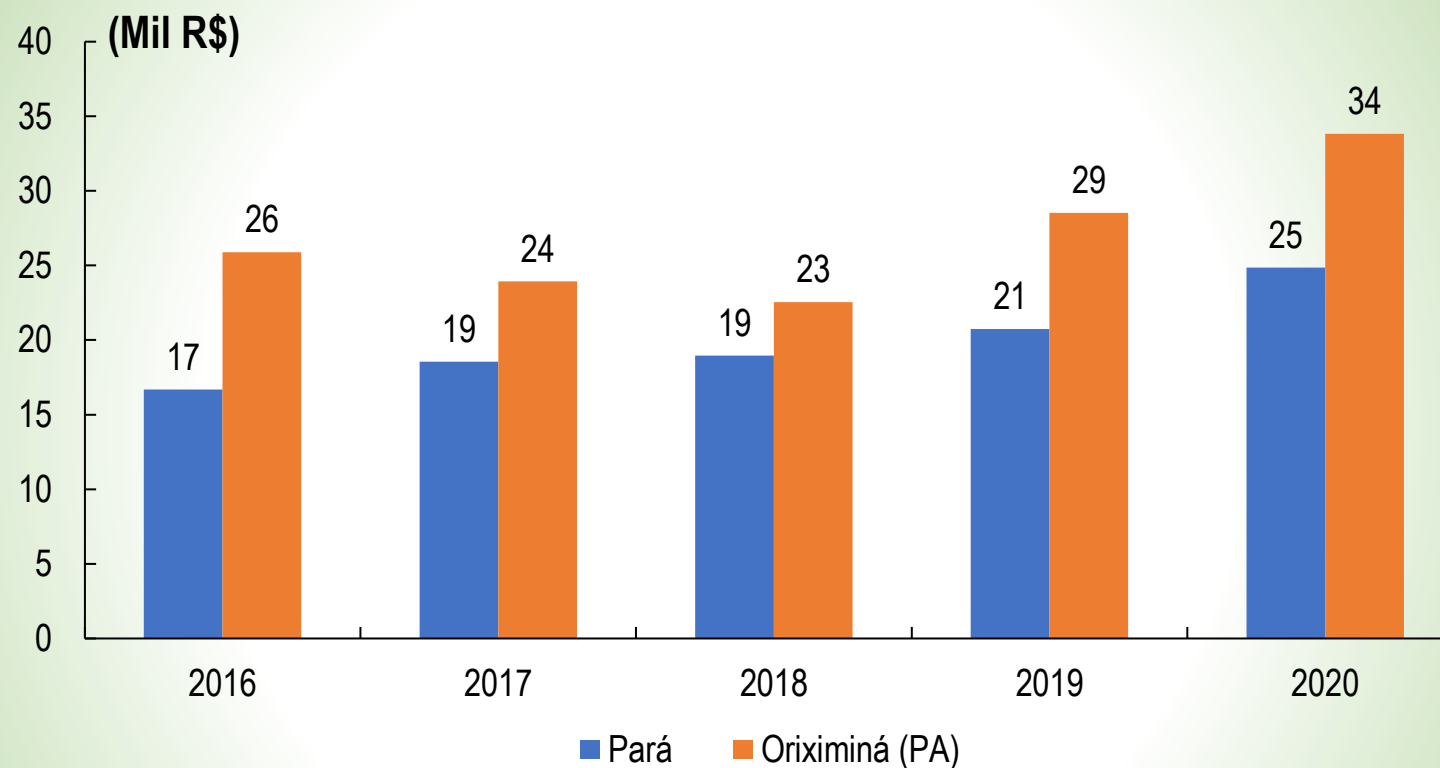
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 38%.

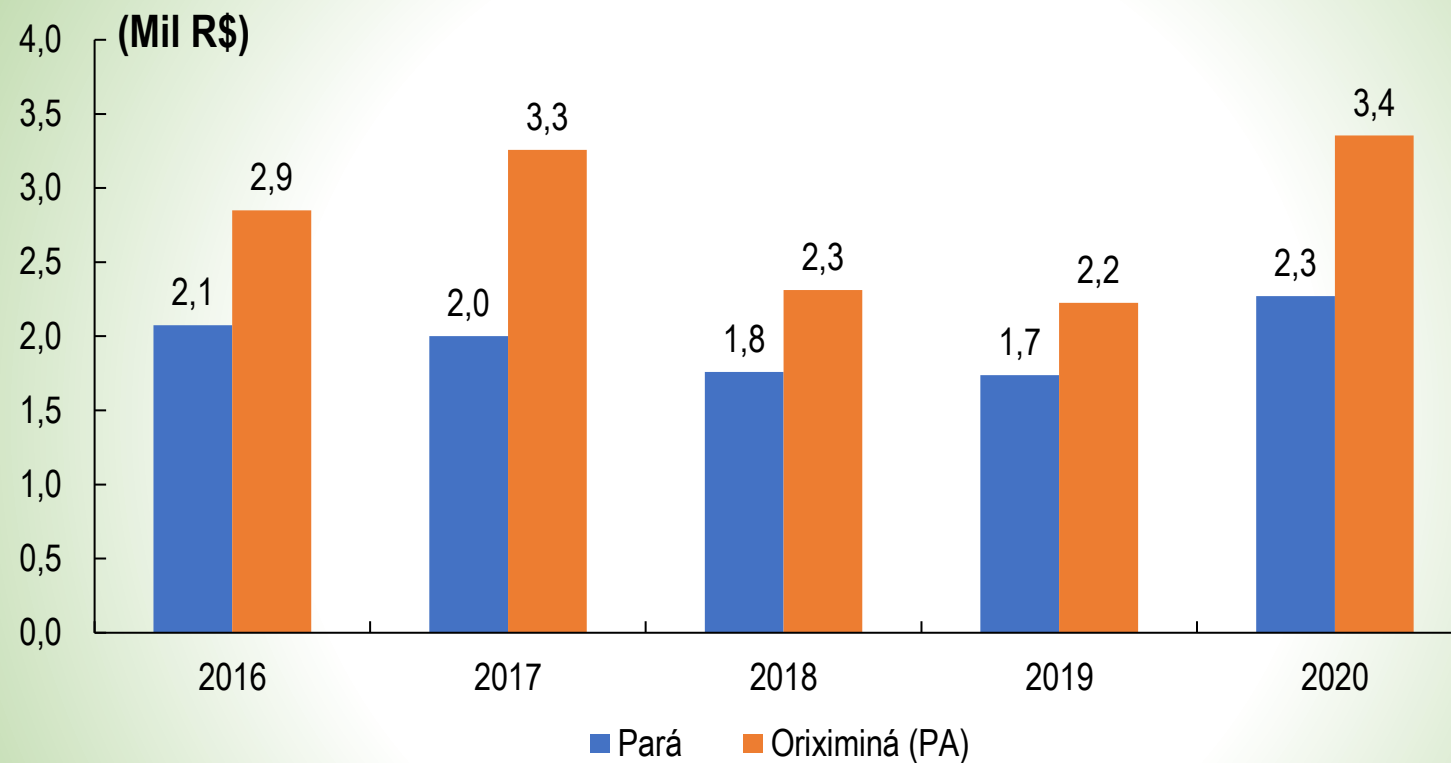
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município cresceu nominalmente cerca de 30,6%.

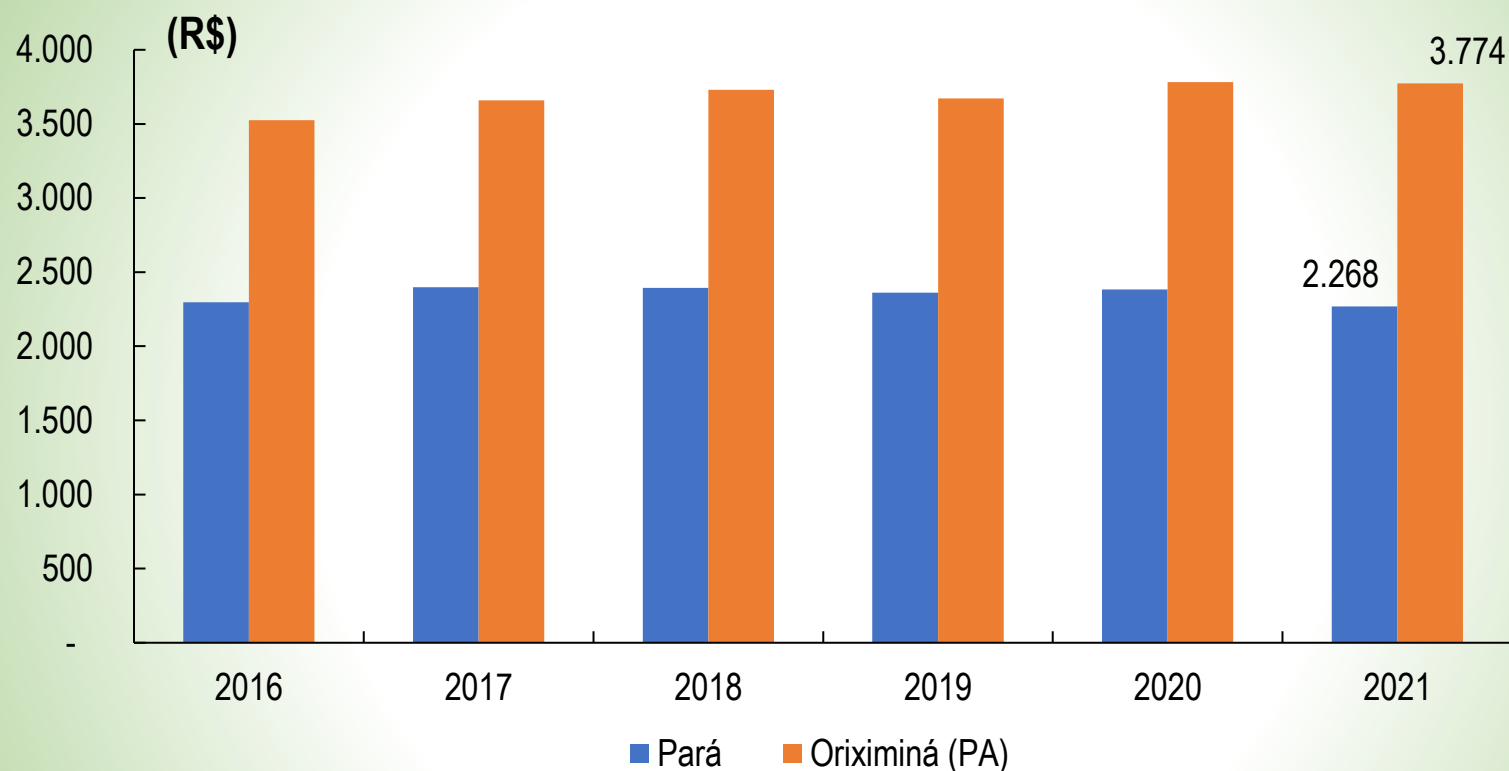
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 17,7%.

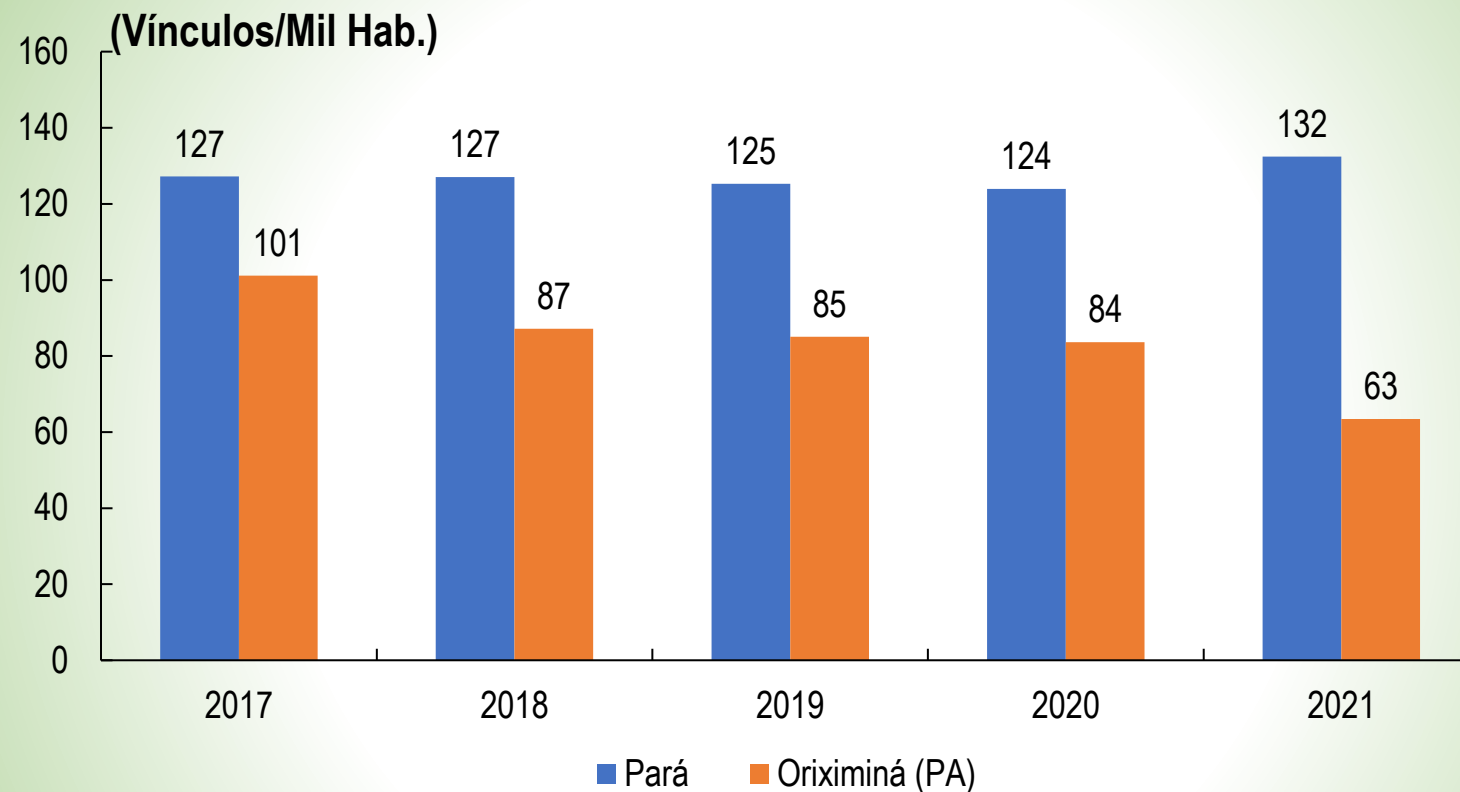
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município cresceu em termos reais cerca de 3,1%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

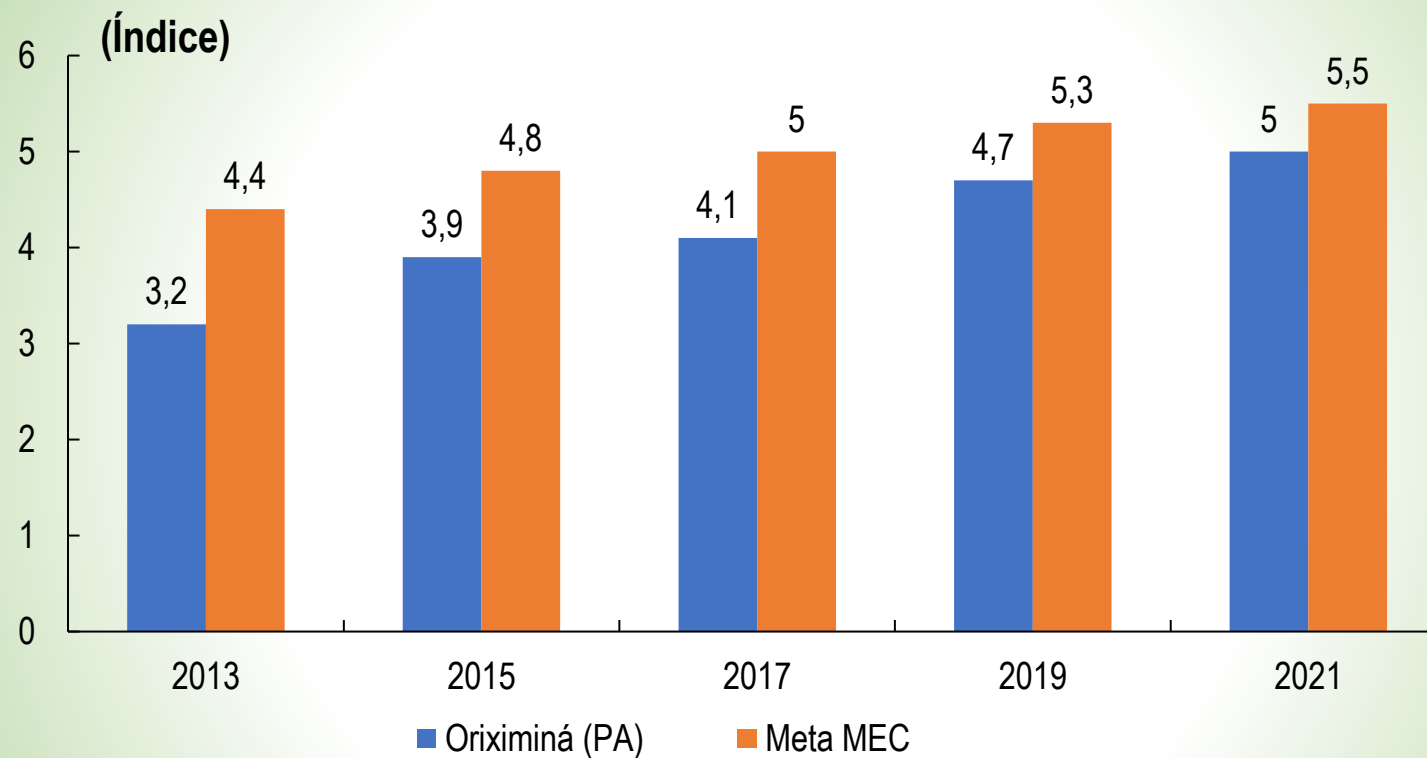


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município reduziu em -37,3%.

Dimensão Social

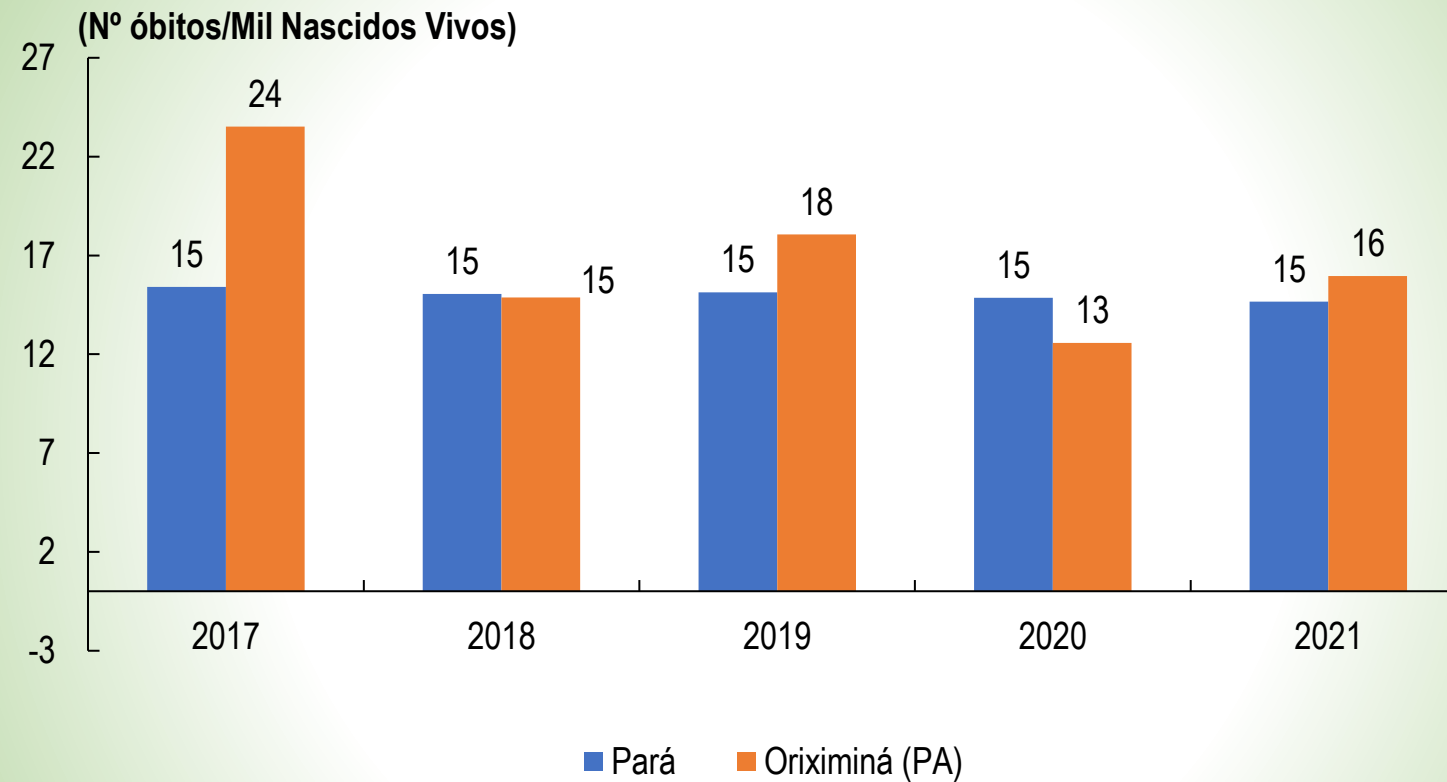
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

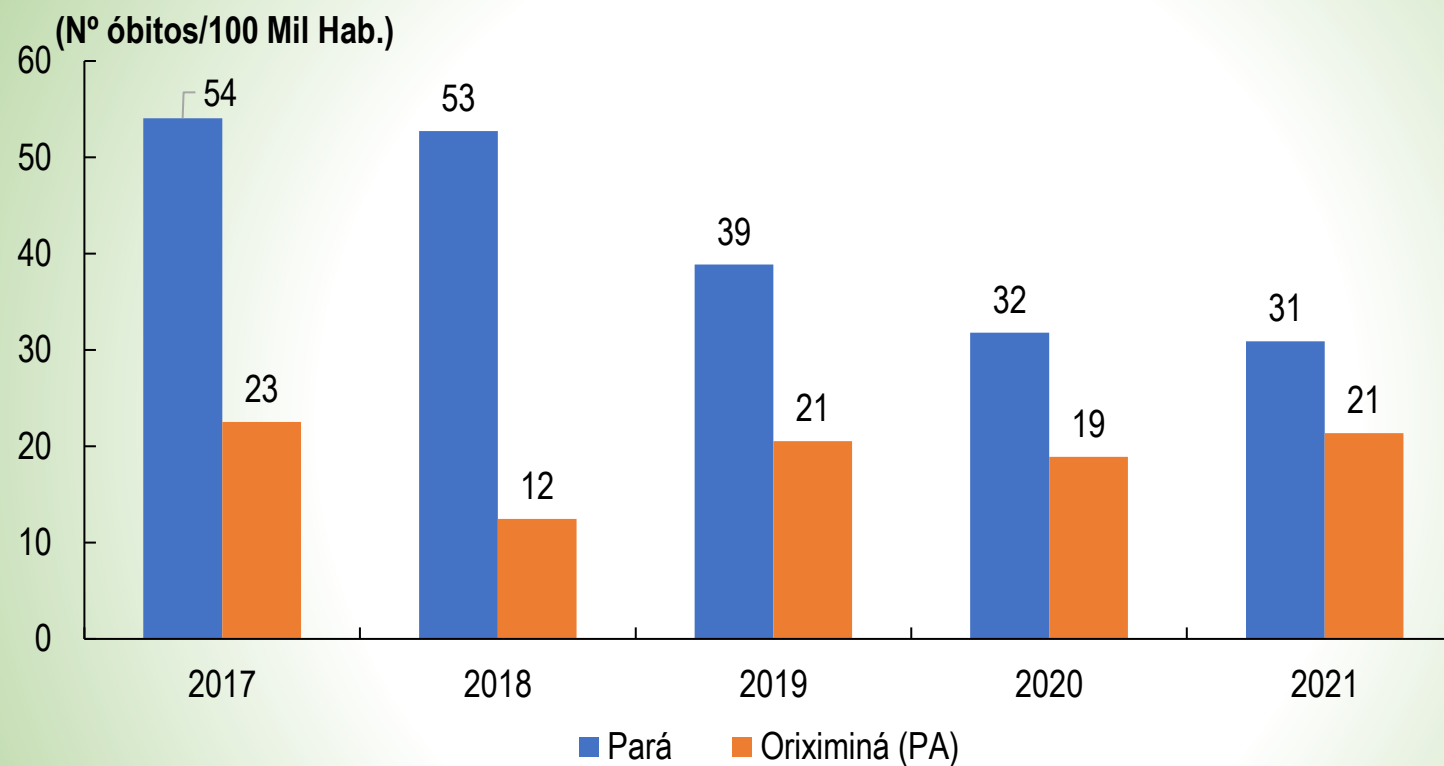
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de mortalidade infantil em -32,2%.

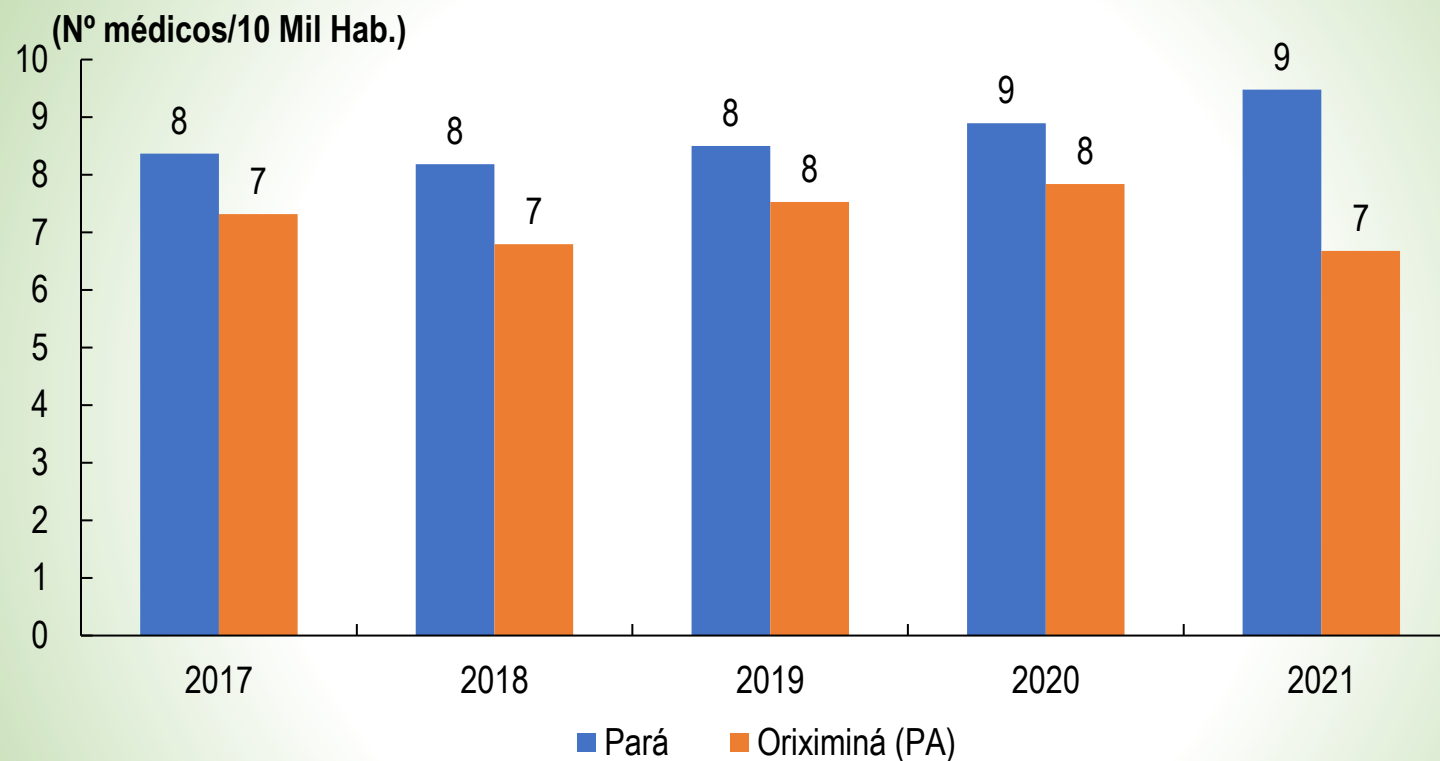
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -5,1%.

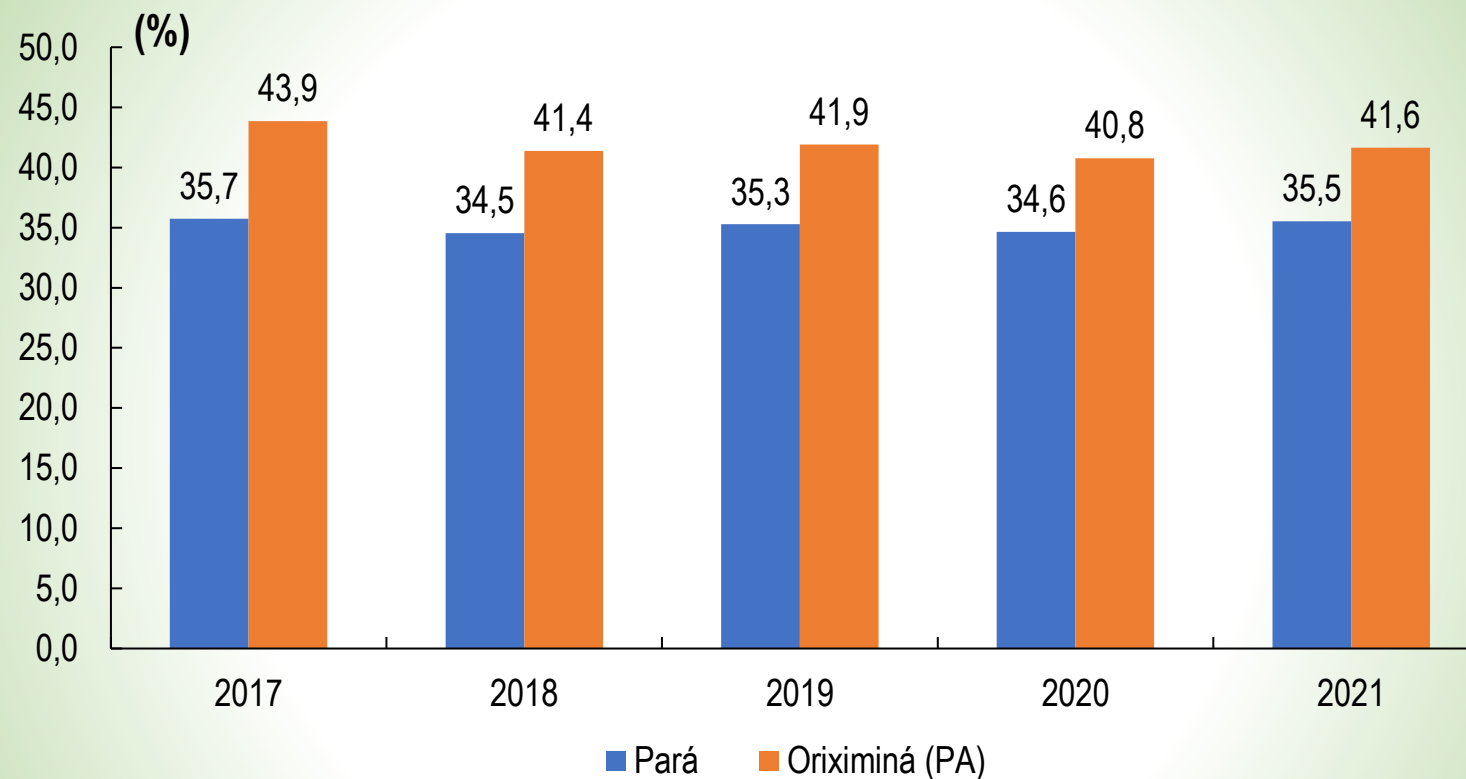
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município manteve praticamente estagnado o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

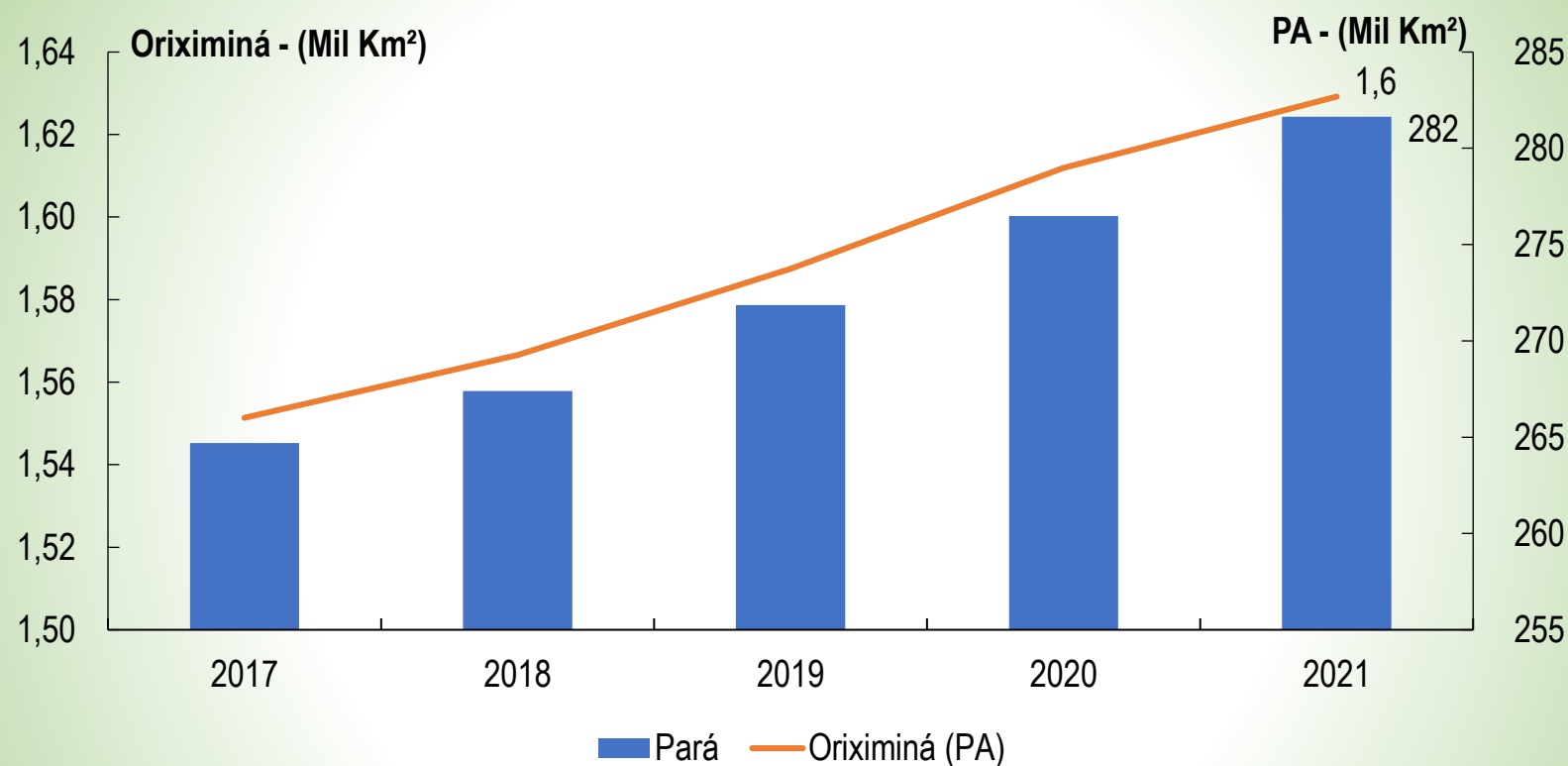


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

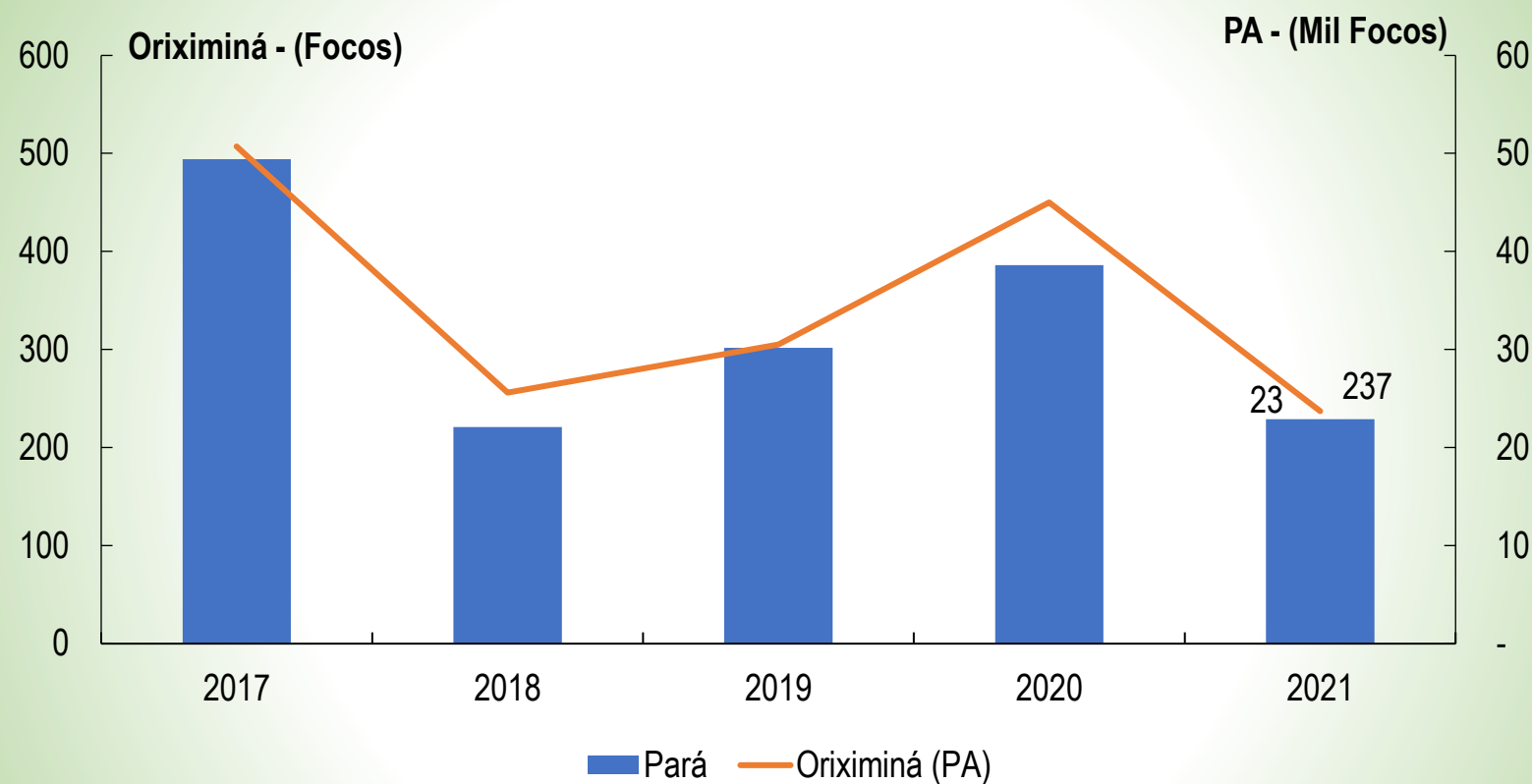
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 5%.

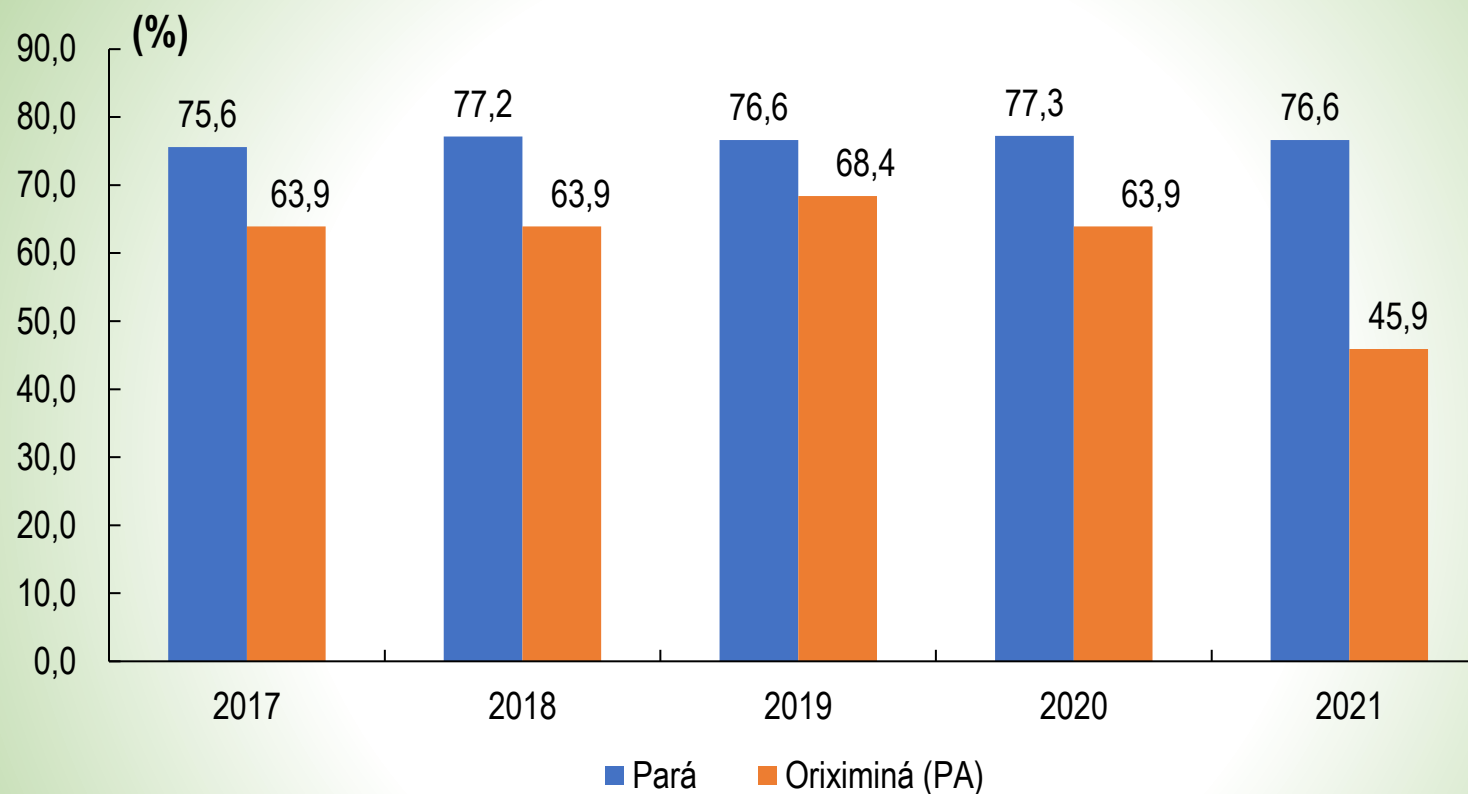
Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -53,3%.

Percentual da população total atendida com coleta lixo regular



Fonte: SNIS.

Entre 2017 e 2021 o município reduziu significativamente a parcela da população atendida com coleta regular de lixo.

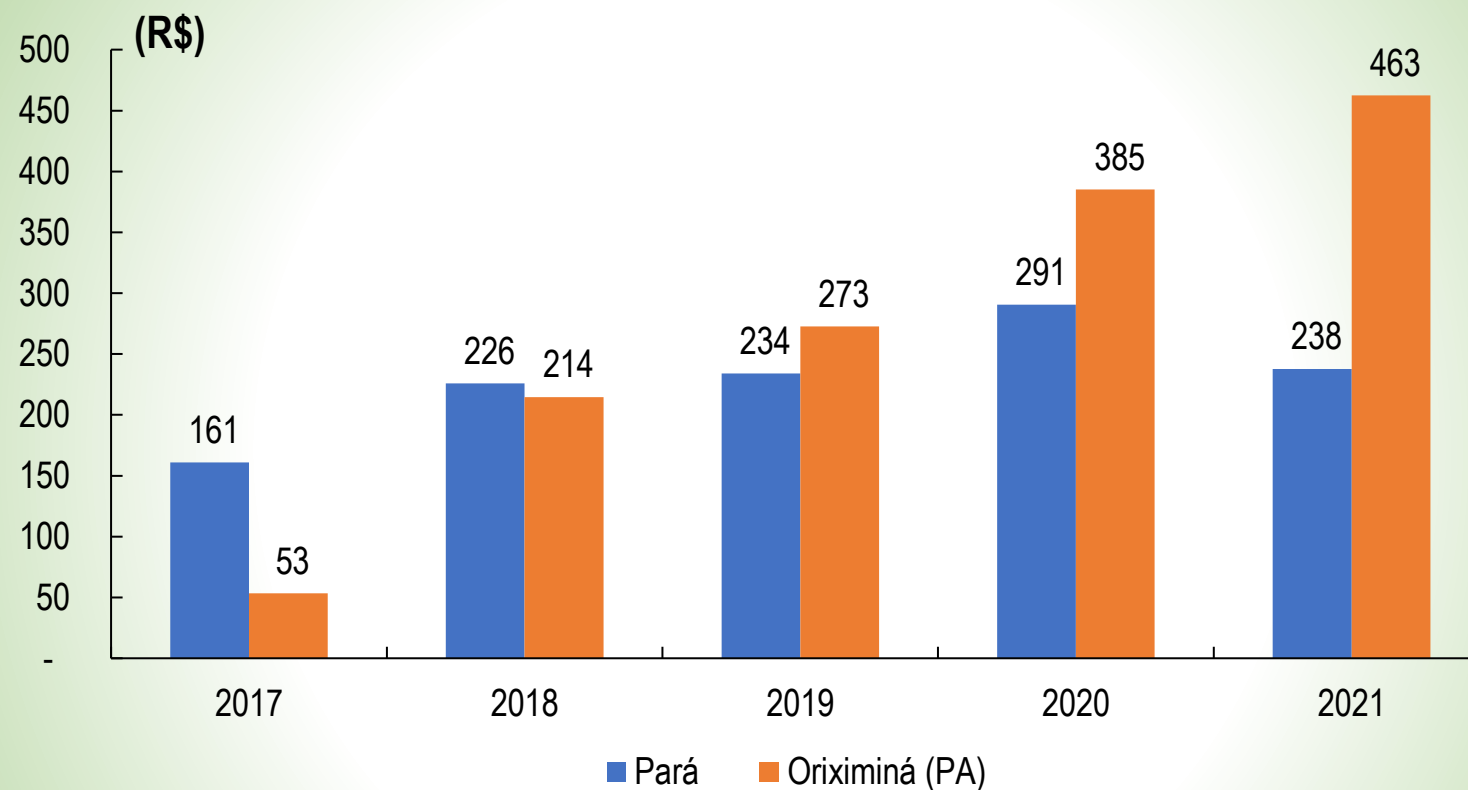
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	132	0,27
Fossa séptica	13.453	27,8
Fossa rudimentar	27.814	57,5
Vala a céu aberto	3.334	6,9
Direto para um rio, lago ou mar	7	0,01
Outra forma	3.357	6,9
Sem Resposta	239	0,5
Total	48.336	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 apenas 0,27% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município aumentou esse tipo de gasto em 767%, em termos reais.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Oriximiná**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Prainha



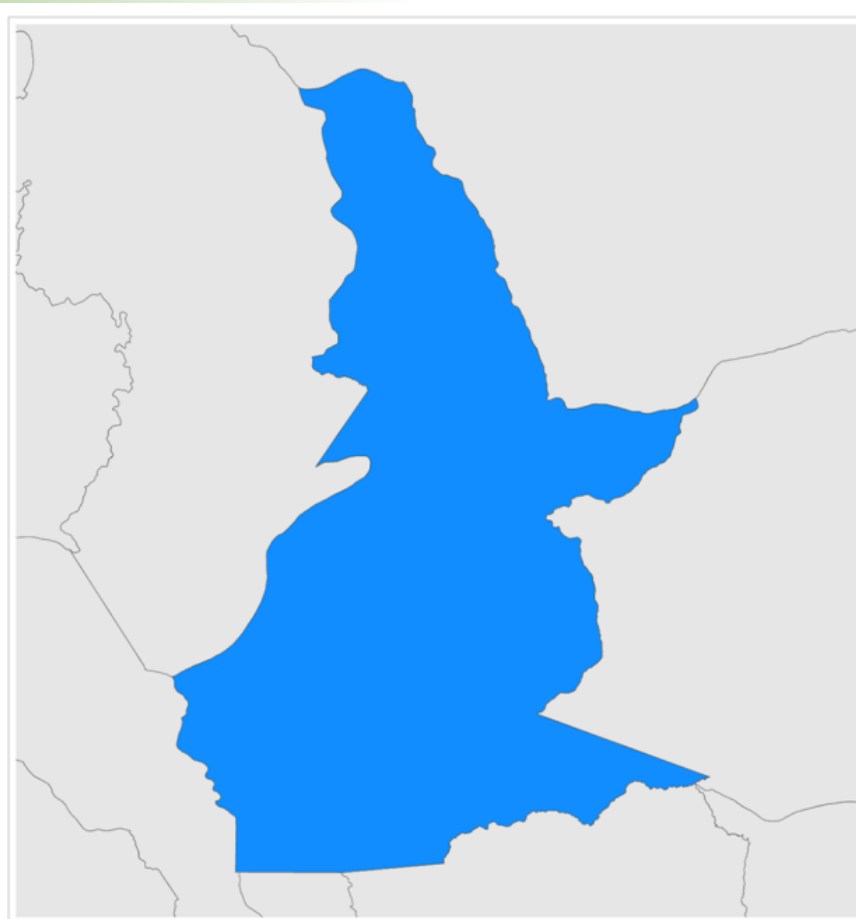
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Prainha**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

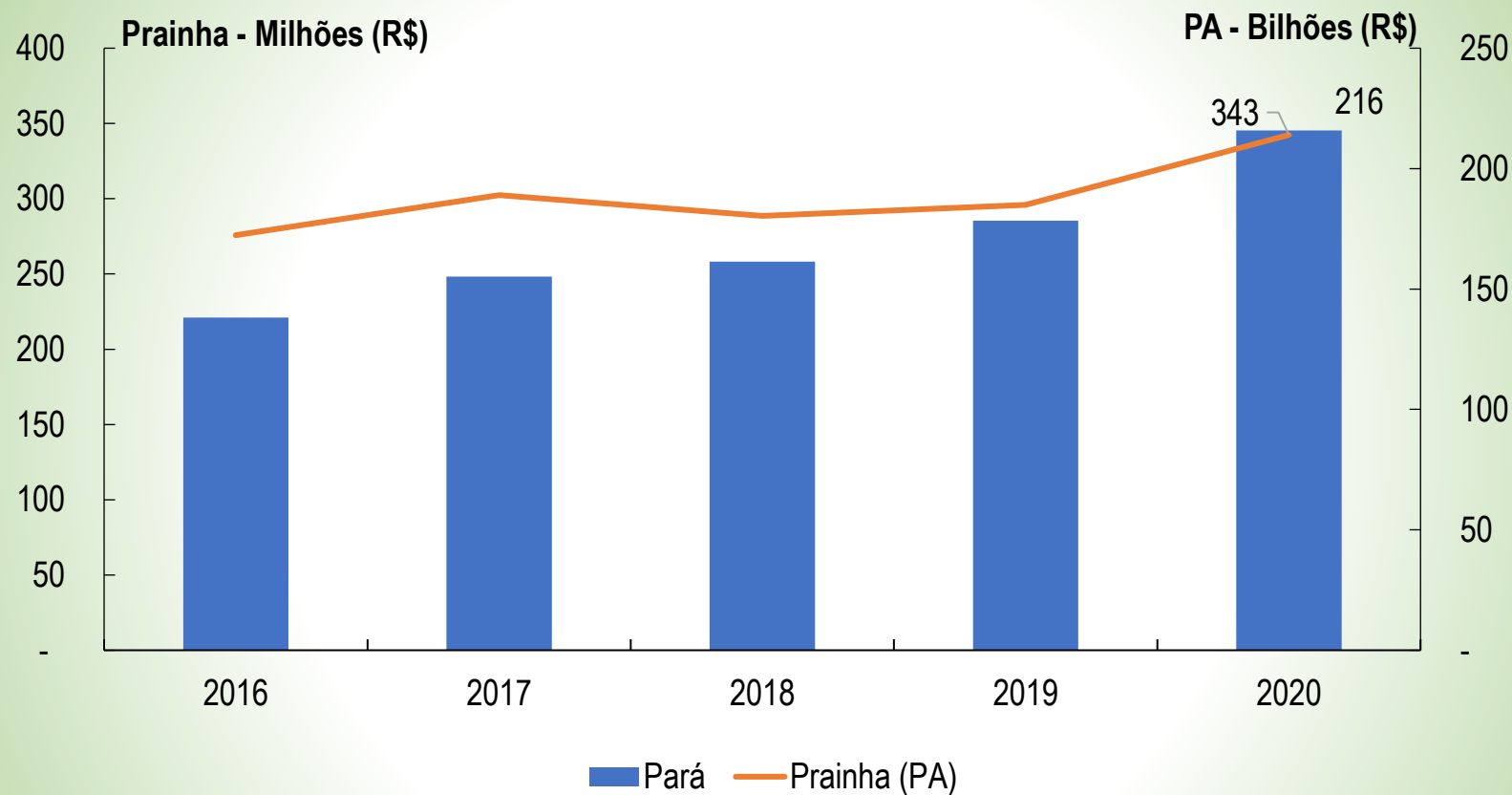
Espacialização do Território

PRAINHA - PA



Dimensão Econômica

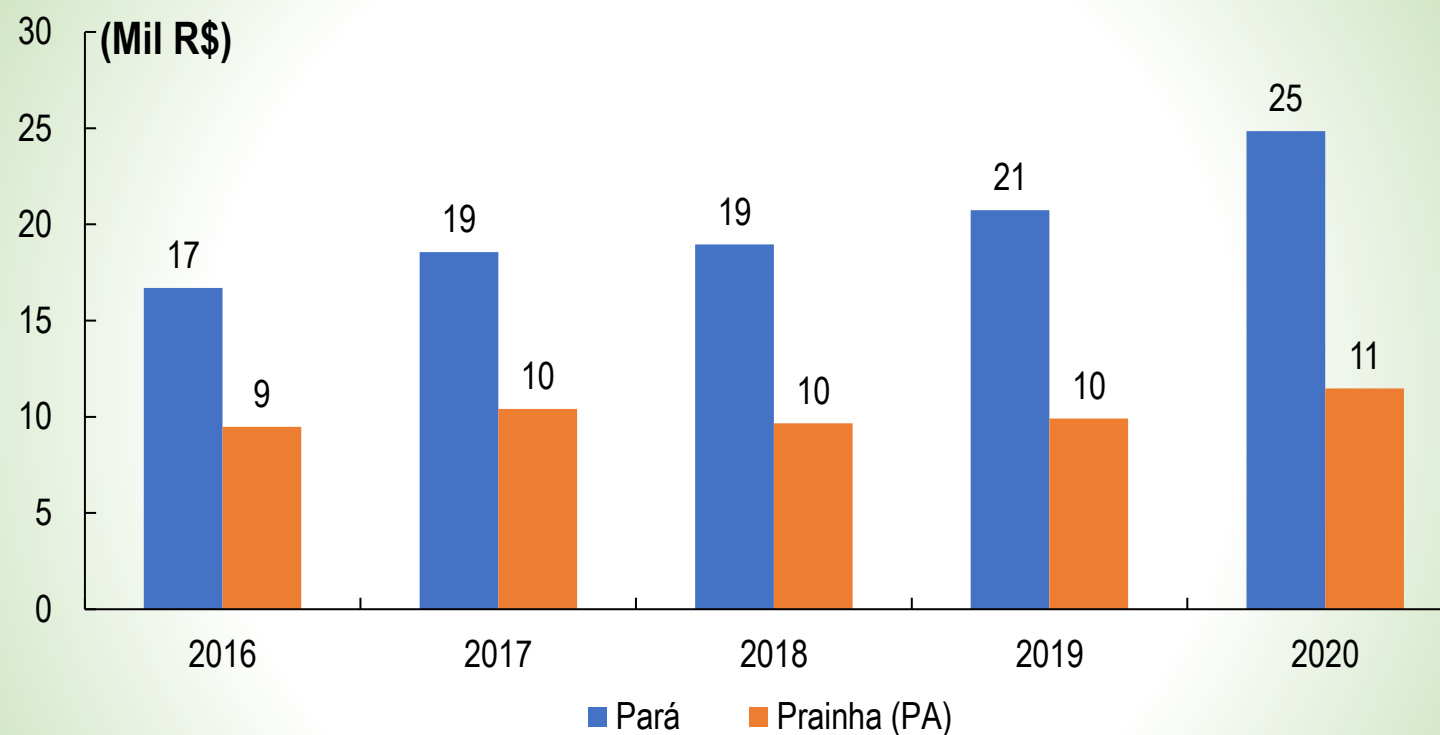
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 24,2%.

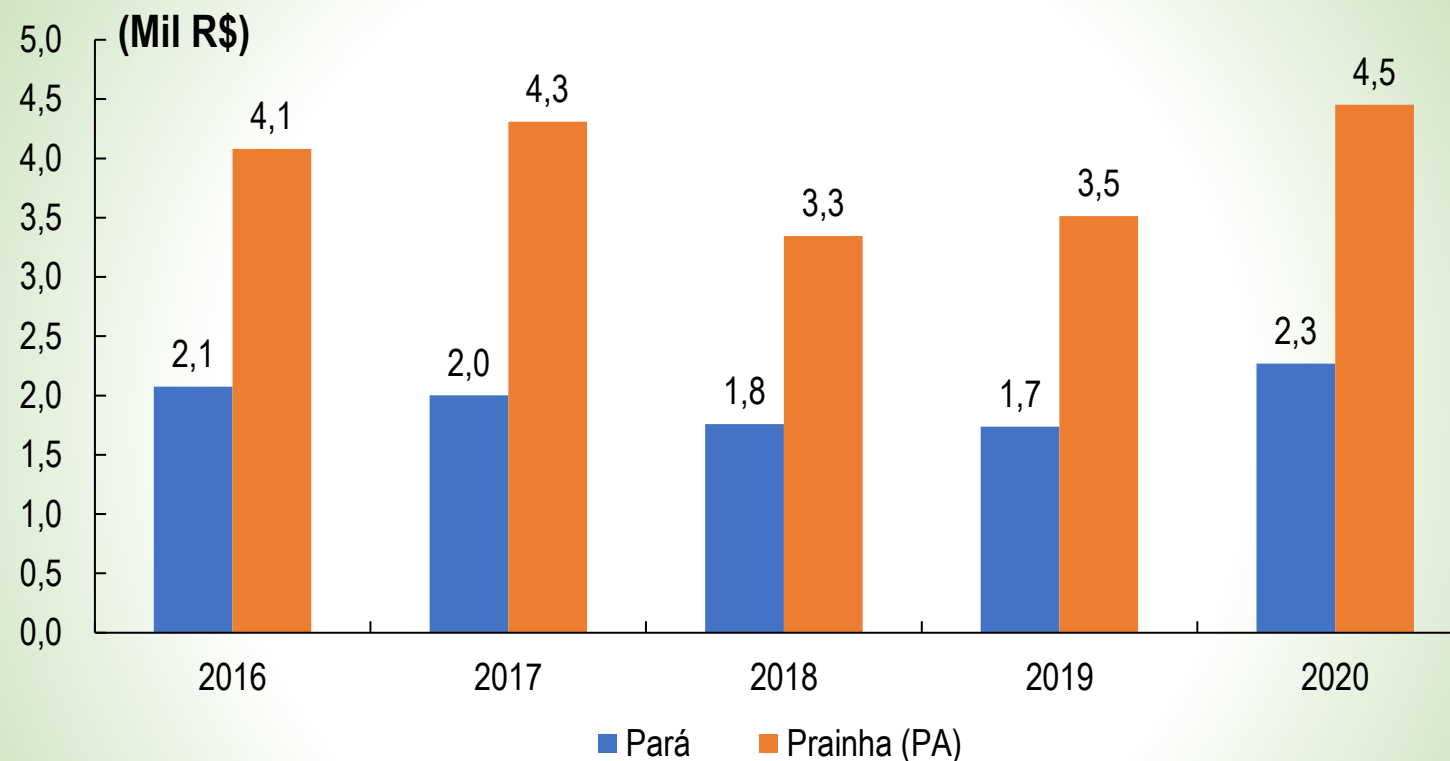
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município cresceu nominalmente cerca de 21,2%.

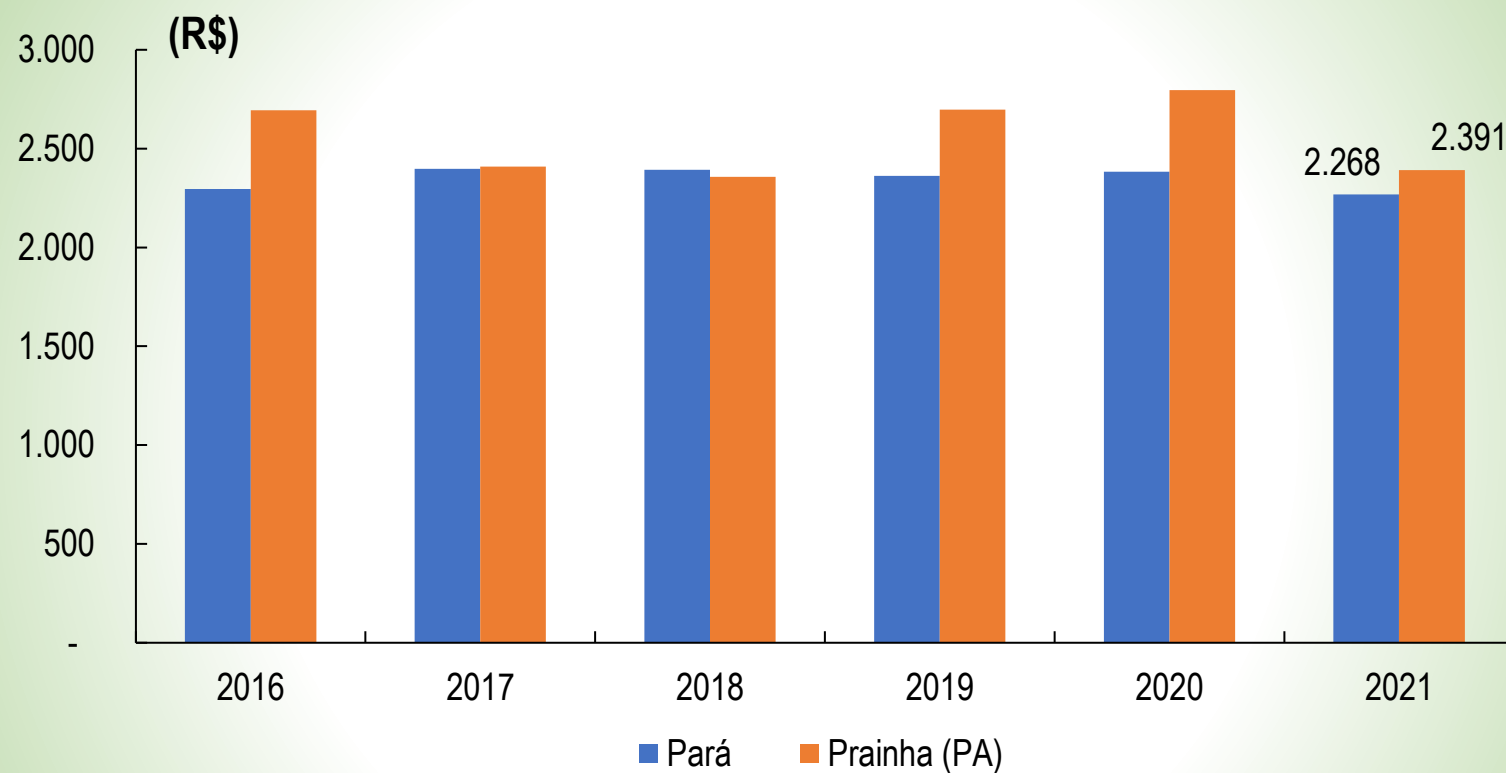
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município cresceu nominalmente cerca de 9,1.

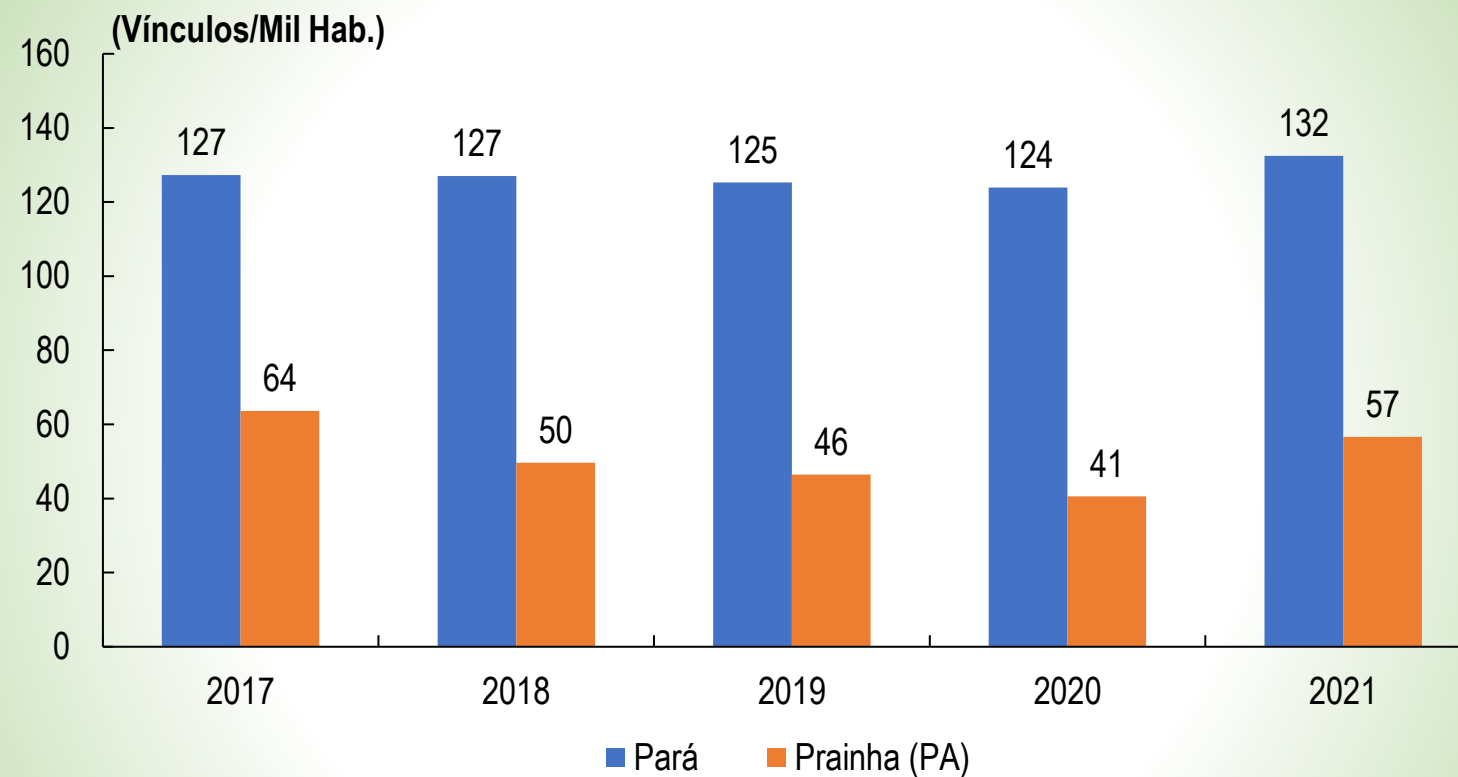
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município reduziu em termos reais cerca de -11,2%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

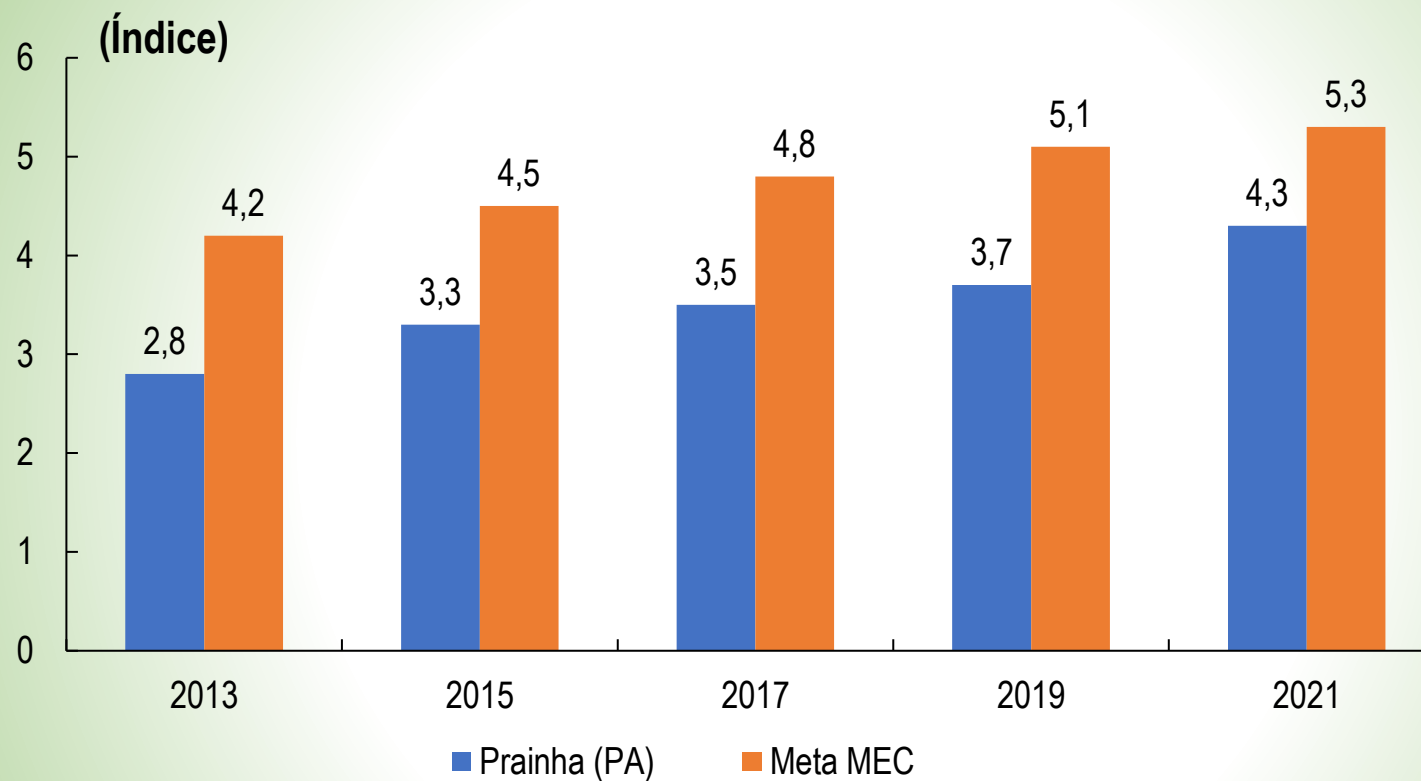


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município reduziu em apenas -11%.

Dimensão Social

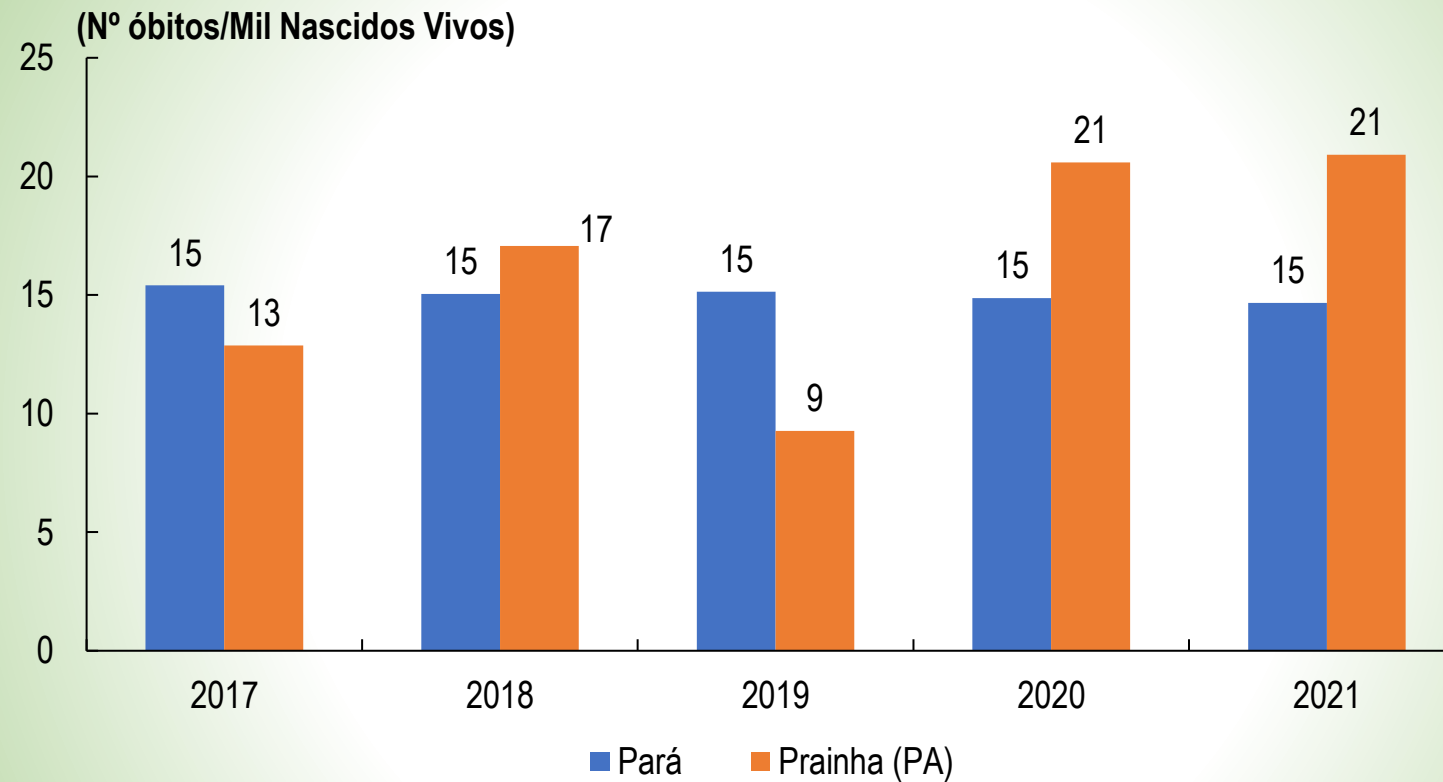
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

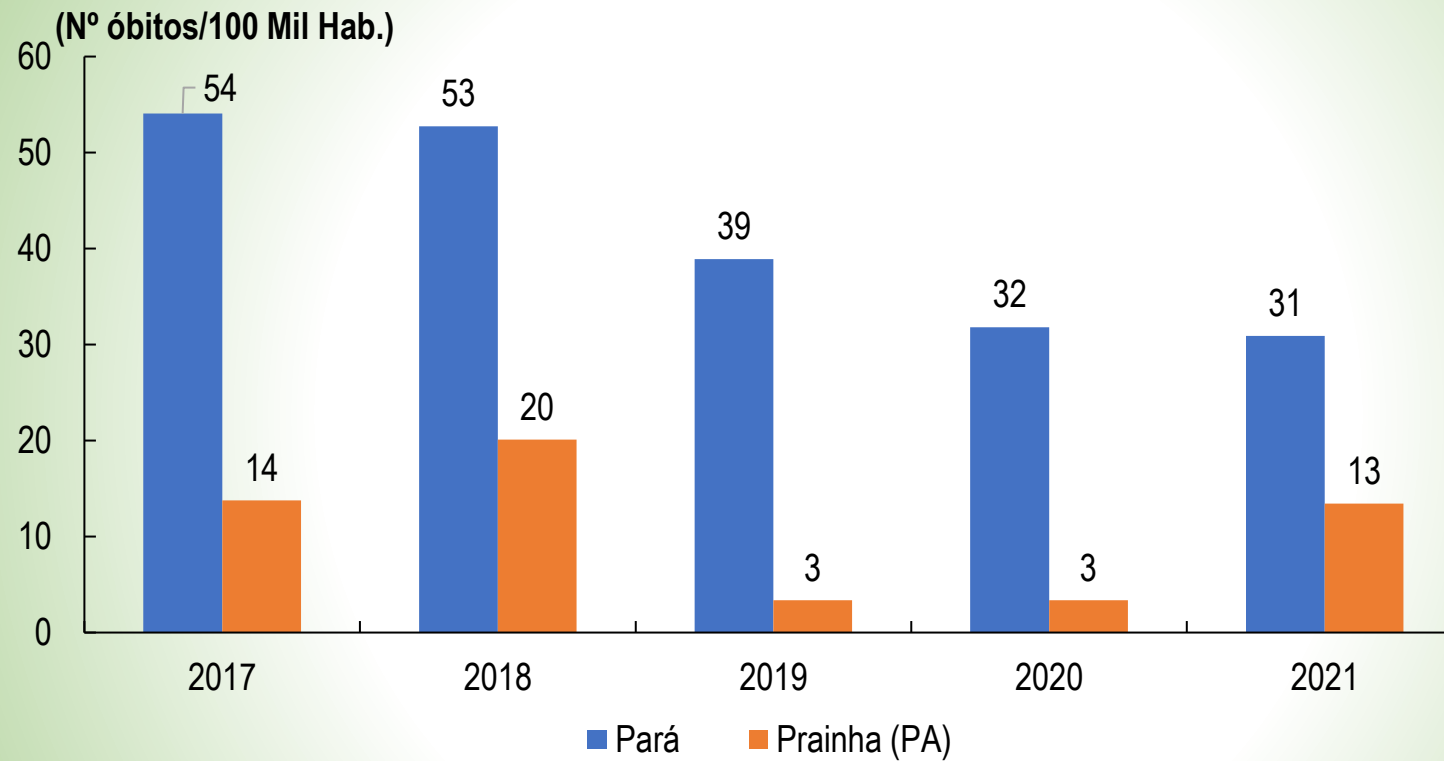
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua taxa de mortalidade infantil em 62,5%.

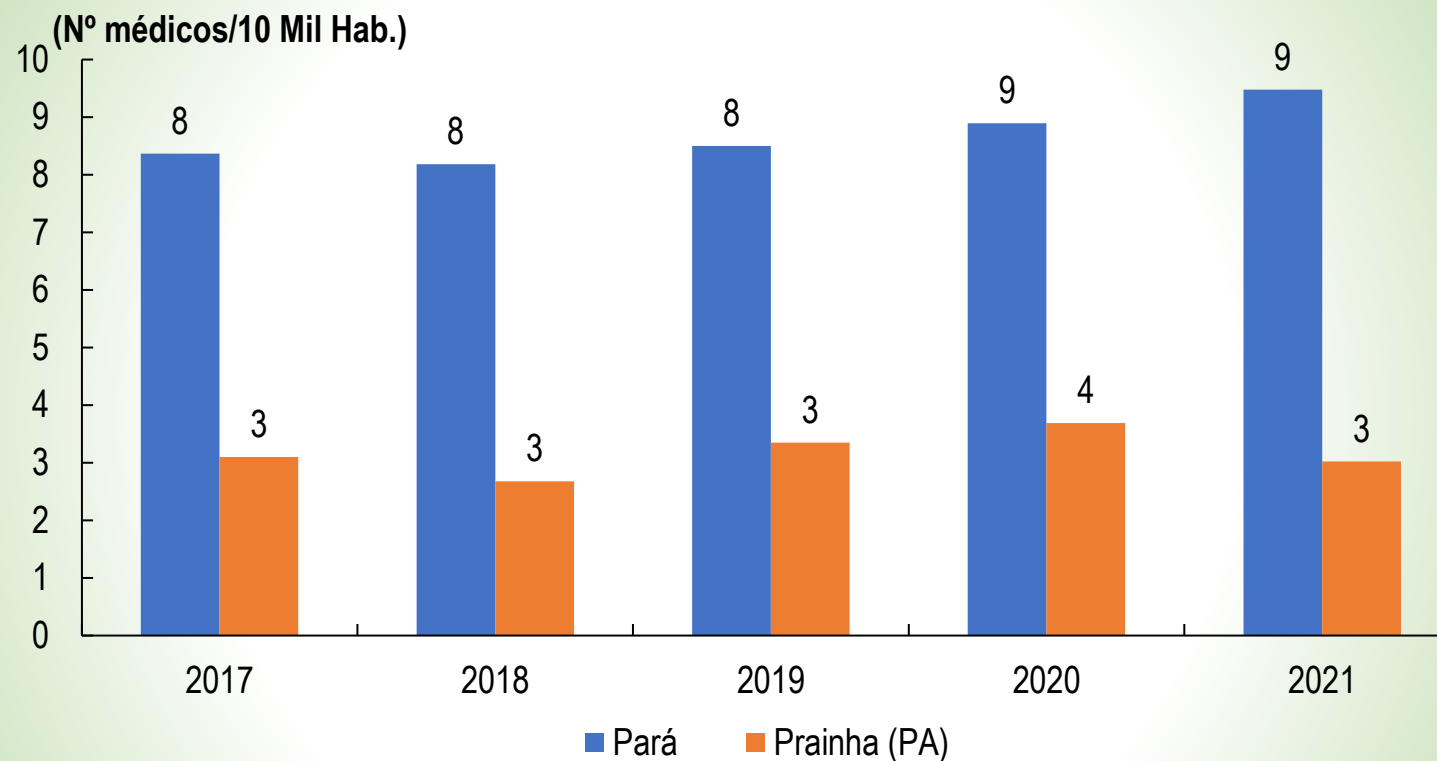
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -2,5%.

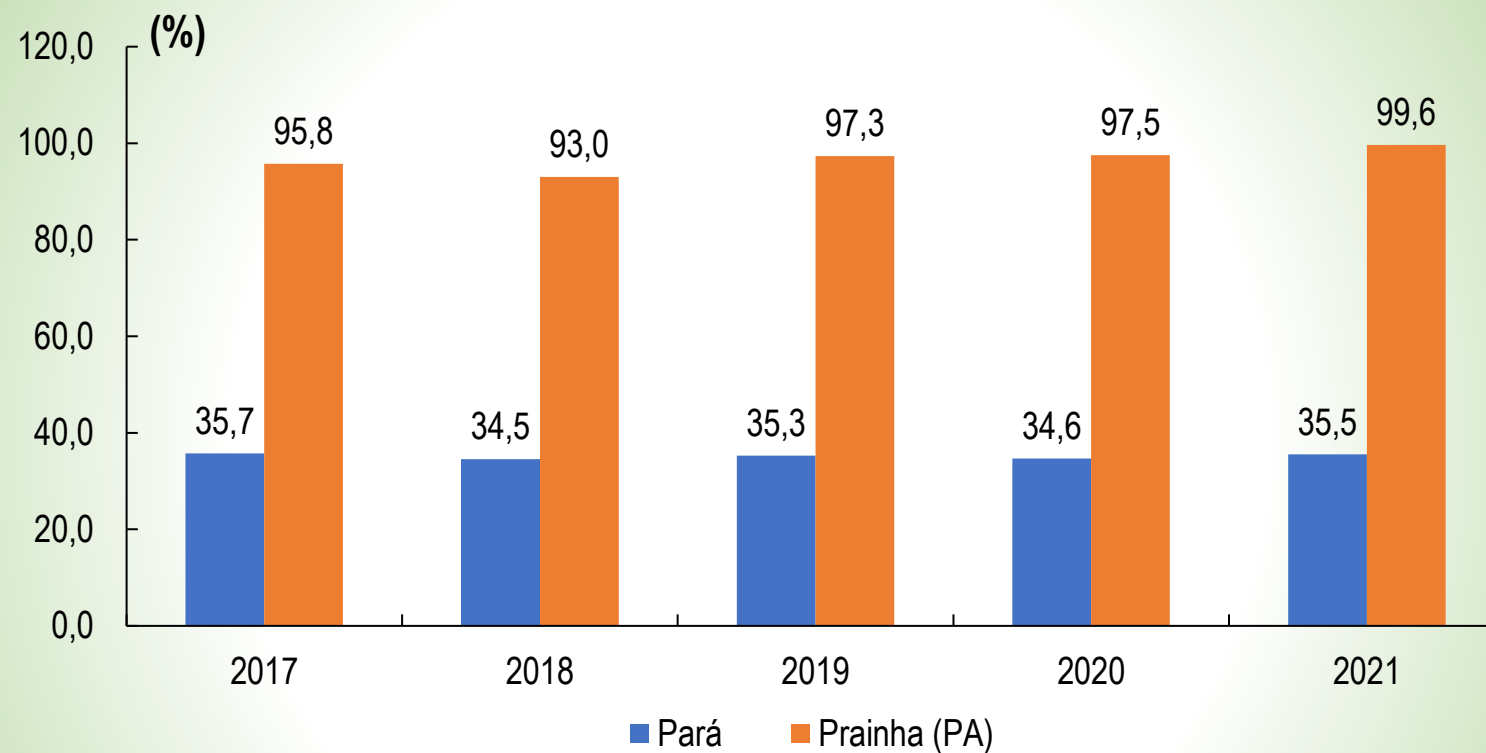
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município manteve praticamente estagnado o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

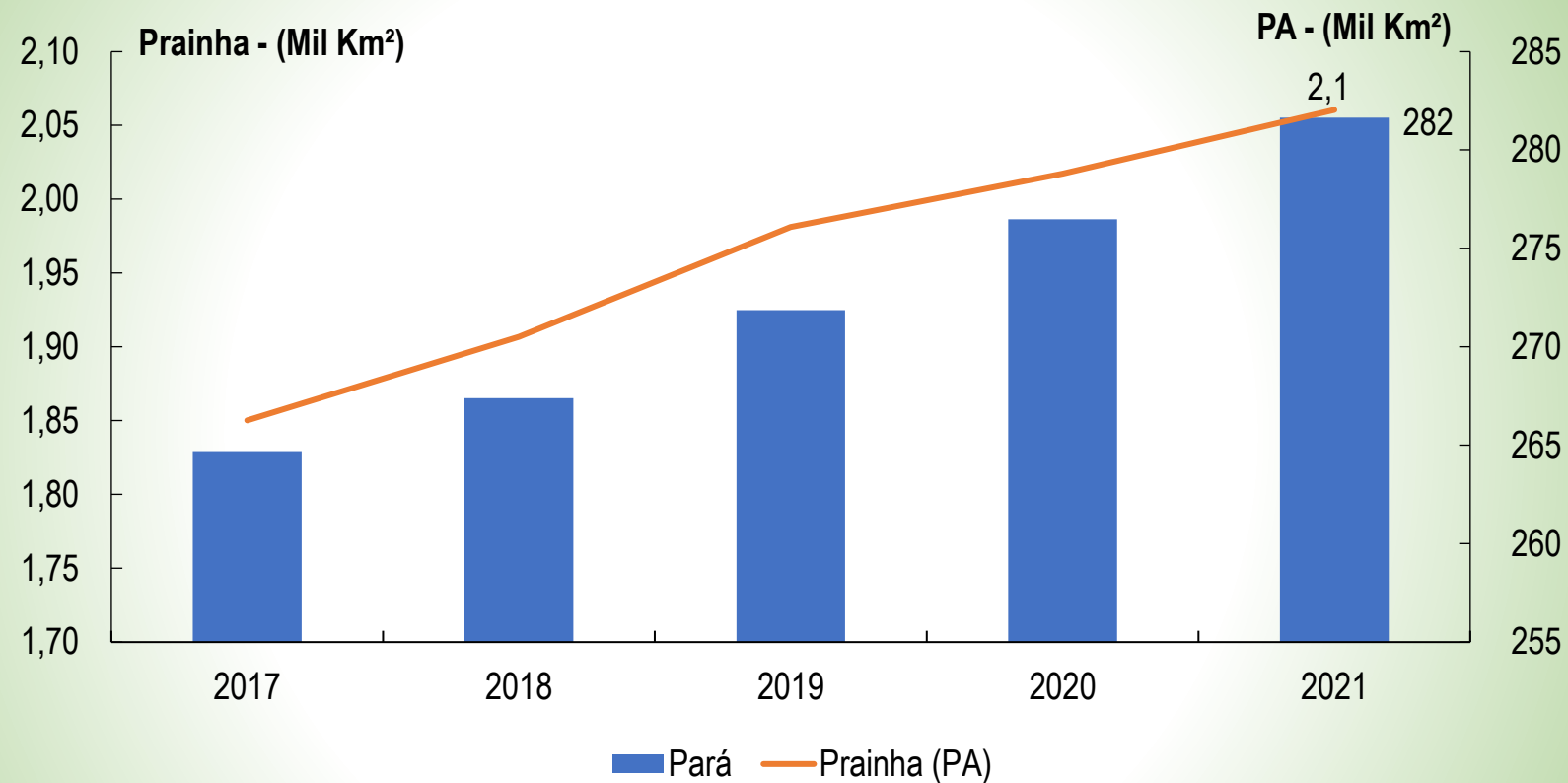


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza acima da média do estado, e com tendência de alta.

Dimensão Meio Ambiente

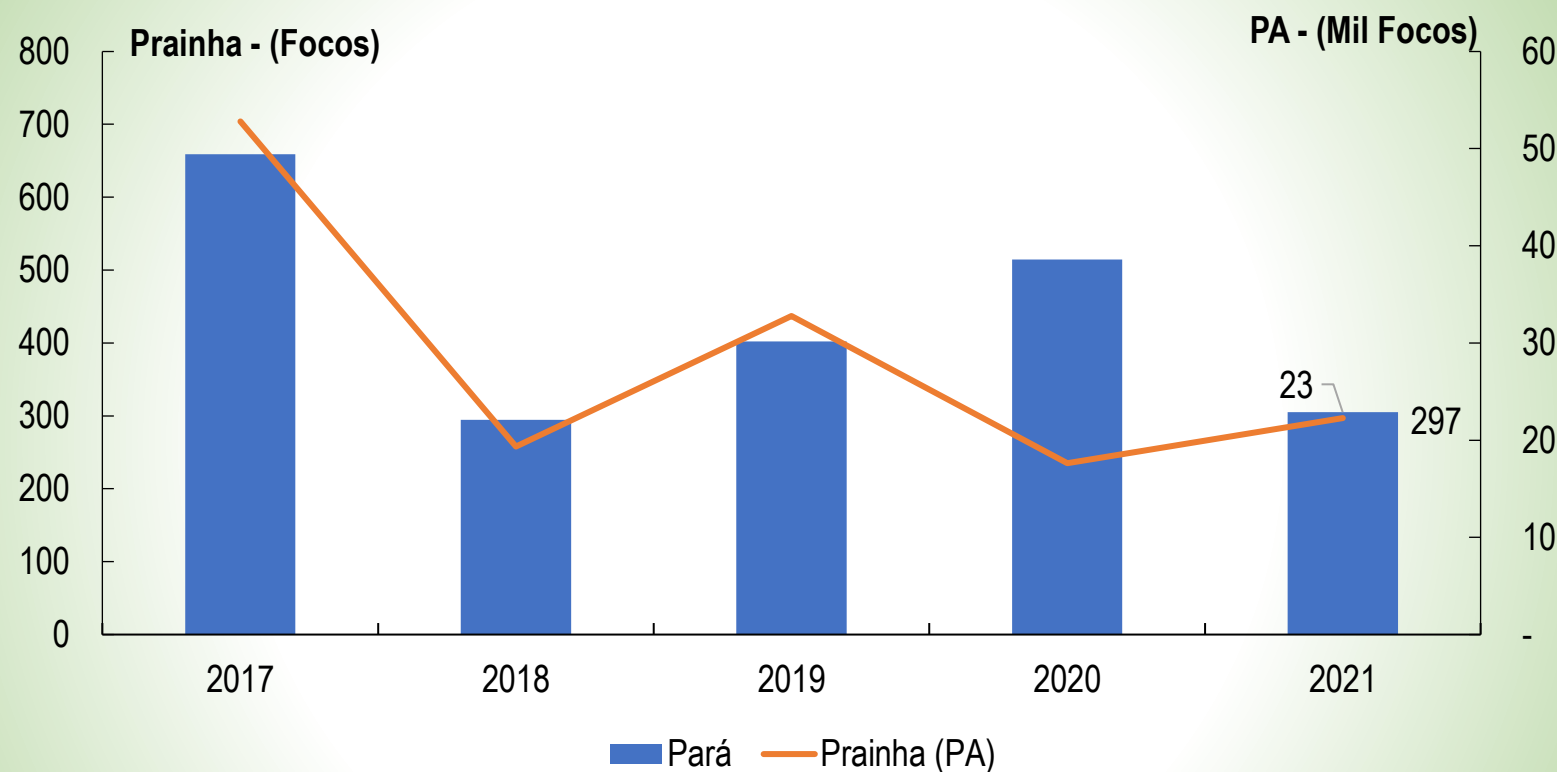
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 11,4%.

Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -57,8%.

Condições de coleta de lixo da população de baixa renda (2022)

Forma de Coleta de Lixo	População	Part.(%)
É coletado diretamente	10.851	31,16
É coletado indiretamente	148	0,4
É queimado ou enterrado na propriedade	23.613	67,8
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	129	0,4
É jogado em rio ou mar	14	0,04
Tem outro destino	17	0,0
Sem Resposta	54	0,2
Total	34.826	100

Fonte: CADUNICO.

Em 2022 cerca de 67,8% da população de baixa renda enterra ou queima o lixo produzido no município.

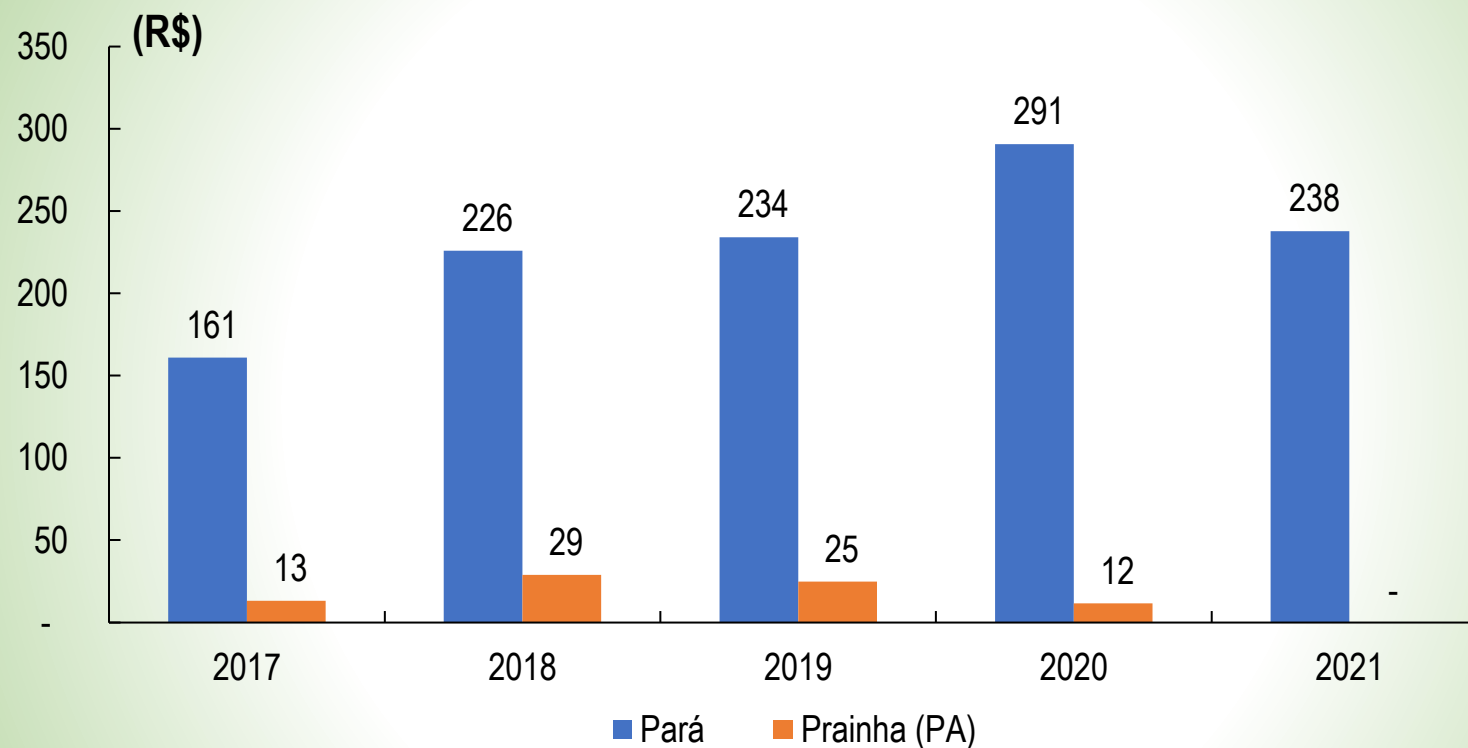
Condições de escoamento sanitário da população de baixa renda (2022)

Forma de escoamento sanitário	População	Part.(%)
Rede coletora de esgoto ou pluvial	67	0,19
Fossa séptica	10.509	30,2
Fossa rudimentar	23.520	67,5
Vala a céu aberto	85	0,2
Direto para um rio, lago ou mar	6	0,02
Outra forma	43	0,1
Sem Resposta	596	1,7
Total	34.826	100

Fonte: CADUNÍCO.

Em 2022 apenas 0,19% da população de baixa renda faz uso de rede coletora de esgoto ou pluvial, para o escoamento sanitário no município.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2020 o município reduziu esse tipo de gasto em -11,8%, em termos reais. Até a data de elaboração deste estudo, o município ainda não havia informado seu balanço contábil de 2021 para Secretaria do Tesouro Nacional.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Prainha**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Santarém



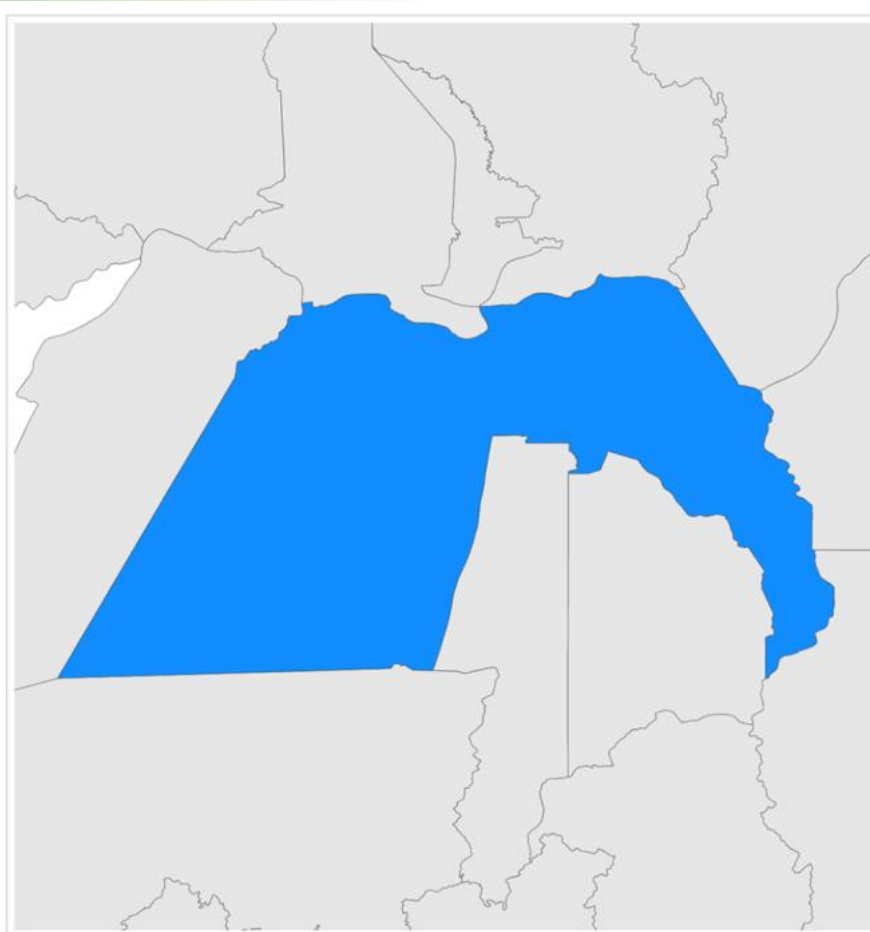
O presente **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental** é uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da FAPESPA, como colaboração ao PROJETO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL (REDD+) EM FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS POR MEIO DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS, relativo ao Edital PMI nº 001/2021, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio). Trata-se de uma ferramenta que fornecerá um panorama sobre realidade **Socioeconômico e Ambiental** do município **Santarém**, onde se encontra parte da área da floresta objeto da concessão de florestas públicas a serem promovidas pelo Projeto REDD+.

 OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Os indicadores do presente estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que têm dentre outras perspectivas, pôr fim à pobreza e à fome, em todas as suas formas; estimular uma agropecuária sustentável; garantir o crescimento econômico sustentável; oportunizar modalidades de consumo e produção sustentáveis; e tratar dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030 da ONU.

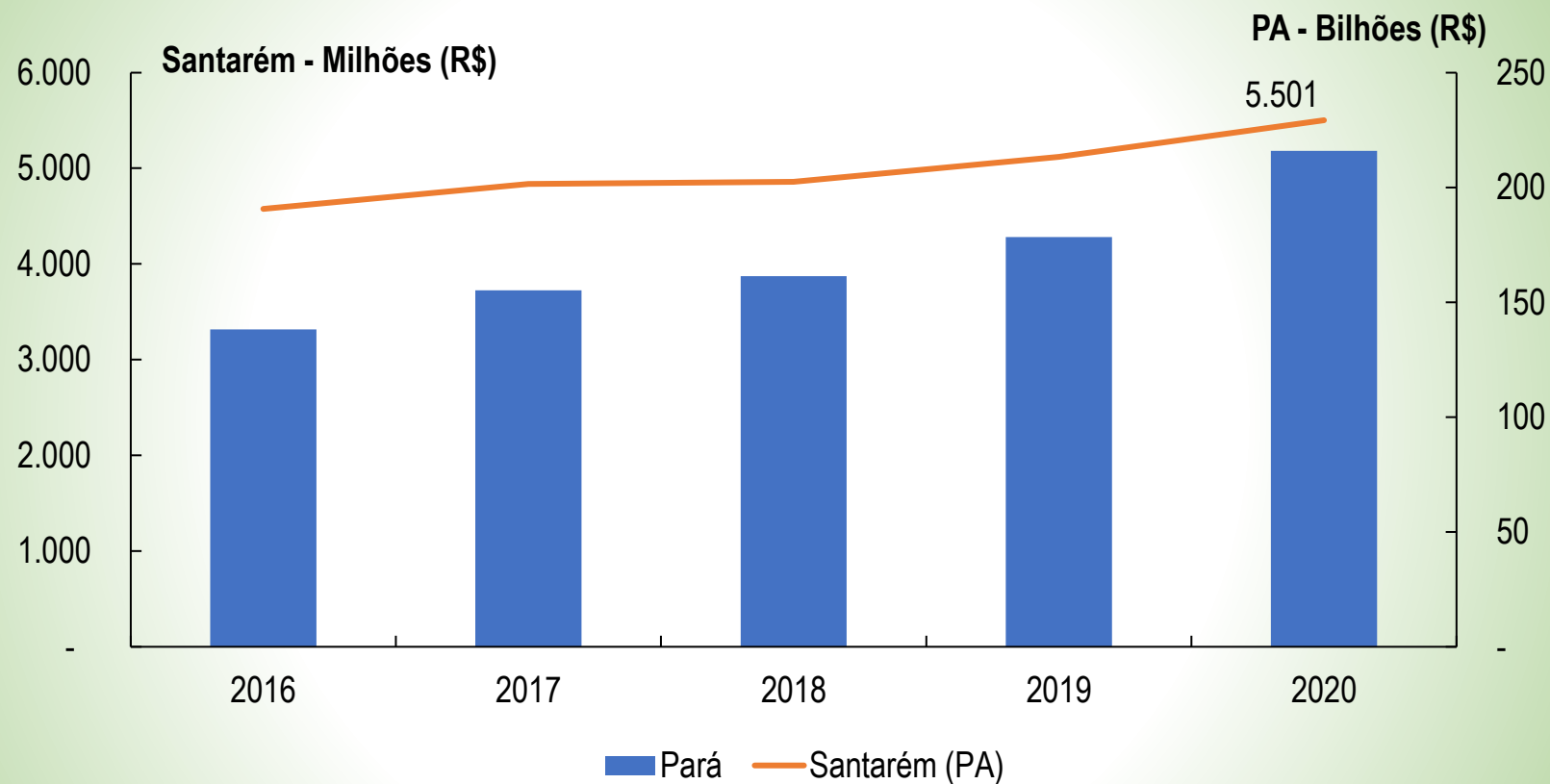
Espacialização do Território

SANTARÉM - PA



Dimensão Econômica

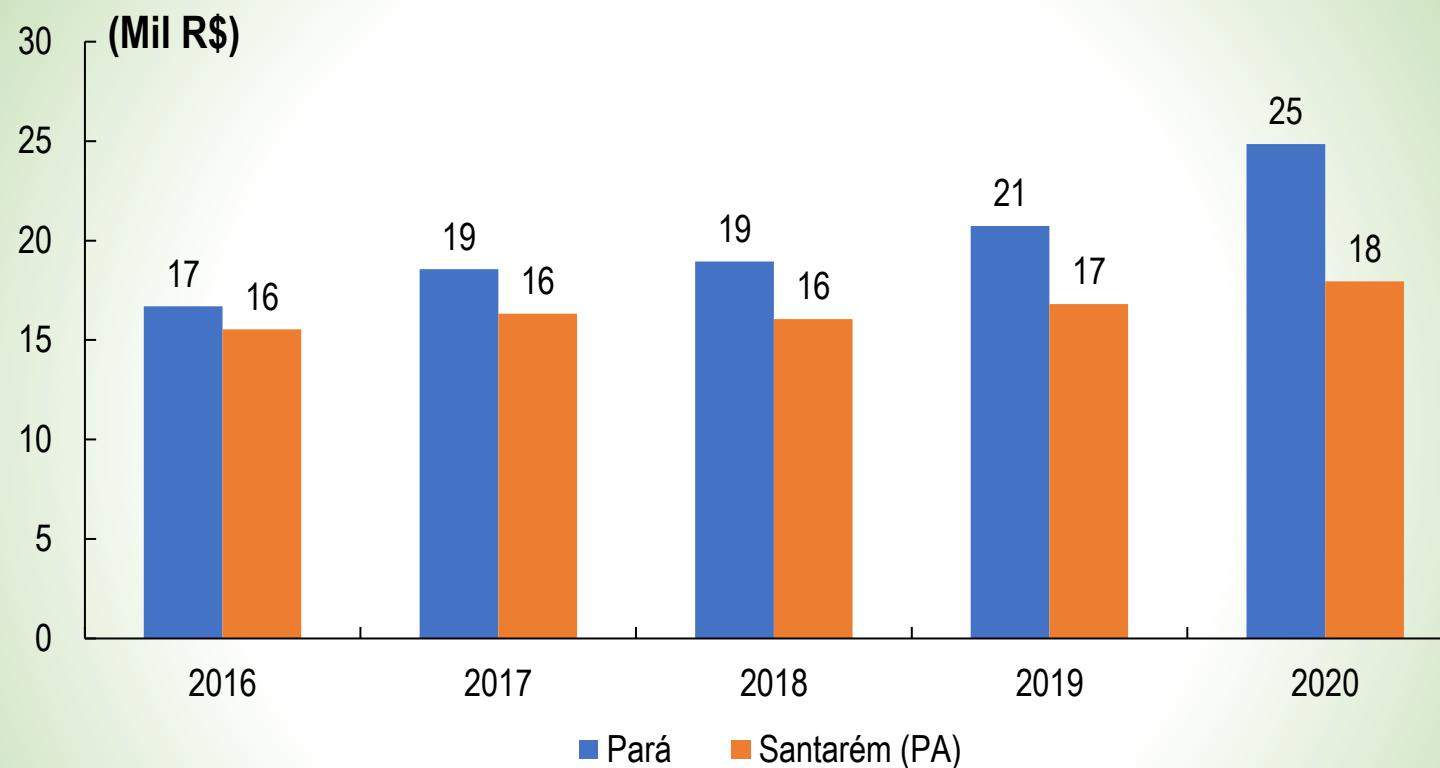
Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB do município cresceu nominalmente cerca de 20,3%.

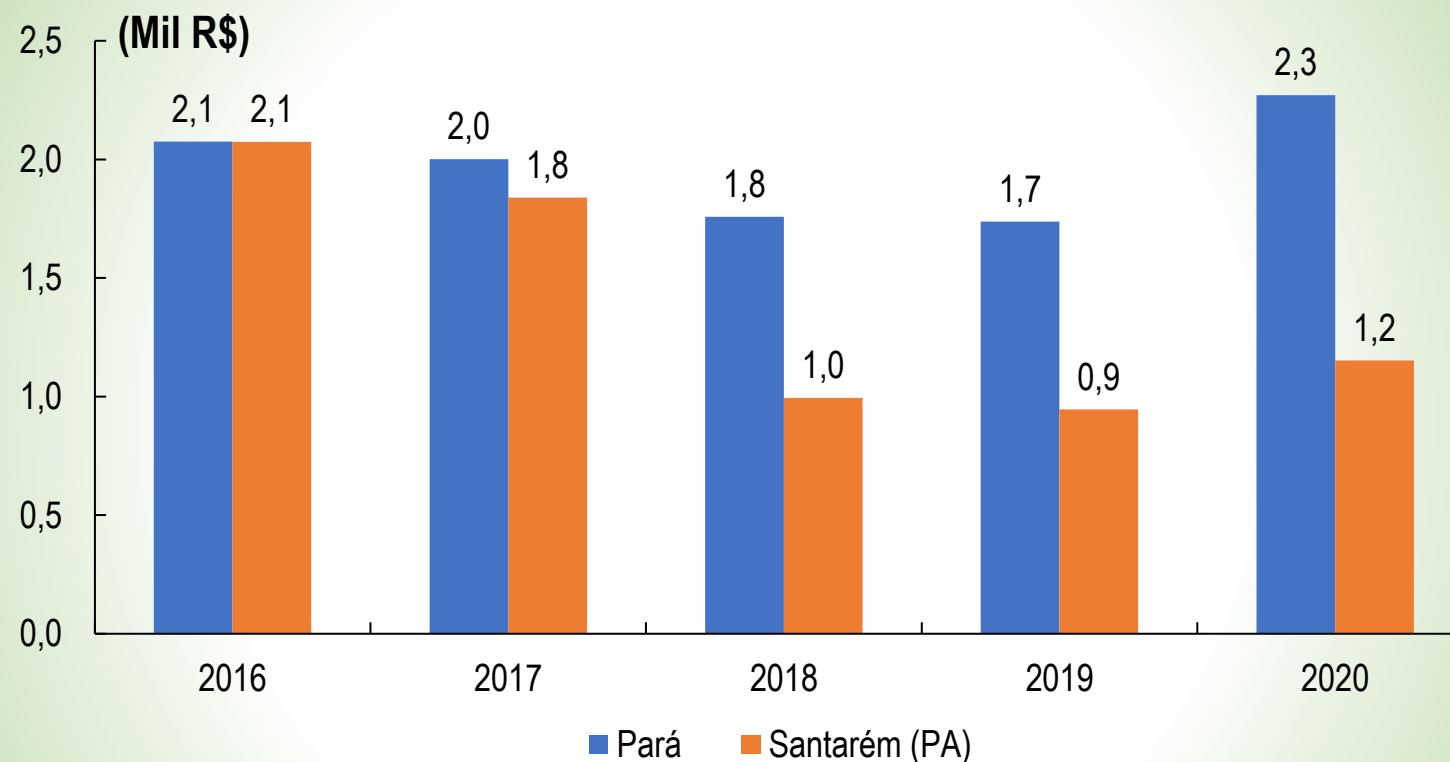
PIB per Capita a preços correntes (Mil Reais)



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 o PIB per capita do município aumentou nominalmente cerca de 15,6.

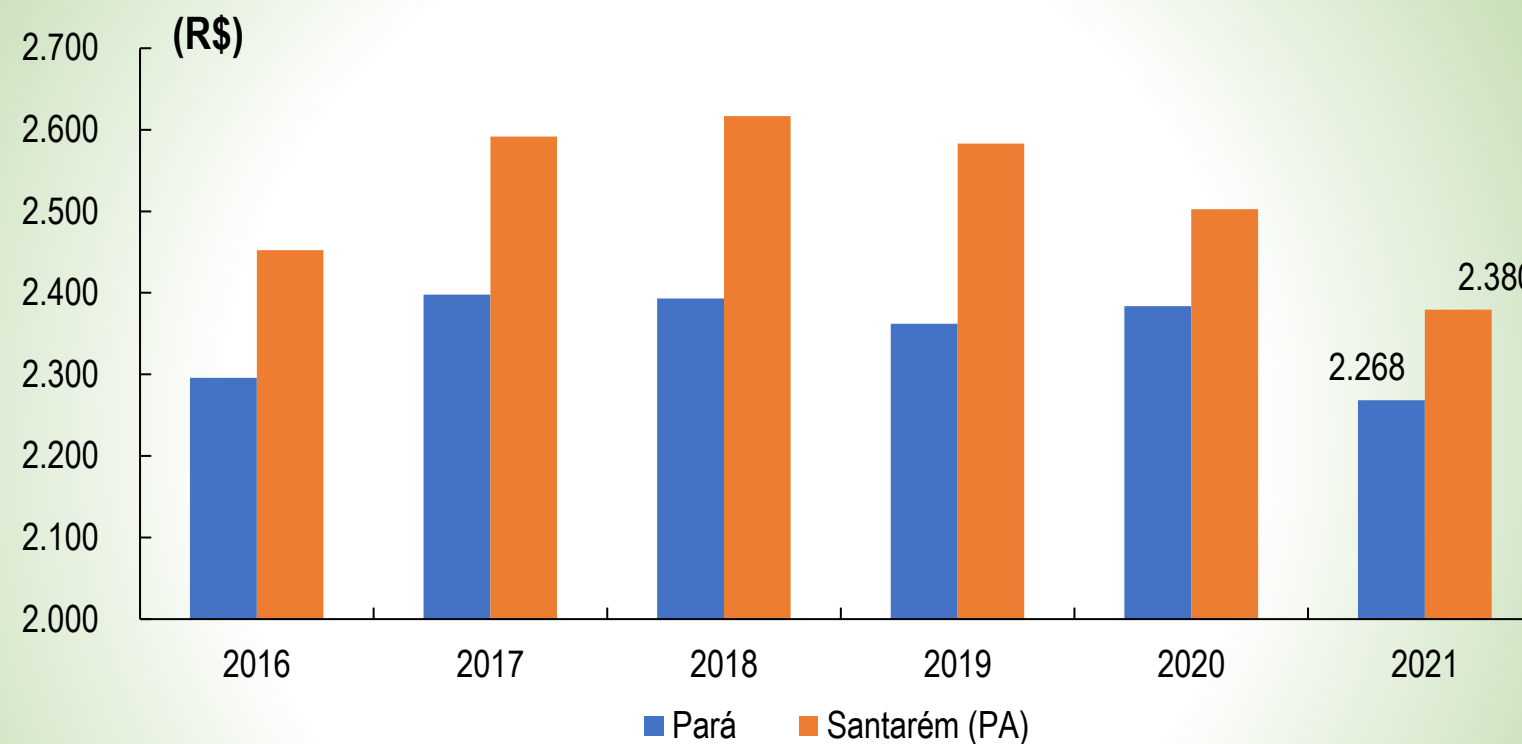
Renda Per Capita da Agropecuária (Mil R\$) – Renda da Agropecuária



Fonte: IBGE.

Entre 2016-2020 a renda per capita do setor agropecuário do município reduziu nominalmente cerca de -44,5%.

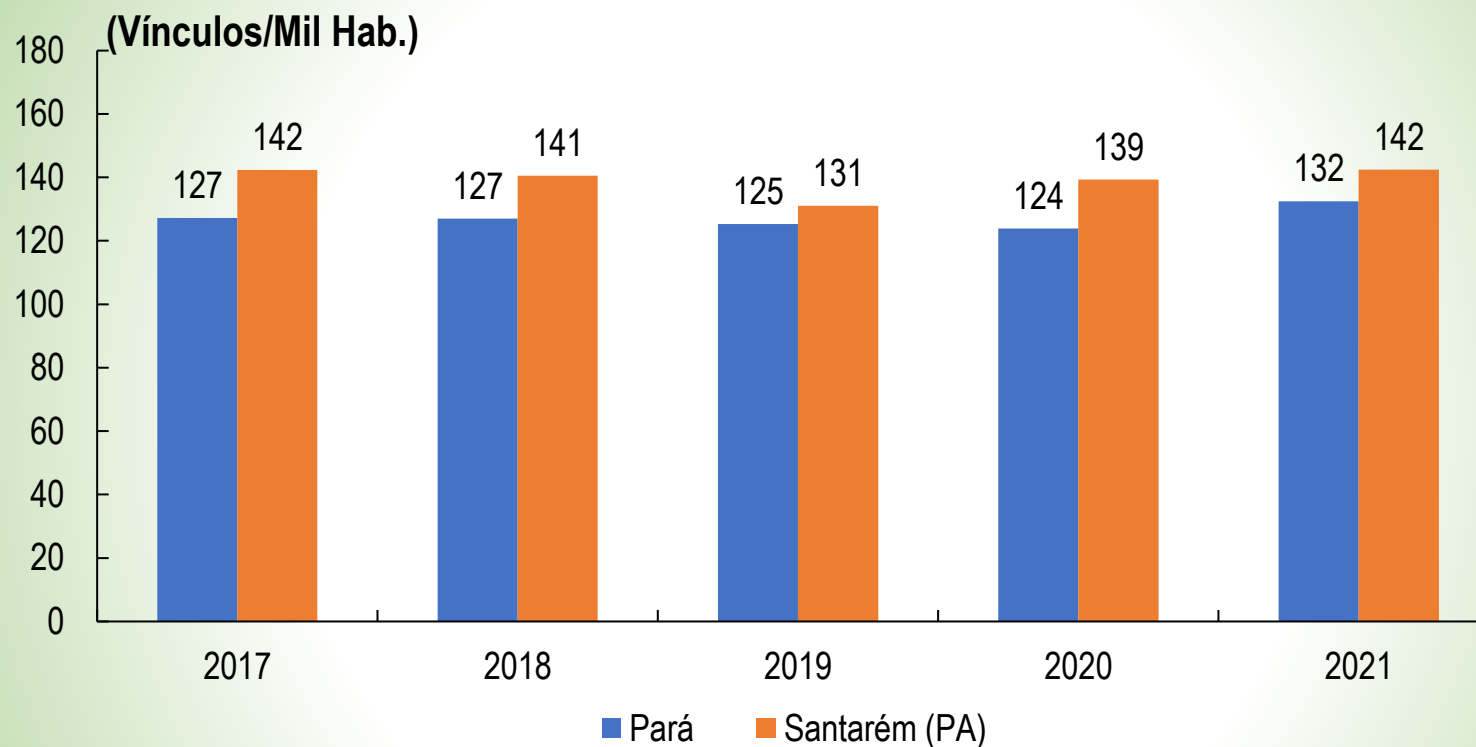
Renda Média do Trabalhador Formal – (R\$) Renda Média



Fonte: RAIS.

Entre 2016-2021 a renda do trabalhador formal no município retraiu em termos reais cerca de -3%.

Números de Vínculos Formais por mil habitantes

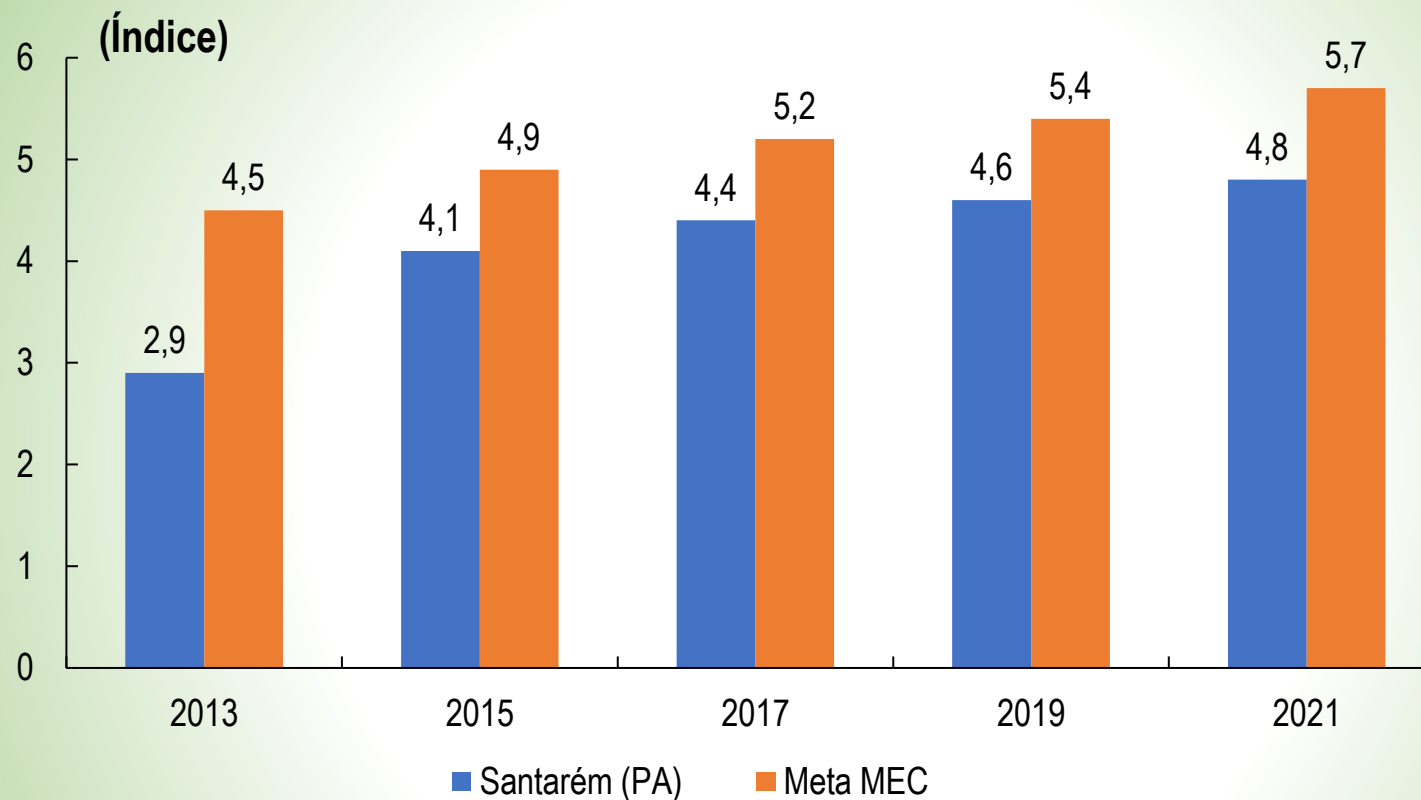


Fonte: RAIS.

Entre 2017-2021 o número de empregos formais no município manteve-se praticamente estagnado.

Dimensão Social

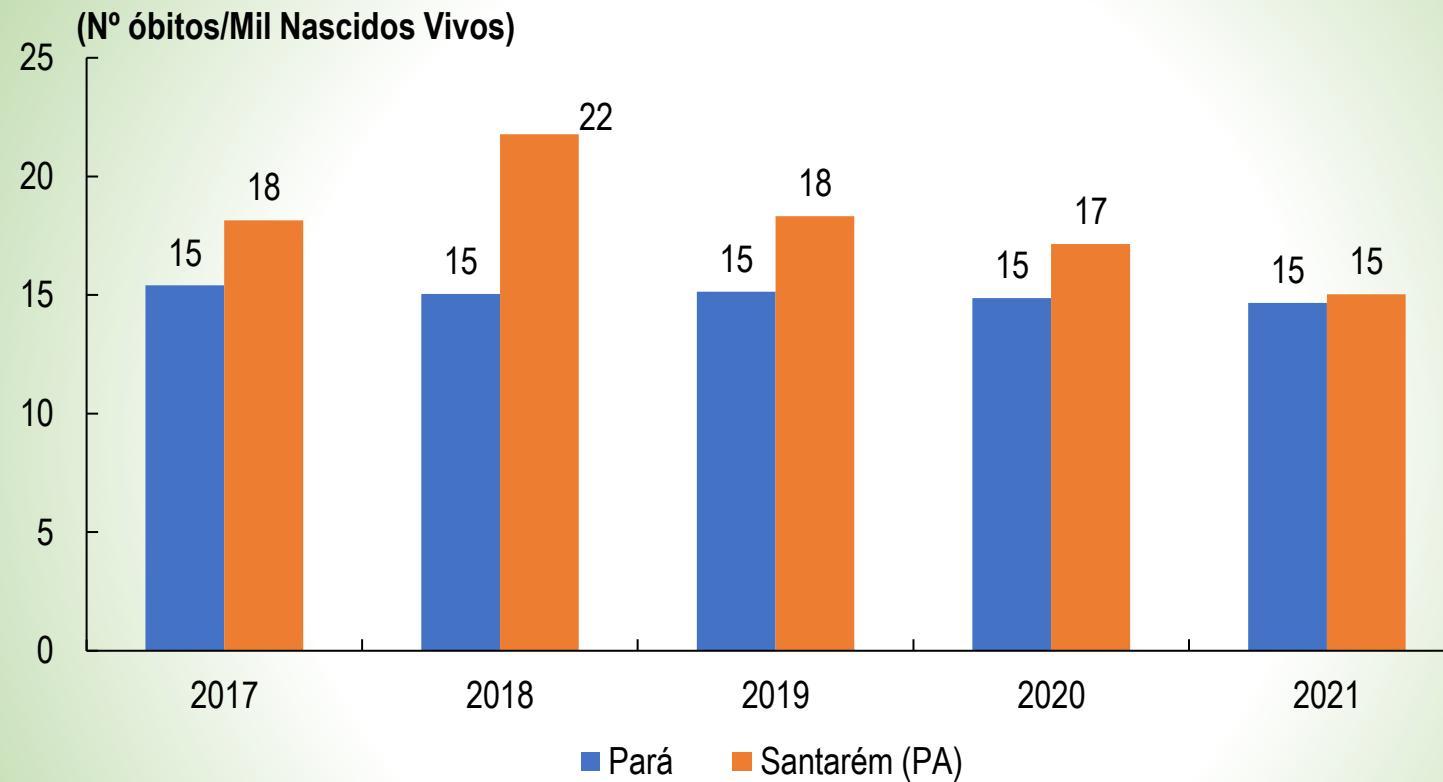
Índice da Educação Básica Ensino Fundamental (séries finais) (IDEB - Pública)



Fonte: INEP/MEC.

Entre 2013-2021 o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida pelo MEC.

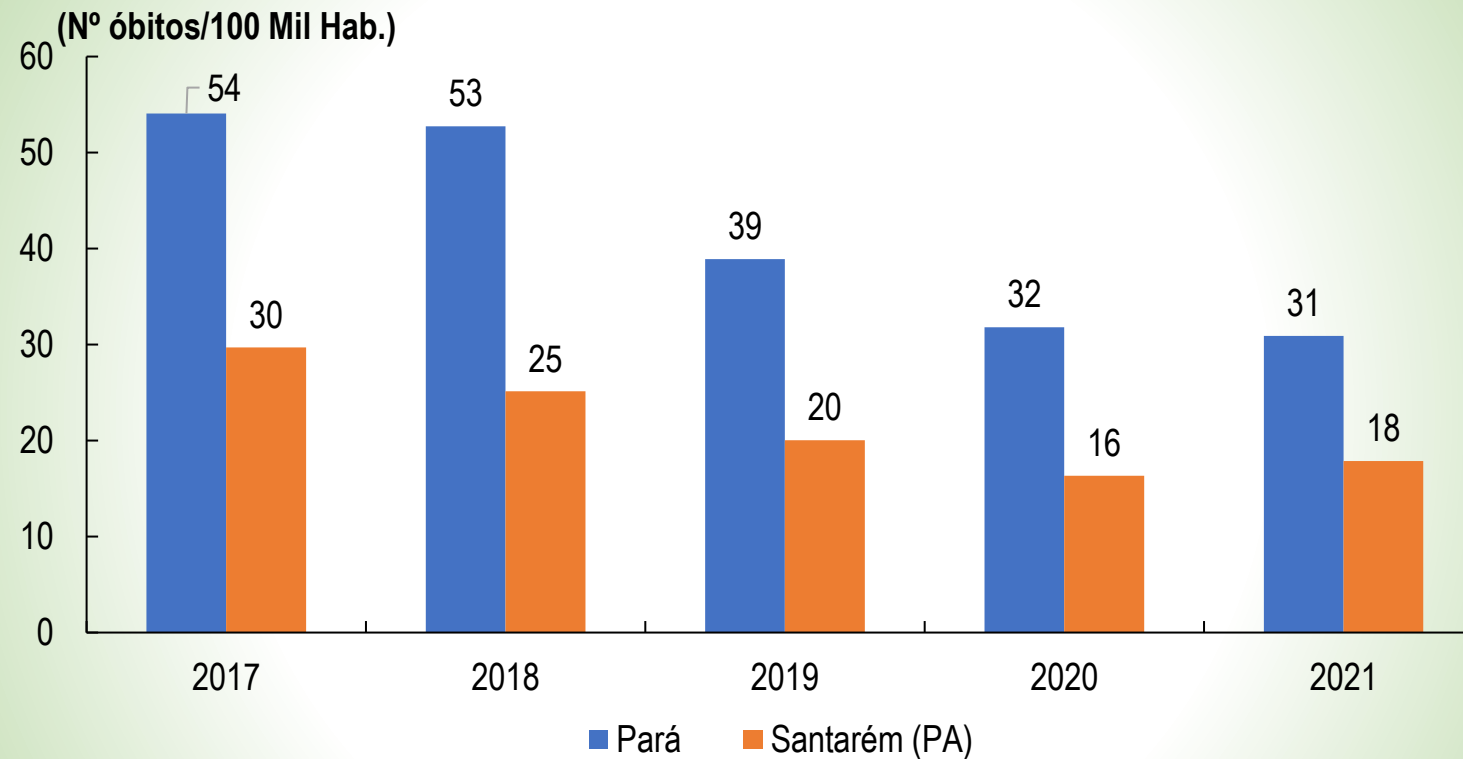
Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de mortalidade infantil em -17,2%.

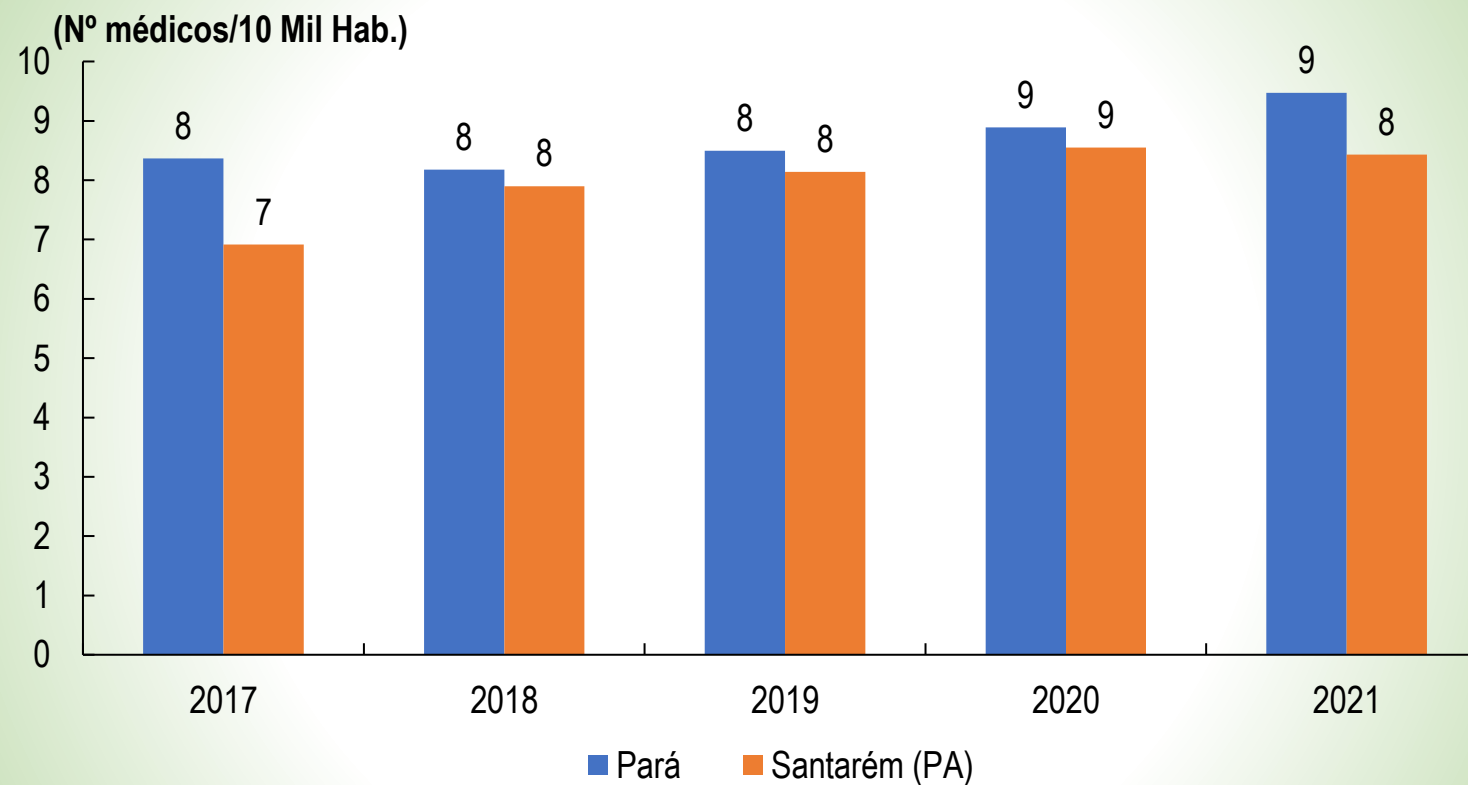
Taxa de Homicídios



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município reduziu sua taxa de homicídios em -39,9%.

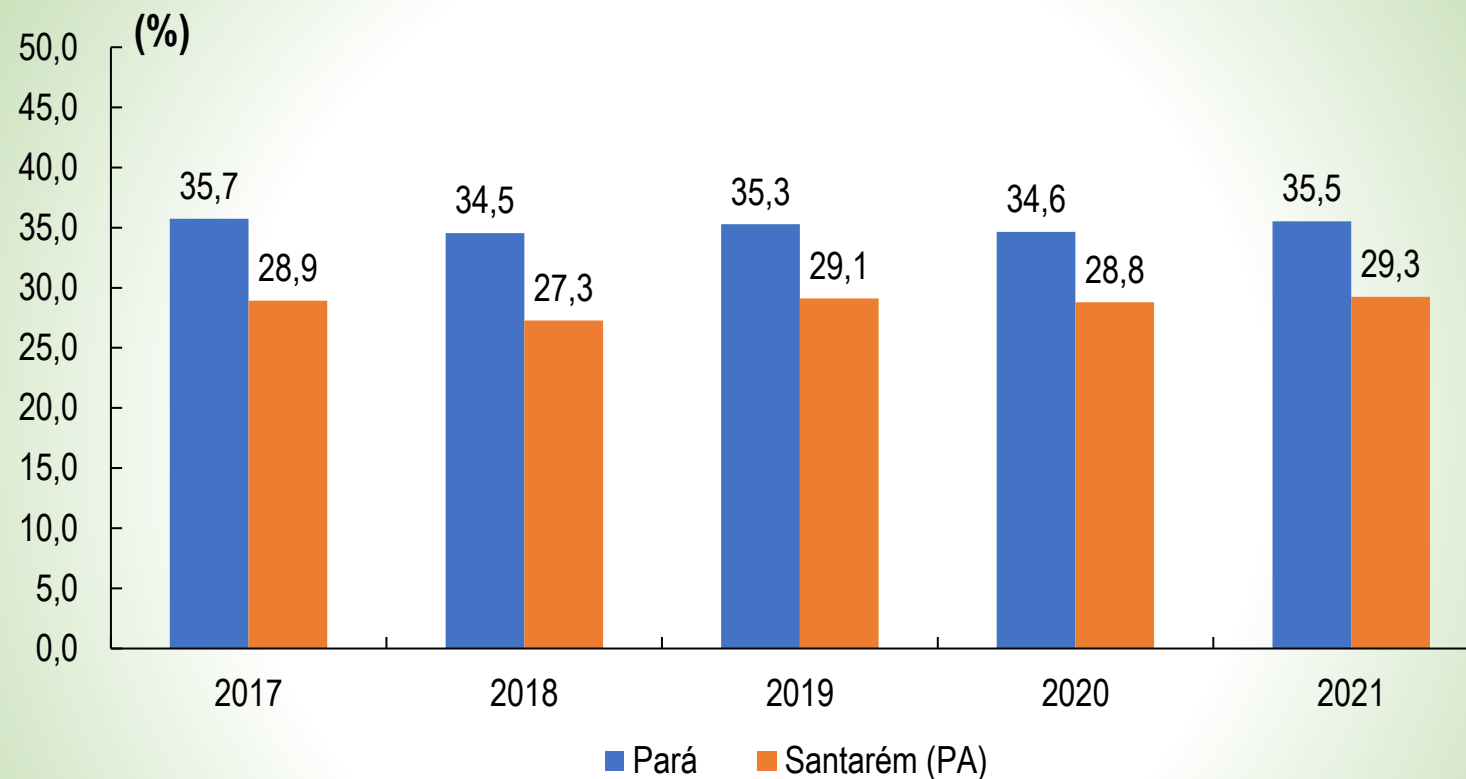
Número de médicos por 10 mil habitantes



Fonte: DATASUS.

Entre 2017-2021 o município aumentou o número de médicos atuantes em seu sistema de saúde em 22%.

Taxa de pessoas em situação de extrema pobreza

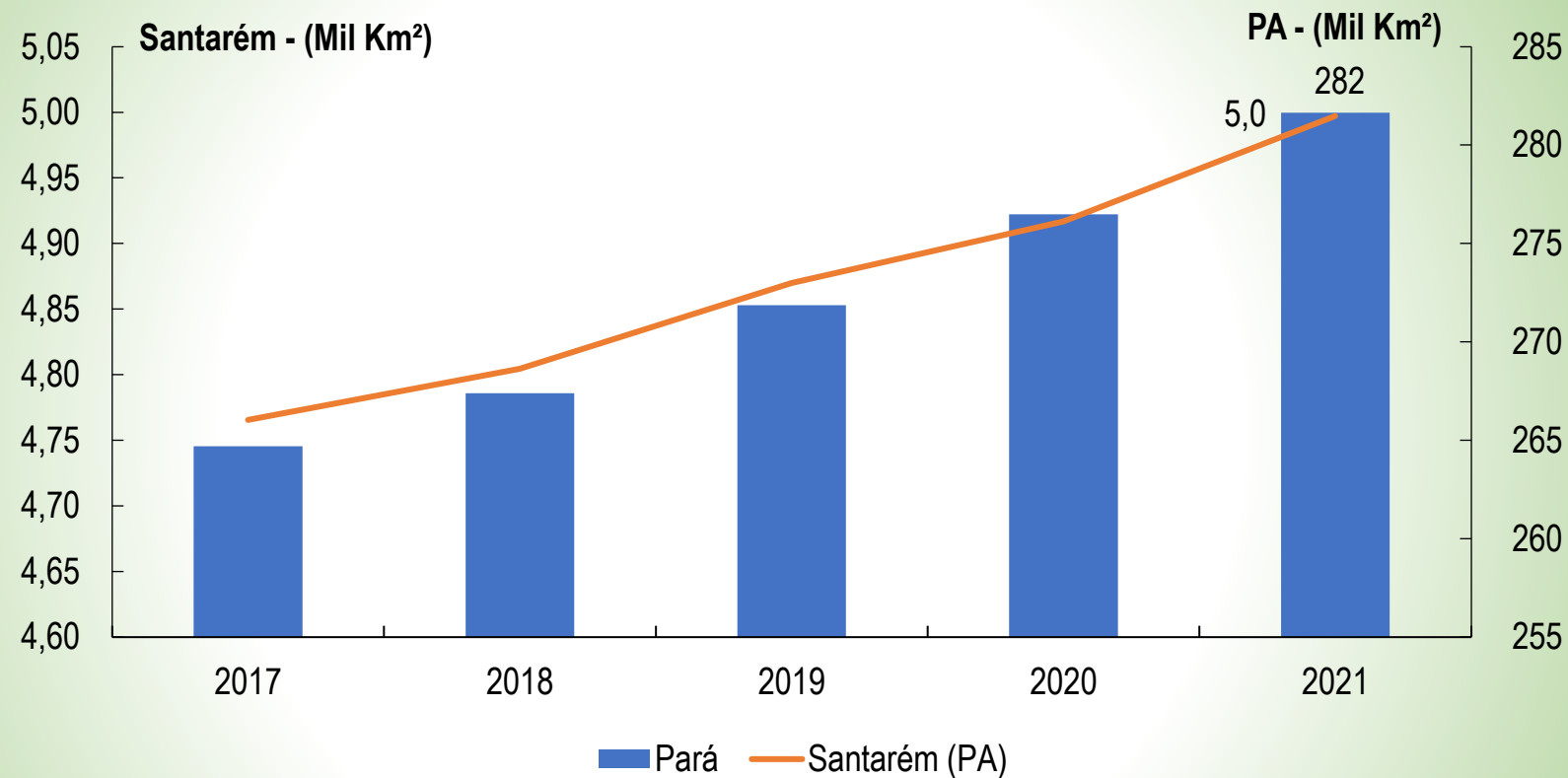


Fonte: CADUNICO.

Entre 2017-2021 o município encontra-se em um quadro de extrema pobreza abaixo da média do estado.

Dimensão Meio Ambiente

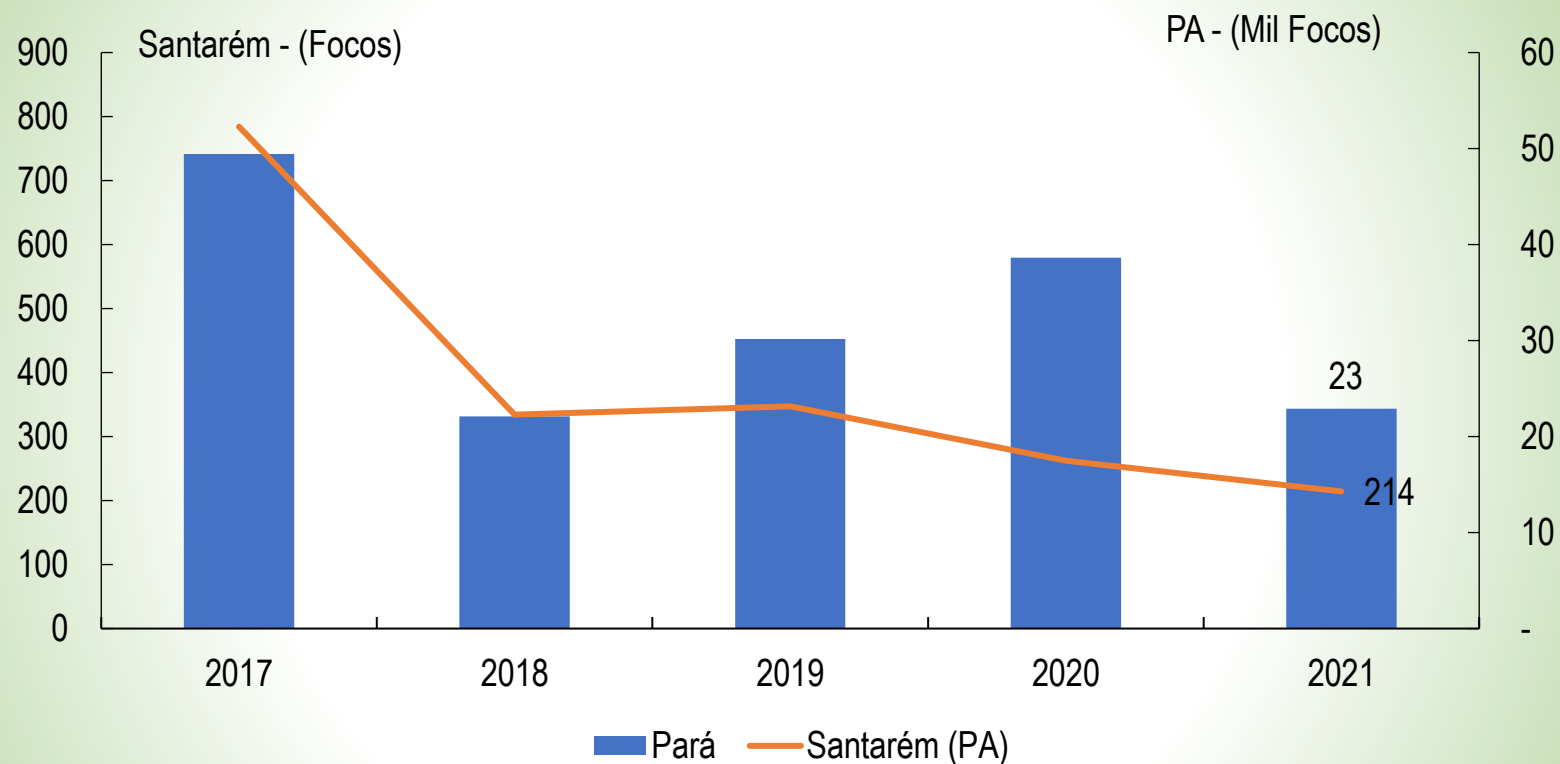
Desflorestamento Acumulado (km²)



Fonte: PRODES/INPE.

Entre 2017-2021 o município aumentou sua área desflorestada em 4,9%.

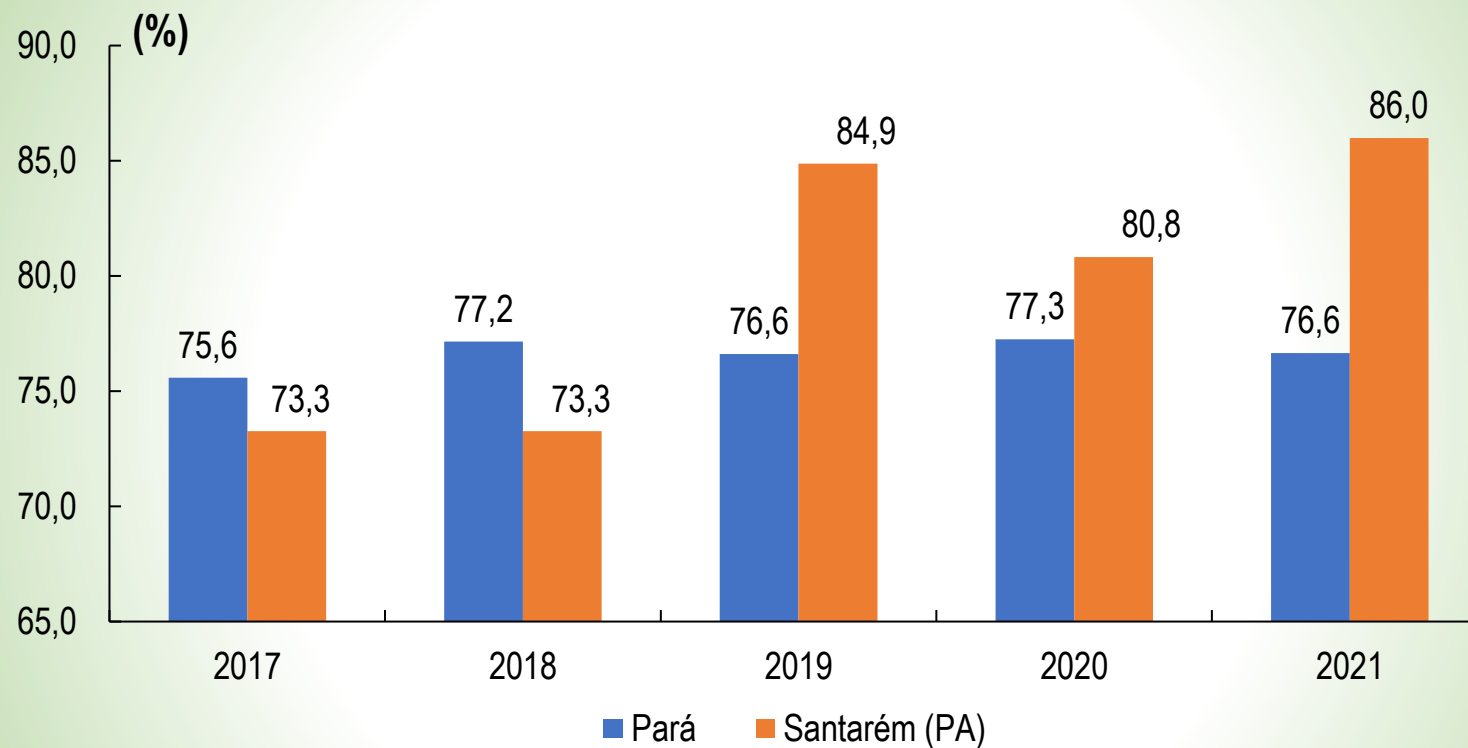
Número de Focos de Calor



Fonte: INPE.

Entre 2017-2021 o município reduziu o número de focos de calor em -72,7%.

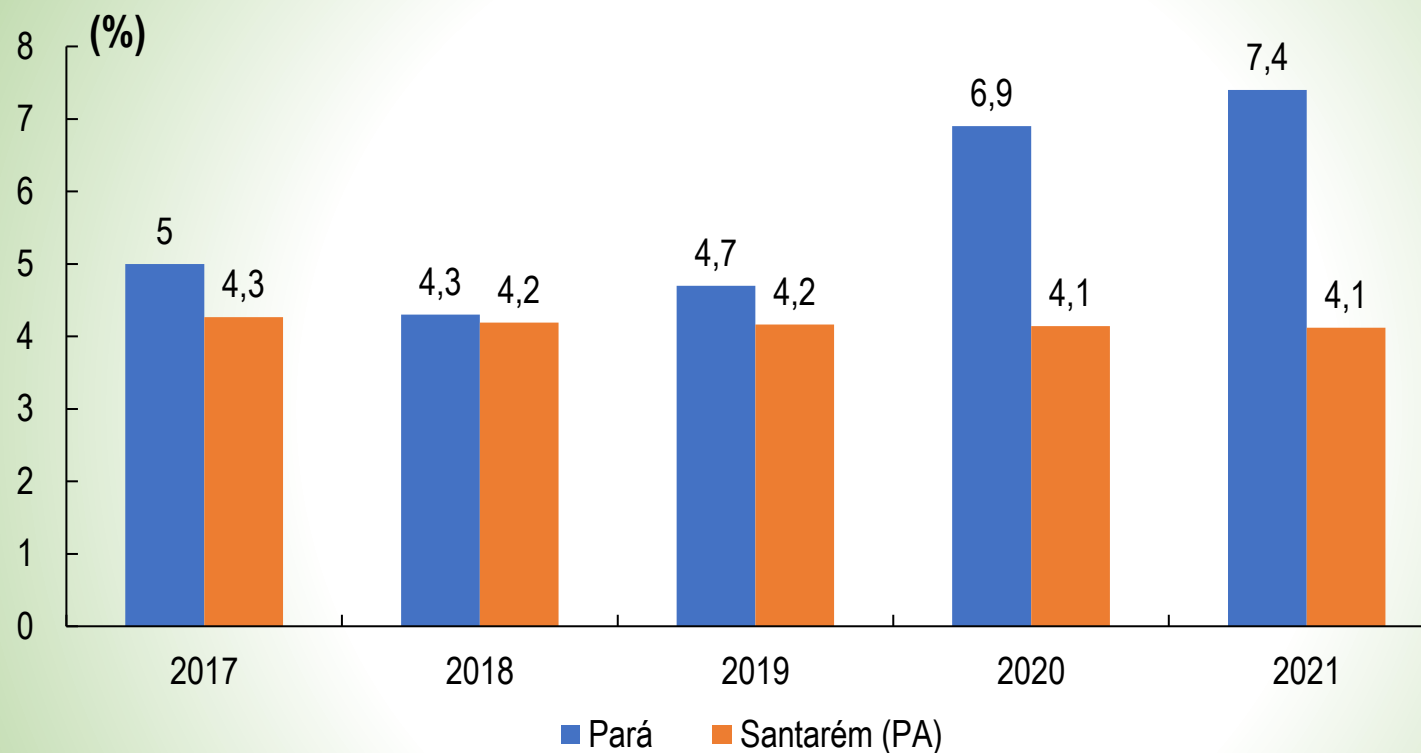
Percentual da população total atendida com coleta lixo regular



Fonte: SNIS.

Entre 2017-2021 o município manteve seu nível de cobertura de coleta regular de lixo acima da média do estado nos últimos 3 anos.

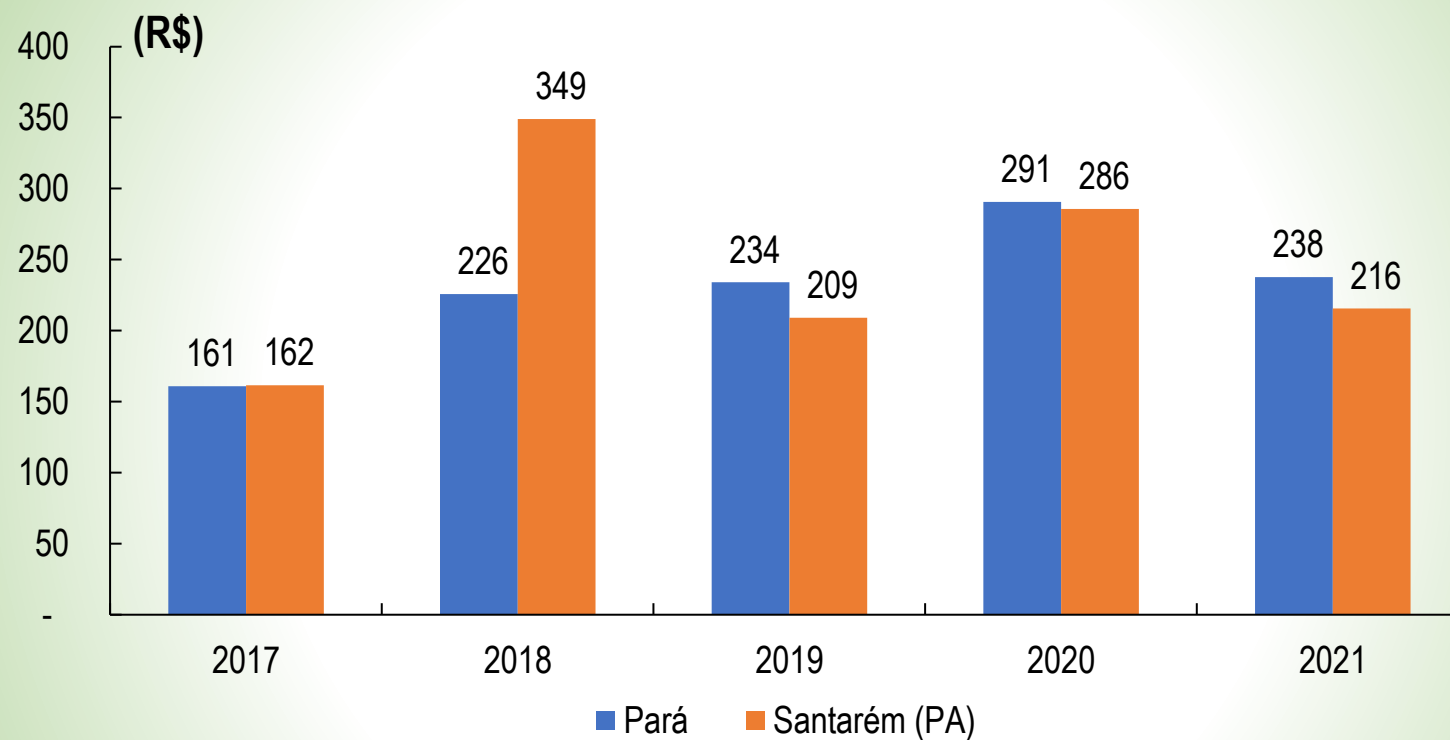
Percentual da População total atendida com esgotamento sanitário



Fonte: SNIS.

Entre 2017-2021 o município manteve seu nível de cobertura de esgotamento sanitário muito abaixo da média do estado nos últimos 2 anos.

Gastos municipais per capita relacionados a prevenção de desastres



Fonte: STN

Entre 2017-2021 o município aumentou, em termos reais, esse tipo de gasto em 33,4%.

Síntese

Este estudo ofereceu uma compreensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do município de **Santarém**, e possibilitará a tomada de decisões mais qualificadas com vistas ao desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc> >. Acesso em: 12 setembro. 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso em: 29 setembro 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> >. Acesso em: 13 setembro 2023.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. Disponível em: < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/> >. Acesso em: 10 out. 2023.
- MSAUDE – Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 06 setembro 2023.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Brasília, 2022: Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/ >. Acesso em: 10 setembro 2023.
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. Série Histórica – Brasília: SNSA/MIDR, 2023. < <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#> >. Acesso em 19/05/2023.
- MT – Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2021. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> >. Acesso em: 01 setembro. 2023.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SINCOFI)**. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> >. Acesso em: 24 setembro. 2023.